

A história
de um

rebelde

40 ANOS
1966-2006

A história
de um

rebeldede

Tarcísio Delgado

FUNDAÇÃO
ULYSSES
GUIMARÃES

Projeto Gráfico:

Knorr

Capa:

Knorr (concepção)

Raimundo Aragão (finalização)

Revisão:

Aline Camila Romão Mesquita

Dalmo Vinícius Borges

Renata Araújo

Cícero Ferreira Lopes

Ficha Bibliográfica

Delgado, Tarcísio.

A história de um rebelde : 40 anos, 1966-2006 /

Tarcísio Delgado. --[Brasília] : Fundação Ulysses

Guimarães, 2006.

p. 428

ISBN

1. Partido político, história, Brasil. 2. Partido do
Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), história.

I. Título.

CDU 329(81)(091)

Extremamente pretensioso, por impossível, desejar esgotar o assunto, ou reproduzir todos os grandes momentos de história tão rica como a que estamos nos propondo a rememorar. Menos, ainda, isto é possível no espaço restrito deste documento. Por isso, não se estranhem aqueles que encontrarem em suas memórias fatos importantes ausentes ou sem relevo nesta publicação. Por mais exaustiva que tenha sido a busca que realizamos, não há mesmo como reproduzir tudo de uma história tão intensa e extensa.

O Autor

Dedicatória

Em memória dos que foram violentados e mortos nestes 40 anos, por acreditarem na justiça e na liberdade.

E aos que, com esperança, persistência e coragem, souberam, durante todos estes anos, submeter seus legítimos interesses pessoais à causa maior da pátria, porque compreenderam que, sem desprendimento e espírito público, não se constrói uma nação.

Agradecimentos

Nossos reconhecidos cumprimentos ao dr. Michel Temer, presidente nacional do PMDB, e ao dr. Wellington Moreira Franco, presidente da Fundação Ulysses Guimarães, que se dispuseram, com grande visão histórica, à publicação diferenciada deste alentado volume, na comemoração dos 40 anos do PMDB.

Nosso agradecimento à extrema dedicação da jornalista professora Vera Amaral que, durante meses, entregou-se a buscas incessantes para alcançar, com rigor, os acontecimentos históricos do período pesquisado.

Agradecemos também aos companheiros do PMDB e da Fundação Ulysses Guimarães que colaboraram com pesquisas e nos proporcionaram todo o apoio necessário para a realização deste trabalho: Francisco de Assis Mesquita, Vânia Correa de Aquino, Elizabeth Leão, Marco Aurélio Romão Mesquita, Patrícia Regina Sales de Souza, Cynthia de Carvalho Figueira, Marilda Pinto Castello Branco de Carvalho e Cícero Ferreira Lopes.

Ao jornalista e professor Itamar de Oliveira, da Fundação Ulysses Guimarães de Minas Gerais, pela contribuição prestada no capítulo da Constituinte.

Agradecimentos especiais, também, aos funcionários do Centro de Documentação da Câmara dos Deputados e do Centro de Documentação do Senado Federal, pela prestimosa ajuda na localização de documentos.

Sumário

| | |
|--|-----|
| Jequitibá Maduro | 13 |
| Apresentação | 15 |
| Prefácio | 17 |
| Introdução - Democracia desde sempre | 19 |
| Precedentes históricos | 35 |
| Nasce um rebelde | 41 |
| Anticandidatura, uma epopéia | 107 |
| A oposição fortalecida pelas urnas | 123 |
| A campanha pela anistia | 175 |
| Fim do bipartidarismo e fundação do PMDB | 201 |
| Pedido de filiação gera debate político | 213 |
| Diretas-Já. O povo na rua | 253 |
| A decisão de ir ao Colégio Eleitoral | 285 |
| A Nova República | 319 |
| A Constituinte de 1988 | 333 |
| Advertência | 363 |
| Sustentando a governabilidade | 393 |
| Republicanos de ontem e de hoje | 407 |
| Juventude: republicanos do amanhã | 423 |

Jequitibá maduro

Venho de longe, senhoras e senhores.

Meu caminho não são veredas.

Nasci filho da ditadura, para ser irmão do arbítrio e comparsa da violência.

Desde cedo, muito cedo, me insurji contra tais desígnios.

Não aceitei o destino do fraco e do pusilânime.

Enfrentei todo tipo de obstáculos, cresci sobre eles, me fortaleci cada vez em que os ultrapassei.

Estive, na santa insubordinação da minha infância, muitas vezes no limite extremo entre a vida e a morte.

Fui tomado como morto pelos falsos juízes do templo.

Contudo, a fé e a perseverança me faziam alevantar mais forte ao menor raio de luz que se pudesse alcançar ao longe, na busca de melhores dias para a pátria.

Naveguei por mares tenebrosos, mesmo com risco de vida; visitei os cárceres e enfrentei os cães, cavalos e tanques da ditadura nas ruas e nos campos deste país.

Fui ao exterior, nas terras de além-mar, buscar irmãos banidos e exilados para nosso convívio.

Conquistei a anistia para o encontro fraterno de todos os brasileiros no seio da pátria.

Acolhi a todos para que juntos pudéssemos construir o regime de liberdade.

Sob meu pálio, conquistamos as eleições diretas, o fim da censura, a liberdade de imprensa, de organização partidária e sindical, institucionalizamos, enfim, o regime de liberdade.

Pelas mãos de meu eterno timoneiro Ulysses Guimarães, ergui, no dia 5 de outubro de 1988, a Constituição Cidadã.

Hoje, Jequitibá maduro, crescido debaixo de todas as intempéries, sob sereno de tantas madrugadas de vigília cívica, de dias sem luz, de tantos verões sombrios, na largueza do tempo e na correnteza da vida, finco meu cerne na terra brasileira, espalho minhas raízes por todo esse imenso território.

Os galhos que tantas vezes me foram arrancados, e os que porventura secam, apodrecem e caem não impedem meu fortalecimento.

Pelo contrário, fazem acumular a seiva no cerne forte e são que perpetua a minha existência.

E o vento soprou, a chuva caiu, o raio cortou.

Mataram-me ao decretarem a minha extinção.

Na manhã seguinte, como no mito de Fênix, encontrei-me de pé, pronto para avançar.

Certamente já sabeis quem vos fala.

Mas, se por desaviso, perguntais quem sou eu, vos respondo:

Sou Jequitibá maduro, eu sou o PMDB.

Tarcísio Delgado

Introdução ao discurso proferido no dia em que assumiu a liderança da Bancada na Câmara Federal, 1992.

Apresentação

A **Fundação Ulysses Guimarães**, que tem primado na publicação de documentos históricos e doutrinários sobre a evolução política do país, entendeu a necessidade de produzir uma edição mais densa, que retratasse a história da democracia e a incessante luta pela conquista das garantias individuais e constitucionais, refletidas ao longo de mais de 40 anos de história, desde 1966 até o presente momento.

Todavia, para se atingir tal desiderato, era fundamental encontrar alguém que se dispusesse a coordenar uma pesquisa de grande alcance. Para isso convidamos um dos principais protagonistas da luta pela igualdade social e pelos ideais democráticos do Estado de Direito, o mineiro Tarcísio Delgado.

Empenhado nessa desafiadora tarefa, Tarcísio Delgado, contemporâneo de todo esse período histórico, articulou e coordenou uma grande equipe de pesquisadores, que realizou intrincadas buscas nos Anais de Congresso Nacional e na larga bibliografia sobre o tema, e organizou a publicação deste volume, que servirá às gerações vindouras como fonte irrecusável de consulta para qualquer estudo do período em questão.

Com esta publicação, a **Fundação Ulysses Guimarães** se coloca à frente de suas congêneres, e oferece à historiografia nacional um documento que vai além do simples registro de fatos históricos, pois busca interpretá-los e, ainda, situá-los na melhor doutrina sobre a importância da união da sociedade brasileira na busca de soluções para os problemas que afligem a coletividade, principalmente os que assolam as camadas menos favorecidas.

Nesta edição, destaca-se o papel de vários órgãos na institucionalização da democracia brasileira. A luta encabeçada pelos movimentos sociais e políticos, travada por grandes líderes republicanos e estadistas está registrada de maneira enfática, contudo, rigorosamente documentada.

Deputado Federal Wellington Moreira Franco
Presidente da Fundação Ulysses Guimarães

Prefácio

PMDB, 40 anos de História

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro é o partido das grandes causas nacionais. Em todos momentos de transformação da realidade brasileira dos últimos 40 anos, nossa legenda esteve sempre na linha de frente para defender os interesses do povo brasileiro. E o fez porque soube interpretar o sentimento popular, compreendeu seus desígnios e lutou imbuído da legitimidade outorgada diretamente pelo voto popular.

Ao observar a realidade dos anos 60, os integrantes do PMDB tiveram a justa noção da realidade brasileira. Nos dias atuais, parece simples dizer que o país desejava democracia e o então MDB soube traduzir esse desejo. Contudo, ao transformar em movimento pela redemocratização o sentimento popular, o MDB enfrentou luta das mais ferrenhas, pontuada por idas e vindas; batalhas diuturnas; derrotas, e até recuos, para ao final concluir, vitorioso, a guerra em que o vencedor foi o povo.

A reconstrução democrática do Brasil é obra inquestionável de vários homens das fileiras do MDB citados neste livro. A fé na liberdade e a devoção à democracia fizeram navegar o MDB, porque era preciso. Essa foi uma das páginas mais significativas da História do Brasil. Derrubou-se um regime de exceção, de força, sem derramamento de sangue, somente com a força do voto, da retórica e da inabalável crença na liberdade.

É essa a História do PMDB que a Fundação Ulysses Guimarães nos relata neste livro, documento referência a partir de agora para qualquer pesquisador sobre os fatos recentes da vida nacional. A pesquisa intensa

e minuciosa foi coordenada por um dos militantes da causa do PMDB e testemunha ocular de muitos dos fatos narrados, Tarcísio Delgado, que se dedicou a esse trabalho com entusiasmo cívico e partidário.

É um trabalho completo, com visão arguta sobre o passado e cuidadoso na busca de boas fontes de informação. Entretanto, não é saudosista e também não é definitivo. Afinal, basta lembrar que o nosso Movimento continua sendo ator preponderante na política brasileira: é o maior partido do país. E, certamente, muitas outras páginas deste livro serão escritas na história do Brasil. Esta é, portanto, uma obra aberta, retrato da luta de abnegados pelo seu país, pelo futuro que ainda estamos construindo. E, por isso, o ponto final não foi assentado neste volume.

Partidos políticos são formados, nas democracias modernas, por correntes de pensamento que buscam transformar suas idéias em atos reais que alterem a forma de gerir o Estado, criando uma realidade melhor para o cidadão.

O PMDB tem 40 anos de história. Enfrentamos tempos difíceis na política e falsamente exuberantes na economia. Foram muitas as crises políticas, éticas, econômicas, sociais. Foram muitos desafios e grandes mudanças em nosso país neste período. Da fundação do Movimento Democrático Brasileiro até os dias atuais, sobraram poucas instituições com o ardor pela luta.

Aos 40 anos, o PMDB continua lutando para romper com a política miúda, contra o pequeno projeto, a solução mínima, as decisões precárias, o improvisado permanente. O nosso desafio é construir um país de verdade, para todos. Por esse desafio o PMDB se ergue e, certamente, escreverá novas páginas de História em benefício do Brasil. Enquanto luta houver, o PMDB estará presente.

Deputado Federal Michel Temer
Presidente Nacional do PMDB

Democracia desde sempre

Introdução

Começo pelo começo. Pelo nosso começo: os militantes.
Sem eles, não somos nada. Com eles, podemos tudo.
Repito: o PMDB tem o tamanho de seus militantes ¹

Foi assim que Ulysses Guimarães iniciou seu último discurso como presidente do PMDB, no dia 24 de março de 1991, depois de 20 anos liderando aquele que se transformou no maior partido político brasileiro de toda a história da República.

Resgatar os 40 anos da história do PMDB é, portanto, como ensinou Ulysses, resgatar a história de seus militantes, a história de homens famosos e poderosos (alguns), rebeldes (milhares), anônimos (milhões), perseguidos e injustiçados (todos) pela violência da ditadura.

É, também, fazer justiça a esses tantos bravos que militaram no partido, devolvendo-lhes o reconhecimento pela conquista da democracia.

A história do PMDB é a história de seus militantes, mas não é a história de um militante. Assim é que muitos estiveram no partido, e enquanto nele permaneceram, envolvidos pelo espírito libertário e democrático, cerraram fileiras com seus princípios programáticos e honestamente lutaram por essas verdades.

Os anos passaram. Muitos desses homens buscaram novos caminhos e, embora em outras legendas, mantiveram intactas suas convicções. Em seus peitos jamais esteve apagada a chama peemedebista dos ideais democráticos.

Outros, por motivos que não nos cabe julgar, renegaram anos e anos de militância, abandonaram o discurso e a prática e fizeram da política projeto individual ou de um pequeno grupo. Esqueceram-se da nação.

Outros, ainda - e é a estes que a história fará justiça - amargaram o período duro do arbítrio, as perseguições e torturas, os mandatos cassados e os direitos políticos perdidos, e, mais tarde, reconquistada a democracia, surgidas as contradições internas, os paradoxos e as disputas eleitorais, ainda assim, não se afastaram do partido. Estiveram no PMDB todos esses anos, amargando os períodos de glória e os períodos de ostracismo.

Se todos os militantes tivessem abandonado o partido nas primeiras dificuldades, o PMDB não chegaria hoje aos seus 40 anos de vida. Guardaria um passado honroso, seria homenageado pela história, mas não estaria, como hoje ainda está, fincado no mais longínquo quadrante deste país, vivo, lutando pelos ideais que o constituíram, ainda que na insistente tensão de abrigar em seu seio as contradições de uma cultura diversa como a brasileira.

Quarenta anos de existência é tempo surpreendente para uma organização política num país como o Brasil, tão cheio de diferenças, tão desigual, tão injusto. E o PMDB sabe que, justamente por isso, por ser assim, o Brasil, como toda e qualquer outra nação, não prescinde da prática política, como ensinou André Comte-Sponville:

É por isso que necessitamos da política. Para que os conflitos de interesses se resolvam sem recurso à violência. Para que nossas forças se somem em vez de se oporem. Para escapar da guerra, do medo e da barbárie.

É por isso que precisamos de um Estado. Não porque os homens são bons ou justos, mas porque não são. Não porque são solidários, mas para que tenham uma oportunidade de, talvez, vir a sê-lo. Não "por natureza", não obstante o que diz Aristóteles, mas por cultura, por história, e é isso a própria política: a história em via de se fazer, de se desfazer, de se refazer, de continuar, a história no presente, e é nossa história, e é a única história. Como não se interessar pela política? Seria não se interessar por nada, pois que tudo depende dela. ²

Uma palavra sobre partidos políticos

Foi em nome da democracia e da liberdade que o PMDB empreendeu 40 anos de luta. A democracia direta, nascida na ágora da velha Grécia, tornou-se impraticável nos tempos modernos, pelo crescimento das cidades e a forma de organização social. Nasceu, então, a chamada democra-

cia representativa e, com ela, os partidos políticos para organizar a representação. Ficou impossível alcançar a representatividade com a relação direta e individual da estrutura estatal com a sociedade. Para este relacionamento, passou-se a utilizar de agrupamentos que, estruturados em torno de segmentos sociais ideológicos e programáticos, são chamados de partidos políticos.

Partidos políticos, da forma como os conhecemos hoje, constituíram-se, no mundo inteiro, nos últimos 150 anos. Um dos mais consagrados estudiosos do assunto, Maurice Duverger, diz que, de fato, "em 1850, nenhum país do mundo (salvo os Estados Unidos) conhecia partidos políticos no sentido moderno do termo".³

Hoje, é bom observar, todo o mundo civilizado exercita a política através de partidos que têm, todos, mais ou menos, as mesmas funções. Quanto mais estável e avançada a democracia, mais fortes e autênticos são os seus partidos políticos.

No Brasil, a histórica instabilidade democrática não tem permitido a formação de partidos políticos fortes e duráveis. Não vamos tratar aqui sobre os que existiram nos tempos do Império que, obviamente, não fogem à regra. Na República, desde a origem, os partidos nascem e morrem ao bel prazer das sucessivas instabilidades políticas. Não duram e não criam raízes na sociedade. A falta de uma mais rigorosa fidelidade partidária contribui para o enfraquecimento dos partidos. A legislação brasileira sempre foi leniente neste aspecto. Aqui, as pessoas usam os partidos, ao invés de servirem a eles.

Há os que, entre tantos que estudam o assunto, atribuem ao sistema presidencialista o desestímulo ao fortalecimento dos partidos. Argumentam que o parlamentarismo conduz a decisões partidárias para formação do Gabinete e proporciona uma forma mais coletiva de governar. Os presidencialistas retrucam, afirmando que o parlamentarismo carece de partidos fortes para funcionar. Ao que treplicam os parlamentaristas, entendendo que este sistema é causa, não efeito, no fortalecimento dos partidos.

Por esta e por outras, cujo debate não encontra lugar neste espaço, não temos uma história positiva na vida e no funcionamento de partidos no Brasil, onde, como regra, são efêmeros e frágeis. Na verdade, pouco têm de compromisso e autenticidade.

PMDB: 40 anos

O MDB/PMDB, o mais duradouro dos partidos brasileiros – 40 anos –, é o mais agregador e o foi, principalmente, durante o bipartidarismo imposto à nação, de 1965 a 1980, ocasião em que recebeu sob seu pálio todos os que se engajaram na grande luta pela democracia.

O partido, com incansável persistência, sem ser midiático, resistiu e resiste ainda hoje a todo tipo de adversidade. Imposto no bipartidarismo, foi o único que permaneceu depois da abertura política e da volta à tradição brasileira do pluripartidarismo, pelo qual dedicou o melhor de seus esforços. As legendas que surgiram nessa oportunidade, e que reproduzem antigos partidos, foram descaracterizadas e pouco ou nada representam do período anterior à ditadura.

Chamado muitas vezes de “frente”, o PMDB é o maior partido político da história do Brasil e os que assim o chamam, o fazem pejorativamente, porque querem desqualificá-lo como partido. Dizem que ele abriga todas as posições ideológicas do espectro social brasileiro, e que não tem uma caracterização definida. Há que se atribuir essa avaliação ao fato de o MDB/PMDB ser o único partido realmente nacional. Ele é do tamanho do Brasil e é igual ao Brasil, múltiplo, heterogêneo, diverso.

O partido puro, de forte e estreito corte ideológico, é inexpressivo aqui no Brasil. Aliás, não só aqui, mas em qualquer parte. O que se pode buscar em um partido nacional, é o caudal, o fulcro, o cerne do programa e das posições partidárias; ao lado das muitas correntes que pode abrigar, aquilo que consiste na sua linha dominante.

Os grandes partidos, no Brasil, são todos “frentes” se os olharmos nacionalmente. Todavia, há os que sustentam, predominantemente, o neoliberalismo, e se enquadram como partidos de direita ou centro-direita, o que não impede de acolherem progressistas em seus quadros. O MDB/PMDB tem uma posição de centro-esquerda, comprometida, realmente, com a social democracia, não no nome, mas na essência. Isto é o que prevalece, sem que se queira afirmar que o partido não abrigue, minoritariamente, até defensores do neoliberalismo. Afinal, o Brasil é assim...

Compromisso com a democracia

Ao ressaltar os princípios básicos do PMDB, o professor Antônio Paim afirma, com todas as letras:

"O compromisso fundamental do PMDB é com a democracia. Não como tática provisória, mas como princípio primordial e inarredável". ⁴

Contudo, ao celebrar a bela história de seus 40 anos de existência, o partido, mais do que nunca, precisa estar atento à advertência atual e autorizada de Maurice Duverger, quando leciona:

A organização dos partidos políticos, certamente, não se conforma com a ortodoxia democrática. A respectiva estrutura interna é, essencialmente, autocrática e oligárquica; os chefes não são, de fato, designados pelos adeptos, apesar da aparência, mas cooptados ou nomeados pelo centro; tendem a formar uma classe dirigente, isolada dos militantes, casta mais ou menos fechada sobre si mesma. Na medida em que eles são eleitos, a oligarquia partidária amplia-se, mas não se transforma em democracia, pois a eleição é feita pelos adeptos, que são uma minoria em relação aos que dão seus votos ao partido, quando das eleições gerais. Ora, os parlamentares estão cada vez mais sujeitos à autoridade dos dirigentes internos; isso significa que a massa dos eleitores é dominada pelo grupo menos numeroso dos adeptos e dos militantes, subordinando-se este, por sua vez, aos organismos diretores. Tem-se de ir mais longe: se se admitir que os partidos sejam dirigidos pelos parlamentares, torna-se-lhes ilusório o caráter democrático, porque as próprias eleições traduzem muito mal a verdadeira índole da opinião. Os partidos tanto criam a opinião quanto a representam; forram-na pela propaganda; impõem-lhe um quadro pré-fabricado; o sistema de partido não é só o reflexo da opinião pública, mas a consequência de elementos externos e técnicos (conforme seja a modalidade do escrutínio) que a ela se impõe. O sistema de partidos é menos uma fotografia da opinião do que a opinião é uma projeção do sistema de partidos. ⁵

Não há necessidade de se enfatizar a propriedade da crítica de Maurice Duverger. Os dirigentes do PMDB, assim como os de todos os partidos políticos brasileiros, precisam considerá-la.

Democracia e transparência do poder

Grave é a recomendação de Bobbio quanto ao que ele considera a principal característica da democracia:

Entre as promessas não cumpridas pela democracia, a mais grave e tremenda – e, parece, a mais irremediável – é precisamente a da transparência do poder. Creio que os exemplos abundam. Não faltam textos sobre os “arcana dominationis” de nossa democracia, aos quais correspondem os “arcana seditionis”.⁶

Esta foi uma lição bem captada pelo PMDB, desde sempre.

Nos tempos atuais, em que Maquiavel e seus seguidores – Vilfredo Pareto, Croce etc. – conquistam tantos adeptos em vastas áreas do mundo globalizado, se faz necessário e, mais que isso, indispensável, que um partido político da grandeza e com os compromissos do PMDB busque ampliar a pregação do exercício da moral e da ética nas ações políticas. É difícil impor esse imperativo, até mesmo na vida interna do partido. Todavia, o PMDB tem, desde sua fundação, por seus maiores dirigentes e líderes, buscado, através de contínuo e inarredável proselitismo, impregnar na sociedade o dever de respeito aos princípios éticos e morais na política.

O PMDB não aceita como verdadeira a máxima maquiavélica de que “o fim justifica os meios” e, ainda, a defesa da incompatibilidade entre respeito à ética e à política.

Entende, o partido, que não existem duas morais, uma baseada nos princípios éticos para todas as relações humanas, e outra, autônoma, própria e aética, para a política. Por que o que é nobre deve estar ausente da política? O PMDB procura responder a esta pergunta com os ensinamentos de Immanuel Kant e seus tantos seguidores. Aliás, muito antes, lá na origem de nossa civilização, Aristóteles, em “Ética a Nicômano”, já sustentava a necessidade de respeito aos princípios morais na política.

Erasmus, lecionando para o Príncipe que não queria seguir Maquiavel, o aconselhou no sentido de que, em competição com outros príncipes, não buscasse tirar deles parte do domínio. “Só os vencerás realmente se fores menos corrupto que eles, menos avaro, arrogante, raivoso e impulsivo que eles.”

Kant, em “A Paz Perpétua”, distingue “o moralista político, que condena, e o político moral, que exalta. O político moral é o que não subordina a moral

às exigências da política, mas interpreta os princípios da pureza política para fazê-los coincidir com a moral.”⁷ Esta é a conclusão de Norberto Bobbio.

É, ainda, recomendado, que recordemos Kant, com a síntese de seu imperativo categórico, produzida habilmente por Clarence Morris. “Aja de acordo com uma máxima que pode ser válida, ao mesmo tempo, como uma lei universal”.⁸

Visto como dito, não é difícil concluir que líderes como Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Franco Montoro, Mário Covas, Pedro Simon, Tancredo Neves sempre foram kantianos. É só buscar nas centenas de pronunciamentos registrados nos anais da República, para se encontrar, recorrentemente, o ideário político desses estadistas do MDB/PMDB.

Da democracia política para a democracia econômica

No dia histórico de 5 de outubro de 1988, na reunião do Congresso Nacional convocada especialmente para a promulgação da nova Constituição, naquele instante em que Ulysses Guimarães, presidente da Assembléia Nacional Constituinte, ergue o volume com os originais da nossa Lei Maior e pronuncia as seguintes palavras: “A nação quer mudar! A nação deve mudar! A nação vai mudar! A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança. Que a promulgação seja nosso grito: Mudar para vencer! Muda Brasil!”, o PMDB consumava o resultado de uma luta que vinha desde o seu nascimento, há 22 anos, e entregava ao Brasil a institucionalização do Estado Democrático de Direito, saudando, assim, seu projeto de consolidação da democracia política em nosso país.

Liberdade e igualdade são primados essenciais do regime democrático e constituem acalentado sonho do povo brasileiro. Tendo chegado o Brasil à democracia política, o regime das liberdades, de respeito aos direitos e à segurança jurídica, era hora de intensificar os esforços para a busca da democracia econômica, definida na Constituição, mas dependente de leis infraconstitucionais e de ação de governo para alcançá-la.

Acontece que, enquanto a democracia política se consegue com esforços, quase sempre, externos ao governo, a democracia econômica carece de ações dentro do governo. O crescimento econômico com justiça social é o caminho para o desenvolvimento, e isto demanda ações governamentais.

“Quando se pensa, busca-se a verdade; quando se organiza uma sociedade, busca-se a justiça”, é o que ensina o pensador contemporâneo John Rawls.⁹ É bom enfatizar, contudo, que a democracia política é pressuposto inafastável da econômica, mas, conquistada a primeira, a segunda não se dá automaticamente.

Por circunstâncias as mais diversas, o PMDB não conseguiu ser governo nestes 21 anos pós conquista das eleições diretas, salvo o pequeno período de transição institucional, durante a elaboração da Constituição, no mandato de José Sarney (1985-1990), que transcorreu em situação traumática pela morte de Tancredo Neves. Assim, as mudanças previstas por Ulysses e pelo partido acabaram se frustrando ou sendo minimizadas, por falta de um governo verdadeiramente *peemedebista*.

Em 1985, íamos começar, dentro da liberdade conquistada, a grande batalha pela melhor distribuição da renda neste país, pela maior igualdade social. Este era o compromisso do PMDB, mas o destino, mais uma vez, traiu o Brasil. Tancredo morreu prematuramente antes da posse. O vice-presidente José Sarney, sem qualquer desdouro à sua pessoa, não era, historicamente, um dos nossos. Não tinha, àquela altura, os mesmos compromissos de Tancredo e do PMDB.

Mais tarde, o partido, em 1989 e em 1994, apresentou candidatos notáveis à Presidência da República nas pessoas de homens públicos experimentados como o próprio Ulysses Guimarães e Orestes Quércia. Todavia, as circunstâncias não foram favoráveis e o Brasil perdeu a oportunidade de ouro de conviver com governos desenvolvimentistas e de matar a saudade de Juscelino Kubitschek.

Apesar das graves crises políticas e morais vividas pela nação a partir da década de 90, as instituições democráticas se mantiveram, mas o país não avançou, como poderia, para alcançar a democracia econômica, que permanece como objetivo prioritário do PMDB.

No Brasil não falta riqueza, o que falta é sua melhor distribuição. Os poderosos, muito poderosos economicamente, em pequeno número, acumulam grandes fortunas, em detrimento de uma parcela significativa da nossa gente. E o PMDB entende que a melhor distribuição da renda e da riqueza tem de ser o primeiro compromisso de um governo democrático.

O desenvolvimento que o partido defende

O PMDB, como partido de massa, sem posições muito rígidas no cotidiano do processo social, é, todavia, intransigente nos seus princípios básicos, que não são muitos.

O primeiro e inafastável é a defesa do bem maior, a democracia. Qualquer desenvolvimento, para o PMDB, pressupõe o regime democrático. O partido não se move por siglas ou expressões marcadas em alguns setores minoritários da vida nacional. Sem qualquer preconceito, respeita a iniciativa privada, desde que ela funcione sob regulamentação forte do Estado Democrático. Contesta a chamada economia de mercado, fundada exclusivamente nos lucros incontroláveis da globalização neoliberal.

O neoliberalismo brasileiro, e de muitos países chamados emergentes, é muito diferente daquele praticado nos países mais adiantados. Os emergentes que seguem essa regra não emergem jamais, e os que praticam uma economia com forte controle estatal, como fazem os mais ricos, conseguem melhores resultados. Veja-se o exemplo dos asiáticos.

“Faça o que eu falo, não faça o que eu faço”

O PMDB se nega a seguir a receita dos neoliberais radicais aqui de dentro do país. Mesmo na academia e entre pseudo-intelectuais, encontramos uma posição dominante de muitos que “são mais realistas que o rei”. Dominados, culturalmente, passam à frente, com “grande autoridade”, o discurso que lhes incutem os dominadores, chamados países ricos, ou desenvolvidos, as grandes matrizes do grande império capitalista. Induzem a se fazer aqui, porque lhes interessa, o que lá não fazem.

São alguns argumentos dos neoliberais:

- **O mercado é que estabelece a regra. A intervenção estatal deve ser a menor possível na economia.** Não é o que fazem em seus Estados-Nação. Lá, o Estado é sempre muito intervencionista na defesa dos interesses nacionais;

- **A globalização decretou o fim das fronteiras nacionais.** Pregam a abertura das nossas fronteiras, mas fecham as suas com todo tipo de protecionismo;

- ***É preciso proceder à desregulamentação estatal*** - mas aplicam rigorosa regulamentação no controle de suas economias;

- ***Nossa máquina estatal é muito cara, corrupta e ineficiente.*** Todavia, estes são males presentes, principalmente, no mundo desenvolvido;

- ***É preciso reduzir o Estado*** - necessidade que, também, não é dos estados pobres, pelo contrário, é mais presente nos poderosos, que têm sempre estruturas muito grandes e fortes;

- ***A nossa carga tributária é muito alta.*** Mas não é significativamente diferente da desses “modelos” e, ainda, temos que trabalhar com incentivos e renúncia fiscal de toda ordem para atrair grandes empreendimentos das corporações que têm sede nos nossos “mestres”;

- ***Qualquer avanço tecnológico tem de considerar o meio ambiente.*** Ótimo, queremos fazê-lo, mas eles recusam qualquer protocolo de respeito ao meio ambiente, quando se trata de seus interesses econômicos;

- ***Nosso Estado Nacional não pode ser protetor ou provedor.*** Contudo, praticam todo tipo de protecionismo.

No debate independente desta temática, não há como escamotear a oportuna lição dos argutos pesquisadores Hans-Peter Martin e Harald Schumann que, baseados em peritos da ONU, recomendam especial atenção com os excessos das grandes corporações internacionais, e concluem:

Contudo, no afã de apresentar a seus eleitores medidas contra o desemprego, os políticos não percebem mais que assim só prejudicam os seus países a longo prazo. Enquanto saqueiam o erário, os executores da globalização impõem ao Estado um tipo de gerenciamento empresarial que leva à ruína a economia do país.

E mais adiante sentenciam:

Junto com o alto volume de capital, cresce incessantemente o poder dos cartéis criminosos de corromper empreendimentos legais e concorrências públicas ou de assumi-los de uma vez. Isso se torna muito mais ameaçador quanto mais fraca for a estrutura do Estado. ¹⁰

Essa clara advertência nos recomenda ter especial cuidado com o discurso dos alienados, porque ele tem origem espúria, mas encontra grande receptividade na mídia e em camada conceituada de nossas elites. Alguns, dependentes culturalmente, outros, dependentes economicamente.

É, ainda, interessante a análise pós moderna de John Gray, em “*Falso Amanhecer*”, quando resume, enfático:

O ideal do governo mínimo que inspirou o consenso de Washington é, na melhor das hipóteses, anacrônico. (...) A origem do consenso de Washington, o Banco Mundial, desistiu do seu apoio ao governo mínimo. Ele reconhece que não pode haver desenvolvimento econômico sustentável sem um Estado moderno eficiente.¹¹

O PMDB, consoante com essa lição, entende que o desenvolvimento se faz, também e não só, com o crescimento econômico. Uma nação desenvolve-se produzindo mais e distribuindo melhor o resultado da produção. Não se combate a miséria e a desigualdade apenas com políticas compensatórias ou caritativas, sem dúvida, indispensáveis. É preciso combater a desigualdade com a inclusão social. Não é fazer “para” os pobres e marginalizados, é fazer “com” essa camada da população.

Isso é possível, acredita o PMDB, com investimentos diferenciados na educação e em infra-estrutura. Com isso, já se oferece mais emprego – a melhor maneira de distribuir renda – enquanto se prepara pessoas para ocuparem melhores cargos e alcancarem maiores salários. O fenômeno da causalção circular começa a produzir desenvolvimento. Só o Estado pode fazer isso. A iniciativa privada, até na educação, via de regra, só pensa no lucro. O Estado do PMDB não nega o lucro; mas, exige que as empresas cumpram sua função social. Que fiquem mais ricos os empreendedores; mas não à custa de uma desigualdade crescente e da miséria social.

O partido defende e estimula a atividade empresarial privada, preferencialmente, a nacional. Aposta na parceria do setor público com o setor privado e quer uma regulamentação facilitadora do empreendimento. A regulação indispensável não pode ser impeditiva ou obstrucionista da atividade econômica. O que não se deve é deixar a economia ao sabor das ambições anárquicas do mercado.

Os desafios para o futuro

Na maturidade de seus 40 anos, o PMDB reconhece que fez muito pelo país, mas não fez tudo. Sente-se cheio de energia e coragem para enfren-

tar os novos embates deste terceiro milênio. Como um bom esportista, não se conforma em participar do jogo no banco dos reservas. Espera, em breve, chegar ao governo para implementar, como ator e não apenas como adjuvante, o seu programa de ação e colocar em prática as mudanças que vem defendendo há tantos anos.

O partido já afirmou sua competência para governar estados e municípios e tem dado lições magníficas desde seu nascimento. São dezenas, centenas de exemplos clássicos de administrações inovadoras e exitosas, implementadas por governos do PMDB. Poderíamos citar centenas de experiências do maior sucesso, que repercutiram em todo o país. Todavia, preferimos conter o ímpeto da citação de casos marcantes, para não incorrer na inevitável falha de omissões imperdoáveis, pois não há como esgotar a lista dos grandes exemplos.

Apenas a título de ilustração, lembramos que as experiências de administrações municipais com ampla participação comunitária foram implantadas pelos governos municipais do PMDB, ainda na década de 70, sob o risco do arbítrio da ditadura. São reconhecidamente pioneiros os casos dos municípios de Lages (SC), com o prefeito Dirceu Carneiro, e de Joinville (SC) com o hoje governador Luiz Henrique da Silveira, já a partir de 1977; de Pelotas (RS), com o prefeito Bernardo de Souza e de Juiz de Fora (MG), com o prefeito Tarcísio Delgado, desde 1983. É digno de registro o fato de que em Juiz de Fora tenha se dado a primeira experiência nacional de institucionalização da participação popular com a criação, por lei, do **Conselho Comunitário Municipal** (Lei n° 6413, de 9 de novembro de 1983) e, através dele, a pioneira experiência de elaboração do Orçamento Participativo. Outros administradores inovadores continuaram sendo oferecidos pelo PMDB ao Brasil, merecendo citação Jarbas Vasconcelos, no tempo em que foi prefeito de Recife, a partir de 1986. Estes são casos emblemáticos que, contudo, se multiplicaram por todo o país.

No plano estadual, também o MDB/PMDB se tornou o maior partido do Brasil e os estados governados por peemedebistas experimentaram surpreendente salto na qualidade de vida de sua população.

Para a Presidência da República, o partido só foi vitorioso na última eleição indireta através do colégio eleitoral, em 1985. O compromisso era o de acabar com esse sistema e restabelecer o desejo popular do voto direto. Mas o destino impediu Tancredo Neves de assumir o cargo, que foi ocupa-

do por José Sarney, o vice eleito, que não tinha história no partido, mas que tentou ser fiel aos compromissos partidários, ao seu estilo que, obviamente, não era o mesmo de Tancredo. O senador José Sarney, imitando Saulo a caminho de Damasco, converteu-se, conforme suas próprias palavras, e hoje tem história no PMDB.

Crise Existencial

O PMDB, ao completar seus 40 anos de existência, vive uma grave crise existencial. Nos últimos 20 anos, ingressaram no partido, nos diversos estados da União, principalmente no Norte e no Nordeste, lideranças regionais que não tinham e não têm qualquer compromisso com sua história. Na verdade, são lideranças que, de modo geral, estavam do outro lado quando da luta pela redemocratização do país, nos primeiros 20 anos de sua existência.

Essas lideranças ganharam muita força e, agora, em meados de 2006, quando da decisão sobre candidaturas às eleições gerais de outubro, conseguiram manipular o comando partidário e impedir que o PMDB tivesse candidato à Presidência da República, ou, sequer, fizesse coligação com qualquer outro partido.

Amadurecido para exercer o mais alto cargo político do país, o PMDB vive, neste momento, uma realidade paradoxal: é hoje um partido nacional – o maior e o mais forte; tem o maior número de vereadores, de prefeitos, de deputados, de governadores e de senadores; está implantado e estruturado em praticamente 100% dos municípios brasileiros; tem fortes lideranças regionais em todos os estados; tem programa de governo e propostas concretas de mudança; tem experiência comprovada na administração pública. Contudo, em que pesem tantos atributos, vive um momento ímpar de radicalização extremada do federalismo, que o impede, desde 1998, de lançar candidato próprio à Presidência da República.

Ocorre que, em cada estado membro, o partido quer autonomia para fazer suas alianças, independentemente da posição nacional e de uma candidatura *peemedebista* à Presidência. Esta postura tem levado muitas lideranças expressivas à posição surrealista de sustentar o não lançamento de candidato a presidente pelo maior partido do país, para facilitar suas ali-

anças locais. Na defesa de seus interesses regionais, alegam que o PMDB não tem apresentado candidatos eleitoralmente viáveis. Por outro lado, é óbvio, não se ganha eleições se não se lança candidatos.

Parece incrível, mas é verdade. Líderes estaduais muito fortes dão preferência aos seus estados, em detrimento da posição nacional. A chamada verticalização, que conduz à fidelidade partidária, em si um bem e, em quadro político minimamente sério, uma obrigatoriedade comezinha, tem servido de argumento para o surrealismo da situação.

O paradoxo se faz ainda maior quando se constata que, embora o PMDB tenha sido o principal responsável pela conquista de eleições diretas para presidente da República, em memorável campanha, no entanto, até hoje, o partido não conseguiu chegar à Presidência por esta forma de eleições. Após as derrotas eleitorais de 1989 e de 1994, as forças políticas que dominaram o PMDB, reincidentemente, não permitiram que ele tivesse candidato.

Assim, o PMDB, que já não tivera candidato a presidente em 1998, repetiu a dose em 2002, indicando apenas como candidata à Vice-Presidência a expressiva liderança de Rita Camata, na chapa encabeçada por José Serra. Agora, em 2006, ao completar 40 anos de existência, tão ricos e profícuos, está o PMDB, outra vez, às voltas com o debate estéril, e decide não ter candidato próprio a presidente da República.

Esta decisão da cúpula partidária, à revelia de seus militantes, implantou no seio da legenda uma irremediável diáspora. Os que decidiram pelo PMDB, embora ocupem cargos na cúpula da estrutura partidária, não são *peemedebistas*, têm origem política estranha aos históricos compromissos do PMDB. O presidente nacional do partido, deputado Michel Temer, de São Paulo, não encontrou meios para conter os vários expedientes burocráticos e ilegais de manipulação da vontade da base partidária, utilizados por essa cúpula congressional e de governadores.

Diante da decisão da Executiva Nacional de não apresentar candidato para concorrer às eleições presidenciais de 2006, a base se viu traída, e qualificou como indigna a ilegal decisão da Executiva de atribuir a si competência privativa e exclusiva da Convenção. Está nos estatutos do partido, que tem força de lei, que a decisão sobre ter ou não candidato, fazer ou não coligações com outros partidos, para disputa de eleições gerais, compete à Convenção, e somente a ela.

Revolta à militância, também, a situação absurda de o PMDB, ao não participar oficialmente da eleição, com candidato próprio ou em coligação com outro partido, deixar de usar o valiosíssimo tempo de que dispõe gratuitamente, no período eleitoral nos meios de comunicação, rádio e TV, em rede nacional. O partido teria mais de 10 minutos diários para a propaganda de seus projetos e programas e a perda deste tempo não tem preço, porque seus custos são tão altos que o partido jamais teria recursos para aplicar em propaganda de seu programa.

O PMDB, hoje, para atender à vontade de um grupo de tresloucados, que só pensa nas suas ambições pessoais, sacrifica seu bem maior, que é a defesa da lei e da democracia. Parece ter o partido se esquecido das vitoriosas anticandidaturas de Ulysses Guimarães e de Barbosa Lima Sobrinho, em 1974. O partido nega-se a si próprio. É um grande desastre.

X X X

Ao escrevermos este livro, tivemos presente, desde sempre, as considerações de André Comte-Sponville, que traduzem com perfeição, as razões pelas quais, em que pesem tantas contradições e dificuldades, temos feito de nossa vida um exercício cotidiano da política:

E é por isso que fazemos política. É por isso que continuaremos a fazer. Para sermos mais livres. Para sermos mais felizes. Para sermos mais fortes. Não separadamente ou uns contra os outros, mas "todos juntos", como diziam os manifestantes do outono de 1995, ou antes, ao mesmo tempo juntos e opostos, já que é preciso, já que, não fosse assim, não precisaríamos de política.¹²

Notas

¹ GUIMARÃES, Ulysses. Discurso do Adeus. Proferido em 24 de março de 1991. Impresso e distribuído pela Fundação Ulysses Guimarães.

² COMTE-SPONVILLE, André. Introdução à Filosofia. São Paulo, Martins Fontes, 2002. Pág. 27-36.

³ DUVERGER, Maurice. Du Contrat Social, Livro III, Cap. IV.

⁴ PAIM, Antônio, Org. Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais. Série Pensamento Político Brasileiro, Vol. XIII. Rio de Janeiro, Editora Central da Universidade Gama Filho, 1994.

⁵ DUVERGER, Maurice. Qp. cit.

⁶ BOBBIO, Norberto. O Filósofo e a Política. Rio de Janeiro, Editora Contraponto, 2003.

⁷ KANT, Immanuel. Fundamentação da Metafísica e dos Costumes. São Paulo, Editora Martin Claret. 2003.

⁸ MORRIS, Clarence, Org. Os grandes filósofos do Direito. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

⁹ GRONDONA, Mariano. Os pensadores da liberdade. Trad. Ubiratan de Macedo. São Paulo, Editora Mandarin, 2000.

¹⁰ MARTIN, Hans-Peter e SCHUMANN, Harald. A amadilha da globalização. Trad. Waldtraut U.E. Rose e Clara C.W. Sackiewicz. São Paulo, Editora Globo, 1999.

¹¹ GRAY, Jm. Falso Amanhecer - os equívocos do capitalismo global. Trad. Max Altman. Rio de Janeiro, Record, 1999.

¹² COMTE-SPONVILLE, André. Qp. cit.

Precedentes históricos

Capítulo 1

Avaliou mal, caiu do cavalo. O senhor Jânio Quadros, que havia assumido a Presidência da República sete meses antes, encontrava-se com dificuldades políticas no Congresso Nacional. Aproveitando-se, então, da resistência militar ao vice João Goulart, o enviou em missão oficial para o Oriente e renunciou à mais alta magistratura da nação.

Jânio estava convicto de que voltaria ditador sobre o acovardado Congresso e, ainda, com a inteira cobertura das Forças Armadas. Ledo engano! O Congresso decretou imediatamente a vacância da Presidência e, face à viagem do vice ao exterior, anunciou que o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, assumiria como presidente interino do Brasil.¹

Veto à posse de Jango

A surpreendente e inesperada renúncia de Jânio ameaçava a ordem institucional, pois um grupo de militares e de civis vetava a posse do vice João Goulart, por entender que ela representava um grande mal ao país ². Assim, a ordem institucional brasileira, que acabara de dar um belo exemplo com a transmissão, em janeiro de 1961, da faixa presidencial de Juscelino Kubitschek para o candidato da oposição Jânio Quadros, em clima de absoluta normalidade, mostrou-se perigosamente ameaçada.³

O impasse poderia ter sido mais grave, não fosse a astúcia de Tancredo Neves “inventando” um parlamentarismo de circunstância, para que João Goulart pudesse assumir.

Os militares brasileiros, por seus altos comandos, desde sempre se consideravam os únicos guardiões da nação. Há muito queriam exercer o governo do país através das eleições, com Eurico Gaspar Dutra, presidente de

1946 a 1950, com os candidatos derrotados nas urnas brigadeiro Eduardo Gomes, em 1950; general Juarez Távora, em 1955 e com o marechal Henrique Lott, em 1960. Além dessas tentativas democráticas, houve, nesse período, várias tentativas de golpes armados, como, por exemplo, os de Jacareacanga e de Aragarças, no Governo Juscelino.⁴

No coração do século XX, pouco antes e logo depois de sua metade, com a bipolarização mundial e com os arroubos da União Soviética, os militares brasileiros temiam a “ameaça” comunista. Não somente os militares, mas também boa parte da sociedade. Daí, a especial resistência a João Goulart, tido pelos militares e pelas classes mais conservadoras como aliado, ou, pelo menos, condescendente, com os comunistas. E, nessa época, para os conservadores, todo progressista era comunista ou, então, “inocente útil”.

João Goulart assume a Presidência

Com o arranjo parlamentarista de Tancredo Neves, foi permitida a posse de João Goulart sob suspeita. “A liberdade é o preço da eterna vigilância”. Não tardou muito e as manifestações populares tomaram corpo. O presidente, sempre muito astuto e manhoso, preparou o plebiscito para derrubar o parlamentarismo que lhe fora imposto, o que ocorreu em 6 de janeiro de 1963, quando 11,5 dos 18 milhões de brasileiros aptos a votar escolheram o presidencialismo como sistema de governo. Livre das amarras do parlamentarismo, Jango deu asas e importância a todo tipo de ingerência nos atos do governo.

Em suas hostes, havia tendências várias e, até certo ponto, divergentes, que se digladiavam na disputa do poder. Eram, pelo menos, três forças muito claras: primeira, Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, cunhado do presidente; segunda, a liderança forte e competente do ministro Santiago Dantas; terceira, as lideranças sindicais que ganharam grande importância com Jango.

Em final de 1963, início de 1964, a temperatura das manifestações públicas subiu de maneira alarmante, e o caldeirão começou a ferver intensamente. Os militares se mantinham fiéis ao governo e na expectativa dos acontecimentos.

Em busca de apoio junto à população, João Goulart promoveu eventos

populares em vários pontos do país. O maior de todos, que viria a desencadear sua deposição 18 dias depois, ocorreu no Rio de Janeiro, no dia 13 de março, na Praça da República, em frente à estação da Central do Brasil. No comício, em discurso de 65 minutos, João Goulart anunciou as chamadas *Reformas de Base*, um conjunto de medidas que provocaria radicais mudanças na estrutura agrária, econômica e educacional do país ⁵.

Em contraponto a esta monumental manifestação popular no Rio de Janeiro, os conservadores promoveram, em São Paulo, no dia 19 de março, uma grande mobilização popular, que foi denominada *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. Durante aquele mês, as lideranças militares mantiveram várias reuniões para avaliar o quadro político e traçar estratégias.

Todo esse processo e essa efervescência popular culminaram com a reunião – verdadeiro comício – com suboficiais e sargentos das Forças Armadas, no Automóvel Clube, na Cinelândia, no Rio de Janeiro, no dia 30 de março de 1964. João Goulart não acatou o conselho de Tancredo Neves e compareceu ao evento, proferindo inflamado discurso.

Cai o Governo João Goulart

Na madrugada daquela noite, 31 de março, Olympio Mourão Filho, general comandante da 4ª Região Militar, precipitou-se e colocou a tropa na estrada, descendo de Juiz de Fora – MG para o Rio de Janeiro. Os outros comandantes militares se assustaram com a impetuosidade de Mourão Filho, mas não havia mais como voltar atrás. O Golpe se consumara. João Goulart foi facilmente derrubado.

Na noite de 31 de março, os generais Luís Guedes e Mourão Filho (oficial este que criara o falso Plano Cohen em 1937) sublevaram a guarnição de Minas Gerais. A rebelião, longamente preparada, expandiu-se rapidamente, conduzida pelo general Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, e com o apoio civil dos governadores Magalhães Pinto, de Minas Gerais; Carlos Lacerda, da Guanabara; e Ademar de Barros, de São Paulo. Com a recusa de Jango em oferecer resistência armada e o precário esquema militar do governo, o movimento tornou-se vitorioso em todo o Brasil, em apenas quarenta e oito horas, culminando com o abandono e exílio do presidente no Uruguai. Sucumbia a Quarta República e a democracia brasileira entrava num longo recesso. ⁶

Não se pode encontrar melhor intérprete dos fatos reais daquele primeiro de abril, que a pena consagrada de Carlos Drummond de Andrade, que registrou, com inigualável maestria, os acontecimentos daquela madrugada forte de emoções e de mudanças:

(Abril, 1) E, de repente, foi-se o Governo Goulart, levando consigo o Comando Geral dos Trabalhadores. Em menos de dois dias, tudo se esfarelou. O presidente da República, tão seguro de si ao falar aos "senhores sargentos", fugiu de avião para lugar ainda não sabido. Não tinha a força que pensava - e que outros pensavam que ele tivesse. ⁷

Embora logo após o Golpe o presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli tenha assumido, formalmente, a Presidência da República, o poder, na prática, foi exercido pelos ministros militares de seu governo: brigadeiro Correia de Melo, da Aeronáutica, almirante Augusto Rademaker, da Marinha, e general Arthur da Costa e Silva, da Guerra.

Ato Institucional nº 1: Militares assumem a Presidência

Em 9 de abril, através do **Ato Institucional nº 1** ⁸, o governo, em franca agressão à Constituição, retirou Ranieri Mazzilli da Presidência da República e transferiu o poder político aos militares. Além disso, cassou mandatos e suspendeu os direitos políticos de centenas de pessoas, além de tirar a estabilidade dos funcionários públicos.

Com o **AI-1**, os militares quebraram a ordem constitucional e entregaram a Presidência da República ao marechal de Exército Humberto de Alencar Castelo Branco ⁹, que deveria, em alguns poucos meses, presidir eleições para retorno do país à normalidade democrática. Mas Castelo Branco não cumpriu o que estava previsto e a ditadura duraria vinte anos, apenas com a mudança do titular da Presidência entre os oficiais militares.

Ato Institucional nº 2: o golpe no Golpe

Em outubro de 1965, o governo sofreu muito com a derrota eleitoral de vários de seus candidatos a governador em grandes estados. Particularmente incômodas haviam sido as vitórias que a oposição alcançou em estados politicamente importantes como Minas Gerais e Rio de Janeiro - então Guanabara -, onde saíram vitoriosos os candidatos “insubordinados” Israel Pinheiro e Negrão de Lima.

Essa derrota não foi bem digerida pelo governo que, pouco mais de 20 dias após as eleições, editou, no dia 27 de outubro, o **AI-2**, dissolvendo os partidos políticos existentes, estabelecendo a eleição indireta para a Presidência da República, e conferindo poderes ao Executivo para cassar mandatos e decretar o estado de sítio sem a prévia autorização do Congresso. O **AI-2** foi considerado tão antijurídico e absurdo, que ocasionou a renúncia e o abandono da vida pública de homens sérios que haviam apoiado inicialmente o Golpe de 64. Foi o caso, por exemplo, de Milton Campos, que á época era ministro da Justiça do Governo Castello Branco e que se demitiu por não admitir a edição daquele Ato Institucional.

O **AI-2** foi o golpe no Golpe. A partir de sua edição, a ditadura perdeu muitos de seus simpatizantes iniciais, degenerou-se, não conseguiu manter a estabilidade política e praticou todo tipo de arbítrio.

Com o **Ato Complementar nº 3**, baixado em 5 de fevereiro de 1966, a ditadura determinou que, também, as eleições para governadores pasassem a ser indiretas, pois o governo já previa a derrota de seus candidatos em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, se as eleições fossem diretas.

Ato Complementar nº 4: Instituído o bipartidarismo

Para os militares, contudo, era importante, diante da comunidade internacional, dar aparência de legalidade democrática ao governo brasileiro. Para isto, editou, no dia 24 de novembro de 1965, o **Ato complementar nº. 4**, instituindo autoritariamente o sistema bipartidário no país. Os militares pensaram que com apenas dois partidos e, logo depois, com a contrafação da sublegenda e com eleições indiretas através de colégios elei-

torais adredemente escolhidos, controlariam o processo político com mão-de-ferro por muito tempo. Um partido apoiaria claramente o governo e outro se faria de oposição.

Através de atos autoritários sucessivos como esses, o Governo Militar criava todo “arranjo” possível para evitar o crescimento da oposição. Mas a estratégia de sufocar o seu avanço nem sempre deu certo. Foi o que aconteceu com a instituição do bipartidarismo: os golpistas enganaram-se. E deram azar, pois, passados poucos meses, nasceria o **Movimento Democrático Brasileiro – MDB**.

Notas

- ¹ O presidente Jânio Quadros apresentou ao Congresso sua renúncia no dia 25 de agosto de 1961.
- ² João Belchior Marques Goulart – cujo apelido Jango vem da infância – foi candidato à reeleição para a Vice-Presidência da República na chapa do marechal Lott, adversário derrotado de Jânio Quadros. Desde a posse, em 1961, a convivência de Jânio (UDN) e Jango (PTB) foi conflituosa.
- ³ Em janeiro de 1961, Juscelino Kubitschek, que enfrentara a mais dura e intransigente oposição da história do país com a orquestrada “banda de música” da UDN, o partido da União Democrática Nacional; que vencera várias tentativas de golpes militares; e que havia realizado o mais democrático e progressista governo da história pátria, passou, em ato simbólico de ápice da democracia, a faixa presidencial àquele que fora candidato da oposição e alcançara estrondosa vitória eleitoral, o senhor Jânio da Silva Quadros.
- ⁴ A tentativa de golpe em Jacareacanga (Pará) ocorreu em 31 de janeiro de 1956 e consistia na tomada da base de Jacareacanga por oficiais da Aeronáutica, com o objetivo de impedir a posse de Juscelino. A tentativa de golpe de Aragarças (Goiás) ocorreu em 1959 e também foi promovida por militares da Aeronáutica. Ambas as tentativas foram derrotadas pelo general Lott, então ministro do Exército. Os militares rebelados procuraram asilo em países latino-americanos. Juscelino respondeu a esses levantes com anistia para os golpistas.
- ⁵ Para historiadores e analistas políticos, o Omício da Central do Brasil precipitou a queda de Jango. Em seu discurso, Jango anunciou que “havia assinado decreto que encampava todas as refinarias particulares de petróleo e outro que desapropriava e destinava à reforma agrária terras em torno de ferrovias e rodovias federais e pedia reforma urgente da Constituição, acima da qual está o povo”. (In: *Cademo “40 anos do Golpe”*, publicado na Folha de São Paulo, sábado, 13 de março de 2004).
- ⁶ Transcrito de *O Senado e o Regime Militar*. Disponível em <http://www.senado.gov.br/comunica/historia/entra.htm>
- ⁷ DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. *O observador no escritório*. Rio de Janeiro, Record, 1985.
- ⁸ Os Atos Institucionais, mecanismo jurídico criado pelo Governo Militar, foram adotados para legalizar ações políticas não previstas e, algumas, até contrárias à Constituição. De 1964 a 1978 foram decretados 16 atos institucionais.
- ⁹ Em 11 de abril de 1964, o Congresso elegeu para presidente do Brasil o chefe do Estado-Maior do Exército, marechal Humberto de Alencar Castello Branco. Empossado em 15 de abril de 1964, ele governou até 15 de março de 1967. O marechal Castello Branco havia sido chefe do Estado Maior do Exército no Governo Jango e um dos líderes do Golpe de 31 de Março de 1964. Castello Branco faleceu em um acidente aéreo, logo depois de passar a presidência para o general Costa e Silva.

Capítulo 2

Autores de tantas violências institucionais, os governantes militares jamais poderiam pensar que, com todas as medidas autoritárias que vinham adotando, ao contrário de seus propósitos, dariam origem ao mais amplo, duradouro, profundo e conseqüente movimento político da história do Brasil, e que haveria de colocar por terra o regime ditatorial.

Logo depois de criado, o **Movimento Democrático Brasileiro – MDB** se transformou no desaguadouro das melhores aspirações nacionais. Foi o **MDB/PMDB** o grande artífice da conquista do Estado Democrático de Direito, alguns anos depois, em 1988, quando o grande timoneiro, Ulysses Guimarães, ergueu e entregou à nação a Constituição Cidadã. O Governo Militar, ao criar o bipartidarismo, não contava com a insubordinação do **MDB**.

Os militares, aliados à grande burguesia nacional, representada pela direita extremada, por homens sérios e equivocados, e por oportunistas de toda ordem, formaram a **Aliança Renovadora Nacional – ARENA** -, para dar sustentação a todo tipo de arbítrio do Governo Militar.

Como partido de oposição, o **Movimento Democrático Brasileiro** nasceu nas mãos de homens e mulheres independentes, corajosos e comprometidos com o destino de liberdade do povo brasileiro. Era a aliança de liberais e social-democratas com progressistas independentes, esquerdistas, comunistas e socialistas.

Apesar de um início muito difícil, pois as condições impostas pela força eram muito adversas, o nascimento do **MDB** foi como um pequeno raio de luz na escuridão. O partido, em pouco tempo, se transformaria no representante legítimo e institucional de todos os opositores que desejavam enfrentar a ditadura com ações responsáveis e conseqüentes.

Fundação do partido

O Movimento Democrático Brasileiro - **MDB** - foi fundado, formalmente, no dia 24 de março de 1966, no estado da Guanabara, embora, informalmente, tenha sido constituído em uma reunião no dia 4 de dezembro de 1965, na qual um grupo de parlamentares deliberou criar formalmente um movimento de oposição ao Governo Militar. Seu nome foi escolhido entre duas sugestões: *Ação Democrática Brasileira* (apresentada pelo deputado Ulysses Guimarães) e *Movimento Democrático Brasileiro* (apresentada pelo deputado Tancredo Neves), tendo vencido a segunda.

Originalmente, o **MDB** foi constituído por 120 deputados e 20 senadores (número exigido para se registrar a legenda) vindos de todos os partidos de oposição, unidos pelo propósito comum de restaurar a normalidade democrática. Seu primeiro presidente foi o senador Oscar Passos (AC), tendo como vice-presidente o deputado Ulysses Guimarães (SP).

O **MDB** foi registrado no Tribunal Superior Eleitoral como “Organização Provisória” pela resolução nº 7.822, em sessão de 24 de março de 1966, publicada no Diário da Justiça de 4 de abril de 1966. Em 1º de março de 1967, através da resolução nº 8.094, foi aprovado seu registro definitivo, publicado no Diário da Justiça em 3 de abril de 1967. ¹

A criação do **MDB** foi saudada por toda a nação, especialmente pelos parlamentares de oposição. Sufocados pelo arbítrio do Governo Militar, eles encontraram, no novo partido, o espaço institucional legal para suas lutas em favor do fim da ditadura e do resgate das liberdades democráticas.

Em 1º de abril de 1966, para darmos um exemplo, o deputado Paulo Macarini, do **MDB** de Santa Catarina, ocupou a tribuna do plenário da Câmara para anunciar a criação do novo partido:

Senhor presidente, espetáculo verdadeiramente cívico e patriótico foi realizado ontem, neste plenário, pelo Movimento Democrático Brasileiro, em sua instalação, quando se fez sentir o clamor popular contra as medidas restritivas à liberdade e ao direito da pessoa humana, inauguradas pelo Governo Castello Branco.

A palavra do presidente, senador Oscar Passos, secundado pelos brilhantes companheiros Oswaldo Lima Filho, Franco Montoro e Josaphat Marinho, bem evidenciam os rumos que tomará o MDB na defesa das liberdades constitucionais, das franquias democráticas e, acima de tudo, do direito de defesa em favor de todos os cidadãos brasileiros.

O Movimento Democrático Brasileiro, que se instalou ontem nesta Casa, com plenário e galerias literalmente tomados, há de ser uma clareira que se abre nas trevas da vida brasileira.

Deseja, como todo o povo brasileiro, uma política eminentemente brasileira, a defesa da mão de obra nacional, a garantia das liberdades democráticas e, acima de tudo, das conquistas que os trabalhadores alcançaram com o suor do seu rosto e com o sangue, nas praças públicas. Deseja, também, o MDB, através de seus órgãos de direção, com o apoio do povo e dos estudantes na luta contra o terror cultural, uma pátria livre e independente, digna de todos os brasileiros e digna do respeito internacional.

Tenho certeza de que o Movimento Democrático Brasileiro há de fixar sua orientação, sua caminhada e seu trabalho para a instauração de um regime verdadeiramente democrático, em que prevaleça a vontade soberana do povo em eleições diretas, a fim de que o Executivo e o Legislativo se mantenham capazes de assegurar o efetivo exercício da democracia em nosso país.²

1ª Executiva Nacional

A **1ª Comissão Executiva Nacional do MDB** foi eleita na Convenção do dia 4 de abril de 1966, e dirigiu o partido até 20 de novembro de 1969. Foi assim constituída: **Presidente:** senador Oscar Passos (AC), **Vice-presidentes:** deputado Oswaldo Lima Filho (AC), deputado Ulysses Guimarães (SP), deputado Franco Montoro (SP), **Secretário-geral:** deputado José Marins Rodrigues (CE), **Tesoureiro:** senador José Ermírio de Moraes (PE), **Vogais:** senador Pedro Ludovico (GO), senador Argemiro de Figueiredo (PB), senador Barros de Carvalho (PE), deputado Antônio Ferreira de O. Brito (SP), deputada Ivete Vargas (SP).

Nos primeiros meses após sua fundação, o **MDB** se espalhou por todo o país. Nos estados, o partido foi criado, na maioria das vezes, pelas mãos de parlamentares opositores. É bastante significativo o entusiasmo com que o deputado Argilano Dario, do Espírito Santo, dá ao Plenário a notícia da instalação do **MDB** em seu estado:

Sr. presidente, nobres deputados, (...) acabamos de fundar o Movimento Democrático Brasileiro no estado do Espírito Santo e de requerer seu registro ao Tribunal Regional Eleitoral.

Ao anunciar esse acontecimento democrático, congratulo-me com todos os no-

vos companheiros pela coragem cívica demonstrada nas diversas reuniões que se sucederam nas 53 unidades municipais do meu estado, sem o que, ante a pressão do Poder Público Federal, que já se faz sentir até mesmo ali, através dos bravos senhores da ARENA, não teria sido possível tão auspiciosa realização.

Mas esses bravos companheiros não se intimidaram e, em todos os municípios capixabas, foram constantes conosco e responderam “presente” a esta arrancada em busca da democracia, que está longe de ser um fato em nossa terra.

Congratulo-me, assim, senhor presidente, com todos aqueles companheiros que formam hoje conosco no Movimento Democrático Brasileiro e lanço, desta tribuna, o meu brado de alerta a quantos desejam, no meu estado e no país, o usufruto pleno da democracia, para que, num trabalho indomido, constante, todos nós, do Movimento Democrático Brasileiro, como também os colegas da ARENA, possamos conseguir amanhã, dias de paz e de harmonia nesta grande nação.

É o apelo que faço a todo capixaba, a todo o povo brasileiro, a todos aqueles que, de um partido ou de outro, estejam ansiosos pelas disputas democráticas através dos pleitos eleitorais, para que possamos ter dias melhores, vencer esta luta tão importante para a felicidade de um país: a busca e a conquista da democracia. ³

Insubordinação: não participar das eleições indiretas

Embora os militares esperassem que o partido da oposição no bipartidarismo fizesse apenas uma “encenação de oposição”, o **MDB** não se prestou a esse papel e não se resignou, jamais, em ser linha auxiliar da ditadura. Insubordinou-se desde cedo.

Já em sua **I Convenção Nacional**, tomaria deliberações surpreendentemente corajosas para o contexto de repressão em que fora criado. Realizada no dia 6 de agosto de 1966, no Palácio Tiradentes, no estado da Guanabara, a convenção tinha como pauta “discutir a participação, ou não, do **MDB** nas eleições indiretas para escolha do presidente e do vice presidente da República e dos governadores e vice-governadores, em 11 estados”. Participaram da convenção, presidida pelo senador Oscar Passos, 146 deputados e senadores e 35 delegados das Comissões Diretoras Regionais.

As deliberações finais desta **I Convenção Nacional** mostram, de maneira incontestável, que o **MDB** não aceitaria coonestar o regime autoritário e que tinha nascido para contestar a ditadura. Foram elas:

1. Não participar das eleições indiretas no âmbito nacional, recomendando o mesmo comportamento político no plano regional e denunciar tais pleitos como desrespeito à vontade popular;

2. Participar das eleições diretas marcadas para novembro próximo, exigindo garantias efetivas para sua realização;

3. Reafirmar sua linha de ação política de luta e em defesa das liberdades democráticas e dos direitos fundamentais da pessoa humana;

4. Aprovar o manifesto à nação no qual se faz a análise da situação política e se consubstanciam os pontos de vista do MDB sobre os diversos aspectos da conjuntura brasileira.⁴

1º Manifesto à Nação: Partido é, e será, a voz do povo

Neste “1º Manifesto à Nação”, aprovado durante a I Convenção Nacional do partido, o **MDB** mostra-se consciente de que, “no momento atual, é o único instrumento válido em condições de captar e de dar ressonância à voz do povo”. Eis a íntegra do Manifesto, documento histórico de incomensurável importância, aprovado e assinado por *emedebistas* de todo o país:

Reunido em Convenção Nacional para graves e severas decisões que interessam à restauração e à sobrevivência do regime democrático no país, o Movimento Democrático Brasileiro toma consciência nítida de que é, na hora atual, o único instrumento válido em condições de captar e de dar ressonância à voz do povo.

Falamos pelos que se manifestam, mas não podem dizer tudo. Falamos pelos que dizem tudo, mas não conseguem romper as barreiras das restrições ostensivas ou das censuras disfarçadas. Falamos pelos que se calam, marginalizados num silêncio que é mais de quem julga do que de quem teme.

Os grupos empresariais nas cidades e nos campos falam, mas não dizem tudo, num esforço para preservar algo que é também do interesse do Brasil – a produtividade e a manutenção em mãos brasileiras do que ainda resta de capacidade de decisão no setor da economia e das finanças.

Líderes políticos, líderes intelectuais, líderes religiosos dizem tudo, mas a sua voz mal transpõe o recinto do Congresso, das Assembleias e das Câmaras; ou se dilui nas salas de aula, nos gabinetes de pesquisas, nas páginas dos jornais e dos livros, que, se não estão sob o regime de censura aparente, são ameaçados e intimidados por mil processos sub-reptícios e ardilosos; ou se extingue, sem ressonância, no interior dos templos religiosos, quando não é simplesmente abafada pela prepotência,

como ainda há pouco se viu, no Nordeste, quando da publicação de um manifesto do Episcopado sobre a situação dos trabalhadores, naquela região, e cujo texto teve a sua leitura sonogada ali, e no resto do país.

Os lavradores, os operários de indústria, os empregados do comércio, bancários, servidores públicos, ferroviários, portuários e marítimos, em suma, todas as categorias de trabalhadores, não têm como se fazer ouvir: os seus sindicatos foram fechados, no campo, ou amordaçados e corrompidos nas cidades; os seus líderes mais autênticos estão presos, exilados, ou submetidos a uma vigilância que objetiva, antes de tudo, intimidá-los, para impedir-lhes atuação mais vigorosa.

Os estudantes, para discutirem os seus problemas e refletirem sobre os problemas brasileiros que interessam a todos os cidadãos, mas devem interessar de modo especialíssimo à juventude estudiosa, têm de apelar para a clandestinidade, como ocorreu ainda há pouco no Congresso Estudantil de Belo Horizonte, reunido no porão de uma igreja, enquanto, por fora e em térreo, um dispositivo militar ridiculamente exibicionista anunciava represálias desproporcionais.

À massa popular só é dado sofrer, caladamente ou em sussurros angustiados, os efeitos da subida vertiginosa dos preços de mercadorias essenciais enquanto se congelam salários e vencimentos, ao mesmo tempo em que se ensaia a eliminação da nossa legislação social do direito à estabilidade.

O MDB sente que é seu dever falar tudo, por todos! Eis porque a essa tomada de consciência há de corresponder uma tomada de posição.

Antes de mais nada, pela restauração democrática. A consciência de culpa dos atuais dirigentes do país obriga-os, muitas vezes, a anunciar o mesmo propósito: restaurar a democracia. Mas o negam na prática, pelos atos institucionais e complementares, dos quais o cidadão comum já não consegue saber o número, nem imaginar quantos serão. Pela exclusão do povo, afastado da escolha dos seus governantes. Pela intervenção já agora desmascarada, junto ao corpo eleitoral dos pleitos indiretos, como se verificou recentemente no Acre e de forma despuorada no Rio Grande do Sul, onde a máquina de cassações transformou em minoria o que antes era maioria, apoiada pelo que há de mais representativo da vontade do povo gaúcho.

Pela submissão do próprio Chefe de Estado à condição de sectário de um partido, renegando sua palavra de honra, no ato solene da posse, perante o Congresso Nacional, quando afirmou que promoveria a concórdia dos brasileiros e seria "o presidente de todos eles e não o chefe de uma facção". Pelo desembaraço com que o presidente da República, fugindo ao confronto com a livre manifestação da massa eleitoral, sustenta que as oposições têm de conformar-se em ser minoria e, como tal, renunciar à conquista do poder. Pelo anúncio de uma Constituição, cujo principal redator previamente confessa que não será modelo de organização política, mas instrumento técnico, que há de consubstanciar, com certeza, as tendências e sestros autoritários característicos dos eventuais detentores do poder.

Mas a restauração democrática só pode começar de uma forma: pela abertura das urnas eleitorais ao povo que, através do sufrágio direto, secreto e livre, dirá sim ou não aos que o governam e aos que pretendam representá-lo. Não deixa de ser melancólico, temos, ainda, de lutar, em 1966, pelos princípios por que a nação se levantou em 1928-1929 e que se consagraram após as Revoluções de 1930 e 1932. O retrocesso que sofremos se evidencia aos espíritos mais simples, e só não é reconhecido por muitos dos que, ontem em posição de liderança daquelas lutas e insurreições, hoje presidem a decepcionante contramarcha.

Restaurados velhos e novos direitos democráticos - políticos, sociais, econômicos e culturais - a todos deve ser assegurada a mais plena liberdade de pensar, de dizer e de fazer, sem discriminações. Cumpre garantir o acesso aos meios de comunicação. É imperioso assegurar a autonomia das associações de classe, a autonomia universitária, a liberdade sindical, a de cátedra e a de imprensa, para que os homens de todas as idades e profissões possam participar, com iguais oportunidades, na construção do progresso nacional.

Não se obterá o livre exercício dos direitos cívicos, sociais, econômicos e culturais, enquanto permanecer no país o ambiente discriminatório de suspeições e ameaças, fruto dos poderes excepcionais que o governo a si próprio se conferiu. E aí a necessidade de anistia ampla e da revogação dos atos institucionais e dos seus apêndices.

O MDB toma posição, ainda, pelo progresso que, em tempos contemporâneos, se exprime através de uma política de desenvolvimento harmônico, que não pode ser posta, exclusivamente, nos planos de restauração financeira ou monetária, tal como ocorre hoje. É preciso denunciar com clareza o fracasso do planejamento econômico-financeiro do governo, já admitido por vários dos seus representantes mais qualificados. Este documento não quer entrar em pormenores a respeito da formulação da política econômico-financeira em aplicação. Seria enveredar pelos desvios de uma controvérsia teórica, que não interessa ao povo. Com o povo, formulamos o raciocínio elementar de fundamento bíblico: pelos frutos se conhece a árvore. Os frutos da política econômico-financeira do governo aí estão aos olhos de todos: encarecimento da vida, desestímulo à produção, desemprego, desnacionalização da indústria brasileira em proveito das grandes corporações estrangeiras. Claro que ninguém nega a necessidade do planejamento econômico, que é o processo contemporâneo de organização do desenvolvimento dos povos.

O planejamento, porém, não deve obedecer a princípios antidemocráticos, como os que vêm invocando o governo em nome da segurança nacional, assim deturpada no seu conceito e nos seus fins legítimos.

Nem se compreende que a segurança nacional se harmonize com o enfraquecimento da Petrobrás, através da concessão a grupos privados da exploração do xisto betuminoso e da indústria petroquímica; com a descaracterização da Eletrobrás; com a entrega a grupos estrangeiros das riquezas do subsolo brasileiro, da nossa indústria farmacêutica, da exportação do café, do cacau e do algodão. Com a segu-

rança nacional também não se concilia a tolerância a ameaças de internacionalização da Amazônia.

De outro lado, o MDB toma posição por uma política externa independente de fato, e não só de palavras, oposta à que tem sido metodicamente executada pelo atual governo.

O apoio moral e militar prestado à intervenção armada na República Dominicana, contribuindo para dar uma frágil cobertura "a posteriori", em nome da Carta da Organização dos Estados Americanos, ao ato que a desmoralizou, violando-lhe frontalmente os dispositivos que vedam a intervenção direta ou indireta, "seja qual for o motivo", e a ocupação militar em qualquer nação do Continente; o Acordo para Garantia de Investimentos entre o Brasil e os Estados Unidos da América, que obriga o nosso país, pelo prazo absurdo de vinte anos (contados a partir do momento em que, apurada a inconveniência do Acordo para os nossos interesses, queiramos denunciá-lo), a dar situação de privilégio ao capital alienígena em relação ao nacional, buscando, inclusive, subtraí-lo à alçada da Justiça Brasileira; o Acordo de Cooperação nos Usos Cívicos da Energia Atômica, também firmado com os Estados Unidos, que veda ao Brasil qualquer iniciativa autônoma no campo da pesquisa, do desenvolvimento e da industrialização da energia nuclear, colocando-nos sob a tutela absoluta da Comissão de Energia Atômica daquele país; os entendimentos, visando à criação de uma Força Interamericana Permanente, destinada a intervir em qualquer país da América Latina cuja política interna ou internacional ameace desenvolver-se contrariamente aos interesses econômico-financeiros e político-estratégicos alheios ao Brasil - nada disso honra a tradição de clareza, segurança e independência que herdamos dos nossos maiores estadistas e diplomatas do Império e da República.

Posições firmes que foram adotadas, recentemente, na questão fronteiriça levantada pelo Paraguai quanto à soberania, sobre o Salto Grande das Sete Quedas, e no encaminhamento da reforma da Carta da OEA, durante a reunião realizada no Panamá, de fevereiro a abril deste ano, não chegam a desfazer a impressão penosa de submissão dos nossos reais objetivos aos propósitos dos grandes blocos militares e às conveniências da Guerra Fria.

O Movimento Democrático Brasileiro dissocia-se completamente dessa situação melancólica, e reitera seu desejo de contribuir para a efetivação de uma "política externa de afirmação nacional, de preservação da paz e de aproximação com todos os povos, especialmente com a América Latina e os países em desenvolvimento, para a defesa de interesses comuns".

Este documento exprime, assim, a insatisfação geral do nosso povo em relação às diretrizes doutrinárias e aos métodos políticos da atual situação, marcados por um mesmo complexo de reacionarismo entreguista, profundamente antibrasileiro.

Contrário a todas as formas de extremismo como a todos os processos de violência, o MDB luta pelas instituições democráticas e pela reforma e humanização de nossas arcaicas estruturas econômicas e sociais, visando a concórdia da família brasileira.

Por isso mesmo, o Movimento Democrático Brasileiro, no âmbito federal, não participará de eleições indiretas, recomendando o mesmo comportamento político no plano regional. Apresentar-se-á, porém, ao julgamento do povo, nas eleições diretas de novembro, para o Congresso, para as Assembleias Legislativas e para as Câmaras Municipais. Vai fazê-lo ciente de que não são eleições normais, tal o número de restrições que lhes impôs o governo, no esforço de assegurar, para a organização que o apóia, uma base que sabe lhe faltar. O que nos move a enfrentar todas essas restrições é a convicção de que o pleito direto significa, ainda, uma possibilidade de restauração democrática, de retomada do processo de emancipação e de desenvolvimento econômico do Brasil, de fidelidade à nossa tradição, de confiança em nosso futuro. Acreditamos na manifestação da vontade do povo, ainda que oprimido e sujeito às ameaças e aos temores do momento sombrio que a nação está vivendo, coagida e intranquila.⁵

Abrigo de todas as tendências democráticas

Fiel a seu destino aglutinador das forças democráticas, já claramente explicitado desde seu nascimento, o **MDB** recebia em seu seio todos os brasileiros, de todas as tendências democráticas. Não havia outro caminho. E, aí, o **MDB** foi generoso e nobre ao acolher a todos que lutavam pela volta ao Estado Democrático de Direito.

A convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, desde então, passou a ser a grande bandeira do partido. É necessário registrar que a Constituição só foi promulgada em 1988, mas a luta para a sua conquista veio de longe. Foi dura e inquebrantável.

Este perfil acolhedor valeu ao **MDB** – e depois ao **PMDB** – a crítica de que o partido se ampliou demais, tendo se transformado numa frente incoerente, abrigando várias tendências e, por isso, perdendo sua identidade. O **PMDB**, hoje, não se arrepende disso, pelo contrário, se envaidece por ser mais representativo da heterogeneidade do país. Os partidos ditos “puros” só representam pequenas parcelas do povo brasileiro e, na verdade, nem existem mais. Os “muito puros” têm se mostrado os mais impuros. O **PMDB**, desde seus tempos de **MDB**, sempre quis e quer representar a média desse povo tão desigual e diferente. Aqui está a real autenticidade do partido.

Protesto contra o arbítrio

O ano de 1966 registra acontecimentos políticos de grande relevância e movimentos oposicionistas contundentes, a maioria deles tendo o recém-criado **MDB** e seus militantes na liderança dos fatos.

Cumprindo a decisão de sua I Convenção Nacional, o **MDB** não apresentou candidato à eleição indireta para a Presidência da República. E, em outubro, comete mais um ato de insubordinação ao governo e ao regime imposto, com a recusa em participar do Colégio Eleitoral que escolheu o general de Exército Arthur da Costa e Silva como presidente do Brasil. No momento da votação, toda a bancada do **MDB** se retirou do plenário, recusando-se a legitimar a eleição indireta. Costa e Silva foi eleito presidente do Brasil com os 251 votos de deputados da ARENA e os de 41 senadores, também da ARENA. O deputado Anísio de Alcântara Rocha, de Goiás, foi o único *emedebista* a participar da votação. Antes de votar, contudo, justificou seu voto em extenso pronunciamento no plenário.

No Congresso, deputados e senadores do **MDB** utilizavam todas as aberturas da legislação e todas as oportunidades do ritual legislativo para denunciar a violência e o arbítrio do Regime. Nas ruas, movimentos populares tomavam corpo em manifestações gigantescas de protesto contra a ditadura. O mês de setembro de 1966 foi marcado pelo início da intensificação das manifestações contrárias ao governo em várias cidades do país.

Obstrução e denúncias em Plenário

As bancadas do **MDB** na Câmara dos Deputados e no Senado não perdiam oportunidade para denunciar, das tribunas das duas Casas no Congresso, os atos de transgressão institucional praticados pelo Regime Militar, e a violência moral e física a que eram submetidos todos os opositores do governo.

Foi através dos discursos dos parlamentares do **MDB** que o país, indignado, tomou conhecimento das arbitrariedades e das violências cometidas contra as instituições e contra o cidadão. Através do **MDB**, o governo era advertido de que a nação brasileira não assistiria calada à escalada de autoritarismo.

Deputados e senadores protestavam contra a repressão ao movimento

estudantil, especialmente contra o fechamento da UNE e as invasões às universidades. Criticavam a intervenção nos sindicatos e pediam liberdade sindical. Gritavam contra as cassações de mandatos e de direitos políticos. Denunciavam prisões ilegais e torturas nos porões da ditadura. A luta contra os atos que feriam a ordem constitucional do país tinha nos parlamentares e nos militantes do **MDB** os principais porta-vozes da revolta popular.

A obstrução da pauta da Câmara dos Deputados, em agosto de 1966, ilustra bem a firme posição do **MDB** de utilizar os pouquíssimos instrumentos ao seu alcance para denunciar a ditadura e fazer exigências ao governo. Assim é que, no dia 23 daquele mês, o líder da Bancada na Câmara, deputado Vieira de Melo, fez a seguinte comunicação da tribuna:

Senhor presidente, srs. deputados, a bancada do Movimento Democrático Brasileiro, reunida em dias da semana passada, deliberou realizar obstrução total à pauta dos trabalhos parlamentares na Câmara dos Deputados, até que o Governo da República se decida a oferecer garantias concretas à oposição, para sua participação nos pleitos que se avizinham, e ainda até que seja revogado o Ato Complementar nº 20, por via do qual o governo, atendendo a interesses dificilmente confessáveis, restabeleceu a cédula individual, na votação das eleições diretas de 15 de novembro próximo.

Dessa deliberação dei conhecimento, em carta datada de sábado último, ao eminente senador Aurélio Viana, líder da bancada do MDB no Senado Federal. E de S.Exa. recebi, nesta data, a carta que peço permissão para ler à Câmara, do seguinte teor:

"Brasília, 22 de agosto de 1966. Amigo deputado Vieira de Melo: Em resposta à sua comunicação de 20 de agosto do corrente, só ontem, domingo, recebida por mim, sobre a obstrução total da pauta dos trabalhos parlamentares, comunico-lhe que a bancada sob minha liderança decidiu reafirmar a atitude que vem mantendo de apoio às proposições de interesse público e de oposição irredutível aos projetos do governo que sejam evidentemente atentatórios às liberdades e direitos individuais e coletivos.

O MDB, no Senado — e não necessitaríamos de mencioná-lo — não se vem omitindo na luta pelas liberdades democráticas, que vêm sendo eliminadas pelo Golpe de 31 de Março.

Sustenta a bandeira da democratização do país, sem qualquer recuo ou tergiversação. Vem denunciando os desmandos do atual governo, desde as violências cometidas contra estudantes e operários, à sua atitude de incompreensão em face dos bispos e de quantos muito justamente se colocam ao lado dos que têm sede de justiça.

Jamais silenciou quando constatou prisões arbitrárias e atentados aos direitos do homem e à liberdade de falar e escrever.

Também não se acomodou diante dos flagrantes erros que vêm sendo cometidos e que nos levam ao caos econômico, financeiro e social.

Salienta que desde a organização do MDB jamais deixou de acatar as determinações e decisões dos órgãos diretivos do partido.

Os senadores do MDB continuam pugnando pelo restabelecimento da cédula oficial e sua integral participação nos pleitos que se avizinham.

Finalmente, a bancada, embora respeite a atitude dos seu companheiros da Câmara, pede vênia para reafirmar a sua posição, que julga também correta, e digna do maior acatamento:

-Obstrução, sim! quando necessária e imperiosa.

Indiscriminada, não!

Esperamos, caro deputado Vieira de Melo, que num encontro futuro cheguemos a um entendimento e que a nossa luta, de ambas as bancadas, continue tendo como objetivo a vitória dos ideais republicanos e democráticos, sob o império das leis que expressem a vontade e os ideais do povo que, com orgulho, representamos. Colocando a razão acima das emoções do momento, concluímos que o fim obstinadamente perseguido por nós e pelo qual vimos lutando é o mesmo: a democratização, a curto prazo, de nosso país.

E o nosso inimigo comum é também o mesmo: a ditadura. Podemos divergir nos métodos, jamais nos fins. Aí estamos definitivamente unidos. Do correligionário. Aurélio Viana".

Pelo que se depreende, sr. presidente, da carta que acabo de ler, do eminente líder do Senado, a divergência se estabelece apenas quanto ao método. Entende o Senado que pode cumprir melhor a sua finalidade realizando uma obstrução específica, discriminada, ao passo que a atitude dos nossos companheiros da Câmara, traumatizados por tantos golpes que vêm sendo experimentados pelas forças democráticas, de tantas aberrações, de tantos erros, de tantas violências, de tanto arbítrio, deveria ser aquela do tratamento de choque, a fim de verificar até que ponto estaria o governo disposto a reexaminar esta posição que vem mantendo, de total alheamento, não apenas às angústias do povo brasileiro, como também em relação às garantias e direitos fundamentais da pessoa humana.

Por isto mesmo, a mim não cumpria, como líder da bancada, senão dar efetiva execução à deliberação tomada.

E nem se diga que esta deliberação partiu de uma maioria eventual ou, mesmo, não de uma maioria mas apenas de uma parte da bancada. Estiveram reunidos, sob minha presidência, mais de 80 deputados do MDB, comparecimento que considero, nas atuais conjunturas, excepcional. Pude ali verificar o estado de espírito que é

mais do que decisão por uma posição realmente total, radical em relação ao funcionamento da Câmara, partindo do pressuposto de que:

Primeiro, o governo dispõe de maioria de 2/3 na Câmara - a ele cabe realmente, se quiser fazer a Câmara funcionar, aqui colocar seus representantes. Jamais podendo conferir à oposição a responsabilidade pelo não funcionamento da Câmara;

Segundo, são ímperantes os trabalhos legislativos, já que, enquanto as comissões da Câmara e seu Plenário trabalham durante dias e meses, perseguindo disciplinar a matéria, o governo, num minuto ou num segundo, resolve disciplinar a situação jurídica através de Ato Institucional, Complementar, ou mesmo de Decreto-Lei. Nestas condições difíceis, a bancada da Câmara coloca sua posição nos termos do seguinte manifesto que passo a ler da tribuna, para conhecimento da Casa e do povo brasileiro:

"Ao Congresso e à Nação:

A bancada do MDB na Câmara Federal bem sabe de sua responsabilidade na hora grave que a nação atravessa. Não têm sido poucas as ocasiões em que conclamou o governo a esquecer o ódio para ir ao encontro das aspirações do nosso povo. Muitas vezes tem apelado para que os detentores do poder não se mantenham isolados e surdos aos gemidos de todas as nossas camadas sociais, indiferentes ao desespero que atinge quase todo cidadão deste País.

Repetidamente, vem o MDB afirmando ao povo que a luta legal é o instrumento da restauração democrática, denunciando os riscos de qualquer outra posição para os interesses da causa da liberdade.

O que não deseja o MDB é ser uma agremiação política apenas para disfarçar a ditadura partidária; nem oposição para legalizar o absolutismo; nem bancada parlamentar para coonestar o desprestígio do Congresso.

Em manifesto lançado por ocasião de sua última convenção, o MDB já denunciava "as diretrizes doutrinárias e os métodos políticos da atual situação, marcados por um complexo de reacionarismo entreguista profundamente antibrasileiro". Desmascarando a farsa das eleições indiretas, definiu a sua não participação nas mesmas como a melhor forma de lutar por eleições autênticas.

Sabe o MDB que a sua grande razão de existência, no atual momento brasileiro, é ser uma força lutando pela restauração democrática do país. E que só pode intitular-se democrático um regime onde haja o acato à lei, um Parlamento livre e um povo nem amedrontado nem usurpado dos seus direitos.

Quando os sindicatos estão fechados ou amordaçados; quando a juventude brasileira é forçada a abrigar-se nos templos, reeditando episódios da Idade Média; quando a própria Igreja se sente ameaçada se não abençoar os poderosos; quando o operariado brasileiro vai-se transformando paulatinamente numa legião de servos, sente o MDB que o Parlamento, mais do que nunca, deve dar o seu grito, ainda que o último, para salvar a nação de tal ignomínia.

É certo que o Congresso deveria ser o estuário onde desembocassem, normal e livremente, todas as angústias e aspirações do nosso povo: onde os deputados e senadores, cumprindo os seus mandamentos, se empenhassem nas melhores leis em benefício de nossa gente.

Mas, infelizmente, quando o governo tutela uma maioria submissão, fazendo do Parlamento uma câmara homologativa da iniquidade, justificadora da prepotência, bumbo para esconder a ditadura, a bancada do MDB entende só lhe restar nesse momento fazer dele o grande anfiteatro da denúncia do arremedo democrático. Usá-lo normalmente seria aceitar a anormalidade: praticar a rotina dos seus trabalhos, seria concordar com a subaltermidade.

Por essa razão, a bancada federal do MDB decidiu obstruir os trabalhos parlamentares. Seu objetivo é dar à Câmara dos Deputados uma expressão mais nítida de resistência contra a ditadura, que continuamente estende sua opressão a todos os setores do Congresso. O que nos anima em tal propósito é o espírito de luta, mais forte do que nunca, pelo restabelecimento da democracia em nosso país. Usaremos com vigor a tribuna, que é a nossa trincheira. Estaremos ausentes das votações para não homologar a farsa em que se transformou o processo legislativo brasileiro, quando um Congresso trabalha e elabora as leis para que o presidente da República as ignore, baixando atos institucionais, complementares e decretos-leis.

Exemplo flagrante é a edição do AC-20 que, extinguindo a cédula única, revogou uma decisão assente na moralização eleitoral, numa época em que a coação policial-militar se faz presente em todos os estados, retirando do eleitor humilde a liberdade de entrar na cabine indevassável e assinalar a legenda partidária de sua preferência.

Exemplo não menos significativo nos é dado pelo decreto-lei que congelou os salários, pôdo de lado as leis trabalhistas, a Justiça do Trabalho, e a liberdade de patrões e empregados acordarem entre si, segundo tradição nossa, ainda recentemente ratificada pelo Congresso, em lei votada e sancionada.

A decisão dos deputados do MDB é, por conseguinte, um gesto afirmativo contra o clima ditatorial existente no país, pesando cada vez mais sobre os trabalhadores, as empresas nacionais, os estudantes, os homens do campo e agora até mesmo sobre religiosos. E' também uma advertência contra graves ameaças que se tornam dia a dia mais concretizáveis, como a imposição de uma nova Carta Constitucional, a ser outorgada ou extraída, a fórceps, de um Congresso ameaçado, como as impugnações ou vetos dirigidos contra os candidatos de oposição com maior potencialidade política e eleitoral, transformando também em farsa o pleito de 15 de novembro próximo.

A bancada do MDB não se esconde sob o manto da timidez e nem lastreia a sua luta na intransigência incoseqüente. A obstrução foi o caminho encontrado quando o governo retirou de todos quaisquer outros instrumentos. A normalidade democrática é, todavia, o seu grande objetivo. Que se restaurem as franquias democráticas, a autonomia do Parlamento, a liberdade de reivindicar e não ter medo, encontrarão o MDB pronto para o diálogo construtivo." ⁶

A Sociedade Civil também reage

Passado o impacto dos primeiros tempos sob a nova ordem revolucionária, os verdadeiros democratas, defensores da liberdade e, portanto, opositores do Regime Militar, começam a se organizar. A sociedade civil se revolta contra o arbítrio do governo, as violências institucionais, as cassações de mandatos de parlamentares, prefeitos, governadores, a cassação de direitos políticos de cidadãos honrados e comprometidos com o destino da nação.

A partir de 1966, sob a liderança do **MDB**, núcleos de resistência são criados em todo o país. A juventude estudantil se mobiliza e realiza atos públicos de protesto contra o Regime.

Frente Ampla

Enquanto o **MDB** se estruturava como partido e utilizava o Congresso Nacional para protestos e denúncias políticas, cuidava também de apoiar todas as iniciativas oposicionistas que surgiam.

Incontestemente foi a sua ajuda para a organização da **Frente Ampla** ⁷, movimento articulado por Carlos Lacerda, ex-governador do estado da Guanabara e que obteve o apoio dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e de João Goulart. Muitos *emedebistas* participaram diretamente da constituição da Frente Ampla, alguns ocupando, inclusive, posições de liderança. As intervenções dos deputados *emedebistas* Renato Archer e Doutel de Andrade foram decisivas para que Lacerda, JK e Jango se unissem em defesa do retorno à ordem institucional do país:

As conversas com Juscelino, exilado em Lisboa, foram mediadas por Renato Archer, deputado do MDB, antes do PSD, e as conversas com Goulart, por Doutel de Andrade, do MDB, antes do PTB.

Os militares da linha dura ameaçaram retirar o apoio a Lacerda, caso ele continuasse os entendimentos com os dois inimigos do Golpe. Ainda assim, em 28 de outubro, a Frente Ampla foi lançada com um manifesto, assinado somente por Lacerda, publicado na Tribuna da Imprensa, seu jornal. ⁸

A **Frente Ampla** lutava pelo retorno da democracia através de eleições diretas, reformas partidária e institucional, retomada do desenvolvimento econômico e soberania nacional na política de relações exteriores.

Cassações, Prisões e Inquéritos Policiais

Para calar a voz dos políticos oposicionistas e imobilizar as ações da sociedade civil contra o Regime, o Governo Militar lançava mão de instrumentos jurídicos excepcionais, que violavam direitos políticos e civis de cidadãos.

O instituto das “**Cassações**”, implantado a partir dos primeiros atos da Revolução, ainda em abril de 1964, suprimia mandatos políticos legitimamente conquistados e impedia a muitos cidadãos, por 10 anos, o livre exercício de seus direitos políticos. Outra medida de exceção aprovada determinava

*“a abertura de Inquérito Policial Militar, a fim de apurar fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, no país, tenham desenvolvido ou ainda estejam desenvolvendo atividades capituláveis nas leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a ordem política e social”.*⁹

Primeiras Cassações

As primeiras cassações aconteceram em 10 de abril de 1964, em Ato do Comando Supremo da Revolução, amparado pelo **AI-1**, e suprimiu os mandatos de 44 deputados federais e os direitos políticos de 100 cidadãos.

A lista constante do Ato do Comando Supremo da Revolução cassou o mandato dos seguintes deputados: Abelardo de Araújo Jurema (PSD/PB), Adahil Barreto Cavalcanti (PTB/CE), Adão Manoel Pereira Nunes (PSP/RJ), Almino Monteiro Alvares Afonso (PTB/AM), Amaury de Oliveira Silva (PTB/PR), Antonio Garcia Filho (PTB/GB), Armando Temperani Pereira (PTB/RS), Arthur Mello de Lima Cavalcante (PTB/PE), Barros Barretos – suplente – (PE), Benedito Cerqueira (PTB/GB), Clóvis Ferro Costa (UDN/PA), Demisthoclides Baptista (PST/RJ), Eloy Ângelo Coutinho Dutra (PTB/

GB), Fernando de Sant'Ana (PSD/BA), Francisco Julião Arruda de Paula (PSB/PE), Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo (PTB/RO), Henrique Cordeiro Oest (PSP/AL), Helio Victor Ramos (PSD/BA), João Dória (PDC/BA), José Antônio Rogê Ferreira (PTB/SP), José Aparecido de Oliveira (UDN/MG), José Guimarães Neiva Moreira (PSP/MA), José Lamartine Távora (PTB/PE), Leonel de Moura Brizola (PTB/GB), Luiz Fernando Bocayuva Cunha (PTB/RJ), Luiz Gonzaga de Paiva Muniz (PTB/RJ), Marco Antonio Tavares Coelho (PST/GB), Mario Soares Lima (PSP/BA), Max da Costa Santos (PSB/GB), Milton Garcia Dutra (PTB/RS), Moysés Lupion (PSD/PR), Murilo Barros Costa Rego (PTB/PE), Ney Ortiz Borges (PTB/RS), Paulo Mincaroni (PTB/RS), Paulo de Tarso Santos (PDC/SP), Pelópidas Silveira – suplente – (PE), Plínio Soares de Arruda Sampaio (PDC/SP), Ramon de Oliveira Neto (PTB/ES), Roland Cavalcante Albuquerque Corbisier (PTB/GB), Rubens Beyrodt Paiva (PTB/SP), Salvador Romano Lossaco – suplente – (SP), Sérgio Nunes Magalhães Júnior (PTB/GB), Silvio Leopoldo de Macambira Braga (PSP/PA), Waldemar Luiz Alves (PST/PE)

Após a lista dos deputados cassados, seguia-se uma relação com os nomes de 100 (cem) cidadãos, entre os quais estavam: Luiz Carlos Prestes, João Belchior Marques Goulart, Jânio da Silva Quadros, Miguel Arraes de Alencar, Darci Ribeiro, Raul Riff, Waldir Pires, Celso Furtado, Roberto Moreira, Samuel Wainer, Josueh de Castro e do líder sindical, presidente da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, cabo José Anselmo dos Santos.¹⁰

Já neste primeiro ato de cassação, a oposição, que estava distribuída em vários partidos políticos, se indignou e reagiu. O deputado Armindo Marcílio Doutel de Andrade, à época filiado ao PTB/SC, mas que seria um dos fundadores do **MDB**, indagou à Presidência da Câmara se a Casa iria convocar imediatamente os suplentes, *“legitimando destarte a cassação dos mandatos dos deputados cujos nomes foram anunciados”*, ou se iria considerá-los *“ainda em exercício, mantendo a dignidade e a soberania do Congresso Nacional”*.¹¹

A partir dessas primeiras cassações, centenas de outras seriam decretadas. O deputado Michel Temer (PMDB/SP), apresentando o livro *“Atos Institucionais – Sanções Políticas”*, de Paulo Affonso Martins de Oliveira, escreveu:

Começou naquele 10 de abril de triste memória, um processo de "depuração", se assim o podemos chamar, que depois se estenderia a outros líderes, governadores, deputados, senadores, funcionários públicos, professores, e que acabaria atingindo, inclusive, os partidários do Golpe, num processo autofágico, próprio dos regimes ilegítimos e sem representatividade popular.

Razões de segurança nacional justificavam, então, as punições. Hoje, analisando esse passado recente, constatamos que as cassações políticas promovidas pelo Regime Militar não trouxeram benefícios ao país. O que houve foi a "eliminação" de lideranças políticas tradicionais e ação preventiva e nefasta contra os líderes emergentes.

O Brasil perdeu. Calou-se o Congresso. A justiça foi acuada e reduzida. Os partidos foram dizimados, as universidades desfalcadas de importantes quadros. Ninguém, nem mesmo os governadores de então, ganhou com o banimento da vida pública de lideranças que despontavam na vida nacional.

(...) Sem poderes para mudar, para influir nos rumos, para decidir, o Congresso Nacional se resumia à tribuna. Era a Voz do Povo, contra as injustiças, as perseguições, os excessos de grupos militares que tudo podiam, que desconheciam limites éticos, morais, humanos.¹²

Em 17 de abril de 1964, apenas uma semana após as primeiras cassações, foi publicada nova lista suspendendo, pelo prazo de dez anos, os direitos políticos de mais 62 cidadãos, entre os quais estavam Gregório Bezerra e o almirante Cândido da Costa Aragão e mais oito deputados: Alberto Guerreiro Ramos (PTB/GB), Alberico Tavares de Moraes (Suplente), Epaminondas Gomes dos Santos (PTB/GB), João Simões (PSD/PR), José Pedroso Teixeira da Silva (PSD/RJ), Luiz Portela de Carvalho (Suplente-PTB/PE), Moysés Santiago Pimentel (PTB/CE), Múcio Ataíde (Suplente/MG).¹³

Em 7 de maio foram cassados os deputados Clay Hardmann de Araújo (RS) e Floriano Maia D'Avila (suplente RS).

A onda de cassações se acentuou no mês de junho de 1964. No dia 8, foi cassado o mandato eletivo federal e suspensos pelo prazo de dez anos os direitos políticos do ex-presidente e então senador Juscelino Kubitschek de Oliveira. Seguem-se, no decorrer do mês, as cassações dos deputados José João Abdalla (SP), Otávio Rodrigues Maria (SP), Paulo Jorge Mansur (SP), William Salem (SP) e Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque (RJ), Américo Silva (PA), Océlio Medeiros – suplente (PA), Celso Teixeira Brant – suplente (MG), Renato Clímaco Bortalho de Medeiros (RO), Felix Valois

de Araújo (RR), Expedito Machado da Ponte (CE), Wilson Fadul (MT) e José Palhano de Sabóia – Padre (CE).

Estatuto dos Cassados

Em 1965, por iniciativa do presidente da República, o Congresso Nacional leu e apreciou o PL n° 9 - CN, denominado “**Estatuto dos Cassados**”, consagrado no AI-2 (outubro de 1965) e que explicitava as restrições que se impunham aos punidos com a pena de cassação:

- cessação do privilégio de foro por prerrogativa de função;
- suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
- proibição de manifestação pública sobre assunto de natureza política;
- aplicação, quando necessária à preservação da ordem política e social, das seguintes medidas de segurança: liberdade vigiada, proibição de frequentar determinados lugares e domicílio necessário.

Cassações continuam em 1966

Novas cassações de cidadãos foram realizadas em 1966, entre os quais se encontravam Carlos Marighela, João Amazonas de Souza Pedroso, Maurício Grabois, Humberto Lucena Lopes e Apolônio Pinto de Carvalho.

Em 13 de outubro de 1966, dez dias depois de o **MDB** recusar-se a votar em Costa e Silva na eleição indireta para a Presidência da República, foram cassados os mandatos parlamentares dos deputados Abrahão Fidelis de Moura (AL), Antônio Adib Chammas (SP), Armino Marcílio Doutel de Andrade (SC), César Prieto (RS), Humberto El-Jaick (RJ) e Sebastião Paes de Almeida (MG).

Essas cassações geram uma grave crise entre Executivo e Legislativo. A Câmara não aceita a cassação arbitrária e seu presidente, Adauto Lúcio Cardoso, embora filiado à ARENA, reagiu afirmando que somente a Câmara teria competência para cassar mandatos de parlamentares.¹⁴

Em seu livro “*A Construção da Democracia*”, Casimiro Neto narra o desdobramento da rebeldia de Adauto Lúcio Cardoso e a atuação determinante dos deputados do **MDB**:

No dia 15 de outubro, sábado, pela manhã, Adauto Lúcio Cardoso (Arena/GB) segue para Brasília, assume o seu posto e também a posição de líder rebelde à decisão do governo. Tenta reunir os deputados, em Plenário. Não há "quorum". Se encontravam em seus estados em campanha eleitoral. No dia seguinte, regressa ao Rio de Janeiro afirmando que via, na ausência dos parlamentares, uma espécie de "referendum" às cassações. De sábado para domingo, os líderes do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) conseguem reunir, em Brasília, o número de deputados suficiente para que se pudesse realizar sessão na Câmara dos Deputados, na manhã seguinte, segunda-feira.¹⁵

Nesta reunião, Adauto Lúcio Cardoso garantiu aos deputados cassados o pleno exercício de seus mandatos, com direito a voz e, "se for o caso, ao voto", até que o Plenário da Câmara, instância legítima para cassar mandatos, deliberasse sobre o assunto. O deputado Tarcílio Vieira de Melo¹⁶, líder do MDB, fez um extenso pronunciamento, em que anunciou a decisão da bancada oposicionista de resistir "em vigília":

... Está a nação envolta, mergulhada na mais grave crise política, como disse, de que se tem notícia. É o litígio, é o divórcio entre o Poder Legislativo, pela palavra de seus dois chefes autorizados, e o Poder Executivo, presidido pelo senhor marechal Castello Branco. (...) Então, meus senhores, entendemos nesta hora de fazer nesta Casa uma vigília permanente, fazer esta Casa funcionar sob a sua honrada presidência, para que toda a nação tenha conhecimento de que, se todos para aqui não acorreram, a unanimidade do Movimento Democrático Brasileiro se fez presente nesta hora tão grave para os destinos do nosso país, porque estamos convencidos de que este exemplo arrastará para aqui outros companheiros, mesmo os não filiados à nossa agremiação, como já começa a acontecer, para que tomem o caminho de Brasília, e venham transformar esta nova capital em cidadela avançada do grande movimento de restauração democrática do Brasil. Daqui partirá, diariamente, pela palavra dos nossos companheiros - não apenas pela palavra do seu líder, mas também pela palavra de outros bravos companheiros - uma mensagem ao povo brasileiro, para que todos se mobilizem nesta hora, em termos e princípios que são o fundamento da sua vocação para serem livres, da sua estupenda capacidade de reação, para que todos nós, unidos, representantes e povo, possamos construir realmente, a partir daqui, em bases de confiança popular, o grande destino da nação brasileira.¹⁷

Governo fecha o Congresso

Frente a esta insubordinação dos deputados, o governo emite o **Ato Complementar n° 23**, através do qual decreta o recesso do Congresso até o dia 22 de novembro. Neste mesmo dia, pela manhã, policiais invadem o Congresso, fecham todas as entradas, deixando apenas uma saída, e obrigam cada parlamentar a identificar-se na hora de deixar o recinto, constrangimento ao qual não foi poupado nem mesmo o presidente da Casa, deputado Adauto Lúcio Cardoso.¹⁸

Antes de publicar o Ato Complementar n° 23 fechando o Congresso, o presidente Castello Branco redigiu nota que foi lida em reunião ministerial e, depois, transmitida por rádio para todo o país. Nela, deixa explícito o incômodo causado ao governo com a recusa do **MDB** em participar das eleições indiretas, no dia 3 de outubro, para referendar o general Costa e Silva na Presidência do Brasil.

“A nação precisa saber que os elementos que se amoitam na Câmara desejaram suprimir a eleição de três de outubro último. Não podendo fazê-lo, procuraram perturbá-la e depois dela não participaram. Agora desejam suprimir as eleições do próximo 15 de novembro. E tudo fazem para que a posse de 15 de março de 1967 não se verifique. É uma conduta perturbadora, subversiva, contra-revolucionária”.¹⁹

O recesso imposto ao Congresso Nacional repercute de forma negativa junto à sociedade brasileira e latino-americana, como mostra o pronunciamento do senador *emedebista* Nelson Carneiro (RJ), no dia 23 de novembro de 1966, na primeira sessão após a reabertura do Congresso:

(...) nesta primeira sessão após a melancólica fase que há de marcar a página mais negra da história política deste país, aqui estou para exaltar o gesto dos parlamentares bolivianos que, em homenagem ao Congresso Brasileiro, não quiseram acompanhar ao Brasil o presidente René Barrientos. É o sentimento que se espalha pelos parlamentos de toda a América, hoje reunidos no Parlamento Latino-Americano.²⁰

Reaberto o Congresso, a crise desencadeada com a última lista de parlamentares cassados ainda teria importantes desdobramentos. A mesa da Câmara havia enviado esta lista para a apreciação da Comissão de Constituição e Justiça que, em sessão secreta, deliberou retorná-la à Mesa Dire-

tora, para que ela declarasse extintos os mandatos dos deputados cassados. A mesa da Câmara acatou este parecer, apesar da posição contrária de seu presidente, firme em sua decisão de manter a resistência ao ato cassatório. Negando-se a declarar extintos os mandatos cassados, o deputado Adauto Lúcio Cardoso, em gesto extremo, renunciou à Presidência da Câmara dos Deputados, no dia 28 de novembro de 1966.

A propósito da renúncia de Adauto Lúcio Cardoso, o **Jornal do Brasil** publicou o editorial intitulado “*Gesto Raro*”, que foi lido em sessão do Congresso Nacional do dia 29 de novembro de 1966, pelo deputado José Barbosa:

“A crise gerada pelas últimas cassações de mandatos parlamentares federais arrastou o sr. Adauto Lúcio Cardoso ao sacrifício da renúncia à Presidência da Câmara, ao verificar, pela votação de ontem, que seus companheiros de Mesa não o acompanhavam na atitude de resistência ao ato cassatório.

O gesto do sr. Adauto Cardoso, que encerra uma crise aberta há mais de um mês, e que determinou o recurso extremo à recessão do Congresso Nacional, terá que ser analisado como consequência natural e lógica da posição por ele assumida. Suas declarações, ao renunciar, não deixam dúvida sobre o sentido de coerência que ele impôs ao gesto. Não são numerosos os que em nosso mundo político divergem por questão de princípios. Tanto bastaria para dar relevo à atitude do senhor Adauto Cardoso, que, em todo o episódio que agora se encerra, timbrou em distinguir, com nitidez, o que era uma imposição de sua consciência democrática do que poderia ser apenas um lance de pequeno alcance ou de mera contingência personalista.

Deputado em várias legislaturas, o sr. Adauto Cardoso guardou sempre, no exercício de mandatos sucessivos que lhe confiou o povo carioca, uma atitude de respeito pela instituição do Congresso. Eleito sob a legenda da UDN, mais de uma vez viu-se compelido a divergir do partido diante de situações concretas, no contexto da crise brasileira destas duas últimas décadas. Exponente udenista e representando, tanto quanto os que melhor representavam o espírito de irredentismo oposicionista, o sr. Adauto Cardoso assumiu, por exemplo, atitude aparentemente contraditória na crise deflagrada com a renúncia do ex-presidente Jânio Quadros. Seu esforço de coerência, impregnado de uma formação liberal que deita raízes num patrimônio político e moral que é das melhores tradições de nossa vida pública, levou-o, em 1961, a uma conduta praticamente solitária dentro de sua agremiação.

Conduzido à presidência da Câmara, o que constituiu o coroamento de uma carreira toda feita na área parlamentar, ninguém poderia por em dúvida as disposições que o animavam, no sentido de prestigiar, efetivamente, a instituição que passou de fato a encarnar. Sua renúncia de agora está densa da mesma intenção e,

independentemente de pontos de vista divergentes ou mesmo das certas circunstâncias ditadas pela realidade, fortalece a instituição parlamentar, na medida em que granjeia para ela o respeito da opinião pública. O presidente da Câmara, defendendo a inviolabilidade dos mandatos populares, ergueu-se contra um ato do arbítrio revolucionário, mas não cedeu às tentações do personalismo e do vedetismo. A coincidência eventual com os adversários da Revolução não o levou, por isso mesmo, ao destempero, nem o fez tampouco bandear-se para o lado dos que não se apegam a princípios nem jamais fazem julgamentos de valor. O sr. Adauto Cardoso merece, por tudo isso, o respeito dos que dele divergem, mas sabem reconhecer, no seu gesto de ontem, o equilíbrio e a grandeza de que, infelizmente, não é fértil a nossa vida pública".²¹

AI- 4: Poderes ao Congresso para votar nova Constituição

Embora a coragem e a resistência do **MDB** não arrefecessem um instante sequer, as medidas duras e repressivas continuaram até o fim de 1966, visando sempre fortalecer o Regime e imobilizar a oposição. No dia 7 de dezembro, o Governo Militar divulgou o **AI-4**, que atribuiu poderes constituintes especiais ao Congresso para que aprovasse o projeto de Constituição elaborado pelo ministro da Justiça, Carlos Medeiros Silva, sob encomenda do presidente Castello Branco.

Antes mesmo da edição do **AI-4**, o **MDB** já havia denunciado ao país, do plenário da Câmara, a afronta constitucional que o Governo Militar pretendia fazer para que a nova Constituição fosse aprovada. Em 24 de novembro de 1966, o deputado Mário Piva (MDB/BA) anunciou os planos do governo:

O senhor presidente da República está disposto a baixar novo ato institucional, mais um no longo rosário de atos institucionais e complementares que vem marcando a vida deste país: está disposto a baixar um novo édito, estabelecendo a convocação extraordinária do Congresso Nacional para a votação da nova Constituição, mas, muito pior do que isso, firmando normas para a votação desta nova Carta. Dentro deste édito revolucionário, no bojo desta legislação, que o Executivo já denominou e batizou de "legislação executiva", estabelece Sua Excelência, para vergonha nossa e da democracia brasileira, a redução do "quorum" para aprovação da Constituição.

Senhor presidente, seria fastidioso enumerar tudo quanto vai decorrer de uma providência dessa natureza. Teremos na realidade, não uma Constituição votada pelo Congresso Nacional, mas um ato referendado por um número de deputados – e um número que não se exige sequer para a votação de simples leis ordinárias. É a Lei Magna do país, a Constituição, que vai ser votada por um “quorum” que o presidente da República estabelecerá ao seu arbítrio, como arbitrários têm sido todos os seus atos até então.

Senhor presidente, esta denúncia é feita e trazida ao conhecimento da Casa, para que, desde logo, fique assinalado o protesto veemente do Movimento Democrático Brasileiro, que não aceita, senão como imposição de força, medidas dessa natureza. ²²

Convenções Nacionais reafirmam Programa

O ano de 1967 teve início sob este clima de repressão e de desrespeito institucional. E foi sob esta atmosfera autoritária que o **MDB** realizou em Brasília, no dia 10 de janeiro, sua **II Convenção Nacional**, no Palácio do Congresso Nacional, na antiga sala de reuniões da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados. Os 138 convencionais reunidos sob a presidência do senador Oscar Passos decidiram transformar o **MDB** em partido político, na forma e para os fins previstos na legislação então vigente. Reafirmaram, também, o seu programa básico, orientado pelo ideal democrático, o desenvolvimento nacional e as reformas estruturais e deliberaram pela manutenção dos estatutos do **MDB**, com as modificações decorrentes da legislação em vigor. ²³

Pouco mais de um mês depois, nos dias 14 e 15 de fevereiro de 67, o **MDB** realizou sua **III Convenção Nacional**, também no Palácio do Congresso Nacional, com a presença de 166 convencionais e a presidência do senador Oscar Passos. O novo programa e o novo estatuto do partido foram aprovados.

Documento de Definição Política

Também nesta **III Convenção Nacional** do partido foi aprovado o “*Documento de Definição Política do MDB*”, declaração objetiva de sua posição frente à política e à realidade nacional. Por sua importância histórica, deve ser reproduzido:

A III Convenção Nacional do Movimento Democrático Brasileiro aprovou o seguinte documento de definição política:

O MDB faz uma opção, quer ser um partido de transformação social:

1 - transformação de estruturas;

2 - transformação de estilo da ação política no Brasil.

1. O MDB denuncia o retrocesso de que foi vítima o país, de 1º de abril de 1964 a nossos dias;

• O MDB não é um partido de reação, é um partido voltado para o futuro;

• O MDB lutará pela transformação social profunda das estruturas brasileiras:

A - No campo econômico, através da reforma agrária e do estímulo ao desenvolvimento industrial, certo de que a reforma agrária é uma imposição de justiça e uma condição para que a civilização urbana, em elaboração, não imponha maiores sacrifícios e distorções maiores à vida do povo brasileiro;

B - No campo político, através de uma defesa intransigente da liberdade, sob todas as suas formas, como conquista irreversível, mas, ao mesmo tempo, como instrumento de que o partido se servirá para a mudança social e econômica.

2 . O MDB lutará pela mudança no estilo da ação política:

A - Através da pacificação da família brasileira, mediante Anistia Ampla e Total a favor de todos os civis e militares atingidos pelos atos de exceção e de arbítrio, praticados a partir de 1º de abril de 1964;

B - Através do esforço de libertação nacional que, sem quebra de nossa solidariedade com todos os irmãos das Américas, assegure a permanência em mãos de brasileiros dos centros de decisões das atividades governamentais, sobretudo no que se relaciona com

- a política externa;

- a educação, a ciência e a cultura;

- a segurança nacional;

- o desenvolvimento econômico.

3 . Por tudo isso, o MDB denuncia:

A - O processo de lenta e insidiosa submissão das atitudes e atos do governo brasileiro aos interesses do balanço de poder que se pretende impor ao mundo, como se este devesse ser repartido entre duas super potências, sem alternativas para outros sistemas de solidariedade internacional;

B - Os acordos assinados entre o MEC e a USAID, cujos termos têm sido praticamente sonegados aos representantes do povo e às instituições e órgãos encarregados dos planos, diretrizes e bases da educação nacional;

C - Toda tentativa de restrição à pesquisa nacional, dirigida e executada por brasileiros, em matéria de produção e utilização da energia atômica;

D - A "continentalização" do conceito de segurança, elaborado por minoria de tecnocratas, e que visa, afinal, a integrar a segurança do Brasil no esquema de segurança do mais poderoso país americano;

E - O MDB sustenta a necessidade de que o desenvolvimento nacional se planeje e se execute em termos autônomos, de modo que, sejam quais forem as colaborações que receba de nações ou organismos estrangeiros, o Brasil se constitua em sujeito e não em objeto da sua própria ascensão social e econômica.

Programa do partido

O Programa do **MDB**, que também foi aprovado nesta **III Convenção Nacional**, iniciava afirmando:

Certo de que todo o poder legítimo emana do povo e em seu nome é exercido, o Movimento Democrático Brasileiro declara à nação os objetivos que o animam e orientam. Usará dos direitos de ação política dentro das seguintes diretrizes (...)

Seguiam-se as linhas programáticas do partido, em oito capítulos:

- 1 - Da Organização Política;
- 2 - Da Política Econômico-Financeira;
- 3 - Da Educação;
- 4 - Do Trabalho;
- 5 - Da Política Agrária;
- 6 - Da Saúde;
- 7 - Da Política Externa e de Segurança Nacional.

Plano de Ação Imediata

O oitavo e último capítulo do **Programa do MDB**, aprovado em fevereiro de 1967, trata do *Plano de Ação Imediata do Partido*, definindo as principais e as mais urgentes áreas de atuação:

- 1 - Luta pela anistia;
- 2 - Restabelecimento das eleições diretas para presidente da República

e prefeitos das capitais;

3 - Revogação das atuais leis de imprensa e de segurança nacional;

4 - Medidas de combate efetivo à alta do custo de vida;

5 - Nova legislação sobre remessa de lucros;

6 - Revogação da Lei Suplicy;

7 - Abolição do confisco salarial vigente;

8 - Denúncia dos acordos MEC-USAID e de garantias de investimentos;

9 - Revisão do Código de Águas e do Código de Minas, para restabelecer seus fundamentos nacionalistas;

10 - Denúncia de acordos internacionais de restrição do uso pacífico da energia nuclear e do levantamento aerofotogramétrico do território brasileiro;

11 - Abolição das disposições legais que restringem o âmbito das decisões sobre os dissídios coletivos.

Quarenta anos passados e avaliando-se a realidade institucional do país de hoje, não há como negar que o **MDB** tenha cumprido as principais ações de seu Programa Básico, sendo, indiscutivelmente, o grande condutor do povo brasileiro às conquistas democráticas.

Constituição de 67 : partido pede sua revisão

Em 24 de janeiro de 1967, o Congresso Nacional – agora com os poderes que lhe foram concedidos através do **AI-4** - referendou a Constituição outorgada pelo presidente Castello Branco. Esta seria a sexta do país e a quinta da República, institucionalizando a ditadura.

Negando legitimidade ao projeto apresentado, que fora elaborado por uma comissão nomeada pelo presidente da República, a bancada do **MDB**, além de retirar-se do plenário na hora da votação, recusando-se a aprovar a nova Constituição, neste mesmo dia divulga um manifesto exigindo sua imediata revisão.

O discurso do líder do **MDB**, no momento da votação, registra, de maneira inequívoca, a coerência do partido e a coragem com que se posicionava em todos os momentos em que estavam em discussão as grandes e fundamentais decisões para a vida da nação:

Senhor presidente, o Movimento Democrático Brasileiro não votará a redação final, como não votou o projeto da nova Constituição. Nesse passo - e com explicações que darei, ou nesta oportunidade ou após a votação, se V. Ex^a. assim o permitir - nesse passo, a nossa bancada se retira do recinto, para não emprestar sua solidariedade à redação final do projeto.

Ao fim da votação, quando foi dada a palavra ao líder do MDB deputado Tarcílio Vieira de Melo, ele justificou a postura da bancada emedebista:

Senhor presidente, senhores congressistas, permitam ocupar mais alguns instantes desta movimentada e final sessão do Congresso Nacional, para significar o nosso pesar por afinal termos chegado ao fim melancólico a que chegamos.

Confesso a V. Ex^a., senhor presidente, que não era dos mais pessimistas quanto aos resultados da elaboração constitucional que hoje se conclui. A despeito de familiarizado com a filosofia do atual governo da República, durante esses quase três anos de sua administração, imaginava que este Congresso, tão humilhado, tão espezinhado, tão torturado e tão sofrido viesse, afinal, pelo menos depois das eleições, a recuperar-se, a reabilitar-se, a desacocorar-se, a levantar-se para poder dar à nação uma Carta Constitucional preservadora, pelo menos, dos princípios básicos que inspiram a nossa formação histórica.

Infelizmente, nossa experiência no conhecimento dos homens fracassou. E o que vimos aqui, não uma a uma, não isoladamente, não separadamente, não depois de minucioso exame e discussão, mas, ao contrário, aos lotes, aos magotes, aos blocos, como talvez convenha a esta época em que estamos vivendo, é que foram líquidas as maiores conquistas democráticas do povo brasileiro.

Por isso mesmo, senhor presidente, não cabem as críticas de que tivesse havido da parte da oposição, neste episódio, uma sensação de insegurança, de titubeio, de dúvida. Na realidade, ela estava consciente de que seu dever, na medida em que se abrissem as oportunidades, seria tentar, por todos os meios, o aperfeiçoamento da Carta autoritária que para aqui fora mandada pelo governo da República.

Ao verificar, porém, que baldados foram seus esforços, ingentes, por certo, que frustradas foram as tentativas, e tenazes, para que pudessem imprimir a esta Carta um mínimo de cunho democrático, não teria outro papel, outro caminho a oposição, senão abster-se, como se absteve, através da obstrução, de colaborar para que se consumasse o atentado às tradições a que me referi.

Senhor presidente, tive a honra de, muito moço ainda, aos 31 anos de idade, participar da elaboração da Carta de 1946. O destino bafejou-me com a ventura de assistir àquele espetáculo magnífico de uma assembléia viva, trepidante, cheia de patriotismo, de virilidade, mas, sobretudo, uma assembléia livre, reunir-se sob a inspiração de Deus para poder organizar um projeto, discutí-lo e votá-lo, em oito meses

de trabalho afincado, afinal, dotando o país de um dos melhores monumentos jurídicos. Alinha-se ele entre aqueles, da atualidade, de maior saber, de maior projeção. A Constituição de 46 nasceu, evidentemente, com alguns defeitos oriundos do próprio ambiente em que foi votada. Mas sua tendência conciliadora das opiniões e correntes nacionais se afirmava através de um documento cujo capítulo principal – o das garantias – ainda hoje é um modelo, para quaisquer constituições do mundo.

Pois bem, senhor presidente, tendo tido a honra de participar daquela elaboração, de discutir aquele projeto, de votá-lo e assiná-lo, numa festa cívica ainda hoje renemorada com saudade e emoção, não poderia eu, a esta altura da vida, mais no fim do que no começo de minha modesta carreira parlamentar, votar, como não poderiam meus colegas, a redação final do documento que vai ser entregue à nação, que vai ser promulgado, omisso até na sua entrada em vigor, dentro de dois dias, para que, a 15 de março, possa passar a regular as relações jurídicas e políticas do povo brasileiro. Até mesmo nisso a defasagem procura abrir um lapso para permitir que, nesse interregno, a violência, o arbítrio e, afinal, uma lei de segurança que se anuncia venha liquidar, de uma vez por todas, o mínimo de liberdade que ela conseguiu.

Pois bem, temos que aqui render nossas homenagens à tática do senhor presidente da República que, de uma vez só, engabelou o Congresso e a imprensa brasileira, ao votar uma constituição rígida, forte, autoritária, facilitando uma Lei de Imprensa que foi, como já disse muitas vezes, pela imprensa, o boi de piranha atirado às feras, para que, enquanto se disputasse esta Lei, pudesse o Congresso votar a Constituição que aí está.

Senhor presidente, felizmente coincidiu este término melancólico da elaboração constitucinal com o término do meu mandato. Folgo hoje, em sair desta Casa e não entrar na outra para que não possa continuar assistindo ao espetáculo da subserviência mais grosseira, a anulação mais torpe da consciência. Quero chegar em casa de cabeça erguida e dizer aos meus filhos que da vida pública não colhi cargos, empregos ou cartórios. Ao contrário, dei-lhe um cargo vitalício, renunciando-o, para poder enfrentar os percalços na vida pública e parlamentar.

Quero daqui, senhor presidente, dessa tribuna que não amesquinhei, que não atraiçoei, que não vendi; quero sair daqui de cabeça erguida para dizer ao povo brasileiro que se não elevei esta tribuna à altura das exigências parlamentares, não a diminuí, não a traí, não a vendi.

A Constituição de 1967 incorporou as decisões dos atos institucionais anteriores, aumentou sobremaneira os poderes do Executivo e reduziu as prerrogativas do Congresso. Na própria exposição de motivos contida na mensagem presidencial que enviou o projeto da nova Constituição ao Congresso, no dia 13 de dezembro, Castello Branco exprime seus objetivos:

A continuidade da obra revolucionária deverá ficar assegurada por uma nova Constituição que, a par da unidade e harmonia, represente a institucionalização dos ideais e princípios que a inspiraram. ²⁵

Com a nova Constituição, o Executivo passou a ter a iniciativa de projetos de emendas constitucionais e o país a ter uma nova Lei de Imprensa²⁶ e uma Lei de Segurança Nacional ²⁷.

Com essa nova Constituição, o governo estava querendo dar ares de democracia institucionalizada ao Regime Militar, depois da hecatombe provocada com os atos institucionais de origem autoritária. A Constituição de 67 entrou em vigor no dia 15 de março e pode-se dizer que ela foi mais uma tentativa desesperada do Regime para se impor. A nova Constituição duraria pouco, pois, em 1968, o Governo Militar baixaria o AI- 5, que iria colocar por terra toda veledade de prática da democracia.

A denúncia dos excessos da Constituição de 67

Com ousada coragem para as restrições impostas à oposição naquela época, o **MDB** se insurgiu contra os métodos adotados para a elaboração do projeto da Constituição de 67, bem como denunciou a existência de artigos que eram violentamente contra as liberdades democráticas.

O então deputado federal Nelson Carneiro, ao tomar conhecimento do projeto de Constituição enviado ao Congresso para apreciação, reagiu indignado, no dia 15 de dezembro de 1966:

Senhor presidente, tais e tantos são os excessos que marcam o projeto de Constituição enviado a esta Casa pelo presidente da República, que seria temeridade apontar um como mais expressivo. Todavia, antecipando críticas que devo fazer, da tribuna da Casa, sobre todo o texto oferecido, quero convocar a atenção dos homens da ARENA, dos bravos bacharéis da União Democrática Nacional, dos antigos defensores da liberdade, daqueles da "eterna vigilância", para o artigo 170, que assim é expresso: "Ficam aprovados e excluídos da apreciação judicial os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução de 31 de Março de 1964 (...).

Senhor presidente, o Congresso irá aprovar em 24 de janeiro, se vitorioso o ponto de vista governamental, uma disposição que dá ao senhor presidente da República, a todas as Câmaras de Vereadores, a todas as Assembléias Legislativas, o direito de

continuar praticando, até 15 de março, atos já previamente aprovados e já previamente excluídos de apreciação judicial! São autorizações em branco, com a conivência do Congresso Nacional. ²⁸

A essa altura, muitos brasileiros já sabiam que somente uma Assembléia Nacional Constituinte poderia (re)fundar o Estado Democrático de Direito. Se, por um lado, é lícito que se questione se houve, realmente, “**Revolução**” social em 31 de março de 1964 - pois, embora se tenha derrubado um governo democraticamente constituído, não se caracterizou uma revolução pela ausência de qualquer luta, parecendo mais tratar-se de um Golpe de Estado -, por outro lado, a revolução institucional foi flagrante, com a edição dos atos institucionais absolutamente desprovidos de qualquer legitimidade. O AI-5, em 1969, seria o coroamento da balbúrdia. Daí em diante, não havia outro meio, o Brasil só voltaria a ser um Estado Democrático convocando-se uma Assembléia Nacional Constituinte, com poder originário e sem limites. Depois de muita luta, especialmente do **MDB/PMDB**, isto foi possível em 1987/1988.

A repressão recrudescce

No mesmo dia 15 de março de 1967 em que entrou em vigor a nova Constituição, tomou posse na Presidência da República o general Arthur da Costa e Silva ²⁹, tendo como vice-presidente o dr. Pedro Aleixo ³⁰.

O governo de Costa e Silva, que duraria apenas até 31 de agosto de 1969, quando o presidente foi afastado do cargo após sofrer uma trombose, marca o início de um período de endurecimento do Regime. Enquanto a repressão do governo se aprofunda, com cassações, prisões e torturas, a ação da oposição vai se tornando cada dia mais acirrada. No plano institucional, através da atuação firme e combativa do **MDB**. Fora do **MDB**, com manifestações públicas nas ruas e com ações de guerrilha urbana e rural. ³¹

O ambiente político e social esteve conturbado por todo o ano de 1967 e todos os acontecimentos, dos mais amenos aos mais radicais, eram apenas o prenúncio dos graves fatos que iriam ocorrer em 1968. Em meados do ano, com o apoio do **MDB**, a **Frente Ampla** ganhou maior consistência e visibilidade. Em setembro de 67, Juscelino Kubitschek, João Goulart

e Carlos Lacerda, em grandioso gesto de generosidade, formalizaram a **Frente Ampla**. Aí, mais uma vez, JK deu prova incontestada de sua grandeza de espírito, ao assentar-se à mesa, pelo Brasil, com o maior e mais radical opositor no seu período de governo, o senhor Carlos Lacerda.

A participação do **MDB** na Frente Ampla foi vital para que o movimento alcançasse repercussão nacional. Esta participação foi de tal forma significativa que, no início de setembro, decidiu-se que a **Frente Ampla** seria formada exclusivamente por parlamentares do **MDB** e por apenas mais dois elementos ligados à Igreja. Tal medida não foi colocada em prática porque 120 dos 133 parlamentares do **MDB** recuaram, desconfiados de que Lacerda estaria utilizando o movimento da **Frente Ampla** como trampolim para sua candidatura à Presidência da República.

1968: protestos e repressão

Assim como em várias partes do mundo o ano de 1968 seria marcado por movimentos de rebeldia e de insubordinação à ordem vigente, no Brasil não foi diferente. Aqui, contudo, 1968 deixaria amargas lembranças. O **MDB** açoitava os poderosos com grande e santa persistência e perseverança. O Regime Militar respondia com ações cada vez mais duras às manifestações populares de insatisfação com a ditadura. Nada, contudo, impedia o **MDB** de continuar sua luta para libertar o Brasil. Enterravam um *emedebista* aqui, nasciam outros dois acolá.

Driblando a censura de imprensa

O Plenário do Congresso Nacional, que no período mais grave da ditadura representou uma das poucas instâncias onde ainda era possível denunciar arbitrariedades do Regime Militar, foi sempre utilizado pelo **MDB**. E, nos tristes episódios da violência contra Edson Luiz³², deputados e senadores do partido ocuparam esse espaço do Congresso para protestar contra a morte do jovem estudante. O pronunciamento do deputado Raul Brunini (MDB/RJ) é um verdadeiro “relato jornalístico” dos acontecimentos, transmitido ao país através do Congresso, tão logo haviam ocorrido, já que a imprensa,

pelas limitações tecnológicas da época e sob censura, nem sempre podia informar imediatamente à nação os últimos acontecimentos políticos:

Senhor presidente, neste instante, quero trazer ao conhecimento do Congresso brasileiro fatos seríssimos que acabam de ocorrer no estado da Guanabara.

Infelizmente, já se lamenta a morte de três jovens, estando outro em estado gravíssimo, em virtude da violência inaudita cometida pelo governo contra manifestação de estudantes.

Por volta das 18 horas e 30 minutos, nas cercanias do restaurante do Calabouço, os estudantes protestavam contra o péssimo tratamento que ali já é quase que normal, e que vem sendo por eles reiteradamente denunciado. Para reclamar contra aquele estado de coisas, iniciaram uma passeata, no que foram impedidos por um choque de FMs, requisitado ao local, estourando em seguida um sério conflito. Vários disparos foram registrados contra os manifestantes, tombando de início um jovem estudante, Nelson Luiz de Lima Souto, natural do estado do Pará, morto por um tiro disparado pela polícia do governo. Seu corpo foi, imediatamente, conduzido pelos colegas para a Assembléia Legislativa, onde está sendo velado neste instante. Durante o trajeto para a Assembléia Legislativa, os estudantes, justamente indignados com aquele ato de vandalismo e de covardia, depredaram algumas janelas do prédio da Embaixada Americana. A Assembléia Legislativa está reunida extraordinariamente, neste instante.

Foi atingido também pelos tiros da polícia, e faleceu, o funcionário do INPS, João Frazão Dutra, cujo corpo está, neste momento, na Santa Casa de Misericórdia, instalada próxima do local dos acontecimentos. Outro manifestante, não identificado, foi também morto, e seu corpo está sendo, igualmente, velado na Santa Casa de Misericórdia. Um jovem que trabalhava num edifício em frente ao teatro dos acontecimentos, Henrique dos Santos Lima, foi baleado na boca, com disparos da polícia. Está internado em estado grave, no Hospital Souza Aguiar. O general Niemeyer, representante do secretário de Segurança da Guanabara, está fazendo uma exposição, neste instante, aos deputados estaduais, na sede do Legislativo carioca. O governador Negrão de Lima está reunido com os seus secretários de Segurança e de Justiça. A Polícia Militar montou um dispositivo preventivo na Cinelândia, para evitar as concentrações de estudantes que não se conformam com a chacina executada pelo governo. As cenas mais violentas e covardes foram praticadas pela polícia, revoltando a população, que assistia perplexa e chocada a tais fatos de vandalismo nunca vistos na Guanabara.

Senhor presidente, transmiti relato fiel dos acontecimentos que me foram transmitidos da Guanabara, há poucos instantes, pela Redação de um jornal. Não sei que motivos teriam dado os estudantes para esta fúria policial. Não se trata de uma repressão a jovens, senhor presidente. Aqueles que assistiram aos acontecimentos constataram a fúria, a vontade de matar. E acabaram matando jovens que se rebelaram contra o mau tratamento, a péssima comida que lhes é servida. Confesso que

não posso continuar, tal o meu estado de emoção, ao presenciar, neste meu país, fatos que não podem mais ser repetidos, pois depõem contra o espírito de bondade do povo brasileiro.

Mas isso tem um significado, senhor presidente: é que o povo está revoltado, o povo não suporta mais este estado sufocante em que vive, pelo cerceamento de todas as liberdades, por esta pressão diária, por esta ameaça permanente. E estes jovens pagam com seu sangue os primeiros sinais de libertação do povo brasileiro. Quero trazer, neste instante, a minha solidariedade a esses jovens, a essa população do meu estado, que neste momento paga em sangue a sua indômita vontade de liberdade.³³

Também o deputado Hermano Alves (MDB/RJ) pronunciou-se com indignação sobre a morte de Edson Luiz na sessão do dia 28 de março:

Senhor presidente, é normal na Guanabara, ou pelo menos era normal, a realização de passeatas a propósito do crônico problema do restaurante estudantil do Calabouço. Na Assembléia Estadual, na Guanabara, têm hoje assento alguns deputados que participaram de passeatas como esta. É uma coisa absolutamente costumeira, ou devia ser, este tipo de protesto que, no fundo, não chega a ser nem um grande protesto de natureza política, mas é um protesto que envolve assunto imediato do padrão de vida dos estudantes da Guanabara.

Mas senhor presidente, agora temos três mortos e já ocorreu aquilo que todos nós sabíamos que ia ocorrer, mais cedo ou mais tarde. Já temos a Polícia Militar de um Estado sem autonomia, porque todos os órgãos de segurança foram requisitados pelo Exército, enquanto o governador se transforma num títere. Já temos neste instante a responsabilidade de oficiais do Exército no exercício de comando de milícias estaduais sobre a vida de pessoas e, principalmente, sobre a vida de jovens.

Senhor presidente, está longe de mim - dou minha palavra de honra a toda esta Casa - qualquer desejo de exploração de ordem demagógica. Sou, e tenho sido, conhecido nesta Câmara pela posição política que assumi. Quantas vezes tive eu de falar aos estudantes depois de abril de 1964, para reprimí-los; quantas vezes tive dificuldades para contê-los. Por agora não moverei uma palha, nem direi uma frase para conter ninguém. Este sangue fala muito mais alto do que esta corrupção generalizada do sistema militarista presidido pelo marechal Costa e Silva, que é o responsável por isto. A marca de Caim, a marca de sangue, está na sua testa, está nas suas mãos. Não é um mero incidente entre policiais e estudantes. É tudo um clima, senhor presidente, um clima que se instalou, um clima de repressão à juventude, por ser juventude; um clima de repressão à inteligência, por ser inteligência; um clima de repressão ao futuro, por ser futuro.

Senhor presidente, todos os esforços têm sido feitos no sentido de que se obtenha um mínimo de emoção, um mínimo de dignidade, um mínimo de afeto nas

relações entre os atuais detentores do poder e o povo brasileiro. Mas, senhor presidente, chegamos àquele instante em que já existem as vítimas, àquele instante em que já existem os mártires, àquele instante perigoso, àquele instante de história, em que alguma coisa se quebrou, alguma coisa apodreceu e outra rompeu. Isto pode ser dominado transitoriamente. Já está o Regimento Sampaio, da Primeira Divisão de Infantaria, de prontidão na Guanabara. Já está o Regimento de Cavalaria Caetano de Faria, da Polícia Militar, espalhando os seus efetivos pelo centro da minha cidade, da nossa cidade. Isto pode ser contido, mas a maré que vem por trás disto não vai ser contida. A canalização dessa maré, senhor presidente, todos nós queríamos que se fizesse para que este país, na virada do século, não tivesse de experimentar um conflito civil em profundidade, até para não perder o resultado do trabalho de gerações.

Senhor presidente, rompeu-se o dia em que eu digo a V.Exa.: ou tenho um mandato ganho por estes estudantes na luta que travaram comigo, ganho por esses intelectuais na luta que travaram comigo, ganho por mim na luta que travei contra isto que aí está. Este mandato eu jogo, senhor presidente. Não tenho medo de nenhum esbirro, de nenhuma violência de qualquer alto comando de generais incompetentes, nem de um governo corrupto como este. Estou aqui, estou aqui à disposição de quem quiser para qualquer coisa, para lutar por meu povo, para morrer ou vencer com ele. Mas não nos entregaremos a esta podridão que se instalou no país.³⁴

Governo fecha a Frente Ampla

No ano de 1968, o governo reagiu com violência e autoritarismo cada vez maiores a todas as manifestações oposicionistas. Em 5 de abril, Decreto do ministro da Justiça extinguiu a Frente Ampla, determinou a apreensão de livros, jornais, periódicos e outras publicações que divulgassem manifestações políticas e, por fim, mandou que fossem instaurados Inquéritos Policiais Militares – IPM's - contra todos os que estivessem praticando atos contra o Regime.

O MDB protestou contra o fechamento da Frente Ampla. O senador Josaphat Marinho criticou a medida e demonstrou a arbitrariedade com que foi baixada, denunciando o fato de que, ao impô-la, o governo o fez ao alvedrio da Lei Maior. Como, aliás, acontecia na maioria das medidas de exceção:

É meu propósito manifestar desta tribuna, no primeiro dia após o ato de arbítrio do ministro da Justiça, o protesto necessário diante da violência praticada através

da Portaria Ministerial do dia 5.

Senhor presidente, a sabedoria popular, que quase nunca erra, ensina que quem não sabe rezar, xinga a Deus. Foi o que fez o ministro da Justiça na ignominiosa portaria com que pretendeu cassar o funcionamento da Frente Ampla e estrangular a liberdade de informação da imprensa.

A portaria encerra um erro jurídico, encerra um erro político e um erro de perspectiva ou de previsão.

A portaria encerra um erro jurídico porque é manifestamente inconstitucional. A Frente Ampla era um movimento em curso que não se havia corporificado propriamente numa organização. Reconhece-o mesmo o ministro da Justiça, ao assinalar, num dos fundamentos do ato arbitrário, que se trata de "movimento de ação política". De outro lado, a nota oficial com que, durante o ano de 1967, a Frente Ampla declarou seus objetivos, fixava exatamente essas finalidades.

(...) Como se vê, a Frente representava um movimento, e um movimento com objetivos nitidamente lícitos e compatíveis com a ordem vigente, não obstante a precariedade desta e de seu funcionamento.

Se fosse organização, rigorosamente representaria o exercício do direito de associação. Se, na condição de "movimento", o ministro da Justiça não lhe poderia cassar o funcionamento por ato de arbítrio, ainda menos poderia fazê-lo considerando-a como associação.

É que nos temos do art. 150, § 28 da Constituição de 1967, "É garantida a liberdade de associação. Nenhuma poderá ser dissolvida senão em virtude de decisão judicial".

Vale dizer, portanto, que, se o governo, considerando-a um movimento, não podia extinguir a Frente Ampla, por ato de arbítrio, por igual, não poderia fazê-lo se a declarasse uma associação. Mas nem como associação nem como movimento poderia cassá-la sumariamente, ainda por efeito de outra norma da Constituição: é a que está no § 8º do mesmo artigo 150: "É livre a manifestação do pensamento, de convicção política ou filosófica e a prestação de informação sem sujeição à censura".

Para baixar o ato que praticou, era preciso, como ele mesmo ressalta, que o governo ignorasse a Constituição que impôs ao país.

Se, porém, reconhecida como organização de fato, a Frente Ampla só poderia ser declarada extinta, ainda assim, por processo regular, dados os termos irrestritos da Constituição. A Constituição não distingue entre associação perfeitamente configurada e associação de fato; diz que é assegurado o direito de associação, e que nenhuma pode ser dissolvida senão mediante decreto judicial. Nenhuma! É o termo amplo da Constituição.

Só a obtusidade, o espírito de violência, a mesquinhez poderiam conduzir à declaração sumária de cessação do funcionamento de uma Frente Ampla.

Tanto mais estranhável, tanto mais condenável a medida quanto ela invoca, na tentativa de supressão das garantias do povo brasileiro, o renascimento dos caducos atos institucionais e complementares. Nessa invocação, o governo desrespeita a si mesmo, esquece os compromissos assumidos perante a nação.

Ninguém neste país ignora que, no dia em que se despedia do poder, o presidente Castello Branco assinalava que, naquele instante, cessava o período revolucionário e ingressava a nação na linha da legalidade constitucional. E, no dia seguinte ao em que tomou posse, o atual presidente da República anunciou que, com a vigência da Constituição de 1967, desaparecia ou cessava o período propriamente revolucionário.

A que título, então, hão de ser invocados os atos institucionais e complementares, quando ainda se sabe que, ao remeter o projeto de Constituição ao Congresso, o presidente da República assinalou que o fazia exatamente para que fossem institucionalizados os princípios da Revolução e lhes fosse dada unidade?

O que, agora, se quer fazer, ludibriando a nação e o Congresso, é restaurar a vigência dos atos revolucionários que a própria Revolução sepultou!

Mas, se é enorme o erro jurídico, ainda maior é o erro político. Mesmo que a cautela do apelo à decisão judicial não fosse indispensável juridicamente, ainda assim deveria proceder o governo, para evitar a incursão na área perigosa do arbítrio político. Tanto mais conveniente seria o procedimento cauteloso, porque os objetivos da Frente Ampla eram lícitos, como já os enumerei e o demonstraram vários pronunciamentos dos seus elementos, e de figuras expressivas integrantes do próprio partido que apóia o governo.

O ministro da Justiça declara, com a tranqüilidade de quem desconhece as leis e os fatos, que cassava o funcionamento da Frente Ampla por seus fins espúrios.

Ora, sr. presidente, precisamente nesta Casa, uma das mais eminentes figuras da ARENA, o senhor Filinto Müller, em discurso proferido no princípio de 1968, fez essa observação, que deve ser posta em relevo:

"Eu diria" - frisou S. Ex^ª. - "em declaração ao grande vespertino O Globo, que precisamos deixar de preocupar-nos com a "Frente Ampla", porque ela é composta por um grupo de homens que têm direito de se congregar e se unir para pregar suas idéias. Pode ser que o façam de forma contundente, de forma agressiva, excessiva. Mas perante a Constituição, cada um responde pelos excessos praticados. Não se pode, pelo fato de um grupo de brasileiros constituir a "Frente Ampla", transformar essa "Frente" num fantasma que ameace a integridade do país, a estabilidade das instituições. Se nós estivemos organizados, como partidos, não daríamos a menor importância a essa Frente. Mas, se não tivermos o juízo de nos organizarmos, ela se pode transformar em uma grande força neste país".

Aqui fala o político sensato, o homem habituado às refregas da vida pública, e não o jurista estranho aos contrastes do pensamento, na efervescência dos embates políticos!

O homem experiente conclui pela legitimidade do funcionamento da Frente Ampla, e até reconhece que, se tinha ela condições de crescer, não era porque constituísse um perigo para a nação, mas pela debilidade dos partidos organizados, inclusive do partido do governo. Porém, o erro do ministro da Justiça, revelando, ao mesmo tempo, a contradição existente na declaração do governo, é maior quando, investindo contra a Frente Ampla, faz esmaecer, se ainda é possível fazê-lo, a própria fisionomia do Regime perante o estrangeiro, a qual o senhor ministro Magalhães Pinto procurou tingir em cores de grandeza e de sabedoria.

É que, senhor presidente, a título de justificar o funcionamento de um regime livre no país, o senhor ministro Magalhães Pinto, falando em Paris, assim se manifestou, em notícia publicada em O Globo de 1º de fevereiro de 1968:

"A Frente Ampla está, no momento, fazendo a sua propaganda política, fato que é normal e parte de um sistema democrático. O governo permite a sua existência ao lado dos partidos políticos, o que constitui uma prova do liberalismo do Regime".

Vê-se, portanto, que enquanto o senhor ministro do Exército, também um homem experimentado, procurou resguardar a fisionomia política do Regime, o ministro da Justiça destrói tudo isso no desespero do arbítrio, como se fosse macaco em loja de louça.

Mas a gravidade do erro praticado ressalta da condenação geral do ato pela imprensa, e que reflete, confessadamente, o pensamento de áreas do próprio governo que não querem passar por obtusas e insensatas.

Ainda ontem, o jornal O Estado de São Paulo assim assinalava:

"A decisão de dissolver a Frente Ampla está sendo qualificada como um erro político sem conseqüências práticas, adotada em reunião a que só tiveram acesso os srs. ministros militares e o senhor ministro da Justiça e com irreparável desprestígio para os comandos da ARENA".

Se esta, porém, é a notícia, mais clara, mais viva, mais forte é a opinião do jornal, que não é órgão anti-revolucionário, mas um dos grandes instrumentos da imprensa brasileira que lutou pelo Movimento de 64.

É deste teor o editorial de O Estado de São Paulo, em alguns de seus pontos essenciais:

"A portaria baixada pelo senhor ministro da Justiça, colocando fora da lei a chamada Frente Ampla, é bem uma demonstração de completo desnorteamento das autoridades, diante da gravidade da conjuntura que o país atravessa. Realmente, cabe perguntar, que efeitos práticos poderá produzir uma medida legal dirigida contra um movimento que não tinha existência legal?"

E adiante:

"Para nós, a estranha portaria do senhor ministro só tem uma explicação. Lançando não desse paliativo, S. Ex^a. quis dar uma satisfação aos militares mais radi-

cais que vêm fazendo intensa pressão para que o governo adote medidas de exceção, indo, inclusive, à decretação do estado de sítio”.

E o Correio da Manhã, confirmando a impressão geral, salienta, num de seus tópicos políticos:

“Uma destacada figura do governo considerou, ontem, a portaria do ministro da Justiça que proscreeu a Frente Ampla, como a coisa “mais inepta” que poderia ter “saído” da cabeça de um agente do Poder Público”.

A Imprensa interpretou, senhor presidente, a generalidade da opinião, e até de representantes da ARENA.

Mas a portaria zombou do próprio presidente da República. Reconhece a existência da Frente Ampla, que setores do próprio Ministério antes negavam e procuravam, até, não levar a sério. Agora, a portaria reconhece a existência do movimento, e o condena, quando o presidente da República, em carta recente, de janeiro deste ano, dirigida ao deputado Rafael de Almeida Magalhães, assim se pronunciava:

“Reconheço realmente, meu caro dr. Rafael, concordo que a Frente Ampla não tem condições de galvanizar o Brasil”.

Ora, se, segundo a palavra do chefe do ministro da Justiça, de seu superior hierárquico, ou seja, do presidente da República, a Frente Ampla não tinha condições de galvanizar a opinião pública do país, por que cassar-lhe o funcionamento? Por que suprimir-lhe as atividades? Por que declará-la de fins espúrios? Por que, srs. senadores? Por medo da opinião do país.

Assim é porque, ainda nos últimos dias, nos graves acontecimentos, sobretudo na Guanabara, o que toda a nação apurou é que este é um governo sem povo. Enquanto permanecia na solidão do poder, desprezado pela comunidade nacional, o governo só conseguia manter-se guardado pelas tropas regulares. Não houve um órgão, uma instituição idônea, um movimento que lhe emprestasse solidariedade. Nem era possível fazê-lo, porque, enquanto o povo e seus filhos sofriam, os dominadores se divertiam, distantes do centro dos acontecimentos, em banquetes e festas.

A portaria, em suma, agrava ou alonga a crise, sem alcançar os fins previstos. Do ponto de vista do governo, é uma contradição política. Afirma o que foi negado e nega o que foi reconhecido. Proclama a existência da Frente Ampla, que antes recusou e, ao mesmo tempo, nega a legitimidade de seus fins, demonstrada pela manifestação pacífica realizada em praça pública e confessada até por ilustres próceres da ARENA.

Do ângulo político geral, a portaria é um ato de falsa firmeza, é manifestação de segurança simulada.

O que o governo experimentou nos últimos dias foi o desprezo do povo, o divórcio entre os dirigentes e os dirigidos. Apurou, enfim, que no Brasil não havia governo, mas dominadores. O que se instituiu foi o domínio de uma casta, que pretende

manter-se no poder, recusando ao povo o soberano direito de escolher os seus governantes.

A experiência desses dias fez com que o governo cavalgasse em disparada, ainda para mais longe do povo.

Mas a verdade é que se o governo se exasperou, nós não perderemos a consciência dos nossos direitos. Ruy Barbosa disse um dia que a injustiça pode irritar-se, porque é precária; a verdade não se impacienta, porque é eterna. Nessa luta presente, estamos ao lado do povo brasileiro, que é o permanente, contra o governo, que é o transitório. Defendemos as prerrogativas soberanas do povo: o seu direito de associar-se, de reunir-se, de pensar, de manifestar-se, diretamente ou através da imprensa. ³⁵

Apesar das medidas autoritárias, arbitrárias e, também, inconstitucionais, a oposição, liderada pelo **MDB**, jamais se arrefeceu e continuaria a se manifestar. Greves explodiram em São Paulo. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB condenou o cerceamento à liberdade no país. O governo reagiu, prendendo estudantes e sindicalistas. E o contra-ataque dos favoráveis ao Regime manifestou-se com os atentados terroristas do Comando de Caça aos Comunistas. ³⁶

Foi o **MDB** que denunciou as arbitrariedades do governo e apresentou o primeiro Projeto de Lei anistiando os presos e indiciados pelo Regime Militar. Levado à votação em Plenário no dia 21 de agosto de 1968, a maioria *arenista* conseguiu fazer com que o PL fosse rejeitado.

No fim de agosto e início de setembro, a crise política e institucional se aprofundou com a invasão da Universidade de Brasília pelas Polícias Militar e Federal. O episódio, face à sua truculência, revoltou não só os meios políticos, como também a sociedade civil. Um grupo de jornalistas políticos lançou a seguinte nota:

Os jornalistas credenciados junto à Câmara dos Deputados, por intermédio de seu Comitê de Imprensa, condenam, com toda a veemência, a invasão policial-militar da Universidade de Brasília. Ao se solidarizarem com os universitários brasileiros, a sua justa repulsa aos atos de brutalidade e de agressão à pessoa humana, expressam, sobretudo, a confiança de que os autores do inominável atentado sejam exemplarmente punidos: mandantes e mandatários. Brasília, 2 de setembro de 1968. Almyr Gajardoni, presidente". ³⁷

Também mulheres brasilienses repudiaram as violências cometidas na Universidade de Brasília com um manifesto:

"As mães e esposas de Brasília sentem chegada a hora de tomar pública a sua aflição e o seu repúdio pelas cenas de selvageria e inominável violência que mais uma vez ensangüentaram a Universidade de Brasília. Além das costumeiras prisões, foi gravemente atingido a tiros o estudante Waldemar Alves da Silva, terceiranista do curso de Engenharia Mecânica. O que nós, mães e esposas sempre desejamos é somente ver nossos filhos e maridos estudando e trabalhando em paz e segurança, dentro de um Brasil capaz de atender aos reclamos de uma juventude idealista e inteligente. No entanto, o que vemos neste grave instante nacional é justamente o oposto, isto é, todas as formas de brutalidade e violência utilizadas contra jovens desarmados em massacres que contrariam nossas mais caras tradições. Exigimos, para a pacificação dos espíritos, a abolição definitiva de qualquer forma de agressão contra os nossos filhos e esposos, a eliminação do estado de insegurança que também nos atinge - denunciado ao país em manifesto pelos próprios professores da UNB, aos quais somos muito gratos - e a realização de um inquérito minucioso para a apuração das responsabilidades. Nossa luta é pela construção de um Brasil melhor, mais humano e mais justo. Brasília, 31 de agosto de 1968".³⁸

Na Câmara, a indignação com a invasão da UNB foi o tom de inúmeros pronunciamentos. O deputado do MDB Márcio Moreira Alves usou a tribuna no plenário para narrar o acontecido.

(...) As contínuas violências praticadas contra estudantes e contra as Universidades tornam inteiramente impossível qualquer debate sobre a reforma do ensino superior. A fotografia que ontem publicou o Jornal do Brasil - a bota de um miliciano arrabando um laboratório da Universidade de Brasília - é o exato retrato da política universitária deste governo. As atrocidades cometidas na quinta-feira, nesta cidade, a nova invasão da Universidade na noite de ontem, com a prisão de estudantes e professores, inclusive com a detenção, durante algum tempo, do filho do governador do Ceará, que a Brasília chegara no avião do ministro das Minas e Energia apenas na véspera, demonstram que este governo tem como política para o programa do ensino superior exterminar os universitários e destruir a Universidade.³⁹

Com sua retórica incisiva e dura, o deputado condenou com veemência o episódio, e cobrou punição dos culpados, embora ele mesmo denunciasse a má vontade do governo quando se tratava de apurar crimes terroristas e atos de arbítrio praticados por simpatizantes do Regime Militar. O discurso prosseguia fazendo uma série de questionamentos ao governo sobre os culpados pela ação na UNB e tem seu ponto mais forte na última pergunta:

E, finalmente, a última pergunta, a que todos fazem nesta Casa, nas ruas, por toda parte: quando será estancada a hemorragia da nação? Quando pararão as tropas de metralhar na rua o povo? Quando uma bota, arrebatando uma porta de laboratório, deixará de ser a proposta de reforma universitária do governo? Quando teremos, como país, ao ver os nossos filhos saírem para a escola, a certeza de que eles não voltarão carregados em uma padiola, esbordados ou metralhados? Quando poderemos ter confiança naqueles que devem executar e cumprir as leis? Quando não será a política um bando de facínoras? Quando não será o Exército um valhacouto de torturadores? Quando se dará o Governo Federal, a um mínimo de cumprimento de dever, como é para o bem da República e para tranqüilidade do povo? ⁴⁰

No dia seguinte, 3 de setembro, o deputado Moreira Alves voltou à tribuna e, em breve, porém duríssimo, pronunciamento, exortou o povo a se insurgir contra o governo, chegando a sugerir que fossem boicotadas todas as relações da sociedade civil com os militares, inclusive os desfiles do Sete de Setembro:

"Senhor presidente, senhores deputados, todos reconhecem ou dizem reconhecer que a maioria das Forças Armadas não compactua com a cúpula militarista que perpetra violências e mantém este país sob o regime de opressão". Creio haver chegado, após os acontecimentos de Brasília, o grande momento da união pela democracia. Este é também o momento do boicote: as mães brasileiras já se manifestaram; todas as classes sociais clamam o seu repúdio à violência. No entanto isso não basta. É preciso que se estabeleça, sobretudo por parte das mulheres, como já se começou a estabelecer nesta Casa por parte de mulheres de parlamentares da ARENA, o boicote ao militarismo. Vem aí o Sete de Setembro. As cúpulas militaristas procuram explorar o sentimento profundo de patriotismo do povo e pedirão aos colégios que desfilem juntos com os algozes dos estudantes. Seria necessário que cada pai, cada mãe se compenetrasse de que a presença de seus filhos nesse desfile é um auxílio aos carrascos que os espancam e os metralham nas ruas. Portanto, que cada um boicote este desfile. Este boicote pode passar também – sempre falando de mulheres – às moças, àquelas que dançam com os cadetes e namoram os jovens oficiais. Seria preciso fazer hoje no Brasil, com que as mulheres de 1968 repetissem as paulistas da Guerra dos Emboabas e recusassem a entrada à porta de sua casa àqueles que vilipendiam a nação, recusassem aceitar aqueles que silenciam e, portanto, se acumpliciam. Discordar em silêncio pouco adianta. Necessário se torna agir contra os que abusam das Forças Armadas, falando e agindo em seu nome.

Creio, senhor presidente, que é possível resolver esta farsa, esta "democratura", este falso entendimento, pelo boicote. Enquanto não se pronunciarem os silenciosos, todo e qualquer contato entre civis e militares deve cessar, porque só assim

conseguiremos fazer com que este país volte à democracia. Só assim conseguiremos fazer com que os silenciosos, que não compactuam com os desmandos dos seus chefes, sigam o magnífico exemplo dos 14 oficiais de Crateús, que tiveram a coragem e a honrabilidade de, publicamente, se manifestarem contra um ato ilegal e arbitrário dos seus superiores".⁴¹

Este discurso foi recebido com indignação pelas autoridades militares e serviu como justificativa para o recrudescimento do Regime. Poucos dias depois do pronunciamento, o Supremo Tribunal Federal, provocado pelo Executivo, enviou ao Congresso pedido de licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves.

As ações violentas e arbitrárias continuaram naquele mês de outubro de 1968. O governo prendeu, em Ibiúna, São Paulo, 1.240 estudantes participantes do 30º Congresso da UNE.

Esses fatos geraram protestos veementes por parte dos deputados do MDB. O deputado Djalma Marinho Muniz Falcão (MDB/AL) protestou contra a prisão dos estudantes:

(...) venho a esta tribuna, neste momento nebuloso em que vivem as instituições liberais do país, para, com a autoridade do meu passado de combatente, protestar contra todas essas violências e condenar as arbitrariedades cometidas no último fim de semana contra cerca de mil universitários brasileiros que se reuniam pacificamente numa cidade do interior do estado de São Paulo.

Foi a intolerância do governo no trato dos assuntos mais sérios dos universitários brasileiros que encurralou aqueles mil jovens patrícios (...) e foi a certeza da impunidade que armou, mais uma vez, o braço de policiais que se abateu sobre os estudantes.

(...) Quero, levando, neste instante, mais uma vez a minha solidariedade aos moços que, em todos os quadrantes do país, lutam, não pela implantação de um regime de subversão, mas na defesa dos seus melhores ideais, que se confundem também com os melhores ideais do povo brasileiro, extermar sobretudo minha confiança no Congresso Nacional, que, sendo o cérebro das decisões políticas deste país, há de encontrar, pela inteligência e pelo equilíbrio de seus componentes, uma saída honrosa para o impasse institucional que está a se criar e que poderá levar o Brasil à noite tenebrosa de uma ditadura sem entranhas, de uma ditadura que venha, finalmente, exterminar os últimos alentos democráticos e liberais com que sonha o povo brasileiro.⁴²

Quanto ao pedido de licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves, a Câmara dos Deputados, na sessão do dia 12 de dezembro e em atitude ousada e desafiadora à ditadura, recusa-o por 216 votos a 141.

O encaminhamento para a votação do pedido de licença havia sido feito por ele próprio, em pronunciamento no qual destacou que, naquele momento, o que se estava julgando era mais do que o pronunciamento de um deputado; estava-se julgando a liberdade de expressão, prerrogativa essencial do Poder Legislativo:

(...) Livre como o ar, livre como o pensamento a que dá guarida deve ser a tribuna da Casa do Povo. A Constituição proíbe que se tente abolir a Federação e a República. No entanto, os parlamentares podem defender da tribuna a monarquia e o estado unitário. A liberdade de expressão do Congresso terá de ser total para que o Congresso sobreviva.

(...) A lição dos mestres sobre a inviolabilidade da tribuna parlamentar é inexaurível. Nenhum dos comentaristas das Constituições que o Brasil já teve sequer admite discuti-la. (...) a inviolabilidade é irrenunciável, pois que ao deputado não pertence e, sim, a todo o Congresso.⁴³

Na posição de líder do MDB, o deputado Mário Covas (SP) também ocupou a tribuna para concitar todos os deputados, inclusive os da ARENA, a preservarem a inviolabilidade da Câmara. Seu pronunciamento, uma das peças clássicas da oratória parlamentar, merece ser reproduzido:

Senhor presidente, permita V.Exa. e os meus pares que eu reivindique, inicialmente, um privilégio singular: o de despir-me da roupagem vistosa da liderança transitória, com que companheiros de partido me honraram, para falar na condição de membro desta Casa, sem outra representação senão a outorga oferecida por aqueles que para cá me enviaram. Será, talvez, um desvio regimental consentido, entretanto, plenamente compreensível, já que a causa que somos obrigados a apreciar sobrepõe-se às próprias agremiações partidárias. Em sua análise, o coletivo domina o individual, o institucional supera o humano, a impessoalidade há de ser o traço marcante, eis que, hoje, esta Casa está sendo submetida a julgamento. Recolhida ao banco dos réus, aguarda o veredito que será exarado pelos seus próprios ocupantes.

Discute-se a validade de uma das suas mais caras prerrogativas, instrumento essencial de seu funcionamento como Poder, que é a inviolabilidade. Impugna-se seu caráter absoluto, impondo-se-lhe restrições que a transformariam em princípio abstrato. Intenta-se, pelo dúbio caminho do transitório que somos nós, alienar algo que, por ser propriedade da instituição, é permanente. Constesta-se, sob o império da razão política, uma prerrogativa da qual não temos o direito de abdicar, porque, vinculada à tradição, à vida e ao funcionamento do Parlamento, a ele pertence, e não aos parlamentares. Para isto, investem contra a Constituição exatamente aque-

les que proclamam a sua excelência, que exaltam suas virtudes e que sustentam a sua imutabilidade.

(...) Mas, senhor presidente, ouço sustentar que não só o argumento jurídico teria razões para este procedimento. Aqui e ali ouço que, ao analisar o problema sob o ângulo político, diferente será o comportamento de cada um de nós. Ainda aí, sustento eu, o individual não pode prevalecer sobre as prerrogativas da Instituição.

Um poder soberano não delega, não transfere, é ele próprio juiz de seus atos. Há de ter a independência e a grandeza de manter essa condição inalienável. E o Poder Legislativo, exatamente para reservar-se essa condição, sabiamente estabeleceu limitações regimentais para a inviolabilidade, fixando o Poder de Polícia pelo próprio órgão diretor da Casa.

Ora, sendo o Legislativo, por definição constitucional, um poder independente, juiz, portanto, de seus próprios atos, e dispondo de instrumental necessário ao exercício dessa competência, infere-se uma conclusão iniludível: concedendo a licença, o Poder Legislativo se estará auto condenando, pelo crime de omissão.

Tem o Poder Legislativo o direito de transferir a outro poder um problema que, surgido no seu âmbito, de sua competência, o colocará em confronto com outros poderes e instituições? É possível que o faça. Mas, neste instante, já não será um poder. Seus componentes já não mais exercerão a função pública, mas terão sido transformados em funcionários públicos.

(...) Como acreditar que as Forças Armadas brasileiras que foram defender em nome do povo brasileiro, em solo estrangeiro, a liberdade e a democracia no mundo, colocassem como imperativo de sua sobrevivência o sacrifício da liberdade e da democracia no Brasil? Sou, senhor presidente, por formação e por índole, um homem que fundamentalmente crê. Desejo morrer réu do crime da boa fé, antes que portador do pecado da desconfiança. Creio na justiça, cujo sentimento, na excelsa lição de Afonso Arinos, é a noção de limitação de poder. Limitação bitolada por dois extremos: sua contenção para que não extravase na prepotência, e seu pleno exercício para que não se despenhe na omissão.

Creio no povo, anônimo e coletivo, com todos os seus contrastes, desde a febre criadora à mansidão paciente. Creio ser desse amálgama, dessa fusão de almas e emoções, que emana não apenas o poder, mas a própria sabedoria. E nele creio, não posso desacreditar de seus delegados. Creio na palavra ainda quando viril ou injusta, porque acredito na força das idéias e no diálogo que é seu livre embate. Creio no regime democrático, que não se confunde com a anarquia, mas que em instante algum possa rotular ou mascarar a tirania. Creio no Parlamento, ainda que com suas demasias e fraquezas, que só desaparecerão se o sustentarmos livre, soberano e independente. Creio na liberdade, este vínculo entre o homem e a eternidade, essa condição indispensável para situar o ser à imagem e semelhança de seu Criador. Creio, senhor presidente, e esta crença mais se consolidou pelas últimas lições que recebi, pois nunca é tarde para aprender, na honra, esse atributo indelegável, intransferível por ser propriedade divina. Porque em tudo isso creio, senhor presidente, e protegido

pelo resguardo de minhas palavras iniciais, quero declarar minha firme crença de que, hoje, o Poder Legislativo será absolvido. Da altitude desta tribuna, da majestade desta Mesa, da altivez deste plenário, as vozes do gênio do Direito e da Deusa da Justiça podem ser ouvidas em seu patético apelo: não permitais que um "delito impossível" possa transformar-se no funeral da democracia, no aniquilamento de um poder e no cântico lúgubre das liberdades perdidas. ⁴⁴

A resposta do governo à decisão da Câmara de não conceder licença para que o STF processasse o deputado Mário Moreira Alves veio logo no dia seguinte: na noite do dia 13 de dezembro, através de cadeia nacional de rádio e de televisão, o ministro da Justiça Luis Antônio da Gama e Silva anunciou o **Ato Institucional nº 5**, e, com base nele, decretou o fechamento do Congresso Nacional por tempo indeterminado. Essas medidas abririam um dos mais duros e sombrios períodos da história do Brasil.

Caçados e cassados

Fechando o ano de 1968, o governo promoveu uma nova onda de cassações: no dia 30 de dezembro foram cassados os direitos políticos de 11 deputados federais: David José Lerer (SP), Gastone Righi Cuocchi (SP), Hélio Henrique Pereira Navarro (SP), Henrique Henkin (RS), Hermano de Deus Nobre Alves (GB), José Carlos Estelita Guerra (PE), José Lurtz Sabiá (SP), Márcio Emmanuel Moreira Alves (GB), Matheus José Schmidt Filho (RS), Renato Bayma Archer da Silva (MA), Maurílio Ferreira Lima - suplente, em exercício (PE). ⁴⁵

Neste mesmo dia, o Governo Militar cassou os direitos políticos de um ex-aliado: Carlos Lacerda. Sua cassação estava intimamente ligada à repercussão que a Frente Ampla, por ele liderada, estava alcançando em todo o país, com o apoio do **MDB**.

Ato Institucional nº 5

O **AI-5**, editado em 13 de dezembro de 1968, o maior ato de arbítrio de nossa história, nasceu em represália às ações corajosas do **MDB** e, basicamente, contra este partido. Os mantenedores da ditadura já não encontra-

vam arranjos e arbitrariedades que impedissem o crescimento do **MDB** nas eleições, apesar das regras parciais e antidemocráticas que editavam sem qualquer critério.⁴⁶

Considerado o “Golpe dos Golpes” e o mais duro de todos os atos institucionais editados pelo Governo Militar, o **AI-5** foi o descaramento da ditadura, que já havia sido audaciosa na edição do **AI-2**. Com os poderes concedidos pelo **AI-5**, o presidente militar passou a ser o substituto da Constituição, que ficava ao seu alvedrio. Neste período, ele decretou vários atos institucionais e complementares, mudando a regra do jogo, sempre com o objetivo de barrar os avanços do **MDB**.

Na prática, o **AI-5** revogou os dispositivos da Constituição de 1967 e reforçou os poderes discricionários do Regime Militar. Na sua vigência, o Executivo podia determinar medidas repressivas específicas, como decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas estaduais e das Câmaras Municipais. O governo podia, ainda, censurar os meios de comunicação, eliminar garantias de estabilidade do Poder Judiciário e suspender a aplicação do *habeas-corpus* em caso de crimes políticos. Permitia, ainda, cassar mandatos, suspender direitos políticos e cercear direitos individuais.

Em 26 de fevereiro de 1969, o Governo Militar editou o decreto-lei 477, que definia infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particular”, e determinava os procedimentos a serem adotados para puni-las.⁴⁷

Mais uma vez, a oposição se insurgiu, indignada, contra essas medidas, mas, sob a cobertura do **AI-5**, o governo fez dezenas de novas cassações de políticos e cidadãos no decorrer de todo o ano de 1969.

No dia 16 de janeiro foram cassados os deputados Alcides Flores Soares Júnior (RS), Anacleto Campanella (SP), Antônio Batista Vieira - padre (CE), Antônio Francisco de Almeida Magalhães (GO), Santônio Sylvio Cunha Bueno (SP), Antônio Vital do Rego (PB), Cândida Ivete Vargas Tatsch Martins (SP), Celso Gabriel de Rezende Passos (MG), Dorival Masci de Abreu (SP), Edgard de Godoi da Matta Machado (MG), Emerenciano Prestes de Barros (SP), Eugênio Doin Vieira (SC), Ewaldo de Almeida Pinto (SP), Hary Normanton (SP), Israel Dias Novaes (SP), Jamil Amiden (GB), João Herculino de Souza Lopes (MG), Jorge Cury (PR), José Maria Magalhães (MG), José Mariano de Freitas Beck (RS), José Martins Rodrigues (CE),

Marcos Kertzman (SP), Mário Covas Filho (SP), Mário Piva (BA), Milton Vita Reis (MG), Osmar Cunha (SC), Osmar de Araújo Aquino - suplente (PB), Osmar Dutra (SC), Oswaldo Cavalcanti da Costa Lima Filho (PE), Paulo Macarini (SC), Raul Brunini Filho (GB), Roberto Cardoso Alves (SP), Unírio Carrera Machado (RS), Yukishigue Tamura (SP), Zaire Nunes Pereira (RS).

Em 7 de fevereiro, nova lista é publicada, com o nome de três dezenas de deputados cassados: Ademar Costa Carvalho (PE), Aloysio Ubaldo da Silva Nonô (AL), Atlas Brasil Catanhede (RR), Aloísio Alves (RN), Antonio Carlos Pereira Pinto - suplente em exercício (RJ), Antônio de Oliveira Godinho - Padre (SP), Breno Dhalia da Silveira (GB), Camilo Silva Montenegro Duarte (PA), Celso Fortes do Amaral (SP), Cid Rojas Américo de Carvalho (MA), Adésio da Cruz Nunes (RJ), Edson Moury Fernandes (PE), Epílogo Gonçalves de Campos - suplente (PA), Erivan Santiago França - suplente (RN), Getúlio Barbosa de Moura (RJ), José Bernardo Cabral (AM), José Colagrossi Filho (GB), José Maria Alves Ribeiro (RJ), Marcial do Lago - suplente em exercício (MG), Mário Gurgel (ES), Mário Maia (AC), Ney de Albuquerque Maranhão (PE), Paulo Campos (GO), Paulo Freire de Araújo (MG), Pedro Moreno Gondim (PB), Renato Celidônio (PR), Sady Coube Bogado (RJ), Simão Vianna da Cunha Pereira (MG), Waldyr de Mello Simões (GB), Wilson Barbosa Martins (MT).

No dia 13 de março foram cassados os deputados Léo de Almeida Neves (PR), Pedro Celestino da Silva Filho (GO), e Jayme Câmara – suplente (GO).

Mais 16 deputados federais seriam cassados no dia 29 de abril de 1969: Almir Turisco de Araújo - suplente (GO), Antonio de Andrade Lima Filho - suplente (PE), Antônio Luciano Pereira Filho - suplente (MG), Clodomir Alcoforado Leite - suplente (PE), Edgard Bezerra Leite - suplente (PE), Estácio Gonçalves de Souto Maior (PE), Hélio da Mota Teixeira Gueiros (PA), Florisceno Paixão (RS), Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (PI), Gastão Otávio Lacerda Pedreira (BA), Glênio Martins Peçanha (RJ), João Machado Rollemberg Mendonça (SE), José de Castro Ferreira - suplente (MG), José Feliciano de Figueiredo (MT), Oséas Cardoso Paes (AL).

Os deputados Antônio Ferreira de Oliveira Brito (BA) e Julia Vaena Steinbruch (RJ) foram cassados no dia 11 de setembro e, no dia 30 de setembro, nova lista com o nome dos deputados Arnaldo dos Santos Cerdeira

(SP), Carlos Murilo Felício dos Santos (MG), Gilberto Ronaldo Campello de Azevedo (PA), Lígia Moellmann Doutel de Andrade (SC), Maria Lúcia de Mello Araújo (AC), Nísia Coimbra Flores Carone (MG), Gerardo Magella Mello Mourão – suplente (AL).⁴⁸

A repressão se acentuou e a manifestação pacífica realizada pelos parlamentares, clero e a sociedade civil – principalmente através dos estudantes e sindicalistas – viu-se sufocada. Assim, observou-se o aumento de ações armadas e de guerrilha urbana e rural. Estas ações foram combatidas com violência pelo governo. No início de julho de 1969, surgiu, em São Paulo, a Operação Bandeirantes – OBAN, que reunia militares e policiais em ações de prisões ilegais, tortura e até mesmo de assassinato de opositores.

A grande ignomínia

Em meio a centenas de cassações e perdas de direitos políticos, todas arbitrárias e ditatoriais, houve uma que, em virtude do sujeito, poderia ser classificada como a “grande ignomínia”, que foi a cassação e retirada dos direitos políticos, em 8 de junho de 1964, de Juscelino Kubitschek, ex presidente da República, o maior estadista de nossa história. O MDB/PMDB nunca fez concessão e jamais admitiu qualquer punição autoritária, muito menos a de JK, grande modelo e inspirador do partido.

A ditadura, não satisfeita na sua gula punitiva, praticou a ignomínia maior ao proibir JK de ir a Brasília. Caso o avião em que ele se encontrasse, pousasse na capital, deveria ficar a bordo, sem descer da aeronave na cidade que criara em seu recente governo, com forte oposição dos donos do poder autoritário, que praticaram tal perversa insensatez. Contam que Juscelino, no interior de uma avião pousado em Brasília, se exasperou, - o que lhe era raro – e, com os olhos lacrimejantes, disse: “*o crime que cometi foi construir para meu país esta bela capital. Triste ironia*”.

Nesse tempo, o engraxate que lhe lustrava os sapatos, sempre muito brilhantes, perguntou-lhe: “*por que, presidente, estão cassando a maioria dos seus amigos?*” JK com sua peculiar serenidade e com fina ironia, respondeu com inteligente metáfora: “*Pois é, amigo, se queriam pegar o passarinho, não precisavam derrubar toda a floresta*”.

Junta Militar assume o poder e acirra a repressão

Em agosto de 1969, o presidente Costa e Silva adoeceu e ficou impedido de concluir seu mandato na Presidência da República. Com base no **AI-12**⁴⁹, editado em 31 de agosto de 1969, os militares barram a posse do vice, o jurista e conceituado político mineiro Pedro Aleixo. Uma Junta Militar assumiu o governo.⁵⁰

Como mais tarde escreveria o deputado Paes de Andrade, em seu livro “O Itinerário da Violência”, editado pela Paz e Terra,

O vice-presidente, simplesmente por ser um civil, foi humilhantemente afastado, e a nação foi colocada sob a tutela de uma Junta Militar, que se outorgou a si mesma todos os poderes de governo, inclusive os poderes excepcionais, e isto ainda em vida do presidente, sem que o Congresso ou qualquer poder legítimo convalidasse essa usurpação ou apreciasse o ato de impedimento de posse do substituto legal do sr. Costa e Silva.⁵¹

A Junta Militar acirrou o combate à oposição, tanto com mais legislação arbitrária, quanto com a ação de órgãos militares e paramilitares que prendiam e torturavam os opositores. É ainda o deputado Paes de Andrade que analisa a reação à repressão militar:

Como a violência gera a violência, os dias da Junta foram caracterizados por uma onda de terrorismo nunca vista no país, com seqüestros de diplomatas estrangeiros e assaltos de rua, com golpes de mão de uma tentativa de guerrilha urbana. Era, sem dúvida, o terror contra o terror. Pois a Junta passou a cassar mandatos à torto e à direito, legislou sobre o que bem lhe aprouve, criou uma figura desconhecida do Direito Penal Brasileiro e do Direito Universal – a pena de banimento – aplicada, e até hoje vigente, a mais de cem brasileiros (os presos políticos liberados em troca dos seqüestrados) e, por fim, do alto de sua sabedoria, elaborou uma nova Constituição, produzida a seis mãos pelos seguintes legisladores: – o general Lira Tavares, o almirante Rademaker e o brigadeiro Márcio.⁵²

A autorização para o “banimento” de brasileiros foi instituída pela Junta Militar no dia 5 de setembro, através do Ato Institucional nº 13 – **AI-13**. No dia 9 de setembro, foi editado o **AI-14**, que criou a pena de morte, o banimento e a prisão perpétua; em 29 de setembro, a Junta Militar editou

Nova Lei de Segurança Nacional, que incluiu as penas de morte, prisão perpétua e banimento. Em 14 de outubro, editou os atos institucionais 16 – **AI-16** - que fixou o mandato do próximo presidente, a ser eleito, de 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974 - e o **AI-17**, que passou para a reserva militares dissidentes. E, coroando este período de arbitrariedades e violências, no dia 17 de outubro promulgou a **Emenda Constitucional nº 1**, para entrar em vigor em 30 de outubro de 1969. Na verdade, não se tratava apenas de uma emenda, mas de uma nova Constituição, que legalizava o entulho autoritário, incluindo, por exemplo, o AI-5 no art. 182 da Constituição Brasileira. Esta nova carta constitucional reforçou os poderes do Executivo.

O Congresso Nacional, que fora fechado com o **AI-5** em 13 de dezembro de 1968, voltou a funcionar em 22 de outubro de 1969. Depois de 312 dias, reiniciou seus trabalhos sob absoluto controle do governo e com a missão de eleger o general Emílio Garrastazu Médici ⁵³, não para completar o período do impedido, mas por um mandato integral. Era o verdadeiro “samba do crioulo doido” institucional.

Mais uma vez, o **MDB** marca posição, negando-se a legitimar com o seu voto a eleição indireta para a Presidência da República. O general Emílio Garrastazu Médici foi eleito com 293 votos a favor – todos da ARENA – e 75 abstenções – todas do **MDB**. Esta foi a forma possível usada pelo partido para denunciar à nação a violência das eleições indiretas e o clima de repressão e horror que havia se instalado com a Junta Militar.

Anos de chumbo

Na verdade, os últimos anos da década de 60 e os primeiros da década de 70 foram muito difíceis. O endurecimento se deu dos dois lados. Do fim de 1968, meses que antecederam à edição do **AI-5**, até 1974, o “bicho pegou”. A repressão recrudesciu, a violência e a tortura estavam presentes em todas as investigações e a resistência ficou muito viva, quer seja a clandestina, pela guerrilha e atos terroristas, assaltos expropriatórios, ou a institucional, através do **MDB**.

A verdadeira caça à oposição, que não se deixava quedar, foi de extrema violência. Membros do **MDB**, sindicalistas, jornalistas e estudantes foram

presos, cassados, torturados, mortos, exilados. Muitos pagaram com seu próprio sangue a insubordinação ao arbítrio da ditadura, mais severa que nunca.

Nesta fase triste de nossa história, o **MDB** desempenhou papel decisivo na busca do regime democrático, na conquista das liberdades públicas e individuais. O **MDB**, depois o **PMDB**, foi o canal mais importante de manifestação do povo brasileiro, até a redemocratização e a promulgação da Constituição cidadã, em 1988, que em momento de grande inspiração nacional, foi entregue ao Brasil pelo deputado Ulysses Guimarães, o presidente das oposições e do **PMDB**.

Todavia, naqueles anos de chumbo, o partido precisou de têmpera de aço para enfrentar e derrotar o arbítrio. O Brasil livre deve à insubordinação do **MDB/PMDB**, mais que a qualquer outro movimento ou entidade, a conquista do Estado Democrático de Direito.

Luta armada X Via institucional

A partir da edição do **AI-5**, a ditadura perdeu o pejo, abandonou a fachada de democracia, endureceu, e iniciou-se a maior caçada aos militantes do **MDB** e a todo e qualquer opositor do Regime. Foram extremamente violentos os últimos anos da década de 60 e os primeiros da década de 70.

Os movimentos populares, impedidos de manifestarem-se e desmantelados pela repressão, quedavam-se acuados pelo arbítrio de legislação rigorosa e autoritária. Assim, cerceada para lutar pelas vias institucionais, uma parte das oposições assume a luta armada para derrubar o Regime Militar. Surge uma série de grupos guerrilheiros que, embora tivessem divergências entre si, apresentavam o aspecto comum de priorizar a ação armada contra as limitações institucionais impostas aos partidos políticos.

Neste período histórico, foram registradas ações de guerrilha urbana, como os seqüestros de embaixadores, assaltos a bancos, roubos de armas, e ações de guerrilha rural, como as operações no Araguaia, no sul do Pará. Estes eram os chamados “subversivos clandestinos”, muitos dos quais patriotas idealistas, que ainda achavam que poderiam fazer a revolução socialista. Equivocados, não acreditavam na mudança do Regime através de reformas institucionais. Sofreram as mais violentas torturas, muitos foram

à morte pela barbaridade de sofrimentos terríveis.

O **MDB**, no entanto, desde sempre, havia feito opção por meios pacíficos para combater a violência da ditadura. Não opor força à força. “*Sem medo e sem ódio*”, como anunciou o pernambucano Marcos Freire na disputa ao Senado, em 1974. O emedebista verdadeiro era o chamado “subversivo da (des)ordem institucional”, aquele que se dispunha a fazer a luta no **MDB**, combatendo o arbítrio, mesmo enfrentando regras casuísticas e conjunturais impostas, a cada instante, pelo regime autoritário. Realizava a grande luta em cima de idéias, junto com o povo oprimido. E acreditava na força da verdade para o restabelecimento da ordem democrática.

Mesmo esta luta no âmbito estritamente institucional exigia coragem, convicção e persistência, pois tanto o “subversivo clandestino” quanto o “subversivo da (des)ordem institucional” eram alvos da máquina repressora do Estado.

A pressão era tão grande que os casuísmos do governo, através dos atos institucionais e outros instrumentos do arbítrio, se repetiam para calar os intimoratos do **MDB**. Muitos foram mortos, presos, cassados. Direitos políticos foram suspensos. Cidadãos recorriam ao exílio para livrar-se da violência e do desrespeito às leis, que reinavam no país.

Mais a ditadura recrudescia, o **MDB** mais se insubordinava. Violência do Estado por um lado, convicção democrática e coragem por outro. Cada um que tombava servia de seiva para o aparecimento de muitos. Nas agruras da luta, o **MDB** crescia no coração dos brasileiros. Não há grandes vitórias sem grandes enfrentamentos. O combate ao **AI-5** e a outros instrumentos da ditadura, como o decreto lei nº 477, foi cruento e duradouro.

O Grupo dos Autênticos

Apesar da violência da repressão, o **MDB** buscava caminhos para sua luta contra o autoritarismo. Enfrentando toda sorte de dificuldades nas disputas eleitorais, com casuísmos e arbitrariedades, ainda assim, o partido conseguia fortalecer-se. As regras políticas eram impiedosas contra o **MDB**.

A perseguição contra o partido refletiu-se diretamente nas eleições de 1970. Para a Câmara, o **MDB**, que em 1966 havia eleito 132 deputados (36,02% dos votos válidos), em 1970 elegeu apenas 87 deputados (30,54%

dos votos válidos). Para o Senado, elegeu quatro senadores em 1966 (contra 19 da ARENA) e apenas seis senadores em 1970 (contra 40 da ARENA). Nas eleições daquele ano, a ARENA, o partido da ditadura, alcançou mais de dois terços da Câmara dos Deputados.

Apesar dos resultados das urnas, o **MDB** se fazia cada dia mais forte no decorrer daquela legislatura, que teve início em 1971 e foi concluída em 1974. Sua força vinha da coragem com que seus deputados e senadores combatiam o Regime e de sua militância espalhada por todo o país, que aspirava um Brasil livre dos grilhões do Governo Militar.

A afirmação do **MDB** como partido político se deveu muito ao grupo dos chamados “Autênticos”, deputados federais que representavam a vanguarda do partido. Esse grupo puxava o **MDB** para as posições mais desistemidas. As grandes lideranças do partido, mais experimentadas e cautelosas, eram cobradas diariamente pelos “Autênticos” que, cada vez mais, os pressionavam para que tomassem atitudes corajosas e arriscadas. Por isso mesmo, os 23 membros dos “Autênticos” foram os que mais sofreram com a repressão. Inúmeros foram cassados, perderam direitos políticos; outros foram presos e torturados.

Integravam o grupo dos “Autênticos” do **MDB** os 23 deputados que “elaboraram e assinaram o documento da “Anticandidatura” de Ulysses Guimarães, na sessão da Câmara que elegeu o general Ernesto Geisel, presidente do Brasil, em 15 de janeiro de 1973”⁵⁴ Eram eles: Alencar Furtado (CE), Álvaro Lins (CE), Amaury Müller (RS), Eloy Lenzi (RS), Fernando Cunha (GO), Fernando Lyra (PE), Francisco Amaral (SP), Francisco Pinto (BA), Freitas Diniz (MA), Freitas Nobre (CE), Getúlio Dias (RS), Jaison Barreto (SC), Jerônimo Santana (GO), JG de Araújo Jorge (AC), João Borges (BA), Lysâneas Maciel (MG), Marcondes Gadelha (PB), Marcos Freire (PE), Nadyr Rossetti (RS), Paes de Andrade (CE), Severo Eulálio (PI), Santilli Sobrinho (SP) e Walter Silva (RJ).

No livro *“Autênticos do MDB, semeadores da Democracia”*, a professora da Unicamp Ana Beatriz Nader diz que procurou compreender “os motivos que levaram 23 deputados federais a fazer política de oposição em um momento tão adverso, em plena ditadura militar”.⁵⁵ E o professor José Carlos Sebe Bom Meihy, orientador da tese de doutorado que deu origem ao livro, e autor de seu prefácio, causa emoção ao descrever o grupo dos “Autênticos” do **MDB**:

Os personagens desta história foram os políticos democraticamente estabelecidos que restaram das canetadas, seqüentes e conseqüentes, dos desdobramentos daquele fatídico abril de 1964. Era a pequena turba de inconformados que ia atuando nos possíveis e quase improváveis limites de uma regra a ser superada. Ecoando a canção ensejada pelos jovens e velhos delineadores de um Brasil melhor, esses ousaram apregoar que o "amanhã há de ser outro dia", pensando-se "todos soldados armados ou não". Juntos, essa gente vivia uma história que, curiosamente, os filhos da ditadura passam a contar, reconhecendo nela a beleza da inevitabilidade democrática. Continuidades. Continuidades de rupturas. Rupturas de continuidades: história da democracia brasileira recente. ⁵⁶

Caso muito representativo desse período obscuro de nossa história é o da prisão e morte, por tortura, do deputado Rubens Paiva, cassado em 1964. No início de 1971, a indignidade das forças repressoras chegou ao extremo, com a insuportável sessão de tortura a que foi submetido Rubens Paiva. Covardemente morto, desapareceram com seu corpo, por não terem como justificar a morte. Rubens Paiva, da classe média do Rio de Janeiro, era amigo de Almino Affonso, ex-ministro de Jango e, com ele, que estava exilado no Chile, mantinha contatos, visando seu retorno ao país. Nada há sobre qualquer atitude insubordinada praticada pelo preso! Deixamos de descrever aqui a sessão de tortura, conforme provas seguras, por nojenta e desumana. Mais que animalesca, pois os irracionais não são capazes de tal selvageria e perversidade, a provarem que o inferno existe e estava instalado nos porões sombrios da ditadura.

Ulysses assume a presidência do partido

A repressão era sanguinária quando Ulysses Guimarães assumiu a presidência do **MDB**, na **V Convenção Nacional** do partido, realizada nos dias 23, 24 e 25 de abril de 1972. O grande timoneiro Ulysses Guimarães tinha uma tarefa pela frente que exigia grande coragem e muito desprendimento: conduzir, em ambiente tão adverso, o partido que haveria de resgatar a dignidade nacional. A censura era absoluta, não só à imprensa, mas a toda manifestação, por qualquer outro meio de comunicação. O Congresso Nacional, inclusive, funcionava sob rigorosa censura. Presidir o **MDB** era, assim, um grande desafio, pois exigia grande argúcia e inteligência para se

contornar tantos obstáculos. Contudo, havia uma determinação inafastável nos liderados do Dr. Ulysses.

Discurso de posse de Ulysses

Encerrando essa Convenção de abril de 1972, o novo presidente do Diretório Nacional, deputado Ulysses Guimarães, em seu discurso “*Hoje começa a ser outro dia*”, repudiou o pessimismo de companheiros que pensavam ser impossível manter vivo um partido político de oposição em regime tão autoritário e asfixiante. E, em verdadeira profissão de fé, assegurou sua crença de que o **MDB** traria para o Brasil outros e melhores dias:

Senhores convencionais: fundador do MDB, participei de todas suas dramáticas crises. Sempre me manifestei contra a autodissolução do partido. Isso seria suicídio e o suicídio é rematada loucura. Se um parente ou amigo está mal, talvez condenado à morte, que fazer? Suspender a assistência médica, cessar os cuidados, conformar-se? Ou, ao revés, tentar tudo, fazer todos os sacrifícios, redobrar as vigílias, multiplicar os desvelos? Principalmente rezar. Temos fartos exemplos dos que assim se salvaram, por obra do amor e da ciência dos homens ou por milagre de Deus.

No meu sentir, extinção automática e universal dos mandatos oposicionistas e dos respectivos suplentes será o consectário moral e legal da medida extrema.

Digo legal, pois o ingresso da decisão terminativa da existência do partido na Justiça Eleitoral, implicitamente decretará o desaparecimento de todos seus órgãos. A Lei Orgânica dos Partidos, no art. 22, inciso III, define as bancadas como órgãos das agremiações políticas. É singelo postulado do bom senso: como os órgãos lograrão sobreviver à morte do organismo, as partes à do todo?

Parece que está chegando a hora de adotamos a legenda do herói francês: “*Tout est perdu. J’attaque*”.

A procela esmigalhava a nau, o furacão arrastava e rompia o velame, as vagas varriam o convés. A tripulação, apavorada, escondeu-se nos porões, entregou-se, olhava desenganadamente pelas escotilhas fustigadas de espumas e de vento. Exempla o cronista da epopéia das descobertas, escrita pelas caravelas portuguesas nos mares da Terra e da qual o Brasil é página, que o capitão salvou a honra e a vida daquela gente ao lembrar-lhe: - “*El Rei mandou navegar. El Rei não mandou ter medo*”. Os que se filiam ao Movimento Democrático Brasileiro e, guiados por sua bandeira, são investidos em postos de deliberação, direção, ação parlamentar ou cooperação, fazem-no espontaneamente e, voluntariamente, se comprometem com o objetivo magno de recolocar a democracia no comando político do país. Esse

dever é irrenunciável. Para bem executá-lo, impõe-se ampliar os meios e não apoucá-los ou desprezá-los.

Na escalada deste ideal, a causa manda a oposição ousar e não recuar.

Alguns propõem desesperados: "Basta! Não devemos participar da farsa!" De acordo. Não devemos participar como atores, declamar o enredo impopular. Impõe-se sermos os anti-personagens, permanecemos no palco e não em casa, para denunciarmos o espetáculo, gritando para o público: "O título Democracia é falso. A peça é outra. Nós conhecemos seu texto e o povo é seu autor. Essa que aí está é contrafação. Seu verdadeiro nome é "Pseudodemocracia", "Criptodemocracia" ou "Democracia consentida"".

Luta-se como se pode e não como se quer. Com bravura, não por valentia. Não é desonra, na luta, ser fraco ou desamado. Desonra é não lutar. Desertar. Fugir. Jogar as armas no chão, ainda que imbeles. Como disse nosso extraordinário presidente de honra, senador Oscar Passos: "Devemos lutar até o último vereador". Não é uma frase. Poderá ser trágica profecia.

O MDB está acuado. É lago do qual a violência vai secando as fontes abastecedoras de água e vida. A mais pura é o voto direto, vale dizer, o povo. Secou para presidente e vice-presidente da República, para governador e vice-governador de Estado. Secou para a autonomia dos maiores municípios, a começar pelas capitais. Foram explícita ou implicitamente discriminados como zonas de Segurança Nacional, como se urna, voto e vontade popular pudessem ser subversivos. Boqueja-se o torvo pregão de que a calamidade da curatela político-administrativa flagelará novas comunas. Como sempre, na presente conjuntura, além de boatos, nada previamente transpira do hermetismo inescrutável em que se encolheu o poder dominante, inclusive para proteger a clandestina elaboração dos megalomaniacos projetos-impacto.

O MDB pergunta, a ARENA nada sabe e o sistema nada informa. Finou-se o diálogo democrático por falta de interlocutores.

Eis o desencontrado monólogo que acabrunha o povo e diverte o mundo: - a oposição está rouca de tanto indagar, a situação ficou muda de tanto ignorar e o governo, que não é contra o MDB nem a favor da ARENA, porque simplesmente ignora a ambos, pela magia descomunal e pirotécnica propaganda, tenta impingir ao público os produtos prodigiosos de sua fenomenal fábrica de milagres.

Vencendo o entulho do AI-5, supressão de garantias ao Judiciário, censura à imprensa, pressão do dinheiro e da cadeia, sublegenda e voto vinculado, além de outros obstáculos, ainda corre um esgarço fio d'água para eleger vereadores, deputados e senadores. Isso tem evitado que o lago seque. Isso tem impedido que a democracia morra de sede.

Ainda assim, continuando as coisas como estão, os atuais abencerragens - que não são os últimos, porque estes serão os que, raros, sobreviverem a futuras eleições, - lutam e lutarão de teimosos. Santa teimosia! Invadiram-lhes a Casa. O Congresso é sucursal do Palácio da Alvorada. No Brasil, em sua Carta Outorgada, o

capítulo do Poder Legislativo na realidade é transplante do Poder Executivo. Este usurpou daquele funções institucionais. Falar com destemor e independência tornou-se risco e não dever, pela ameaça das cassações, efetivas ou brancas, e pela frustração da inviolabilidade e da imunidade parlamentares. E os que falam quase não são ouvidos. Suas palavras morrem nas belas paredes da Câmara dos Deputados ou do Senado da República. Os jornais - gloriosas exceções! -, a televisão e o rádio divulgam o futebol, previsão do tempo, telenovelas e filmes, mortes, incêndios, afogamentos, sangrentos e não punidos desabamentos de pontes, viadutos e prédios. De "política", exclusivamente o auto-elogio do governo. A oposição é assunto proibido. E daí? Nós, do MDB nos obstinaremos a fazer o que podemos, enquanto os outros continuarem a fazer o que não devem. Queremos a paz, mas não aceitamos a capitulação, que não infringiremos também aos que divergem de nós. Não é aceitável paz com injustiça; com salários e vencimentos poluídos; com moeda desonrada pela inflação; com o poder entronizado como fim e não empregado como meio; com o iníquo ostracismo político e profissional, dentro da própria pátria, de tantos brasileiros; com legislativos que são eleitos pelo povo, para praticamente não funcionarem, e executivos que são "eleitos" sem o povo para superfuncionarem, sem fiscalização e unipessoalmente.

Mal comparando, o MDB é instalação elétrica com muitos fusíveis queimados por força invasora. Isso explica a penumbra. A qualquer momento chegará a ela a corrente genuína que foi interceptada. Então a casa se iluminará com a boa luz da liberdade. Se não houver a instalação, a casa continuará às escuras. Ainda que precária, por que destruir a rede? As trevas são da responsabilidade dos que subtraem a corrente. Não seja nossa, pelo abandono do aparelho que as espancará um dia.

Creio na verdade, no bem, na justiça e na fé.

Em política estas virtudes só têm um nome: Democracia.

Creio que, cedo ou tarde, o bem triunfará, do contrário coonestaria o mal pela convivência. Creio que a verdade que afinal não prevalece é pseudoverdade ou monstruoso pressuposto da mentira. Creio que a justiça latente, perpetuamente oculta e inerte, é a suprema injustiça. Creio que só é fé a fé que se desterra das catacumbas, para ser consolo de muitos e não martírio de alguns.

Creio na vitória da democracia, porque creio no povo. O povo é inbatível. Creio que no Brasil há povo e não massa, que sabe que tem direitos seculares, reconhecidos pelo Estado, e direitos naturais e eternos, herdados de Deus; que semelhantes direitos são sua casa, sua propriedade, sua crença, sua saúde, sua educação, sua mesa, sua roupa, seu lazer, seu bem-estar; que sem tais dons a vida é impostura, sendo preferível morrer vivo do que viver morto; que, como justificou Churchill, apesar de suas indiscutíveis e lamentáveis imperfeições, intrínsecas à obra humana, o engenho do homem até agora politicamente não inventou nada que substitua a democracia, único regime capaz de organizar o Estado para evitar o caos e simultaneamente amar o indivíduo com garantias e direitos, que resistam a todas as formas de poder, inclusive do Estado, em suas extras limitações de intolerância e prepotência.

Breve passarão os pesadelos da noite e seremos orvalhados pela benção da alvorada.

Falo por todos, pelos correligionários de todos os cantos do Brasil, os que votam, os que arregimentam, os que se ocupam e preocupam com encargos partidários e de representação, ao expressar esta mensagem de consolo e perseverança: - Não serão baldios nossa insana lida, nosso desengano, nosso sofrimento e não rolaram em vão as cabeças de nossos líderes e de companheiros apaixonados pelo Brasil, pois é graças a isso que nosso coração sente que hoje começa a ser outro dia.

Respeito a opinião dos que entendiam que ao Movimento Democrático Brasileiro apenas restava cerrar suas portas. Não estavam inspirados nem pelo medo, nem pelo escapismo. Estavam passageiramente desesperados. É um erro e o que há de terrível no erro é que "ele tem seus heróis sinceros", compreendia Chesterton.

No suicídio quase sempre há a demissão, às vezes há o gesto. Impávido inclusive. É o caso clássico do comandante do navio que vai ao fundo. Não quer que o mar, seu velho amor e traiçoeiro inimigo, que lhe venceu o barco, também o mate. Morre antes. Mata-se.

Os sismógrafos políticos acusam risco de naufrágio para as instituições democráticas deste país. Não é hora de morrer, nem de demitir-se, mas de viver, para salvá-las. Este o destino da oposição no Brasil Vamos cumprí-lo. A ordem, que não poderá ser desobedecida, acaba de ser dada pela 5ª Convenção Nacional do Movimento Democrático Brasileiro.

A oposição tem programa examinado com seriedade e respeito pela imprensa, associações, institutos e universidades, inclusive pelos nossos adversários. Nele estão os rumos e a estratégia a que estamos obrigados por fidelidade.

Ao encerrar nossos trabalhos, incorporo-os ao abraço e às palavras de gratidão e adeus que a praxe recomenda que o presidente do Diretório Nacional dê e diga aos cavaleiros da cruzada redentora.

Contudo, não deixarei esta cadeira sem antes malsinar dois recentes flagelos.

O primeiro acarretará a aberração dos governos estaduais nascerem no bolso do colete e não nas urnas, contaminando-os de incurável ilegitimidade democrática. É a Emenda-robô, concebida num delírio de ferro e força, para que sua fatalidade de autômato comande vontades automatizadas, obediências autômatas e votações automáticas. Materialmente não é emenda constitucional, embora lhe haja usurpado o aspecto e o apelido.

É um expediente. Não foi o primeiro, desafortunadamente não será o último. A legislação eleitoral e a tributária estão infestadas deles. Castiguemo-la com o conhecido adágio: - Pior a emenda do que o soneto, corrija-se aqui para Carta Outorgada de 1969.

Descobriram agora que o voto indireto é essencial para o combate à inflação. Esperemos que a absurda vinculação não seja subversivamente exportada para as

nações, como os Estados Unidos da América do Norte, que enfrentam a erosão do custo de vida sem golpear as instituições livres.

O outro é o Leviatã da República fiscal.

Teme-se que resvale para a iliquidez a desconunal dívida externa e interna, temerariamente contraídas a curto prazo e para financiamento até de obras promocionais.

O sacrifício e o irredentismo de Tiradentes não têm sido revividos, mas recrucificados, nos derradeiros 21 de Abril.

O Brasil gene como colônia fiscal do governo, como na época do Proto-Mártir da Independência o povo e as empresas são esfolados por dízimos e derramas, de vez que impostos, quando não votados pelo Legislativo e antes de cobrados, prudencialmente figurem nos orçamentos, para não surpreenderem e arruinarem os contribuintes.

Com decretos-leis, decretos, portarias, ordens de serviço ou avisos de teor impositivos, intentam cortar a raiz histórica do Parlamento, que contra as espoliações tributárias opôs a armadura do "no taxation without representation".

Há canção célebre no mundo e cruel e contemporaneamente verdadeira para o Brasil, "The Taxman", da qual traduzo o seguinte libelo:

"Se você dirige um carro, eu taxarei a rua. Se você tenta sentar-se, eu taxarei o assento. Se você sente frio, eu taxarei o calor. Se você sai a passeio, eu taxarei suas pernas".

Ao final, tomo como meus dois grandes interlocutores: O presidente da República e os convencionais.

Dirijo-me ao general Emílio Garrastazu Médici, desta tribuna e tomando a nação por testemunha, porque o considero um brasileiro de honra e de bem.

Há os que desejam, notadamente os oportunistas de todos os governos, que sua excelência simplesmente dure no poder.

O Movimento Democrático Brasileiro, cumprido seu programa, cujo pré-requisito é a restauração democrática, assegurará seu ingresso na história.

Rogamos a Deus que transcorridos três anos, em data coincidente com a de hoje, fortalecidos pela indeclinável unidade partidária e motivados pelo fervor dos correligionários, ao passarmos o tinão para outras mãos, possamos, com o beneplácito do excelso fórum político a que devemos contas, dizer com simplicidade e consciência tranqüila:

"Missão cumprida".⁵⁷

Com a mesma coragem, a mesma perseverança, a mesma força, a mesma tenacidade, Ulysses Guimarães conduziria o destino do MDB/PMDB du-

rante todas as décadas de 70 e 80. Reeleito presidente para o período 1975/1979, foi novamente reconduzido ao cargo e liderou o partido até dezembro de 1980 quando, mais uma vez, o poder militar fez uma arbitrária reforma política, extinguindo o bipartidarismo. Nasceria então o **PMDB**

Vitória legislativa em 1974

O trabalho desenvolvido pela terceira Comissão Executiva Nacional do **MDB**, neste primeiro mandato de Ulysses como presidente, foi fundamental para a consolidação do partido e foi sob sua gestão que o **MDB** apresentou a anticandidatura e que obteve marcante vitória eleitoral em 1974.

Na publicação “*MDB em Ação nos Comícios, Rádio e Televisão*”, editada em 1974, por exemplo, o partido oferecia “estudos e assessoramento destinados à campanha dos candidatos oposicionistas a senador, a deputado federal e a deputado estadual daquele ano. Os assuntos abordados tratavam diretamente das grandes questões nacionais e das reais preocupações do cidadão brasileiro e tinham o objetivo de conscientizar os candidatos do partido e unificar o discurso *emedebista*. Essa edição de 1974 trazia análise e reflexão sobre os seguintes temas:

- O que é o MDB;
- Princípios fundamentais do programa do MDB;
- Papel da oposição;
- O AI-5 e o MDB;
- A normalidade democrática e o MDB;
- Voto direto para todos os cargos eletivos e o MDB;
- Porque o MDB luta por eleições diretas;
- Eleições diretas, segurança nacional e o MDB;
- Não vote em branco, vote no MDB;
- O governo não responde e não admite ser fiscalizado pelo MDB e pelo Legislativo;
- Porque o MDB luta pela liberdade de imprensa;
- Os direitos do homem e o MDB;
- Os direitos da mulher e o MDB;
- A juventude e o MDB;
- A educação e o MDB;

- A saúde e o MDB;
- O desenvolvimento e o MDB;
- Política econômico-social e o MDB;
- Distribuição de renda e o MDB;
- Custo de vida, espoliação salarial e o MDB;
- O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e o MDB;
- O INPS e o MDB;
- A habitação popular e o MDB;
- O nacionalismo e o MDB;
- O sindicato e o MDB;
- A situação do campo e o programa agrário do MDB;
- A agricultura e o MDB;
- O problema urbano e o MDB;
- O municipalismo e o MDB;
- Remuneração justa para os vereadores e o MDB;
- O menor abandonado e o MDB.

Ainda nessa mesma publicação, a Executiva Nacional apresentava um balanço das atividades nos dois últimos anos. A análise desse relatório mostra que as vitórias obtidas pelo **MDB** foram fruto de incansável trabalho de seus dirigentes, que não mediam esforços para estruturar e fortalecer o partido. Pela variedade de atividades e pela intensidade de ações, todas desenvolvidas num momento de enorme repressão, vale à pena prestar atenção a alguns dados do relatório:

1 – Foram realizadas 3 Convenções Nacionais, 8 reuniões do Diretório Nacional e 54 da Comissão Executiva Nacional;

2 – Foram expedidas 95 notas à imprensa;

3 - Foram publicados e distribuídos para todo o país os seguintes impressos, totalizando cerca de 500.000 exemplares:

a) “*MDB em ação nos comícios, rádios e TV*” (campanha de 1972, para prefeitos e vereadores);

b) *Manual de Organização Partidária Municipal*;

c) *Estatuto, Programa e Código de Ética Partidária*;

d) *Mensagem aos Estudantes* - convocando-os para a luta política e oferecendo-lhes a legenda do MDB, enviada a 2.288 Diretórios Acadêmicos;

e) “*Navegar é preciso, viver não é preciso*”, discursos de Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho, no lançamento de suas anticandidaturas;

f) “*Enquanto houver um homem há esperança de liberdade*”, discursos do candidato a presidente Ulysses Guimarães;

g) “*MDB em ação nos comícios, rádios e TV*” (Campanha de 74).

4 – Foram gravadas duas músicas com motivação partidária para a campanha municipal de 1972, bem como marcha, samba, “jingles”, cinco filmes diferentes e gravações de líderes oposicionistas para a televisão e rádio, remetendo-os aos diretórios regionais, às 61 emissoras de televisão e às 970 de rádio do Brasil, totalizando 2.671 unidades.

5 – Foram mimeografados os comunicados das reuniões partidárias, os discursos e entrevistas oposicionistas mais significativos do presidente e membros do Diretório Nacional, dos senadores, deputados federais, líderes das duas Casas do Congresso Nacional, e enviados aos diretórios regionais, líderes do MDB nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais, aos Diretórios Acadêmicos, sindicatos e jornais. A Secretaria-Geral expediu volume de correspondência de 93.000 impressos, telegramas, ofícios, circulares, cartas, cartões e certidões.

6 – Foram contratados os serviços profissionais do renomado advogado Dr. Marcos Heusi Netto, para postular e defender, junto ao Tribunal Superior Eleitoral, processos e recursos de interesse dos diretórios nacional, regionais, municipais, candidatos e correligionários.

7 – O presidente do Diretório Nacional, acompanhado do secretário-geral, parlamentares, líderes e dirigentes partidários dos estados, percorreu quatro vezes o Brasil, capitais e interior, de avião de carreira, táxis aéreos, automóvel, trem, barco e até de “teco-teco”, para

a) organização dos diretórios regionais e municipais;

b) campanha de candidatos a prefeitos e vereadores, em 1972;

c) campanha a presidente da República, em 1973-1974;

d) participar de reuniões, comemorações, proferir palestras e discursos, lançar candidatos, entrevistas coletivas à imprensa e no Clube

dos Repórteres Políticos da Guanabara (6 vezes).

8 – Nos dois anos de gestão da terceira Comissão Executiva, os diretórios municipais instalados passaram de 1.180 para 2.931; e o número de vereadores saltou de 3.652 para 8.211.

Notas

¹ LEÃO, Elizabeth. Do MDB ao PMDB. Brasília, Fundação Ulysses Guimarães, 2004.

² Diário da Câmara dos Deputados, 1º de abril de 1966. Pág. 1485.

³ Diário da Câmara dos Deputados, 29 de junho de 1966. Pág. 4207.

⁴ LEÃO, Elizabeth. Op. cit.

⁵ Este "Manifesto à Nação" foi lido no plenário da Câmara pelo deputado Pedro Braga (MDB-MA), durante pronunciamento feito no dia 8 de agosto de 1966, conforme Diário da Câmara dos Deputados, 9 de agosto de 1966. Págs. 4761-4762.

⁶ DCN, 24 de agosto de 1966. Pág. 5338.

⁷ A "Frente Ampla" foi a primeira ação de impacto que contestou a ditadura. Embora tenha nascido em 1966, somente ganhou projeção em março de 1967, quando divulgou suas reivindicações, e em setembro de 1967, quando se constituiu efetivamente como uma organização, em ato no Rio de Janeiro. No dia 4 de abril de 1968, a portaria 177 do presidente Costa e Silva proibiu o seu funcionamento, entre outras medidas repressoras anunciadas naquela data. No dia seguinte, 5 de abril, decreto do ministro da Justiça Gama e Silva extinguiu a "Frente Ampla".

⁸ http://pt.wikipedia.org/wiki/Frente_Ampla

⁹ Os IRM's foram instituídos através da Portaria nº 1, do Comando Supremo da Revolução, no dia 14 de abril de 1964.

¹⁰ NETO, Casimiro. A Construção da Democracia. Síntese Histórica dos Grandes Momentos da Câmara dos Deputados, das Assembleias Nacionais Constituintes e do Congresso Nacional- 180 anos de Representação Parlamentar. Pág.487. Disponível no site da Câmara dos Deputados: www.camara.gov.br

¹¹ Idem, Pág.487.

¹² Idem, Pág. 488.

¹³ Idem, Pág.490

¹⁴ O deputado Adauto Lúcio Cardoso (ARENA GB), como mostra Casimiro Neto - op.cit.-, foi um intransigente defensor da independência do Congresso Nacional. Embora tenha conspirado contra o governo de João Goulart, defendeu a independência do Congresso naquela época contra as pressões sindicais e de outros grupos. No governo revolucionário, foi líder do Bloco Parlamentar que apoiava o Regime e foi eleito presidente da Câmara dos Deputados. Fez inúmeras tentativas para convencer o presidente Castello Branco a abrir mão do poder de cassar mandatos de parlamentares.

¹⁵ NETO, Casimiro. Op.cit. Pág. 498.

¹⁶ O deputado Tarcílio Vieira de Melo nasceu na Bahia, em 1913. Nas eleições de 1945 foi eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte, pelo PSD. Foi reeleito deputado federal em 1950, 1954 e 1962. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1970, quando se preparava para voltar a concorrer à Câmara Federal pela Bahia.

- ¹⁷ NETO, Casimiro. Op.cit. Pág. 500-501
- ¹⁸ O recesso do Congresso foi decretado no dia 20 de outubro de 1966, através do Ato Complementar nº 23, que possibilitou ao presidente da República legislar sobre todas as matérias previstas na Constituição.
- ¹⁹ VIANA FILHO, Luiz. O Governo Castello Branco. Pág.467.
- ²⁰ Idem. Pág. 509.
- ²¹ DCN, 30 de novembro de 1966. Pág. 6995
- ²² Discurso pronunciado pelo deputado Mario Piva, em sessão da Câmara do dia 24 de novembro de 1966.
- ²³ LEÃO, Elizabeth. Op.cit.
- ²⁴ Anais da Constituição Congressual de 1967, de 21 de janeiro de 1967, págs. 832 a 834. DCN, 21 de janeiro de 1967. Pág. 474-475.
- ²⁵ VIANA FILHO, Luis. O Governo Castello Branco. Pág. 470.
- ²⁶ No dia 9 de fevereiro de 1967, o Congresso Nacional decretou e o presidente Castello Branco sancionou a Lei nº 5250, a chamada "Lei de Imprensa". Com sete capítulos e 77 artigos, esta lei passou a regular a liberdade de manifestação do pensamento e da informação. Para analistas, a 5250 é uma lei extremamente severa no que diz respeito ao jornalismo e ineficiente para proteger o cidadão contra ataques à sua honra e contra a invasão de sua privacidade.
- ²⁷ A "Lei de Segurança Nacional", de março de 1967, transformou em legislação a doutrina de Segurança Nacional, na qual se inspirou e sobre a qual se fundou o Estado brasileiro depois da Revolução de 1964. Esta doutrina havia sido escrita por militares americanos e aperfeiçoada na Escola Superior de Guerra. Tinha como objetivo fornecer às elites dirigentes um conjunto de princípios que pudessem se contrapor à ameaça das revoluções comunistas.
- ²⁸ DCN,16 de dezembro de 1966. Pág. 1097.
- ²⁹ O presidente Arthur da Costa e Silva (1902-1969) nasceu no Rio Grande do Sul e era militar de carreira. Durante o governo de João Goulart havia sido afastado do comando do 4º Exército, por ter reprimido manifestações estudantis. Foi ministro da Guerra durante o governo Castello Branco. Obrigada a afastar-se da Presidência em 31 de agosto de 1969, por ter sofrido uma trombose, foi substituído por uma Junta Militar. Morreu no Rio de Janeiro em 17 de dezembro de 1969.
- ³⁰ O mineiro Pedro Aleixo nasceu na cidade de Mariana, em 1901. Foi deputado federal e era o presidente da Câmara quando Getúlio Vargas deu o Golpe de 1937, instaurando o Estado Novo. Em 1958 voltou a ser deputado federal pela UDN e, em 1964, foi um dos líderes do Golpe Militar. Em 1966 foi eleito vice-presidente da República, pela ARENA, mas, mesmo ocupando este cargo, pronunciou-se contra a edição do AI-5. A retaliação dos militares a essa atitude viria em 1969, quando Pedro Aleixo foi impedido de assumir a Presidência da República, no afastamento de Costa e Silva.
- ³¹ -Marcelo Ridenti sintetizou as ações de guerrilha urbana e rural: "Fora do campo institucional, vários grupos procuravam combater a ditadura e organizar os movimentos populares: da Ação Popular (AP), nascida do cristianismo católico, depois convertida ao maoísmo, passando pelo moderado e cada vez mais dividido PCB, que apoiava o MDB, e estava cindido pelo guevarismo de diversas dissidências, as quais valorizavam a necessidade de iniciar a revolução pela guerrilha rural – caso típico da Ação Libertadora Nacional (ALN) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que promoveram o seqüestro do embaixador norte-americano; até outras organizações que pegaram em armas na resistência à ditadura, como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), dentre tantas que enfatizavam a necessidade da ação revolucionária imediata". (Extraído do texto "Que história é essa", publicado no livro Versões e ficções: o seqüestro da história. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1997. Pág.11.
- ³² O estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto foi morto pela FM, que agiu violentamente contra uma passeata do movimento estudantil, em frente ao restaurante universitário Calabouço, no Rio de Janeiro, no dia 23 de março de 1968. Mais de 50 mil pessoas compareceram ao seu enterro, que provocou forte comoção nacional. A morte de Edson Luiz desencadearia protestos estudantis em diversas regiões do país.
- ³³ Disponível em: [Educaterre.terra.com/voltaire/index.htm](http://educaterre.terra.com/voltaire/index.htm)
- ³⁴ Diário do Congresso Nacional, 29 de março de 1968, pág.220.
- ³⁵ Senado Federal, Livro 5, págs. 411 a 415. Brasília. 1968.
- ³⁶ O chamado CCC - Comando de Caça aos Comunistas - foi um movimento de extrema direita, surgido para apoiar o Regime Militar. Era especializado em praticar atentados violentos contra eventos culturais e de espancar atores e músicos considerados subversivos.
- ³⁷ Cf. NETO, Casimiro, Op.cit. Pág 519.
- ³⁸ NETO, Casimiro, Op.cit. Pág. 523.
- ³⁹ NETO, Casimiro. Op. cit. Pág. 523
- ⁴⁰ NETO, Casimiro. Op. cit. Pág. 523
- ⁴¹ NETO, Casimiro. Op.cit. Pág.524-525
- ⁴² NETO, Casimiro, Op. cit. Pág. 530
- ⁴³ NETO, Casimiro, Op. cit. Págs. 532 e 533
- ⁴⁴ NETO, Casimiro, Op.cit. Págs. 536 e 537
- ⁴⁵ NETO, Casimiro, Op.cit. pág. 543
- ⁴⁶ Com o AI-5, as liberdades democráticas foram suspensas. A repressão aos opositores se tomou muito mais dura e a tortura foi adotada como rotina em interrogatórios políticos. Na vigência do AI-5, o Congresso Nacional foi várias vezes fechado. Até o Supremo Tribunal Federal sofreu intervenção, com o afastamento de vários ministros. O AI-5 imperou durante 11 anos, e só foi revogado em 1979.
- ⁴⁷ O Decreto-Lei 477 foi o instituto jurídico criado e utilizado pela ditadura para censurar e prender alunos e professores, para invadir universidades e para justificar a violência em confrontos com estudantes.
- ⁴⁸ Os nomes dos deputados cassados e as respectivas datas de suas cassações estão registrados no livro de Casimiro Neto, às págs. 543 e 544.
- ⁴⁹ O AI-12 previa que, enquanto durasse o impedimento temporário do presidente Costa e Silva, as suas funções seriam exercidas pelos ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

⁵⁰ A Junta Militar que assumiu o governo era formada pelo almirante de Esquadra Augusto Rademaker Grünewald (RJ), general de Exército Aurélio de Lyra Tavares (PB), e brigadeiro Márcio de Souza e Mello (SC) e governaria o país até o dia 30 de outubro de 1969, quando assumiu a Presidência da República o general Emílio Garrastazu Médici. Ulysses Guimarães, anos depois, referiu-se à Junta Militar como “Os três Patetas”.

⁵¹ Andrade, Paes. O itinerário da Violência. Ed. Paz e Terra.

⁵² Idem.

⁵³ O Presidente Emílio Garrastazu Médici tomou posse na Presidência da República no dia 30 de outubro de 1969. Gaúcho, militar, era o comandante da AMAN quando estourou o Golpe de 64. Com a vitória do movimento político militar, foi nomeado pelo ministro da Guerra, Costa e Silva, Adido Militar em Washington. No governo de Costa e Silva foi chefe do Serviço Nacional de Informações. Em março de 1969, Médici foi promovido a general de Exército e comandou a Unidade do Rio Grande do Sul. Foi eleito presidente no dia 25 de outubro e, em seu governo, a repressão aumentou.

⁵⁴ NADER, Ana Beatriz. Autênticos do MDB, Semeadores da Democracia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998. Pág. 15

⁵⁵ NADER, Ana Beatriz. Op.cit.

⁵⁶ MEIHY, J.C.Sebe Bom. Prefácio do livro “Autênticos do MDB, semeadores da democracia”. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998. Pág.13.

⁵⁷ O discurso “Hoje começa a ser outro dia” foi publicado pela Fundação Ulysses Guimarães.

Anticandidatura: uma epopéia

Capítulo 3

Estamos em 1973, precisamente no dia 22 de setembro, em Convenção Nacional Extraordinária do MDB.¹ Com aparência surrealista, em ato que parece tresloucado, Ulysses faz lembrar a mitologia grega e lança sua anticandidatura² à Presidência da República, na “antieleição” marcada para janeiro de 1974.³ A linda Helena resgatada na mitologia, para o nosso Ulysses, era a democracia que precisava ser resgatada da ditadura. E o lançamento da anticandidatura, denunciando a farsa das eleições indiretas, com resultado antecipado, foi como o artifício do “Cavalo de Tróia” colocado dentro da cidadela do inimigo.

O MDB escolheu como vice de Ulysses, para fortalecer a denúncia, o respeitado Barbosa Lima Sobrinho⁴, presidente da Associação Brasileira de Imprensa - ABI -, que mais credibilidade, ainda, deu à pregação.

O que parecia ser uma pregação no deserto, transformou-se na mais pedagógica e didática campanha política da história do Brasil. O anticandidato, aproveitando as brechas na legislação, percorreu o país, e aonde chegava, trazia para a militância institucional, em adesão que se multiplicava, muitos segmentos, principalmente de jovens, que, até então, ou se omitiam, anulando votos⁵, ou atuavam na clandestinidade, no equívoco da guerrilha.

A Caravana da Anticandidatura

A estratégia de aproveitar as eleições indiretas no Colégio Eleitoral, para fazer uma pregação nacional contra esse instrumento da ditadura e contra os horrores e a violência que ela vinha perpetrando, havia sido pensada pelos “Autênticos” do MDB, um grupo de deputados federais que representava a

vanguarda do partido e que defendia sempre atitudes corajosas no enfrentamento com o Regime Militar. Como lembra o ex-deputado Alencar Furtado, um dos mais atuantes “autênticos”, a princípio, Ulysses relutou. Ele só viria a aceitar ser anticandidato quando sentiu que a proposta dos jovens deputados era para valer, e convenceu-se de que aquela era, sem dúvida, a melhor estratégia política para o momento.

A idéia de chamar a candidatura de anticandidatura nasceu em meados de 1973:

Ulysses teve a idéia numa noite em São Paulo. Numa conversa boêmia com um velho amigo, o advogado e escritor de livros policiais Luiz Lopes Coelho, contou, entre um uísque e outro, que ele e os companheiros da cúpula do MDB estavam namorando a idéia de lançar sua candidatura, mas ainda não tinham encontrado o jeito de fazê-lo. Havia dois perigos. Por um lado, a candidatura podia cair no ridículo, de tão fantasiosa. Por outro lado, podia servir de chancela à eleição indireta, criando a ilusão de que realmente houvera disputa. Como fazer? Uísque vai, conversa vem, Ulysses teve o estalo. Anticandidatura! Tinha encontrado a palavra. Ele exercia o ofício da política com o mesmo instrumento dos poetas: as palavras. Seria uma anticandidatura, revelando no nome a ironia e a dubiedade da situação. Ele seria o anticandidato. ⁶

Impedido de utilizar o rádio e a televisão para a sua anticampanha (o TSE entendia que em eleições indiretas não se aplicava a obrigatoriedade do horário gratuito nos meios de comunicação), Ulysses Guimarães, liderando grande caravana do MDB, percorreu todo o país. Os últimos meses do ano de 1973 foram dedicados, assim, à denuncia de que as eleições indiretas, tal como se davam no Brasil, eram como um jogo de cartas marcadas, e também à denúncia de toda sorte de arbitrariedades cometidas pela ditadura.

A oposição estava viva. Nas centenas de eventos por esse Brasil afora, Ulysses pregava as idéias oposicionistas, mobilizava as massas e semeava o sonho de liberdade. Sua andança repercutiu no exterior, fato que desagradou e irritou os militares. Em algumas cidades, Ulysses foi covardemente agredido, como na Bahia, onde foi perseguido pelos cães da polícia baiana do governador Roberto Santos. E, por ironia, o governador Chagas Freitas, que era filiado ao MDB, impediu-o de visitar o Rio de Janeiro em campanha.⁷

A passagem da caravana por Belo Horizonte ilustra, de modo exemplar, o que acontecia em muitas regiões por onde ela passou. Em 1973 estáva-

mos na liderança da bancada do partido na Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Decidimos promover uma visita da caravana “quixotesca” a Belo Horizonte. Em todo o Brasil, a mobilização para essa campanha não estava fácil. Boa parcela dos adversários do Regime, principalmente a juventude universitária, desconfiava do MDB e se negava a participar da luta institucional, entendendo que o partido estava coonestando a Ditadura.

Para alcançar os objetivos do lançamento da anticandidatura, marcamos encontro em Belo Horizonte com a presença de Ulysses e de vários líderes de projeção nacional, e começamos a fazer a mobilização. Sabíamos das dificuldades, mas decidimos mobilizar a juventude.

Em contato telefônico com o DCE de Belo Horizonte, pedimos para falar com o presidente. Depois de muita resistência e reticências, atendeu-nos o jovem, que não conhecíamos pessoalmente - era o hoje deputado federal Virgílio Guimarães. Fizemos o convite, ouvimos alguns desaforos e agressões com a resposta de que os estudantes não iam participar de farsa alguma. Insistimos, dissemos ao presidente do DCE que, obviamente, respeitávamos sua posição, mas queríamos o direito de debater pessoalmente sobre o assunto com ele e seus companheiros. Perguntamos se ele nos receberia no dia seguinte, no final da tarde, mesmo que fosse para ouvirmos, outra vez, tudo que ele havia nos dito. Por fim, concordou com nossa visita. Apelamos para que chamasse colegas, quantos quisesse. Falou-nos que ouviríamos muito desaforo, mas que faria a convocação.

Dia seguinte, por volta das 15 horas, lá estávamos nós a nos submeter ao tiroteio. Chegamos à sede do DCE, na Rua Gonçalves Dias, nº 1581. Estava superlotada, sessenta a setenta jovens estavam sentados pelo chão no corredor, em cima de alguns sacos cheios de material, que não identificamos. A sala do presidente estava entupida de gente. Foi difícil entrar, muita indiferença, algumas piadinhas provocativas. Tivemos que saltar por entre as pernas dos que estavam no corredor.

O presidente nos saudou, afirmando para todos o que havia nos dito pelo telefone. Ouvimos algumas manifestações bravas, muitos chavões da esquerda na época e a defesa da revolução como única saída. Após uma série de intervenções com argumentos repetitivos, sempre os mesmos - “revolução, luta armada, classe operária, burguesia etc.etc.” - pedimos para dizer alguma coisa. Permitiram.

Demos um choque de coerência e autenticidade. Dissemos àqueles jo-

vens idealistas e patriotas que admirávamos muito os que pensavam diferente de nós, os que demonstravam ter mais coragem que nós, os que desejavam promover a transformação tanto quanto nós, contudo, optavam pela luta armada para alcançá-la, o que nós achávamos um equívoco. Todavia, nós estávamos desenvolvendo a nossa luta, inclusive, ali, naquele instante, e eles só faziam discurso no asfalto de Belo Horizonte.

- Se estão convencidos de que só a luta armada resolve, peguem as armas e vão lutar, como alguns estão fazendo, com o nosso respeito, embora discordante.

Dissemos, corajosamente, que ficar fazendo discurso de revolução nas reuniões do DCE ou nos encontros urbanos, sem correr o risco de pegar as armas e subir a serra, isto sim é que era demagogia, muita afeita à burguesia.

Nosso discurso deu certo. O encontro da anticandidatura estava marcado para quatro dias depois. Superlotamos a Assembléia, principalmente com a presença dos jovens, e realizamos um dos mais emocionantes encontros dessa marcante campanha. Além do pronunciamento de Ulysses, entre os muitos oradores, dois discursos ficaram permanentemente na memória. O do senador Franco Montoro, que analisou as desigualdades e as injustiças aprofundadas com o regime autoritário, e o do deputado gaúcho Nadir Rossetti, que quase fez as galerias virem abaixo, ao homenagear a memória do jovem José Carlos da Matta Machado, filho do professor e deputado federal cassado em 1969 Edgard de Godoy da Matta Machado, “violentado e morto nos porões da ditadura.” Foi memorável aquela jornada.⁸

Com a adesão que a campanha da anticandidatura alcançou em todo o Brasil, de segmentos importantes da sociedade, como artistas, intelectuais e, principalmente, jovens, o MDB se tornou imbatível eleitoralmente e, já nas eleições legislativas de 1974, registrou crescimento espetacular: obteve 72,75% dos votos, ampliando a bancada de 87 para 160 deputados e elegendo 16 dos 21 senadores.⁹ Apesar de todos os arranjos ilegítimos e subseqüentes da ditadura – extinção dos partidos; sublegenda; senador “biônico”; “Lei Falcão; intervenção em muitos municípios e capitais de estado; punições com perdas de direito político de muitos líderes do partido - apesar de toda essa devastação, os ventos sopravam fortes e arrebatadores no sentido da vitória democrática. Não havia “diabos” que dessem jeito contra a vontade crescente do povo. Era o sopro benfazejo que

vinha de muito longe, desde o berço da civilização ocidental.

Digam aos espartanos, estranhos que passam,
Que aqui, obedientes às suas leis, jazemos. ¹⁰

Hoje, quem passa por Termópilas encontra cravados, em pedra bruta, esses versos do poeta Simônides, que resumem a epopéia dos espartanos, 480 a.c., quando Leônidas, no comando de trezentos bravos, aproveitando-se das características geo-topográficas favoráveis do estreito desfiladeiro das Termópilas, retardou por sete dias a invasão persa de Xerxes, com seus milhares de homens. Aqueles sete dias, conseguidos com o sangue e a exterminação de três centenas de gregos, asseguraram a vitória final sobre os invasores persas em Salamina, garantindo a origem da democracia e da liberdade ocidentais.

Assim como Leônidas - mesmo sabendo que só poderia resistir por poucos dias e que seria massacrado com seus soldados - respondeu ao ultimato de Xerxes para que depusesse suas armas, dizendo “venham pegá-las”, o **MDB** de Ulysses perdeu, também, centenas de bravos, abatidos em plena e cruenta batalha que durou anos e, ainda assim, caminhou resoluto, levando a mensagem da anticandidatura a todo o país, para uma eleição cujo resultado todos sabiam de antemão.

Lá, como cá, era necessário o sacrifício de bravos para que a democracia prevalecesse. Parece cada vez mais verdadeira a constatação de Charles Chapplim: “A liberdade não morrerá, enquanto existirem homens que morram por ela”.

Como consequência dessa anticandidatura corajosa e desprendida de Ulysses e Barbosa Lima, o **MDB**, impedido pelo arbítrio de disputar a Presidência, alcançou a mais retumbante vitória nas eleições parlamentares de 1974, jogando contra a parede a ditadura acossada por todos os lados. O movimento da anticandidatura foi, para a quase totalidade dos historiadores, o marco inicial da efetiva caminhada em direção à redemocratização do país. O artigo “Vitória da Democracia”, publicado no dia 15 de março de 2005, enaltece a epopéia da anticandidatura:

De todas as criações do artista Ulysses, na arte da política, esta foi sua obra-prima. Foi operacional, porque dela resultaram frutos, mas também - e sobretudo -

bela. No papel de anticandidato, Ulysses foi insuflado, mais do que nunca, pelo espírito do Quixote. Mas o Sancho que guardava nas entranhas se mantinha ligado para o que a representação podia render de agito e de propaganda. ¹¹

Para que melhor se compreenda o que foi e o que pretendeu o movimento da anticandidatura, é aconselhável retomar o discurso “escrito de próprio punho” e proferido por Ulysses em 1973, na Convenção em que o MDB decidiu enfrentar o Poder dentro das regras do Poder, lançando-o anticandidato à Presidência do Brasil:

O paradoxo é o signo da presente sucessão presidencial brasileira. Na situação, o anunciado como candidato, em verdade, é o presidente, não aguarda a eleição, e, sim, a posse. Na oposição, também não há candidato, pois não pode haver candidato a lugar de antemão provido.

A 15 de janeiro próximo, com o apelido de “eleição”, o Congresso Nacional será palco de cerimônia de diplomação, na qual senadores, deputados federais e estaduais de agremiação majoritária certificarão investidura outorgada com anterioridade. O Movimento Democrático Brasileiro não alimenta ilusões quanto à homologação cega e inevitável, imperativo de identificação do voto ostensivo e da fatalidade da perda do mandato parlamentar, obra farisaica de pretensão colégio eleitoral, em que a independência foi desalojada pela fidelidade partidária.

A inviabilidade da candidatura oposicionista testemunhará perante a nação e perante o mundo que o sistema não é democrático, de vez que tanto quanto dure este, a atual situação sempre será governo, perenidade impossível quando o poder consentido pelo escrutínio direto, universal e secreto, em que a alternatividade de partidos é a regra, consoante ocorre nos países civilizados. Não é o candidato que vai percorrer o país. É o anticandidato, para denunciar a antieleição, imposta pela anticonstituição que homizia o AI-5, submete Legislativo e o Judiciário ao Executivo, possibilita prisões desamparadas pelo habeas corpus e condenações sem defesa, profana a indevassabilidade dos lares e das empresas pela escuta clandestina, torna inaudíveis as vozes discordantes, porque ensurdece a nação pela censura à imprensa, ao rádio, à televisão, ao teatro e ao cinema.

No que concerne ao primeiro cargo da União e dos Estados, dura e triste tarefa esta de pregar numa República que não consulta os cidadãos e numa democracia que silenciou a voz das urnas. Eis um tema para o teatro do absurdo de Bertolt Brecht que, em peça fulgurante, escarnece da insânia do arbítrio prepotente ao aconselhar que, se o povo perde a confiança do governo, o governo deve dissolver o povo e eleger um outro.

Não como campanha, pois isto equivaleria à tola viagem rumo ao impossível, a peregrinação da oposição pelo país perseguirá tríplice objetivo:

I- Exercer, sem temor e sem provocação, sua função institucional de crítica e fiscalização ao governo e ao sistema, clamando pela eliminação dos instrumentos e da legislação discricionários, com prioridade urgente e absoluta a revogação do AI-5 e a reforma da Carta Constitucional em vigor.

II- Doutrinar com o Programa Partidário, unanimemente aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral, conscientizando o povo sobre seu conteúdo político, social, econômico, educacional, nacionalista, desenvolvimentista com liberdade e justiça social, o qual será realidade assim que o Movimento Democrático Brasileiro for governo, pelo sufrágio livre e sem intermediários do povo.

III- Conciliar os eleitores, frustrados pela interdição, a 15 de janeiro de 1974, de eleger presidente e vice-presidente da República, para que a 15 de novembro do mesmo ano elejam senadores, deputados federais e estaduais da oposição, etapa fundamental para atuação e decisões parlamentares que conquistarão a normalidade democrática, inclusive número para propor emendas e reforma da Carta Constitucional de 1969 e a instalação de comissões parlamentares de inquérito, de cuja ação investigatória e moralizadora a presente legislatura se encontra jejuna e a atual administração imune, pela facciosa intolerância da maioria situacionista.

Hoje, e aqui, serei breve. Somos todos cruzados da mesma cruzada. Dispensável, assim, pretender convencer o convicto, converter o cristão, pregar a virtude da liberdade a liberais, que pela fé republicana pagam o preço de riscos e sofrimentos. Serei mais explícito e minudencioso ao longo da jornada, quando falarei também a nossos irmãos postados no outro lado do rio da democracia. Aos que aí se situaram por opção ou conveniência, apostasia política mas rebelde à redenção.

Prioritariamente, aos que foram marginalizados pelo ceticismo e pela indiferença, notadamente os jovens e os trabalhadores, intoxicados por maciça e diuturna propaganda e compelidos a tão prolongada e implacável dieta de informações. Quando a Oposição clama pela reformulação das estruturas político-sociais e pela incolumidade dos direitos dos cidadãos, sua reiteração aflige os corifeus dos poderosos do dia.

Faltos de razão e de argumentos, acoimam-na de fastidiosa repetição. Condenável é repetir o erro, e não sua crítica. Saibam que a persistência dos abusos terá como resposta a pertinácia das denúncias. Ressaltarei nesta Convenção a liberdade de expressão, que é apanágio da condição humana e socorre as demais liberdades ameaçadas, feridas ou banidas. A oposição reputa inseparáveis o direito de falar e o direito de ser ouvido.

É inócua a prerrogativa que faculta falar em Brasília, não podendo ser escutado no Brasil, porquanto a censura à imprensa, ao rádio e à televisão venda os olhos e tapa os ouvidos do povo. O drama dos censores é que se fazem mais furiosos quanto mais acreditam nas verdades que censuram. E seu engano fatal é presumir que a censura, como a mentira, pode exterminar os fatos, eliminar acontecimentos, decretar o desaparecimento das ocorrências indesejáveis.

A verdade poderá temporariamente ser ocultada, nunca destruída. O futuro e a história são incensuráveis. A informação, que abrange a crítica, é inarredável requisito de acerto para os governos verdadeiramente fortes e bem intencionados, que buscam o bem público e não a popularidade. Quem, senão ela, poderá dizer ao chefe de Estado o que realmente se passa, às vezes de suma gravidade, na intimidade dos ministérios e dos múltiplos e superpovoados órgãos descentralizados?

Quem, senão ela, investigará e contestará os conselhos ineptos dos ministros, as falsas prioridades dos técnicos, o planejamento defasado dos assessores? Essa sabedoria e dimensionamento da prática com que o gênio político britânico enriqueceu o direito público: Oposição do Governo de Sua Majestade, ao Governo de Sua Majestade.

A burocracia pode ser preguiçosa, descortês, incapaz e até corrupta. Não é exclusivamente na Dinamarca, em qualquer reino sempre há algo de podre. Rematada insânia tornar impubescíveis lacunas, faltas ou crimes, pois contamina a responsabilidade do governante que ordena ou tolera. Eis porque o poder absoluto, erigido em infalível pela censura, corrói e fracassa absolutamente.

É axiomático, para finalizar, que sem liberdade de comunicação não há, em sua inteireza, oposição, muito menos partido de oposição. Como o desenvolvimento é o desafio da atual geração, pois ou o Brasil se desenvolve ou desaparecerá, o Movimento Democrático Brasileiro, em seu programa, define sua filosofia e seu compromisso com a inadiável ruptura da maldita estrutura da miséria, da doença, do analfabetismo, do atraso tecnológico e político.

A liberdade e a justiça social não são meras conseqüências do desenvolvimento. Integram a condição insubstituível de sua procura, o pré-requisito de sua formulação, a humanidade de sua destinação. A liberdade e a justiça social conformam a face mais bela, generosa e providencial do desenvolvimento, aquela que olha para os despossuídos, os subsalariados, os desempregados, os ocupados em ínfimo ganha-pão ocasional e incerto, enfim, para a imensa maioria dos que precisam para sobreviver, em lugar da escassa minoria dos que têm para esbanjar.

Este o desenvolvimento vivificado pelas liberdades roosevelteanas, inspiradoras da Carta das Nações Unidas, as que se propõem a libertar o homem do medo e da necessidade. É o perfilhado na encíclica *Populorum Progressio*, isto é, prosperidade do povo, não do Estado, que lhe é conseqüência, cunhado de seu protótipo na sentença lapidar: o desenvolvimento é o novo nome da paz.

Desenvolvimento sem liberdade e justiça social não tem esse nome. É crescimento ou inchação, é empilhamento de coisas e valores, é estocagem de serviços, utilidades e divisas, estranha ao homem e seus problemas. Enfatize-se que o desenvolvimento não é silo monumental e desumano, montado para guardar e exibir a mitologia ou o folclore do Produto Interno Bruto, inacessível tesouro no fundo do mar, inatingível pelas reivindicações populares.

É intolerável mistificar uma nação a pretexto de desenvolvê-la, rebaixá-la em ar-

mazém de riquezas, tendo como clientela privilegiada, senão exclusiva, o governo para custeio de tantas obras faraônicas e o poder econômico, particular ou empresarial, destacadamente o estrangeiro, desnacionalizando a indústria e dragando para o exterior lucros indevidos. É equivoco, fadado à catástrofe, o Estado absorver o homem e a nação.

A grandeza do homem é mais importante do que a grandeza do Estado, porque a felicidade do homem é a obra-prima do Estado. O Estado é o agente político da nação. Além disso, e mais do que isso, a nação é a língua, a tradição, a família, a religião, os costumes, a memória dos que morreram, a luta dos que vivem, a esperança dos que nascerão.

Liberdade sem ordem e segurança é o caos. Em contraposição, ordem e segurança sem liberdade é a permissividade das penitenciárias. As penitenciárias modernas são mini cidades, com trabalho remunerado, restaurante, biblioteca, escola, futebol, rádio, cinema e televisão. Os infelizes que a povoam têm quase tudo, mas não têm nada, porque não têm a liberdade. Dela fogem expondo a vida ou aguardam aflitos a hora da libertação.

Do alto desta Convenção, falo ao general Ernesto Geisel, futuro chefe da nação. As Forças Armadas têm como patrono Caxias e como exemplo Eurico Gaspar Dutra, cidadãos que glorificaram suas espadas na defesa da lei e da proteção à liberdade. O general Ernesto Geisel a elas pertence, dignificou-as com sua honradez, delas saiu para o supremo comando político e militar do Brasil.

A História assinalou-lhe talvez a última oportunidade para ser instituído no Brasil, pela evolução, o governo da ordem com liberdade, do desenvolvimento com justiça social, do povo como origem e finalidade do poder e não seu objeto passivo e vítima inerme. Difícil empresa, sem dúvida, carregada de riscos, talvez. Mas o perigo participa do destino dos verdadeiros soldados.

A estátua dos estadistas não é forjada pelo varejo da rotina ou pela fisiologia do cotidiano. Não é só para entrar no céu que a porta é estreita, conforme previne o evangelista São Mateus, no capítulo XXIII, versículo 24. Por igual, é angustiosa a porta do dever e do bem, quando deles depende a redenção de um povo. Esperemos que o presidente Ernesto Geisel a transponha.

A oposição dará à próxima administração a mais alta, leal e eficiente das colaborações: a crítica e a fiscalização. Sabe, com humildade, que não é dona da verdade. A verdade não tem proprietário exclusivo e infalível. Porém, sabe também que está mais vizinha dela e em melhores condições para revelá-la aos transitórios detentores do poder, dela tantas vezes desviados ou iludidos pelos tecnocratas presunçosos, que analdizam e exorcizam os opositores, pelos serviços de todos os governos, pelos que vitaliciamente apóiam e votam para agradecer ao príncipe.

A oposição oferece ao governo o único caminho que conduz à verdade: a controvérsia, o diálogo, o debate, a independência para dizer sim ao bem e coragem para dizer não ao mal, a democracia em uma palavra. Senhores convencionais, do fundo

do coração, digo-lhes que não agradeço a indicação que consagra a minha vida pública. Missão não se pede. Aceita-se, para cumprir com sacrifício e não proveito.

Como presidente nacional do Movimento Democrático Brasileiro, agradeço-lhes, aí sim, o destemor e a determinação com que, ao sol, aos ventos e desafiando ameaças, desfilam pela pátria o lábaro da liberdade. Minha memória guardará as palavras amigas aqui proferidas, permitindo-me reportar às da lavra dos grandes líderes, senador Nélson Carneiro e deputado Aldo Fagundes, parlamentares que têm os nomes perpetuados por Anais e na admiração do Congresso Nacional.

Significa o reconhecimento do partido a Barbosa Lima Sobrinho, por ter acudido a seu empenhado apelo. Temporariamente, deixou sua biblioteca e apartou-se da imprensa, trincheira de seu talento e de seu patriotismo, para exercer perante o povo o magistério das franquias públicas, das garantias individuais e do nacionalismo. Sua vida e sua obra podem ser erigidas em doutrina de nossa pregação.

Por fim, a imperiosidade do resgate da enorme injustiça que vitimou, sem defesa, tantos brasileiros paladinos do bem público e da causa democrática. Essa justiça é pacto de honra de nosso partido e seu nome é anistia.

Senhores convencionais, a caravela vai partir. As velas estão pandas de sonhos, aladas da esperança. O ideal está no leme e o desconhecido se desata à frente.

No cais alvoroçado, nossos opositores, com o Velho do Restelo de todas as epopéias, com sua voz de Cassandra e seu olhar derrotista, sussurram as excelências do imobilismo e invencibilidade do 'establishment'. Conjuram que é hora de fiar e não de se aventurar. Mas no episódio, nossa carta de marear não é de Camões e sim de Fernando Pessoa ao recordar o brado: 'Navegar é preciso, viver não é preciso'.

Posto hoje no alto da gávea, espero em Deus que em breve possa gritar ao povo brasileiro: Alvissaras, meu capitão. Terra à vista. Sem sombra, medo e pesadelo, à vista a terra limpa e abençoada da liberdade. ¹²

Na sessão da Câmara dos Deputados do dia 25 de setembro de 1973, em discurso no “Grande Expediente”, o culto pensador deputado Brígido Tinoco profere o belo e histórico pronunciamento, que merece transcrição:

Senhor presidente, senhores deputados, ocupo a tribuna, em nome do Movimento Democrático Brasileiro, por delegação da liderança.

Sábado último, vivemos instantes de afirmação e de fé em nossa Convenção Nacional, onde os debates estrugiam com veemência, ao abrigo da liberdade e da democracia. Era um oásis, como é esta Casa, no deserto de afirmativas em que vivemos.

Disse, com propriedade, o deputado Alencar Furtado, ao saudar os convencionais, que ali “não estávamos em ordem unida, porém em Convenção, que propõe,

que discorda, que discute e que protesta". Desse modo - acrescentava o orador - não tínhamos em nossas decisões o "ridículo de certas unanimidades".

O ilustre presidente dos nossos trabalhos, deputado Tancredo Neves, advertia, vez por outra, aos convencionais: "Apressemos os debates, uma vez que poderosa cadeia de rádio e de televisão transmitirá a palavra de nossos candidatos às 13 horas".

Mas fomos iludidos, senhor presidente. A unidade móvel de televisão da Agência Nacional deslocou-se efetivamente para o Congresso, onde se realizava o conclave emedebista, mas os discursos não foram transmitidos, as imagens não foram projetadas no ar. Entretanto, as orações construtivas de nossos candidatos careciam ser ouvidas pelo povo.

O eminente jornalista e homem público, Barbosa Lima Sobrinho, candidato à vice-presidência da República, lembrou Trudeau: "Julga-se uma democracia pela maneira como se trata as minorias".

O nosso companheiro Ulysses Guimarães, candidato à Presidência da República, precisava, em belas expressões:

"O paradoxo é o signo da presente sucessão presidencial brasileira. Na situação, o anunciado como candidato, em verdade é o presidente; não aguarda a eleição e sim a posse. Na oposição, também não há candidato, pois não pode haver candidato a lugar de antemão provido".

Pois bem, senhor presidente, embora de tudo isso soubéssemos, o que reivindicamos para os nossos candidatos é a propagação do clamor oposicionista em todos os ângulos do território nacional. Todavia, além da farsa eleitoral, parece que nos será negada, igualmente, a faculdade de falar ao povo.

É flagrante a existência de uma investidura outorgada com anterioridade.

O Colégio Eleitoral recém criado - como propagou o deputado Alencar Furtado - expunge a minoria de sua participação, impingindo uma impostura legislativa, para que o escárnio deste pleito sucessório exiba-se legitimado aos olhos da nação. Não enxergam que, expulsando o povo do processo, desvalorizam-no por inteiro, e a nação esvaziada da única fonte legítima do poder, pasma, intimidada e aflita, tangida para o desconhecido.

O senhor Barbosa Lima Sobrinho não quer ser um candidato mudo. Da mesma maneira, o senhor Ulysses Guimarães não aceita uma candidatura sem que lhe seja permitido dirigir-se amplamente à nação. Só nos resta aguardar o pronunciamento do egrégio Superior Tribunal Eleitoral em aplicação dos ditames legais.

Confiamos, ainda, nos seja propiciado o acesso ao rádio e à televisão, a fim de que não tenhamos de declarar, em nova Convenção, a inviabilidade da candidatura oposicionista, o que denunciará ao mundo o regime político em que vivemos.

Tememos, é verdade, que o governo imponha o seu critério de nos manter mu-

dos. Ainda não nos retiraram a prerrogativa de manifestação nesta Casa. Mas até isso não sabemos, sinceramente, quanto tempo durará.

Cícero, há séculos, denunciara a filosofia dos governos fortes nesta frase "Oderint, dum metuant" (que eles odeiem, contando que acatem). Assim procedem, como se não fosse possível conciliar a estabilidade com a liberdade; assim atuam, como se a sociedade fosse um latíbulo de ódios ou uma companhia de intimidação alternante.

Que desejamos nós, senhor presidente? Exercer a descoberto, sem prevenções separadoras, a função institucional de crítica e fiscalização ao governo, porque resumimos programas e mensagens, sem artifícios ou balda de clandestinidade. Queremos, dentro de critério nacionalista, a garantia de liberdade na disciplina nacional, impelindo um halo de esperança aos eleitores frustrados, rogando-lhes perseverança ao invés de imobilismo.

Exigimos o respeito à registratura, a flexibilidade na solução das crises, investimentos no plano qualitativo e no plano quantitativo, pesquisas acerca da felicidade individual e coletiva, além de lugar preeminente reservado à cultura nacional.

Repelimos, sobretudo, o messias administrativo, infalível, que anuncia o superpoder e a auto-suficiência, olvidando que somos uma comunidade de amor mútuo e de misericórdia, onde as desigualdades devem ser niveladas e as injustiças combatidas.

Nem a coação do silêncio, nem a complacência da omissão. O hermetismo afronta-se no testemunho do que é. Não reconhece insuficiências e, com isso, não se translada ao próximo, porque as almas fechadas não transmigram.

Sem dúvida, a soberba é o reverso da piedade, a negação da sensatez, o absolutismo do instinto. O torpor dos poderosos está expresso no Antigo Testamento: "Olhos eles têm e não vêem; ouvidos eles têm e não ouvem". Vivem, senhor presidente, como na lembrança de Brreyssig, fascinados de perpétua aurora, presos à alvorada detida, incapazes de uma avançada ao fulgor do meio dia.

Os grandes desígnios não enraízam egoísmos; são porções de vida fresca. E, nesse intento arejado, as presunções místicas cedem vez às realidades efetivas. Não é crível que transformemos em empresa nacional a intolerância e a prepotência, que engendram desajustados políticos e sociais.

O senador Nelson Carneiro, em nossa Convenção de sábado último, destacou a resistência democrática do partido: "Nossos projetos visando a coibir os abusos oficiais - sublinhou - dormem nas gavetas das comissões, como se o silêncio devolvesse a tranqüilidade aos lares traumatizados com o desaparecimento e as prisões sem termo de seus parentes, como se o silêncio fizesse retornar às escolas os estudantes delas brutalmente arrancados".

Acrescenta o nobre representante da Guanabara que se solidificou o muro que separa o Legislativo do Executivo, "através do sufrágio indireto por assembleias agonizantes, votando a descoberto e sob ameaça de perda de mandato".

Não obstante, senhor presidente, não nos intimida o áspero roteiro. A fé objetiva o futuro: só o interesse mesquinho concentra-se no presente. O MDB encontra-se na posição do ilustre líder Aldo Fagundes, em sua saudação aos nossos candidatos; "sabíamos que os pratos da balança tinham pesos desiguais, e nem sempre os olhos de quem nos julgasse saberiam fazer o devido desconto, por este vício mecânico". No entanto, temos cumprido o nosso dever com obstinada dedicação. Quanto mais os horizontes se fechavam, mais nós abríamos portas e janelas para que a democracia respirasse ar puro; mais a esperança cansava; mais a nossa vigilância redobrava; mais a conjuntura se afigurava um enervante labirinto de caminhos barrados; mais nós forcejávamos para emprestar um sentido a nossa marcha, rumo a uma saída institucional. Hoje, as mãos vazias de quaisquer resquícios de vantagens pessoais, o peito nu de fáceis ouropéis, o espírito desabitado de mágoas e ressentimentos, a fronte crestada na fúria das intempéries, podemos jurar perante a História que nada nos abala a crença na inteireza dos nossos propósitos e no significado do nosso gesto.

A postura de Aldo Fagundes resume a nobreza da essência partidária. O Movimento Democrático Brasileiro, senhor presidente, contempla em desolação o panorama em que aparecem a liberdade de pensamento mutilada, a magistratura sem garantias, crianças e mulheres sem abrigo, políticos enudecidos, professores despojados da cátedra e sonhos destruídos na sensação aflitiva do vazio.

O MDB olha e acredita no porvir, que este não tem censores nem se impacienta, porque lhe conhece o sentido de eternidade. De olhos doridos, a nossa gente persevera na pugna e aguarda a justiça da História. Acredita nela porque envolve o todo. Cristo no-la deixou como testemunho seu.

O partido confia em que a Egrégia Justiça Eleitoral lhe garantirá o tributo de falar ao povo, honrando os padrões de nossa cultura jurídica. Se tudo nos for negado, o rigor da história pesará sobre todos nós como montanhas de chumbo. E só a Providência Divina poderá garantir ao Brasil a paz e a sobrevivência.

Que o honrado general Ernesto Geisel, futuro governo da República, possa dirigir-nos em diálogo aberto com o povo, defendendo-lhe os direitos e as prerrogativas da Pátria, sagrando, enfim, a liberdade dentro da ordem e o desenvolvimento sob o império da justiça social. Que os bons fados guiem seus passos e apontem-lhe o caminho da ressurreição nacional.

É o preito da oposição, que vive pela fé e sofre pela crença. Viver não é durar, somente. O tempo, para o homem consciente, não se mede pelo correr dos dias, mas pelo calor dos ideais.

Aguardemos, de olhos atentos, a visão do destino. Só os homens perecem. A História é aguda como a dor e fria como a verdade.

Entendemos que o Estado é ordem normativa e não pode ser alicerçado em bases falsas. É uma instituição que agasalha conjuntos institucionais, como superestrutura impessoal e permanente.

Hoje, corre mundo um novo sentido de existência. A concepção individualista foi substituída pela socialização das normas jurídicas. As leis emergem do fundo das almas, como reclamo de um povo, sem interpretações formalísticas. Alargam-se os horizontes da exegese e a responsabilidade dos legisladores.

O Estado renova-se em clima de justiça e de equilíbrio, operando a base da moral, no combate aos desníveis de cultura e às desigualdades sociais. É a superação do ninho infra-humano, porque se compõe de cidadãos. A racionalização do poder, assim, ganha maior amplitude, solidifica-se, perseguindo novos fins e novas funções no plano da interdependência social.

Desliza o Rio da Vida, percorrendo paisagens, inundando ciclos históricos. Em seu meio, como num oceano, flutua a nau do Estado.

Para onde vamos, senhor presidente? Que contas prestaremos ao futuro?

As perguntas não ficam sem respostas. A precaução assim aconselha e, sobretudo, a realidade as exige. ¹³

Como líder da bancada, o deputado Marcos Freire também denunciou, no dia 27 de setembro, a censura a que alguns jornais foram submetidos, ficando impedidos de transmitir o discurso de lançamento dos anticandidatos do MDB. Por seu valor histórico e por demonstrar o ridículo a que a Censura Federal chegou no Brasil, o discurso de Marcos Freire merece ser transcrito:

Senhor presidente, deveria estar circulando, no dia de hoje, o número 102 do semanário intitulado Politika, completando, assim, dois anos de existência. Malgrado todas as limitações da situação institucional vigente, aquele periódico, durante esse tempo, jamais deixou de circular no país. Infelizmente, o número 102 não saiu hoje nem vai sair esta semana. É que a censura à imprensa, existente no país, ultrapassou todos os limites, conforme nos deu conta o jornalista Sebastião Nery, através de telefonema que nesse sentido recebemos há poucos instantes.

O jornal desta semana trazia, como matéria principal, os discursos pronunciados pelo deputado Ulysses Guimarães e pelo escritor Barbosa Lima Sobrinho, na Convenção do MDB, realizada sábado passado. A Delegacia da Censura Federal no Rio de Janeiro comunicou à direção que não havia ordem de censura quanto aos referidos discursos, razão por que a matéria fora preparada com base naqueles pronunciamentos. Surpreendentemente, ontem, quando da devolução da matéria, enviada para Brasília, conforme exigência do Ministério de Justiça, os ditos pronunciamentos vieram totalmente riscados.

A direção procurou conseguir pelo menos a simples transcrição das orações feitas, apresentando cinco títulos para as matérias, inclusive aquele que dizia tão

somente "A palavra de Ulysses e de Barbosa". Tudo inútil. A censura foi peremptória: os discursos não poderiam ser transcritos. Outros assuntos também foram objetos de censura, entre os quais um artigo que se referia à reunião do Fundo Monetário Internacional, na África, em que se emitia a opinião de Barbosa Lima Sobrinho sobre o padrão-ouro. Mas seu nome foi sistematicamente riscado onde quer que aparecesse, assim como o noticiário sobre eleições na Academia Brasileira de Letras com referência aos candidatos que disputam um lugar naquela casa - o romancista José Cândido de Carvalho e o cientista Carlos Chagas. Acontece que existe um homônimo deste último, o jornalista Carlos Chagas. Por esta razão, o cientista Carlos Chagas também teve o seu nome riscado pela Censura Federal.

Ainda outra matéria, relativa à análise técnica da economia argentina, foi impedida de ser publicada, apesar de idêntico assunto ter sido tratado por uma revista da Editora Abril. Todos os tipos de solução para contornar os vetos da censura foram inúteis, tanto assim que o semanário Política não teve outra alternativa senão deixar de circular - ele que, na semana passada, saíra com apenas 12 páginas. Se forçasse sua saída na presente semana, circularia somente com oito páginas, o que não seria possível.

Idêntica ameaça pesa sobre o semanário Opinião. Nesta tarde, tivemos contato pessoal com o jornalista Fernando Gasparian, que me mostrou o discurso do presidente do nosso partido totalmente riscado pela Censura Federal. O mais grave - e não sabemos por que motivo - é que a frase do ilustre candidato pela ARENA a presidente da República, general Ernesto Geisel, quando se refere às multinacionais, dizendo que não sabemos se vai ser para o bem ou para o mal, também foi cortada pela Censura Federal, de modo que não pôde ser transcrita pelo jornal Opinião.

Senhor presidente, que querem os donos do Poder? Por que essa discriminação contra os órgãos de imprensa? Já não se pretende que esses órgãos não sejam passíveis de censura. Apenas se deseja que haja sintonia na censura, que aquelas matérias que podem ser publicadas num jornal o sejam em outro, porque, como disse o jornalista Sebastião Nery em represália ao censor do Distrito Federal, já que não se cumpre o princípio constitucional de que todos são iguais perante a lei, que ao menos se cumpra o princípio elementar de que sejam todos iguais perante o arbítrio neste país. ¹⁴

Durante toda a campanha da anticandidatura, Dr. Ulysses andou pelo Brasil liderando uma caravana de rebeldes, enfrentando cães, cavalos e tanques da ditadura, pregando a mais democrática das pregações, denunciando as eleições que já tinham resultado, desde o dia em que foram marcadas. Com o gesto heróico e ousado do MDB, a farsa das eleições indiretas do Regime Militar brasileiro foi colocada a nu.

Notas

- ¹ I Convenção Nacional Extraordinária do MDB, realizada em 22 de setembro de 1973, no plenário do Senado Federal. Presidida por Ulysses Guimarães, contou com a presença de 249 convencionais. Como pauta principal, “fixar a posição do partido quanto à sucessão presidencial”, marcada para 15 de janeiro de 1974. A Convenção decidiu indicar Ulysses Guimarães para concorrer à vaga de presidente da República e Barbosa Lima Sobrinho para a vaga de vice-presidente da República. Esta deliberação foi ratificada na II Convenção Nacional Extraordinária, realizada no dia 28 de novembro de 1973, no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, com a presença de 211 convencionais. Esta segunda convenção extraordinária fora convocada para reavaliar as candidaturas do MDB, conforme proposta subscrita pelos líderes das bancadas da Câmara e do Senado, deputado Aldo Fagundes e senador Nelson Carneiro. (Informações extraídas de - LEÃO, Elizabeth). Do MDB ao PMDB. Fundação Ulysses Guimarães. Brasília, 2004).
- ² Mesmo sabendo da total impossibilidade de vitória no Colégio Eleitoral, onde a Arena tinha a esmagadora maioria, Ulysses admitiu ter seu nome lançado pelo MDB com o objetivo de aproveitar os espaços abertos à candidatura para denunciar a Ditadura e divulgar os princípios do partido por todo o Brasil.
- ³ A eleição presidencial de 1974 escolheria o quarto presidente do Regime. E, como previa o AI-2, a eleição seria indireta, transformando-se o Congresso em Colégio Eleitoral. Ulysses disputou com o general Ernesto Geisel, sabidamente vencedor, por antecipação.
- ⁴ Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho (1897-2000), advogado, jornalista, escritor, acadêmico, historiador, professor e político. Foi um dos mais atuantes brasileiros do século XX, participando de todas as grandes discussões nacionais. Presidente da Associação Brasileira de Imprensa durante muitos anos (de 1926 a 1929 e de 1978 a 1992) foi um incansável defensor das liberdades políticas e de expressão. Três vezes eleito deputado federal, exerceu seus mandatos nos períodos de 1935/1937; 1946/1948; 1959/1963. Foi ainda governador do estado de Pernambuco (1948/1951).
- ⁵ Até às eleições legislativas de 1974, muitos brasileiros – principalmente os mais informados e críticos – mesmo sendo contra o Regime Militar, preferiam anular seus votos a apoiar o MDB, pois acreditavam que a presença do partido nas eleições legitimava o Regime e a farsa democrática.
- ⁶ “A Vitória da Democracia”. Disponível em Brownzilians.het.brown.edu, capturado em cachê pelo Google.
- ⁷ Conforme informação no site do PMDB da Paraíba (www.pmdb-pb.org.br/historia.htm), capturado em 27 de janeiro de 2006, em cachê do Google.
- ⁸ Tarcísio Delgado, na época, era deputado estadual pelo MDB de Minas Gerais.
- ⁹ Nas eleições de 1974, o MDB fez 179 deputados federais e 16 senadores.
- ¹⁰ PRESSFIELD, Steven. Portões de Fogo. Ed. Objetiva.
- ¹¹ Disponível em Brownzilians.het.brown.edu, em 15 de março de 2005.
- ¹² In: FIGUEIREDO, Carlos. Os 100 discursos históricos brasileiros. Belo Horizonte, Ed. Leitura, 2003.
- ¹³ Discurso proferido em 25 de setembro de 1973 e publicado no CDN de 26 de setembro de 1973, Pág. 6303-05.
- ¹⁴ CDN de 28 setembro de 1973, Pág. 6439.

A oposição fortalecida pelas urnas

Capítulo 4

Após a retumbante vitória do MDB nas eleições parlamentares de 1974, a correlação de forças entre governo e oposição ficou irremediavelmente modificada. O **MDB**, que não havia podido disputar a eleição que não houve para presidente da República - já que a eleição indireta era uma farsa - iniciou o ano de 1975 com novo fôlego. No Congresso Nacional, elegeu 160 deputados federais (na legislatura anterior eram 94 deputados) e sua bancada passou a representar 44,2% da Casa. Para o Senado, elegeu 16 senadores e a composição ficou sendo 20 senadores do **MDB** e 54 senadores da ARENA (na legislatura anterior eram apenas 07 senadores do **MDB**).¹

Embora os parlamentares da ARENA ainda fossem maioria no Congresso, o **MDB** sentiu que tinha condições de levar adiante a luta pela democracia via embate institucional. Acresce, ainda, que o crescimento do **MDB** nas Assembléias Legislativas de todo o Brasil, onde o partido aumentou sensivelmente suas bancadas, também havia legitimado a atuação da oposição.² A verdade é que, depois da vitória das eleições parlamentares de 1974, a história foi outra, apesar do recrudescimento da violência e do arbítrio. Os donos da ditadura já não se sentiam tão confiantes. Começaram a perceber que não podiam reprimir indefinidamente os legítimos sentimentos nacionais.

Mais uma vez, o **MDB** se tornou a única voz dos amordaçados e excluídos pela força do arbítrio. Fora do **MDB**, mas com a sua compreensão e, muitas vezes, apoio, só a luta clandestina que empolgou, equivocadamente, tantos idealistas.

Os estudantes, sem a UNE, que havia sido extinta em outubro de 1964; os trabalhadores com seus sindicatos fechados; os jornalistas e a imprensa controlados pela censura; muitos políticos com seus partidos na ilegalida-

de, por leis ilegítimas e imorais; entidades sociais totalmente controladas pelos órgãos de segurança do poder absoluto. Todos, sem exceção, buscavam proteção no **MDB**. Era comum a presença de comitivas de deputados e senadores do partido, para darem cobertura a assembleias dessas entidades. Assim foi quando um grupo de deputados do **MDB** compareceu na assembleia de reabertura da UNE, em Salvador, BA, em maio de 1979.

O **MDB** e, em seguida, o **PMDB** foi o pálio protetor dos excluídos e o grande sustentáculo para a conquista de novos tempos. Esteve com o povo contra o poder ditatorial, sem tergiversar. Esta é uma história de perdas e ganhos e, muitas vezes, o partido perdeu, sacrificou-se, para os ganhos da nação. É muito bom poder dizer isso hoje, quando muitos se dizem pai dessa criança bonita, que é a conquista das liberdades civis.

Geisel e a distensão política

O presidente Ernesto Geisel, que havia tomado posse em 15 de março de 1974, começara a aplicar, no início de seu governo, sob inspiração de seu ministro chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, a chamada “distensão política lenta, gradual e segura”, que vinha a ser o abrandamento do regime autoritário e sua evolução para o Estado Democrático de Direito, sob o controle do Governo Militar.

Este projeto causou algumas tormentas, também, nas hostes da ditadura, pois desagradou a segmentos mais autoritários do próprio Exército, que, então, enfrentaram a autoridade do presidente Geisel acirrando a repressão aos opositores, efetuando centenas de prisões, acentuando a prática da tortura e assassinando adversários. Os embates internos no seio da comunidade militar causaram a exoneração do general Ednardo D’Ávila Melo, do comando do II Exército e a exoneração, pouco depois, do ministro do Exército Silvio Frota.³

Morte do jornalista Vladimir Herzog

A crise institucional brasileira se aprofundou a partir de 27 de outubro de 1975, com o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, nas dependên-

cias do DOI-CODI, em São Paulo. O deputado José Freitas Nobre (SP), falando pela Liderança do MDB e em nome do presidente do partido, denunciou, do plenário da Câmara, a morte do jornalista:

(...) De São Paulo trago a denúncia relativa à morte de um jornalista profissional, que trabalhava como diretor do Departamento de Telejornalismo da TV-Cultura, de propriedade do governo do estado, que até há pouco havia exercido sua atividade na revista Visão, e, anteriormente, em vários outros jornais, inclusive no O Estado de São Paulo.

Para ingressar como profissional na TV-Cultura, esse jornalista tivera primeiramente analisada sua ficha política, como ocorre hoje rotineiramente, antes de qualquer contrato com o serviço público, em qualquer dos seus escalões.

Nada havia, assim, até há pouco tempo, por parte dos órgãos de segurança, que incriminasse Vladimir Herzog.

No entanto, alguns meses depois, procuraram-no para depor em alegado inquérito policial de ordem política. Ele se comprometeu a comparecer no dia seguinte, sábado último, 25 de outubro, às 8 horas da manhã, para ser ouvido. Ali compareceu como prometera, espontaneamente, mas ali veio a morrer, naquele mesmo sábado, horas depois.

É de estarrecer que, tendo-se apresentado espontaneamente, viesse a tirar sua própria vida, através de suicídio, segundo versão que se propala.

Mas, ainda que se admitisse essa versão, como explicar a falta de vigilância, se ele estava confiado à guarda de autoridade? E, mais ainda, se outros suicídios ocorreram, ultimamente, no mesmo local e nas mesmas circunstâncias?

Se se admite o suicídio, é o caso de perguntar que tipo de pressão, de atemorização, de maus tratos estariam sendo infligidos aos presos para que eles preferissem a morte?

Todas essas perguntas ficam na mente de cada um dos profissionais da imprensa do país, porque o que acontece a um pode acorrer a outros.

É certo que o II Exército expediu comunicado, onde informa que Vladimir Herzog, diretor responsável do Departamento de Jornalismo da TV-Cultura, confessara, por escrito, que pertencia ao Partido Comunista e que "cerca das 16 horas, ao ser procurado na sala onde fora deixado desacompanhado, foi encontrado morto, enforcado, tendo, para tanto, utilizado uma tira de pano", e que "o papel contendo suas declarações foi achado rasgado e em pedaços", com a assinatura ilegível.

Ao lado da versão oficial, a nota do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, que, por sua vez, recebeu a solidariedade da Federação Nacional dos Jornalistas, é esclarecedora quanto aos acontecimentos na sexta-feira, quanto à sua apresentação no sábado, à hora marcada, quanto à sua morte, apon-

tada como por "asfixia mecânica por enforcamento" em hora ignorada.

(...) Os colegas do jornalista morto, independentemente das convicções políticas que ele porventura abraçasse, levaram, hoje, seu corpo ao Cemitério Israelita do Butantã, na capital de São Paulo.

Os familiares não puderam ver seu corpo, embora tivessem tido notícia de que apresentava equimoses generalizadas.

(...) O senhor presidente da República tem hoje ao seu exame o apelo nacional, que é feito à suprema autoridade do país, no sentido de que presos ou processados devam responder aos inquéritos na forma da lei e dentro dos princípios universais de respeito à pessoa humana.

Estranha circunstância a desse triste acontecimento, quando se recorda que os pais de Vladimir Herzog fugiram da barbárie nazista para que os filhos pudessem viver numa pátria de justiça e de paz.

Seu corpo repousa sob a fria lousa de um cemitério paulistano, mas a classe não enterra seus propósitos de apurar a verdade dessa morte e a disposição de impedir que esses acontecimentos se repitam. ⁴

As estranhas e perturbadoras circunstâncias nas quais ocorreu a morte de Herzog causaram grande repercussão em todo o país. Não só porque Vladimir era um jornalista conceituado, pessoa mansa e cordial, nem porque ele fosse melhor que muitas vítimas de iguais violências da ditadura; mas, também, porque serviu de símbolo da luta contra a tortura. O **MDB** teve papel destacado na mobilização de atos denunciadores da extrema violência. Já no sepultamento, lá estavam desde cedo e acompanharam o corpo os representantes do **MDB**, deputado Airton Soares, o senador Franco Montoro, o líder na Assembléia Estadual, deputado Alberto Goldman, os deputados Del Bosco Amaral, Horácio Hortiz, Robson Marinho e, ainda, o senador Orestes Quércia.

A repercussão foi grande no Congresso Nacional, quando os deputados do **MDB** Fernando Lyra e Freitas Nobre anunciaram da tribuna a morte de Herzog. Na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, o vice-líder do **MDB** Waldir Walter "lamentou a morte de Vlado e fez uma crítica ao presidente, comparando o acontecido em São Paulo com os discursos de Geisel".

Está relatado no livro "*Dom Paulo Evaristo Arns - Um homem amado e perseguido*", de Evanize Sydow e Marilda Ferri:

A semana de 27 a 31 de outubro de 1975 foi tensa. A bancada do MDB no Congresso Nacional questiona as prisões de jornalistas e as razões que teriam levado o infeliz Vladimir Herzog a cometer o gesto desesperado de suicídio. (...) o deputado Freitas Nobre pede explicações, pois o corpo do jornalista tinha hematomas. ⁵

Está nesse livro, também, bem expresso, que no ato ecumênico posterior, celebrado para Herzog na Catedral da Sé, por Dom Paulo Arns, com a presença de Dom Helder Câmara e de muitas outras autoridades civis e religiosas, com a participação de mais de 10 mil pessoas, faziam-se presentes, em lugar de destaque, líderes do **MDB**, entre eles o deputado Natal Galé, o senador Orestes Quércia e o deputado Aírton Soares.

Não havia luta em prol da democracia, contra a violência e o arbítrio, em que o **MDB** não fizesse parte da liderança.

Morte do operário Manuel Fiel Filho

Pouco mais de dois meses depois da morte de Herzog, morreu em São Paulo, em circunstâncias semelhantes, o operário metalúrgico Manuel Fiel Filho. Ele foi encontrado morto, no mesmo local de Herzog, no dia 17 de janeiro de 1976 e sua morte também causou grande comoção nacional.

Partido cria diretórios municipais

Foi neste ambiente político conturbado e violento que o **MDB** decidiu escolher o dia 13 de julho de 1975 para a organização e reorganização dos diretórios municipais do partido. Um livreto publicado pela direção nacional informava que a meta do partido era organizar diretórios em todos os municípios do país, pois a legislação eleitoral exigia um mínimo de diretórios municipais para a existência dos diretórios estaduais e, conseqüentemente, do diretório nacional. Além disso, salientava: “*a força partidária está na razão direta de suas unidades locais, inclusive no que diz respeito à eleição de 1976, de prefeitos e vereadores e a de 1978, de governador e vice-governador de estado, senadores e deputados federais e estaduais*”.

O **MDB** também aconselhava a todos os seus filiados que aproveitassem

a oportunidade das convenções municipais para a “pregação e divulgação do programa partidário, ressaltando que o equacionamento e a solução humana dos graves problemas que sacodem e amarguram a nação - sociais, econômicos, educacionais, salariais, desnacionalizadores das empresas, desrespeito aos direitos do homem - só serão possíveis com o restabelecimento da democracia no Brasil”.

O roteiro para a criação dos diretórios municipais publicado no livreto havia sido elaborado pelo diretório regional do Rio Grande do Sul.

VI Convenção Nacional

O **MDB** realizou sua **VI Convenção Nacional** no dia 21 de setembro de 1975, no plenário do Senado Federal, sob a presidência do deputado Ulysses Guimarães e com a presença de 408 convençionais.

Nas deliberações da Convenção, além da eleição do novo Diretório Nacional, também foi aprovada por unanimidade a reforma do Estatuto do partido, apresentada pelo relator deputado Sérgio Murillo. Ao fim dos trabalhos, foi eleita a 4ª Comissão Executiva Nacional, que teria a incumbência de enfrentar as grandes agressões institucionais que a ditadura viria a cometer na segunda metade da década de 70.

Eleita em setembro de 1975, a nova Executiva, novamente presidida pelo deputado Ulysses Guimarães, ficou responsável pela condução do partido até novembro de 1979. Foi, portanto, sob sua direção, que o MDB atuou em graves acontecimentos políticos, como a Lei Falcão, o Pacote de Abril de 1977, novas cassações de deputados, a candidatura de Euler Bentes, a eleição do general Figueiredo, a revogação dos atos institucionais, a aprovação da Lei de Anistia.

Criação do Instituto Pedroso Horta

Foi também na VI Convenção Nacional do partido, em 21 de setembro de 1975, que se deliberou dar o nome de Oscar Pedroso Horta ⁶ ao “Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais” do **MDB**.

Pelo Estatuto do partido, aprovado nessa Convenção, o Instituto foi cri-

ado com os seguintes objetivos:

- a) estudar os problemas políticos e culturais da realidade brasileira;
- b) elaborar matérias básicas para os cursos de formação e atualização política;
- c) organizar temas para ciclos de estudos, fórum de debates, conferências, seminários, simpósios e outras reuniões partidárias;
- d) coordenar a organização e funcionamento dos Institutos de Estudos Políticos regionais e municipais;
- e) assessorar, quando solicitado, a direção do partido e as bancadas parlamentares no desempenho de suas atribuições.

A primeira diretoria do Instituto foi assim composta:

FUNDAÇÃO PEDROSO HORTA

1º DIRETORIA

Maio de 1981 a Maio de 1982

Conselho Curador

Presidente: Ulysses Guimarães

Secretário-Geral: Pedro Simon

Membros: Agenor Maria, Humberto Lucena, Carlos Nelson, Figueiredo Corrêa, Cristina Tavares, Fued Dib, Geraldo Fleming, Heitor Alencar Furtado, Iran Saraiva, Mário Frota, Murilo Mendes, Pedro Ivo, Rômulo de Almeida, Fernando Gasparian, Severo Gomes, José Honório Rodrigues.

Suplentes: Jackson Barreto, Mário Moreira, Pacheco Chaves, Pimenta da Veiga, Roque Aras, Waldir Walter

Diretoria Administrativa

Diretor-Presidente: João Gilberto

Diretor Vice-Presidente: José Rocha

Diretor-Secretário: Marcondes Gadelha

Diretor-Tesoureiro: Ronan Tito

Diretores: Henrique Santillo, Iranildo Pereira, Raphael de Almeida Magalhães, Mauro Farias Dutra, Luciano Coutinho.

Suplentes: Jorge Gama, Osmar Alves de Melo, Carlos Alberto Lima Tavares.

O Instituto de Estudos Pedroso Horta viria a ter importância funda-

mental na consolidação do **MDB** e na capacidade de análise e reflexão dos *emedebistas*. Foi ele responsável pela realização de inúmeros seminários e fóruns de debates sobre política e sobre temas nacionais, pela edição de revistas e livros, pela orientação aos diretórios regionais e municipais e pela preparação dos candidatos do partido em todas as eleições.

Lei Falcão para cercear crescimento do partido

1976 era ano de eleições municipais. E o bom desempenho do **MDB** era previsto, pois se percebia que o partido da oposição, que fora criado para jamais ter possibilidade de chegar ao poder, começava a ter condições de disputar as eleições com chances de vitória. A transparência de sua prática e a luta intransigente para o fim da ditadura ia ao encontro das aspirações da grande maioria do povo brasileiro, cujo eleitorado era cada dia mais urbano e melhor informado.

Para tentar evitar que a vitória do **MDB** fosse maior, o Governo Militar enviou ao Congresso um projeto de lei que visava cercear a livre manifestação e o debate político durante as campanhas eleitorais.

Indignação contra a Lei Falcão

O **MDB**, indignado com a possibilidade de mais esta restrição às liberdades democráticas, lançou ao país, logo que teve conhecimento do projeto da “Lei Falcão”, uma nota protestando contra o casuísmo da lei. Assinada pelo presidente do partido, Ulysses Guimarães, a nota dizia:

O anunciado projeto que desfigura a campanha política no rádio e na televisão é obscurantista. Seria o projeto anticampanha, contra a informação, supressor do diálogo e do debate. A vingar, consagrará contra o fluxo da história, vale dizer, da evolução.

A crônica política do país registra que certos “coronéis” que se arvoravam em proprietários do eleitorado dos respectivos feudos, recusavam que neles chegassem a escola, a estrada de ferro, a comarca, o jornal independente. Eram contra a civilização, que emanciparia os eleitores do jugo colonialista de seu domínio.

Houve países imperialistas que nas colônias fechavam escolas e distribuíam cachaça a rodo.

A nação pergunta: por que impedir que candidatos falem e sejam vistos no rádio e na televisão?

A campanha eleitoral deve ter acesso a todos os meios de comunicação. Inclusive, com estímulo e financiamento públicos.

O rádio e a televisão contribuem poderosamente para eleger ou repudiar candidatos, por méritos ou despreparo. É concurso público a que se submetem perante milhões de examinadores, ou seja, a população, inclusive não eleitores.

Na democracia, o povo é o soberano, isto é, a origem e o destino do poder.

Eis o corolário da admirável fórmula Saens Peña: "educar o soberano", quer dizer, o eleitor, o povo, informá-lo de todas as maneiras possíveis, para que vote bem.

Tomada realidade a iniciativa obscurantista de substituir a presença e a palavra responsáveis dos candidatos pelo desfile neutro, frio e monótono de seus números, nomes e siglas - por que não a impressão digital? - far-se-á mera transferência dos inertes arquivos partidários para o vídeo e os microfones. A "propaganda" se esgotará nos candidatos, promovendo-os a fim, ignorando suas idéias, compromissos e programa. Ao governo será debitado o rebaixamento do nível de aptidão, preparo e honradez de opções fundamentadamente inabilitadas pela desinformação.

Será projeto-rolha. Alimento a esperança de que o presidente Geisel negue-lhe trânsito, face à repulsa insuspeita pela imprensa, pelos intelectuais, pelos jovens e de vozes autorizadas e independentes da própria ARENA.

A medida não prejudicará exclusivamente o MDB, mas simultaneamente a ARENA e o MDB, o anseio de pureza e o apregoado aprimoramento do regime democrático, os candidatos mais capazes de ambas as agremiações, que na televisão e rádio teriam multiplicadas suas possibilidades.

Além de obscurantista, é um projeto velhista, guarda pretoriana do "stablishment" partidário. A fotografia de um antigo político será discriminatório "handicap" contra os postulantes jovens, que ainda não tiveram oportunidade pretérita de se tornarem conhecidos.

A censura, onipresente e ostensiva na televisão e no rádio, admite a propaganda do cigarro e do álcool, nocivos à saúde pública, que por estes combalida custa ao Estado milhões em hospitais, remédios, médicos, enfraquecimento da força-trabalho e perturbação da ordem pública. No caso do cigarro, o que é proibido nos países civilizados, os anúncios contêm força subliminar, associando-o a belas mulheres, iates, festas, em síntese, ao êxito social, sentimental e econômico, configurando real perigo de induzimento para crianças e jovens.

O reclame mentiroso pode chegar ao público, apregoando remédios e alimentos miraculosos, paraísos imobiliários, emagrecimento em 15 dias, a ardilosa captação

de poupança através de financeiras que faliram ruidosamente.

Isso não é censurado. Há cinco meses, afanosamente se busca censurar a campanha política, ao invés da elaboração de lei garantidora da propaganda comercial honesta e salutar. Na França, a lei Royer, de 27 de dezembro de 1973, e, mais eficaz do que esta, a lei de 1967, policiadora da publicidade fraudulenta, motivaram quinhentas condenações.

Ao lado disto, os cachorros e cavalos do governador Moura Cavalcanti, em façanha recente contra nossos companheiros, ganham no país e no exterior divulgação de escândalo e estorrecimento, ressuscitando a concepção esclerosada de que a questão social se resolve à pata de cavalo, contra o que se fez a Revolução de 1930.

Recente pesquisa de opinião pública em São Paulo revelou a resposta de integrantes das classes C e D da população, de que seu governador é Ademar de Barros. É a ignorância popular que decorre principalmente da eleição indireta, sem campanha e com investidura pessoal pelos cidadãos.

O projeto, se vingar, será revanchista, inaceitável legislação ad hominem, seu endereço é tentar "segurar" o MDB. A legislação eleitoral não pode ser estatuto da ARENA.

Obscurantista, velhista, revanchista e saudosista, confiamos que esse monstro seja abortado, pois, afinal, é de se esperar do patriotismo dos homens públicos deste país que não desprezem a "força das coisas", como advertia o general De Gaulle. ⁷

Coerente em seu estilo de agir, o MDB não ficou apenas no discurso-denúncia no plenário da Câmara. Fez mais: apresentou uma emenda substitutiva ao projeto da Lei Falcão (Projeto n° 6/76 - CN). Na justificativa da emenda, o deputado Sérgio Murilo (PE), seu autor, dizia:

O presidente da República tem repetido que o governo se propõe a contribuir para o aperfeiçoamento das instituições.

O projeto em tela, todavia, desmente esse propósito, pois subtrai dos partidos políticos e dos candidatos, nas eleições de âmbito municipal, o uso da radiodifusão, veículo de que poderiam dispor para ampla divulgação de suas idéias e do seu programa.

Nas campanhas eleitorais de outrora, a voz humana não dispunha senão do poder natural. Hoje pode ser levada a grandes distâncias, permitindo que as populações, em lugares remotos e distantes, recebam em suas casas a mensagem dos partidos e a palavra dos líderes políticos.

O governo costuma proclamar o progresso alcançado no setor das comunicações. Ao propor restrição ao acesso a esses meios, impede o povo de participar e usufruir desse benefício, enquanto o libera para outros fins, que, evidentemente, não

pode ser considerado de utilidade pública.

(...) A divulgação de idéias e de programas, o livre debate dos problemas de real interesse da comunidade, agora se pretende impedir sob pretexto de que resultariam em confusão do eleitorado.

A simples menção do nome, da legenda, da profissão e do candidato, além do retrocesso à época do cinema mudo, equivale ao nivelamento pelo silêncio que nunca foi, nem será, o modo mais eficaz de esclarecer, de despertar consciência, de formular opções, de apontar caminhos de encontrar soluções. (...) O substitutivo remove todos os óbices articulados na exposição de motivos do projeto, dados como determinantes da alteração proposta pelo governo.

Na forma preconizada no substitutivo, inova-se e se aperfeiçoa a legislação vigente, assegurando-se o direito de comunicação e disciplinando o uso dos seus meios, como instrumentos de inestimável utilidade para difusão de idéias e para educação política do povo.

Do confronto das idéias só foge quem teme o julgamento popular.⁸

Os protestos do **MDB**, contudo, não foram suficientes para impedir o Governo Militar de sancionar, no dia 1º de julho de 1976, a lei nº 6.339, denominada de “Lei Falcão”⁹ ou “Lei Mordaça”, que aumentou o controle sobre o eleitorado e sobre o Congresso, além de restringir de forma severa a propaganda eleitoral, impedindo o debate político nos meios de comunicação.

Sob a vigência da “Lei Falcão”, o horário da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão passou a ser um desfile de retratos dos candidatos. Nada mais. Era impossível apresentar propostas, debater idéias, denunciar injustiças e arbitrariedades do governo. Maior censura à liberdade democrática, impossível.

Nas eleições municipais de 1976, realizadas logo após a edição da Lei Falcão, o **MDB** voltou a se destacar e a ocupar espaços políticos importantes à frente das prefeituras de grandes cidades brasileiras.

Já nas eleições de 78, depois de todo o “esforço revolucionário”, a **ARENA** manteve a maioria na Câmara (55%) e no Senado (62%).¹⁰ O **MDB** perdeu alguns deputados, mas, como vinha conquistando outros nomes de expressão, como Teotônio Vilela, não perdeu sua importância.¹¹

Reformas de 1977

O projeto do Governo Geisel, de implantar uma “abertura política lenta, gradual e segura”, era criar uma “democracia relativa”, abrindo espaço para a participação política da oposição sem, contudo, abrir mão do controle militar e das prerrogativas legais que poderiam, a qualquer momento, suspender as garantias individuais dos cidadãos.

Todavia, já em 1976/77, ficou claro que essas intenções manifestadas nada mais eram que uma manobra para conter o avanço extraordinário da oposição, através do **MDB**. O avanço do partido nas eleições de 1974 e a projeção para nova vitória em 1978 configuravam-se como fatos inaceitáveis para os mantenedores da ditadura. Era preciso encontrar, portanto, outros “arranjos” para barrar o fim anunciado do Regime Militar.

Daí, a abertura “lenta, gradual e segura” transformou-se em fechamento “rápido, integral e seguro”. Várias medidas de alto conteúdo autoritário foram tomadas. Entre elas, a “Lei Falcão”. Como se tal censura não bastasse, o governo também promovia cassações de mandatos eletivos e suspensão de direitos políticos de membros do **MDB**, por decisão singular e monocrática do presidente da República.

A censura no país tomou tal dimensão, que os candidatos às eleições não podiam fazer qualquer declaração. A censura à imprensa era a mais ridícula e radical. Muitos jornais independentes tiveram que publicar receitas de culinária nos espaços políticos. Era a maneira encontrada para denunciar o arbítrio dos censores.

As cassações de mandatos parlamentares e de direitos políticos, que desde 1969 haviam sido interrompidas, retornaram em 1976. Em janeiro foi cassado o deputado Alberto Marcelo Gato (SP). Em março, os deputados Nadyr Rossetti (RS) e Amaury Muller (RS). Em 1º de abril foi cassado o deputado Lysâneas Dias Maciel. e, em agosto, o deputado Ney Lopes de Souza (RN).

Reação às cassações

Em sete de abril de 1976, o **MDB** reage à cassação de seus parlamentares com a seguinte “Nota à Nação”:

Atos de força vêm se tomando rotina do governo. Manifestações de reduzida dimensão local, distorcidas do seu real sentido, são transformadas em perigoso caso nacional; a revolta de um bravo deputado é tomada como ofensa às instituições; tudo para justificar o renovado uso do arbítrio, o desrespeito ostensivo à vontade popular.

O poder supostamente ofendido, o poder que é parte e que acusa é o mesmo que julga e que condena, aberração que fere a sensibilidade moral das nações cultas e civilizadas, fazendo lembrar a frase de Camus: "o mais alto dos tormentos humanos é ser julgado sem lei".

Conscientemente ou não, por detrás do pretexto estão bem claras as verdadeiras causas: de um lado o fracasso da política econômica, caracterizado pela falência do "milagre brasileiro", pelo aviltamento da qualidade de vida da família trabalhadora e pela incapacidade de mobilizar os recursos internos para assegurar ao país um modelo estável e autônomo de desenvolvimento.

De outro lado, a tentativa de distorcer o processo eleitoral, de intimidar a oposição, identificá-la com o comunismo e a subversão, amesquinhar sua força, pela mutilação de seu quadro de líderes; anestesiar, pela repetição e pelo hábito, a consciência cívica dos brasileiros, para perpetuar o regime antidemocrático.

Escusado dizer que estes propósitos não serão alcançados. O MDB é um partido provado e amadurecido no defrontar de situações semelhantes, com as quais nunca se conformou. Jamais silenciará por temor ou acomodação: no Congresso, nas Assembléias, Câmaras Municipais, nos órgãos de divulgação e nas campanhas, a voz dos seus representantes foi e será ouvida com a firmeza de sempre, repudiando qualquer forma de totalitarismo, protestando contra a violência e a ilegalidade, rejeitando a insensatez e o radicalismo, conclamando à compreensão e à concórdia.

A prática reiterada do arbítrio torna o governo temido, quando mais importante para ele é ser respeitado. A institucionalização do temor gera o inconformismo, etapa que antecede a dos protestos violentos, que o MDB, em virtude de sua pregação pacifista e conciliadora, vem absorvendo e canalizando para o voto - único instrumento válido nas democracias para a condenação popular das injustiças, dos ultrajes à dignidade humana, da corrupção e da incompetência.

A amputação dos seus quadros preocupa a oposição. Um líder não se forma da noite para o dia; mas a força da aspiração democrática faz repontar de norte a sul legiões de jovens emedebistas, e o desafio das crises lhes dá bem cedo o poder de observação e de reflexão dos políticos experimentados.

A preocupação nacional com os descaminhos do governo no campo econômico não será diminuída, mas agravada. Todos sabem que esses problemas não se resolvem com atos, cassações ou decretos, mas pela via democrática da formação do consenso, única base sólida de um verdadeiro esforço nacional. A elevação do custo de vida, o crescimento da nossa dívida externa, a injustiça na distribuição da riqueza, a desnacionalização da nossa economia, o uso irracional das nossas fontes

de energia, a falta de uma tecnologia nacional, os baixos padrões de alimentação do nosso povo, são questões que o MDB vem de há muito estudando com seriedade e oferecendo, para debate, soluções concretas e viáveis. A resposta do governo é a continuidade de políticas desastrosas, é a incoerência e a insegurança dos seus ministros, é a recusa ao diálogo.

Quanto à consciência dos brasileiros, ela se reaviva diante da força, e recebe com indignação o gesto descabido, a injúria ao direito, a humilhação do Congresso e o desacato à Justiça.

Ao contrário do que muitos imaginam, o povo também pensa, analisa os fatos e aprende com a experiência; conscientiza bem os seus interesses e expressa o seu julgamento através do voto. O povo brasileiro, definitivamente, sabe que vale a pena e que é muito importante lutar através do voto.

O MDB concita o governo a não mais retardar a concretização do compromisso de honra da revolução para com o povo - há 12 anos, uma promessa sempre adiada - de reintegrá-lo nos parâmetros de um Estado de Direito, brasileiro, moderno e realizador, alicerçado nos princípios da justiça social e inspirado na Carta Universal dos Direitos do Homem, que o Brasil subscreve enaltecendo os nossos padrões de civilização.

Para atingir esse ideal, que é uma profunda e sentida aspiração nacional, impõe-se a revogação do AI-5, sem prejuízo dos instrumentos democráticos imprescindíveis à defesa do Estado, das instituições e dos direitos da pessoa humana. Nele o MDB identifica a fonte permanente das crises que nos angustiam. Destruindo a ordem jurídica, instituiu o governo dos homens e não o da lei, fazendo do Executivo o super-poder que avilta e anula os demais. Mantendo a imprensa sob censura, impede a crítica livre e as denúncias responsáveis. Ampara o absolutismo policial, truculento, desumano e irresponsável, e denigre a projeção internacional do Brasil.

Em suma: o AI-5 deforma permanentemente a consciência democrática do nosso povo que, sob a sua égide, é compelido a viver numa atmosfera de força, intolerância, ameaças e medo.

O MDB apresentará ao Congresso o seu projeto de emenda constitucional, capaz de restabelecer a normalização da vida política do país. Neste sentido, está disposto a discutir qualquer proposta de caráter democrático.

Na oportunidade, o MDB renova o seu protesto contra a cassação dos mandatos dos valorosos companheiros Amaury Muller, Nadyr Rossetti e Lysâneas Maciel, vítimas de violência que não apenas os atingiu, mas ao Poder Legislativo que eles integravam, ao Movimento Democrático Brasileiro a que pertenciam e aos estados que representavam, frustrando a decisão de quase 250 mil cidadãos, exatamente dos centros mais politizados do país. Ratificando a sua solidariedade a todos quantos, no curso da nossa luta, foram injustamente proscritos, expressa também a sua homenagem de respeito aos que deram o sacrifício da vida ou foram vilipendiados nos seus direitos humanos.

O MDB se retempera nesses golpes e continuará, com altivez e desassombro, na frente de luta pela completa redemocratização do país; marchando, resoluto e sereno, para as eleições de 1976 e 1978, certo de que é na consulta à opinião popular que se encontram os grandes caminhos e o verdadeiro destino nacional. ¹²

Pacote de Abril

O mais dantesco em termos de autoritarismo, contudo, ainda estava por vir. A conclusão do Governo Militar de que só a Lei Mordaça não bastaria para evitar a vitória do **MDB** nas eleições de 1978, não demoraria a se manifestar. Em 1º de abril de 1977, sob o grosseiro pretexto de implantar uma reforma no Poder Judiciário, rejeitada pelo **MDB**, por inepta, o Governo Geisel fechou o Congresso ¹³ e, no dia 14, decretou o chamado “Pacote de Abril”. ¹⁴

Por essa medida, de forte conteúdo autoritário e discricionário, o governo tentou, através de mudanças circunstanciais, evitar a visível derrota eleitoral do ano seguinte. A representação dos estados no Congresso foi modificada, diminuindo os deputados das regiões Sul e Sudeste, onde a oposição era mais forte, e aumentando os das regiões Norte e Nordeste, mais controlados pela ARENA. ¹⁵ Além disso, foi criada a figura grotesca do “*senador biônico*” - através de alteração no processo eleitoral para o Senado, uma das duas vagas a que cada estado tinha direito nas eleições de 1978 passa a ser ocupada por um nome indicado pelas Assembléias Legislativas estaduais. Com o “*senador biônico*”, um terço do Senado não mais era eleito diretamente pelo povo, pois passou a ser eleito de forma indireta pelos deputados estaduais. Os governadores, também, passaram a ser escolhidos em processo de eleição indireta, pelas Assembléias Legislativas de cada estado. Como se tudo isso não bastasse, aumentaram o mandato do presidente da República que estava em exercício de quatro para seis anos.

Cumprindo mais uma vez o seu dever de denunciar à nação o arbítrio e o autoritarismo desmedido do Governo Militar, o **MDB** lança, no dia seguinte ao fechamento do Congresso, dia dois de abril de 1977, uma Nota Oficial, que conclui com a antológica frase: “À idéia da força, o **MDB** opõe a força da idéia”:

O Movimento de 31 de Março de 1964, treze anos passados, não deu à nação um ordenamento jurídico definido e estável. Esta é a grande crise dentro da qual se situa

o angustiante momento político que vive hoje o Brasil.

A vigência de duas ordens conflitantes – a constitucional e a de exceção – desfi-gura o funcionamento das instituições. Ao sabor do arbítrio, armam-se crises, como se uma divergência com o poder Executivo, no campo estritamente parlamentar, fosse um ato impatriótico, pleno de intenções subalternas e mesquinhas.

O governo se atribui o exclusivismo das decisões certas e o monopólio de discernir sobre o que convém ao Brasil. Os que aceitam essa posição e submissamente acatam tudo o que o governo diz e faz, são agraciados com o título de bons brasileiros. Os que têm a coragem cívica da divergência e, na lei e na ordem, expressam o seu pensamento, são classificados de negativistas e maus.

Nesta injustificável repetição de crises, na verdade mal disfarçado pretexto para encobrir os erros governamentais e os problemas da área econômica, criados ou não resolvidos pela incompetência, talvez nenhuma outra, como a atual, tenha sido montada tão artificialmente.

A tramitação da reforma judiciária foi um episódio parlamentar. A proposta do governo, antes da votação no Congresso Nacional, foi repelida pelos meios jurídicos do país. Manifestaram-se publicamente contra o projeto, ou lhe fizeram restrições fundamentais: o Tribunal Federal de Recursos, Tribunais de Justiça dos estados, entidades representativas do Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil, diversos Institutos de Advogados, Faculdades de Direito, além de professores e juristas. Quanto ao Supremo Tribunal Federal, é importante lembrar que alguns dos seus membros afirmaram não representar o projeto a unanimidade do pensamento daquela Corte. E como se tudo isto não bastasse, o próprio relator da Comissão Mista, senador Accioly Filho, da ARENA do Paraná, depois de exaustivos estudos e contribuições obtidas na peregrinação por ele realizada entre os cultores do Direito em todo o país, concluiu pela elaboração de "Substitutivo", que praticamente invalidou o projeto original.

Não se diga que faltou a colaboração do MDB. A oposição participou da Comissão Mista, apresentou centenas de emendas e um substitutivo, advertiu, discutiu e tudo fez para aprimorar a proposição. Se intransigência houve, esta foi da maioria, que rejeitou até mesmo a proposta do relator, pertencente a seus quadros, e praticamente retornou à Mensagem Presidencial.

No exercício de um direito e no cumprimento de seu dever, o MDB votou contra a reforma proposta. Em nenhum país democrático, a rejeição de projeto do governo pelo Parlamento constitui razão para a decretação do recesso do Poder Legislativo. Muito menos se pode entender a autoritária decretação, pelo Poder Executivo, da medida rejeitada pelo Legislativo.

A nação ouviu a exposição do governo. A oposição reivindica o direito, reconhecido nos países democráticos, de, também em cadeia de rádio e televisão, esclarecer perante a opinião pública os motivos que inspiraram sua atitude e ditaram sua decisão.

O MDB não aceita a increpação de que se tenha transformado num grupo ditatorial, pois agiu segundo preceitos constitucionais.

Uma decisão parlamentar passa a ser pretexto para a ação do governo no campo das reformas políticas. Neste sentido, o recesso imposto ao Congresso Nacional, além de grave e injusta sanção, é artifício para que o chefe do Poder Executivo se atribua competência legislativa que a nação não lhe deu.

Governo existe até mesmo nos povos mais primitivos. A oposição é conquista da evolução do pensamento na história da humanidade. O respeito assegurado aos divergentes nas sociedades civilizadas revela o grau de cultura política de um povo e o índice democrático de um governo.

O MDB representa mais de 40% da composição do Congresso Nacional. Seus senadores e deputados foram eleitos pelo povo mediante voto direto e com a pregação de idéias e a exposição de um programa registrado na Justiça Eleitoral. Através de reformas impostas autoritariamente, o governo quer ignorar o pensamento da expressiva parcela da opinião pública que a oposição legitimamente encarna. Nesse contexto, nenhuma reforma política há de ser fecunda, pois terá, quanto muito, o caráter casuístico de resolver problemas eleitorais dos detentores do poder, na construção de efêmeras vitórias, sem calor, sem grandeza, sem voto, sem povo.

Temos plena consciência de que o absurdo de exasperação e intolerância que se manifesta de parte dos que exercem o poder é consequência da nossa expansão como força política, hoje, de longe a mais representativa das aspirações e angustiadas necessidades do povo brasileiro. No que, com a nação, tem sofrido e pode ainda sofrer, o MDB sabe que está pagando o preço histórico do seu engrandecimento.

De nossa parte, não pode haver outro comportamento que não seja o esforço redobrado para crescer ainda mais. Aos companheiros das cidades grandes e pequenas, do campo e das regiões mais longínquas do país, a nossa mensagem é um clamor de afirmação: não esmorecer, mas intensificar a mobilização partidária. Dentro da ordem, como é do nosso estilo, sem provocação, mas com firmeza e pertinácia, a luta continua.

A vitória final será a conquista definitiva para o Brasil da democracia, com liberdade e justiça social.

Se o desdobrar dos fatos que ora se anunciam assim recomendar, o MDB reunirá seus órgãos competentes. Desde logo, assegura, porém, aos seus correligionários, que no MDB não pode haver abandono das posições conquistadas com energia e sacrifício. A oposição não há de recuar um passo sequer no avanço eleitoral que fez, ao lado do povo.

Aos democratas deste país, aos que acreditam na liberdade, aos que querem a justiça social e a independência econômica, aos que sabem que uma grande nação não se funda apenas no consentimento, mas na adesão dos seus cidadãos ao projeto nacional, a todos esses endereçamos nossa palavra de fé. O MDB tem suas portas

abertas para os que desejam lutar pela construção do futuro, na ordem e na paz. Que venham nos ajudar com seu trabalho e sua participação; que venham dividir conosco a responsabilidade e o esforço dessa tarefa magna que é, sem sombra de dúvida, a mais importante hoje no Brasil.

Nosso dever é lutar pela nossa crença, é lutar pela nossa causa, é lutar ao lado do povo brasileiro. Não nos impressionamos com a violência da reação. À idéia da força, o MDB opõe a força da idéia”.

A farsa da Reforma Judiciária

O Congresso Nacional permaneceu fechado até o dia 14 de abril. Em sua sessão de reabertura, no dia 15 de abril, o líder do **MDB**, José Alencar Furtado (PR), manifestou a indignação do partido e de toda a nação com as medidas arbitrárias do Governo Militar. Disse Alencar Furtado em seu profundo e consistente pronunciamento:

Senhor presidente, srs.deputados, a oposição, nesta Casa, vem falar à nação para servi-la.

O presidente da República, tomando-se senhor absoluto dos rumos políticos do Brasil, cerrou as portas do Congresso Nacional, decretando-lhe o recesso, a pretexto da implantação de uma precária reforma judiciária, promovendo, entretanto, onze outras, para afastar o povo das decisões do seu destino.

Apontemo-las todas, nos seus 12 itens. Registremo-las, nos seus 12 pontos. Pontos de honra dos iluminados pela sapiência divina...

Eis a Lei das XII Tábuas do paganismo injurídico do governo, que após dias de jejum político do Legislativo afixou no Sinai da vida pública brasileira:

- I - Eleições indiretas dos futuros governadores, a partir de 1978;
- II - Eleição indireta de um terço dos senadores;
- III - ampliação do Colégio Eleitoral, de forma a incluir vereadores.
- IV - Sublegenda para o terço do Senado a ser eleito pelo processo direto;
- V - Dois suplentes para cada senador e dois deputados para cada Território;
- VI - Extensão da " Lei Falcão" a todos os pleitos, inclusive os pleitos parlamentares;
- VII - Coincidência de mandatos em 1982, através do mandato-tampão dos prefeitos e vereadores eleitos em 1980;

VII - Quorum de maioria absoluta para proposta de emenda constitucional;

IX - Reforma judiciária, nos termos do projeto originário do Executivo.

X - Fixa novos prazos de inelegibilidade;

XI - Contingente populacional e não eleitoral para a composição da Câmara dos Deputados, fixando um limite de 420 deputados;

XII - Aumento para seis anos do mandato do presidente da República.

Foram essas as medidas principais, ditatorialmente impostas à nossa vida constitucional.

Ensinava Pio XII que "não vive dignamente o cidadão que só pode pensar e agir dentro das normas que lhe impõe o Estado opressor".

Vivemos um instante de afirmação. A oposição não pode ser neutra. Entre a verdade e o erro, entre o bem e o mal, não há neutralidade possível.

A neutralidade confunde-se com a indiferença. A indiferença é omissão ou acumplicimento, impossível de ocorrer quando os princípios básicos da Democracia estão ameaçados.

Democracia não se faz pela vontade de um homem, por mais iluminado ou messiânico que seja, mas pela manifestação soberana de um povo. Ela existe quando as instituições funcionam acordes com os princípios que regem a formação cultural da nacionalidade.

As lideranças civis e militares, que promoveram o "Movimento de 64", proclamaram na época os seus objetivos que se resumiam: na independência dos poderes acossados por pressões ilegítimas; no respeito à intangibilidade da Constituição Federal e na erradicação da corrupção e da subversão.

Como é difícil - diz Rui - cumprir o dever público nesses tempos. Triste soledade moral a desta época, em que elementos noutras eras sócios irresistíveis das grandes causas, bramam hoje contra elas, transviados e domados pelas mãos do poder.

Ao que consta, o senhor presidente da República não é a nação, não tem poderes divinos, nem goza de soberania. É, contudo, no Brasil do AI-5, representante do arbítrio, e por isso, impõe. Outorga-se em poder constituinte e por isso incrusta na Constituição, também imposta, normas e medidas do seu império.

Representa o Executivo, centralizadamente, legista pelo Legislativo, majoritariamente, e julga pelo Judiciário, discricionariamente.

E ainda se diz, com desrazão gritante, serem Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Eis uma grosseira ironia constitucional, ensinada desde as aulas de Moral e Cívica às lições das Universidades.

A violência enxerta na Constituição normas proibidas. O Legislativo, impotente e humilhado, sofre a auto flagelação de ver os presidentes do Congresso Nacional e

da Câmara dos Deputados como parceiros do arbítrio, na elaboração das medidas impostas. Antes não tivessem ascendido aos cargos, que perder a postura de chefe de um poder, para que a nação não veja os espasmos do medo deformando homens e cultivando escravos.

As ditaduras foram instituídas pelos romanos por um período não superior a seis meses e destinavam-se a enfrentar uma situação excepcional que os meios normais não podiam resolver.

O escrúpulo dos ditadores determinava que, cessado o motivo da excepcionalidade, fossem devolvidos os seus poderes. E foi assim que Cincinnatus fez-se ditador por quinze dias e Servilius por uma semana. Oh tēpora, oh mores! No Brasil, vitoriosa a Revolução de 30, o povo entendeu que, passado um ano de ditadura, já era tempo suficiente para o cumprimento das promessas consubstanciadas no programa da Aliança Liberal, e se o Rio Grande do Sul clamou impávido pela normalidade, foi São Paulo que, em defesa da Constituição, fez a Revolução de 32.

Destarte, foi através de duas revoluções, batismo de amor à legalidade constitucional, que a nação conquistou a justiça eleitoral e o direito de eleger, pelo voto universal, direto e secreto, os parlamentares, os prefeitos, os governadores e o presidente da República.

O sacrifício de tantos tem sido esquecido, o heroísmo anônimo, desperdiçado. Ontem, era o Estado Novo, hoje, o Estado Novíssimo, e os idealistas que fazem a história nas ruas, na imprensa, nos quartéis, nas igrejas, nas escolas, nas revoluções, nas fábricas, nos campos ou nos parlamentos, sofrendo a revolta santa dos que se sentem injustiçados com prisões iníquas, censura discriminatória, salário vil e com a falta de liberdade e democracia que asfixia este país.

Já se vão mais de 13 anos do Movimento de Março de 64 e a Constituição Federal vive à mercê dos atos institucionais e a segurança individual ao sabor do arbítrio. Poderes, acossados por pressões ilegítimas; a violência, fazendo praça ou fazendo escola; a incompetência, recebendo comendas e crachás; a corrupção, conquistando governos e o radicalismo oficial opondo veto à democratização do país.

Já são 13 anos passados, e a despeito dos princípios justificadores do Movimento de Março e das reiteradas promessas dos seus governos, o voto universal, direto e secreto, continua sendo fraudado, a critério das conveniências dos poderosos do dia.

Desfiguram, uma vez mais, a Constituição. Deformaram-na para derrotar o povo que, mesmo defeso de escolher o presidente da República e os prefeitos das capitais, já se aprestava para os prélios eleitorais dos estados. Foi ele proibido de votar, de eleger, de participar. Um grupo que se constitui em donatário do Brasil, impõe a sua vontade discricionária; molda as instituições à sua maneira, rasga postulados constitucionais permanentes por motivos domésticos ou grupais; fecha o Congresso para tais abusos praticar; legisla sem Legislativo, num ato de força com finalidade

eleitoral, fatos de suma gravidade que a nação, pelo que sofre, jamais esquecerá.

Desgraçadamente, a permanecer essa constante violência à legalidade, o povo passará a crer no arbítrio e não na Constituição, na força e não na lei.

Mas sem essa crença na lei não há pátria. A pátria é a lei humanada nos corações dos que a servem. A pátria é esfera divina da consciência e da palavra livre. Onde a palavra se amordaça, onde a consciência se retrai comprimida, a pátria é o exílio profanado e sem repouso, sob o regime abominável da força.

Assim bradava Rui Barbosa, cuja cadeira no Senado será ocupada, dentro em pouco, por um senador sem voto e sem povo, que nem o estado representa, senão o visgo pegajoso da servilidade. Não, não será senador aquele que for eleito, indiretamente, por colégios eleitorais pré-fabricados.

Na cadeira de Rui não pode sentar-se um picareta da República. Na cadeira de Rui senta-se um Paulo Brossard, um Marcos Freire, um Teotônio Vilela, que, como tantos outros, dignificam a vida política do Brasil.

As chamadas reformas políticas não foram feitas para o Brasil, mas para a sobrevivência eleitoral do grupo dominante, em desproveito nacional. As eleições a bico de pena eram menos ilegítimas, e mesmo assim causaram a Revolução de 30.

Infeliz é um povo sem Constituição ou contando com uma Constituição em que ninguém acredita. Quem menospreza a Constituição, ilaqueando a boa fé nacional, para, em causa própria legislar, afronta o povo e prejudica o país.

É, porém, tamanha a irracionalidade de comportamento, que pisoteiam direitos, arrebatam garantias individuais, violam preceitos constitucionais, parecendo até despojos de guerra de um país vencido, na disputa bárbara dos iconoclastas.

Em verdade, o governo tem abusado no afrontar o povo, num desdém permanente à democracia. Contristamo-nos em ver o senhor presidente da República de costas para a nação, legislando contra ela, afastando cada vez mais o povo das decisões nacionais.

Porventura foi feito o Movimento de Março de 64 para regredirmos, institucionalmente, aos idos de 30?

Foi feito, porventura, para promover os Leon Peres de vários estados que pontificiam pela corrupção?

Porventura foi feito para premiar o servilismo e deseducar politicamente o povo? Quando da última eleição direta para presidente da República, um jovem de 17 anos hoje estará com 34, sem nunca ter votado em candidato à presidência do seu país. Porventura foi feito o Movimento de Março de 64 para banir o povo da escolha dos seus governantes?

E a desvalia e a desventura a que foram arrastados o Legislativo e o Judiciário, de que serviram? Para mero desprestígio das instituições nacionais?

E as prisões, os exílios, as cassações, as suspensões de direitos políticos teriam

sido gerados pelo desforço, pela vindita, pela perseguição?

Porventura a intranqüilidade e o sofrimento da nação inteira foram em vão?

Não cremos que o Movimento de 1964 tenha sido feito para sepultar as esperanças democráticas, nem pra renegar a memória dos idealistas que, com sacrifícios inenarráveis, até sangue derramaram, dentro e fora do Brasil, pela democracia e pela liberdade.

A história do Brasil jamais se ungiu em ódio; é toda de grandeza feita na generosidade ou na bravura, no perdão ou no amor. É magnífica a tradição libertária do povo. O civismo das lutas pela independência é indelével na memória nacional. Eis que estão vivos os Enboabas, os Mascates, os Inconfidentes, os Farrapos e os Confederados do Equador.

A nossa vocação de homens livres vem das entranhas do Brasil indígena, com Tibiriçá em São Paulo, com Araribóia na Guanabara, com Taparica na Bahia, com Sepé Tiaraju no Rio Grande, com o legendário Ajuricaba, cacique dos Manaus, inimigo dos lusitanos dominadores, que ao ser algenado por eles atira-se com algemas e correntes às águas do Rio Negro, preferindo a morte à escravidão.

Ninguém tem o poder de tripudiar sobre um povo assim, que desde as origens telúricas da raça jamais abdicou do seu direito e da sua liberdade.

As revoluções de 22, de 24, de 30, de 32, de 45 e de 64 adquiriram sentido histórico pelas proclamações de respeito às liberdades públicas, ao aperfeiçoamento das instituições e às conquistas democráticas. Esquecê-las seria injúria cívica às figuras lendárias dos Eduardo Gomes, dos Juarez Távora, dos Siqueira Campos, dos Mascarenhas de Moraes, dos Tiradentes ou dos frei Caneca, exemplos de fecundas lutas pela liberdade e pelo povo.

E o heroísmo dos pracinhas da FEB nos embates da guerra, que entenderam ser preferível morrer pelas democracias a viver sob ditaduras! Muitos repousam no Cemitério de Pistóia; vários exibem lesões que são troféus de guerra; alguns honram este Parlamento. Porventura foram feridos, arriscaram a vida ou morreram à toa? Não. O patriotismo é coisa sagrada que não permite ser desdenhado por ninguém. E os filhos do povo, que morreram pela pátria, com a mesma dignidade sabam viver por ela.

A nação não contracena com os atores e figurantes das autocracias senão para condená-los, e a contrafação democrática em que nos encontramos escarnece o ontem e o amanhã deste país.

Quase tudo piorou. Ao invés do regime da lei é o da excepcionalidade que nos rege, e se olharmos a vida dura do trabalhador, vê-lo-emos todo desdita e sofrimento. As instituições estão em colapso. A moral desgarrou-se do direito, não vivendo, entre nós, em círculos concêntricos, como queria Ihering. A lei caiu de majestade. Tem sido feita até para servir a alguns e a outros jugular.

Pregava Pio XII, numa de suas mensagens de Natal, que "não vive dignamente

o conjunto de pessoas submetidas sem apelo a uma ordem jurídica em contraste com a ordem social e ética. Deus não quer – prossegue o pontífice – que se conduzam os homens como se fossem rebanhos, como uma massa sem alma”.

A lei não pode ser o opróbrio, nem a Constituição um édito partidário. Ambas têm de retratar a nação nos seus sonhos e nos seus problemas, simbolizando os padrões da decência jurídica de um povo. O prestígio das instituições está nos serviços que prestam à nação e no respeito que dispensem ao povo. A nação inteira se ergue condenando o governo que tenta submetê-la pelo arbítrio ou pela força, mas a história, pelo seu fadário, registra que as reservas morais e cívicas da nacionalidade não temem a prepotência.

Certo é que a vigência desses atos em exame terá, não diremos a duração das rosas de Malherbe, porém, no máximo, a duração e o desprestígio de um fim de governo.

Liderança sem coerência é repudiada; pregação sem ideal é um engodo; ordem sem nobreza, amesquinha-se e governos que desprezam o seu povo para servir a grupos caem, inapelavelmente, no descrédito popular.

Já se disse que quando se emprega a força é difícil construir até um engenho, quanto mais um país e que as desculpas para um regime antidemocrático estão esgotadas, pela repulsa do Brasil de ser tutelado.

Há o suicídio da razão na técnica do Estado absoluto quando em contato com o povo. Adula-o e despreza-o, justamente por tê-lo. E é bem por isso que a possessividade autocrática secciona, intermitentemente, os caminhos da democracia.

Na dogmatização do Estado brasileiro atual, a força é a sua mística, enquanto a liberdade e o direito se aquebram açoitados pelo terror oficial.

Com a autoridade sobeja e fina ironia, Winston Churchill rechaça os pregoeiros da nova ordem, exclamando: “A democracia é a pior de todas as formas imagináveis de governo, com exceção de todas as demais que já se experimentaram”.

Hão de ser permanentes os embates com o obscurantismo, para que não se aprofunde a desilusão nacional, vendo desbaratado um futuro conquistado a golpes de bravura e de trabalho.

Adverte, sabiamente, Jacques Maritain, que será necessária toda a história humana para levar, até o fim, a conquista da liberdade.

A força das ditaduras são as armas, a força da democracia é a liberdade. Uma, brutalizando a vida; outra, libertando o homem. Uma aproximando-o das feras; a outra, aproximando-o de Deus.

É que as ditaduras precisam ter a força ao lado de si, enquanto as democracias têm a força dentro de si. Condenamos, assim, todo tipo de ditadura, simplesmente porque professamos o credo democrático.

A distância que medeia os extremismos não é grande. Às vezes é uma "cortina de ferro", outras, uma "cortina de bambu" ou então um muro ou uma "muralha" antiga.

É que os extremos, por vezes, se tocam, se alimentam, se estimulam ou se sustentam. A repressão fica excitada com o terrorismo que a estimula, enquanto o terrorismo se alimenta da repressão que o valoriza.

O Chile de Pinochet, repudiado pelos democratas do mundo, jamais deixou de receber o auxílio externo da China comunista. O essencial para eles é a manutenção do poder. Em cada trabalhador esclarecido e que lhes faça oposição, vêem um inimigo do regime; em cada jovem que não esteja no partido, enxergam um subversivo; em cada movimento de opinião constataam emanações impatrióticas ou estímulo à guerra revolucionária. Falam de novos conceitos de liberdade como de novos conceitos de democracia, o que é uma forma de negar a liberdade e a democracia.

O oposição brasileira tem sido alvo da intolerância e do radicalismo. É cassada, é punida, é banida porque acredita na democracia. Sacrificam-na por defender a democracia, e, numa bela coerência de atitudes e princípios, prefere a democracia sem participar do poder, a participar de um poder antidemocrático.

Entende a oposição que o valor básico da vida social e política é a pessoa humana e não o Estado, e o povo é o fundamento, o sujeito e o fim de todas as instituições e de todas as medidas econômicas, sociais e políticas.

Quando reivindica pão e respeito à dignidade humana, o faz como um apelo aos valores permanentes da sociedade que também se encontram nos governos.

À sua vez, a liberdade é um bem inalienável. As razões de Estado não podem substituí-la sem o nosso protesto, até porque ceder à liberdade é pior do que perdê-la.

O governo trucidou os princípios democráticos, numa tragédia política abismal e altera a Constituição na sua essência. Nós juramos que todo poder emanaria do povo e em seu nome seria exercido. Vemos, contudo, que o poder tem emanado de um homem com a importância olímpica de Zeus.

É a força sobranceira, subjugando a vontade popular. É o arrivismo triunfante, martirizando um povo que não tem pão, nem liberdade, nem horizontes políticos de vida. Há, em verdade, uma frustração nacional. A desesperança assaltou mentes e corações e o sonho de um Brasil livre está se transformando num grande pesadelo.

As multidões estão frustradas porque banidas de participar. Mas o povo só transitoriamente deixou de ser a fonte do poder. O malogro político e econômico desses treze anos não pode perdurar.

Não cremos nas usurpações da força, mas nos desígnios de Deus e na grandeza do povo. Por isso acreditamos, para breve, numa constituinte democrática para a restauração da dignidade jurídica do país.

A oposição conduz em suas mãos as bandeiras do povo. As frustrações populares são frustrações suas; os seus clamores, ela representa. Honramo-nos por encarnar a nação golpeada de provações.

Nós nos imporemos pelo convencimento, não faremos como os que dilaceram para impor-se. Carregamos a fé das minorias abraâmicas, de que nos fala o pastor. Defendemos os valores políticos e morais do povo, retratados nos princípios eternos da liberdade e da democracia, não havendo privilégio maior que o de falar pela nação livre.

O MDB é hoje um grande partido. As provações o têm retemperado. O sofrimento deu-lhe unidade, a terminação de luta deu-lhe mais grandeza. Vivemos, talvez, o melhor instante da nossa vida partidária, pelo devotado idealismo dos nossos companheiros, a serviço do Brasil. Temos programa, temos princípios, temos povo e temos fé. Por isso a nossa resistência democrática, com a graça de Deus, será a dos cristãos nas catacumbas. ¹⁶

Em conversa com o organizador desta publicação, ex-deputado Tarcisio Delgado, em maio de 2006, o ex-líder Alencar Furtado comentou que, incumbido pela presidência do partido para protestar no plenário da Câmara, como líder, contra o fechamento do Congresso em abril de 77, cuidou de preparar a família e os amigos para a sua possível cassação que, surpreendentemente, não ocorreu naquela ocasião.

Neste mesmo dia 15 de abril, em que o Congresso foi reaberto, no Senado Federal, o líder do partido, senador Franco Montoro (MDB-SP) proferiu inflamado discurso, que teve como tema “*Sem medo e sem provocações, o MDB protesta contra o grave retrocesso político*”. Ao finalizar seu pronunciamento, Montoro denunciou:

As medidas que acabam de ser tomadas tiram do povo brasileiro o direito de escolher seus governadores e de eleger um terço de seus representantes no Senado.

Modificando as regras do jogo, retira-se do MDB a possibilidade de chegar ao poder nos estados e praticamente a de alcançar maioria no Senado.

Como protesto contra essas medidas, muitos propõem a dissolução do partido. O assunto está em discussão e será decidido pelos órgãos partidários. Mas a opinião dominante entre as lideranças de todos os níveis é a de que, acima de partidos, caberá ao MDB sustentar a bandeira da resistência democrática, e unir todos aqueles que nos múltiplos setores da vida nacional se dispõem a trabalhar pela normalização institucional do país.

A inquebrantável fidelidade aos princípios democráticos, que vem sendo mantida pelo MDB, nos autoriza e impõe o dever de repelir energicamente as gratuitas acusações de conivência ou cumplicidade com radicais ou subversivos de qualquer ten-

dência. O programa e a atuação do MDB são incompatíveis com posições radicais de esquerda ou de direita.

Não queremos, também, uma democracia inerme e sem defesa contra aqueles que a queiram destruir. Pelo contrário, oferecemos nossa contribuição leal e patriótica para o encontro de normas de ordem pública que assegurem ao país a necessária coexistência da normalidade democrática com a segurança nacional.

É importante reafirmar que a luta pela normalização democrática da vida pública brasileira constitui nosso compromisso fundamental. É preciso passar, com urgência, do período de exceção para o da normalidade constitucional.

A democracia é também um compromisso do Brasil perante o mundo, firmado solenemente quando o país subscreveu e aprovou a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que define o regime democrático como uma das garantias fundamentais a ser assegurada a todos os povos.

Pelas razões expostas, o MDB, sem medo e sem provocações, mas com energia e serenidade, protesta, em nome da consciência nacional, contra o grave retrocesso político representado pelas medidas tomadas pelo Executivo.

E se dispõe a continuar a lutar, ao lado das forças vivas do país, para assegurar, na sua plenitude, o respeito ao princípio da Declaração Universal dos Direitos do Homem: "a vontade do povo será a base da autoridade do governo." ¹⁷

Apesar de não ter conseguido maioria na Câmara dos Deputados e no Senado, o MDB seguia seu destino de lutar pela reconquista da liberdade. Assim, através de alianças com importantes instituições e movimentos da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB -, a Associação Brasileira de Imprensa – ABI -, a CNBB e grupos de artistas e intelectuais, o MDB, liderando uma grande Frente, foi o elemento aglutinador da oposição à ditadura na década de 1970.

Reforma do Judiciário foi só pretexto para o Pacote de Abril

É importante realçar ou, mais que isso, provar, que a "Reforma do Judiciário" recusada pelo Congresso Nacional não foi mais que um pretexto para a edição do "Pacote de Abril de 1977". Tanto é assim, que o governo fechou o Congresso, editou a lei da reforma e acabou não implantando as mudanças que dizia desejar. Quando da apreciação da proposta orçamen-

tária para o exercício de 1978, descobriu-se que não havia recursos para que a reforma pudesse ser implantada.

Como membro da comissão mista que apreciou a matéria naquele fim de 1977, o então deputado Tarcísio Delgado (MDB/MG) detectou o fato e pôde denunciá-lo. Por oportuno e pela importância histórica desse documento, que é uma prova cabal de que o Governo Militar, na verdade, não pretendia implementar a Reforma do Judiciário, o referido relatório vai aqui transcrito:

Da Comissão Mista de Orçamento, sobre o Projeto de Lei nº 17, de 1977 (CN), que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 1978". Anexo II - Poder Judiciário.

Relator: deputado Tarcísio Delgado

De iniciativa do senhor presidente da República, encaminhado dentro do prazo constitucional, através da Mensagem nº 93, de 1977 (CN), o projeto cujo Anexo II - Poder Judiciário ora relatamos, consubstancia a lei de Meios para o exercício financeiro de 1978.

Ao anexo II - Poder Judiciário, do projeto original, não foram apresentadas emendas. Ven, assim, para parecer final, na forma da proposta do poder Executivo.

É bom ressaltar que os precedentes dos últimos anos, na realidade da discussão e votação da proposta orçamentária da União, desencoraja e desanima qualquer parlamentar de apresentar emenda. Na prática, de nada adianta esse esforço, porque as emendas jamais seriam aprovadas. A apresentação de emendas ao orçamento, todos já sabem, é um trabalho supérfluo e estéril.

Em vista disso, temos que apreciar a proposta do Executivo. E, nesta análise do Anexo II - Poder Judiciário, cabe-nos algumas observações:

1 - É de notório conhecimento da nação que o presidente da República decretou o recesso do Congresso Nacional durante 15 dias em abril deste ano e, neste período, realizou ilegitimamente uma série de reformas, que tomou o nome de "Pacote de Abril".

2 - O que deu motivo a essa atitude tão extrema e revolucionária, segundo o senhor presidente da República, foi a rejeição, pelo Congresso Nacional, do projeto do Executivo sobre a reforma do judiciário. Declarou o presidente que essa reforma era inadiável e prioritária para o seu governo. Daí, não ter outra saída, a não ser colocar o Congresso em recesso, para outorgar a "Reforma do Judiciário".

Disse, também, sua Excelência, que a reforma seria feita de maneira gradativa. Mas que seu início era urgente e prioritário.

3 - Depois de ato tão prejudicial às instituições democráticas, com o extremo de

violências, no recesso compulsório do Congresso, aguardava-se, com interesse, a primeira proposta orçamentária, imediatamente, à manifestação de tanta preocupação com a Reforma do Judiciário. Na proposta do Orçamento para 1978, e na Plurianual de Investimentos para o triênio 1978/1980, só nelas, exclusivamente nelas, o Executivo poderia dar sustentação objetiva às intenções manifestas ao outorgar, com grande volúpia, aquela pseudo-reforma.

4 - Mas é justamente nestes documentos básicos e fundamentais que o Executivo deixa, de forma irretorquível, a prova incontestável de que a Reforma do Judiciário foi apenas pretexto para as violências de abril último. Está provado, por estes documentos, que o Executivo nada está preocupado com a famigerada reforma.

5 - Vejamos alguns pontos da proposta orçamentária para 1978, que estamos analisando:

I - Na Mensagem nº 301, na apresentação da proposta orçamentária, o Executivo não faz a menor menção à reforma do judiciário. Não há uma palavra sobre o assunto. Toda extrema prioridade de abril, a ponto da decretação do recesso do Congresso, num dos acontecimentos mais negros e radicais da nossa história republicana, parece ter desaparecido. Já não existe. Não merece o menor destaque na lei de meios, isto é, na lei que daria os meios a sua realização.

II - Analisemos, agora, a parte objetiva, concreta, da proposta. Vamos ver a participação do Judiciário na fixação da despesa da União para 1978.

É necessário observar que não houve qualquer aumento representativo na participação do poder Judiciário na despesa da União. Se houve um aumento proporcional de 0,05% (cinco centésimos por cento), insignificante, comparado com o exercício de 1977, - 0,77% para 0,82% - é preciso ressaltar que houve uma queda da participação comparado com os exercícios de 1973/4, - de 0,99% e 0,85%, respectivamente.

Na análise dos últimos cinco anos, constatamos que o poder Judiciário mantém a média de participação na despesa da União, com o mínimo de variação. Não foi diferente para 1978. Esperávamos que fosse para dar condições à propalada e outorgada reforma.

Olhemos para a participação do STF, órgão máximo do poder Judiciário e o responsável em promover a reforma. Sua participação na despesa da União, em 1978, é menor que a de 1977 - 0,04% para 0,03%. Com o ônus financeiro da reforma, o STF disporá de menores recursos. Não podemos entender o "milagre" que irá fazer!...

Por outro lado, não menos desalentadora é a situação do poder Judiciário, no Orçamento Plurianual de investimentos para o triênio 1978/1980, que, também, estamos apreciando e votando.

Está na Constituição, art. 62, § 3º:

"Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá

ser iniciado sem prévia inclusão no Orçamento Plurianual de Investimento ou sem prévia lei que o autorize e fixe o montante das dotações que anualmente constarão do orçamento, durante o prazo de sua execução”.

O Ato Complementar nº 43 complementa a exigência do Orçamento Plurianual de Investimentos.

Todos sabem, e a Constituição prevê, que este é o documento onde o governo estabelece suas prioridades para investimento no período. É a confissão formal e objetiva das intenções do governo. Pois bem, aqui, também, não há uma palavra sobre o poder Judiciário, na Mensagem nº 300, de apresentação da proposta.

Na parte concreta dos dados financeiros, a coisa é pior, porque cai percentualmente e cai em termos absolutos de ano para ano.

Vejamos o quadro abaixo:

Por este quadro fica demonstrado que a participação do poder Judiciário na despesa de capital da União no triênio é cada vez menor, para a “implantação gradativa” da reforma. Só se é implantação às avessas. Em 1978, Cr\$78.488.000,00; em 1979 cai para cr\$66.781.000,00; e em 1980 vem para Cr\$58.875.000,00.

Se compararmos os números com os do triênio anterior – 1975/7 – veremos que não foi tomada nenhuma medida prioritária e o poder Judiciário continua sem os recursos necessários a qualquer modernização. “Tudo como dantes”.

Em 1975, o Judiciário foi contemplado com Cr\$ 70.020.500,00, em 1976 com Cr\$ 67.679.300,00 e em 1977 com Cr\$ 68.130.900,00.

| ESPECIFICAÇÃO | ORÇAMENTO (Cr\$1.000) | | | | | | | | | | | |
|--|-----------------------|------|---------|------|---------|------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|
| | 1973 | % | 1974 | % | 1975 | % | 1976 | % | 1977 | % | 1978 | % |
| PODER JUDICIÁRIO | 436.142 | 0,99 | 495.304 | 0,85 | 646.862 | 0,70 | 1.129.589 | 0,81 | 1.774.662 | 0,77 | 2.641.455 | 0,82 |
| Supremo Tribunal Federal | 20.620 | 0,05 | 25.192 | 0,04 | 37.425 | 0,04 | 48.771 | 0,04 | 73.526 | 0,04 | 95.600 | 0,03 |
| Tribunal Federal de Recursos | 48.631 | 0,11 | 31.680 | 0,05 | 38.830 | 0,04 | 46.490 | 0,03 | - | - | 122.500 | 0,04 |
| Tribunal Federal de Recursos e Justiça Federal | - | - | - | - | - | - | - | - | 246.84 | 0,10 | - | - |
| Justiça Militar | 32.032 | 0,07 | 41.250 | 0,07 | 50.111 | 0,05 | 72.016 | 0,05 | 111.500 | 0,05 | 151.980 | 0,05 |
| Justiça Eleitoral | 90.454 | 0,21 | 108.382 | 0,19 | 134.416 | 0,15 | 253.699 | 0,18 | 424.396 | 0,18 | 662.275 | 0,20 |
| Justiça do Trabalho | 181.000 | 0,41 | 213.480 | 0,37 | 289.313 | 0,32 | 539.427 | 0,39 | 832.474 | 0,36 | 1.212.500 | 0,18 |
| Justiça Federal de 1ª Instância | 21.005 | 0,05 | 51.234 | 0,09 | 62.191 | 0,06 | 112.494 | 0,08 | - | - | 261.600 | 0,03 |
| Justiça do Distrito Federal e Territórios | 42.100 | 0,09 | 24.086 | 0,04 | 34.576 | 0,04 | 56.790 | 0,04 | 85.923 | 0,04 | 135.000 | 0,04 |

O que se constata é que os recursos do Judiciário, nos investimentos do governo, são cada vez menores.

Esses dados parecem comprovar “quantum satis” e a não permitir contradita que o governo não pensa, em nada, investir na reforma do Judiciário. E que não venham com subterfúgios. O orçamento é o documento próprio e único para o governo revelar suas reais intenções. O resto é resto. É conversa sem objetividade e sem sinceridade.

Outro ponto que merece atenção especial é o que se refere à participação da

Justiça Eleitoral na despesa da União para 1978.

Sabe-se que no próximo ano teremos as eleições nacionais a acarretarem sérios encargos financeiros para a Justiça Eleitoral. Daí, era de se esperar uma parcela mais acentuada de participação dessa justiça especializada.

Vejamus a proposta do Orçamento. A participação da Justiça Eleitoral, em 1978, é de 0,20%, apenas 0,02% (dois centésimos por cento) a mais que em 1977; mas, menor que a de 1973, por exemplo, que não foi ano de eleições gerais, em 0,01% (hum centésimo por cento); pois naquele ano sua participação foi de 0,21%.

Ao analisarmos comparativamente os últimos anos, concluiremos que, também aqui, a média de participação vem sendo sempre a mesma, com insignificantes alterações.

Triste realidade de uma Justiça mal equipada, que não encontra amparo e compreensão do Executivo. Continuará na situação de carência financeira e exercitando-se a duras penas, graças à dedicação e ao sacerdócio de seus membros.

A proposta orçamentária não traz qualquer novidade satisfatória para o Poder Judiciário. É a repetição pura e simples da situação de orçamento anteriores.

Em virtude de tudo isso, e concluindo que o poder Judiciário foi logrado na promessa de condição financeira para a reforma, e o poder Legislativo foi aviltado, sobre pretexto da necessidade e da prioridade de uma reforma que, na verdade, não se deseja fazer, ou pelo menos dar condições para que ela possa se realizar, e ainda, porque as condições financeiras colocadas à disposição do Judiciário pela proposta orçamentária, não permitem a realização de qualquer reforma ou aperfeiçoamento, opinamos pela rejeição do projeto em seu Anexo II - Poder Judiciário.¹⁸

| Órgãos | 1978 | 1979 | 1980 |
|---|--------|--------|--------|
| Supremo Tribunal Federal | 3.380 | 3.300 | 3.400 |
| Tribunal Federal de Recursos | 3.630 | 3.200 | 3.300 |
| Justiça Militar | 8.230 | 4.666 | 4.806 |
| Justiça Eleitoral | 15.686 | 13.200 | 11.500 |
| Justiça do Trabalho | 16.789 | 14.800 | 11.700 |
| Justiça Federal 1ª Instância | 7.800 | 7.950 | 8.100 |
| Justiça do Distrito Federal e dos Territórios | 22.977 | 19.665 | 16.069 |
| Poder Judiciário | 78.488 | 66.781 | 58.875 |

Livro branco contra as Reformas de Abril

Tendo como conduta política jamais exercer a oposição de forma inconseqüente, o **MDB**, frente às reformas arbitrárias impostas pelo “Pacote de Abril de 1977”, publicou denso documento com argumentos sólidos para repudiar as medidas tomadas pelo Governo Militar. Distribuído para todos os diretórios regionais e municipais do partido, o documento fazia uma análise detalhada de cada uma dessas medidas, denunciando não terem elas outro objetivo senão barrar o crescimento do MDB e dar um pouco mais de fôlego à ditadura, nesta altura já sabidamente perdendo apoio junto à opinião pública.

Por tudo isso, a publicação do documento “*Livro Branco do MDB contra as reformas*” é um bom exemplo da maneira de atuar do partido, e uma explicação para o seu crescimento sólido junto às bases. Ao proceder à análise e à reflexão sobre o que ocorria na política brasileira, o MDB, além de cumprir com seu dever político de crítica, passava para seus militantes argumentos consistentes para a ação oposicionista.

Na apresentação da publicação, o Diretório Nacional do MDB dizia:

Estar a serviço da sociedade é a razão, a força e a dignidade da lei. Quando serviçal de grupos, pessoas ou interesses particulares, materialmente não é mais lei.

A lei não é lei somente por ter o nome de lei. Lei injusta, lei imoral, lei discriminatória, lei antipovo, não é lei, porque trai o Direito e renega a Justiça.

A lei deve fidelidade ao povo e não ao poder arbitrário, qualquer que ele seja: o poder político, o poder do dinheiro, o poder da demagogia, o poder da força truculenta.

A Constituição, a Lei das leis, é a definição política, social, econômica e, sobretudo humana da nação. Não pode ser rebaixada à categoria de manual remanejável para a alocação de pro cônsules estaduais, cognominados “governadores”; para a imposição de “senadores” pré-moldados, que não representam os estados nem os cidadãos, esbulhados do direito de elegê-los; para tornar irreconhecível o Congresso como instituição independente, praticamente esvaziado do poder de legislar, desautorizado pela humilhante e unipessoal edição de “reformas” institucionalizadoras de oligarquia.

O Congresso Nacional foi fechado porque recusou homologar pseudo “reforma” do Judiciário, repelida pelo Tribunal Federal de Recursos, por Tribunais de Justiça dos estados, por mestres e estudantes de faculdades de Direito do país, por juristas como Aliomar Baleeiro, Seabra Fagundes, Sobral Pinto, Dalmo Dalari, Josaphá Ma-

rinho, pela Ordem dos Advogados, pelos grandes órgãos da imprensa do país.

O Congresso Nacional foi vítima simultaneamente de três violências: seu fechamento temporário; a usurpação em termos institucionais de seu exclusivo e indelegável poder constituinte e de sua competência como legislador ordinário, para editar as férias de trinta dias aos trabalhadores e a denúncia vazia, ambas com melhor elaboração e em tramitação final no Congresso Nacional. O plágio político também merece condenação.

A prepotência, que no Brasil atual tem o nome de AI-5, exhibe-se forte e implacável contra a nação e o MDB.

Confisca a participação política dos cidadãos, em manobra ostensiva para obstar a eleição pela oposição de governadores e senadores em muitos estados, como alternativa mais representativa de seus ideais e de seus lícitos interesses.

Impõe ao Congresso férias coletivas. Como tribunal de exceção e sem defesa, cassa mandatos e suspende direitos políticos e censura a imprensa, o rádio e a televisão.

Amordaça a juventude pelo decreto-lei 477 e com a Lei Falcão emudece e torna invisível os partidos e os candidatos, proibidos de falar aos cidadãos que desejam representar.

É, contudo, clamorosamente fraca para sequer controlar a inflação, que desintegra a economia, os valores da produção e dos salários, desmoralizando-os e, com isso, atingindo a própria estrutura de trabalho da nação, com o desemprego, incredibilidade no sistema financeiro pelo impacto de abusos e escândalos, incerteza para a aplicação rentável de poupanças, incapacidade das médias e pequenas empresas de preservar e reabsorver seu capital, arrastando-as à injusta insolvabilidade, enfim o quadro caótico da maldita combinação da inflação e depressão, conhecida como "estagflação".

Resumindo, o AI-5 cassa mandatos, mas não cassa a inflação. É inerte frente ao calamitoso custo de vida, que cada dia massacra milhões de lares e donas-de-casa, confirmando-lhes a desesperada impressão de que estão sozinhas, de ausência de governo. Inativo ante as multinacionais e o capital estrangeiro, quando colonizam nossa economia e transferem para fora seu poder de decisão. Omisso quanto ao monumental endividamento externo, que ameaça seriamente a honorabilidade do Brasil em solver compromissos internacionais. Co-responsável pela discriminação entre a opulência de minorias privilegiadas e as privações de maiorias despossuídas, sem salário, sem teto, sem pão, sem transporte, sem escola, sem paz de espírito, sem trabalho ou inseguras nele.

A presente documentação, resumida ao essencial para possibilitar a impressão e a distribuição, comprova a sinceridade e o patriotismo com que agiu o Movimento Democrático Brasileiro, no exercício de explícita competência legal.

Ao encaminhá-la aos brasileiros, também aos não-filiados, o MDB motiva-se pela certeza de que sua atitude é identificada como honrado e corajoso serviço prestado à nação. Espera que esta publicação seja lida, meditada e divulgada. ¹⁹

Grande mobilização nacional

Como referenciado nos itens anteriores, em abril de 1977 as arbitrariedades do Regime Militar haviam alcançado limites insuportáveis. E o **MDB** entendeu que era chegada a hora de desencadear uma ampla mobilização nacional para, “pacificamente, junto ao povo e suas forças representativas, conquistar a vitória na luta pela resistência democrática”.

Foi assim que, em junho de 77, o Diretório Nacional do partido deu início à campanha “Resistência Democrática”, que tinha como motivação a indignação dos emedebistas diante do “regime de exceção e das reformas impostas com base no Ato Institucional n° 5, que aniquilaram as últimas instituições livres existentes no país, indissociáveis do voto direto, silenciaram o Congresso Nacional e descumpriram as perspectivas e solenes promessas de retorno do país ao Estado de Direito”. Tinha como objetivo, também, preparar o partido para as eleições de 1978.

Na abertura do documento em que convocava os militantes, o Diretório Nacional citava Barthélemy:

Uma atração profunda, misteriosa, irresistível, poderosa e fatal como uma força da natureza encaminha os povos para a democracia... Pode-se criticar o movimento democrático, mas deve-se levar em conta que isso constitui um trabalho tão vão como o de criticar o curso das estações ou a atração dos astros. ²⁰

Com esta campanha de âmbito nacional, o **MDB** queria difundir suas teses políticas, visando unificar o discurso da militância e definir, também, estratégias de ação para fortalecer o partido em todo o país. O documento explicitava que “*a ordem democrática que a nação reclamava deveria estar fundamentalmente estruturada:*

1 - Na vontade impessoal da lei e não no arbítrio de um ou alguns homens;

2 - Pelo Estado que não destrua o homem e seus direitos naturais, políticos e sociais, entre eles o de viver livre do medo e da necessidade; à informação não

vilipendiada pela censura; à Justiça independente com as garantias de julgamento público, banidos os tribunais de exceção e ampla defesa, sob pena de nulidade do processo;

3 - Com sistema representativo legitimado pela delegação expressa, pessoal e temporária dos mandatos pelos cidadãos, repelida a prorrogação dos mandatos parlamentares e do Executivo e sua outorga autoritária por artimanhas eleitorais;

4 - Com distribuição de renda como expressão da justiça social, proscrito o neocolonialismo em que minorias privilegiadas tenham a opulência para esbanjar, enquanto maiorias desesperadas não tenham o suficiente para sobreviver;

5 - Com entidades de classe e sindicatos de trabalhadores e patronais emancipados da mão longa e paternalista do ministro do Trabalho;

6 - com o Estado aparelhado com mecanismos aptos a defendê-lo contra as agressões ilegais da desordem, da anarquia, dos totalitarismos da esquerda ou da direita;

7 - Por política externa que projete internacionalmente a tradição pacifista do Brasil, observe sua adesão aos tratados e organizações internacionais, expanda sua economia, divulgue suas potencialidades, sendo para tanto indispensável a autoridade pelo exemplo interno decorrente da prática efetiva da democracia, invulnerabilidade dos direitos do homem, estratégia de desenvolvimento orientada pela maximização de empregos, bem-estar social, redistribuição e não concentração do crescimento, para que a renda dos pobres receba ponderação mais elevada do que a renda dos ricos;

8 - No prestigiar as Forças Armadas como instituições nacionais, essenciais à defesa e à segurança da nação, garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem;

9 - Na existência da oposição como insubstituível instituição do Estado, para que

I - O governo efetivamente possa ser fiscalizado, criticado, denunciado e responsabilizado;

II - Haja desimpedido acesso da oposição à imprensa, ao rádio e à televisão, nestas últimas em igualdade de tempo e condições com o governo, sendo a censura expressamente considerada crime contra as instituições;

III - Seja assegurada a criação e funcionamento de Comissões Parlamentares de Inquérito e o comparecimento de ministros ao Congresso Nacional, para imparcial investigação e esclarecimentos de fundamentadas denúncias sobre transgressões da lei, atentados aos direitos do homem, escândalos que comprometam a credibilidade das finanças, das empresas, do sistema bancário e financeiro;

IV - Represente efetiva alternativa política para substituir governos que decaiam da confiança da sociedade, que soberanamente se manifestará por eleições livres, puras e sinceras, sem intermediações espúrias e institucionalizadoras do poder oligárquico no país.

A campanha “Resistência Democrática” foi a primeira grande mobilização com vistas a fortalecer a estrutura do MDB como partido em todo o país. Nas estratégias apresentadas em seu “Plano de Mobilização” incluía-se:

1 – Âmbito regional e local: Realizar encontros políticos coordenados pelos diretórios regionais e municipais, com lideranças comunitárias, cientistas políticos, estudantes, jornalistas e outros segmentos sociais importantes, com o objetivo de analisar a realidade brasileira e a proposta de alternativas democráticas, bem como também a organização partidária;

- Oferecer cursos e disponibilizar literatura especializada para que prefeitos e vereadores do MDB pudessem melhor desempenhar suas funções;

- organizar, junto aos diretórios municipais, departamentos (trabalhista, feminino, jovem) para atuação em nível municipal;

- organizar a Fundação Pedroso Horta nos estados, territórios e municípios;

- vigorosa campanha pela reabilitação do município, com eleições diretas para prefeitos e vereadores, inclusive das capitais; suficiência financeira; descentralização administrativa; condições locais para a defesa da ecologia e da qualidade de vida

2 – Âmbito nacional: Realização de seminário nacional, em Brasília, na Câmara dos Deputados, nos dias 17 e 18 de junho, reunindo as lideranças nacionais, estaduais e municipais da oposição, cientistas políticos, sociólogos, economistas, intelectuais, profissionais liberais, jornalistas, patriotas representativos da inteligência, cultura e das artes, com o objetivo de estudar ampla e profundamente:

- a restauração do Estado de Direito no Brasil, através de uma Assembléia Nacional Constituinte, eleita pelo voto direto, universal e secreto, como delegada da soberania de que o povo é titular originário;

- a organização partidária do MDB, com a criação de órgãos de assessoramento, jornal de oposição, estudo sobre formas legais de captação de recursos financeiros;

- a realização de reuniões com os presidentes dos diretórios regionais, pelo menos duas vezes por ano, para elaboração do calendário de encontros, debates, simpósios, de caráter nacional, estadual ou regional;

- a fixação, pelos diretórios regionais, de calendário para a realização de Encontros Políticos, reunindo regiões geoeconômicas afins, para discussão

e debate da realidade nacional, da organização partidária, da atuação dos parlamentares, prefeitos e vereadores do MDB, de diagnóstico dos respectivos municípios, de formas de participação popular na administração municipal da oposição, da elaboração de diretrizes básicas para uma administração do MDB, da austeridade administrativa e fidelidade aos princípios programáticos do partido, da criação de órgãos de assessoramento aos governantes do MDB.

Democracia é participação

Finalizando o documento distribuído à militância em todo o país, o Diretório Nacional enfatizava que “democracia é participação” e, por isso mesmo, “o partido, instrumento da democracia, só é representativo quando a participação de seus integrantes é efetiva, cotidiana, total e sincera”.

E concluía:

A hora crítica e amargurada que sobressalta a nação, sobrecarregando de frustrações, calúnias e estrangulamento a atuação da oposição, reunirá os patriotas deste país, milhões deles filiados ou votantes do Movimento Democrático Brasileiro, para a participação na obra urgente de restauração e aperfeiçoamento dos padrões políticos, morais, de respeito e valorização do homem, que tradicionalmente estruturaram a civilização brasileira. ²¹

As últimas cassações de parlamentares

Junho de 1977 registraria as duas últimas cassações de parlamentares federais do MDB, ambas amparadas em ato institucional do período militar. No dia 15, foi cassado o deputado Marcos Wellington de Castro Tito (MDB/MG) e, no dia 30 de junho, foi cassado o líder do **MDB** na Câmara, deputado José Alencar Furtado (MDB/PR).

Alencar Furtado foi cassado depois de contundente discurso pronunciado da tribuna da Câmara, considerado uma das peças de oratória parlamentar mais fortes e corajosas do período militar. Discursou o deputado:

Com fundamento no "Programa de Ação Política do MDB", registrado no Tribunal Superior Eleitoral, damos curso aos argumentos desta oração em prol da legalidade procurada.

Que a nossa fala inicial seja em homenagem aos companheiros que ficaram pelos caminhos da luta, injustiçados pelas cassações, pela suspensão de direitos, pela prisão ou pelo exílio. Todo o tributo do nosso apreço aos homens da resistência democrática, de Sérgio Magalhães a Marcos Tito, de Mário Covas a Nadyr Rossetti, de Martins Rodrigues a Lysânes Maciel. Homenagem que a oposição estende ao estadista da República Juscelino Kubitschek de Oliveira. Foram punidos pelo arbítrio, mas consagrados pela gratidão e pelo respeito nacional.

É abominável quando a lei se torna instrumento de alguns para atender a caprichos subalternos. É que nas autocracias a lei existe para servir a força e a força nem sempre existe para servir a lei. Desgraçadamente acredita-se mais na força que na lei, mais no AI-5 que no poder Judiciário. E quando transformam a Carta Magna num édito partidário, afrontam os padrões da decência jurídica de um povo.

A nação está humilhada porque não pode participar, por isso mesmo o malogro dos que a golpeiam será inexorável.

As usurpações da força violentam o direito e desservem o país.

A legalidade democrática é hoje anseio nacional para cuja construção há de ser convocado o povo brasileiro, que a legitimará. O Estado democrático é princípio fundamental inscrito no programa do MDB, que oferece ao governo a bandeira da constituinte como fórmula maior para um reencontro nacional.

E assim procede por defender os valores políticos e morais do povo, retratados nos princípios eternos da liberdade e da democracia, até porque não há privilégio maior que o de falar pela nação livre.

A Constituição será a síntese da luta pela legalidade democrática e a restauração da dignidade política do país e "a democracia é a mais perfeita criação do direito público, em matéria de forma de governo".

Creemos no homem livre porque, livre, traduz o ideal democrático. Porque, livre, revela a face do Criador, emprestando sentido à vida.

Sempre defendemos os direitos humanos e as liberdades democráticas, fundamentos e inspiração do nosso programa, cuja difusão estamos promovendo; por isso sofremos a incompreensão de muitos e o combate sistemático de outros, mas, em compensação, recebemos o comovente apoio da nação brasileira.

A oposição convive com o povo que é o motivo da sua luta e da sua vida, e a razão de ser do próprio Estado. Maior que o povo, só Deus. Por que então afrontar-lhe a majestade, retirando-lhe a liberdade e a participação?

Por ser a oposição a voz do povo é que formamos neste país a resistência democrática. Por isso tem sentido e razão de ser a nossa presença no Parlamento. Par-

lamento judiado e sofrido como o povo, mutilado e punido, injustiçado e humilhado, mas, queiram ou não, ainda é a casa representativa do povo brasileiro.

Somos homens de fé e assim acreditamos na solução pacífica e democrática para o retorno à normalidade. Condenamos o destino que deram à legalidade, que se tornou propriedade do poder, quando sempre foi consagrada como patrimônio da sociedade.

Que destino foi dado à democracia prometida? Baniu-se o regime liberal em nome de uma democracia social que não existe.

Torna-se insuportável mais de uma década de arbítrio. O governo, fugindo da democracia, procura perpetuar-se no poder, deturpando o processo revolucionário com a flagrante usurpação dos direitos do povo.

É que não se pratica a democracia apenas com a mudança de homens. Democracia é o povo no poder.

Em verdade, a legislação excepcional esbulhou o império da legalidade, elegendando o arbítrio. O regime abastardou a lei, vulnerou a intangibilidade do Judiciário, quebrou o Legislativo e colocou os dirigentes acima da própria Constituição, que, à sua vez, se submete aos caprichos dos atos institucionais.

O hábeas corpus, cuja restauração em sua plenitude é exigida pelo programa do MDB, é hoje invalidado, desgarantindo o cidadão que dele necessita. Mas quando o governo proíbe o uso desse instituto confessa, ao mesmo tempo, a prática da violência e não quer ser bridado; a prática da arbitrariedade e não quer ser contido; abusando do poder e não sendo limitado. Sofre o hábeas corpus no Brasil as mesmas restrições que sofre em Cuba.

A ausência da legalidade estimula a irresponsabilidade. A quem ele serve, então? Seria, porventura, solução para os problemas brasileiros? O "Programa de Ação Econômica e Social do MDB" diz que não. Eis a inflação, que não pára, destruindo os salários; o endividamento acelerado e gravoso; a tributação escorchante; o custo de vida martirizando; a indústria asfixiada; o comércio insolvente; o ensino em crise; a agricultura confiscada; as doenças matando. Enquanto isso ocorre, o governo injeta bilhões nas financeiras falidas, em detrimento de programas prioritários, notadamente o da agropecuária.

E prossegue impávida a ilegalidade sem povo e contra o povo, semeando aflições, causando dores. Neste quadro de angústia, escutam-se o protesto do estudante oprimido, do intelectual censurado e o clamor revoltado das igrejas, traduzindo o descontentamento nacional.

Em verdade, as medidas de força só agravam as crises. Por temer a legalidade democrática o governo teima em preservar os atos institucionais e por temor à liberdade se escraviza a um sistema irracional de forças que se chocam.

Hoje, menos que ontem, ainda se denunciam prisões arbitrárias, punições injustas e desaparecimento de cidadãos. O programa do MDB defende a inviolabilidade

dos direitos da pessoa humana para que não haja lares em pranto; filhos órfãos de pais vivos – quem sabe – mortos, talvez. Órfãos do talvez e do quem sabe. Para que não haja esposas que enviúvem com maridos vivos, talvez; ou mortos, quem sabe? Viúvas do quem sabe e do talvez.

As revoluções eclodem cobrindo o povo de esperanças. Em seu curso, todavia, no fluxo e refluxo dos acontecimentos, muitas delas deformam-se, renegam-se na abjuração do ideário que as acalentou, transformando-se afinal em simples regimes de exceção.

O terror toma-se árbitro do sistema, passando o receio, a timidez e o medo a envolverem a nação.

Formam essas distorções o descompasso entre os anseios nacionais e a realidade político-social que se seguiu ao Movimento de Março de 64, levando o MDB a condenar, no seu programa, a institucionalização dos regimes de exceção e todos os tipos de ditadura.

Há uma angústia nacional. Há uma ânsia de sermos. A vontade popular não pode mais ser represada, nem a liberdade ser condicionada ao poder. Preparemos, portanto, para a abertura democrática.

A nação, como está, não pode prosseguir. Chegou a hora de nos encontrarmos. Este é o instante da legalidade e da libertação. Façamos um esforço comum pela democracia, oferecendo aos adversários de hoje solução para o amanhã deste país. Não há quem resista aos apelos de um povo, nem quem desatenda os clamores de uma nação. Basta! Chegou a hora do "Encontro Nacional" e o MDB oferece a solução popular da Constituinte. Voltemos as costas para o Brasil da censura postal ou discriminatória, da repressão irracional ou desvairada, das punições sem defesa, das prisões arbitrárias, da escuta telefônica e da delação que avilta. Não, não é esta a pátria com que sonhamos.

O Brasil que estremecemos ressombra amor e compreensão, respeito e dignidade. Nele, o Estado encontra-se com a nação, os militares com os civis, os pobres com os ricos. Nele, o estudante é acolhido; o trabalhador valorizado; o sindicato, reivindicante; a imprensa, independente; e a cultura incensurada. Nele, o agricultor é socorrido; o religioso respeitado e o empresário considerado e atendido. Nele, o povo é ouvido, o parlamentar inviolado e a Justiça intangível. Nele, o homem é livre e a nação democrática.²²

Balanço das cassações de deputados

Durante a ditadura militar foram cassados pelo Regime 150 parlamentares, dos 174 deputados cassados em toda a história das atividades legislativas no Brasil, que teve início em 1820.

Em convenção, partido aprova luta pela Constituinte

Em setembro de 1977, o **MDB** ainda realizaria a **III Convenção Nacional Extraordinária**, que reuniu em Brasília, no dia 14, 352 convencionais. Na reunião foi aprovada, por unanimidade, a proposta de participação do partido na luta em prol de uma Assembléia Nacional Constituinte como processo democrático para resolver os graves problemas institucionais do país.

1978: candidatura de Euler Bentes

A resistência do **MDB** e sua luta aguerrida surtiram desdobramentos políticos importantes. Começaram a ser registradas as primeiras manifestações populares nas ruas desde o AI-5. O movimento estudantil se rearticulou. Os metalúrgicos da região do ABC paulista realizaram uma gigantesca greve, a primeira de uma série de outras que estourariam nos anos seguintes.

Entusiasmado com o sucesso da Mobilização Nacional iniciada em 77 e com a reorganização de manifestações populares contra a ditadura, o **MDB** buscava uma alternativa para as eleições presidenciais de 1978. Num primeiro momento, pensou em apoiar o ex-governador Magalhães Pinto, um dissidente da ARENA, articulando a “Frente Democrática” e pregando a “infidelidade” dos governistas no Colégio Eleitoral. A argumentação do presidente Ulysses Guimarães era precisa:

Apelo à Infidelidade

A nação repudia tutelas e tutores. Quer autodeterminar-se, e autogoverno é direito e obra de todos e não de oligarquias. Um povo só se autodetermina politicamente pela democracia. Reformas não são o caminho. O caminho histórico e universal, indicado pela honestidade política e trilhado pelos democratas sinceros e coerentes, é a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, proposta urgente, institucional e salvadora do MDB.

(...)Hoje, em São Paulo, realiza-se a primeira concentração da Frente Democrática Nacional. O Movimento Democrático Brasileiro a coordena e lhe é juridicamente responsável, pois logo pelo nome se identifica sua missão: é o movimento, cuja razão de ser é movimentar a sociedade para a reconquista de seus direitos políticos,

econômicos e sociais usurpados. Ou o MDB é isso ou não é nada. Pior do que nada, pois seria mais uma impostura.

O arbítrio, que se arvora em juiz para sentenciar sem o Direito e condenar sem defesa, malsinou o repúdio ao ato institucional como contestação, a Constituinte como subversão e agora a Frente Democrática Nacional como ilegal.

(...)Deve-se fidelidade à pátria e não aos detentores do poder que a renegam. Por infidelidade decretada pelos poderosos do momento, Sócrates foi envenenado, Cristo foi crucificado, Joana D'Arc foi queimada, Garcia Lorca foi fuzilado, Tiradentes foi enforcado. Imortalizaram-se, contudo, como fiéis à salvação de seu povo ou da humanidade, porque quem atesta a verdadeira fidelidade é a História, não os interesses contrariados.

(...)A Frente Democrática Nacional percorrerá com os pés do povo a geografia do Brasil. Em São Paulo clarinou o toque de reunir, avançar e vencer, sob o comando do lema imortal: Unidos venceremos! ²³

A partir do momento em que a candidatura de Magalhães Pinto mostrou-se incompetente para enfrentar o Colégio Eleitoral, o **MDB**, numa decisão corajosa, resolveu concorrer com candidatura própria à Presidência da República. E, num lance ainda mais ousado, aproveitou a dissidência que já era observada dentro do movimento militar e trouxe o general Euler Bentes ²⁴ para ser o candidato do partido, tendo como vice-presidente o senador Paulo Brossard. ²⁵ Essas decisões foram tomadas na **IV Convenção Nacional Extraordinária**, realizada no dia 31 de maio de 1978, em Brasília, que deliberou aprovar por 212 votos a proposta de Freitas Nobre de participação do partido nos Colégios Eleitorais e nas eleições diretas em todos os níveis. E na **V Convenção Nacional Extraordinária**, realizada no dia 23 de agosto de 1978, também em Brasília, com a presença de 485 convencionais, foi aprovada, com 360 votos, a tese preliminar de participação do partido no Colégio Eleitoral para escolha do presidente da República e, por 340 votos, aprovou a indicação da chapa do **MDB**, composta pelo general Euler Bentes Monteiro e senador Paulo Brossard.

No dia da eleição, o deputado Ulysses Guimarães fez o encaminhamento da votação e, em mais um de seus emocionantes pronunciamentos, disse:

Repito que o Movimento Democrático Brasileiro estrategicamente aceitou a via indireta com a esperança e o compromisso, se vitoriosos seus candidatos, de enxotá-la da vida pública brasileira, com a imediata convocação de uma Assembléia Nacio-

nal Constituinte e conseqüente eleição, pelo voto direto, universal e secreto do presidente da República, dos governadores de Estado, dos prefeitos municipais e dos senadores. (...) O poder Legislativo no Brasil atual é infelicitado pela competência reduzida que lhe foi imposta e pelo acréscimo de competência arbitrária que lhe foi impositivamente adicionada. (...) Dia virá que, Deus ajudará para que seja breve, restabelecida a democracia, nos encontraremos, colegas que somos do mesmo ofício, como aliados ou adversários, não sentados nestas cadeiras, mas de pé nos palanques, nos caminhões, em caixotes, no rádio e na televisão, falando em eleições livres e para todos os cargos representativos, sentindo o cheiro forte do povo, apertando as mãos rudes dos trabalhadores, ouvindo o futuro na voz moça dos estudantes e contemplando a fisionomia angustiada das multidões, trágicos panfletos de carne e sangue gritando por pão, casa, saúde, educação e liberdade".²⁶

Na eleição do dia 15 de outubro, votaram 584 membros do Colégio Eleitoral – deputados federais, senadores da República e os delegados das Assembléias Legislativas estaduais. O general Euler Bentes recebeu 266 votos, contra os 355 votos do candidato do governo, general João Batista Figueiredo²⁷ e seu vice, Aureliano Chaves de Mendonça.²⁸

O resultado da eleição à Presidência, embora não tenha contemplado o **MDB** com a vitória, mostrou o fortalecimento do partido. Mas a confirmação irrefutável de seu crescimento viria nas eleições legislativas de 15 de novembro de 1978, quando a ARENA obteve em todo o país 13,1 milhões de votos para o Senado e 15 milhões para a Câmara e o **MDB**, 17,4 milhões de votos para o Senado e 14,8 milhões para a Câmara.

Um novo tempo começava para o Brasil. A oposição exigia mudanças. O povo pedia reformas e o fim do arbítrio. A nação clamava por liberdade. Foi assim, diante da pressão popular, que o presidente Geisel, já nos últimos meses de seu mandato, no dia 13 de dezembro de 1978, promulgou a Emenda Constitucional n° 11, que entraria em vigor a partir de 1° de janeiro de 1979. Entre outras deliberações, a emenda declarava:

São revogados os Atos Institucionais e Complementares, no que contrariarem a Constituição Federal, ressalvados os efeitos dos atos praticados com base neles, os quais estão excluídos de apreciação judicial.

A emenda constitucional dizia, também, que “a organização e o funcionamento dos partidos políticos, de acordo com o disposto neste artigo, serão regulados em lei federal”. Com esta determinação estava aberto o caminho para o fim do bipartidarismo. E o **MDB** podia sentir-se, mais uma vez, com o dever cumprido. Com o fim do **AI-5**, importante passo acabava de ser dado para o fim da ditadura no país.

Fim do AI-5

Passados 15 anos do fim do A-5 e lembrando-nos daqueles tempos duros, veio-nos à memória o destemor e a bravura como muitos brasileiros enfrentaram a ditadura escancarada implantada por aquele arremedo de lei. O Golpe Militar de 1964, até o AI-5, causava certo constrangimento aos mantenedores do arbítrio, - aliança de militares com civis reacionários. O AI-5 representou o endurecimento do Regime e o maior controle dos militares do processo político. Foi um período de arbítrio e violência, com perseguição, cassações, prisões, mortes de políticos, sindicalistas, estudantes.

Todavia, era preciso resistir e, muitos, que antes se tinham tornado mais livres, o fizeram com enormes riscos, comprovados pelos que foram “pegos”. Foram anos de permanente desafio. Temos recordações de várias passagens dramáticas vividas por muitos patriotas inquebrantáveis. Em 1973, em pronunciamento da tribuna da Câmara Federal, afirmamos: “O **MDB** não troca, não barganha, porque o valor de suas teses é incomensurável. Seu único compromisso é com a pessoa humana e com a democracia. Não há qualquer possibilidade de entendimento com o governo, enquanto não tivermos eleições diretas gerais, o fim da sublegenda, do AI-5, do Decreto-Lei 477, da censura à imprensa etc.”

O **MDB** teve papel fundamental na luta do povo brasileiro pela conquista do Estado Democrático de Direito. Este é um crédito inafastável que o partido tem com esta nação. Crédito conquistado com o sacrifício, até da vida, de muitos de seus membros.

Em março de 1979 o general Figueiredo assumiu a Presidência da República, disposto a dar continuidade à distensão política proposta por seu antecessor, presidente Ernesto Geisel, no início de seu governo.

A reabertura da UNE

Maio de 1979 registraria a reabertura da UNE, depois de mais de 15 anos funcionando na clandestinidade, impedida que fora de atuar a partir de 1964 pelo arbítrio do Governo Militar. Com a realização do 31º Congresso, em Salvador, Bahia, marcado para o dia 29 de maio, os dirigentes da UNE queriam comemorar a volta da entidade à legalidade. Mas embora vivesse o Brasil um clima de “abertura política”, muitas ainda eram as limitações para uma atuação verdadeiramente livre.

Para garantir que o evento baiano se realizasse em clima de perfeita normalidade institucional, o **MDB**, através do deputado Jackson Barreto (MDB/SE), sugeriu ao Congresso Nacional que enviasse representantes oficiais ao evento:

(...) Nos dias 29 e 30 do corrente mês, na cidade de Salvador, Bahia, os estudantes brasileiros estarão reunidos para reconstruir a UNE, União Nacional dos Estudantes.

Falar a respeito da UNE significa falar na história do Brasil após a Revolução de 30. Pois foi nessa década, precisamente no ano de 1937, em defesa das liberdades públicas, que nasceu a UNE, tangida pela necessidade de organizar a nível nacional a luta dos estudantes brasileiros. De sua histórica fundação até a presente data, a UNE tem sido a grande escola organizada e expressão maior dos anseios estudantis, com longa participação na vida nacional. Sua participação em todos os episódios políticos do país prova a assertiva de nossas palavras: participação ativa na formação de uma consciência nacional a favor da entrada do Brasil, ao lado das forças democráticas, contra o nazi-fascismo, na II Guerra Mundial; a luta contra a ditadura do Estado Novo; a campanha do “O Petróleo é nosso”; da Siderúrgica Nacional; a luta pela reforma universitária; a luta pelo ensino gratuito; o seu Centro Popular de Cultura – CPC. Enfim, encontramos a UNE presente em toda a fase da história moderna do nosso país.

Com o Golpe de 1964, invadida pelas forças da reação, a UNE foi colocada na ilegalidade. Sua sede foi invadida e queimada, e a diretoria da UNE passou a viver escondida e os seus congressos reprimidos.

Diretores da UNE estão presos até hoje, alguns exilados injustamente, e outros desaparecidos, como é o caso do último presidente, Honestino Guimarães, aluno de Geologia da UnB.

O Governo Militar vem tentando apagar a todo custo sua presença na história do país. Mas a história de um povo não se apaga com perseguições, mortes e torturas.

Com o arbítrio espalhado nas universidades brasileiras, através dos decretos-leis

477 e 228, com expulsões em massa, mesmo assim a ditadura não conseguiu tirar da consciência do estudante brasileiro a necessidade de organizar-se nacionalmente.

E, decorridos 15 anos, a UNE continua forte e congregadora do pensamento estudantil nacional.

Agora, e com o seu avanço, os diversos segmentos da sociedade brasileira se organizam. O momento é dos estudantes, a hora é de reconstrução da UNE.

O que fazemos nós, do MDB, que pregamos a união de todas as forças contra a ditadura? Devemos ficar ausentes dos estudantes, ficar ausentes do Congresso da UNE? Não é posição correta. Cobramos e exigimos a presença oficial do MDB, como frente democrática das oposições brasileiras, ao lado dos estudantes, pela reconstrução da UNE.

Sr. presidente e srs. deputados, deixo aqui minha última palavra no sentido de que o projeto enviado à Câmara Federal extinguindo os decretos-leis 477 e 228 deveria trazer em seu bojo - e reivindicamos agora - a anistia total a todos os estudantes, vítimas do monstro jurídico 477, nascido da Ditadura, permitindo a conseqüente volta de todos os estudantes expulsos das universidades brasileiras ao seu antigo convívio.

Felicito, assim, os estudantes brasileiros pela realização do 31º Congresso Nacional da UNE.

Finalmente, leio o § 28, do art. 153, da Constituição:

"É assegurada a liberdade de associação para fins lícitos. Nenhuma associação poderá ser dissolvida senão em virtude de decisão judicial."²⁹

O presidente do Congresso Nacional recusou a sugestão para que o Legislativo se fizesse representar oficialmente no evento da UNE. Os deputados e senadores do MDB protestaram contra esta atitude. O deputado Walter Silva (RJ) foi incisivo:

É de se lamentar, analisando o mérito, que esta Casa se faça representar em exposições agropecuárias, em reuniões dos mais diferentes tipos, em aniversários de municípios e não aceite um convite assinado por entidades legais dos estudantes brasileiros para um congresso que desfruta, hoje, o apreço e o respeito de toda a comunidade nacional, um congresso para o qual o governador da Bahia cedeu o Centro de Convenções, um congresso para o qual a imprensa chega a dizer que a Região Militar estudava a possibilidade de ceder colchões para alojar os estudantes. Todos os segmentos, todos os setores da vida pública nacional estão aceitando este congresso e procurando prestigiá-lo. Apenas o Parlamento Nacional, pela sua direção, o Parlamento, como Casa - porque individualmente muitos parlamentares estarão lá, - não se representa.

Deploramos, sr. presidente, em nome da Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, a decisão adotada pela presidência, embora, é claro, regimentalmente a acatemos e a respeitemos.

E continuou manifestando estranheza pela atitude do presidente do Congresso:

A Liderança do meu partido, pela palavra do líder João Gilberto, já externou a sua decepção e estranheza pelo fato de a Câmara dos Deputados, como instituição representativa de um dos poderes da República, não se fazer representar no congresso dos estudantes brasileiros que procuram reorganizar a União Nacional dos Estudantes, sobretudo quando, há pouco mais de uma semana, o governo, através de um comunicado oficial, reconheceu a existência da Organização para a Libertação da Palestina que se prepara, inclusive, para instalar aqui seu escritório. Então, realmente, é estranhável que um movimento de brasileiros, de estudantes nacionais não tenha o apoio, o respaldo do governo, e uma organização estrangeira, que sabidamente se tem dedicado a atos até de terrorismo para conseguir os seus objetivos, obtenha do governo autorização para aqui funcionar. Não é que tenhamos alguma coisa contra a OLP; pelo contrário, até admiramos sua luta para se constituir um Estado. O que estranhamos é que o governo não tenha a mesma atenção, o mesmo carinho e o mesmo cuidado para com a UNE. De qualquer sorte, o Movimento Democrático Brasileiro tem emprestado todo o apoio à reorganização dos estudantes brasileiros, e eu quero, neste momento, reiterar esse apoio e dizer que, se a Casa, se a Câmara dos Deputados se recusa a se fazer representar naquele congresso, o MDB, como partido, estará presente por uma parcela ponderável dos seus integrantes que acudiram em tempo ao chamamento dos estudantes brasileiros, que querem apenas se organizar e participar ativamente da vida política nacional. ³⁰

O retorno da UNE à legalidade foi um ato extremamente simbólico para o **MDB** que, durante o período duro do Regime Militar, acolheu em seu seio não só os estudantes, mas todos os brasileiros perseguidos e violentados pelo sistema instaurado no país. Por isso, a fala do deputado Marcelo Cerqueira (MDB/RJ), no dia 1º de junho de 1979, ao mesmo tempo em que saúda o passo dado em direção à liberdade, adverte os governantes brasileiros de que esses ainda são tímidos passos; e de que o **MDB** continuará sua luta, sem descanso, até alcançar a plenitude democrática. O pronunciamento do deputado Marcelo Cerqueira é uma verdadeira profissão de fé do MDB na coragem e na rebeldia cidadãos:

(...) Somente a organização livre da sociedade brasileira e a efetiva participação popular poderão superar o regime de arbítrio, operar a transição para um Estado de Direito democrático e mantê-lo.

As classes dominantes brasileiras sempre foram extremamente hostis a qualquer forma de organização popular, extremamente intolerantes a tudo o que se refira ao povo.

Seus últimos governos, os governos saídos da sedição de 1964, foram os mais regressivos no campo social e, por isso mesmo, os mais repressivos no campo político. A questão social deixou de ser um caso de polícia e passou a ser uma questão de guerra interna a violência generalizada contra a população civil.

Além dos trabalhadores, vítimas institucionais das ditaduras, os estudantes pagaram também um enorme preço por sua rebeldia ao autoritarismo.

A UNE foi incendiada pelos golpistas, as organizações estudantis arrasadas, seus líderes perseguidos, assassinados, torturados, banidos, presos.

Mas a história das perseguições às organizações populares é a história também da resistência, da reconstrução, da rebeldia, da organização.

E, agora, em Salvador, os estudantes reconstruíram a UNE.

Valeu a pena ver. Os estudantes universitários de todo o país marcaram encontro na cidade do Salvador. Marcaram encontro com a liberdade. Marcaram encontro com a União Nacional dos Estudantes.

Na abertura do congresso, além dos pronunciamentos dos dirigentes estudantis, ouvimos a palavra dos ex-presidentes da UNE, José Serra e Vinícius Caldeira Brant, que falaram pela minha geração, que falaram por Aldo Arantes, ainda preso em São Paulo, cumprindo pena imposta pela exceção e pelo arbítrio, cumprindo pena por defender a liberdade, por manter inalterados os seus compromissos com o povo, compromissos que assumiu quando presidia a UNE. O senador Marcos Freire e o líder Freitas Nobre falaram pelo MDB e pelos compromissos do partido com a democracia e o apoio à UNE.

Diversos outros setores da sociedade civil estiveram presentes ou mandaram mensagens de apoio. Fui portador de mensagem de apoio do Movimento Feminino pela Anistia do Rio de Janeiro.

As classes dominantes e os governos discricionários se irritam quando o povo se reúne, quando se reúnem os estudantes. É tal a distância social entre as elites e as massas que tudo que estas fazem é considerado baderna, confusão, agitação. As elites têm horror ao povo. Um congresso de banqueiros faz um mal terrível aos despossuídos, mas evidentemente, sua classe, que está no poder, considera perfeitamente normal a exploração. As empresas multinacionais exploram o país e a população, mas suas reuniões são saudadas, são oferecidas mordomias. Lá sobra o que falta na mesa do povo.

O autoritarismo procurou confundir a opinião pública remetendo-nos mensagem

de lei que extinguiu o 477 e o 228. Mandou-nos um projeto de lei que se pretende bom para o passado e ruim para o futuro.

E enviou o projeto porque não precisa mais daquelas leis. É que os objetivos delas já foram alcançados. É que elas não vieram apenas para punir estudantes e professores, embora, como todas as leis de exceção, sejam punitivas e repressivas. Objetivavam implementar o malsinado acordo MEC-USAID, cassar a autonomia universitária; colocar acima do poder da universidade o poder dos órgãos de repressão e informações, seus agentes como reitores. Ali fizeram o mesmo que em toda a sociedade. A intervenção na sociedade. A intervenção nos sindicatos – de empregados, bem entendido, porque não se tem notícia de intervenção em sindicato patronal – nas entidades culturais e de representação; na universidade, seu poder, seus órgãos colegiados, nas organizações estudantis. E o projeto que o governo envia é iníquo. O governo, na verdade, nos pede uma lei delegada – delegação de poderes ao Ministério da Educação para legislar (sic) sobre a matéria. O projeto é mais uma demonstração de que o autoritarismo não confia sequer em sua maioria. De que o autoritarismo quer persistentemente humilhar o Congresso, que não o reconhece como poder. O projeto exclui a representação estudantil fora do campus, o que exclui as UEE's e a UNE – com o que o MDB não concorda. E exclui porque elas irão lutar exatamente pela autonomia universitária, contra o ensino pago, por uma universidade voltada para o estudo das questões nacionais, pela liberdade de ensinar e aprender. Por uma Universidade democrática, discutidora, sem verdades impostas. Uma Universidade que aprenda o saber do seu tempo e faça o saber avançar. Que domine a tecnologia, que não queremos importada – porque a tecnologia importada é a caixa preta do autoritarismo.

E a UNE é isso. A UNE incomoda. Como incomodou no passado os nazi-fascistas e seus aliados internos. Como incomodou os que não queriam o monopólio do petróleo. Como incomodou os autoritários de todos os tempos – os inimigos da democracia, da cultura, do ensino livre, os inimigos do país.

E a tarefa da UNE é enorme hoje. Representar não mais os 120 mil estudantes de minha geração, mas os quase dois milhões de universitários de uma geração que viveu quase toda a sua vida sob o peso de um governo extremamente autoritário. É uma tarefa difícil a de não representar correntes do seu interior, mas representar o conjunto dos estudantes universitários. A tarefa de representar a unidade do movimento estudantil e a sua articulação com a sociedade.

Antigo dirigente da UNE e reconhecendo as dificuldades do movimento hoje, o peso de 15 anos sem prática democrática, confio em que a geração que dirigirá a nossa UNE o fará, afinal, sem sectarismos, sem acoçamentos, sem exclusivismos, porque a UNE somos todos nós, porque a UNE é a nossa voz. Porque a UNE é patrimônio de todo o povo brasileiro, de suas lutas democráticas e populares. E convém lembrar o que dizem os estudantes da PUC do Rio de Janeiro: "é melhor dar um passo com mil do que mil passos com um".

Confio na reconstrução da UNE porque confio na sua unidade. ³¹

Última Executiva do MDB

Bem no fim dos anos 70, no dia 4 de novembro de 1979, o **MDB** elegeu seu último Diretório Nacional e sua última Comissão Executiva, que lideraria o partido até 6 de novembro de 1980. Com a presença de 453 convenionais, a **VI Convenção Nacional** aprovou a 5ª Comissão Executiva do partido, novamente presidida pelo deputado Ulysses Guimarães, tendo como vice-presidentes os senadores Teotônio Vilela e Tancredo Neves e o deputado Alencar Furtado.

Padre expulso: "o Supremo titubeou"

Estávamos em 1980 e, embora já se respirasse algum ar de liberdade, as arbitrariedades do Regime Militar continuavam. O **PMDB**, como antes o **MDB**, não permitia que passasse em branco qualquer violência aos direitos humanos.

Assim foi quando da expulsão do país, do padre italiano Vito Miracapillo, deportado porque vinha irritando as autoridades de Pernambuco por ações "contrárias ao interesse nacional".

O partido, por muitos de seus membros, protestou da tribuna do Parlamento e por todos os meios possíveis, repudiando mais aquela arbitrariedade.

No dia 31 de outubro de 1980, manifestamos na Câmara Federal o nosso desacordo com aquela expulsão, afirmando, com a significativa comparação:

"Havia no Tribunal, ao cair dos votos que denegavam o habeas-corpus, a impressão trágica de um naufrágio, contemplado a algumas braças da praia, sem esperança de salvamento; de uma grande calamidade pública que se consumasse sem remédio, aos nossos olhos de uma sentença de morte sem apelo, que ouvíssemos pronunciar contra a Pátria; do bater fúnebre do martelo, pregando entre as quatro tábuas de um esquite a esperança republicana".

Assim se expressou Rui Barbosa, ao ver denegado o hábeas-corpus que impetrara em favor de presos políticos, por arbitrariedade de Floriano, há quase um século, já nos primórdios da República'.

E, continuamos: O renomado Professor Arnold Wald passou para a história este triste episódio, da seguinte maneira:

"Naquele dia sombrio para a nacionalidade, de nada serviu o habeas-corpus, por

não poder garantir a liberdade individual diante da hesitação do Supremo Tribunal Federal que vacilava em reconhecer a sua competência para julgar da legalidade dos atos de Executivo..." E concluiu enfático: "O Supremo titubeou".³²

“Pior, ainda,” afirmávamos, “foi a decisão do Supremo Tribunal Federal, ao denegar o *habeas-corpus* impetrado contra a expulsão do Padre Vito Miracapillo. Nosso protesto prosseguia:

“É preciso observar, e com ênfase, que não se expulsou um estrangeiro comum, um cidadão qualquer, muito menos alguém que estivesse com atuação político-partidária. A expulsão foi de um padre da Igreja Católica que, no exercício do sacerdócio, na função pastoral da Igreja, cuidou de problemas sociais, exclusivamente sociais. Admitiu miséria e pobreza, testemunhou a hipocrisia e o farisaísmo, e pediu reflexão”.

E terminávamos o pronunciamento de forma contundente:

“Inverteu-se a passagem bíblica. Ao invés do padre expulsar, foi ele expulso pelos vendilhões do templo”.

Notas

¹ O quadro abaixo mostra a evolução da bancada do MDB na Câmara dos Deputados, de 1966 a 1978:

| PARTIDO | 1966 | 1970 | 1974 | 1978 |
|--------------|------|------|------|------|
| ARENA | 67,7 | 71,9 | 55,8 | 55,0 |
| MDB | 32,3 | 28,1 | 44,2 | 45,0 |
| TOTAL (=100) | 409 | 310 | 364 | 420 |

² Nas eleições de 1974 o MDB elegeu 355 deputados estaduais, 160 deputados federais e 16 senadores. Nas Assembleias Legislativas de seis estados, o MDB fez maioria de deputados.

³ O Ministro do Exército Silvío Couto Coelho da Frota foi exonerado no dia 12 de outubro de 1977. Pretendo candidato à Presidência da República nas eleições seguintes, sua exoneração influiu na sucessão de Geisel.

- ⁴ NETO, Casimiro. A construção da Democracia. Pág. 554-5
- ⁵ SIDOW, Evanize e FERRI, Marilda. Dom Paulo Evaristo Ams: um homem amado e perseguido. Petrópolis, Vozes, 1999.
- ⁶ Oscar Pedroso Horta, advogado paulista, havia sido secretário de Justiça do Estado de São Paulo, ministro da Justiça de Jânio e filiou-se ao MDB assim que ele foi criado. Em 1966 foi eleito deputado federal por São Paulo, tendo se destacado por sua luta em favor do retorno da democracia ao país. Político habilidoso, foi um dos principais responsáveis pela harmonização das relações das alas radical e moderada do partido, sendo um dos líderes do "Grupo dos Autênticos do MDB". Reeleito em 1979, foi líder do partido na Câmara Federal. Em maio de 1972 sofreu uma isquemia cerebral e licenciou-se. Faleceu em São Paulo, no dia 16 de novembro de 1975.
- ⁷ Cf. publicação da Fundação Ulysses Guimarães.
- ⁸ Cf. publicação da Fundação Ulysses Guimarães
- ⁹ A Lei nº 6339 recebeu a denominação de Lei Falcão por atribuírem sua inspiração ao ministro da Justiça do Governo Geisel, Armando Falcão.
- ¹⁰ As alterações na legislação eleitoral feitas pela Ditadura surtiram efeito nas eleições parlamentares de 1978, quando o governo obteve a maioria das cadeiras. Embora tivesse conseguido mais de 50% dos votos, o MDB representava apenas um terço do Senado, uma vez que seu sucesso se concentrou nas regiões Sul e Sudeste.
- ¹¹ A vinda de Teotônio para o partido não havia causado surpresas, já que nos últimos anos o senador vinha votando sistematicamente com a oposição em todas as matérias. Mas seria com ele no MDB, visitando os presididos, percorrendo o país, que a luta a favor da anistia e dos presos políticos ganharia um novo patamar nas pressões populares pela abertura.
- ¹² Esta "Nota do MDB à Nação" foi publicada em 07 de abril de 1976 e assinada pelo presidente do Diretório Nacional do partido, Ulysses Guimarães.
- ¹³ Em 1º de abril o presidente da República expediu o Ato Complementar nº 102, que colocou o Congresso Nacional em recesso.
- ¹⁴ Em 14 de abril foram promulgadas duas emendas constitucionais e sancionados vários decretos-leis. Nas considerações para a adoção das autoritárias medidas, o governo se justificava alegando que "decretado o recesso parlamentar, o Executivo Federal é autorizado a legislar sobre toda as matérias, como preceitua o citado dispositivo do AI-5". A EC nº 7 promove ampla reforma do Poder Judiciário. E a EC nº 8 instituiu a figura do "senador biônico", a eleição indireta para governador e a prorrogação do mandato presidencial de quatro para seis anos.
- ¹⁵ A partir dessa data, as bancadas estaduais na Câmara Federal não podiam ter mais do que 55 deputados ou menos que seis. Com isso, os estados do norte e nordeste, menos populosos, mas controlados pela ARENA, garantiram uma boa representação governista no Congresso, contrabalançando as bancadas do sul e sudeste, onde a oposição é mais expressiva.
- ¹⁶ FURTADO, José Alencar. Salgando a terra. Págs. 116-124
- ¹⁷ DDN2, 16 de abril de 1977, pág.742.
- ¹⁸ Tarcísio Delgado exercia o 1º de três mandatos de deputado federal e compunha a Comissão Mista para Apreciação do Orçamento para 1978, por indicação do MDB.
- ¹⁹ "Livro Branco do MDB contra as Reformas" Coleção Alberto Pasqualini, volume XIII. Diretório Nacional do Movimento Democrático Brasileiro. Brasília, 1977.
- ²⁰ Barthélemy, "La Compétence dans la démocratie"
- ²¹ O documento da mobilização nacional "Resistência Democrática" foi assinado no dia 19 de maio de 1977 pelo presidente do MDB Ulysses Guimarães, pelo secretário geral Thales Ramalho, pelo presidente do Diretório Nacional Alceu Collares e pelo seu secretário, deputado Sérgio Murilo.
- ²² ALENCAR FURTADO, José. Salgando a Terra. Ed. Paz e Terra. Págs. 125-128.
- ²³ Perfis Parlamentares. Ulysses Guimarães
- ²⁴ A candidatura do general Euler Bentes Monteiro foi articulada por um grupo de militares dissidentes do governo, que não aceitavam a indicação do general Figueiredo para a sucessão de Geisel. Essa candidatura, lançada a princípio pela Frente Nacional de Redemocratização, acabou recebendo o apoio do MDB, que a aprovou oficialmente em sua convenção nacional de 28 de agosto de 1978.
- ²⁵ Jurista gaúcho, Paulo Brossard nasceu em Bagé, RS, em 1924. Professor, advogado, agropecuarista e jornalista, foi secretário do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul e ministro de Estado da Justiça. Exerceu mandatos de deputado estadual, de deputado federal e de senador.
- ²⁶ Cf. citação em NETO, Casimiro. A construção da democracia, pág. 568.
- ²⁷ O Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo nasceu no Rio de Janeiro, em 1919. Foi o quinto e último presidente militar do Golpe de 1964. No Governo Jânio Quadros foi secretário geral do Conselho de Segurança Nacional. Nos governos militares ocupou vários postos: foi chefe da agência do Serviço Nacional de Informações - SNI-, comandante da Força Pública de São Paulo, comandante do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas e chefe do Estado Maior do 3º Exército. No Governo Médici atuou como chefe do Gabinete Militar e na gestão de Geisel tornou-se ministro chefe do SNI. Em 1977 foi promovido a general de Exército. Assumiu a Presidência da República no dia 15 de março de 1979 e governou até março de 1985. Figueiredo faleceu no Rio de Janeiro, em 24 de dezembro de 1999.
- ²⁸ Antônio Aureliano Chaves de Mendonça nasceu em Três Pontas, MG, em 1929. Engenheiro eletromecânico, elegeu-se deputado federal em 1966. Na condição de presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara, aproximou-se do general Ernesto Geisel, presidente da Petrobrás à época. Por indicação de Geisel foi eleito em 1974 governador de Minas Gerais. Foi também com o apoio de Geisel que Aureliano Chaves integrou, como vice, a chapa do general João Batista de Oliveira Figueiredo à Presidência da República, em 1978, tendo assumido a Presidência por 49 dias, substituindo Figueiredo que havia sofrido um infarto. No Governo Samey foi ministro das Minas e Energia. No processo de sucessão presidencial de Figueiredo, participou da criação da "Frente Liberal", apoiando Tancredo Neves. Conhecido por suas

propostas nacionalistas, defendeu em 1993 a manutenção do monopólio da Petrobrás e foi um dos grandes incentivadores do Pró-Álcool.

²⁹ DCN, 26 de maio de 1979. Pág. 4625-6.

³⁰ DCN, 29 maio 1979. Pág. 4730.

³¹ DCN (Seção 1), 1º junho de 1979. Pág. 4968.

³² WALD, Arnold. Do Mandado de Segurança na Prática Judiciária Ed. Forense - Rio de Janeiro , 1968.

A campanha pela anistia

Capítulo 5

Uma década de AI-5 é muita violência para um povo tão generoso. Chegávamos ao ano de 1979 e, com ele, aproximava-se o fim das punições arbitrárias, que haviam jogado muitos patriotas nas prisões e no exílio e cassado os direitos políticos, pelo prazo de dez anos, de tantos brasileiros. Não havia mais como represar a incontida vontade nacional pelo repatriamento dos irmãos comprometidos com a história do país, impedidos de participar da vida nacional pela força bruta da ditadura.

No decorrer dos anos 70, o Governo Militar, embora anunciasse o processo de abertura política, ainda utilizou expedientes grosseiros na tentativa de mudar as “regras do jogo” e constituir maioria no Congresso, sem voto e sem aprovação popular. O fim da década foi, assim, um período híbrido: conviviam, ao mesmo tempo, ações de abertura - pela inevitabilidade do processo - e atos do arbítrio nos estertores da ditadura.

Com o MDB nasce a luta pela anistia

A luta para que fosse concedida anistia a todos os brasileiros que haviam sofrido punições no pós 64 teve seu início logo após o nascimento do **MDB**. O partido, que surgia disposto a resistir e a protestar contra todas as arbitrariedades, já havia desfraldado formalmente esta bandeira desde fevereiro de 1967, no “*Documento de Definição Política*”, lançado ao fim de sua **III Convenção Nacional**, onde proclamava:

O MDB lutará pela mudança no estilo da ação política:

A - Através da pacificação da família brasileira, mediante anistia ampla e total a

favor de todos os civis e militares atingidos pelos atos de exceção e de arbítrio, praticados a partir de 1º de abril de 1964. ¹

Nos meses e anos seguintes, o **MDB** não se cansaria de enfrentar o autoritarismo e de exigir anistia ampla, geral e irrestrita a todos os punidos pelo Golpe de 1964. Em maio de 1967, por exemplo, em pronunciamento no plenário da Câmara, o deputado Aldo Fagundes (MDB/RS) já desafiava o presidente Costa e Silva a demonstrar sua real intenção de caminhar no sentido da redemocratização, concedendo anistia a quantos foram punidos pelo Golpe Militar, sem que tivessem o direito elementar da defesa.

1968: o primeiro projeto de anistia

Em 24 de maio de 1968, a luta pela anistia, iniciada e liderada pelo MDB, havia dado um significativo passo com a apresentação, pelo deputado *emedebista* Paulo Macarini (SC), do PL n° 1.346/68, que concedia “anistia, em todo o território nacional, aos estudantes e trabalhadores envolvidos nos acontecimentos que se sucederam à morte de Edson Luiz de Lima Souto”. Em sua justificativa, o deputado afirmava:

O justo protesto contra o barbarismo praticado desencadeou no país uma série de prisões indiscriminadas, de abertura de processos militares e de outras arbitrariedades que, em última análise, de nada contribuem para o preparo intelectual e político dos futuros dirigentes do país. ²

Esse PL foi levado à votação em Plenário no dia 21 de agosto, e o relator do Projeto, deputado Mário Covas (MDB/SP), líder do partido na época, em seu encaminhamento, ponderou:

(...) Sei, senhor presidente, que é muito difícil termos um Congresso livre num país em que o povo não é livre, em que o povo é escravo, em que o povo ainda não alcançou a sua emancipação. Sei disso, senhor presidente, mas tenho a convicção, tenho a certeza de que dia virá em que esse povo se libertará e, nesse dia, essas instituições, entre as quais se insere o Congresso Nacional, hão de projetar esta liberdade em cada uma de suas manifestações. Neste instante, senhor presidente, quero, com humildade, mas com absoluta sinceridade, firmar meu compromisso,

perante a História, com esse futuro: no dia em que este povo se emancipar, hei de juntar a minha voz, esteja eu onde estiver, num apelo pela anistia aos que hoje oprimem este país. ³

Apesar dos esforços do **MDB**, o projeto de lei foi rejeitado, pois a **ARENA** tinha a maioria de votos no Congresso Nacional. Revoltados, parlamentares do partido protestaram no plenário da Câmara. O deputado federal Edgard de Godói da Matta Machado (MG), em pronunciamento no dia 21 de agosto de 1968, classificou como “sonho de libertação desfeito” a re-provação da Lei da Anistia.

Vencido na votação em Plenário, nem por isso o **MDB** deixou de lutar diuturnamente, brava e incansavelmente, para que se alcançasse a anistia ampla, geral e irrestrita. Parlamentares revezavam-se no Plenário denunciando os horrores da Ditadura, o arbítrio do Regime Militar contra cidadãos, e apresentando projetos de leis que concediam anistia a pessoas, a grupos de brasileiros punidos pela Ditadura, e aos ex-presidentes da República que tiveram os direitos políticos suspensos ou cassados.

Em 1972, ano do Sesquicentenário da independência do Brasil, às vésperas do dia 7 de Setembro, o deputado Marcos Freire (/PE) apelou ao presidente da República no sentido de que, no interesse da pátria brasileira, tomasse a iniciativa da anistia política. Poucos dias depois, o deputado Fernando Lyra (PE) fez idêntica invocação.

Durante toda a década de 70 os deputados e senadores do **MDB** mantiveram viva, no Congresso Nacional, a luta pela anistia. Revezavam-se na tribuna os deputados Joel Ferreira (AM), Santilli Sobrinho (SP), Marcos Freire (PE), Walter Silva (RJ), Jerônimo Santana (RO), Júlio Viveiros (PA), JG de Araújo Jorge (GB), Fernando Lyra (PE), Antônio Bressolin (RS), Fernando Gama (PR), Peixoto Filho (RJ), Fernando Cunha (GO), Lysâneas Maciel (/RJ), Florim Coutinho (GB), César Nascimento (SC), Aldo Fagundes (RS), Jaison Barreto (SC), Magnus Guimarães (RS), Jorge Uequed (RS), José Mandellim (RS), João Menezes (PA), Lauro Rodrigues (RS), Adhemar Santillo (GO), João Gilberto (RS), Octacílio Queiroz (PB), Oswaldo Lima (RJ), Tarcísio Delgado (MG), João Cunha (SP), Genival Tourinho (MG), Israel Dias Novaes (SP), Léo Simões (GB), Fernando Coelho (PE), Erasmo Martins Pedro (RJ), Pedro Faria (RJ), Mário Frota (AM), Humberto Lucena (PB), Emanuel Waisman (RJ), Sérgio Murilo (PE), José

Richa (PR), Oswaldo Lima Filho (PE), Martins Rodrigues (CE), Gastone Righi (SP), Jamil Amiden (GB), Gamaliel Galvão (PR), Nóide Cerqueira (BA), Odacir Klein (RS), Freitas Nobre (SP), Octávio Torrecilla (SP), Samuel Rodrigues (PR), Frederico Brandão (SP), Paulo Marques (PR), Joaquim Bevilacqua (SP), Antônio Moraes (CE), Airton Soares (SP), Ernesto de Marco (SC), Aurélio Peres (SP), Amadeu Geara (PR), Luiz Cechinel (SC), Júnia Marise (MG), Audálio Dantas (SP), Eloy Lenzi (RS), Maurício Fruet (PR), Cardoso Fregapani (RS), Ronan Tito (MG), Valter Pereira (MS), Cristina Tavares (PE), Henrique Eduardo Alves (RN), Modesto da Silveira (RJ), Samir Achôa (SP), Roseburgo Romano (MG), Eloar Guazzelli (RS), Celso Peçanha (RJ), Jackson Barreto (SE), José Freire (GO), Elquisson Soares (BA), Del Bosco Amaral (SP), Luiz Baptista (ES).

Na década de 70, os deputados do MDB, só na Câmara, fizeram mais de 600 pronunciamentos tendo como tema a anistia.

O aumento brutal da violência contra os opositores a partir da edição do AI-5, em 1968 e que se perpetuou por toda a década de 70, só fez encorajar os *emedebistas* e a sociedade brasileira a enfrentarem o arbítrio e dar um definitivo grito de “basta” aos horrores do Regime Militar.

Sociedade civil também pede anistia

Ao lado do **MDB**, que institucionalmente representava a oposição, e que em seu cotidiano parlamentar enfrentava a ditadura, começaram a surgir, na década de 70, movimentos da sociedade civil a favor da anistia, todos com a participação ativa e o apoio incondicional do partido.

As mortes do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho haviam chocado profundamente a nação e desencadearam ampla mobilização social contra os horrores praticados pelo governo. As prisões estavam abarrotadas de presos políticos, cidadãos honestos e parlamentares viam seus direitos políticos cassados. Opositores do regime desapareciam, a imprensa era censurada.

Historiadores consideram que a Campanha pela Anistia foi o primeiro movimento popular a nível nacional e unificado contra a ditadura militar, e constituiu, por isso mesmo, a “maior frente política de caráter progressista da história brasileira”.

As mulheres - esposas, companheiras, irmãs, filhas e mães dos perseguidos políticos foram as primeiras, na sociedade civil, a se organizarem e a pedir a anistia. Em 1975, criaram o Movimento Feminino Pela Anistia – MFPA. Em 1976, durante a 28ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC - realizada em Brasília, cientistas e intelectuais brasileiros lançaram manifestos exigindo a anistia. Ainda em 1977, a famosa “Carta aos Brasileiros”, lida por Goffredo da Silva Telles sob as arcadas da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, pedia de forma contundente a volta ao Estado de Direito no país.

Comitê Brasileiro de Anistia

A movimentação para a formação do Comitê Brasileiro de Anistia - CBA começou nos primeiros dias de 1978. No dia 14 de fevereiro, o CBA foi criado no Rio de Janeiro e, em maio, em São Paulo. A partir daí, CBAs foram abertos em todos os estados brasileiros. Esses comitês, formados por intelectuais, personalidades, jornalistas, artistas, estudantes, sindicalistas, enfim, cidadãos e entidades da sociedade civil, contaram com a militância decisiva dos políticos do **MDB** e dos familiares dos perseguidos pela Ditadura. Nos países em que viviam exilados políticos, também foram formados comitês a favor da anistia. O movimento se espalharia por todo o país, levando o clamor de liberdade da população além das fronteiras nacionais: em março de 1978, quando da visita do presidente dos EUA Jimmy Carter ao Brasil, os familiares dos perseguidos políticos entregaram-lhe documento denunciando a violação dos direitos humanos no país.

O “Encontro dos Movimentos de Anistia”, realizado em Salvador em maio de 1978, foi a primeira manifestação popular de âmbito nacional a exigir a anistia. A “Carta de Salvador”, divulgada após o evento, dizia:

As entidades que hoje pugnam pela ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA para todos os presos e perseguidos políticos, vêm conclamar os brasileiros de todos os quadrantes e de todas as origens sociais para se incorporarem a essa luta.

Lutamos por ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA por entendermos ser esta a única forma conseqüente de anistia, pois atende aos interesses de todos os setores e camadas sociais na luta por liberdades democráticas. A colocação destes adjetivos é fundamental, uma vez que cada um deles tem um significado específico.

A Anistia deve ser AMPLA - para todos os atos de manifestação de oposição ao Regime; GERAL - para todas as vítimas dos atos de exceção e IRRESTIRITA - sem discriminações e exceções. Neste sentido, assumimos esta bandeira, por ser ela a única que não discrimina ninguém e que devolve ao cidadão todos os seus direitos, sem limitações de qualquer espécie.

Não se justificam as propostas de anistia parciais ou limitadas, que discriminem, inclusive, os que na luta armada contra o Regime participaram de movimentos armados, pois todos foram punidos pela força de atos e leis ilegítimos, eis que contrários à vontade popular. Por outro lado, a anistia pela qual lutamos só será efetivamente garantida com o fim do aparelho repressivo oficial ou autônomo, que desrespeita cotidianamente os direitos humanos e até a própria legislação em vigor, praticando seqüestros, torturas e assassinatos de acusados por crimes políticos, ou comuns. E que está presente, tentando obstaculizar, diariamente, as lutas do movimento popular e democrático.

Entendemos, ainda, que a conquista da anistia não pode vir só. Ela exige a eliminação dos atos e leis de exceção, o estabelecimento das leis e mecanismos de livre representação e participação popular, além do fim radical e absoluto das torturas, bem como a responsabilização criminal dos que a praticam. Caso contrário, ficar-se-á à mercê do arbítrio da minoria no poder, que legisla e ordena a sociedade em função de seus interesses.

É então, neste sentido, que esta luta beneficia não apenas aqueles que foram diretamente punidos, mas a grande maioria do povo brasileiro, impedido hoje de participar ativamente da vida política e econômica do país, pelos atos e leis de exceção, particularmente o Ato Institucional nº 5.

Reafirmamos que anistia não é uma dádiva, mas sim uma conquista a ser feita por todos os brasileiros.

1. ANISTIA E LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

A luta pela anistia é necessária e imprescindível para a obtenção de uma conquista maior: as liberdades democráticas.

Estamos convencidos que todos os elementos básicos que dão justeza à luta pela anistia estão colocados no momento político atual e já integram a consciência democrática de nosso povo.

A luta pela anistia se vincula, desde logo, com as lutas de todo o povo brasileiro por melhores condições de vida e de trabalho, por melhores salários, contra o aumento do custo de vida, por melhores condições de alimentação, habitação, transporte, educação, saúde e pela posse da terra para os que nela trabalham.

Nestes anos todos, o sofrimento dos presos políticos foi também o dos trabalhadores da cidade - desde a intervenção nos sindicatos ao arrocho salarial; dos trabalhadores do campo - desde a expulsão de suas terras à repressão brutal em favor do latifúndio; dos estudantes - desde a dissolução de suas organizações representati-

vas às invasões da Universidade.

Prepotentemente, o Regime cassou mandatos legislativos, censurou a imprensa, rádio, televisão, cinema, teatro e música. Extinguiu partidos políticos. Fechou o Congresso várias vezes. Impôs o silêncio a todos.

Pois bem. A sucessão interminável de arbitrariedades e violências feriu a dignidade e desafia a fibra do povo brasileiro. A sociedade brasileira está disposta a não tolerar mais a desumana repressão que se abateu sobre o país, nos últimos 14 anos.

Por isso estamos lutando pela anistia. Imediatamente. E afirmamos a urgente necessidade da mais ampla liberdade de palavra, de imprensa, de expressão cultural e artística e de manifestação de pensamento.

Por isso estamos lutando pela anistia. Imediatamente. E afirmamos o direito de todos à inalienável liberdade de associação e de reunião, defendendo a livre organização dos trabalhadores em seus sindicatos, e em seus locais de trabalho e residência. E proclamamos como justo o direito de greve.

Por isso estamos lutando pela anistia. Imediatamente. E afirmamos como justa e legítima toda a atividade política pela qual os amplos setores da população possam expressar seus interesses, apresentar suas propostas ao conjunto da sociedade, e assim, participar do processo político da nação brasileira e, nesse sentido, defendemos a mais ampla liberdade de organização de todos os partidos políticos.

2. ANISTIA E REFORMAS POLÍTICAS

É parte da luta pelas liberdades democráticas, no Brasil de hoje, e, portanto, dos organismos que lutam pela ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA, a denúncia das reformas constitucionais enviadas pelo governo para aprovação do Congresso. As reformas propostas têm uma mesma base e objetivo - a negação da soberania popular, a perpetuação do arbítrio governamental, a manutenção da grande maioria da população na condição de marginalização política.

Presidentes escolhidos pelos antecessores e eleitos indiretamente. Governadores e senadores biônicos eleitos por colégios eleitorais fabricados sob medida, para garantir vitórias governamentais nos locais onde a oposição é majoritária. Campanhas eleitorais subordinadas à Lei Falcão. Sindicatos sujeitos à antiga legislação corporativa e intervencionista que o governante pode agravar por decreto. Que considera crime a solidariedade e a greve dos trabalhadores.

Manutenção de milhares de exilados, cassados, banidos, reformados, aposentados e presos políticos - afastados da plena cidadania porque, algum dia, agiram ou foram considerados como obstáculos ao Regime.

As reformas contemplam a criação de novos partidos políticos. Mas, como de costume, formados de cima para baixo e cerceando a organização de partidos que reflitam expressivas correntes políticas, ideológicas e econômicas, além de impedir que os trabalhadores tenham suas efetivas organizações políticas atuando de maneira legal e independente.

Estas reformas procuram eternizar um presente que não tem o apoio e nem corresponde aos interesses da nação. Na prática não mudam realmente nada. Mas, paradoxalmente, registram uma mudança.

Diante da crise econômica, do aumento da insatisfação, da retomada das mobilizações e reivindicações populares, o Regime é compelido a mudar. E, diante da reivindicação ampla da sociedade civil por liberdade e democracia, passou a falar em democracia, mas "relativa"; em liberdade, mas tutelada e vigiada.

Institui-se "o *habeas corpus*" aos presos políticos, mas se garante prazo de incomunicabilidade suficiente para "investigações"... e arbitrariedades; devolvem-se as garantias da magistratura, mas se as limitam em lei. Promete-se extinguir o Ato Institucional nº 5, mas não sem antes criar "estados" e "medidas" de emergência subordinadas aos critérios do Executivo. Extingue-se o poder do Executivo cassar mandatos legislativos e a proibição perpétua dos cassados pelas leis de exceção de atuarem politicamente, mas continuariam vigorando até o fim, as "penas" aplicadas aos que, um dia e em nome do povo, se referiram, no dizer de Alencar Furtado, "às viúvas do quem sabe e do talvez".

Os Movimentos pela Anistia denunciam as reformas propostas. Reformas que nem consideram a anistia, quando sabemos que a ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA é condição imprescindível para superar a divisão criada, pelo arbítrio e exceção, entre os brasileiros.

Reformas que representam um esforço diversionista em relação aos fundamentais interesses políticos e sociais do país.

Os Movimentos pela Anistia denunciam as reformas pelo que elas verdadeiramente são: o esforço para institucionalizar o arbítrio, marginalizar os setores populares e eternizar o grupo governante no poder.

3. A TAREFA FUNDAMENTAL

A conquista da anistia depende, fundamentalmente, da transformação de sua luta em movimento de massas, que a amplie para todas as regiões e grupos sociais. É esse compromisso-meta que, solenemente, os Movimentos pela Anistia assumem perante à nação, certos de que, sem odiar e sem esquecer, mas decididamente, inapelavelmente, o povo brasileiro está retomando os passos interrompidos que o levarão a virar a página de exceção em que vive, para construir sua força e seu futuro.

Salvador, 9 de maio de 1978. ⁴

Pressionado pelo clamor popular, o Governo Militar envia ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 35-CN, que "define os crimes contra a segurança nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento, e dá outras providências" (extinção da pena de morte e prisão perpétua). Lido

em Plenário no dia 18 de outubro, o projeto, no entanto, não chegou a ser votado, tendo sido aprovado por decurso de prazo em 28 de novembro. Em 17 de dezembro, o presidente Geisel sancionou a lei nº 620.

I Congresso Nacional pela Anistia

O MDB lutou muito para que a mobilização a favor da anistia nos anos 70 jamais deixasse de ganhar força. No início de novembro de 1978, todos os movimentos brasileiros a favor da causa se reuniram em São Paulo, no I Congresso Nacional pela Anistia. O “Manifesto à Nação”, documento divulgado no encerramento do congresso, era duro ao afirmar que o saldo de 14 anos de arbítrio e violência era o enorme número de brasileiros censurados, demitidos, cassados, reformados, exilados, banidos, presos, torturados, perseguidos, mortos e desaparecidos. Dizia o manifesto:

O Brasil é hoje uma nação dividida. Há 14 anos tenta-se silenciar seu povo. O Regime, imposto contra os interesses da maioria da população, outorgou-se o direito de legislar sobre tudo e sobre todos. A tudo e a todos, por todos os meios, tentou impor sua vontade. Aqueles que contra ele se colocaram foram marcados pela perseguição política, sem defesa e sem direitos, como toda a nação. Há 14 anos aprofunda-se a distância entre o Regime e o povo. E o povo está saturado de arbítrio.

Hoje a nação reivindica seus direitos. Operários vão à greve a fim de recuperar seu poder aquisitivo arruinado e exigir sua legítima liberdade de organização e manifestação. Advogados, falando em nome da nação indignada, repudiam firmemente a Lei de Segurança Nacional, instrumento de perpetuação da violência e do arbítrio. Estudantes exigem o papel construtivo que lhes cabe na condução dos destinos da nação através de suas entidades livres e representativas. Os trabalhadores afirmam seu elementar direito de sindicalizados. O povo reage e é no próprio povo que crescem as forças capazes de construir uma nação renovada e justa.

Operários e estudantes; advogados, médicos e profissionais liberais; arquitetos e economistas; jornalistas e religiosos; políticos e servidores públicos; negros e mulheres, vindos de todo o Brasil através de entidades representativas, dos Movimentos de Anistia e no caráter de vítimas da repressão, realizaram em São Paulo o Congresso Nacional pela Anistia.

Expressando insatisfações nacionais, os participantes do congresso repudiam a marginalização política, econômica e social do povo brasileiro, condenam a repressão que sobre ele se abate e exigem anistia. O preço pago pela nação foi parcialmente documentado no congresso: censurados, demitidos, cassados, reformados,

exilados, banidos, presos, torturados, perseguidos, mortos e desaparecidos: este é o saldo de 14 anos de arbítrio e violência.

O povo exige anistia: liberdade para todos os presos e perseguidos políticos; volta de todos os exilados e banidos; recuperação dos direitos políticos de quem os teve cassados ou suspensos; readmissão nos quadros civis e militares. Fim das torturas, fim da legislação de exceção.

O Movimento pela Anistia cresce nacionalmente. Está presente nas lutas que travam hoje diferentes setores da população por liberdade de organização e manifestação do povo oprimido, por liberdade de pensamento e por liberdades democráticas.

As entidades presentes no Congresso Nacional pela Anistia assumiram o compromisso da transformação da luta pela anistia num amplo e estruturado movimento popular, entendendo que é da organização e da pressão popular que depende a conquista de:

·fim da legislação repressiva, inclusive da Lei de Segurança Nacional e da insegurança dos brasileiros;

·desmantelamento do aparelho de repressão política e fim da tortura;

·liberdade de organização e manifestação;

·ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA.

São Paulo, 05 de novembro de 1978. ⁵

A Campanha pela Anistia ganhou ruas e praças de todo o país, atravessou o ano de 1978, invadiu 1979. A população se manifestava a favor dela em jogos de futebol, em congressos, encontros e seminários, em movimentos grevistas, em passeatas, em atos públicos como os de 1º de Maio. Os Encontros Nacionais dos Movimentos pela Anistia continuavam a ser realizados – em 1979 o IV Encontro teve Piracicaba como sede. Os presos políticos também pediam anistia fazendo greve de fome nos presídios do país. Os parlamentares do **MDB** ocuparam as tribunas da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Assembléias Legislativas e das Câmaras Municipais para repudiar o arbítrio e clamar pela anistia ampla, geral e irrestrita.

Governo envia projeto de anistia

Pressionado pela monumental mobilização, o governo se antecipa e envia, no dia 27 de junho de 1979, ao Congresso Nacional, a mensagem nº 59, que “concede anistia e dá outras providências”. A mensagem é lida no dia 28 e constituída a Comissão Mista para apreciação da matéria. Em dois de agosto, o senador Teotônio Vilela foi eleito presidente da Comissão, e o deputado Ernani Ayres Sátyro de Souza escolhido para relatar o processo.

Teotônio, o cavaleiro andante da anistia

Os trabalhos da comissão têm início no mesmo dia, com a designação de subcomissões para visitar presos no Rio de Janeiro, Recife, São Paulo e Salvador. Teotônio havia desencadeado a histórica “caminhada” por todo o país, para “ouvir a voz dos encarcerados políticos, dos familiares de presos políticos mortos ou desaparecidos, dos profissionais afastados de suas atividades por cassações, demissões e aposentadorias, de sindicalistas e representantes dos setores organizados da sociedade.”⁶ A cruzada de Teotônio, ao dar grande visibilidade aos crimes e horrores perpetrados pela Ditadura Militar, havia dado a ele o título de “cavaleiro andante da política brasileira” e reforçaria a Campanha pela Anistia.

Como deputado federal, tivemos a honra histórica de acompanhar Teotônio Vilela em seu périplo pelo Brasil. O senador guiou seus companheiros por todos os cárceres e exílios ao encontro e na busca dos patrícios afastados pela Ditadura. Fomos às prisões e fomos ao exterior ouvir os punidos sobre o que pretendíamos fazer por eles. Queríamos fazer juntos e, assim, foi feito.

Para o Presídio de Itamaracá, PE, onde se encontrava um grupo de presos, fomos designados, juntamente com o deputado federal Roberto Freire. Para lá fomos naquele fim de semana. Primeiro, as dificuldades para a permissão da visita, junto à direção do Presídio, só conseguida depois de muita conversa. Em seguida, conseguimos falar com os presos no interior da prisão, não sem antes termos de enfrentar, na parte externa da porta de entrada, a passagem por um “corredor polonês” de guardas armados

de metralhadoras, em posição de sentido. Afinal, ali se encontravam presos “muito perigosos”. Discutimos com esses presos a estratégia de ampliarmos a anistia.

O senador Teotônio Vilela, que estava na comissão que visitou os presos do Rio de Janeiro, relatou ao Senado o que vira, nos seguintes termos:

Acabo de receber o boletim médico sobre os presos políticos do Rio de Janeiro. Não poderia deixar de trazer ao conhecimento do Senado da República a grave situação de saúde em que se encontram os 14 presos políticos.

A Comissão Mista que analisa o projeto de anistia criou uma subcomissão para visitar os presos em greve de fome em todo o país. Infelizmente a bancada governista, embora tenha aprovado a indicação, não acompanhou os membros da oposição. Apenas o nobre senador Dinarte Mariz, por iniciativa própria, visitou os presos políticos do Rio de Janeiro, e convém aqui frisar que, ao sair, S.Exa. declarou aos jornalistas que não encontrara lá terroristas.

Segunda feira passada, em companhia do deputado Ulysses Guimarães, visitei os presos políticos em greve de fome. A paisagem humana que vi, sr. presidente, é indescritível. V. Exa., que além de ocupar, que além de desempenhar um cargo político de tanta relevância, é um intelectual, conhece a literatura universal e, sobretudo, aquelas que mais comoveram a Humanidade, que tratam, exatamente, do sofrimento do homem no cárcere. Nós próprios, aqui, no Brasil, temos as “Memórias do Cárcere”, de Graciliano Ramos, e nenhum de nós que teve oportunidade e gosto pelos livros esquece “Recordações da Casa dos Mortos”, de Dostoievski.

Não vou aqui, sr. presidente, me alongar sobre o sofrimento dos 14 presos políticos do Rio de Janeiro, mas devo dizer a V. Exa., com a minha sensibilidade de criatura humana, com a minha sensibilidade de senador da República, com a minha sensibilidade de intelectual, devo dizer a V. Exa. que este Senado, ao tomar conhecimento da debilidade total dos 14 presos políticos do Rio de Janeiro, em pleno estado de ruína humana, sacrificados em nome de um ideal, porque ninguém se submete a esse tipo de sacrifício se, dentro de si próprio, não possuir uma estruturação espiritual superior; creio que este Senado, nesta hora, através de meu apelo, tome conhecimento, sr. presidente Luiz Viana, do estado de saúde dos 14 presos políticos do Rio de Janeiro. Peço a V. Exa. que tome uma iniciativa – não me atrevo daqui a dar qualquer orientação, mesmo porque não me compete, e V.Exa., na altura de seu cargo, sabe muito bem desempenhá-lo – faço um apelo, senador Luiz Viana, para que V.Exa. veja como, de algum modo, participar de uma situação tão aflitiva e que comove tantas parcelas da vida brasileira.

Somos, em última análise, os representantes do povo. E ali está uma parcela do povo, e ali também estão todos os parentes dos presos políticos, ali também estão, dentro daquelas grades, todos os organismos intermediários da sociedade brasileira, que se manifestaram pela sua soltura, dentro daquelas grades está a Ordem dos

Advogados do Brasil, dentro daquelas grades está a Conferência Nacional dos Bispos, dentro daquelas grades está a Associação Brasileira de Imprensa, estão os Sindicatos dos Trabalhadores, os Diretórios Estudantis, está o povo, sr. presidente. E não é possível que, depois de 26 dias de greve de fome, uma greve pacífica, como fez Ghandi, porque, se esses 14 presos políticos fossem terroristas, estariam queimando o presídio, estariam depredando o presídio, não é possível que, depois de 26 dias de greve, essa situação continue dessa forma.

Devo dizer a V. Exa., sr. presidente, que são aqueles que tomam conta dos próprios presos, os soldados, os guardas, os oficiais que segunda-feira passada pediram ao senador Teotônio Vilela que tivesse piedade daqueles rapazes.

Esta mensagem, que me toca tão fundo, que me tortura a alma, sr. presidente, é que transmito a V.Exa. Que a nação brasileira saiba que apelei para o Senado da República, que não é possível que aqueles 14 jovens, envelhecidos nas grades, alguns deles com 11 anos de cadeia, e um deles ingressou com 16 anos de idade, porque conduzia debaixo do braço livros de ideologias políticas, não é possível que aqueles 14 rapazes morram num deserto, tocados, apenas, pelo sol imperial do poder, castigados pela inclenência e insensibilidade do poder, tocados pelos ventos e pelos vendavais dos desertos, cobertos pelas dunas, sr. presidente, e como as setas morrerem no absoluto silêncio.

Sr. presidente Luiz Viana, apelo para V.Exa. que tão bem conheço pelos seus altos conhecimentos e pela sua sensibilidade humana, que alguma coisa seja feita em nome desta nação, em nome desta Casa que representa a sociedade brasileira.⁷

Conversa com os exilados

1977. Intensificava o debate sobre a anistia. O Governo Militar, com a abertura segura, lenta e gradual, sustentava o projeto de anistia restrita, enquanto o **MDB** buscava torná-la ampla, geral e irrestrita. Havia contatos com os exilados. Todavia, um grupo de deputados do **MDB** entendeu necessário um encontro pessoal com nossos brasileiros no exílio. Foi, então, que organizaram uma viagem à Europa, onde se encontrava a maior parte dos que tiveram que sair do país. Queríamos saber o que pensavam os que estavam lá fora sobre a anistia, que debatíamos aqui dentro.

Fazendo todas as despesas da viagem por conta própria, alguns tendo de financiar o pagamento, em vários meses, lá estávamos os deputados Adhemar Santillo, de Goiás; João Gilberto, Odacyr Klein e Rosa Flores, do Rio Grande do Sul; Ernesto de Marco, de Santa Catarina; Tarcisio Delgado, de Minas Gerais; Nóide Cerqueira e Antonio José, da Bahia; Jader Barbalho,

do Pará. Mais tarde, na última etapa da viagem, em Roma, incorporou-se ao grupo o deputado Aírton Soares, de São Paulo.

Na verdade, o grupo tinha dois objetivos, o de estar com e ouvir os exilados, e, também, o de respirar os ares de liberdade do velho novo mundo, deputados que tinham nascido para a vida pública já no período histórico do autoritarismo em nosso país.

Visitamos e mantivemos encontros com exilados em Lisboa, Madri, Londres, Paris, Genebra e Roma, onde se encontravam figuras públicas e conhecidas como Miguel Arraes, Lysâneas Maciel, e tantas menos conhecidas, como professores universitários, intelectuais e artistas.

Em Paris, por exemplo, nos encontramos na livraria do exilado José Maria Rabelo, de MG, situada no bairro Notre Dame, instalada num sótão, bem atrás da famosa catedral. Foi um encontro agradável, à noite, que se estendeu pela madrugada. Ouvimos vários exilados. Mesmo lá de bem longe, em terras estrangeiras, a conversa era, exclusivamente, sobre o Brasil. Só havia ali patriotas republicanos.

Outra etapa importante da viagem foi a de Genebra. Lá estava Lysâneas Maciel, e para ouvirmos suas franquezas, resolveu o grupo alugar um barco para dar um passeio noturno sobre o lago Lemán, ao sabor de um “fondue”, acompanhado de vinho. Foi uma noite inesquecível esse encontro com Lysâneas. Ele era muito consciente e racional fora da tribuna.

Em Roma, encontramos-nos com Aírton Soares, que já mantinha relacionamento e conhecia alguns exilados de São Paulo. As conversas, longas conversas, correram enquanto caminhávamos sobre as origens físicas de nossa história. Eram horas e horas de lentas caminhadas, com paradas repentinas, para alguma inflexão verbal. Foi admirável estarmos entre brasileiros naquele marco de nossa civilização, discutindo o que precisávamos fazer para a conquista da liberdade em nosso país.

Esta viagem serviu para que pudéssemos saber, pelo menos em parte, o que é o purgatório do exílio. Estávamos intransigentes na discussão da anistia aqui dentro, querendo-a ampla, geral e irrestrita. Achávamos que os exilados fossem, ainda, mais radicais. Qual foi nossa surpresa, quando recebemos, da imensa maioria deles, o pedido no sentido de que votássemos a anistia, mesmo não tão ampla, para que eles pudessem voltar ao Brasil e se incorporarem à nossa luta. “Votem logo, esse é o nosso pedido. Queremos voltar ao Brasil. O resto a gente vê depois!”- este era o clamor.

Aquele grupo de deputados, que representou o **MDB** no contato com os exilados, voltou da Europa consciente de que a anistia era, naquele momento, a coisa mais importante para nossos irmãos separados pelo arbítrio da Ditadura. Ultimamos a aprovação da anistia e, ainda, a conseguimos ampliá-la bastante, embora não alcançássemos fazê-lo tão rápido como desejássemos. O regime resistiu por algum tempo.

No dia 22 de agosto de 1979, o projeto de anistia virou lei, e o reencontro dos brasileiros foi uma festa.

O voto do MDB na Comissão Mista

O voto do **MDB** na Comissão Mista que apreciou o Projeto de Anistia foi apresentado pelo ex-deputado federal Tarcísio Delgado (MDB/MG), na sessão conjunta do dia 15 de agosto de 1979, nos termos que se segue:

Senhor presidente, srs. congressistas, é preciso – fundamental mesmo – que, ao se deliberar sobre determinada matéria, se tenha conhecimento prévio e noção nítida de sua natureza jurídica e seu sentido substantivo.

Não se pode debater e votar o que não está para deliberação, sob pena de injustiças definitivas e males irreparáveis.

Estamos apreciando um projeto de lei que concede anistia.

O que é anistia? Precisamos ter presente aqui e agora o significado específico da anistia, se quisermos estar à altura de sua grandeza histórica.

Da origem etimológica ao ensinamento acorde e unânime de todos os doutrinadores, chega-se à incontroversa conclusão de que anistia significa esquecimento. “É uma medida que não redime nem humilha: esquece”.

Anistiar “é apagar da lembrança, privar de lembrança, esquecer-se do que ocorreu”, conforme síntese admirável de Pontes de Miranda.

Ou no estilo lusitano, de pastoral sentimento, de Barbalho, “usada a propósito, nas grandes convulsões intestinas, qual o cetro do deus mitológico sobre as ondas revoltas, trazendo bonança e calma, ela concilia e congrega os ânimos agitados. Núncia de paz e concórdia, parece antes do céu prudente aviso, que expediente dos homens”.

A anistia é uma forma de extinção de punibilidade coletiva, que se torna eficaz pelo esquecimento de acontecimentos políticos traumatizantes e convulsões intestinas verificadas no seio da nação.

Se anistia significa esquecimento, quem é competente para a prática deste ato? Aqui, também, há uniformidade em toda doutrina: a anistia é um ato "tipicamente político", de "alta política", que deve ser praticado pelo poder essencialmente político do Estado. O poder que faz a lei, que pune, é o competente para suspender politicamente a punição pela anistia. Ao Congresso cabe anistiar e só a ele cabe.

Se cabe ao Congresso o ato político que significa esquecimento, é óbvio que fica afastado qualquer resquício de função judicante na prática deste ato. O Congresso não julga. O Congresso esquece sem resolver os atos que deram causa às punições. Não pode analisar processos criminais, não quer saber das conseqüências dos crimes, não julga os atos dos anistiados, não condena nem absolve quem quer que seja.

Agora, chegamos ao fulcro da questão. É assente que anistia é um ato político que significa esquecimento, e, nisto não se permite discordância. Como pode a anistia ser excludente? Quando o projeto do Executivo exclui da anistia determinado número de punidos, axiomáticamente faz um julgamento. Não há como excluir sem julgar. Qualquer exclusão pressupõe julgamento. Logo, não há anistia, na melhor acepção do termo, no projeto do Executivo.

Indulto, perdão ou graça são outros institutos que não estamos apreciando.

Não nos cabe perquirir, para a concessão da anistia, os atos dos anistiados e suas conseqüências. Nem é mesmo oportunidade de classificação desses atos, conforme maldosamente se deseja fazer.

Terrorismo

Fala-se em terrorismo como se estivéssemos julgando esse tipo de crime. Que não venham com os surrados, paupérrimos e despreparados argumentos que estamos defendendo o terrorismo. Primeiro, porque sempre combatemos e repudiamos o terror, o arbítrio e a violência de todos os matizes. Segundo, porque, ao votar a anistia, não estamos julgando coisa alguma. Estamos praticando um ato de alta política, de profunda grandeza, de amor sem limites, simbolizado pela bandeira branca da paz, que significa esquecimento. Não venham os que não têm a índole de anistiar, os que são incapazes de praticar um ato puro de amor, querer transformar o Congresso e todos nós em um tribunal de julgamento, absolvendo uns e condenando outros, pela execução, quando, com o coração aberto e espírito elevado, queremos esquecer.

Não diminuam a grandeza da anistia com o debate extemporâneo desse crime mesquinho, e sempre praticado por minorias desesperadas, que é o terrorismo.

Se não nos contivermos no universo da anistia, se não nos impregnamos do sentimento de conciliação, se não nos dispusemos a "passar uma esponja no passado", a apagar da memória, a esquecer, de nada adiantará para o futuro da pátria uma pseudo-anistia. Pelo contrário, se vamos reacender o fogo, se vamos rememorar momentos tão dolorosos, se quisermos recordar as conseqüências funestas de um "assalto expropriatório" ou os horrores monstruosos das torturas, melhor seria que não nos ocupássemos dessa matéria.

História

No Brasil, o grande número de anistias de nossa História foi insuficiente para que alcançássemos os objetivos almejados, tanto assim, que elas tiveram que se suceder periodicamente.

Na verdade, algumas anistias foram amplas, gerais e irrestritas, e quase sempre não excludentes de pessoas, como a que prevê o presente projeto do governo.

As restrições encontradas nas anistias anteriores referem-se a alguns direitos de vantagens dos anistiados.

Enquanto, no Brasil, as anistias incompletas deram resultados inversos, com novas tensões sociais, outros golpes e mais crises, em outros países civilizados, a anistia ampla, geral e irrestrita, representou passo fundamental nos objetivos de conciliação e de firmeza das instituições nacionais.

Para se conceder anistia é necessário que se esteja dominado pelo espírito de pacificação. O sentimento não pode ser outro que não o que se apossou de Carlos II da Inglaterra, ao decretar anistia ampla, geral e irrestrita a todos os que se tinham envolvido com o governo de seu pai. Infelizmente, na execução, a sábia medida do rei foi restringida pelo Parlamento, com a exclusão odiosa dos juizes que tinham julgado Carlos I. Tal exceção foi origem de grandes revoltas e horríveis represálias, provando que certo estava o rei quando decretou a anistia ampla.

Ao consultamos a História, verificaremos sem dificuldades que as anistias que deram melhores resultados e alcançaram seus objetivos conciliatórios foram as amplas, gerais e irrestritas.

Numa rápida passagem, poderíamos citar, apenas como ilustração, a anistia ampla e sem restrição que se seguiu à Guerra dos Trinta Anos, na Alemanha, em 1648.

A França registra em sua rica história uma série de anistias amplas e gerais. Em 1879, foi concedida uma anistia absoluta para todos os crimes políticos anteriores.

Na Espanha, foi concedida anistia ampla e geral em 1849.

Plena e absoluta foi a anistia de 1867, concedida pela Áustria à Hungria.

O Código de Processo Penal de 1890, da Itália, nos seus arts. 830 e 832, só reconhece como anistia a que seja ampla, geral e irrestrita. E, com essas características, foi a concedida em 1878.

Nos Estados Unidos, depois de cinco anistias restritas com resultados satisfatórios, foi concedida uma plena e absoluta em 1868, alcançando-se, então, naquele país, os resultados conciliatórios desejados.

Anistia e cidadania

Pouco ou quase nada significará a anistia por mais ampla, geral e irrestrita que seja, se nos satisfizemos com o alcançado neste projeto.

Não é só soltar os presos dos presídios, nem permitir o regresso à pátria dos

exilados, muito menos resolver situações funcionais, que representa a anistia ampla que a nação precisa. A anistia no sentido mais amplo, com a amplitude que a nação está a clamar, só será alcançada com a devolução ao brasileiro de sua cidadania cassada, na expressão mais importante que é o direito de voto.

De que adiantará soltar os presos, receber os exilados no solo pátrio, se todos estamos tolhidos de participar com algum poder da vida política do país?

A anistia, como sempre afirmamos, é apenas um pressuposto da Assembléia Nacional Constituinte.

Nesta sim, e só aí, poderemos devolver ao povo brasileiro a sua cidadania para que ele possa conquistar o que legítima e democraticamente lhe pertence: a origem do Poder Estatal.

Estar livre no solo da pátria é uma parte, entretanto o mais importante é o exercício integral da cidadania para a construção do destino nacional, como seres humanos, sujeitos da história.

É preciso que todos tenham o direito de votar e ser votados. E isto só se consegue com a vitória da democracia sobre o autoritarismo e pelo único meio pacífico da convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

Na palavra de Carvalho Santos, aurida da lição de outros mestres do Direito, "cidadania é a aptidão para exercer a função pública e política do governo do país, como eleitor ou como eleito". Ou como afirmam outros, "cidadania é o pleno exercício dos direitos políticos por parte dos membros do Estado".

Ora, no regime político vigente, todos estamos com nossos direitos políticos restritos, quando não podemos votar nem ser votados para muitos cargos eletivos, inclusive os mais importantes da República. E, ainda mais, a Constituição vigente não teve origem democrática legítima, não nasceu da vontade livre e soberana do povo, é filha do autoritarismo e herdeira da exceção.

A anistia só terá a amplitude de que a nação precisa, para a construção de um futuro com grandeza, se tiver condição de devolver à íntegra dos direitos políticos todos os brasileiros.

O projeto do Executivo com as modificações feitas pelo relator, ao excluir da anistia alguns condenados, consagra o absurdo de dar tratamento diferente a co-autores de um mesmo ato, tido como criminoso, anistiando uns e excluindo outros. É a sublimação da desigualdade legal. É a contrafação do princípio da isonomia constitucional. É o retrato da discriminação pessoal. Aqui, está a incongruência mais gritante do projeto governamental.

É bom que se diga, embora a nação saiba, que mesmo este projeto incompleto, que desejamos ampliar, representa uma conquista, resultado de muitas lutas e grandes sacrifícios do MDB e de muitos outros segmentos da sociedade brasileira.

Não é dádiva do poder, nem doação do populismo que agora se deseja implantar.

Não, é exigência da nação, concedida, ainda assim, pela metade, depois de anos seguidos de campanha perseverante da maioria esmagadora do povo brasileiro.

Cada passo tem que ser conquistado com trabalho e firmeza, lutas e sacrifícios.

Conclusão

Quanto ao Projeto de Lei nº 14, que "concede anistia e dá outras providências", de iniciativa do Poder Executivo, com as modificações introduzidas no substitutivo do relator - deputado Ernani Sátiro -, entendemos, conforme já demonstrado, que este projeto não concede anistia na verdadeira acepção do termo, por ser restritivo e excludente.

Entendemos que o MDB, consciente de que toda a anistia concedida, mesmo em parte, é resultado de sua luta junto às oposições brasileiras e de que cada item alcançado representa uma conquista valiosa, deve manter-se irredutível na luta pela anistia ampla, geral e irrestrita.

O que o relator do projeto do governo, deputado Ernani Sátiro cedeu já é uma vitória alcançada. Agora, precisamos conquistar o que resta com nossa palavra e com nosso voto.

Devemos aprovar o substitutivo do partido, subscrito pelo presidente Ulysses Guimarães e pelos líderes Paulo Brossard e Freitas Nobre, rejeitando o substitutivo restritivo e excludente do relator com apoio do governo.

Vamos votar com coragem e grandeza.⁸

Manifestação na Praça da Sé, pela anistia

O grande momento popular da luta pela anistia aconteceu no dia 21 de agosto de 1979, em manifestação realizada pelo CBA-SP na Praça da Sé, em São Paulo, à qual compareceram mais de dez mil pessoas, protestando e repudiando o projeto de lei enviado pelo governo, uma vez que nele constava uma proposta de anistia que não era nem ampla, nem geral e nem irrestrita.

MDB luta em Plenário para ampliar Lei da Anistia

A discussão para aprovação da Lei da Anistia no Plenário do Congresso Nacional teve início no dia 22 de agosto, com a presença de 411 deputados e 67 senadores. O Projeto de Lei nº 14/79 havia recebido 302 emendas e

desencadearia os mais calorosos debates em Plenário.

Logo no início da sessão, a oposição denunciou que as galerias do Congresso estavam tomadas de militares e recrutas em trajes civis, “na tentativa de impedir a livre manifestação dos parlamentares da oposição quando estes têm direito à palavra”. E o deputado José Oliveira Costa (MDB/AL) pediu que as portas permanecessem abertas, “independentemente das galerias estarem lotadas, a fim de que o povo – já que esta Casa é do povo – tenha oportunidade de participar, de assistir aos nossos trabalhos”.⁹

O deputado Tidei de Lima (MDB/SP) também protestou contra a presença de militares nas galerias do Congresso:

(...) às 7 horas e 15 minutos encontrei as galerias todas tomadas. (...) colhi junto à Segurança da Câmara que 10 minutos para as 7 horas, quando aqui chegaram os funcionários da Câmara dos Deputados, a quem está encarregado o serviço de segurança da Casa, eles já encontraram mais de 700 soldados da Polícia da Aeronáutica. Sr. presidente, os quais aqui não estão na sua condição de civis. Observa-se claramente que há uma verdadeira operação militar de ocupação desta Casa. É legítimo, sr. presidente? É legítimo?

S. Exa. foi mal informado, quando disse que as portas do Congresso foram abertas às 7 horas; as portas do Congresso não foram abertas. Pelo Anexo I do Senado, antes das 7 horas, foi permitida a invasão militar que se observa nesta Casa, neste momento. É o nosso protesto, o protesto veemente, não apenas de um membro do MDB, mas de um membro da Câmara dos Deputados que se sente responsável para assegurar também ao povo o legítimo direito de poder acompanhar os trabalhos na Casa do povo!

Sr. presidente, fica registrado o nosso protesto contra essa operação mascarada, pois não tiveram inclusive o cuidado de trazer cabeleira postiça para não serem identificados. Fica registrado, sr. presidente.¹⁰

Casimiro Netto narra em seu livro “A Construção da Democracia”, que logo após a intervenção do deputado Tidei de Lima, foi apresentado requerimento de preferência para votação do substitutivo subscrito pelos deputados Ulysses Guimarães (MDB/SP) e José Freitas Nobre (MDB/SP) e pelo senador Paulo Brossard (MDB/RS), que ampliava a anistia proposta pelo governo. Tratava-se da Emenda número 7 que, no entanto, colocada em votação, teve seu pedido de preferência rejeitado.

O substitutivo do relator deputado Sátyro de Souza que foi apresentado para aprovação em Plenário, não incorporou todas as emendas apresen-

tadas pelo **MDB** e que trariam nova abrangência à Lei da Anistia. O relator, contudo, havia incorporado algumas emendas do **MDB**, e foram elas que ampliaram e aperfeiçoaram o texto a ser votado. Dentre essas melhorias, ressaltar-se: abrangência do direito à anistia até 15 de janeiro daquele ano, ampliação da anistia aos crimes eleitorais e também aos estudantes, sindicalistas, e empregados de empresas particulares que haviam participado de greves e foram demitidos. Por fim, assegurou aos anistiados o direito de inscreverem-se em partidos políticos legalmente constituídos, porém vedando-lhes o direito a votar e serem votados nas convenções partidárias que se realizassem no prazo de um ano, a partir da vigência da lei a ser sancionada.

O substitutivo do deputado Sátyro foi aprovado na sessão do Congresso do dia 22 de agosto. Ficaram excluídos dos benefícios da Lei da Anistia os que foram condenados pelos crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.

No dia seguinte em que foi aprovada a Lei da Anistia, o deputado Max Mauro (MDB/ES), em pronunciamento no Pequeno Expediente da Câmara, manifestou a insatisfação da oposição com o projeto, dizendo que sua aprovação não significava que havia terminado a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. Ressaltou, também, que o projeto aprovado era injusto e desumano, porque anistiava agentes do Estado que torturaram e mataram, ao passo que não beneficiava da mesma forma os presos políticos.

Em 28 de agosto, o presidente João Batista de Figueiredo sancionou a Lei 6.683, que “concede anistia e dá outras providências”. O **MDB** podia comemorar. Embora a lei não tivesse o alcance almejado, sua aprovação representava um grande passo no cumprimento de mais um de seus compromissos com os brasileiros. Não fosse sua atuação e capacidade de juntar às suas, as forças das organizações civis, é muito provável que todos os punidos pelo Golpe de 64 tivessem de esperar alguns anos até que, finalmente, fossem anistiados.

Retorno do exílio e exigências para ampliação da Lei da Anistia

Setembro de 1979 marca o retorno dos primeiros exilados ao Brasil. Entre os dias 6 e 29, chegam Leonel Brizola, Miguel Arraes, Márcio Moreira Alves, Gregório Bezerra.

Aprovada a Lei da Anistia, porém, a mobilização do **MDB** não foi encerrada. Parlamentares continuavam a criticar no plenário da Câmara os limites da lei e a exigir sua ampliação. O deputado João Gilberto (MDB/RS), em discurso no Plenário no dia 10 de setembro, comentou a volta dos exilados, mas frisou que ainda faltava o regresso de alguns não anistiados e a abertura de todas as prisões políticas. Acentuou que a Lei da Anistia e as últimas medidas de abertura política não haviam conseguido ainda libertar o país de um regime de autoritarismo, afirmando que até gestos como os da anistia não escondiam as intenções continuistas do Regime Militar.

Na sessão da Câmara do dia 8 de outubro, o deputado Roberto Freire (MDB/PE) advertiu o governo de que “enquanto houver preso político no país, a oposição continuará a luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita”. O deputado federal Cardoso Fregapani (MDB/RS), em pronunciamento no dia 23 de outubro, reclamou que a regulamentação da Lei de Anistia não havia ainda sido feita e que, por isso, milhares de perseguidos políticos permaneciam à margem dos seus benefícios. Também o deputado federal Luiz Cechinel (MDB/SC), na sessão do dia 7 de novembro, teceu críticas à Lei da Anistia, afirmando duvidar dos propósitos democráticos do presidente João Figueiredo.

Tampouco a mobilização popular se desfez. Insatisfeita a nação com os limites da Lei da Anistia aprovada, a luta prosseguia. Nos dias 15 a 18 de novembro, em Salvador, foi realizado o II Congresso Nacional pela anistia ampla, geral e irrestrita.

O ano de 1979, já tão perto do fim, ainda traria grandes surpresas políticas. Nos dias 21 e 22 de novembro foi votada a Reforma Partidária, que extinguiu **ARENA** e **MDB**, abrindo espaço para a criação de novos partidos.

Tríade exemplar

A segunda metade dos anos 60 e a década 70, do século XX, foram 15 longos anos, anos intermináveis, particularmente penosos para a nação brasileira, onde predominou o mais absoluto obscurantismo. Assim, como Dante Alighieri inicia sua obra-prima “A Divina Comédia”, também o Brasil encontrava-se “numa selva tenebrosa, tendo perdido a verdadeira estrada”. Parecia uma noite sem fim. ¹¹

Nesse período triste da nossa história, muitos dos melhores brasileiros, expoentes da inteligência e do conhecimento, expressões reconhecidas e acatadas mundialmente, foram presos, torturados, literalmente mortos, ou com morte civil, pela suspensão autoritária de seus direitos políticos, exilados, com a privacidade e a cidadania aviltadas. Foram centenas que sentiram na própria carne o peso do autoritarismo do regime imposto pelo Golpe Militar de 1964.

Boa parte desses brasileiros ilustres passou esses 15 anos, ou pouco menos, no exílio, espalhados pelo mundo inteiro, emprestando o brilho de seus conhecimentos a outros países, sem poder pisar na sua terra natal.

Professores, estudantes, intelectuais, artistas, políticos, formavam um seleto grupo de pensadores que, impedidos de servir ao seu país, amargavam o exílio como se estivessem no purgatório.

De uma lista exaustiva, centramos nossa atenção na tríade que vale pela simples citação de seus nomes. É inconcebível que um país, por cegueira, grosseria e brutalidade de seus governantes, prive-se de suas maiores inteligências e, pior que isso, as prendam, torturem-nas, e as expulsem para o exílio.

Vejamos os casos do *economista do século*, Celso Furtado; do *educador do mundo inteiro*, Paulo Freire, e do *maior estadista* de nossa história, Juscelino Kubitschek. Estas três figuras maiúsculas, verdadeiros fora de série da espécie humana, sofreram a angústia de exercitarem seus talentos alijados de sua pátria.

O MDB jamais se conformou com essa violência. Levantou-se sempre contra esse esbulho à inteligência e ao conhecimento nacionais. Na luta pela anistia, e em tantas outras oportunidades, em todos os espaços possíveis, enfrentando a censura implacável e rigorosa, não se entregava ao desânimo, pelo contrário, revigorava-se na adversidade e crescia sobre os

obstáculos. O partido teve uma conduta inquebrantável.

Celso Furtado, este amazonas de sabedoria e conhecimento, já reconhecido no mundo inteiro, aos 44 anos de idade, na primavera de sua capacidade produtiva, viu cassados seus direitos políticos e foi forçado a se exilar. Inicialmente foi ensinar no Chile e, depois, foi disputado pelas maiores universidades do mundo, enquanto permanecia proibido em sua pátria. Este gênio admirável, mais tarde, em 1985, ao regressar ao Brasil, depois da anistia, se filiará ao PMDB, e será convidado pelo recém-eleito, presidente Tancredo Neves, para fazer parte da comissão de alto nível encarregada da elaboração do Plano de Ação do Governo e, em seguida, será nomeado embaixador do Brasil perante a Comunidade Econômica Européia, em Bruxelas, além de integrar a Comissão de Estudos Constitucionais, encarregada de elaborar o projeto básico para a Constituinte e se tornar ministro da Cultura, no Governo Sarney.

Do Chile, onde integrou a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), Celso Furtado passou a atender convites de universidades dos países mais adiantados do mundo, tendo ensinado, dentre outras, nas Universidades de Yale, na American University, em Washington, na Columbia University, em Nova York, nos Estados Unidos; nas Universidades de Paris e Sorbonne, na França, e ainda, em Cambridge e Tóquio, e reconhecimento oficial da ONU.

Com uma vastíssima obra sobre todos os aspectos da economia, traduzida em não se sabe bem em quantos idiomas, Celso Furtado, aquele mesmo que esteve exilado do Brasil, por 15 anos, durante os anos de chumbo da Ditadura Militar, foi, sem a menor dúvida, o maior economista do país de todos os tempos. E um dos maiores do mundo.

Outro gigante da inteligência brasileira, que teve o mesmo destino de Celso Furtado e é bom exemplo da ignorância ditatorial, foi o educador **Paulo Freire**. Vivia seus 43 anos de idade quando as coisas escureceram no Brasil. Teve que se exilar, inicialmente, também no Chile, depois na Suíça, de onde parte e percorre vários países da Europa. Só aceitava trabalhar sob o sol da liberdade.

Autor de “Educação como Prática de Liberdade” e de “Pedagogia do Oprimido”, entre tantas outras, foi um revolucionário da educação. Ele entendia que só se alcança o real desenvolvimento através de uma prática educativa permanente, envolvendo a vida inteira, dentro e fora da escola.

Coloca-se como uma questão instigante para reflexão do leitor a interrogação de até quanto a presença de Paulo Freire no Chile, a partir da década 60, do século XX, teria influência na posição diferenciada de destaque e dentro da América do Sul, do desenvolvimento chileno neste início de século XXI. O renomado mestre teria feito no Chile o que fora proibido fazer no Brasil.

Juscelino Kubitschek foi tocado para exílio um pouco mais velho. Estava com 62 anos, idade em que já ocupara os mais altos cargos da República. Desde prefeito de Belo Horizonte, deputado federal, governador de Minas, tendo chegado à Presidência do Brasil. Foi o governante pioneiro e realizador, que entre tantas realizações como gestor público, comandou a construção de Brasília, a nova e encantada capital do país. Implantou a indústria automobilística, construiu hidroelétricas e estradas como nenhum outro, lançou o Brasil no concerto mundial.

Ao lado dos nomes de Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e Israel Pinheiro, Bernardo Sayão e tantos outros reunidos por ele, JK conseguiu o que ninguém podia acreditar: construir Brasília, uma magnífica e moderna cidade, em apenas 36 meses. Era preciso inteligência, muita coragem, incrível visão de futuro e, sobretudo, inquebrantável determinação. As enormes dificuldades não foram poucas.

Pois bem, depois de tudo isso, todos foram “expulsos” do país, tiveram que se exilar, pelo único “crime” de não rezarem pela cartilha da Ditadura. Eram homens muito independentes, com grau de saber acima de qualquer submissão.

Com a luta interminável do **MDB**, alcançou-se a anistia, e com ela, a volta ao país desses luminares do conhecimento, a partir de 1979. Não foi uma “Divina Comédia”, foi uma tragédia para o Brasil, aqueles 15 anos. Contudo, podemos virar essa página triste de nossa história, com o final da obra-prima de Dante que, encontrando-se com a amada Beatriz diante da Trindade Divina, cantou, como cantamos, com todos os que retornaram ao solo pátrio:

À fantasia aqui valor fenece;

Mas a vontade minha a idéias belas,

Qual roda, que ao motor pronta obedece,

Volvía o Amor, que move sol e estrelas. ¹²

Notas

¹ A III Convenção Nacional do MDB foi realizada em Brasília, nos dias 14 e 15 de fevereiro de 1967.

² NETO, Casimiro. *op. cit.* Pág. 516.

³ NETO, Casimiro. *op. cit.* Pág. 519.

⁴ Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br>

⁵ Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br>

⁶ SANT'ANNA, Vanya. In: <http://www.fpabramo.org.br>

⁷ 100 discursos históricos brasileiros. Organização Carlos Figueiredo. Belo Horizonte, Editora Leitura, 2003. Pág 446-448.

⁸ Como membro da Comissão, o deputado Tarcísio Delgado foi designado para apresentar o voto do MDB.

⁹ NETO, Casimiro, Pág. 569

¹⁰ NETO, Casimiro. Pág. 570

¹¹ ALIGHIERI, Dante. A Divina Comédia. Trad. Xavier Pinheiro. São Paulo, Ed. Atenas, 1955.

¹² Iden

Fim do bipartidarismo e fundação do PMDB

Capítulo 6

Em 1980, a Ditadura não podia suportar mais o crescimento do **MDB** e decretou a extinção compulsória do bipartidarismo, que ela mesma havia imposto em 1965. E, para frustrar qualquer possibilidade de continuação do partido da oposição, determinou a obrigatoriedade de se fazer constar da denominação de todos os partidos a palavra “PARTIDO”. O Movimento Democrático Brasileiro - **MDB** respondeu apenas colocando o “P” na sua legenda, e mudou para Partido do Movimento Democrático Brasileiro – **PMDB**.

O partido do governo, a ARENA, estigmatizado perante a opinião pública, encerrou sua pequena e frustrada história, sendo substituído pelo Partido Democrata Social - PDS, também de curta existência.

Protestos contra a extinção do partido

Os *emedebistas* revoltaram-se com o projeto do governo que, embora instituísse o pluripartidarismo, bandeira defendida pelo partido, previa a extinção do **MDB** e da ARENA.

A Mensagem n° 103, que encaminhou ao Congresso Nacional o PL n° 37, apresentava modificações à “Lei Orgânica dos Partidos Políticos”, sancionada em 1971 e a outros dispositivos legais, e foi lida em Plenário no dia 19 de outubro de 1979.

No encaminhamento do PL, o Poder Executivo dizia que o “projeto regula, em suma, a Emenda Constitucional n° 11, no que concerne aos partidos políticos, propondo novos moldes para a fundação, organização e funcionamento das instituições partidárias”.

Em outro trecho, o governo deixava clara sua intenção de conter a força do **MDB** através de mais um casuísmo eleitoral:

(...) Com a promulgação da Emenda Constitucional nº11, encerrou-se o período do bipartidarismo nascido de acontecimento histórico - a Revolução, em face da qual se criaram os dois partidos: o que se formou para lhe apoiar o ideário e que apoiaria os programas de sucessivos governos e o que se constituiu em oposição.

Com o passar dos anos, correntes de procedências diversas e convicções políticas até conflitantes confluíram para a única legenda que é o instrumento da expressão e luta oposicionistas, merecendo esta, não raro, o cognome de Federação de Oposições, tão grande a diferenciação, senão o antagonismo entre os que a integram, em concepções ideológicas ou doutrinárias, isto é, no que é fundamental ao militante político. ¹

Congressistas do **MDB** ocuparam as tribunas dos plenários da Câmara e do Senado para protestar contra os termos do projeto de lei. O senador Marcos Freire foi objetivo:

Somos a favor do pluripartidarismo que assegure a todas as correntes de pensamento político o direito de se organizarem autonomamente. Em nome deste pluripartidarismo, não se pode querer extinguir os partidos existentes". ²

Outros deputados também reagiram indignados à extinção do **MDB**. O deputado Joel Lima (MDB/RJ) assegurou a unidade dos parlamentares oposicionistas na luta contra a extinção do partido. O deputado Marcelo Cerqueira (MDB/RJ) colocou a extinção do **MDB** ao lado de outras medidas casuísticas adotadas pelo governo. O deputado Marcondes Gadelha (MDB/PB) afirmou que a extinção do **MDB** representava a primeira etapa de uma série de medidas que visavam à permanência do regime autoritário. Para ele, ao votar contra a sublegenda, o partido poderia impedir a concretização do golpe branco que prenunciava.

Através de "Nota Oficial", o presidente Ulysses Guimarães convocou o povo a participar da luta contra a extinção do **MDB** e em favor de ampla liberdade na constituição de novos partidos, concitando-o a comparecer à Convenção Nacional do partido, em data que passou a ser chamada de Dia Nacional do "Não à Cassação do **MDB**." ³

A volta do pluripartidarismo

O Projeto de Lei n° 37, que propunha a extinção dos partidos políticos existentes e implantava novamente o pluripartidarismo no Brasil, foi colocado em votação em sessão tumultuada do Congresso Nacional, com as galerias lotadas de militantes do MDB e da ARENA. Por ter a maioria parlamentar, a ARENA conseguiu aprovar o PL na sessão do dia 21 de novembro de 1979. No dia 20 de dezembro, o presidente João Batista de Oliveira Figueiredo sancionou a lei n° 6.767.

Ao rebelar-se e acrescentar apenas o “P” à antiga sigla, o **PMDB** queria deixar claro para a nação que seus compromissos eram os mesmos do **MDB**, assim como seriam os mesmos a coragem, a disposição para a luta e o inconformismo com a privação da liberdade.

Novo cenário partidário surgiria nos anos imediatamente seguintes.⁴ E, com ele, as diferenças entre os partidos ficariam mais tênues. Na era de **MDB** e **ARENA**, havia maior clareza na definição ideológica e as diferenças eram mais nítidas, pois havia dois pólos políticos distintos: de um lado, o dos que sustentavam o arbítrio do Golpe de 64, submissos aos militares e aproveitadores da situação, alguns por convicção direitista, outros por oportunismo fisiológico. Do outro lado, os que tinham firmeza e convicção sólida de que a luta prioritária naquele momento era a conquista das liberdades, asseguradas institucionalmente na Constituição que tivesse origem numa Assembleia Nacional Constituinte. Aqui, estavam os do **PMDB**.

Ao extinguir o bipartidarismo, o Governo Militar pensava em fragmentar a oposição, até então unida no **MDB**. Na verdade, a mudança visava apenas manter a situação: com a fragmentação do **MDB**, o partido do governo se fortaleceria e manteria a hegemonia por muitos anos.

Enganaram-se, mais uma vez, os militares. O **MDB** que, ao insurgir-se contra a Ditadura havia se transformado no grande canal político da população em sua luta pela democratização, também haveria de se insurgir contra o casuísmo de sua extinção compulsória e renasceria cheio de coragem e sonho para levar o país ao seu destino libertário.

Manifesto dos Fundadores à Nação

Logo após a sanção da lei 6.767/79, senadores, governadores, deputados federais e estaduais, vereadores e os antigos militantes do **MDB** reuniram-se e, antes mesmo de constituir formalmente o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, lançaram, em dezembro de 1979, o “Manifesto dos Fundadores do PMDB”, apresentando o partido à nação:

A luta pela democracia no Brasil inicia, hoje, mais uma etapa com a fundação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Com a extinção do MDB, o regime autoritário tomou a mais violenta de uma longa série de medidas que se assemelham todas no fundamental. Sempre que as oposições, fiéis à vontade popular, ameaçaram o poder discricionário e se constituíram em alternativa de governo, o sistema, mudando casuisticamente as regras vigentes, procurou impedir essa alternância. Agora, perpetra-se, repete-se e perpetua-se o Golpe de Estado com flagrante ofensa aos princípios constitucionais.

Enquanto o governo preserva o controle sobre o aparelho do Estado através de expedientes que esvaziam de conteúdo real as instituições republicanas, tornando-as verdadeira farsa para deturpar a vontade popular, procura, ainda que de maneira confusa e vacilante, assegurar um crescimento econômico, afastando as maiorias populares da riqueza e do poder. Este, sustentado pela aliança entre a burocracia estatal, as classes ricas e as empresas multinacionais, propõe-se a manter inalterada a situação social e utiliza a retórica de que o país se transformou numa potência emergente. As forças dominantes, embora acenando com a ampliação do acesso ao consumo, na verdade não sacrifica o luxo de poucos para abolir a miséria de muitos. Exige que as formas limitadas do pluralismo político tolerado se desenvolvessem dentro dos estreitos, porém variáveis limites impostos pelos governantes para que a maioria não se tome militante e mobilizada. Nesse sentido procura reduzir os cidadãos a uma massa inerte e obediente, construir a nação-potência sobre a base das desigualdades sociais e regionais existentes. E não hesita em usar todas as armas do golpismo pseudo-constitucional para impedir que a luta da oposição, dentro ou fora dos partidos, frustre essas intenções liberticidas.

Bem poderiam as oposições sentir desalento ao ver tantas vezes mudadas as condições da vida política para sofismar as manifestações e fugir às consequências do repúdio popular. O Movimento Democrático Brasileiro foi o grande instrumento das oposições. Cresceu apesar de todas as adversidades e todas as desencras, até tomar-se, pelo voto, representante inequívoco da maioria da nação. Superou todos os casuísmos com que se procurou detê-lo, até que o governo teve que recorrer ao expediente fascista e final da dissolução partidária.

Os fundadores do PMDB lembram à nação que a fé e a esperança dos brasileiros insubmissos fizeram de cada um desses motivos de desalento uma oportunidade

para um novo avanço contra o governo, o regime discricionário e a ordem social que o Regime e o governo querem manter. E declaram que a maior truculência de todas – a dissolução coercitiva do Movimento Democrático Brasileiro – será transformada, pela mesma esperança e pela mesma fé, de um número cada vez maior de brasileiros revoltados, no maior de todos os avanços: a construção do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

A nação não esquece que cada arbitrariedade do regime permitiu sempre uma definição mais nítida das forças oposicionistas. Enquanto alguns, nominalmente da oposição, fraquejavam e transigiam, outros, muitas vezes vindo das bases partidárias e dos novos movimentos sindicais e comunitários, engajavam-se na luta. Agora, esse mesmo avanço dar-se-á em dimensão maior. O PMDB congregará todas as correntes verdadeiramente populares e democráticas. Não servirá de instrumento aos que colaboram, direta ou indiretamente, com o governo, nem aos que não estejam realmente dispostos a participar de uma obra de mobilização popular. E ganhará novos quadros que, até hoje, permanecem afastados da política partidária por não identificá-la como veículo adequado aos movimentos de base.

A nação não esquece que o combate ao autoritarismo ensinou a todos que a eficácia da resistência contra um regime que usa as próprias formas constitucionais como armas do arbítrio, dependeu sempre da capacidade de transformar a política partidária num meio de organização e conscientização em profundidade. E, como tal, começar superando o imenso abismo entre a política das cúpulas e a política das bases, entre as aspirações das minorias marginalizadas.

Portanto, o PMDB deseja ser o grande instrumento de aprofundamento da resistência democrática e será, sobretudo, o estuário de todas as correntes do pensamento livre, inconformados com a tutela a que a nação está submetida. Haverá de romper cada vez mais o círculo fechado da política das elites e integrando a atividade partidária e parlamentar numa tarefa maior de pregação e militância. Tarefa que há de ser executada não só no âmbito parlamentar, mas em todos os lugares onde os brasileiros moram e trabalham e em íntima ligação com os movimentos sindicais e comunitários.

O PMDB será o caminho das oposições que compreendam que a luta contra o autoritarismo há de ter o seu desfecho não apenas na reconstitucionalização do Estado, mas na democratização da sociedade, através de um engajamento cada vez mais combativo e organizado de todos os brasileiros e em especial das camadas populares e da classe média. Os compromissos que norteiam o nosso partido e a concepção de sua prática política são os frutos de um duro aprendizado, ganho no curso de uma resistência a que se incorporam lideranças dos movimentos sociais emergentes. As reivindicações definidoras do partido nos campos político e econômico-social serão formuladas à luz dessa experiência histórica concreta. E, se o partido terá por objeto imediato opor-se ao autoritarismo, prefigurará, através da própria maneira de fazer oposição, as linhas-mestras de uma sociedade e uma cultura democratizadas, emancipadas não só das desigualdades cruas, como também dos paternalismos sutis.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro:

1) Prosseguirá e intensificará a luta travada pelo Movimento Democrático Brasileiro em prol das grandes teses democráticas: manutenção do calendário eleitoral, eleições diretas em todos os níveis, defesa da autonomia dos municípios e fortalecimento da Federação, democratização do ensino, anistia ampla, geral e irrestrita, liberdade de informação, restauração dos poderes do Congresso e convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

2) Surgirá disposto a uma política de organização e de mobilização, sobretudo frente aos conflitos, sempre pela via de militância pacífica e democrática.

3) Terá como tarefa fazer uma oposição confiável ao povo, não aos detentores do poder.

4) Dará primazia à obra de mobilização popular, com o fortalecimento das bases partidárias e o avanço e aprofundamento da auto-organização sindical e comunitária dos setores não organizados do povo.

5) Lutará pelas garantias econômicas e jurídicas - a erradicação da miséria e a liberdade de organização - que permitam a execução da tarefa mobilizadora e assegurem a autonomia associativa; defenderá os direitos dos trabalhadores rurais e urbanos, a autonomia e a liberdade dos sindicatos perante o Estado e os empresários, a instituição do delegado sindical nos locais de trabalho, a negociação direta entre patrões e empregados e o direito de greve.

6) Adotará uma forma de organização interna que afirme o princípio do colegiado efetivo na sua direção, que estabeleça um debate participativo e permanente sobre o programa e a ação partidária e que engaje, em todos os níveis, os quadros não parlamentares e as lideranças dos movimentos sociais em formação.

7) Propugnará um programa que aponte o caminho para a democratização das formas de poder, a produção e a erradicação da miséria, sem cair em fórmulas pré-concebidas, nem se satisfazer com a mera redistribuição do consumo.

8) Procurará fazer-se o grande instrumento de uma força majoritária de transformação social que se contraponha não só ao Estado autocrático e à ordem econômica iníqua, como também a uma cultura paternalista e autoritária: um partido combativo e popular, que fale uma linguagem e desenvolva uma prática aberta às classes médias, ao operariado organizado e às massas miseráveis e marginalizadas.

9) Exigirá que a integração da nação - eliminados os abismos entre classes e regiões - se realize por uma política de acumulação e investimento que associe os centros decisórios do Estado às necessidades e à participação dos assalariados e dos pequenos e médios proprietários, em vez de associá-los aos grandes oligopólios nacionais e estrangeiros, que participam do sistema da miséria e da desnacionalização. Lutará pela defesa intransigente dos nossos recursos naturais, hoje explorados de forma predatória e entreguista por grupos internacionais.

10) Proporá frente democrática com outros partidos de oposição que vierem a

surgir, respeitando os compromissos partidários de cada um e lutando por um pluripartidarismo absolutamente livre da tutela estatal e da influência do poder econômico.

Buscamos na fidelidade a esses compromissos, uma sociedade que, através de sua batalha contra o Estado autocrático, seja capaz de organizar-se para praticar a democracia não apenas no governo, mas em todas as instituições onde os homens exercem poder uns sobre os outros. Uma sociedade em que a estrutura constitucional discipline o poder pela rápida resolução dos impasses e pela multiplicação das formas de representação e consulta popular. Uma sociedade em que a eliminação da miséria e das grandes desigualdades seja condição e consequência da militância partidária, sindical e comunitária de base. Uma sociedade, portanto, em que a justa redistribuição do consumo se faça simultaneamente com o fortalecimento da auto-organização coletiva e com a multiplicação das formas de participação popular no poder. Uma sociedade em que se estabeleça o controle político democratizado sobre os fluxos básicos de investimento para assegurar que as diretrizes do processo de acumulação obedeçam as decisões majoritárias. Isso para impedir que a retração dos investimentos subverta os planos reformadores; para orientar o perfil da produção e do consumo, bem como a relação entre indústria e agricultura e entre a economia brasileira e a estrangeira. Tudo para servir às necessidades populares. Mas, ao mesmo tempo, uma sociedade em que se promovam o poder decisório dos operários sobre a organização e a hierarquia do trabalho e os vínculos cooperativistas entre pequenos e médios proprietários, nas cidades e nos campos. Uma sociedade que aproveite a indefinição política de suas classes como oportunidade para a execução de um projeto de democracia mais mobilizante e, portanto mais capaz de penetrar o sistema produtivo e a vida quotidiana. Uma sociedade, por isso mesmo, que multiplique tanto quanto possível, os mecanismos de polêmica e deliberação que permitam aos homens exercer sua liberdade coletiva na reconstrução da vida social.

Os fundadores do PMDB têm consciência da imensa dificuldade do projeto de militância e mobilização que os anima. Mas sabem que sem uma prática intensa de organização popular dificilmente se conseguirá atingir sequer o grau de democracia representativa e de redistribuição da renda e da riqueza que distingue as democracias consolidadas. Sem essa mobilização, o povo estará impotente diante da máquina do Estado ou disponível a lideranças demagógicas e agitações superficiais que só provocam novas reações autoritárias.

As desigualdades de riqueza e de renda, bem como de acesso à segurança, às oportunidades e ao poder no sistema produtivo, são tamanhas e tão enraizadas no Brasil que só cederão a uma força popular combativa e organizada.

Os fundadores do PMDB comprometem-se perante a nação a construir um partido que seja, pelos seus métodos de atividade e pela sua estrutura interna, um prenúncio da ordem social que ele advoga para o país. Assumem esse compromisso conscientes dos perigos e obstáculos que enfrentam: a dificuldade de executar qual-

quer obra mobilizadora num regime de arbítrio sempre disposto às manipulações e perversões institucionais ao capricho de suas conveniências; a enorme distância que ainda separa a militância partidária e a experiência quotidiana dos brasileiros humildes; o despreparo, resultante da descontinuidade democrática, para penoso trabalho de estruturação partidária, de luta em defesa da auto-organização sindical e comunitária e de participação nos conflitos sociais.

A constância e a inconformidade de muitos transformaram um partido indefeso numa organização vigorosa que o regime teve que extinguir para poder, por mais algum tempo, sobreviver. A constância e inconformidade transformarão o sucessor desse partido num movimento que emancipará o país não só do governo, mas do regime despótico, não só do regime, mas da ordem social vigente.

Dezembro de 1979

Assinam o manifesto de criação do PMDB os senadores, deputados e cidadãos abaixo listados:

Senadores: Adalberto Sena (AC); Evandro Carreira (AM); Mauro Benevides (CE); Agenor Maria (RN); Cunha Lima e Humberto Lucena (PB); Marcos Freire (PE); Teotônio Vilela (AL); Nelson Carneiro e Roberto Saturnino (RJ); Itamar Franco (MG); Franco Montoro e Orestes Quércia (SP); Henrique Santillo e Lázaro Barboza (GO); José Richa e Leite Chaves (PR); Jaison Barreto (SC); Paulo Brossard e Pedro Simon (RS).

Deputados:

Aluízio Bezerra, Geraldo Fleming, Nabor Júnior (AC); Mário Frota (AM); Jader Barbalho (PA); Iranildo Pereira, Paes de Andrade (CE); Arnaldo Lafayette, Marcondes Gadelha, Octacílio Queiroz (PA); Cristina Tavares, Fernando Coelho, Fernando Lyza, José Carlos Vasconcelos, Marcus Cunha, Roberto Freire (PE); José Costa, Mendonça Neto, Murilo Mendes (AL); Jackson Barreto (SE); Elquisson Soares, Francisco Pinto, Hilderico Oliveira, Jorge Viana, Marcelo Cordeiro, Raimundo Urbano, Roque Aras (BA); Gerson Camata, Mario Moreira, Max Mauro (ES); Celso Peçanha, Délio dos Santos, Edson Khair, Felipe Penna, Jorge Gama, José Maria de Carvalho, Marcelo Cerqueira, Modesto da Silveira, Oswaldo Lima, Paulo Rattes, Walter Silva (RJ); Edgard Amorim, Fuad Dib, João Herculino, Júnia Marise, Pimenta da Veiga, Ronan Tito, Tarcísio Delgado (MG); Airton Sandoval, Alberto Goldman, Antônio Russo, Audálio Dantas, Aurélio Peres, Cardoso Alves, Carlos Nelson, Del Bosco Amaral, Flávio Chaves, Freitas Nobre, Horácio Ortiz, Israel Dias Novaes, Mário Hato, Octacílio Almeida, Pacheco Chaves, Ralph Biasi, Ruy Côdo, Samir Achôa, Santilli Sobrinho, Tidei de Lima, Ulysses Guimarães, Valter Garcia (SP); Ademar Santillo, Fernando Cunha, Iran Saraiva, Iturival Nascimento, José Freire, Paulo Borges (GO); Carlos Bezerra, Gilson de Barros (MT); Álvaro Dias, Amadeu Geara, Ernesto Dall'oglio, Euclides Scalco, Heitor Alencar Furtado, Hélio Duque, Maurício Fruet, Nivaldo Kruger, Olívir Gabardo, Oswaldo Macedo, Paulo Marques, Sebastião Rodrigues Júnior (PR); Ernesto

de Marco, Francisco Libardoni, Juarez Furtado, Pedro Ivo, Walmor de Luca (SC); Aldo Fagundes, Cardoso Fregapani, Carlos Santos, Eloar Guazzelli, Harry Sauer, Jairo Brum, João Gilberto, Jorge Uequed, Júlio Costamilan, Odacir Klein, Rosa Flores, Waldir Walter (RS); Jerônimo Santana (RO).

Não-parlamentares :Fernando Gasparian, Mauro Borges Teixeira, Jarbas de Andrade Vasconcelos, José Alencar Furtado, José Carlos Mesquita Teixeira, Miguel Arraes de Alencar, Renato Bayma Archer da Silva, Roberto Mangabeira Unger, Pedro Moreno Gondin, Wilson Barbosa Martins, José Serra, Djacir Cavalcante de Arruda, Mário Covas Júnior, Amaury de Oliveira e Silva, Raphael de Almeida Magalhães, Almino Monteiro Alvarez Affonso, Paulo de Tarso Santos, Fernando Henrique Cardoso, Severo Fagundes Gomes, Djalma Marinho Muniz Falcão, Milton Reis, Marcos Wellington de Castro Tito. ⁵

Fundação do PMDB

No dia 15 de janeiro de 1980, menos de dois meses depois de aprovada a lei que extinguiu o **MDB** e autorizou o pluripartidarismo no Brasil, senadores, deputados e membros do extinto **MDB** reuniram-se na sala da Comissão de Relações Exteriores da Câmara para fundarem o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - **PMDB**. Nesta mesma reunião, o deputado Ulysses Guimarães foi aclamado presidente do novo partido. O processo para obtenção do registro se deu nos dias imediatamente seguintes à reunião, de tal forma que em 9 de junho de 1980 o **PMDB** teve seu pedido de Registro Provisório aprovado pelo TSE, que lhe concedeu o prazo de um ano para o cumprimento de todas as exigências legais para obtenção do Registro Definitivo. O processo havia sido julgado em 6 de maio de 1980, Resolução n.º 10.841, Processo n.º 31 e publicado no Diário da Justiça de 11 de junho de 1980. ⁶

Cumpridas todas as exigências legais e devidamente organizado em todo o país, o **PMDB** obteve seu Registro Definitivo através da Resolução n.º 11.042, emitida em sessão do dia 30 de junho de 1981 e publicada no Diário da Justiça do dia 8 de julho de 1981.

A **I Convenção Nacional do PMDB** foi realizada nos dias 6 e 7 de dezembro de 1980, no plenário da Câmara dos Deputados, e foi presidida pelo deputado Ulysses Guimarães. Na pauta, os seguintes itens:

- Organização do PMDB;
- Discussão do Manifesto dos Fundadores, Programa e Estatuto;
- Indicação de Comissões;

- Votação;
- Relatório do Projeto de Código de Ética do partido, pelo deputado Marcelo Cerqueira.

Ao fim da Convenção, ficou deliberado:

- 1 – Empossar o novo Diretório Nacional;
- 2 – Aprovar o Manifesto, o Programa e o Estatuto do partido;
- 3 – Convocar para eleição da Comissão Executiva Nacional e seus suplentes.

A 1ª Comissão Executiva Nacional do **PMDB**, eleita para o período de seis de dezembro de 1980 a seis de dezembro de 1981, foi presidida pelo deputado Ulysses Guimarães. Também a 2ª **Executiva Nacional do PMDB**, escolhida durante Convenção realizada nos dias 5 e 6 de dezembro de 1981, no Auditório Nereu Ramos, em Brasília, teve Ulysses como presidente. Como vices, o senador Teotônio Vilela e como secretário geral o senador Pedro Simon.

O mandato do segundo diretório e da nova executiva nacional acabou sendo de apenas dois meses - de 6 de dezembro de 1981 a 14 de fevereiro de 1982, porque, com a incorporação do PP ao **PMDB**, nova direção partidária foi escolhida no início do ano seguinte.

A incorporação do PP

Com dificuldades de organizar-se devido à rigidez da legislação eleitoral, o PP teve aprovada sua incorporação ao **PMDB**, na Convenção Nacional realizada no dia 20 de dezembro de 1981, no Auditório Petrônio Portela, do Senado, em Brasília, sob a presidência do deputado Ulysses Guimarães. A incorporação havia sido proposta pelo senador Tancredo Neves (PP-MG) e foi aprovada por 331 votos.

Foi marcada, então, uma Convenção Nacional Conjunta (PMDB e PP) para o dia 14 de fevereiro de 1982, na qual foi eleito o novo Diretório Nacional (composto de 71 membros titulares e 23 suplentes), e na qual também foram fixadas as datas das convenções regionais e municipais conjuntas do PMDB e do PP para efetivar a fusão dos partidos nos estados. A 3ª Executiva Nacional manteve o deputado Ulysses Guimarães na presidência. O senador Tancredo Neves foi eleito 1º vice-presidente. Esta Comissão Executiva do PMDB dirigiu o partido de 14 de fevereiro de 1982 até 4 de dezembro de 1983.

Registro do partido

O PMDB está registrado no Cartório Marcelo Ribas, em Brasília, no Livro “A”, número 3, de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, sob o número 2.155 (dois mil cento e cinquenta e cinco), lavrado aos 24/4/1991.

Como símbolo do partido, foi escolhida uma “bandeira”.

Notas

¹ NETO, Casimiro. A construção da Democracia. Brasília, Brasília, 2003, pág. 572.

² http://www.senado.gov.br/comunica/museu/m_freire.htm#inici

³ Cf. discurso proferido pelo deputado Jorge Gama (MDB/RJ), em sessão do dia oito de novembro de 1979.

⁴ O novo cenário partidário, inicialmente, foi composto pelo PMDB (ex-MDB), pelo PDS (ex-ARENA), pelo PP (partido de centro, liderado por Tancredo Neves, pelo PTB (que, depois de uma briga judicial entre Ivete Vargas e Leonel Brizola foi entregue à primeira) e pelo PDT (criado por Leonel Brizola, reunia os autênticos trabalhistas da época de Getúlio Vargas). O PP de Tancredo não conseguiu ifimar-se e acabou fundindo-se ao PMDB. Hoje, no Brasil, funcionam 29 partidos políticos registrados no TSE. São eles:

| SIGLA | NOME | DEPERIMENTO | PRESIDENTE NACIONAL | CARGO | Nº. |
|------------------------|---|-------------|------------------------------------|--|-----|
| 1 PMDB | PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO | 30.06.1981 | MICHEL TEMER | Pres. Nacional / Deputado | 15 |
| 2 PTB (PBD) * | PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO | 03.11.1981 | FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ | Pres. Nacional | 14 |
| 3 PDT | PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA | 10.11.1981 | CARLOS ROBERTO LUPI | Pres. Nacional | 12 |
| 4 PT | PARTIDO DOS TRABALHADORES | 11.02.1982 | RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI | Pres. Nacional | 13 |
| 5 PEL | PARTIDO DA FRENTE LIBERAL | 11.09.1986 | JORGE BORNHAUSEN | Pres. Nacional / Senador | 25 |
| 6 PL (PST/PGT)* | PARTIDO LIBERAL | 25.02.1988 | VALDEMAR COSTA NETO | Pres. Nacional | 22 |
| 7 PC do B | PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL | 23.06.1988 | JOSÉ RENATO RABELO | Pres. Nacional | 65 |
| 8 PSB | PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO | 01.07.1988 | EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS | Pres. Nacional / Deputado | 40 |
| 9 PSDB | PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA | 24.08.1989 | TASSO JEREISSATI | Pres. Nacional / Senador | 45 |
| 10 PTC | PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO | 22.02.1990 | DANIEL S. TOURINHO | Pres. Nacional | 36 |
| 11 ESC | PARTIDO SOCIAL CRISTÃO | 29.03.1990 | VÍCTOR JORGE ABDALA NÓSSEIS | Pres. Nacional | 20 |
| 12 PMN | PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL | 25.10.1990 | OSCAR NORONHA FILHO | Pres. Nacional | 33 |
| 13 PRONA | PARTIDO DE REEDIFICAÇÃO DA ORDEM NACIONAL | 30.10.1990 | ENÉAS FERREIRA CARNEIRO | Pres. Nacional / Deputado | 56 |
| 14 PRP | PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA | 29.10.1991 | OVASCO ROMA ALTIMARI RESENDE | Pres. Nacional | 44 |
| 15 PPS | PARTIDO POPULAR SOCIALISTA | 19.03.1992 | ROBERTO FREIRE | Pres. Nacional / Deputado | 23 |
| 16 PV | PARTIDO VERDE | 30.09.1993 | JOSÉ LUIZ DE FRANÇA PENNA | Pres. Nacional | 43 |
| 17 PT do B | PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL | 11.10.1994 | ANTÔNIO RODRIGUEZ FERNANDEZ | Pres. Nacional | 70 |
| 18 PP | PARTIDO PROGRESSISTA | 16.11.1995 | PEDRO CORRÊA | Pres. Nacional / Deputado | 11 |
| 19 PSTU | PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO (ANTIGO PRT) | 19.12.1995 | JOSÉ MARIA DE ALMEIDA | Pres. Nacional | 16 |
| 20 PCB | PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO | 09.05.1996 | ZULEIDE FARIA DE MELO | Pres. Nacional | 21 |
| 21 PRTB | PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO | 28.3.1995 | JOSÉ LEVY FIDELIX DA CRUZ | Pres. Nacional | 28 |
| 22 PHS | PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE | 20.03.1997 | PAULO ROBERTO MATOS | Pres. Nacional | 31 |
| 23 PSDC | PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO | 05.08.1997 | JOSÉ MARIA EYMAEL | Pres. Nacional | 27 |
| 24 PCO | PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA | 30.09.1997 | RUI COSTA PIMENTA | Pres. Nacional | 29 |
| 25 PTN | PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL | 02.10.1997 | JOSÉ MASCÍ DE ABREU | Pres. Nacional | 19 |
| 26 PAN | PARTIDO DOS APOSENTADOS DA NAÇÃO | 19.02.1998 | DREYFUS BUENO RABELLO | Pres. Nacional | 26 |
| 27 PSL | PARTIDO SOCIAL LIBERAL | 02.06.1998 | EMMANUEL MAYERINCK DE SOUSA GAYOSO | 1º Vice-Pres no exercício da Presidência | 17 |
| 28 PRB | PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO | 14.03.2006 | NATAL WELLINGTON RODRIGUES FURUCHO | Pres. Nacional | 10 |
| 29 PSOL | PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE | 15.09.2005 | HELOISA HELENA | Senadora/Pres. Nacional | 50 |

(*) Incorporação do PSD ao PTB. (*) Incorporação do PST e do PGT ao PL.

FONTE: <http://www.tse.gov.br/> em 27 abril de 2006

⁵ Revista do PMDB, Edição n. 20. Brasília, Fundação Ulysses Guimarães, maio de 2005. Pág. 15-20

⁶ LEÃO, Elizabeth. Do MDB ao PMDB. Brasília, Fundação Ulysses Guimarães, 2005.

Pedido de filiação gera debate sobre partido político

Capítulo 7

Vivíamos o ano de 1981, o país passava por importantes transformações, a sociedade brasileira havia conquistado avanços significativos no processo de organização social. O absurdo institucional do AI-5 havia sido revogado no fim de 1979, as manifestações populares ganhavam as ruas, e a Ditadura Militar imposta desde 1964 estava sendo empurrada contra a parede. Os sinais de abertura eram fortes e irrevogáveis.

No campo político, assistíamos à reorganização partidária, depois de vencido o período do bipartidarismo – ARENA e MDB – imposto pelo arbítrio. Justamente neste quadro político, pede filiação ao partido o sr. Jânio da Silva Quadros, que vinte anos antes, em 1961, depois de ocupar a Presidência da República por sete meses, eleito que fora com espetacular maioria, renunciara ao mais alto cargo da nação, denunciando “forças ocultas”, que jamais foram esclarecidas.

O pedido de filiação foi indeferido na base, nos diretórios municipal e regional do partido, em São Paulo. Personalidade forte e polêmica, mais temido do que respeitado por seus adversários, grave no verbo e nos gestos, Jânio Quadros, que já passara por vários partidos, sempre crítico do **MDB**, contestou a decisão e requereu sua filiação diretamente à direção nacional.

As manifestações contrárias à filiação de Jânio foram várias, formando-se alentado processo em que se discutiu com profundidade o conceito de “Partido Político”. Muitas e brilhantes manifestações do impugnado e dos impugnadores conduzem às últimas conseqüências o entendimento do papel e do compromisso de um partido político, essa instituição atualmente tão desmoralizada.

Hoje, quando a compra e a venda de políticos para a troca de partidos estão na “ordem do dia”, sem qualquer questionamento quanto ao com-

promisso com o programa partidário; quando sequer cogita-se de ideologia, ou mesmo ideais programáticos dos partidos; quando o Parlamento virou “uma praça de negócios”, conforme denunciara Ruy Barbosa ao defender o sistema parlamentarista; quando os partidos se desfazem num amontoado de interesses fisiológicos; quando o debate republicano virou utopia de poucos “caretas” sonhadores, é oportuno e aconselhável reproduzir páginas que engrandecem a vida pública e nos consolam dos desalentos atuais.

O processo que indeferiu a filiação de Jânio Quadros ao **PMDB** retrata com que seriedade o assunto “filiação” era abordado pelos seus membros. Por isso mesmo, parece-nos de inquestionável valor histórico resgatar a forma responsável e conseqüente como se tratava a filiação partidária naqueles dias. Ao negar-se a receber o ex-presidente, o **PMDB** dava mais um exemplo da postura firme e coerente com que construiu sua história.

Assim, a transcrição de algumas peças deste rumoroso processo restaura, em parte, a bela e edificante história do **MDB/PMDB**.

Outubro de 1981

Os relógios marcavam 15 horas do dia 8 de outubro de 1981 quando os documentos requerendo a filiação do ex-presidente Jânio da Silva Quadros deram entrada junto à Comissão Executiva Nacional do **PMDB**. A documentação vinha encabeçada pelo requerimento de filiação de Jânio:

Exmos. Senhores Membros do Diretório Nacional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro:

Tenho a honra de encaminhar, em anexo, as quatro vias de minha ficha de inscrição partidária conforme prescreve o § 4º do artigo 115 da Resolução nº. 10.785 do Tribunal Superior Eleitoral. Faço-o para requerer desse Diretório Nacional o registro da minha filiação ao **PMDB**, exercendo a faculdade que me outorgam o § 2º do artigo 64 da lei 6.767, de 20 de dezembro de 1979, e o § 2º do artigo 8º do Estatuto do partido.

O momento requer, não apenas, que reitere aqui minha adesão e conformidade com o Estatuto, Programa e idéias do **PMDB**, mas, também, que ponha ênfase na intenção de que minha militância política concorra para que se cumpram aquelas elevadas finalidades.

O Brasil vive uma crise profunda, que exige o esforço generoso e patriótico de todos os cidadãos para que seja superada.

As condições de vida de nosso povo, sempre penosas para a esmagadora maioria, deterioraram-se, ainda mais, em razão de graves tropeços econômicos. Menos por força das perturbações internacionais, que a crise energética nos impõe, e mais por equívocos maiores das políticas econômicas dos governos, sofremos os efeitos simultâneos da maior inflação de nossa História, de uma dependência externa, que se manifesta através de dívida asfixiante, e do desemprego, imposto pela redução de atividades de importantes setores da produção.

Para essa situação, muito concorreu a precariedade da crítica e do debate imposta pelas leis de exceção. Suas conseqüências mais graves abateram-se, não obstante, sobre a estrutura institucional brasileira. Desde a hipertrofia hegemônica do Poder Executivo, até um centralismo unitário que esvaziou a Federação, o artificialismo desfigurou o Estado brasileiro, afastando a versão legal da verdade dos fatos, e da vontade das maiorias nacionais.

O permanentemente casuísmo que impede a estabilização dos partidos e do sistema eleitoral constitui mais um obstáculo para o aperfeiçoamento da democracia brasileira.

O quadro sombrio se completa com a crise moral; com o naufrágio da administração dos bens e dos dinheiros públicos. A corrupção campeia desde as formas do crime organizado e dos tráficos incontáveis, até os negócios maiores.

Tenho mais do que a esperança, estou firmemente convencido de que esta situação soerguerá as forças vivas do país, que o resgatarão, renovando-o, revitalizado, civicamente, para a luta.

O art. 3º do Estatuto do PMDB enquanto diz "o partido será integrado por todos os cidadãos que aceitem o seu Programa e o seu Estatuto e estejam dispostos a lutar pelo Estado de Direito Democrático, através de uma Assembléia Nacional Constituinte, precedida de todas as liberdades políticas e de livre e ampla organização partidária", não só resume a definição de uma organização democrática, como também atende aos reclamos deste momento grave da vida nacional.

A união de todos para a superação da crise e para retomar os caminhos do desenvolvimento e da emancipação nacionais, é o projeto hierarquicamente prioritário, que reclama a mobilização geral sob as legítimas bandeiras da oposição.

Este projeto inclui, também, a conquista de postos executivos e, com maior empenho, de expressivas maiorias no provimento das Casas Legislativas. Este objetivo deve ser alcançado como condição para reformular o processo político-jurídico-institucional, dando-lhe legitimidade e garantindo o aperfeiçoamento democrático.

Confiando na união das maiorias populares em torno desta causa, solicito minha filiação ao PMDB, consciente da responsabilidade de representar centenas de milhares, quiçá milhões, de companheiros em toda a Federação.

Através da consulta e do debate, encontraremos a forma e reuniremos os meios para superar a crise atual e alcançar os níveis indispensáveis de emancipação nacional.

Estas razões e estes propósitos, com a extensão e as conseqüências que alcançam todo o processo político brasileiro, quis apresentá-las ao Diretório Nacional do PMDB. Faltaria à responsabilidade que tenho ante o povo brasileiro se consentisse que fossem estorvados pelo acanhamento de visão e paixões paroquiais e, até, preconceituosas.

Tais razões e propósitos transbordam os limites do distrito em que voto, e vão além das fronteiras de São Paulo. Só por este motivo superior, e não pelo desejo de subtrair-me das tradições e normas do partido é que procuro o Diretório Nacional. Vim para unir e somar. Alisto-me qual soldado, para ajudar as oposições a exprimirem a vontade esmagadoramente majoritária do povo brasileiro, no pleito de 1982.

Completo este requerimento, antecipando minha decisão de apresentar a esse Diretório Nacional a contestação a que tenho direito, no caso de que minha filiação seja impugnada. Nesta hipótese, ficaria honrado se me fosse permitido comparecer pessoalmente perante os membros desse Colégio, antes de julgada a eventual impugnação. Justifico o pedido com o propósito de sustentar, oralmente, as razões de minha possível contestação escrita, e de aduzir esclarecimentos que me solicitem, de modo a que não falem elementos ou informações para que o partido delibere. Assim, assumiremos perante a nação os deveres que sobre nós pesam: servir com desinteresse e justiça; trabalhar com impessoalidade; sujeitar-se à honra; construir, no presente, o Brasil livre, equânime e próspero, a que dediquei uma longa vida, sempre alicerçada no voto popular.

Recebido o pedido, o PMDB afixou o “Aviso do Pedido de Inscrição” nas salas da Presidência e da Secretaria Geral do partido no Congresso Nacional e na Portaria do Edifício Principal da Câmara dos Deputados, conforme exigia o artigo 116, § 1º, da Resolução do Tribunal Superior Eleitoral, nº 10.785, de 15 de fevereiro de 1980.

O Aviso informava que, de acordo com a legislação em vigor, o prazo de impugnação do pedido de filiação terminaria às 18 horas do dia 13 de outubro de 1981, e, em eventualmente alguma impugnação ocorrer, o impugnado teria prazo até às 18 horas do dia 16 de outubro para apresentar sua contestação.

Almino Affonso apresenta impugnação de filiação

Apenas um dia depois de afixado o Aviso, o sr. Almino Affonso, na qualidade de fundador e de membro filiado do **PMDB**, entra com documento de “Impugnação de Filiação” junto ao Diretório Nacional do partido. Seria a primeira de sete impugnações. O arrazoado de Almino Affonso constitui uma das mais importantes peças do pensamento político brasileiro sobre o tema:

COMPANHEIRO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PMDB

Referência: Impugnação de filiação.

Almino Affonso, brasileiro, casado, advogado, domiciliado e residente nesta Capital, à Rua Oscar Freire nº. 2.595 – apto 25, eleitor inscrito na 5ª zona, distrito do Jardim América, sob nº. 525.521 (Doc. 1), na qualidade de fundador e membro filiado do PMDB, com base no artigo 65, § 1º, da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, combinado com o artigo 8º, § 5º, do Estatuto do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, vem, respeitosamente, IMPUGNAR o pedido de filiação partidária do sr. JÂNIO DA SILVA QUADROS, pelo que passa a expor, ponderar e a final requerer:

I FUNDAMENTO JURÍDICO

Partido político é uma forma de organização de um grupo social que propõe instrumentar a vontade popular com o fim de assumir o poder para a realização de seus objetivos programáticos. No sistema brasileiro, a Constituição (art. 152, § 22, inciso III) e a Lei Orgânica dos Partidos (arts. 3º, 20, 70 entre outros) elevam o programa partidário à condição de princípio essencial à constituição e funcionamento do partido. Esse programa é o elemento que consubstancia a ideologia ou os interesses que, por seu lado, formam o nexo e a força agremiativa interna do partido, derivados do corpo de seus filiados.

Dentro dessa visão, é que PIETRO VIRGA define os partidos como associações de pessoas com uma ideologia ou interesses comuns que, mediante uma organização estável, têm em mira exercer influência sobre a determinação das diretrizes políticas do país (Cf. “Diritto Costituzionale”, 6ª edição, pág. 243. Milão, Dott. A. Giuffrè – Editores, 1967). Essa natureza de associação é reconhecida por publicistas brasileiros em geral. Assim, para PAULINO JACQUES, os partidos são: “associações políticas que, organizadas sob a inspiração de idéias, procuram realizá-las através da pregação cívica e da ação política” (Cf. “Curso de Direito Constitucional”, 7ª edição, pág.321. Rio, Forense, 1974). Por sua vez, ROSAH RUSSOMANO entende que os partidos são “grupos sociais, onde cada um entra e de onde cada um sai livremente e nos quais certas opiniões e certas tendências unem os seus membros

para uma ação política comum" (Cf. "Curso de Direito Constitucional", 2ª edição, pág. 205. São Paulo, Saraiva, 1972. Cf. também: FÁVILA RIBEIRO, "Direito Eleitoral", págs. 226/227. Rio, Forense, 1976).

Os partidos políticos assentam-se no princípio associativo. Neles se especifica a liberdade de associação genericamente consagrada no artigo 153, § 2º, da Constituição Federal. Por isso mesmo é que ninguém pode ser obrigado a entrar ou a permanecer num partido político. Significa dizer, portanto, que o partido é "organização de recrutamento voluntário, uma vez que nele o ingresso não é obrigatório" (FÁVILA RIBEIRO, Op. cit., pág. 215). Mas, de outro lado, ninguém tem direito subjetivo de filiação em determinado partido. Ou seja: ninguém tem o direito de ser admitido contra a vontade do partido. E como essa vontade é traduzida? Obviamente, através de seus órgãos de direção (Lei Orgânica dos Partidos, artigo 22, II). As lições de FÁVILA RIBEIRO deixam isso muito claro:

- "Todavia, muito embora a inclusão nos quadros partidários dependa de adesão voluntária, não quer significar que o acesso em todos os partidos seja sempre franqueada a qualquer componente do corpo eleitoral. Há partidos um tanto herméticos que condicionam a admissão de filiados a certas provocações iniciatórias e dependentes de acolhimento das cúpulas dirigentes" (Op.Cit, pág. 215).

O PMDB não é certamente um partido hermético. Mas, é um partido que tem, como qualquer outro, o direito de recusar a filiação de pessoas que já provaram sua inadequação com qualquer disciplina partidária. Teorizando sobre os partidos políticos, MAURICE DUVERGER mostra que se podem distinguir dois tipos de filiação partidária: a adesão aberta e a adesão regulamentada. A primeira, segundo DUVERGER, "não implica outra condição nem formalidade além da assinatura de uma ficha de adesão (e o pagamento de uma mensalidade): a entrada ao partido, portanto, é livre". Já a outra, a adesão regulamentada, pressupõe um procedimento complexo: "um pedido de admissão do interessado, uma decisão de admissão tomada por um organismo responsável do partido. O poder de admissão pertence, geralmente, à seção local, com possibilidade de recurso às instâncias superiores, em caso de negativa. Às vezes o pedido deve ser instruído com o parecer de uma comissão especial. Com freqüência, o sistema se completa com um aval obrigatório: um ou dois membros do partido devem abonar as qualidades políticas e morais do postulante sob a responsabilidade de seu próprio nome". (cf. MAURICE DUVERGER, "Los partidos Políticos", 4ª edição, págs. 101/102. Fondo de Cultura Económica, México, 1972).

Analisando-se a Lei Orgânica dos partidos, vê-se que ela consagra, ao definir o procedimento da filiação partidária, o sistema da "adesão regulamentada": o postulante formula o pedido de inscrição ao preencher a ficha de adesão, apoiando, ademais, expressamente, o programa e o estatuto partidário; abre-se a possibilidade, a todo e qualquer filiado ao partido, de impugnar o pedido do filiando; e os órgãos do partido, a Comissão Executiva Municipal em primeira instância e a Comissão Executiva Regional em grau de recurso, decidem se aprovam ou não o pedido.

E quais podem ser os fundamentos para rechaçar a pretensão do postulante? Em primeiro lugar, os da lei: não estar no pleno gozo dos seus direitos políticos, de acordo com o artigo 62; ou estar filiado em outro partido conforme o artigo 69, inciso IV. Afora esses condicionamentos legais, as impugnações podem escudar-se em razões estritamente políticas.

Como se assinalou em outro tópico, o estatuto e o programa partidários constituem elementos essenciais à constituição e funcionamento dos partidos políticos, por determinação da lei (Lei Orgânica dos partidos, art. 20). A disciplina partidária é outro princípio importante do funcionamento dos partidos, exigido expressamente pela Constituição Federal (art. 152, § 2º, IV). E a Lei Orgânica dos Partidos, desenvolvendo esse princípio constitucional, estabelece regras disciplinadoras para os filiados, sujeitando-se inclusive a sanções quando faltam com os deveres de disciplina (que os estatutos partidários impõem e especificam), bem como com o respeito a princípios programáticos. Ora, se a lei assim impõe, aos próprios filiados, observância rígida de disciplina e respeito aos princípios programáticos, nas mesmas bases se estriba o direito de recusar pedido de filiação de qualquer cidadão que não se coadune com a linha programática ou a estratégia política do partido, ou ainda, reconhecidamente, seja um cidadão avesso à disciplina partidária.

Vê-se, pois, que é a lei que dá toda a base jurídica para fundamentação política de uma recusa a um pedido de filiação partidária. O fato (gerador da impugnação) é político, na medida em que todo partido tem uma dimensão política; e a lei que regula sua constituição, seu funcionamento, sua estrutura enfim, normatiza fatos políticos. Disciplina partidária, programa partidário, ação partidária... são fatos políticos condicionados pelo direito partidário positivo. Por isso, toda conduta de filiado contrária a esses elementos fica sujeita à apreciação jurídico-política; por isso, também, é que a conduta de quantos pretendem ingressar no partido fica sujeita à mesma apreciação jurídico-política para decidir-se da convivência ou não do deferimento do pedido.

II FUNDAMENTO POLÍTICO

1. Oposição ao regime autoritário

O PMDB assume, como compromisso político básico, a luta pela reorganização democrática do país, fundada na vontade do povo. Em decorrência, proclama a ilegitimidade do regime autoritário instituído, em 1964, pelo Golpe de Estado.

O PMDB não se limita a opor-se ao governo, criticando-lhe a incompetência ou os desmandos administrativos. Ao revés, denuncia a natureza antinacional e antipopular do regime autoritário, que se projeta numa política econômica e social que está levando o país à falência e o povo, literalmente, à fome. O PMDB, sem disfarce algum, é um partido de oposição.

As instituições montadas pelo regime autoritário, inclusive o sistema repressivo, tiveram e continuam tendo uma função inequívoca: a de calar o povo para que, mais facilmente, uma minoria privilegiada conseguisse uma espantosa concentração da

renda e, ao mesmo tempo, as multinacionais ocupassem quase todos os setores da economia do país.

A oposição que o PMDB encarna contrapõe-se ao regime autoritário em todos os seus aspectos. Por isto mesmo, no Manifesto dos Fundadores, pôde-se afirmar: "O PMDB congregará todas as correntes verdadeiramente populares e democráticas. Não servirá de instrumento aos que colaboram direta ou indiretamente, com o governo, nem aos que não estejam realmente dispostos a participar de uma obra de mobilização popular".

Diz ainda o Manifesto dos Fundadores, com uma clareza absoluta: o PMDB "terá como tarefa fazer uma oposição confiável ao povo, não aos detentores do poder". Assim sendo, o mínimo que deve exigir de quem pretenda incorporar-se às suas fileiras é a clareza política, sem subterfúgios ou ambivalências, a respeito de sua posição em face do regime autoritário. E não basta que ela se expresse nas palavras. É preciso que ela flua de sua própria prática política.

Ora, o sr. Jânio Quadros (que agora pleiteia inscrever-se no PMDB) não é um homem de oposição ao regime autoritário. Em nenhum instante definiu-se como tal. Ao contrário, em várias oportunidades ele se manifestou, direta ou indiretamente, a favor do AI-5. Numa declaração mais antiga, ele chegou a afirmar que o referido ato institucional podia significar a vontade democrática ("Jornal do Brasil", 18/abril/1975). Depois sugeriu que o AI-5 fosse incorporado à Constituição ("Correio Brasiliense", 22/agosto/1977). E, não faz muito, o "Estado de Minas Gerais" estampou opinião sua favorável a um governo forte que pudesse cassar mandatos populares... (16/julho/1981).

Tudo quanto temos de "abertura política", ele credita ao presidente João Batista Figueiredo. A resistência democrática (pela qual tantos foram presos, humilhados, torturados e não poucos foram mortos) é irrelevante... O que houve de conquista da cidadania, através de todos os setores sociais, ele ignora. Alguns exemplos bastam:

- "... as liberdades que usufruímos nos foram outorgadas e não conquistadas" ("Folha de São Paulo", 21/fevereiro/1981).

- "Tenho dito reiteradamente que a relativa liberdade da qual estamos gozando não foi por nós conquistada, é uma concessão, um presente. Isto é, em dado momento a Revolução se encaminhou para a abertura. Dizem que ela sofreu pressões internas e externas para conceder-nos esta liberdade limitada. Não sei". ("Shopping News-City-News", 22/fevereiro/1981).

O comportamento público do sr. Jânio Quadros é um curioso jogo de cena. Reserva, invariavelmente, a melhor de suas homenagens ao presidente João Batista Figueiredo. No afã de adulá-lo, não se acanhou de atribuir à Oposição até mesmo a responsabilidade pelo enfarte que o prostrou, conforme telegrama publicado nos jornais... Poderá dizer-se que esse fato é tão menor que nem deveria constar deste arrazoado. E, efetivamente, o é. Porém é importante recordá-lo para que se veja o quanto o sr. Jânio Quadros agride a oposição e o quanto procura dissociar-se dela publicamente, para que a ponte estendida ao Palácio do Planalto não sofra abalos.

Não é por acaso que a imprensa, através de alguns de seus mais destacados comentaristas políticos, não titubeia em ver nele uma liderança estreitamente relacionada com o regime autoritário. Cabe transcrever alguns tópicos, apenas a título de ilustração:

- "A decisão já está tomada no Palácio do Planalto: o governo quer mesmo a vitória de Jânio Quadros em 1982, nas eleições de governador em São Paulo. E, segundo assessores presidenciais o plano para que ela se torne realizável já está em pleno andamento" ("Jornal da Tarde", SP, 09/dezembro/1980).

- "O ex-presidente, a propósito, não esconde a sua intenção de prestar ajuda política ao general João Figueiredo, pessoa a quem invariavelmente elogia e que o leva a deixar recados de que, se receber um convite para um encontro, o receberá como uma ordem" ("O Estado de São Paulo", 17/dezembro/1980. Coluna da responsabilidade de A.T.C.).

- "O apoio à candidatura do sr. Jânio Quadros à sucessão do governador Maluf poderá representar uma alternativa viável para o PDS paulista, que não dispõe de quadros eleitorais suficientes, no momento, em condições de enfrentar as oposições em 1982". ("Jornal do Brasil", 21/fevereiro/1981).

- "Três pessoas de expressão política estiveram empenhadas em conduzir Jânio Quadros ao PDS: o ministro do Planejamento, Delfim Neto, que foi o primeiro interlocutor, logo após seu regresso ao Brasil; o ex-ministro-chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva; e o líder do PDS na Assembléia Legislativa, deputado Faúze Carlos".

- "Nas conversas que mantive com esses elementos do partido do governo, o ex-presidente evitou fazer definições, ouviu com atenção o que lhe diziam e assumiu um comportamento contrário à sua natureza, ouvindo mais do que falando. Em momento algum ele fechou as portas de ingresso a esse partido". ("O Estado de São Paulo", 1º/outubro/1981. Coluna da responsabilidade de A.T.C.).

As relações pessoais, obviamente, fazem parte da vida privada. Cabe deixá-las à margem do debate político. Porém, os periódicos encontros que o sr. Jânio Quadros mantém com o ministro Delfim Neto, de acordo com o registro da imprensa, revelam a existência de conversações políticas, se não mesmo de acordos cujos alcances podem incluir a própria estratégia de seu ingresso no PMDB. Faz poucos dias, ao chegar da Europa (depois de dois meses e meio de viagem!) saiu do Aeroporto diretamente para a casa do sr. Delfim Neto... Um dia depois, jantava com o general Golbery do Couto e Silva. No mínimo, pode-se dizer com segurança que o sr. Jânio Quadros tem um excelente trânsito junto aos condestáveis do regime.

Na verdade, o problema é de raiz. As afinidades políticas entre o sr. Jânio Quadros e o regime autoritário remontam à decantada "renúncia", a que ele atribui grandeza histórica e que, na realidade, não passou de uma tentativa de Golpe de Estado... O testemunho do sr. Carlos Lacerda é definitivo. Basta lê-lo em sua obra "Depoimento" (Editora Nova Fronteira, Rio, 1980). Porém, mais importante é a própria reve-

lação do sr. Jânio Quadros em sua obra "História do Povo Brasileiro", escrita de parceria com o prof. Afonso Arinos de Melo Franco.

Com efeito, confessa ele: "Posto em movimento o esquema, compenetrados e ajustados os ministros militares quanto a esse objetivo essencial, a sua consecução não poderia falhar. Seu raciocínio foi o seguinte: primeiro, operar-se-ia a renúncia; segundo, abrir-se-ia o vazio sucessório - visto que a João Goulart, distante na China, não permitiriam as forças militares a posse e, destarte, ficaria o país acéfalo; terceiro, ou bem se passaria a uma fórmula, em consequência da qual ele mesmo emergisse como primeiro mandatário, mas já dentro do novo regime institucional, ou bem, sem ele, as forças armadas se encarregariam de montar esse novo regime, cabendo, em consequência, depois a um outro cidadão escolhido por qualquer via - presidir ao país sob o novo esquema viável e operativo"... (Cf. JÂNIO QUADROS e AFONSO ARINOS, "História do Povo Brasileiro", volume 5º, págs. 241/242).

A clareza do sr. Jânio Quadros não poderia ser maior: "O plano, porém, falhou exatamente na vacilação dos chefes militares. João Goulart, compadecendo-se com a reforma parlamentarista, desfez, talvez sem sabê-lo, todo o plano concertado" (Op.cit., pág. 242). E é compreensível, portanto, que o sr. Jânio Quadros não seja oposição ao regime autoritário. Não se expõe a aderir de imediato a ele porque ficaria sem espaço, em termos eleitorais... Busca, então, a via oblíqua: enquanto ele próprio, através da ambivalência de suas atitudes, consolida a confiabilidade de seu nome junto ao regime, espera que o PMDB lhe assegure o trânsito junto ao povo...

2. Adesão ao programa partidário.

Ao assinar a ficha de inscrição partidária, o sr. Jânio Quadros também declarou-se conforme com o programa e o estatuto do PMDB. Há que ser claro: para ele isso não passa de mera formalidade. Em seu manifesto, no qual anunciou a opção pelo PMDB, ele deixou evidente o seu descompromisso: "O processo manipulador, culto sob o eufemismo de reforma eleitoral, restabeleceu o maniqueísmo, As urnas de 1982 terão, uma vez mais, natureza plebiscitária. Desse modo, as organizações partidárias originais recuperam seu caráter de frentes políticas, ignorando diferenças programáticas ou ideológicas" ("Jornal do Brasil", 03/outubro/1981).

Todas as vezes que o sr. Jânio Quadros referiu-se ao Programa do PMDB, sempre o desmereceu, apontando-o como vazio, indefinido, inócuo. Na ânsia de combater o PMDB, não se acanhou de distorcer ou até mesmo falsear as posições políticas do partido. Vale recordar alguns de seus artigos, para que se veja até onde avançou no desrespeito à verdade:

"A oposição apoiou a hipertrofia estatal e, com entusiasmo, assistiu à depedração de recursos financeiros tanto capturados no orçamento fiscal como os proporcionados pela via inflacionária, através do eufemístico orçamentário". E mais adiante: "Esta foi a colaboração que a dinastia pseudo oposicionista deu à Ditadura e ao sistema. Coonestou-os". E finalmente: "Procedeu e procede, todo o tempo, com o complexo de todos os bastardos: odeia sua origem ilegítima, porém cobiça a herança" (Cf. artigo "O Cavalo de Tróia", "Folha de São Paulo", 27/fevereiro/1981).

A gratuidade da acusação é absoluta. Bastaria uma vista d'olhos no Manual da Campanha do MDB 1978 e no Programa do PMDB (págs. 28/29), para que o sr. Jânio Quadros verificasse a diretriz partidária, ontem e hoje, precisamente oposta ao que ele escreve. Além disso, quem denunciou todo o processo de especulação financeira no país foram os economistas da oposição, militantes do MDB e do PMDB. Ou ele acha que o partido se esgota ao nível da representação parlamentar? Merece atenção a conjugação do verbo: "procedeu e procede". Portanto, sua agressão é atual, abrangendo, obviamente, o PMDB.

"Continua esta pseudo-oposição" (na lógica do texto refere-se ao PMDB) "engandando o povo, afirmando ser a inflação menos ruïnosa que a recessão, entendida esta última como a consequência imposta pela diminuição dos investimentos estatais, com sua esteira de desemprego e redução salarial" (Cf. artigo "O Cavalo de Tróia", "Folha de São Paulo", 27/fevereiro/1981).

A afirmação é falsa e espanta o descompromisso ético de quem, para tomar de empréstimo a roupagem da oposição, chega a esse extremo. Tanto o MDB quanto o PMDB denunciaram sempre à sociedade os males da inflação; e nunca defenderam, como alternativa, a recessão. A propósito, cabe lembrar um trecho específico do Programa: O PMDB "repele a idéia de que para combater a inflação seja imprescindível levar a economia à recessão, comprimir os salários e aumentar o desemprego" (pág. 26).

"Referindo-se à política do ministro Delfim Neto, afirma: "... adotaram-se políticas de contenção do consumo, usando mecanismos e instrumentos monetários e creditícios. Não sem reclamar, não sem protestos, comprimiram-se os padrões da vida da população. É amargo o remédio inflacionário. Não posso criticar o governo por tê-lo adotado com coragem" (Cf. artigo "A lição Argentina", "Folha de São Paulo", 07/abril/1981).

No acima referido artigo, o sr. Jânio Quadros apóia claramente a atual política recessionista que castiga a massa trabalhadora, precisamente a que não desfrutou das épocas de bonança econômica. O respaldo que lhe dá é clássico, em nada diferindo de Gudin, Simonsen, Campos, etc., na linha de quem lava as mãos: "a recessão é um mal necessário"... Pois o PMDB sustenta que não. O partido entende que há soluções técnicas para combater a inflação, minimizando os sacrifícios dos setores mais humildes da população.

No artigo "Uma Análise", fazendo comentários a respeito da crise econômica, conclui o sr. Jânio Quadros:

"Não culpamos ninguém, e menos ainda o ministro Delfim, cujos sapatos não devem ser invejados" ("Folha de São Paulo", 20/janeiro/1981).

A rigor, não há como pensar o sr. Jânio Quadros atado a compromisso programático. Quando ele se inscreveu no PTB, disse com todas as letras que o fazia porque ele, partido, o deixava plenamente livre para atuar conforme lhe parecesse. E no passado mais distante, ao fazer-se candidato a deputado federal pelo

então PTB, no estado do Paraná, também timbrou em considerar que isso não significava adesão ao partido (Cf. JÂNIO QUADROS e AFONSO ARINOS, Op.cit., pág.207, 5º volume).

Aliás, basta ler-lhe o retrato desenhado por ele próprio: "Ao empossar-se na Presidência da República, a imagem que dele preponderava na opinião pública era a seguinte: Jânio Quadros contava quarenta e quatro anos de idade; moço ainda, conquistava a suprema magistratura do país na base de suas qualidades pessoais, já que não se fizera, no curso de rápida vida pública, nem catalisador de tendências político-partidárias definidas, nem defensor, ostensivo ou velado, de grupos de pressão poderosos, visto como, ao contrário, ousara apresentar-se sempre com ampla mobilidade crítica, verberando - através de pregação moral e de externados anseios de justiça social - partidos, tendências, instituições, correntes e indivíduos (Cf. JÂNIO QUADROS e AFONSO ARINOS, Op.Cet., pág. 213, 5º volume).

Essa é a imagem que ele faz de si mesmo. Se acaso prevalecer seu pedido de filiação partidária, ninguém se faça ilusão: entre ele e o PMDB não haverá, a uní-los, qualquer compromisso programático.

3. O PMDB como partido de Massas.

A organização de um partido de massas, realmente democrático em sua estrutura interna e enraizado nas lutas sociais, é uma tarefa fundamental para quantos se sintam comprometidos com a democratização da sociedade brasileira.

O PMDB, declaradamente, quer ser um partido de massas. Um partido aberto à militância do trabalhador, do estudante, do negro, da mulher, do intelectual. Um partido, cuja prática seja uma escola de superação do personalismo, onde não haja lugar para o caudilho. Um partido moderno, reflexivo e sério, capaz de participar da responsabilidade histórica de comandar o processo de transformação social, geradora de uma sociedade igualitária, em função dos interesses das grandes maiorias.

Ao enunciar os princípios básicos que norteiam o PMDB, o programa partidário registra sem vacilações: "As camadas populares devem participar ativamente da vida partidária, requisito essencial para que seus interesses sejam representados e defendidos. O PMDB é um partido de massas, que não se limita à sua expressão parlamentar. Atuará, permanentemente, e não apenas nos períodos eleitorais... Será uma organização que vincula, sem tutelá-los, os movimentos sociais e reivindicatórios à vida política".

Entre o projeto e a realidade, ainda há uma grande distância. O PMDB é um partido em construção. O importante é que esse objetivo (o partido de massas) não se esgota numa declaração programática: há muitos trabalhadores, muitos jovens, muitos intelectuais militando no PMDB em nome dessa idéia-força. Há muitas lideranças novas que se vão firmando em torno desse propósito. E há muitos diretórios já organizados à imagem e semelhança desse modelo... O PMDB, entendendo-o inclusive como herdeiro das lutas do MDB, é uma obra coletiva: sem donos e sem demiurgos.

Ora, o sr. Jânio Quadros não é homem de partido. Nunca o foi. No passado, afora

curta passagem pelo Partido Democrático Cristão, tudo o mais para ele foram siglas que lhe garantiram o requisito às disputas eleitorais... O Partido Socialista Brasileiro, o Partido Trabalhista Nacional, o Partido Trabalhista Brasileiro, a União Democrática Nacional, de todos usou a legenda sem qualquer militância partidária. Jamais se deu ao cuidado de colocar o prestígio de seu nome a serviço da organização política do povo. Tudo girou sempre ao redor dele próprio, num personalismo que empobrecia a vida pública e dificultava o amadurecimento político do povo.

Agora mesmo, nesta fase tão difícil da vida nacional, o sr. Jânio Quadros não se mostra preocupado com a organização partidária. Tão logo foram extintos, pela prepotência de uma lei espúria, o MDB e a ARENA, abriu-se no país um grande debate sobre a reorganização partidária. O sr. Jânio Quadros aguardou o quanto pode, poupando-se. Definiu-se, depois, pelo PTB, do qual em seguida retirou-se, apressadamente... E antes disso e depois disso, foi a dança da disponibilidade: esteve próximo de um acordo com o PP, propondo-se ser o grande eleitor do sr. Olavo Setúbal para governador de São Paulo; lateralmente, ia e vinha em conversas com o sr. Laudo Natel e o sr. Delfim Neto; depois, através de seus emissários, passou a bater à porta, quase em desespero, do PMDB... E, como se fosse pouco, não está descartada a hipótese de ir-se para o PDS...

Enquanto busca uma legenda partidária através da qual possa vir à tona, o ex-presidente não se esquece de ir constituindo o chamado "Movimento Popular Jânio Quadros"... Assim como no passado, sem qualquer inovação. Coloca-se, no entanto, um problema: dissolve-se o referido Movimento, se acaso a Comissão Executiva deferir-lhe o pedido de filiação? Ou continuaria, como um corpo paralelo, aumentando-lhe a área de manobra?

Essa ampla mobilidade pode parecer, à primeira vista, expressão de um grande talento político. Mas, na verdade, ela apenas traduz o grande desconpromisso do sr. Jânio Quadros. Não haverá de ser com homens assim que o PMDB logrará converter-se num partido de massas. Não poderá ser preso a lideranças personalistas que o povo exercitará a prática participatória. A presença do sr. Jânio Quadros num partido em formação, como o PMDB ainda o é, será profundamente desagregadora. Depois de dezessete anos de regime autoritário, o povo recomeça a caminhada interrompida: é preciso que, ao menos, a legenda do PMDB (a rigor nascida na resistência democrática) não lhe caia em descrédito.

Entre o projeto do PMDB como partido de massas e a visão política do sr. Jânio Quadros, definitivamente, há um antagonismo insuperável.

4. A resistência interna

O repúdio ao ingresso do sr. Jânio Quadros é generalizado. Por toda parte, no interior e na capital, os companheiros já se manifestavam contrários à sua filiação, antes mesmo do pedido haver sido formalizado. Por telegramas, telefonemas ou pessoalmente, essa tomada de posição revela-se majoritária. Não são poucos os que, extremando a própria revolta, chegam a expressar que deixarão o partido, se acaso a inscrição do sr. Jânio Quadros concretizar-se.

É importante salientar que a resistência interna transcende os limites do PMDB de São Paulo. As manifestações da Bancada do PMDB na Assembléia Legislativa de Porto Alegre e da Comissão Executiva do PMDB de Santa Catarina, unida às suas bancadas federal e estadual, constituem uma prova eloqüente da repulsa que está sacudindo o partido.

Sobradas razões têm os militantes do PMDB para resistirem ao pretendido ingresso do sr. Jânio Quadros. O desapareço, raiando a hostilidade, com que esse ilustre cidadão sempre se referiu à oposição e, em especial ao PMDB, pode ser comprovado em algumas declarações aqui transcritas a título de exemplo:

- "Difícilmente iria para o PMDB, porque há dentro dele uma luta surda de grupos de facções que é impeditiva de quaisquer arrulhos doutrinários. É uma espécie de arca - todos os bichos lá se encontram, sem que haja o Noé para policiar a arca" ("O Globo", 22/maio/1980).

- "Enquanto o PMDB continuar infiltrado de marxistas-leninistas, não admito, em nenhuma hipótese, sequer o diálogo com esse partido, embora eu tenha excelentes amigos pessoais" ("Jornal do Brasil", 10/abril/1981).

- "O ex-presidente Jânio Quadros, atualmente no PTB, acusou ontem os demais partidos de oposição de adotarem a tática do quanto pior melhor, dizendo que, ao atacarem o governo sem apresentarem soluções alternativas, representantes dessas agremiações estão atuando numa linha manifestamente antidemocrática" ("O Estado de São Paulo", 21/fevereiro/1981).

Talvez possa alguém supor que a oposição à entrada do sr. Jânio Quadros projeta, direta ou indiretamente, o receio de setores do PMDB de que o senador Montoro venha a ser batido, no plano eleitoral, caso o novo filiado seja contemplado com uma sublegenda para governador. O próprio sr. Jânio Quadros, numa presunção arrogante, sugeriu a hipótese. Até onde as pesquisas de opinião pública possam ser válidas, a posição do sr. Franco Montoro é tão sólida que dispensa rebater a insinuação: 35% da preferência do eleitorado paulista em contraste com 8% para o sr. Jânio Quadros, segundo os dados divulgados pela Rádio Excelsior.

De todo modo, a ação política não se esgota nas eleições, embora elas tenham, sobretudo nesta conjuntura, uma importância extraordinária. O PMDB tem compromissos com o povo que se desdobram muito além das eleições do ano próximo: não pode, portanto, desfigurar-se num lance isolado. Por fim, só para argumentar: se o sr. Jânio Quadros viesse a ser candidato do PMDB e chegasse a ser vitorioso nas urnas, porventura teria vencido o PMDB? Teria acaso a oposição triunfado? Não, evidentemente não. A vitória seria assumida pelo sr. Jânio Quadros, com exclusividade, e o regime autoritário teria remojado com a presença de uma liderança civil.

5. Conclusão.

Começam a dizer que a recusa à filiação do sr. Jânio Quadros ao partido constituiria uma atitude anti-democrática. E adiantam a prescrição: sendo o PMDB um partido democrático, não poderá recusar a filiação ora impugnada. A confusão é evidente. Democracia partidária nada tem a ver com deixar o partido aberto a quantos queiram entrar... Como associação, os filiados, pelos órgãos de direção partidária que os representam, têm o direito de recusar associar-se com alguém que com eles não se afine. Aliás, o fato mesmo da lei conferir a qualquer filiado o direito de impugnar o pedido de filiação (Lei Orgânica dos Partidos, artigo 65, §1º), por si só, desfaz aquela increpação. Então, a lei admite que qualquer filiado impugne o pedido de filiação, para que exatamente? Para o exercício de um direito antidemocrático? Para o exercício de simples raciocínio acadêmico? Se ela assegura esse direito a qualquer filiado, sem limitação, sem condicionamento e sem especificar motivações, é porque reconhece a eles a faculdade de ampla apreciação política das conveniências de aceitar ou não o pedido formulado.

No que tange à filiação partidária, a democracia consiste nos partidos guardarem o princípio político da universalidade, que se consubstancia na acessibilidade dos cidadãos de modo indistinto, ou seja: independentemente de sua classe social, raça, sexo e religião. Se se recusasse a admissão de alguém por uma dessas razões, por segregacionismo de qualquer tipo, então sim, seria uma conduta antidemocrática inaceitável. Mas, indeferir o pedido de alguém que não se afina com os princípios programáticos ou com a linha política definida, ou até mesmo porque se entenda politicamente inconveniente sua filiação, é ato de natureza política que encontra embasamento constitucional e legal, sem quebra da observância do princípio democrático que informa a atuação do PMDB.

Como regra, o PMDB não se estreita em rigorismos no ato de admitir novos filiados. Basta, na legitimação dos postulantes, o compromisso empenhado: de respeito ao programa e ao estatuto partidários. É o crédito aberto à nova militância. Tudo o mais fica entregue à disciplina partidária, delimitadora do amplo espaço dos direitos e dos deveres dos filiados. Procedo assim, com liberalidade até, porque tem consciência do período restrito que o país ainda vive. Mas isto não significa renúncia à defesa de sua própria identidade. Pois é hora de demonstrá-lo: o pedido de filiação do sr. Jânio Quadros desfigura o partido.

Pelo exposto, protestando pelo adiamento do presente arrazoado dentro do prazo da lei, o Impugnante confia em que a Comissão Executiva do Diretório Nacional do PMDB denegue o pedido de filiação partidária do sr. Jânio da Silva Quadros.

São Paulo, 09 de Outubro de 1981.

Almino Affonso.

Diretórios Regionais são contra a filiação de Jânio

Nos dias dados para a impugnação da filiação de Jânio Quadros, o Diretório Nacional do PMDB recebeu, ainda, telegrama do deputado Lélío Souza, líder da bancada estadual do PMDB gaúcho, nos seguintes termos:

PREOCUPAÇÃO PRESERVAR CONFIABILIDADE POLÍTICA NOSSO PARTIDO VG BANCADA PMDB ASSEMBLEIA GAUCHA MANIFESTA PERANTE EMINENTE COM-PANHEIRO SUA REPULSA INGRESSO QUADROS PARTIDARIOS SENHOR JANIO Q UADROS PT HIPOTESE SEJA INTENTADO ESSE INGRESSO VG RECLAMA IME-DIATA IMPUGNAÇÃO PEDIDO FILIAÇÃO PT.

Também a Executiva Regional do PMDB de Santa Catarina, em nota oficial, manifestou “de público sua repulsa às sondagens do sr. Jânio da Silva Quadros, ex-presidente da República, em ingressar nas fileiras do partido”. Esclarecendo que repudiava tal filiação “unicamente com o objetivo de preservar o partido de “aquisições” políticas que o desunam, em vez de fortalecê-lo interna e externamente”, os peemedebistas de Santa Catarina elencavam como razões de tal repúdio:

Primeiro, é de amplo conhecimento público que o sr. Jânio da Silva Quadros, por índole e temperamento políticos, jamais pautou sua vida político-partidária por adesão e compromissamento aos princípios programáticos de qualquer agremiação. Ao contrário, procedeu no passado e no presente, com relação aos partidos por onde passou, de maneira a usá-los como simples correia de transmissão de cargos e posições a que chegou na vida pública do país, tripudiando e rejeitando, posteriormente, as legendas que o receberam.

Segundo, ficou impresso de forma indelével na memória brasileira o quanto o sr. Jânio Quadros transtornou o processo de democratização do país, ao renunciar, em 1961, à Presidência da República – até hoje de maneira inexplicável e por razões não tão obscuras como o ex-presidente faz supor em seus depoimentos.

Após frustrar as esperanças de 5,5 milhões de brasileiros que o elegeram, e de interromper, como dissemos, uma promissora quadra político-institucional que se desenhou na sucessão do ex-presidente Juscelino Kubitschek, o sr. Jânio Quadros transformou-se em um dos fatores – senão o principal – da crise política permanente que assola a nação, desde 1964.

Terceiro, achamos que apesar dos percalços que a oposição e a sociedade brasileira vêm enfrentando, nesses 17 anos de autoritarismo revolucionário, para implan-

tar o pleno Estado de Direito e uma democracia participativa, o Brasil de hoje já superou a era de lideranças carismáticas, a exemplo do populismo que o sr. Jânio Quadros cultivou no passado.

E pretende reviver, no presente, usando o partido político como trampolim de seus projetos, esgotando-se, dessa forma, qualquer contribuição de sua parte em termos de companheirismo e alinhamento programático, hoje tão importante para a consolidação político-partidária do país.

Por estas e outras razões, já esmiuçadas pelos meios de comunicação e análises sobre o comportamento político do ex-presidente, no papel que representou em nossa história partidária, é que repelimos a presença do sr. Jânio Quadros nos escalões do PMDB, portador muito mais do dissenso do que do consenso que desejamos para o nosso partido.

Muitas outras impugnações ingressaram junto ao partido, formuladas pelo deputado estadual Flavio Flores da Cunha Bierrenbach (SP), pelo deputado federal Antônio Russo (SP), pelo jornalista Fernando Gomes de Moraes (SP), professor Néfi Tales (SP), pelo presidente do Diretório Distrital do PMDB de Santo Amaro (SP), sr. Nehemias Domingos de Melo, pelos membros do Diretório do PMDB de Santo Amaro (SP), pelo deputado estadual José Yunes (SP), pelo sr. Laerte Dante Biazotti, filiado ao PMDB de Itápolis (SP). Foram também enviadas ao Diretório Nacional em Brasília mais de noventa manifestações de membros do partido protestando contra a possível filiação do ex-presidente.

A contestação de Jânio às impugnações

Jânio não utiliza o prazo que lhe fora concedido para contestar as impugnações. Às 18 horas do dia 13 de outubro, o deputado federal Raphael Baldacci Filho, em nome de Jânio, entregou ao presidente Ulysses Guimarães as razões de contestação aos pedidos de impugnação de sua candidatura. Em documento de grande importância histórica, diz o ex-presidente Jânio Quadros:

... caindo por terra, ouviu uma voz que lhe dizia: "Saulo, Saulo, por que me persegues?" (At. 9,4).

Excelentíssimos Senhores

Membros do Diretório Nacional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro

O caminho de Damasco é mais que um símbolo. É um direito, uma esperança.

Os atos de conversão aproximam o homem da verdade. Resgatam-no da ignorância ou do erro.

Com menos frequência são dramáticos, como o do Apóstolo dos Gentios, invocado na epígrafe. Compõem as histórias mais comoventes dos heróis de santidade: Santo Agostinho, doutor da Igreja; São Dimas, que morreu na terceira cruz do Gólgota; Santa Maria de Magdala, para citar alguns. Todos perdoados, como o foram as negações de Pedro na casa de Caifás.

No mais das vezes, são gestos cotidianos, pequenos na forma, imensos na essência. É a melhora gradual que se consegue com minúsculas conversões, sem embargo, persistentes, sucessivas, perseverantes.

O método não é conquista do cristianismo. Há raízes longínquas cravadas na Mesopotâmia antiga... "deixe cada um o seu mau caminho e converta-se da violência que há nas suas mãos", como decretou o rei de Nínive (Jn. 3,8).

Cícero ensina, mais tarde, "errare humanum est; nullius nisi insipientis in errore perseverare". A coerência no erro é demoníaca. Seu exercício é válido, apenas, quando cultiva uma verdade já adquirida. A conversão a precede, no tempo e na importância. A coerência é adorno, enquanto a conversão é virtude.

Militâncias liberais insígnies passaram antes pelo comunismo. Quem não conhece, na vida democrática brasileira, figuras exponenciais, antes integralistas?

São rigorosos os princípios que legitimam a presença no PMDB de notáveis, chegados de vertentes diversas, como Rafael de Almeida Magalhães ou Severo Gomes. Não os menciono para insinuar precedentes, como quem quisesse lembrar a reprimenda recebida pelos fariseus que se aprestavam para atirar as primeiras pedras.

Bem longe disso, quero explicitar a essência doutrinária que sustenta o direito do cidadão de filiar-se ao partido político de sua escolha.

A busca da verdade, através de conversões sucessivas, foi objeto de formulação sublime no pensamento céptico. As melhores lições do Sexto Empírico cultivam a conversão, como um processo permanente e perseverante, sem a esperança sequer, de uma só verdade definitiva.

Tal modo de pensar não terá contribuído menos que os diálogos de Sócrates, recolhidos por Platão, na "República", para a proposta democrática grega.

Negar, ao cidadão, o direito de converter-se, abjurando o passado, contraria o fundamento da democracia, rejeitando suas raízes filosóficas e históricas mais puras e profundas.

A militância partidária é eminentemente catequética. O proselitismo constitui seu método. A conversão seu resultado.

Exigir coerência permanente, de cada um, seria condenar a todos a perseverar naquilo em que erraram. As maiorias e minorias imobilizar-se-iam, como estátuas de sal, sempre voltadas para trás, paralisadas ante o horror de Sodomas e Gomorras permanentes.

O PMDB foi sempre fiel a esses princípios fundamentais, ao longo de sua existência. Não abrirá exceção agora, para prostituir o culto democrático que é o apanágio e objetivo principal das oposições.

Não alinhavo estas considerações doutrinárias com o propósito de contestar acusações de incoerência, de conflito prévio com o partido, ou de qualquer fato pregresso, assacadas a pretexto de impugnar-me a filiação. Faço-o para ignorá-las e para exigir que o partido as desconheça, liminarmente.

Minha longa e sofrida vida pública se compõe de fatos já passados, que ninguém pode alterar, cujo significado exorbita meus próprios limites, integrando a história do Brasil recente. Há milhares de documentos sobre eles. Uns os registram, outros os interpretam; uns os descrevem, outros, ainda, os deturpam. As versões se contradizem, se sobrepõem, se misturam. Nunca as colecionei, nem registrei minhas memórias. O tempo assistirá ao trabalho paciente dos que queiram exumar o que vier a constituir história.

Receio, não obstante, que o esforço dos estudiosos jamais encontre algo limpo e respeitável ao simulacro que, a pretexto de impugnar-me o pedido de filiação, extravasa ódio antigo, pequeno e soez, mal vestindo um projeto eleitoral. São fragmentos de episódios, fora de contexto, pedaços de depoimentos, arrancados de seu discurso maior, que uma carpintaria subjetiva colocou a serviço de um propósito político menor, imediatista.

A filiação partidária só pode ser denegada quando a impugnação ofereça óbices concretos e objetivos, explicitamente prescritos nas leis do país e no estatuto do partido.

Desrespeitado este princípio, podendo os partidos recusar filiação por motivos subjetivos, máxime políticos, estariam, em consequência, autorizados a cassar os direitos políticos do cidadão, a quem, por acordo ou coincidência, não quisessem tods filiar.

Repugna a pretensão de converterem-se as instituições de direito público, através das quais os cidadãos exercem sua ação política, e, exercitam seus direitos e deveres cívicos, em agremiações privadas, cujos sócios fundadores, ou mais antigos, tivessem o direito de recusar ou escolher noviços.

A discussão subjetiva de antecedentes políticos é o embrião essencial do processo arbitrário das organizações totalitárias. O juízo subjetivo de valor, expresso no arrolamento conveniente de definições e conceitos, corresponde à mesma e execrável figura do "atestado ideológico" que os órgãos de segurança dos regimes ditatoriais invocam, para esculpir o "facies" doloroso dos perseguidos na maldição eterna dos proscritos. Outro não é germe violento que produziu os monstruosos fornos crema-

tórios, os expurgos que, com intolerância sectária, derramam sangue em nome da pureza doutrinária de inspiração superior.

Adolf Hitler estabeleceu, como princípio básico, a cautela zelosa na composição dos quadros do partido: "a propaganda trata de impor uma doutrina a todo o povo; a organização só aceita nos seus quadros aqueles que não ameaçam se transformar em obstáculo"... Em "Mein Kampf" recomenda, como estratégia maior, "... imediatamente se dificulte a admissão de adeptos, no momento em que o sucesso se inclina para a causa, e, de futuro, se alargue a organização com a máxima cautela e depois de um exame muito rigoroso".

Creio que tais pensamentos são oportunos para que ninguém os confunda, agora, com uma receita democrática.

Mobilizar os quadros dirigentes da arregimentação, como o são nossos diretórios partidários, fazendo crer, através do eufemismo e do embuste, tratar-se do "movimento espontâneo das bases" foi o expediente ardiloso que Goebels consagrou como método de propaganda e pressão do partido nazista.

Rejeitar-se a inscrição partidária de qualquer cidadão, antes que se inicie a militância, implica em presumir indisciplina futura e, portanto, em pré-julgamento subjetivo.

Impugnar, com base em fatos anteriores ao pedido de filiação, é negar ao cidadão o direito de converter-se e de abjurar o passado, na forma da adesão ao partido. Nega-se, assim, uma finalidade maior da instituição que é a de esclarecer a opinião pública e de arregimentar adeptos, convencendo novos correligionários.

Reivindicar um tribunal, que examine, subjetivamente, a sinceridade das conversões, é pretensão repugnante, própria de juizados inquisitoriais e de órgãos nazifacistas.

Por tais razões, a legislação brasileira é sábia, omitindo os motivos políticos e não estabelecendo razões subjetivas, como fundamento para a recusa de filiação partidária. Diz o artigo 2º da Lei 5.682: "Os partidos políticos, pessoas de direito público interno, destinam-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos humanos fundamentais, definidos na Constituição". A interpretação dos limites permitidos aos partidos políticos, na administração "interna corporis" das filiações, é rigidamente condicionada aos princípios da Constituição e das leis. Não sendo facultado, pois, que conceitos subjetivos criem razões políticas para justificar que eventuais dirigentes partidários se sobreponham ao Direito e aos estatutos e programas.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro não abrirá razões políticas subjetivas que pretendam recusa de filiação partidária ou juízos de exceção, sem que, ao fazê-lo, renegue seu caráter democrático e traia a causa maior das oposições brasileiras. Sem que, ao fazê-lo, se identifique com o sistema que apregoa combater, naquilo que é essencial: o caráter totalitário.

Nem profiro esta exortação viajando para Canossa. Ao contrário, a ela me obriga todo meu passado coerente de fidelidade aos princípios democráticos e de luta pela liberdade. À minha coerência devo a suspensão de meus direitos políticos e o confinamento que sofri. Só por tais títulos, o PMDB já me deve a filiação, para não desobedecer frontalmente decisão aprovada pela Convenção Nacional. Tenho raízes fundas na história das oposições brasileiras. Através da inscrição de minha esposa Eloá, apoiei o MDB desde seus primórdios. Quando se chegou a considerar a autodissolução do partido de oposição, meus tradicionais companheiros estavam entre os que sustentaram a resistência democrática e, dentre eles, o próprio Oscar Pedroso Horta, meu ex-ministro da Justiça, patrono do PMDB. Não estive alheio, nem ausente. Não fugi do Brasil nos piores dias.

Esta não é, pois, a ocasião para penitenciar-me de eventuais equívocos passados. Pretendo menos ainda uma filiação partidária convertida em vitória política pessoal. Estou, não obstante, obrigado por motivo maior e imperioso. Luto para que se reconheça um direito que não é meu, mas de todo cidadão brasileiro, e, para que o PMDB reafirme seu caráter de instituição democrática. Para tanto, não pouparei esforços e irei às últimas conseqüências.

A recusa de filiação, baseada na presunção de futura infidelidade partidária, é uma barbárie doutrinária e política que só encontra agasalho naqueles espíritos pobres que ainda não se puderam beneficiar da educação cívica que a convivência e a prática democrática, um dia, acabarão por alcançar.

Meu propósito é convocar todos os patrícios para que, formando no PMDB, agigantem-no, tornando impossíveis os supostos donos apoucados que sobrepõem conveniências próprias, à destinação nacional da agremiação, e até, da ordem democrática que todos desejamos.

13 de outubro de 1981.

Jânio da Silva Quadros

No dia 15 de outubro de 1981, o presidente Ulysses Guimarães anuncia o Relator do Processo:

Designo para relator do processo referente ao pedido de filiação ao PARTIDO DO M OVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB, formulado pelo sr. Jânio Quadros, o deputado TARCÍSIO DELGADO, membro da Comissão Executiva do Diretório Nacional do partido.

Executiva Nacional aprecia e vota o relatório

A reunião da Comissão Executiva Nacional do **PMDB** para apreciar e avaliar o relatório foi realizada no dia 20 de outubro, na sala de reunião da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, em Brasília. Estiveram presentes os membros titulares do Diretório: presidente Ulysses Guimarães, senador Teotônio Vilela, doutor Alencar Furtado, senador Pedro Simon, deputado Paulo Rattes, deputado Euclides Scalco, senador Mauro Benevides, deputado Tarcísio Delgado, deputado Odacir Klein, senador Marcos Freire, senador Franco Montoro, senador Orestes Quércia, deputado Francisco Pinto, deputado Fernando Cunha, senador Cunha Lima (substituindo o dr. Miguel Arraes), e os membros suplentes deputado Nabor Júnior, deputado Mário Moreira, doutor Chagas Rodrigues, e comandante Renato Archer.

Na reunião, o presidente Ulysses Guimarães informou aos presentes que esta era a primeira vez que o PMDB iria, de acordo com a lei, tomar as providências concernentes à filiação perante sua Direção Nacional,

razão por que o procedimento a ser adotado vincular-se-ia, exclusivamente, aos casos de filiação, tendo sido escolhida a sala de reunião da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal para abrigar maior número de pessoas e admitida a presença de parlamentares e de quem quisesse acompanhar a realização da reunião, bem como franqueada à Imprensa, Rádio e Televisão, o que bem evidenciara o propósito, que foi adotado no curso de todo o processo, de criar condições assecuratórias de sua normalidade e de amplo direito de defesa ao filiando.

Na reunião da Executiva Nacional do partido, o deputado Tarcísio Delgado apresentou seu Relatório:

No dia 08 de outubro de 1981, o sr. Jânio da Silva Quadros formalizou seu pedido de filiação ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, através dos deputados Rafael Baldaci e José Storópoli, perante o Diretório Nacional do partido, juntando as respectivas fichas preenchidas e assinadas, acompanhadas por um ofício- docs. de fls. 1 a 5.

Pelo referido ofício, o sr. Jânio Quadros ratifica o compromisso de aceitação do Programa e Estatuto partidário e acrescenta, à fls. 3:

Confiado na união das maiorias populares em torno desta causa, solicito minha filiação ao PMDB, consciente da responsabilidade de representar centenas de mi-

lhares, quiçá milhões de companheiros em toda a Federação.

Através da consulta e do debate, encontraremos a forma e reuniremos os meios para superar a crise atual e alcançar os níveis indispensáveis de emancipação nacional.

Estas razões e estes propósitos, com a extensão e as conseqüências que alcançam todo o processo político brasileiro, quis apresentá-los ao Diretório Nacional do PMDB. Faltaria a responsabilidade que tenho ante o povo brasileiro se consentisse que fossem estorvados pelo acanhamento de visão e paixões paroquiais e, até, preconceituosas.

Tais razões e propósitos transbordam os limites do distrito em que voto, e vão além das fronteiras de São Paulo. Só por este motivo superior, e não pelo desejo de subtrair-me das tradições e normas do partido é que procuro o Diretório Nacional. Vim para unir e para sonar. Alisto-me qual soldado, para ajudar as oposições a exprimirem a vontade esmagadoramente majoritária do povo brasileiro, no pleito de 1982.

Completo este requerimento, antecipando minha decisão de apresentar a esse Diretório Nacional a contestação a que tenho direito, no caso de que minha filiação seja impugnada. Nesta hipótese, ficaria honrado se me fosse permitido comparecer pessoalmente perante os membros desse Colégio, antes de julgada a eventual impugnação. Justifico o pedido com o propósito de sustentar, oralmente, as razões de minha possível contestação escrita, e de aduzir esclarecimentos que me solicitem, de modo a que não falem elementos ou informações para que o partido delibere. Assim, assumiremos perante à nação os deveres que sobre nós pesam: servir com desinteresse e justiça; trabalhar com impessoalidade; sujeitar-se à honra; construir, no presente, o Brasil livre, equânime e próspero, a que dediquei uma longa vida, sempre alicerçado no voto popular.

Nesta mesma data, 08 de outubro de 1981, o partido, pelo seu presidente deputado Ulysses Guimarães e pelo secretário-geral, senador Pedro Simon, expediu e afixou publicamente nos locais próprios o seguinte aviso- fls. 7:

Aviso.

O sr. Jânio da Silva Quadros. Título de Eleitor nº 220641, 2ª Seção da 246ª Zona Eleitoral, residente em São Paulo, estado de São Paulo, à rua Nove de Julho. 880, Santo Amaro, com base no art. 64. § 2º da Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979, no dia 08 de outubro de 1981, através dos deputados: Federal Baldaci Filho e Estadual José Storópoli, solicitou nesta data a sua inscrição como filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

A ficha de inscrição foi apresentada em quatro vias, como preceitua o art. 116. § 4º da Resolução do Tribunal Superior do, digo, Superior Eleitoral, nº10.785, de 15 de fevereiro de 1980.

Nos termos do art. 65. § 1º da Lei nº 5682, de 21 de julho de 1971, combinado

com o art. 184 do Código de Processo Civil, o prazo de impugnação do pedido de filiação terminará as dezoito (18) horas do dia 13 de outubro de 1981 e, se a mesma eventualmente ocorrer, o impugnado terá prazo para contestar até às dezoito (18) horas do dia dezesseis de outubro de 1981.

Nesta data, o presente Aviso é afixado nas salas da Presidência e da Secretaria Geral do PMDB no Congresso Nacional e na Portaria do Edifício Principal da Câmara dos Deputados.

Brasília, 8 de outubro de 1981.

Assinados: deputado Ulysses Guimarães - presidente e senador Pedro Simon - secretário geral".

PRIMEIRA IMPUGNAÇÃO

No dia imediato, isto é, em 09 de outubro de 1981, o sr. Almino Afonso, 2º vice-presidente da Executiva Regional do PMDB de São Paulo, formalizou impugnação à filiação partidária do sr. Jânio da Silva Quadros - docs. de fls. 8 a 54.

Nas razões da impugnação, acompanhadas de farto material constante de cópias xerográficas de publicações na Imprensa Nacional e de manifestação de membros do PMDB, o impugnante analisa as implicações da filiação pretendida sob os fundamentos jurídicos - fls. 8 e político - fls. 14. Quanto ao fundamento político, debate o assunto sob os seguintes aspectos: "oposição ao regime autoritário" - fls. 14, "a adesão do Programa Partidário" - fls. 22, "o PMDB como partido de massas" - fls. 28, "a resistência interna" - fls. 31, para concluir - fls. 36:

"no que tange à filiação partidária, a democracia consiste nos partidos guardarem o princípio político da universalidade, que se consubstancia na acessibilidade dos cidadãos de modo indistinto, ou seja: independentemente de sua classe social, raça, sexo e religião. Se se recusasse a admissão de alguém por uma dessas razões, por segregacionismo de qualquer tipo, então sim, seria uma conduta antidemocrática inaceitável. Mas, indeferir o pedido de alguém que não se afina com os princípios programáticos ou com a linha política definida, ou até mesmo porque se entenda politicamente inconveniente sua filiação, é ato de natureza política que encontra embasamento constitucional e legal, sem quebra da observância do princípio democrático que informa a atuação do PMDB.

Como regra, o PMDB não se estreita em rigorismos no ato de admitir novos filiados. Basta, na legitimação dos postulantes, o compromisso empenhado: de respeito ao programa e ao estatuto partidário. É o crédito aberto à nova militância. Tudo o mais fica entregue à disciplina partidária, delimitadora do amplo espaço dos direitos e dos deveres dos filiados. Procede assim, com liberalidade até, porque tem consciência do período restritivo que o país ainda vive. Mas, isto não significa renúncia à defesa de sua própria identidade. Pois é hora de demonstrá-lo: o pedido de filiação do sr. Jânio Quadros desfigura o partido."

Encerra pedindo seja denegado o pedido de filiação do PMDB do sr. Jânio Quadros.

ADITAMENTO

Ainda na mesma data, 09 de outubro de 1981, o sr. Flávio Flores da Cunha Bierrenbach, Deputado à Assembléia Legislativa de São Paulo, pelo PMDB, adita impugnação à filiação "in casu", alegando as mesmas razões da impugnação do sr. Almino Affonso, à qual subscreve em todos os termos - fls. 55/6.

À fl. 57 está cópia do recibo da entrega da impugnação do sr. Almino Affonso, assinada pelo sr. Daniel Antônio Silvestre.

SEGUNDA IMPUGNAÇÃO

No dia 13 de outubro, terça-feira, imediato ao fim de semana e ao feriado nacional do dia 12, o deputado federal por São Paulo, Antônio Russo, formaliza impugnação à filiação partidária do sr. Jânio Quadros - fls. 58/124.

Aqui, o impugnante apresenta, em longas razões, várias facetas da vida do impugnado, utilizando-se declarações públicas pela Imprensa Nacional e por outros meios de comunicação. Junta grande quantidade de cópias xerográficas contendo matéria atinente ao assunto e enfatiza às fls. 77/8:

"Por todas estas razões, digo, estas facetas da sua personalidade, o anunciado ingresso de Jânio Quadros no PMDB provocou a mais viva revolta nos setores responsáveis do partido (doc. 27) e nas bases do PMDB; que não aceitam o ingresso do sr. Jânio Quadros, porque vêem nisso uma tentativa de desagregação do partido.

Ficou demonstrado e documentalmente provado com as palavras do próprio sr. Jânio Quadros e com as opiniões insuspeitas dos principais comentaristas políticos do Brasil que ele pretende ingressar no partido para desarticulá-lo e anular impaciente trabalho realizado ao longo de muitos anos.

Sua declaração de apoio ao Estatuto e ao Programa do partido não passará de mera simulação porque em conflito patente com suas palavras e atitudes. Por absoluta falta de identidade com os postulados básicos que informam a existência do PMDB, o sr. Jânio da Silva Quadros deverá ser declarado incompatível com a agremiação.

Acolhendo esta impugnação e indeferindo seu pedido de filiação, o PMDB estará se engrandecendo aos olhos dos brasileiros e tomando medida saneadora da mais elevada importância."

TERCEIRA IMPUGNAÇÃO

Ainda no dia 13 de outubro de 1981, o sr. Fernando Gomes de Moraes, deputado estadual à Assembléia Legislativa de São Paulo, pelo PMDB, apresenta impugnação à filiação partidária do sr. Jânio Quadros, fazendo-o com razões nas quais procura demonstrar que "o ideário político do sr. Jânio Quadros contraria o Programa do PMDB" - fls. 125; que "o sr. Jânio Quadros considera as oposições suspeitas e o

PMDB seu adversário" - fls. 128; que "o sr. Jânio Quadros está estreitamente vinculado por laços de natureza política e pessoal aos principais representantes da ditadura e aos inimigos do PMDB" - fls. 129; cita vários nomes desse relacionamento- fls. 130/2; que "a richa ao sr. Jânio Quadros está fazendo vinte anos" - fls. 132; que "o sr. Jânio Quadros é o mais recente esforço do sistema para aniquilar o PMDB" - fls. 134, e conclui às fls. 136: "Em agosto de 1961, o ex-presidente tentou assenhorar-se da nação cavalgando uma renúncia teatralmente articulada com o fito de regressar em triunfo sob a forma de um bonapartismo escorado nas baionetas de seus ministros militares.

Vinte anos depois, em 1981, Jânio Quadros toma emprestada a fala da oposição para, uma vez instalado nela, rebentar o seu esqueleto. Ele é a coluna que o generalíssimo Francisco Franco utilizou para o cerco de Madri, na Guerra Civil Espanhola. Uma coluna que não vinha do Norte, do Sul, do Leste ou do Oeste. Ela era a quinta coluna. e seu quartel estava dentro da Capital martirizada pelo fascismo. O senhor Quadros é a quinta-coluna que o regime brasileiro tenta introduzir no interior do partido do Movimento Democrático Brasileiro. E o nosso dever é rechaçá-la com todas as nossas forças"

QUARTA IMPUGNAÇÃO

Na mesma data, 13 de outubro de 1981, o Prof. Néfi Tales, delegado regional do PMDB do Diretório Municipal de Guarulhos, fez chegar à Direção Nacional do partido impugnações à filiação partidária do sr. Jânio Quadros - fls.138/41.

Apresenta, o impugnante, as mesmas razões das impugnações anteriores, de maneira mais resumida, para concluir às fls. 140: "Dentro dessa linha de entendimentos, é de se impugnar a inscrição do sr. Jânio da Silva Quadros no Partido do Movimento Democrático Brasileiro, pois a nação está a exigir discernimento, maturidade, coerência e, principalmente, união de todas as oposições. E esta exigência acentua-se dentro do PMDB, que tem a missão histórica de cristalizar a democracia em sua plenitude. Nesse sentido, nenhum personalismo ou temperamento pode prevalecer sobre a grande causa do povo brasileiro - a conquista do Estado de Direito, através do qual todas as distorções que hoje vitimam a nação serão eliminadas".

QUINTA IMPUGNAÇÃO

Esta, também, apresentada a 13 de outubro de 1981, é de autoria do sr. Nehemias Domingos de Melo, presidente do Diretório Distrital do PMDB do Distrito de Santo Amaro - fls. 143/6.

Este impugnante, nas suas razões, protesta contra a forma de filiação pretendida, afirmando que é presidente do Diretório Distrital do domicílio eleitoral do impugnado, e que este Diretório deliberou, por unanimidade, manifestar-se contra a filiação do sr. Jânio Quadros, e afirma expressamente às fls. 144: "relevante

também, de suma importância, o fato do sr. Jânio Quadros fugir-se à forma normal de filiação, junto à base, ao seu Diretório e tentar enveredar por outros caminhos, serão ilegais, inusitados, distante do julgamento dos militantes que deveriam ser seus pares. Mais uma vez a megalomania política, o desprezo pela base, que contrasta com a afirmação nada crível de que vem "para ser um soldado". Anexou à sua impugnação a manifestação do Diretório Distrital de Santo Amaro - fls. 147/8.

SEXTA IMPUGNAÇÃO

Também no dia 13 de outubro de 1981, a impugnação à filiação partidária do sr. Jânio Quadros, de autoria do sr. José Yunes, deputado estadual e vice-líder da bancada do PMDB à Assembléia Legislativa de São Paulo - fls. 150/5.

O impugnante repisa argumentos comuns a todas as impugnações, procurando ressaltar a incompatibilidade do impugnado com o PMDB, e resume às fls. 154: "resumindo: dividir também o PMDB é a intenção do senhor Quadros (anexo recorte de "Estado São Paulo", edição de 30/julho/1981).

O mesmo jornal (anexo recorte de 19/dezembro/1980) revela que o "governo quer Jânio contra Montoro".

Aliás, já pertenceu a todos os partidos políticos, com exclusão do antigo PSP (do sr. Adhemar de Barros, seu intransigente adversário). Em nenhum deixou a marca de sua atividade promissora. Ao contrário, procurou deixar a sua consciência egocêntrica de implantar a sua personalidade voltada ao "Janismo".

Poderá alguém vislumbrar a idéia de que a recusa à filiação do sr. Jânio Quadros ao partido constituiria uma atitude antidemocrática. Mas não é isso que ocorre, senhor presidente. A impugnação tem fundamento fático e político. O candidato à filiação deve ser cidadão afeito aos postulados do partido, nas idéias que defende e nas atitudes democráticas dos seus dirigentes e de seus filiados. O cidadão impugnado não possui idéia de militâncias. por isso desfigura o partido."

SÉTIMA IMPUGNAÇÃO

O sr. Dante Biazotti, delegado do partido pelo Diretório Municipal do PMDB de Itápolis, no estado de São Paulo, formaliza, em 13 de outubro de 1981, impugnação à filiação partidária do sr. Jânio Quadros - fls. 174/7.

Depois de breve história de sua vida pública e o desencontro dela com a do impugnado, o impugnante argumenta contra a filiação e acentua às fls. 177: "basta que se verifique o seguinte discurso proferido em praça pública no município de São Carlos, estado de São Paulo, há seis meses aproximadamente, declarou o impugnado e ex-presidente que "estou a serviço da revolução, defendo a atual política e, se necessário, carregarei a maleta do presidente".

No próprio dia 13 de outubro de 1981 todas as impugnações foram encaminhadas ao sr. Jânio Quadros, através de cópias integrais, conforme recibo - doc. de fls. 184.

CONTESTAÇÃO

Para "responder a qualquer impugnação" o impugnado apresentou razões contestatórias nesta mesma data, dia 13 de outubro de 1981, para defender seu direito de filiar-se ao PMDB - doc.fls. 185/92.

Em suas alegações, o impugnado inicia citando texto bíblico da conversão de São Paulo, menciona a conversão de alguns santos da Igreja e alinhava "considerações doutrinárias" sobre a coerência para "contestar acusações da incoerência, de conflito prévio com o partido, ou de qualquer fato pregresso", assacadas a pretexto de impugnar sua filiação, e afirma:

"Faço-o para ignorá-los e para exigir que o partido as desconheça, liminamente".

Entende que a "filiação partidária só pode ser denegada quando a impugnação ofereça ônus concretos e objetivos, explicitando prescritas nas leis do país e no Estatuto do partido".

Diz que a recusa à filiação por motivos subjetivos corresponde à cassação dos direitos políticos do cidadão, e acrescenta, ainda, que a "discussão subjetiva de antecedentes políticos é o embrião essencial do processo arbitrário das organizações totalitárias", concluindo que "o juízo subjetivo de valor é comparado ao atestado ideológico dos órgãos de segurança".

Usa Adolf Hitler, no que diz respeito à admissão de novos filiados por partido político, ditando "Mein Kampf" quando ensina como e quando se deve dificultar a adesão de novos membros, afirma que a negativa à filiação é expediente nazista. Fala em abjurar o passado, "na forma da adesão do partido".

Continua o impugnado para concluir suas razões às fls. 191: "nem profiro esta exortação viajando para Canossa. Ao contrario, a ela me obriga todo o meu passado coerente de fidelidade aos princípios democráticos e de luta pela liberdade. À minha coerência devo a suspensão de meus direitos políticos e o confinamento que sofri. Só por tais títulos, o PMDB já me deve a filiação, para não desobedecer frontalmente decisão aprovada pela Convenção Nacional. Tenho raízes profundas na história das oposições brasileiras. Através da inscrição de minha esposa Eloá, apoiei o MDB desde seus primórdios. Quando se chegou a considerar a autodissolução do partido de oposição, meus tradicionais companheiros estavam entre os que sustentaram a resistência democrática e, dentre eles, o próprio Oscar Pedrosa Horta, meu ex-Ministro da Justiça, patrono do PMDB. Não estive alheio, nem ausente. Não fugi do Brasil nos piores dias. Esta não é, pois, a ocasião para penitenciar-me de eventuais equívocos passados. Pretendo menos ainda uma filiação partidária convertida em vitória pessoal. Estou, não obstante, obrigado por motivo maior e imperioso. Luto para que se reconheça um direito que não é meu, mas de todo cidadão brasileiro, e,

para que o PMDB reafirme seu caráter de instituição democrática. Para tanto, não pouparei esforços e irei às últimas conseqüências.

A recusa de filiação, baseada na presunção de futura infidelidade partidária, é uma barbárie doutrinária e política que só encontra agasalho naqueles espíritos pobres que ainda não se puderam beneficiar da educação cívica que a convivência e a prática democrática, um dia, acabarão por alcançar.

Meu propósito é convocar todos os patrícios para que, formando no PMDB, agigantemo-nos tornando impossíveis os supostos donos apoucados que sobrepõem conveniências próprias à destinação nacional da agremiação, e, até, da ordem democrática que todos desejamos."

À fls. 193 está documento do próprio punho do impugnado declarando que, com esta defesa responde a qualquer impugnação.

Às fls. 280/1 está cópia da decisão formal, da Comissão Executiva Regional do PMDB de São Paulo nos seguintes termos: "O pedido de filiação do sr. Jânio Quadros provocou justificados protestos de grande parte das bases do PMDB paulista. O autoritarismo que caracteriza o passado do ex-presidente choca-se com a prática e as opiniões democráticas dos militantes do ex-MDB e do atual PMDB.

Há também flagrante diferença entre a tradição oposicionista desses militantes e as ambigüidades da conduta política do sr. Jânio Quadros.

Nesta oportunidade, a Comissão Executiva Regional reunida associa-se à opinião de setores majoritários das bases do partido e pondera à Comissão Executiva Nacional a inconveniência do ingresso do ex-presidente Jânio Quadros, respeitada a avaliação da Direção Nacional quanto a todos os aspectos políticos que envolvem a questão.

As principais preocupações do partido voltam-se agora para 1982. Trata-se de utilizar o pleito direto, para aprofundar a luta pela democracia e contra a política econômico-financeira antinacional e antipopular, para conquistar grande vitória eleitoral e acelerar a convocação da Assembléia Nacional Constituinte." Assinado Mario Covas Jr., Presidente e Alberto Goldman, Secretário-Geral.

A Direção Nacional do partido enviou telegrama a todos os membros da Comissão Executiva Nacional, convocando reunião do órgão partidário para o dia 20 de outubro, terça-feira, às quinze horas, com a finalidade de julgamento do pedido de filiação partidária do sr. Jânio Quadros, conforme doc. de fls.291/2: "Nos termos do art. 40 Estatuto PMDB, combinado com o art. 118, § 2º Resolução Tribunal Superior Eleitoral nº 10.785 de 15 de fevereiro de 1980 e art. 65 § 2º lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, convocamos Comissão Executiva Diretório Nacional Partido Movimento Democrático Brasileiro para reunião próximo dia 20 de outubro, terça-feira às quinze horas Sala Comissão Constituição e Justiça Senado Federal para discutir e decidir sobre seguinte Ordem do Dia: Pedido filiação partidária sr. Jânio Quadros, impugnações oferecidas e contestação apresentada pelo filiando. Presença prestigioso companheiro é indispensável face relevância matéria. "Atenciosamente deputa-

do Ulysses Guimarães - Presidente - e senador Pedro Simon - Secretario Geral Comissão Executiva Diretório Nacional Partido Movimento Democrático Brasileiro”.

Há, ademais, grande quantidade de manifestações individuais e coletivas expressas através de ofícios e telegramas, sobre a filiação em exame, vindas de todos os estados da Federação e juntos ao processado, com predominância dos que se manifestam contrariamente à filiação: É o relatório.”

O voto do relator

Após a leitura do Relatório, o então deputado Tarcísio Delgado apresentou seu voto:

Preliminarmente, na função de sanear o processo, concluímos que a competência para julgamento, na espécie, é da Comissão Executiva Nacional, na conformidade do art. 65 e seus parágrafos, da Lei 5.682, de 21 de julho de 1971, com a redação vigente, com as instruções do art. 118 da Resolução do TSE, nº10.785, de 15 de fevereiro de 1980, e Estatutos do partido.

Em torno disso não nos parece pairar dúvidas.

Em todos os níveis, municipal, regional ou nacional, as Comissões Executivas são expressamente as competentes para decidir sobre a matéria.

Tanto o pedido de filiação como as impugnações e, também, a contestação, foram tempestivamente apresentadas e legalmente formuladas, atendidos todos os requisitos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, da Resolução nº 10.785, de 15 de fevereiro de 1980 e dos Estatutos do partido.

Todas as cautelas e formalidades legais foram rigorosamente tomadas.

A ficha de filiação do impugnado foi entregue ao partido no dia 08 de outubro de 1981. A lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, art. 65, seguida pelas Instruções da Resolução de nº 10.785, de 15 de fevereiro de 1980, do TSE e os Estatutos do partido, repetem “in verbis”:

“art. 65...

§ 1º Qualquer eleitor filiado ao partido poderá impugnar pedido de filiação partidária, no prazo de três dias da data do preenchimento da ficha, assegurando-se ao impugnado igual prazo, para contestar.

§ 2º Esgotado o prazo para contestação, a Comissão Executiva decidirá dentro de 5 (cinco) dias.”

Ora, é sabido que em matéria de contagem de prazo, não se conta o dia “a quo” e conta-se o dia “ad quem”.

Pois bem, tendo as fichas de filiação, na espécie, sido entregues ao partido no dia 08 (oito), foram dados, nos estritos termos da Lei, 3 (três) dias para impugnação, isto é, nove, dez e onze. Acontece que o dia 11 foi domingo e o dia 12, segunda-feira, foi feriado nacional, consagrado à Padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida.

É, também, inquestionável que os prazos legais não vencem aos domingos e feriados, fazendo-o no primeiro dia útil. E o primeiro dia útil foi dia 13 (treze), terça-feira, quando se encerrou o prazo para a impugnação.

A lei citada determina seja "igual prazo", isto é, 3 (três) dias para contestação. E a contagem continua com o prazo para contestação nos dias 14, 15 e 16. Findo no dia 16, o prazo previsto, expressa e taxativamente no parágrafo 29, da lei nº 5.682, em seu artigo 65, bem como, na Resolução do TSE, antes mencionada e nos Estatutos do partido, a Comissão Executiva Nacional foi convocada para o julgamento, no dia 20 de outubro de 1981. Ora, contando prazo na forma legal, isto é, 5 (cinco) dias para decisão, teremos 17, 18, 19, 20 e 21. O prazo para julgamento termina no dia 21 de outubro de 1981.

O impugnado, no dia 13, fim do prazo para impugnação, enviou ao partido o doc. de fls. 193, quando diz que não pretendia utilizar do prazo de lei para contestação.

Acontece que os prazos legais não são disponíveis pelas partes, e o partido, quer seja por imposição da lei, quer seja pela cautela de não dificultar o amplo direito de defesa, fez transcorrer os 3 (três) dias previstos impositivamente no já transcrito preceito legal.

Assim, respeitadas todas as formalidades técnicas e materiais exigidas pela legislação, passamos à análise do mérito.

Iniciamos por entender que não pode prevalecer a tese de que o partido democrático não deve indeferir a filiação de quem quer que seja. Prevalecesse esta interpretação, não haveria razão de se entregar ao partido o julgamento da filiação, conforme expressamente o fazem a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, com a redação vigente, nos artigos 65 e seguintes, Resolução nº 10.785, de 15 de fevereiro de 1980, do TSE e Estatutos do partido.

É claro que o partido político, como qualquer outra entidade na vida coletiva, tem o direito democrático de dizer se quer ou não o ingresso de determinada pessoa aos seus quadros.

O que é característica essencial do processo democrático é o contraditório. O interessado pede sua filiação - ato unilateral de vontade -, qualquer membro do partido pode impugnar, o interessado pode defender-se - art.65 e parágrafos, da Lei 5.682, de 21 de julho de 1971, Resolução nº 10.785, de 15 de fevereiro de 1980, do TSE e estatutos partidários, o partido, por seu órgão próprio julga. Este é um processo típico da prática democrática. O resultado do julgamento não tem qualquer relação com essa prática. O partido tem o direito democrático de aceitar a filiação ou a impugnação.

A mesma faculdade que tem o pretendente à filiação tem o autor da impugnação. E o partido tem o direito de analisar a conveniência política em escolher o que lhe for, segundo seu juízo, de maior interesse e de acordo com seu programa.

Por que ser mais democrático a preeminência da vontade individual do interessado à vontade coletiva do partido? Não nos parece lógico o raciocínio que prioriza a vontade individual em matéria de política partidária e que envolve participação na vida pública, por isso eminentemente coletivista.

Entendemos que o PMDB ao lado de sua característica democrática de partido de massas, aberto a adesões amplas, precisa, também, perseguir com ênfase, outro comportamento fundamental à conquista da democracia, o de construir sua face própria. estabelecendo os necessários contornos, procurando emoldurar-se com clareza para objetivar e concretizar seu programa.

O partido precisa firmar-se em princípios programáticos para não praticar o casuísmo que condena. Não pode aceitar tudo e visar apenas alcançar o poder a qualquer custo.

O PMDB luta pelo poder, para fazê-lo instrumento de mudanças. Não é um partido hermético, pelo contrário, é um partido aberto, a ponto de ser acusado por muitos, de frente, pela gama de tendências que, democraticamente, abriga em seus quadros.

Agora, por ser aberto não quer dizer que perdeu o direito de negar filiação a quem, a seu juízo, com base em fatos objetivos, lhe é pernicioso e possui maior grau de periculosidade política. Há os que, embora duvidosos, não têm expressão e capacidade de envolvimento para ferir a estrutura do partido. Outros são eficazes na destruição.

O sr. Jânio Quadros, na contestação, enfatiza a necessidade de "ôbices concretos e objetivos", para que se indefira o pedido de filiação. Entretanto, não os enumera e não diz que lei o faz. Volta-se contra "razões políticas subjetivas". Mas o partido é político, sua ação é política. São políticos os juízos de valor e confiança para admitir ingresso em seus quadros, apresentar candidatura, eleger diretórios, ser guardião da fidelidade ao programa e ao estatuto.

Filiar-se a um partido não é um direito do postulante. Elementar bom senso não esposa a inaceitável exegese de que qualquer comunidade, notadamente partido político, seja compelida a receber em seus quadros pessoa que discrepe de seus compromissos, de seu programa, da harmonia de sua existência e funcionamento. Um ou alguns não podem se sobrepor ou contrapor à coletividade.

O ex-ministro Almino Affonso, na sua impugnação, aduziu: "ninguém tem o direito subjetivo de filiação em determinado partido. Ou seja, ninguém tem o direito de ser admitido contra a vontade do partido".

Na leitura de seu voto, o Relator ressaltou outros trechos do texto de

impugnação de Almino Affonso , particularmente citações de Fávila Ribeiro e de Maurice Duverger. E prosseguiu:

Vimos em alhures e entendemos sábia a lição: "é óbvio que, num regime que se pretenda democrático, o eleitor tem o direito de pleitear sua filiação ao partido que escolher". Como tem o direito de não se filiar a qualquer partido. Só um sistema totalitário pode conceber a obrigatoriedade da filiação ao partido único.

Mas é também óbvio que o direito do eleitor de requerer filiação ao partido de sua preferência contrapõe-se igual direito do partido, de examinar o pedido, aceitando-o ou recusando-o. Seria absurdo admitir que o simples ato de assinar algumas fichas importasse, necessariamente, na concessão pelo partido da filiação pedida.

O prof. José Alfredo de Oliveira Barracho, em brilhante trabalho sobre a "Teoria Geral dos Partidos Políticos", publicado na Revista Brasileira de Estudos Políticos, de nº 50, ao analisar a situação dos partidos em todos os países civilizados, leciona com grande oportunidade:

"Mesmo nos Estados em que as Constituições se encarregam de traçar as bases dos partidos políticos, compete à legislação ordinária lugar de relevo, pois traça o estatuto jurídico dessa instituições." Pág. 51.

"Os partidos políticos sofrem certas influências que não são determinadas apenas pela sua qualificação legal, nem deixam de ter implicações na sua constituição, funcionamento e extinção". Pág.73.

"As normas fundamentais que dão os contornos políticos e jurídicos dos partidos precisam ser acompanhadas de estruturas partidárias internas que completem todos os mecanismos essenciais de sua estruturação global." Pág. 75.

No Brasil, como no sistema partidário de todos os partidos dos países civilizados, a questão da filiação partidária é assunto "interna corporis", insusceptível de exame por qualquer autoridade estranha à agremiação, inclusive pelo Poder Judiciário. Este jamais pode entrar no mérito da recusa, desde que satisfeitas as formalidades legais.

A hermenêutica de que o partido é o competente para assumir a responsabilidade da aceitação ou não de filiações é sufragada pela jurisprudência da Justiça Eleitoral do país. Esta, de maneira uniforme, só tem reconhecido sua competência para julgar vulnerações técnicas ou processuais nos pedidos de filiação, como por exemplo, recusa ilegal de receber as fichas, não publicação do aviso, inobservância dos prazos. A Justiça não aprecia e julga o mérito, recusando filiado aceito ou admitindo filiado recusado.

O "Jornal do Brasil", de domingo, 18/outubro/1981, ressalta essa posição da jurisprudência no TSE, ao noticiar a decisão desse Egrégio Tribunal no caso da filiação do jornalista Francisco Assis d'Veiras, quando ao acolher voto do ministro Leitão de Abreu, decidiu que cabe à hierarquia partidária a decisão sobre filiação.

O Estatuto do PMDB no seu art. 3º, dispõe: "O partido será integrado por todos os cidadãos que aceitem o seu Programa e o seu Estatuto e estejam dispostos a lutar pelo estado de direito democrático, através de uma Assembléia Nacional Constituinte precedida de todas as liberdades políticas e de livre e ampla organização partidária".

A interpretação correta, teleológica e sistemática do preceito em epígrafe, inclusive, para necessária submissão à lei específica, - lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 e Instruções da Resolução nº 10.785, de 15 de fevereiro de 1980 do TSE - é no sentido de que somente os que aceitam seu programa e estatuto podem integrar o partido. É condição para que alguém possa pleitear sua filiação. É óbvio, mais que isso, é axiomático, que o Estatuto do partido não pode revogar ou suprimir o processo de filiação que a lei estabelece.

Para integrar o partido é indispensável a expressa aceitação do Programa e do Estatuto; mas esta aceitação não implica por si só, na filiação automática.

É evidente que o texto transcrito não gera, com a mera aceitação do Programa e do Estatuto, nas fichas partidárias o direito à integração automática no partido. O preceito há de ser interpretado com o direito do partido, em cada caso, examinar a conveniência ou não do ingresso. Este texto precisa ser interpretado em combinação com o capítulo II, artigos 8º e seguintes, do mesmo Estatuto, que reproduz as mesmas exigências da lei e das instruções do TSE sobre o processo de filiação partidária.

Na convicção de haver respondido com argumentos e lições incontroversas aos que confundem a prática democrática com a permissividade, passamos a análise de alguns tópicos da peça de defesa.

Encimando a contestação está parte da passagem bíblica da conversão de São Paulo. "... caindo por terra, ouviu uma voz que lhe dizia: Saulo, Saulo, por que me persegues?" (At. 9,4).

Colocada no pórtico das alegações, como está, evoca duplo sentido. Afinal, da ilação a que se deseja conduzir, o impugnado é o perseguido, e se coloca no lugar do Criador, ou é o perseguidor, e se equipara ao Santo?

De qualquer forma, neste caso de impugnação de filiação partidária, estamos cuidando de coisas dos homens, não de divindades.

Os exemplos citados de conversão de Santos da Igreja traduzem a escolha que o Cristo, na sua Santidade, fez de alguns, e é bom lembrar que em Gólgota, naquela tarde, dois morreram na Cruz ao lado do Mestre, e apenas um foi escolhido.

Em todos os casos, entendemos que o impugnado, ou qualquer homem, por maior que seja sua expressão, não pode ser comparado à qualquer divindade, nem à Santo, muito menos ao Criador.

E, para utilizar lição da mesma origem, ouçamos o Evangelho de Mateus VII, XV a XX:

"Acautelai-vos, porém, dos falsos profetas, que vem até vós vestidos como ovelhas, mas interiormente são lobos devoradores. Por seus frutos os conhecereis. Porventura colhem-se uvas dos espinheiros ou figos dos abrolhos? Assim, toda a árvore boa produz bons frutos, e toda a árvore má produz frutos maus. Não pode a árvore boa dar maus frutos; nem a árvore má dar frutos bons. Toda a árvore, que não dá bom fruto corta-se e lança ao fogo. Portanto, pelos seus frutos os conhecereis."

Quanto ao debate doutrinário em torno da conversão, nada temos a opor, todos têm direito a ela como decisão pessoal. O que democraticamente não é legítimo, é alguém, com a promessa de conversão, impor sua vontade pessoal, subjetivamente manifestada, aos que coletiva e concretamente se mantêm, desde a origem, na posição a que se promete converter.

O impugnado questiona a coerência ao afirmar, às fls. 187: "exigir coerência permanente, de cada um, seria condenar a todos a perseverar naquilo em que erraram. As maiorias e minorias imobilizar-se-iam, como estátuas de sal, sempre voltadas para trás, paralisadas ante o horror de Sodomas e Gomorras permanentes". Mas, no parágrafo seguinte pede que o PMDB seja coerente segundo seu ponto de vista, e mais adiante, fls. 191, afirma: "à minha coerência devo a suspensão de meus direitos políticos e o confinamento que sofri".

No partido que, por seu programa, nenhum de seus membros tem o direito de exigir pessoalmente coisa alguma, não é justo que o impugnado, já no processo de filiação, comece por impor seu arbítrio, quando, negando-se a contestar "acusações de incoerência, de conflito prévio com o partido, ou de qualquer fato pregresso", às fls. 187 é enfático: "faço-o para ignorá-las e para EXIGIR que o partido as desconheça liminamente".

Às fls. 190, na contestação, o impugnado afirma que: "impugnar, com base em fatos anteriores ao pedido de filiação é negar ao cidadão o direito de converter-se e abjurar o passado, na forma da adesão ao partido." Já às fls. 192, na mesma peça protesta: "esta não é, pois, a ocasião para penitenciar-me de eventuais equívocos passados".

Afinal, o impugnado "abjura o passado, na forma da adesão ao partido, ou entende que "esta não é a ocasião para fazê-lo"? Não encontramos resposta lógica para desfazer nossa dúvida. Além disso, fosse a promessa de conversão ou revisão impeditiva de julgamento, jamais poderia alguém ser julgado, porque o que não se pode julgar é o futuro. Todo julgamento é referente ao passado.

O cerne, o fulcro da argumentação do impugnado é no sentido de que para entrar no PMDB precisa abjurar o passado com a conversão, entendendo que "antes que se inicia a militância" a rejeição de inscrição partidária "implica em presumir indisciplina futura". Ora, o que está às fls. 192, contradita tudo que antes afirmara, quando entende "não ser esta a ocasião de penitenciar-se de eventuais equívocos passados".

"O impugnado cita "Mein Kampf", obra que deve conhecer de maneira peculiar, e

dá a receita de Hitler para a organização de partido político. Mas, é bom lembrar o slogan do Partido do Povo Alemão nas eleições de 1932:

"ELEJA HINDEMBURGO, ELEJA O MELHOR - ELE NÃO É SUBSERVIENTE A NENHUM PARTIDO. ELE SEGUE APENAS A DEUS E A SUA CONSCIÊNCIA."

Na última eleição da República de Weimar, quando a depressão havia se implantado na Alemanha, com o desemprego e a fome, já não existia confiança nas instituições. Os partidos políticos democráticos estavam descaracterizados, haviam perdido substância no eleitorado. A ambigüidade presidía a vida partidária, com exceção do Nazista. O campo estava preparado para o aparecimento de propostas inusitadas de aventureiros. O ambiente era fértil para o surgimento de um "salvador da pátria". Surgiu Hitler. Mais audacioso e carismático, e o mundo assistiu à ascensão do nazismo para a desgraça e a tormenta da humanidade.

No Brasil, há vinte e um anos surgiu um "salvador da pátria", um iluminado, que sempre esteve acima e independente dos partidos. Personalidade carismática, conquistou a confiança da grande maioria da nação. Sete meses depois, diz encontrar dificuldades em governar democraticamente com "aquele Congresso", renunciou o mandato de presidente da República, por motivo de "forças irresistíveis", até hoje não devidamente esclarecidas, e nos jogou na noite escura em que vivemos durante longo tempo. Agora, quando alguns raios de luz se acendem no fim do túnel como resultado da luta, do sofrimento e do sacrifício de muitos companheiros, e não por obra e graça de qualquer iluminado, eis que ressurge a mesma personalidade, com as mesmas características de antes. Jânio Quadros jamais teve partido. Sempre usou dos partidos como expediente para seus apetites eleitorais.

Entendemos que o partido tem o dever de não se prestar como instrumento de aventuras, para salvaguarda da integridade da pátria brasileira.

Não nos convencem as alegações de precedentes de ingressos polêmicos no partido.

É inequívoco que Jânio Quadros, carismático, polêmico e ex-presidente da República, é de muito maior periculosidade política que qualquer outro filiado, sem a mesma expressão e repercussão.

Ademais, não temos que discutir aqui filiações pretéritas, que não sofreram impugnação.

O impugnado, a prova é farta, e a notoriedade dispensa prova - art. 334-I, do Código de Processo Civil-, jamais foi homem de militância partidária. Sempre soube, com invulgar astúcia, procurar as legendas de maior chamamento popular, em cada época e de acordo com as circunstâncias de cada eleição, para atender ao seu apetite eleitoreiro.

É de sua autoria e atual a declaração no manifesto de adesão do PMDB: "o processo manipulador, oculto sob o eufemismo de reforma eleitoral, restabeleceu o maniqueísmo. As urnas de 1982 terão, uma vez mais, natureza plebiscitária. Desse modo, as organizações partidárias originais recuperam seu caráter de frentes políti-

cas, ignorando diferenças programáticas ou ideológicas”.

O impugnado, grande conhecedor da matéria, deve conhecer a obra de Lutz Winkler, cujo título na edição espanhola é “LA FUNCION SOCIAL DEL LENGUAJE FASCISTA”. À página 55 está:

“Parece, pues, que los antagonismos sociales, tan sólo enmascarados por el fascismo, se prestan de forma inmediata en el lenguaje. El idioma de Hitler en Mi lucha se mueve, en multitud de pasajes, en alternativas que tratan de congelar el pensamiento en la opción entre extremos...”

E pouco mais adiante, à página 73 expõe:

“El lenguaje de Hitler convierte, pues, al adversario en condenado sin apelación y a este en perseguido, puesto que en la realidad misma del adversario reconoce elementos de la propia realidad reprimida, de las insatisfechas esperanzas de la humanidad...”

O impugnado é daqueles mestres em criar situações em que aparecem como vítimas.

Aristóteles dizia que “as democracias são mais comumente corrompidas pela insolência dos demagogos.”

A incompatibilidade do impugnado com o programa e prática do PMDB é flagrante e pode ser constatada objetivamente em várias facetas do seu comportamento político.

Mesmo nos momentos em que o partido denuncia a hipertrofia do Executivo, a ditadura e o autoritarismo, quando Pontes de Miranda entende que “Na América do Sul, o presidencialismo é a forma civilizada do caudilhismo, o caudilho central escolhido pelos caudilhos locais”, - Comentários à Emenda Constitucional nº 1 de 1969 -, o impugnado prega o “Presidencialismo forte”, - jornal “O Estado de São Paulo”, de 16/julho/1981, à fls. 86 -; defende o aproveitamento permanente da excrescência do AI-5, - “Jornal do Brasil”, de 18/abril/1976, fls.87: “O AI-5 incorporado à lei pode significar a vontade democrática pois no Poder Executivo devem residir, inerentes e expressos, os recursos de força que defendam a democracia contra a corrupção e a subversão instintivas no homem”, no mesmo momento em que este Ato Institucional era o instrumento utilizado para decepar a cabeça política de tantos e brilhantes companheiros da luta pela democracia.

Não foram poucas as vezes, em épocas remotas, recentes e atuais, que o impugnado esconjurou o PMDB, ora chamando-o de pseudo oposição - “Folha de São Paulo”, de 27/fevereiro/1981, fls. 47; ora vendo radicalismo no partido - “Jornal do Brasil”, de 10/abril/1981, fls.48: “Enquanto o PMDB continuar infiltrado de marxistas-leninistas, não admito, em nenhuma hipótese, sequer, o diálogo com esse partido”; ora comparando-o a governos que o PMDB combate, diz que a liberdade que conquistamos é dádiva do autoritarismo - “Folha de São Paulo”, de 21/fevereiro/1981,

fls. 16: "As liberdades que usufruímos nos foram outorgadas e não conquistadas"; defende reiteradamente a política econômica do governo que o partido condena - "Folha de São Paulo", de 07/abril/1981, fls. 25/6, e chega a afirmar que o PMDB "é uma espécie de arca - todos os bichos lá se encontram -, sem que haja o Noé para policiar a arca" - "O Globo", de 22/maio/1980.

É preciso que o impugnado entenda que os "bichos" desta arca são racionais, membros de um partido político democrático, que não admitem a existência do Noé, o iluminado condutor, nem tampouco métodos policiais na condução do barco.

Sua concepção, na mal articulada metáfora, é de fundamento eminentemente autoritário e tirânico.

Com o partido infiltrado, a seu juízo, em abril deste ano, o impugnado, não admitia, "em nenhuma hipótese, sequer o diálogo". Hoje, sem que ninguém se tenha afastado do quadro partidário, ele deseja mais que o diálogo, que não admitia, quer militar com os que repudiam. É difícil entender:

E, se diga ainda, ninguém tem a pretensão de ensinar democracia ao PMDB, criticando-o por fechar suas portas a quem não lhe interesse aceitar. Age democraticamente o partido quando na verdade procura ouvir e avaliar a opinião de seus membros, sensibilizando-se com a manifestação livre dos que nele se encontram e não com a crítica dos que a ele nunca pertenceram.

O PMDB enfatizou no seu programa e tem procurado exercitar na prática, o método de respeito à manifestação das bases. O cupulismo tão presente na vida dos partidos brasileiros em toda história, quando as decisões partidárias mais importantes sempre foram impostas de cima para baixo, não encontra respaldo na prática peemedebista.

Está no manifesto dos fundadores que o PMDB "dará primazia à obra de mobilização popular, com fortalecimento das bases partidárias e o avanço e aprofundamento da auto-organização sindical e comunitária dos setores não organizados do povo".

Não há precedentes no PMDB de filiação partidária perante o Diretório Nacional. Todos os seus membros, inclusive, fundadores do partido e muitos que amargaram cassações, prisões e exílio, no período trágico do arbítrio, seguindo a recomendação programática de respeito às bases, processaram suas filiações nos respectivos diretórios, de seu domicílio eleitoral. Por que, agora, a filiação do impugnado, pelo Diretório Nacional, quando as bases, Diretórios Distrital de Santo Amaro e Regional de São Paulo, manifestaram-se publicamente contra esta filiação?

Só esta razão, sem análise de mais nenhuma, impede, em respeito ao Programa Partidário, que se defira a filiação ora impugnada.

Como poderia a Executiva Nacional impor, por decisão de cúpula, às bases Regional e Distrital, uma filiação que elas não desejam? Seria rasgar o Programa que dá primazia ao método de decisões de baixo para cima.

Pensamos que o PMDB, ao impedir a filiação de Jânio Quadros ao partido, resgata, de algum modo, a nação brasileira da ofensa, da bofetada que ela recebeu desse senhor há vinte anos com sua inusitada renúncia, pouco tempo depois de uma consagrada vitória eleitoral.

Denegada a filiação, entendemos que o impugnado poderá recorrer ao Diretório Nacional, embora a lei não seja clara na matéria. Quando trata dos recursos, no caso de filiação partidária, a lei nº 5.682, de 21 de julho de 1911, no art. 65, § 39, a Resolução do TSE e o Estatuto do partido entregam sempre às Comissões Executivas a competência do julgamento, admitindo o recurso apenas em decisões de níveis diferentes da hierarquia partidária.

Em princípio, não haveria recurso quando o filiando suprimiu as instâncias inferiores, formulando o pedido de filiação perante a Direção Nacional. Entretanto, entendemos que, de acordo com a interpretação de sempre se ampliar o direito de defesa, no caso de filiação iniciada na Executiva Nacional, o filiando, e só ele, por se tratar de ato unilateral de vontade, pode recorrer para o Diretório, que é superior e supremo para esta decisão.

CONCLUSÃO

Pelos motivos expostos, concluímos que o comportamento político do senhor Jânio Quadros, materializado em atos e palavras remotas, recentes e atuais é incompatível e inconciliável com o programa e a prática do PMDB, razão pela qual votamos pela procedência das impugnações para negar sua filiação ao partido.

Brasília, DF, 20 de outubro de 1981.

Deputado Tarcísio Delgado

Relator

Indeferida a filiação do ex-presidente Jânio Quadros

Colocados em votação, o relatório e o voto do ex-deputado Tarcísio Delgado foram aprovados por 11 dos 13 membros da Comissão.

Capítulo 8

Momento extremamente belo da história brasileira, a campanha pelo direito de eleger diretamente o presidente da República foi um marco na luta pela redemocratização do país. Em momento de rara inspiração, o locutor esportivo Osmar Santos, também chamado o “Locutor das Diretas” por sua participação ativa na campanha, assim se referiu a ela: “começou pequena, delicada, com a sutileza das idéias generosas. E se transformou num oceano, num mar de gente espalhada pelas praças do país afora”.

A Campanha das Diretas veio confirmar uma coisa que já se tinha como certa: o brasileiro gosta de votar. Ele critica, se decepciona com os eleitos, revolta-se; mas não abre mão desse direito. Quando chegam as eleições, lá está ele insistindo, outra vez. Este fato é facilmente observável no comparecimento de eleitores facultativos: menores - de 16 a 18 anos - e idosos - acima dos 70. A abstenção destes é muito baixa. Imaginem quando se retirou, autoritariamente, o direito de escolha do presidente da República pelo voto direto! Foi um “Deus nos acuda!”. O MDB/PMDB jamais concordou com esse esbulho.

A eleição de 1961, que elegeu Jânio Quadros, havia sido a última em que o cidadão brasileiro participara de um pleito presidencial. Acresce-se a essa abstinência do voto, o fato de que desde 1964 o Brasil era governado por generais escolhidos pelos próprios militares, que submetiam o nome escolhido ao referendo de um colégio eleitoral formado pelos membros do Congresso Nacional. O objetivo era dar a impressão de que no Brasil se vivia em um regime democrático, com eleições indiretas para a Presidência, como acontecia em muitos outros países.

Tal argumento não se sustentava. Como poderiam os deputados e senadores brasileiros votar com independência, se seus próprios mandatos es-

tavam nas mãos dos governantes militares? E como cobrar postura inovadora dos parlamentares que sobreviveram à perseguição da Ditadura, se as maiores lideranças nacionais haviam tido seus direitos políticos cassados, estavam presas ou haviam buscado o exílio para sobreviverem?

Os antigos *emedebistas*, hoje em sua maioria no **PMDB**, haviam feito do voto direto para todas as instâncias da vida política brasileira uma de suas principais bandeiras. Nas tribunas da Câmara e do Senado, parlamentares protestavam contra o Colégio Eleitoral, apresentando inúmeros projetos de leis que permitiam o retorno ao sistema de eleição direta. No período de 1964 a 1979, eram raríssimos os discursos e pronunciamentos de parlamentares do **MDB** que não terminassem pedindo anistia ampla, geral e irrestrita; eleições diretas para todos os níveis de poder; e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Início dos anos 80

A década de 80 teve início com uma realidade política um pouco menos, mas, ainda, tensa. Embora já houvessem sido extintos os atos institucionais e decretada a anistia, vivia-se ainda sob a hegemonia dos militares, que pretendiam para o Brasil uma democracia “consentida”, viabilizada aos poucos, sob a tutela do governo. Esta não era a aspiração do povo brasileiro que, após quase vinte anos de regime ditatorial, ansiava por liberdade.

O **MDB**, agora **PMDB**, havia mantido sob sua legenda os principais líderes da oposição nacional e, no novo ordenamento partidário, enriqueceu seus quadros com políticos da grandeza de um senador Teotônio Vilela, que em abril de 1979 havia trocado a **ARENA** pelo **MDB**. No início dos anos 80, o **PMDB** continuava sendo o maior, o mais organizado, e o líder da oposição ao Regime e a favor do fim da Ditadura.

Para que a divisão em diferentes partidos não trouxesse prejuízos à luta pela redemocratização do país, o **PMDB** entendeu de propor a união dos partidos oposicionistas em torno de uma pauta única. Assim, sob a coordenação de Ulysses Guimarães, os quatro partidos contra o governo - **PMDB**, **PP**, **PT** e **PTB** - reuniram-se em São Paulo, no dia 15 de julho de 1981, e fixaram os “10 pontos de Ação Unitária das Oposições”¹, em torno

dos quais se comprometiam a atuar unidos. Eram eles:

- Eleições diretas em todos os níveis;
- Revogação das leis de segurança nacional e de imprensa e demais atos de exceção;
- Legislação eleitoral democrática, que respeite o direito à organização de todas as correntes;
- Voto do analfabeto;
- Sindicalismo livre da tutela do Estado;
- Direito de greve;
- Garantia de emprego;
- Política justa de distribuição de renda;
- Política econômica que elimine privilégios concedidos às grandes empresas, às multinacionais e ao capital financeiro;
- Democratização do poder judiciário.

Esta união dos partidos oposicionistas, selada em julho de 1981, abria espaços magníficos para a conquista de grandes ideais, como as eleições diretas no próximo pleito à Presidência da República.

A vitória em 1982

As eleições para Câmara Federal, Senado, Governos Estaduais, Assembleias Estaduais, Prefeituras e Câmaras Municipais – transferidas de 1980 para 1982, ainda foram marcadas por atos arbitrários e casuísticos, que visavam, exclusivamente, prejudicar o desempenho dos partidos da oposição e diminuir a derrota prevista dos candidatos ligados ao governo. No dia 2 de setembro, faltando pouco mais de 70 dias para as eleições de 15 de novembro, o TSE determinou a aplicação da Lei Falcão e proibiu debates de candidatos pela TV.

Apesar desta e de outras medidas, como a proibição de coligações partidárias e vinculação de voto, os partidos de oposição conseguiram grande vitória ao somarem 25 milhões de votos e elegerem 10 governadores – nove do PMDB e um do PDT. O PDS, embora tenha obtido apenas 18 milhões de votos, graças aos expedientes e aos casuísmos das normas eleitorais impostas pelo governo, conseguiu eleger 12 governadores.

Insatisfação social e terrorismo de aliados do governo

O ambiente social dos primeiros anos da década de 1980 era marcado por manifestações públicas de insatisfação com os rumos do governo e do país.

A sociedade civil, calada nos anos de chumbo da ditadura, voltara às ruas e, mobilizada pelos partidos de oposição – com grande influência do **PMDB**, o maior de todos - promovia movimentos que iam desde as gigantescas greves dos metalúrgicos do ABC paulista até as greves regionais e nacionais de professores, de bancários, de portuários, de médicos, de jornalistas, de trabalhadores da construção civil, de rodoviários etc. Embora alguns avanços políticos estivessem sendo registrados, como o fim do decreto 477 e de outros atos de repressão a estudantes, a abertura política “autorizada” pelos militares era incapaz de acalmar tantas frustrações acumuladas desde 1964.

Os gestos tímidos de “abertura” política, que não satisfaziam ao **PMDB**, eram, contudo, fortemente rejeitados pela ala radical dos que apoiavam o Regime Militar, que viam na redemocratização do país a perda de poder e o fim de muitos privilégios. Estes grupos radicais desencadearam, então, no início dos anos 80, uma série de atos terroristas que abalaram profundamente o país. A intenção dos autores desses atos era a de que eles fossem atribuídos a grupos da oposição, de tal forma que a sociedade brasileira voltasse a apoiar o Regime Militar e a legitimar a repressão às esquerdas. Exemplos destes atos terroristas foram a explosão de uma bomba na quadra da escola de samba Salgueiro, no Rio (27/janeiro/1980); a bomba detonada na sede da Contag, em Brasília (22/março/1980); e o atentado à bomba na sede da OAB-RJ, que matou a funcionária Lyda Monteiro da Silva (27/agosto/1980).

A verdade sobre esses atos terroristas começou a vir à tona com o caso “Riocentro”, em 30 de abril de 1981, durante show de 1º de Maio, quando uma bomba explodiu no colo de dois militares, em “acidente de trabalho”. O **PMDB** denunciou a farsa, mas as apurações conduzidas pelo governo acobertaram tudo e o militar sobrevivente saiu condecorado. Este episódio desmoralizou em profundidade a “abertura” do presidente Figueiredo e engrossou as filas oposicionistas.

Governadores da oposição tomam posse

A posse de 10 governadores da oposição no início do ano de 1983 modificou o equilíbrio das forças políticas. A chegada deste grupo ao poder facilitou a luta contra a Ditadura. Assumiram os governos estaduais nove governadores *peemedebistas*: **Tancredo Neves**, em Minas Gerais; **Franco Montoro**, em São Paulo; **Íris Rezende**, em Goiás; **Gerson Camata**, no Espírito Santo; **Antônio Mariz**, na Paraíba; **Roberto Santos**, na Bahia; **Jader Barbalho**, no Pará; **José Richa**, no Paraná e **Alberto Silva**, no Piauí. Dos outros partidos de oposição, apenas o **PDT** elegeu um governador: **Leonel Brizola**, no Rio de Janeiro.

Eleitos pela oposição, era natural que os mandatos desses governadores fossem fortemente marcados pelos discursos contra a Ditadura e em defesa das liberdades democráticas, dentre elas, o direito do cidadão escolher livremente e de forma direta os seus governantes.

Também as bancadas de deputados federais e de senadores haviam sido ampliadas com as eleições de 1982. Na Câmara, o PMDB passou a contar, a partir de 1983, com 216 deputados federais e, no Senado, com 21 senadores.

A emenda Dante de Oliveira

Recém chegado a Brasília, o deputado federal Dante de Oliveira, eleito pelo **PMDB** do Mato Grosso nas eleições de 1982, apresentou, no dia 2 de março de 1983, Projeto de Emenda Constitucional que estabelecia eleições diretas para presidente da República no ano de 1984. O deputado *peemedebista* acabara de conseguir as 170 assinaturas de deputados e 23 assinaturas de senadores para que pudesse apresentar a PEC, que recebeu o n° 5. Em que pese a importância que esta PEC viria a ter na história do Brasil, a grande imprensa não registrou o fato, e a apresentação da proposta passou despercebida.

PEC n.º 5, de 1983 : diretas para presidente

Eis a íntegra da PEC n.º 5/83, apresentada pelo deputado Dante de Oliveira e outros 169 deputados e 23 senadores:

"Dispõe sobre a eleição direta para presidente e vice-presidente da República.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no uso das atribuições que lhes confere o art. 49 da Constituição, promulgam a seguinte Emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1 Os arts. 74 e 148 da Constituição Federal, revogados seus respectivos parágrafos, passarão a vigor com a seguinte redação:

Art. 74 O presidente e vice-presidente da República serão eleitos, simultaneamente, entre os brasileiros maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos, por sufrágio universal e voto direto e secreto, por um período de cinco anos.

Parágrafo único. A eleição do presidente e vice-presidente da República realizar-se-á no dia 15 de novembro do ano que anteceder ao do término do mandato presidencial."

Art. 148 O sufrágio é universal e o voto é direto e secreto; os partidos políticos terão representação proporcional, total, ou parcial, na forma que a lei estabelecer."

Art. 2.º Ficam revogados o art. 75 e respectivos parágrafos, bem como o § 1º do art. 77 da Constituição Federal, passando seu § 2º a constituir-se parágrafo único".²

Justificativa da emenda

No arrazoado para a apresentação da PEC, senadores e deputados que a assinavam diziam:

Apresentamos esta emenda com o intuito de restabelecer a eleição direta do presidente e vice-presidente da República.

O que se colima é restaurar a tradição da eleição direta, através do voto popular, tradição esta profundamente arraigada não só no Direito Constitucional brasileiro como também nas aspirações do nosso povo.

Desde a primeira Constituição republicana, a eleição direta do primeiro mandatário da nação foi um postulado que se integrou na vida política do país. E os maiores presidentes que o Brasil já teve vieram, todos eles, ungidos pelo consenso popular.

Não só a tradição constitucional, ou as aspirações populares militam em favor do restabelecimento do direito do povo de escolher o primeiro magistrado. A legitimidade do mandato surge límpida, incontestada, se sua autoridade for delegação expressa da maioria do eleitorado.

Assim, o presidente passa a exercer um poder que o povo livre e expressamente lhe conferiu. Este passa a ser o mais alto representante desse mesmo povo, que não somente o escolheu, mas apoiou suas idéias, seu programa, suas metas.

Difere do que ocorre com outros candidatos, escolhidos em círculos fechados e inacessíveis à influência popular e às aspirações nacionais. Um presidente eleito pelo voto direto está vinculado ao povo e com ele compromissado. As eleições diretas para presidente da República pressupõem um novo pacto social. Serão as forças vivas da nação, do assalariado ao empresariado, que irão formar a nova base social de poder. Um presidente eleito por um colégio eleitoral não tem compromisso com o povo. Mas está diretamente vinculado àquelas forças que o apoiaram, no círculo diminuto e fechado que o escolheu.

Para completar o disposto no art. 74 e a revogação do art. 75 e seus parágrafos, bem como a do § 1º do art. 77, a proposta exclui, do texto do caput do art. 148 da Constituição Federal, a ressalva constante das palavras "salvo nos casos previstos nesta Constituição", bem como seu parágrafo único, a fim de que fique expresso que o sufrágio é universal e o voto direto e secreto em todas as eleições. Ao submetemos esta Proposta ao exame do Congresso Nacional, estamos certos de sermos porta-vozes do anseio da nação, da imensa maioria do nosso povo, que, há muito, acalenta esta aspiração, mais forte agora, após ter ressuscitado politicamente, com a última eleição direta para governador. A presente Proposta de Emenda à Constituição deve ser vista, também, como a única solução à crise econômica, política e social porque passa o país.

A nós basta um mínimo de patriotismo, de honestidade e de sentimento humano, para entendermos que é hora de mudar.

DEPUTADOS: Dante de Oliveira - Fernando Lyra - Horácio Ortiz - Adhemar Santillo - Casildo Maldaner - Amaury Müller - Odilon Salmoria - Walmor de Luca - Dirceu Carneiro - Jarbas Vasconcelos - Jackson Barreto - Tidei de Lima - Pimenta da Veiga - Darcy Passos - Cássio Gonçalves - Manoel Costa Jr. - Walber Guimarães - Renato Bernardi - Santinho Furtado - Bete Mendes - Elquisson Soares - Haroldo Lima - Raul Ferraz - Genebaldo Correia - Virgildásio de Senna - Nadir Rossetti - Matheus Schmidt - Alda Pinto - Jiúlio Caruso - Wagner Lago - Carlos Alberto de Carli Randolpho Bittencourt - Nyder Barbosa - Roberto Freire - Carlos Wilson - Mário Covas - Siegfried Ileuser - Jorge Carone - Leônidas Sampaio - Márcio Macedo - Daso Coimbra - Alberto Goidman - Alencar Furtado - Eptácio Cafeteira - Miguel Arraes - Cristina Tavares - Manoel Viana - Aurélio Peres - Paulo Mincarone - Carlos Vinagre - João Gilberto - Aluizio Bezerra - Ulysses Guimarães - Carlos Mosconi - José Carlos Vasconcelos - Brabo de Carvalho - Vicente Queiras - Fernando Santana - José Fogaça - Sirival Ouazzelli - José Genoino - Márcio de Lacerda - Heráclito

Fortes - Sérgio Cruz - Carlos Sant'Ana - Jorge Vianna - Oswaldo Lima Filho - Egídio Ferreira Lima - Ruben Figueiró - Milton Figueiredo - Fernando Gomes - Del Bosco Amaral - Lélío Sonsa - Eduardo Matarazzo Suplicy - Marcelo Cordeiro - Hélio Duque - Luis Henrique - Domingos Leonelli - Jorge Medauar - Francisco Amaral - Francisco Dias - Octacílio de Almeida - Farabulini Júnior - Jacques Domellas - Chagas Vasconcelos - Ivo Vanderlinde - Djalma Born - Sebastião Ataíde - Mário Jununa - Floriceno Paixão - Walter Casanova - Brandão Monteiro - Plínio Martins - Ivete Vargas - Mansueto de Lavor - João Hermann - Mário Frota - Aníbal Teixeira - José Carlos Teixeira - Hélio Manhães - Cid Carvalho - Raimundo Asfora - Aloísio Campos - Coutinho Jorge - Geraldo Fleming - Celso Peçanha - Ricardo Ribeiro - Paes de Andrade - Iturival Nascimento - Márcio Braga - Irma Passoni - Harry Amorini - Israel Pinheiro Filho - Ronaldo Campos - Ademar Andrade - Márcio Santilil - Airton Sandoval - Rosa Flores - José Eudes - Mirthes Beviláqua - Airton Soares - Juarez Batista - Paulo Lustosa - Nelton Friedrich - João Cunha - Hermes Zaneti - Mário Hato - Délio dos Santos - Dionísio Hage - Olavo Pires - Orestes Muniz - Agenor Maria - Teodoro Mendes - Euclides Scalco - Pacheco Chaves - Wall Ferras - Sebastião Nery - Antônio Morais - Henrique Eduardo Alves - Joaquim Roriz - Gasthone Righi - Agnaldo Timóteo - Paulo Zarzur - Moacir Franco Jorge Ueque - Ralph Biasi - Mendes Botelho - Nelson do Carmo - Magno Bacelar - Aroldo Moletta - Maurício Fruet - Wilsan Haese - Flávio Bierrenbach - Fernando Cunha - João Herculino - Iram Saraiva - João Divino - José Freire - Juarez Bernardes - Paulo Marques - José Mendonça de Morais - Milton Reis - Israel Dias-Novaes - José Iflisses - Enéas Faias - Artur Virgílio Neto - Marcondes Pereira - Ciro Nogueira - Renato Bueno - Irajá Rodrigues - Aloysio Teixeira - Trapuan Costa Jr. - Ibsen Pinheiro - Mício Athaíde - Renato Viana - José Maranhão.

SENADORES: Humberto Lucena - Hélio Gueiros - Tancredo Neves - Saldanha Dersi - Gastão Müller - Roberto Saturnino - Henrique Santillo - Mário Maia - Fábio Lucena - José Fragelli - Severo Gomes - Álvaro Dias - Pedro Simon - José Ignácio - Itamar Franco - Afonso Camargo - Mauro Borges - Marcelo Miranda - Jaison Barreto - Luiz Cavalcante - Nelson Carneiro - José Richa - Alberto Silva - Franco Montoro.

A PEC nº 5 foi lida em Plenário na sessão do Congresso Nacional do dia 19 de abril de 1983. Neste mesmo dia foi constituída comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria, tendo seus membros sido indicados pelos líderes de partidos. A comissão mista ficou assim formada:

Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro: senadores Itamar Franco, Afonso Camargo, Pedro Simon, José Fragelli e os deputados Dante de Oliveira, Flávio Bierrenbach, Domingos Leonelli, Francisco Amaral e Ibsen Pinheiro,

Pelo Partido Democrático Social: senadores José Lins, Carlos Alberto, Claudionor Roriz, Jorge Kalume, Raimundo Parente, Gabriel Hermes, Lourival Baptista e os deputados Edison Lobão, Guido Moesch, Rondon Pacheco, Sarney Filho e Ernani Satyro.

Pelo Partido Democrático Trabalhista: deputado Bocayuva Cunha.

A campanha das Diretas-Já

O debate público desta emenda galvanizou o país. Nos cinco ou seis meses, em fins de 1983 e início de 1984, as manifestações populares tomaram conta do Brasil. Denominada mais tarde como “Emenda Dante de Oliveira”, a aprovação da PEC n° 5 seria o desafio de todas as oposições e, particularmente, do **PMDB**, que há quase vinte anos vinha lutando pelo retorno das eleições diretas.

Novamente sob o comando de Ulysses Guimarães - o “Senhor Diretas”, como foi chamado pela imprensa - a Campanha das Diretas-Já proporcionou as maiores concentrações populares da história pátria. Dez, vinte, trinta, trezentas, um milhão e setecentas mil pessoas, em todas as capitais e grandes cidades do país. Nos palanques, grandes lideranças políticas, artistas, intelectuais, sindicalistas, estudantes; na praça do povo, como queria Castro Alves, milhares e milhões de pessoas, clamando pelo direito de escolher seu presidente. Foi memorável sob todos os aspectos aquela campanha.

Deputados do MDB propõem ao partido a campanha pelas Diretas

A cada manifestação pública de repúdio à ordem vigente, crescia nos militantes do **PMDB** a certeza de que a situação só melhoraria com o retorno do país à democracia e com o resgate das eleições diretas para presidente da República, pois o povo continuava excluído e não podia intervir através do único instrumento legal possível: o voto.

Já no início dessa legislatura, o líder do **PMDB** na Câmara, deputado Freitas Nobre, havia designado uma comissão de cinco deputados – Domingos Leonelli, Dante de Oliveira, Carlos Mosconi, Ibsen Pinheiro, Flávio Bierrenbach e Roberto Freire – para elaborar um documento em defesa das eleições diretas. No dia 11 de março de 1983, grupo de deputados do **PMDB** encaminhou à Executiva Nacional do partido documento com plano para uma campanha nacional pelas eleições diretas.³

A primeira manifestação pública pelas eleições diretas ocorreu no

município de Abreu e Lima, em Pernambuco, no dia 31 de março de 1983. Organizada por membros do PMDB, sua repercussão ultrapassou os limites do município, e o evento, na época, foi noticiado até nos grandes jornais do estado de Pernambuco.

Seguindo o exemplo do **PMDB**, outros segmentos da sociedade também intensificaram as manifestações a favor de eleições diretas. No dia 18 de março de 1983, Tristão de Athayde publicou artigo na Folha de São Paulo em que afirmava que “eleições constituem atos elementares em toda vida social em regime democrático”; em editorial do dia 27 de março, o jornal Folha de São Paulo se declarou abertamente favorável ao pleito direto em todos os níveis; no dia 05 de abril, Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Ivo Lorscheiter pregaram eleições diretas como imprescindíveis à tranquilidade da nação. Até autoridades ligadas ao Regime Militar começaram a declarar-se a favor de eleições diretas, como o general Costa Cavalcanti, presidente da Eletrobrás e o general Antônio Carlos de Andrada Serpa. Este último, no dia 27 de abril, defendeu a sucessão do presidente da República por via direta, como uma forma de “ruptura pacífica com os 20 anos do passado revolucionário, desonerando as Forças Armadas das responsabilidades do poder”.⁴

Partidos e sociedade civil acatam chamamento do PMDB

Consciente de que uma campanha pelas eleições diretas em nível nacional era projeto que exigia a união de todos os democratas do país, o **PMDB**, em 20 de abril, procurou outros partidos políticos e entidades da sociedade civil para que se integrassem à campanha em elaboração.

A resposta de todos foi positiva. Assim, em 15 de junho, em Goiânia, a direção nacional do **PMDB**, na presença de uma platéia de cinco mil pessoas, lançou oficialmente a campanha pelo voto direto. E eventos da campanha começaram a ser realizados em todo o país. No dia 26 de junho, o presidente nacional do partido Ulysses Guimarães participou de ato público em Teresina e, no dia 29 de junho, teve início a forma-

ção de uma frente suprapartidária a favor das diretas, reunindo no Rio de Janeiro o governador de São Paulo, Franco Montoro (**PMDB**), o presidente nacional do PT Luiz Inácio Lula da Silva e o governador do Rio, Leonel Brizola (**PDT**).

O **PMDB** entrou com toda sua força na Campanha das Diretas. No início de julho, o ex-senador Teotônio Vilela, na ocasião atuando como presidente interino, convidou líderes de outros partidos para reuniões com entidades da sociedade civil, como OAB, UNE e CNBB. O apoio de todas as entidades fez crescer o movimento.

No início de setembro, **PMDB**, **PDT**, **PTB** e **PT** formaram um comitê suprapartidário para coordenar a campanha, tendo sido escolhido coordenador geral o senador Pedro Simon (**PMDB-RS**).

O Brasil perde Teotônio Vilela

A marcha pelas “Diretas” sofreria um triste golpe com a perda do ex-senador Teotônio Vilela, o *peemedebista* que tanto havia lutado pelo fim da Ditadura, pela anistia e pelo retorno das eleições diretas. Sua morte foi anunciada, por ironia do destino, exatamente no momento em que era realizado o primeiro dos eventos de grande porte a favor das “Diretas”, no dia 27 de novembro, no Pacaembu (SP), com a presença de mais de 15 mil pessoas. A concentração pública fora organizada pelo PT, com a ajuda do **PMDB**, do **PDT** e de entidades da sociedade civil. Naquela tarde triste de novembro, no meio da praça, o povo prestou com sua mobilização política a mais bela homenagem que poderia oferecer a Teotônio.

Teotônio Vilela: guerreiro da pátria

A Campanha pelas Diretas-Já foi emblemática e sintetizou toda a mobilização daquele momento político e os últimos anos de vida do senador Teotônio Vilela. O ex-deputado Márcio Moreira Alves, em emocionado texto⁵, descreve o que representou para o Brasil as derradeiras peregrinações de Teotônio:

TEOTÔNIO VILELA: GUERREIRO DA PÁTRIA

Era uma segunda-feira de janeiro, sete da noite, quando o calor do Rio não favorece os ajuntamentos em recinto fechado que, aliás, ninguém pensa em promover, com receio do esvaziamento das férias e da epidemia pré-carnavalesca. Apesar dessas desvantagens, o auditório maior da Associação Brasileira de Imprensa estava repleto. Estranha assembléia. Era formada por engravatados conselheiros da Ordem dos Advogados, políticos de oposição, recém-saídos de uma campanha eleitoral que os jogara em retaliações mútuas como galos de rinha, muitos estudantes e jovens profissionais, uns poucos operários. Um grupo quase que só de mulheres mantinha-se um pouco afastado das conversas, montando guarda sobre as faixas e cartazes que traziam enrolados.

Junto ao palco, a bateria de fotógrafos e jornalistas, de onde sobressaíam os iluminadores e as câmeras das três redes de televisão. O impecável Antonio Houaiss, capaz de presidir uma reunião de escoteiros como se fosse a assembléia das Nações Unidas, preparava-se para ordenar os trabalhos de lançamento dos dois volumes que documentavam o processo parlamentar da luta pela anistia.

As palmas começaram no hall dos elevadores e foram crescendo pelos fundos do auditório até ocupá-lo todo, na medida em que Barbosa Lima Sobrinho precedia o seu convidado de honra pelo corredor lateral. Teotônio Vilela caminhava com dificuldade, apoiando-se na bengala de bambu sempre que a perna direita, deixada meio esquecida pela operação no cérebro, lhe negava sustentação. Finalmente, vencidas as barreiras de abraços, foi alçado ao palco, tomando lugar à esquerda do seu irmão mais velho, Dom Avelar Brandão, Cardeal Primaz do Brasil. Ao longo dos anos de Ditadura as divisões das esquerdas no Brasil foram tão frequentes que era provavelmente a primeira vez que a maioria dos presentes aplaudia uníssonamente alguma coisa.

Os discursos de saudação se sucediam. Numa pausa entre um discurso e outro o grupo de silenciosos avançou pelo meio do público, faixas desfraldadas, e foi postar-se atrás da mesa. Eram os familiares dos guerrilheiros mortos no Araguaia. Durante dois anos, 1972 e 1973, o Exército mantivera na selva um contingente de dez mil homens para caçar sessenta e três militantes do Partido Comunista do Brasil. Fez apenas um prisioneiro. Os parentes dos homens e mulheres que jazem perdidos na Amazônia aproveitam todas as ocasiões, como as mães argentinas da Plaza de Mayo, para reclamarem o direito de conhecerem as covas de seus filhos, pais e irmãos. Teotônio, como sempre, encontrara generosidade para ouvir e amparar essa gente, assumindo a luta por aquele direito. Agora, quando lançava os seus livros sobre a anistia, tinha à retaguarda essa mesma gente capitaneada por Vitória Grabois, cujo pai, Maurício Grabois, foi morto no dia de Natal de 1973, e parece ter sido enterrado pelo general Hugo Abreu na Serra das Andorinhas, no mesmo lugar das jazidas de bauxita que o Regime pretende entregar às multinacionais.

Aquela era a primeira vez que Teotônio aparecia pessoalmente de público no Sul desde que reunira, em maio de 82, a cúpula do PMDB, para consultá-la sobre a

retirada da sua candidatura a senador e apresentar as tristes razões da consulta.

Havia, portanto, uma atmosfera de carinho, respeito e saudade, que os grandes dísticos dos desaparecidos se encarregavam de reforçar com sombras de tragédia.

Terminada a saudação de Barbosa Lima Sobrinho, Teotônio agradeceu o papel da Associação Brasileira de Imprensa nas lutas pela redemocratização e, em especial, pela anistia. Relenhou, em seguida, o papel que as mulheres tinham representado naquela campanha. Finalmente, falou do problema que a todos preocupava e que só ele podia abordar: a doença.

NASCER E RENASCER

- "Sei que não estou lidando com uma doença fácil. Essa doença tem coisas, como diz o caboclo do mato, tem coisas do demônio. Mas eu, depois de abatido, de retirado totalmente de circulação durante seis meses, eu comecei a renascer. Dizem os Evangelhos - e Dom Avelar que me corrija - que há o nascer e o renascer. Eu estou renascendo. E que vigor vocês me dão com este carinho, com este apreço! Quero lhes dizer que enquanto a minha cabeça estiver no lugar, eu andarei pelo Brasil. As pernas já me falharam e eu já andei de cadeiras de rodas. Mas a cabeça é diferente. Quando o médico se preparava para abri-la, para extrair o tumor do meu cérebro, eu lhe disse que não mexesse nas instalações, que deixasse cada coisa no seu lugar. Ele cumpriu fielmente a sua missão e acho que até botou um pouco de ar novo lá dentro". A esta altura foi Teotônio interrompido pelo aplauso da assistência, adivinhando em suas palavras um ato de fé na vida, que nos permitia olhar para o futuro e vê-lo nele integrado. Por isso aplaudimos a nós mesmos, à nossa alegria, à nossa esperança e não apenas a Teotônio. Era como se ressuscitássemos com ele. E continuou:

- "Temos tempo para lutar e tempo para vencer. Mas aqui e ali sofro um ataque de adversidade, um ataque de tristeza, como agora, por último, quando perdi a minha mulher que, como eu, era cancerosa. Há nove dias passados faleceu a minha Lenita, minha companheira de trinta e quatro anos de vida. Não tendo outra coisa que lhe ofertar, pedi licença a Dom Avelar, que celebrava a missa de corpo presente, e introduzi nos seus braços, que nem um índio, as coisas de que ela gostava. Os meus livros, as flores que ela plantava, as bonecas que ela gostava de fazer. Pedi licença para que ela levasse essas coisas e pedi que se cantasse o Hino Nacional, para que ela saísse daqui acompanhada por sons da pátria. Sons da pátria... sobretudo em uma hora como essa, em que os vivos pouco apreço estão dando à pátria! Onde estão os vivos? O meu apelo aos vivos é para que acordem."

Havia na assistência homens e mulheres amadurecidos por muitos anos de luta contra a ditadura. Alguns, como Lysâneas Maciel, ex-candidato do PT ao governo do Rio, ou o professor Bayard Boiteux, tinham passado muito tempo no exílio. Outros haviam vivido na clandestinidade, haviam sido presos, torturados. Os jovens, iniciantes na política em um período de repressão mais branda, estavam na escola da desesperança. Todos, à falta de melhor maneira de manifestarem a sua solidari-

idade, tinham-se posto de pé e aplaudiam, lágrimas de emoção pelo rosto.

Elza Monerat, velha dirigente comunista, que passara quase três anos na prisão em razão do seu envolvimento com a guerrilha organizada na região do Araguaia, deixava silenciosamente correr a sua emoção. Teotônio visitara-a duas vezes no presídio, as únicas visitas que ao longo dos anos recebeu de um estranho, quer dizer, de alguém que não era parente seu, ou militante do seu partido ou advogado contratado para defendê-la. Ao meu lado, um negro forte, já com as têmporas salpicadas de branco, jeito de professor, volta e meia limpava com o lenço os óculos embaçados.

Terminado o discurso, formou-se a extensa fila de admiradores em busca de uma dedicatória, fila cuja disciplina foi quebrada pela chegada do governador eleito Leonel Brizola. Ao abraçar Teotônio, Brizola, aderiu à unidade das oposições, fenômeno tão raro desde a volta dos exilados que eles todos parecem ter feito no exterior a promessa de dar razão a Felinto Müller, torturador a serviço de outra ditadura, que dizia que a esquerda só se une na cadeia.

Nos meses seguintes, pelos quatro cantos do Brasil, os mais variados públicos iriam reproduzir a mesma emoção, as mesmas lágrimas, o mesmo zelo religioso ao cantar o Hino Nacional. A comunhão do povo com o santo cívico, militando na sua ressurreição, aconteceria em lugares tão diferentes como Teresina, capital da pobreza, e Curitiba, modelo irreproduzível de cidade bem administrada porque razoavelmente pequena e de classe média. E englobaria tanto o público universitário do Centro de Cultural do SESC - Pompéia, em São Paulo, como os membros das comunidades eclesiais de base de Dom Adriano Hipólito, em Nova Iguaçu, o município mais violento do mundo.

O comício-noite-de-autógrafos da Associação Brasileira de Imprensa foi um momento importante na vida da nação e de Teotônio Vilela. Permitiu ao público nacional, multiplicado através da televisão, saber do milagre que até então só era conhecido de alguns poucos: o velho cavaleiro andante da democracia, dado como morto a partir do dia em que se internara, seis meses antes, para operar-se de câncer em um hospital paulista estava vivo e em campanha.

SANTO CÍVICO DO BRASIL

A ressurreição de Teotônio Vilela acontecera, na verdade, anteriormente de uma maneira extremamente apropriada a alguém que, como ele, é um mérito manejador da palavra e dos meios de comunicação de massa. No dia 10 de outubro de 1982, domingo, fim de noite, a TV Bandeirantes colocou no ar uma das mais comoventes entrevistas que já fizeram a um político no Brasil. Teotônio conservou o tempo quase todo o seu chapéu de feltro, para cobrir a careca provocada pelas irradiações de cobalto, vez por outro confiando os bigodes pontudos que lhe davam um ar mongol disfarçado. Respondeu, com calma e voz firme, às perguntas que lhe faziam sobre a situação da economia, a campanha eleitoral, a situação eleitoral do país. Falou sempre do futuro, como de hábito. Ao passado só se referiu mais longamente quando

pela primeira vez tomou a decisão de tratar de público dos seus problemas de saúde e falou do câncer, da esperança que tinha de poder enfrentá-lo em tempo bastante para contribuir para a superação dos nossos problemas imediatos. Roberto D'Avila, o coordenador dos debates, estava visivelmente emocionado, da mesma forma que Dalmo Dallari, Jânio de Freitas e José Augusto Ribeiro. No final, quando cada um opina sobre o entrevistado, Fernando Henrique Cardoso, os olhos marejados de lágrimas, não conseguiu impedir que um nó de emoção embaraçasse um pouco a sua eloquência de professor emérito.

Vista com distanciamento do tempo, verifica-se que nada de muito extraordinário ou de muito novo foi dito nesta entrevista. O que ela teve de memorável, o que fez com que fosse considerada um marco na televisão brasileira, a melhor entrevista política de um ano como 1982, particularmente rico em entrevistas, foi o seu clima de comunhão cívica, de emoção intensa, clima que foi transmitido aos telespectadores, como se todos estivessem participando de um instante transcendental para a vida brasileira.

Quando Roberto D'Avila pediu a Teotônio que dissesse algumas palavras de despedida, palavras que normalmente são de superficial cortesia, Teotônio fez uma longa peroração sobre a pátria, sobre os perigos que corre a nossa soberania, sobre o compromisso da sua vida com a vida de todos os brasileiros e sobre a obrigação que cada um tem de se integrar em uma cruzada de salvação. Jogou toda a sua emoção, toda a sua sinceridade, todo o seu amor à pátria e ao povo brasileiro nas frases que saíram ordenadas da sua boca, irretocáveis, como se tivessem sido escritas antes, desde sempre, com perfeita e exata propriedade.

Naquele domingo, iluminado pelos refletores da TV Bandeirantes, morreu o político do PMDB de Alagoas Teotônio Brandão Vilela. Nasceu, aos olhos de milhões de pessoas, um homem novo, quase um fenômeno metafísico, Teotônio guerreiro da pátria, santo cívico do Brasil.

NÃO TEMOS HERÓIS, SÓ MÁRTIRES

A presença da morte conferiu-lhe imunidades absolutas para falar o que bem pensasse, de quem quisesse, a respeito do que escolhesse. Nós, brasileiros, lidamos com a morte à distância, sem a menor intimidade ou aceitação, como se fôssemos imortais. E tratamos o câncer com mistério e vergonha, tal como alguma incurável doença venérea. Logo, um homem que vai ao rádio, vai à televisão e proclama que tem um, dois, três, quatro tumores cancerosos dentro do corpo, mas que nem por isso vai ficar deitado numa cama, que nada, vai é se derramar por esse Brasil afora, gritando que a pátria está em perigo e precisa da força de todos os seus filhos, um homem desses, se não foi assaltado pela loucura - ou pelo desespero dos que não têm tempo - como querem fazer crer alguns, só pode mesmo ter sido ungido pela santidade. Homem assim desprendido, absolutamente desprovido de ambição pessoal, que se já não tinha antes, foi definitivamente proibido pela morte de tê-la, nunca se viu na cena política do país. E, como Teotônio mesmo diz, o Brasil

é um país que não tem heróis, só tem mártires, e por isso o povo abre os corações, as televisões abrem as câmeras, os jornais abrem as colunas e todos passamos a assumir o culto precoce de Teotônio Brandão Vilela, herói-mártir de resistência nacionalista, da defesa dos oprimidos nas fábricas e nos campos, cavaleiro da esperança de um projeto último, mágico, que, no final dos nossos tempos de nação soberana haverá de colocar a pátria de volta à vida real.

Todos sabem que Teotônio está com câncer. O câncer, na concepção de cada um de nós, é uma doença mortal, e mortal a prazo muito curto. Logo, se alguém assume essa maldição de público e, apesar dela, dedica todo o seu tempo a peregrinar pelo país pregando idéias políticas, o seu sacrifício purifica a política, eleva as idéias quase ao nível da prece, muda a peregrinação em romaria. Teotônio, ao fazer isso, colocou a perspectiva da morte a serviço da sua vida. Como a morte unifica, a sua pregação situa-se acima dos conflitos de classe, penetra em todas as classes, encontra e desperta ecos na sociedade inteira. Mas, pelo menos no início, o próprio heroísmo desta pregação embota a sua eficácia.

Não há quem ouse contradizer o herói-mártir. Isso significa não serem as suas propostas submetidas ao aprimoramento do contraditório. Em qualquer plano político a crítica é indispensável à eficácia, dadas as muitas caras que tem uma sociedade: pluriclassista, multidisciplinar, plurideológica. Cada um dos grupos que a compõe tem um ângulo próprio de observação que, em muitos pontos, tem obrigatoriamente que invadir e contradizer os ângulos de observação e os interesses de outros grupos, igualmente legítimos. Em conseqüência, um pacto social negociado só se constrói com a participação de interesses múltiplos, como acontece no decorrer dos trabalhos de uma assembléia constituinte. Os pactos sociais não negociados vingam somente pelo terror: o terror das armas, como nas ditaduras militares direitistas da América Latina. O terror da divindade, que legitima a violência, como nas tecnocracias desde Israel Bíblica até o Irã de hoje.

PROJETO EMERGÊNCIA

Essa fragilidade de um pacto social "revelado" por algum Antonio Conselheiro da massa-média foi claramente percebida por Teotônio quando, em novembro de 1982, ressurgiu para a vida e para a política que, com a vida nele se confunde. Tomou, a partir dessa percepção, duas precauções: empenhar-se no fortalecimento do seu partido político, o PMDB, recomendando concomitantemente o fortalecimento dos demais; e esclarecer, reiterada, infinitamente, que o projeto que se dispunha a apresentar aos brasileiros, era um Projeto de Emergência. Destina-se a promover uma imediata frente única dos patriotas para fazer face à ameaça, também imediata, de desagregação da sociedade. A visão que o inspira é a de uma cidadela assediada pelos quatro exércitos das dívidas, longamente arregimentadas - a dívida externa, a dívida interna, a dívida social e a dívida política. Essa visão é uma visão agônica do Brasil. É o sentimento do perigo eminente que faz com que ele se afaste da sistematização positivista de planos de negociação interclasses sociais como o que

propusera em 1978, juntamente com Raphael de Almeida Magalhães, chamado de Projeto Brasil.

Para evitar que o Brasil desapareça no pantanal das anomalias econômicas, políticas e sociais para o qual foi empurrado pelo imperialismo norte-americano, pelo acumplicamento de dirigentes irresponsáveis com as empresas multinacionais, pela corrupção de um grupelho que roubou o poder do povo, Teotônio prega uma religião: A Religião da pátria. Acredita que possamos encontrar novos e gloriosos caminhos para essa pátria imensa, cheia de tesouros humanos e de tesouros naturais. É só mobilizarmos a capacidade de sacrifício de todos, vencemos o egoísmo e, ao estabelecemos um governo legitimado pelo voto e pela esperança da maioria, aplicamos o Plano Emergência que, com a ajuda de uma equipe de técnicos, elaborou ao longo do primeiro trimestre de 1983. É essa a crença que o move carregando o corpo ferido pelos quatro cantos do país. É essa a crença que faz com que se julgue não um contador de histórias, mas um fazedor de histórias.

Ao longo de sua vida, Teotônio viveu muitas vidas. Foi Teotônio, o jogador, Teotônio, o ferrista, o boiadeiro, o vaqueiro, o usineiro, o literato, o político. Quando da greve do ABC, em abril e maio de 1980, uma revista fez sobre ele um acre-doce artigo de capa intitulado "Teotônio, o Metalúrgico". Hoje, o velho fazedor de histórias poderia bem chamar-se "Teotônio, a Esperança", embora eu prefira o nome que as organizações de defesa dos direitos humanos de Alagoas lhe deram: "Teotônio, o Guerreiro". Não posso vê-lo em pregação sem pensar em Cid, o Campeador. Como o espanhol, também ele serviu a dois partidos tão brutalmente opostos como mouros e cristãos. Também ele, quem sabe, enfiado dentro de uma armadura, mantido na sela do bagual por cordas invisíveis, sairá de lança em riste para o campo de batalha, à frente do seu povo na reconquista da liberdade perdida e da pátria vendida. Sei lá.

Metáforas não são proibidas a ninguém, muito menos, a um biógrafo identificado com o seu biografado, por pertencer também ao povo que ele estupendamente sintetiza, com as suas virtudes e defeitos. E, um dia, distraído, Teotônio me disse: "que bonita era a tradição dos espanhóis antigos, que enterravam de pé os seus guerreiros mais valentes". Nunca mais falou no assunto, nem lhe perguntei. Registreirei na fita e na memória. Acho que peguei nessa observação, assim jogada a esmo, uma das chaves do seu mistério. O guerreiro da Viçosa das Alagoas quer ser devolvido de pé à terra que o criou.

"Diretas-Já" em todo o Brasil

A Campanha pelas Diretas-Já continuava a crescer. Comitês estaduais começaram a ser formados no fim de 1983. O primeiro foi instalado no Rio de Janeiro, com a participação de 80 entidades civis. Também em dezembro, o vice-governador de São Paulo, Orestes Quécia (PMDB), lançou

a Frente Municipalista pelas Diretas.

Os meses de dezembro de 1983 e janeiro, fevereiro, março e abril de 1984 registraram manifestações públicas em todos os estados do país. A nação jamais havia visto uma mobilização popular daquelas dimensões. Nos comícios de encerramento da Campanha, a surpreendente presença de um milhão a um milhão e meio de pessoas, como ocorreu no Rio de Janeiro (10 de abril) e na apoteótica concentração no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, no dia 16 de abril de 1984. A lista dos comícios realizados a favor das diretas mostra a dimensão da campanha.⁶

· Abreu e Lima, Pernambuco - 31 de março de 1983, por ser o 1º ato público, não avolumado de pessoas;

· Goiânia - 15 de junho de 1983, 5 mil pessoas;

· Teresina - 26 de junho;

· Pernambuco - 12 de agosto;

· São Paulo - 27 de novembro, 15 mil pessoas;

· Ponta Grossa - 09 de dezembro, mil pessoas;

· Olinda - 05 de janeiro de 1984;

· Curitiba - 12 de janeiro, 40 mil pessoas;

· Salvador - 20 de janeiro, 15 mil pessoas;

· Vitória - 21 de janeiro, 10 mil pessoas;

· Campinas - 21 de janeiro, 12 mil pessoas;

· Praça da Sé, São Paulo - 25 de janeiro, 300 mil pessoas;

· João Pessoa -, 26 de janeiro, 10 mil pessoas;

· Olinda - 27 de janeiro, 30 mil pessoas;

· Praia de Pajuçara, Maceió - 29 de janeiro, 20 mil pessoas;

· Belém - 16 de fevereiro, 60 mil pessoas;

· Passeata no Rio de Janeiro, da Candelária à Cinelândia - 16 de fevereiro, com 60 mil pessoas;

· Passeata em Recife - 17 de fevereiro, com 12 mil pessoas;

· Manaus - 18 de fevereiro, 6 mil pessoas;

· Caminhada em Capão da Canoa, Rio Grande do Sul - 19 de fevereiro, 50 mil pessoas;

- Osasco (SP) - 19 de fevereiro, 25 mil pessoas;
- Rio Branco - 19 de fevereiro, 7 mil pessoas;
- Cuiabá -, 20 de fevereiro, 15 mil pessoas;
- Belo Horizonte -, 24 de fevereiro, 300 mil pessoas;
- São Paulo - 26 de fevereiro, manifestações em 300 municípios;
- Aracaju - 26 de fevereiro, 30 mil pessoas;
- Juiz de Fora -, 29 de fevereiro, 30 mil pessoas;
- Anápolis - 8 de março, 20 mil pessoas;
- Passeata no Rio de Janeiro, da Candelária à Cinelândia - 21 de março, com 200 mil pessoas;
- Campinas - concerto (sem discursos), 20 mil pessoas;
- Uberlândia - 23 de março, 40 mil pessoas;
- Campo Grande - 24 de março, 40 mil pessoas;
- Londrina - 02 de abril, 50 mil pessoas;
- Natal - 06 de abril, 50 mil pessoas;
- Petrolina - 07 de abril, 30 mil pessoas;
- Igreja da Candelária, Rio de Janeiro - 10 de abril, 1 milhão de pessoas;
- Goiânia - 12 de abril, 300 mil pessoas;
- Porto Alegre - 13 de abril, 200 mil pessoas;
- Vale do Anhaçabaú, São Paulo -, 16 de abril, 1,5 milhão de pessoas.

Durante as manifestações públicas, o povo misturava comovido civismo com orgulho e heroísmo patriótico, cobrando com veemência o retorno ao direito de eleger seus governantes. As descrições sobre os comícios das Diretas-Já são sempre emocionantes, como a que narra a concentração do dia 25 de janeiro de 1984, em São Paulo:

O cenário é a Praça da Sé, centro da cidade de São Paulo. O Brasil ansiava pela democratização e pelas eleições diretas. Movimentos se espalhavam por todo país, mas a campanha das diretas somente conquista as ruas depois do histórico comício de 25 de janeiro. Marcado para o dia do aniversário da cidade de São Paulo, o primeiro grande comício da campanha por eleições diretas para presidente foi organizado por Franco Montoro, governador paulista. Participaram também diversos partidos políticos de oposição, além de lideranças sindicais, civis e estudantis. A

expectativa era das mais tensas. O Governo Militar tentava minar o impacto do evento. O dia estava chuvoso. Aos poucos, a praça foi lotando e, no final, cerca de 300 mil pessoas gritavam por "Diretas já!" no centro da cidade. Além de políticos também estiveram presentes artistas como Christiane Torloni, Fernanda Montenegro, Gilberto Gil, Alceu Valença, Regina Duarte, Bruna Lombardi, Fafá de Belém e Chico Buarque de Holanda. O jornalista Osmar Santos anuncia a presença do governador Franco Montoro. O idealizador do comício pelas diretas estava acompanhado dos governadores Iris Resende, José Richa, Nabor Junior e Leonel Brizola. Os presidentes do PMDB, Ulisses Guimarães, e do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, também estão presentes. Também estavam presentes o senador Fernando Henrique Cardoso, o presidente regional do PMDB, e o prefeito de São Paulo, Mário Covas, que fez um emocionado discurso pedindo um minuto de silêncio para homenagear Teotônio Vilela, morto em 27 de novembro do ano anterior. Teotônio morreria bem no dia da primeira manifestação pública em favor das eleições diretas. Aquele foi mesmo um dia de nenhuma comemoração, em que 15 mil pessoas compareceram em frente ao estádio do Pacaembu. Bem diferente da manifestação da Praça da Sé.

"Perguntaram-me se aqui estão 300 ou 400 mil pessoas. Mas a resposta é outra: aqui estão presentes as esperanças de 130 milhões de brasileiros." (Franco Montoro Filho).

Logo após o discurso de Montoro, o Hino Nacional começa a ser cantado na Praça, que agora era só do povo. ⁷

Em todas as concentrações e eventos, a presença maciça das lideranças nacionais e das lideranças regionais do PMDB. Liderados pelo presidente Ulisses Guimarães - o "Senhor Diretas", os *peemedebistas* compareciam sempre em grande número, reivindicando o retorno à democracia e ao voto direto. Acompanhavam o dr. Ulisses em seu périplo pelo país, os governadores do PMDB e lideranças nacionais e regionais do partido.

Frente de governadores a favor das Diretas-Já

O engajamento dos nove governadores do PMDB foi fundamental para que o movimento a favor das "Diretas" alcançasse seus objetivos. Em depoimento exclusivo a Deigma Turazi, da Agência Brasil, o jornalista Mauro Santayanna contou como surgiu, logo no início de 1983, a idéia de unir todos os governadores da oposição na luta por eleições diretas para presidente em 1984:

Como colaborador de Tancredo Neves durante esses anos, pude assistir como as coisas começaram. Na realidade, foi no início de abril de 1983, logo depois de

empossados os governadores eleitos no ano anterior.

Houve um almoço no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista, com os governadores do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Como amigo também do governador Franco Montoro, eu estava lá. E ainda participaram José Serra, os dois filhos e a esposa de Montoro. Na ocasião, o povo tentava arrebentar as grades do Palácio, em manifestação por aumento salarial. O governo não tinha um mês, Montoro fora empossado no dia 15 de março. Ficou aquele clima constrangedor e um dos participantes comentou que 'esta situação será de todo mundo e não só do Montoro'. E sugeri a redação de uma nota assinada pelos governadores ali reunidos, explicando isso à nação.

O governador Montoro pediu que eu redigisse a nota. Naquele momento, o Brizola queria defender o Figueiredo (ex-presidente João Batista Figueiredo) e brincou: 'Não bata muito porque nós vamos precisar da ajuda dele.' Tancredo, sentado ao lado de dona Lucy Montoro, não resistiu ao comentário: 'E depois dizem que eu é que sou moderado.' Quando saímos dali, levei Tancredo ao aeroporto - ele iria para Brasília - e ele me disse o seguinte: 'Montoro e eu chegamos à conclusão de que se não houver eleição direta para presidente da República, essa Ditadura vai continuar.' E foi assim que tivemos de sair para a campanha, levar o povo para a rua. Assim nasceu a idéia da campanha pelas "Diretas-Já".⁸

No dia 26 de novembro de 1983, o governador *peemedebista* Franco Montoro reuniu em São Paulo todos os governadores da oposição - os nove do PMDB e Leonel Brizola, do PDT. Juntos, eles lançaram um "Manifesto à Nação", pregando o retorno das eleições diretas em todos os níveis. No dia seguinte, a Folha de São Paulo publicou artigo de Montoro, intitulado "A nação tem o direito de ser ouvida", onde era exposta a posição dos governadores:

A eleição direta dos governadores foi resultado do longo combate do povo brasileiro pela democracia.

A eleição direta dos governantes em todos os níveis, do prefeito municipal ao presidente da República, é o anseio que a nação deseja agora ver realizado como próximo passo dessa longa caminhada. (Discurso de Posse - 15/março/1983)

Oito meses depois da posse dos governadores eleitos diretamente pelo povo, ninguém mais duvida de que é chegada a hora das eleições diretas para a Presidência da República.

Quando a emenda que restaurou a eleição direta dos governadores foi apresentada, muitos a consideravam lírica, impossível, porque não tinha o apoio dos detentores do poder. A lembrança daquela luta hoje nos serve de exemplo. A verdade social não é estática, ela é dinâmica. A emenda, que tinha sido inicialmente da opo-

sição, depois de duas ou três derrotas em votações feitas no Plenário, acabou por se apresentada pelo governo.

É evidente, para os que conheceram as circunstâncias, que a decisão não correspondeu a uma vontade espontânea dos governantes de então. Decorreu claramente de uma luta de toda a sociedade civil, que atingiu setores do governo. É o que acontece agora com as eleições diretas para a Presidência. No mesmo momento em que se reúnem todos os governadores eleitos pela oposição, para afirmarem em documento que a nação tem o direito de ser ouvida, torna-se patente que as eleições diretas são desejadas pela grande maioria dos brasileiros.

Pelas diretas já se manifestaram inúmeros parlamentares, de todos os partidos, e vários governadores do PDS. O mesmo reivindicam artistas e advogados, a imprensa, estudantes, jovens, sindicatos, empresários, enfim, todos os setores representativos da sociedade. A nação está falando. Sua voz é límpida.

A decisão é de competência do Congresso Nacional. É importante que ele responda ao apelo da sociedade. A crise atual, reconhecidamente a mais grave da nossa história, está ligada ao modelo autoritário, centralizador e dependente que nos foi imposto.

A forma de corrigir esse desvio é devolver ao povo brasileiro o direito de escolher seu presidente e de fixar rumos de seu próprio destino. As eleições diretas constituem o grande instrumento de participação, a forma pela qual o povo brasileiro pode passar de uma posição de passividade tutelada para a de uma participação responsável.

São necessárias eleições diretas para uma nova economia, dinamizada com a ampliação do mercado interno e com a descentralização administrativa e financeira que assegure a permanência de recursos e poder de decisão nos estados e municípios.

A escolha do chefe da nação por um colégio eleitoral que não exprime a representação autêntica do eleitorado nacional só pode contribuir para ampliar o abismo entre a política econômica e os interesses do povo brasileiro.

Toda nossa tradição republicana consagra a escolha do presidente da República pela votação direta do eleitorado, para assegurar a confiança da população no principal responsável pela condução do seu destino. A escolha por um colégio eleitoral pré-fabricado, além de ilegítima, se presta a manipulações inadmissíveis.

Para que a nação reconquiste o direito de ser ouvida, é preciso que o Congresso aprove emenda constitucional restabelecendo as eleições diretas para a Presidência da República.

Essa modificação exige o quorum qualificado de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Nenhum dos partidos tem esses dois terços. Impõe-se, por isso, o entendimento político quanto ao modo de restaurar esse direito reclamado por todos.

Essa é, hoje, uma opção suprapartidária e que nada tem a ver com a discussão

em torno de nomes ou pessoas. O importante é que o povo possa escolher seu presidente. ⁹

A participação e o engajamento das lideranças nacionais e dos governadores do **PMDB** foram fundamentais para a mobilização nos estados e para o sucesso das concentrações populares em todo o país.

Mobilização popular a favor da aprovação da emenda

A votação da PEC n° 5 – Emenda Dante de Oliveira – havia sido marcada para a sessão do Congresso Nacional do dia 25 de abril de 1984. Sua aprovação era imprescindível para que a escolha do próximo presidente se desse pela via direta. Os comitês a favor das “Diretas-Já” promoveram diversas reuniões com o objetivo de traçar estratégias de pressão popular sobre o Congresso. A Comissão Suprapartidária, encarregada da coordenação do movimento em todo o país, em reunião do dia 14 de março, começou a definir estratégias políticas e ações. O relatório desta reunião enumerou suas principais deliberações:

1. Qualquer negociação com o governo e o PDS deverá ser feita exclusivamente através da Comissão Nacional Suprapartidária;

2. As entidades da sociedade civil devem dirigir-se aos parlamentares, principalmente os do PDS, indecisos ou contrários às diretas, transmitindo sua posição favorável à realização de eleições diretas para presidente;

3. Todas as manifestações nos estados e municípios, inclusive Brasília, ficam a cargo das estruturas suprapartidárias estaduais e municipais, contando com o apoio da Comissão Nacional Suprapartidária.

Calendário:

Dia 4 de abril - manhã - Realização de nova reunião da Comissão Nacional Suprapartidária

Dia 04 de abril - tarde - Reunião plenária, para discutir a mobilização e preparar o Dia Nacional pelas Eleições Diretas.

Dia 11 de abril - Marcha de 4.000 deputados estaduais, prefeitos e vereadores a Brasília, para apelar aos Congressistas que votem na emenda que restabelece as eleições diretas;

Dia 24 de abril - Dia Nacional pelas eleições diretas.

Dia 25 de abril - Data de votação da emenda. Vigília Cívica Nacional - Todos os setores da sociedade devem se organizar e participar dessa vigília que será realizada para permitir que a população acompanhe de perto, pelo rádio ou televisão, o desenrolar da votação no Congresso. ¹⁰

Participaram dessa reunião os partidos políticos e entidades da sociedade civil, que constituíam a Comissão: **PDS - Grupo Pró-Diretas:**

deputado Albérico Cordeiro e Paulo Lustosa; **PMDB:** deputado Ulysses Guimarães, presidente nacional e senador Humberto Lucena, líder no Senado; **PDT:** Doutel de Andrade, presidente nacional, senador Saturnino Braga, líder no Senado e deputado Bocaiúva Cunha; **PT:** Luiz Inácio Lula da Silva, presidente nacional, deputado Aírton Soares, líder na Câmara; **PTB:** deputado Ricardo Ribeiro, presidente nacional; **OAB:** dr. Mário Sérgio Garcia, presidente nacional; **ABI:** jornalista Pompeu de Souza; **ANDES:** prof. Luis Pinguelli, presidente nacional; **CUT:** Jair Meneguelli, coordenador e Jacó Bittar; **CONCLAT:** Joaquim Andrade, coordenador e Ivan Pinheiro; **UNE:** Acildon Paes, presidente nacional.

Reação do Governo

Frente à dimensão alcançada pelo movimento pelas “Diretas-Já”, as autoridades militares e políticos ligados ao governo reagiram com medidas de repressão e de intimidação. O mês havia começado tenso e na reunião do dia 4 de abril, além de deliberar sobre as próximas ações da campanha, o Comitê Suprapartidário Nacional Pró-Diretas reagiu às medidas intimidatórias do governo, deliberando:

- a) Os líderes da Câmara e do Senado deverão ir ao presidente do Senado para:
 - Protestar contra tropas militares na sede do Congresso;
 - Protestar contra as senhas pretendidas pelo presidente do Senado, por ser uma medida inusitada e que impede o acesso do público às dependências do Congresso;
 - Protestar contra a proibição de utilização do Auditório Petrônio Portela;
- b) Não serão admitidas outras medidas coercitivas que visem limitar o acesso às dependências do Congresso Nacional durante a tramitação e votação da emenda das “Diretas”.

c) Considerando que as dependências do Congresso compreendem toda a extensão da quadra destinada ao poder legislativo, no projeto original de Brasília, não toleraremos a presença de qualquer força policial militar no mesmo gramado fronteiro ao Edifício Sede.

d) No dia 25 de abril será promovida uma "Vigília Cívica", com paralisação das atividades em todo o Brasil, para acompanhamento da discussão e votação da Emenda das Diretas;

e) Todas as resoluções deste Comitê devem ser distribuídas aos partidos, entidades civis e imprensa, com a assinatura dos presentes. Foi designado o deputado Ayrton Soares para secretário do Comitê;

f) Elaborar Nota à opinião pública, esclarecendo os seguintes pontos:

1. As "DIRETAS JÁ" são inegociáveis.

2. Qualquer resolução sobre eleições DIRETAS JÁ deverá necessariamente ser aprovada por este Comitê.

3. Solicitar audiência ao vice-presidente Aureliano Chaves e ao senador Marco Maciel, no sentido de obter esclarecimentos sobre a posição dos deputados e senadores que apoiam suas respectivas candidaturas, quanto à votação da Emenda das Diretas. ¹¹

Governo declara "estado de emergência" no Distrito Federal

No dia 8 de abril, faltando apenas 17 dias para a votação da Emenda Dante de Oliveira, o presidente Figueiredo decretou "Estado de Emergência" no Distrito Federal. O Comando Militar do Planalto, sob a chefia do general Newton Cruz, ocupou as ruas de Brasília. Deputados do **PMDB** protestaram veementemente contra essas medidas. O depoimento do deputado Ibsen Pinheiro, feito no plenário da Câmara na sessão do dia 24 de abril, retrata a violência da ocupação militar e cobra coragem de todos os deputados para enfrentar a intimidação e aprovar a Emenda Dante de Oliveira:

Quando ontem a esta capital, eu tive a impressão de chegar a um território inimigo, a uma zona de ocupação, achando que aquelas forças ali colocadas se comportavam exatamente como se estivessem ocupando um território inimigo. Lembrei, então, que, há poucos anos atrás, um ocupante do Palácio do Planalto se referia às forças da oposição como o inimigo e, hoje, senhor presidente, há uma

mudança para pior: inimigo é o povo brasileiro. Assim, eu entendia perfeitamente a conduta das forças repressivas colocadas no aeroporto da cidade, porque se comportam como uma tropa de ocupação de território hostil. Têm razão de assim o fazer, na medida em que o sentimento popular, unanimemente, é hostil à manutenção, pela força, pelo arbítrio e pela violência, daquilo que aí está.

Esta Casa é, hoje, uma casa sitiada e V.Exa., sr. senador Moacyr Dalla, preside uma casa acuada, sitiada, cuja liberdade está comprometida e que só poderá ser resgatada, como já o foi no passado, pela dignidade, pelo comportamento viril que a maioria do Congresso Nacional, nos piores anos do arbítrio, soube investir, reverter, para repelir a violência que se abateu sobre nós.

Esta Casa é desamada, sim! Mas esta é a sua força. Ao seu lado está a consciência nacional esperando dos congressistas a coragem política, a coragem cívica e, se necessário, senhor presidente, a coragem pessoal que, eu tenho certeza, não haverá de faltar à maioria desta Casa, seja qual for a sigla em que se abrigue. Aquele que dará seu voto amanhã não o fará por medo, porque não será digno do povo brasileiro aquele que por medo se agache e, de cócoras, tome uma decisão acoelhada. Não, esta Casa, não! Esta Casa é composta de homens e mulheres com dignidade que saberão repelir e farão, ao contrário da violência e do arbítrio, um instrumento da nossa dignidade como representante de um povo digno que fixou a sua posição e não aceita o acolhimento de quem quer que seja. ¹²

Neste mesmo dia 24 de abril, véspera da votação da Emenda Dante de Oliveira, o Comitê Nacional Suprapartidário voltou a se reunir e tomou as seguintes deliberações:

1) O Comitê Nacional Suprapartidário Pró-Diretas repudia as medidas de emergência decretadas pelo senhor presidente da República e que implicam em evidente coerção sobre os congressistas, com claro objetivo intimidatório dirigido contra a livre expressão e o exercício do voto pelo Congresso Nacional.

2) O movimento pelas eleições DIRETAS JÁ não é responsabilidade exclusiva de nenhum partido, agrupamento, entidade ou setor da sociedade civil. É de toda a população brasileira, cabendo a sua coordenação ao Comitê Suprapartidário Nacional, que tem sido capaz de abrigar todas as opiniões e conduzir a luta de modo unificador, democrático e profícuo.

Manifesta o Comitê, às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira, a sua confiança quanto ao comportamento dos senhores deputados e senadores, que certamente honrarão seus mandatos, correspondendo ao anseio popular, e não se intimidando com as pressões derivadas das medidas de emergência ou da atuação direta do senhor presidente da República, tentando influenciar a livre manifestação do Congresso Nacional. ¹³

A votação da emenda

Só o manipulado Congresso Nacional não ouviu aquele grito ensurdecedor da nação por diretas-já. A sessão do Congresso Nacional para aprovar a PEC n° 5 começou na manhã do dia 25 de abril de 1983 e só terminaria na madrugada do dia 26. Apesar de toda a campanha popular e dos 100 dias de manifestações a favor do retorno das eleições diretas para presidente da República, a Emenda Dante de Oliveira não foi aprovada porque não atingiu o quorum necessário. Os 298 votos daqueles que ouviram o clamor das ruas não foram suficientes para derrotar os 65 votos contra o desejo do povo e três abstenções. O sistema oficial vigente boicotou a votação garantindo a ausência de 112 deputados.

A cobertura dos acontecimentos no Congresso Nacional no dia da votação da Emenda Dante de Oliveira, feita pelo jornalista Clovis Rossi, enviado especial a Brasília e publicada na Folha de São Paulo, mostra as artimanhas dos governistas para desmobilizar a população que esperava, ansiosa, o resultado da votação.

A Emenda Dante de Oliveira, que prevê eleições diretas já para a Presidência da República, foi rejeitada esta madrugada pela Câmara dos Deputados, embora tivesse recebido maioria de votos a favor (298 a 65), insuficiente, entretanto, para se atingir o quorum de dois terços exigidos para alterações da Constituição. Faltaram 22 votos.

A emenda recebeu substancial apoio da bancada do PDS (54 votos), o que demonstra o quanto a tese das diretas-já penetrou no partido oficial, como reflexo da mobilização popular. Com esse resultado, fica evidentemente mais fácil prosseguir, daqui para a frente, na campanha pelas diretas, na qual a oposição promete continuar engajada. Prova disso foi a reafirmação pública, ontem, da posição assumida na véspera pelos governadores do PMDB, transmitida à imprensa por Franco Montoro: "Esta luta não pode cessar senão com a conquista das eleições diretas".

A idéia dos opositoristas é tentar encaixar na própria emenda do governo - que joga em diretas para 1988 - a tese das diretas-já, por meio de uma subemenda. O que ainda não está definido, entre os opositoristas, é como dar prosseguimento à campanha no intervalo entre a votação da Dante de Oliveira e a apreciação da emenda governamental.

A rejeição da Emenda Dante de Oliveira ocorreu em clima de acentuada vergonha, de parte dos pedessistas que votaram não ou ausentaram do plenário (113). Vergonha refletida no fato de que a maioria dos que votaram contra preferiu fazê-lo de suas próprias bancadas, ao invés de se dirigir ao microfone de

aparte, ao qual compareciam todos os que diziam sim. Houve ainda três ausências.

A discussão e votação da emenda se arrastou das 9h07 da manhã de ontem até duas horas da madrugada de hoje, seguindo estratégia combinada entre as lideranças do PDS e dos partidos oposicionistas. A idéia, de elementar bom senso, era a de dar a conhecer o resultado apenas tarde da noite (ou mesmo na madrugada), de forma a permitir que se dispersassem as multidões que, durante o dia, se concentraram nos grandes centros urbanos e mesmo em cidades do interior. Temia-se, tanto na oposição como na situação, que a frustração popular pela rejeição da emenda desaguasse em tumulto de proporções, o que todos estavam interessados em evitar.

Outro fator de tensão era a presença, em toda a Esplanada dos Ministérios, de um impressionante dispositivo policial, que restringiu o acesso ao Congresso, em cujos gramados e rampas um grupo de estudantes se manifestava alegremente, inclusive desenhando com seus próprios corpos um enorme "diretas-já" (à noite, o slogan era iluminado por tochas).

Rejeitada pela Câmara, a emenda Dante de Oliveira sequer precisou passar pelo Senado. ¹⁴

Também o artigo do jornalista Grijalbo Fernandes Coutinho, ao recordar os acontecimentos de 25 de abril de 1983, por ocasião da comemoração dos 20 anos da Campanha das Diretas-Já, mostra de maneira inequívoca que, embora derrotada em Plenário, a idéia da eleição direta para presidente da República havia conquistado toda a nação. A frustração de sua rejeição se transformaria em nova energia para que se erradicasse, de vez, os entulhos autoritários da ditadura de 64.

Não obstante a rejeição da emenda das Diretas-Já no dia 25 de abril de 1984, pelo Congresso Nacional, que tanta frustração causou ao povo brasileiro naquela noite de praças públicas lotadas e imantadas do sentimento de altivez democrática, a ditadura militar passou a ter os dias contados a partir do evento. A madrugada fria de céu aberto no país afora fez ecoar o grito de cidadania ("Diretas Já, Fora Figueiredo e o Regime Militar") engasgado por 20 anos.

Estavam lá trabalhadores, excluídos, estudantes, donas de casa, empresários, artistas, intelectuais, políticos e casais de namorados unidos pela bandeira nacional ou pelas bandeiras vermelhas prometendo companheirismo eterno. Enfim, era o êxtase da rebelião comportada dos segmentos da nossa sociedade interessados no fim do regime de exceção e do arbítrio, movimento que só foi possível pela luta anterior de tantas outras pessoas que ofereceram a própria vida em nome da defesa da democracia.

Da Praça da Sé em São Paulo à Praça José de Alencar em Fortaleza (no

dia 25 foi na Praça do Ferreira), o levante cívico do povo brasileiro mostrava-se extraordinariamente vigoroso, após a Campanha das Diretas Já ter produzido comícios, caminhadas, visitas à porta de fábrica e os mais diversos atos preparatórios ao dia da votação da emenda Dante de Oliveira. Os atores do mundo político-partidário, alguns combatentes históricos do regime, outros insurgentes de última hora, encarnavam típicos heróis para as multidões ávidas por mudanças, cujos discursos eram capazes de balançar palanques e contagiar até mesmo os incrédulos com o restabelecimento da normalidade democrática.

Numa das suas últimas manifestações repressoras, o poder político decadente tratou de coibir com violência o ato realizado em Brasília no dia 25 de abril de 1984. Quem não se lembra do general e de seu bravo cavalo avançando sobre os manifestantes? A intimidação e o voto decepcionante de um parlamento de discutível representatividade não foram suficientes para fazer calar a voz das ruas, dos bairros e das favelas. ¹⁵

A Campanha das Diretas-Já desafiou a Ditadura e mostrou ao Governo Militar o desejo democrático dos brasileiros.

Demonstrou, também, a maturidade política do PMDB. Principal avalista de toda a Campanha – desde sua concepção até a operacionalização de inúmeros eventos – o partido soube não reivindicar apenas para si os méritos do movimento que idealizou e incendiou o país. Mais que isso: foi capaz de arregimentar e aglutinar com incrível sensibilidade todos os partidos políticos da oposição e a sociedade civil, impondo ao país uma nova pauta política e acenando à nação com o breve raiar da liberdade.

Basthões da resistência

Durante todo o período de autoritarismo, o **MDB/PMDB** encontrou como grandes baluartes da resistência, as independentes e conceituadas entidades nacionais *Associação Brasileira de Imprensa – ABI*, *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB*, e *Ordem dos Advogados do Brasil – OAB*, além da atuação firme e corajosa de vários Ministros do *Supremo Tribunal Federal – STF*, cúpula do Poder Judiciário.

Essas nobres entidades e instituições, com muito prestígio interno e internacional, serviram como verdadeiros escudos para os duros enfrentamentos dos partidos de oposição ao regime ditatorial.

Associação Brasileira de Imprensa – ABI

Sofrendo tanto quanto todos os brasileiros com a censura, a ABI enfrentava os donos do poder autoritário com grande desprendimento de seus dirigentes, promovendo debates e seminários que denunciavam o arbítrio.

Seus presidentes, Barbosa Lima Sobrinho, Danton Jobim, Adonias Filho, Líbero Osvaldo de Miranda, Prudente de Moraes Neto e Fernando Segismundo não cediam à força bruta, e resistiam com o máximo ao seu alcance.

O inolvidável Barbosa Lima Sobrinho prestou-se, inclusive, a compor, como vice de Ulysses Guimarães, a chapa da anticandidatura, em 1973, para denunciar ao país e ao mundo a farsa da eleição pelo Colégio Eleitoral, adremente escolhido. Foi uma jornada cívica com incrível efeito didático para o futuro da democracia no Brasil.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB

Foi a CNBB, durante os anos duros do Regime Militar, o refúgio para muitos perseguidos, violentados e mortos nos porões da Ditadura.

Alguns bispos de vanguarda, cite-se, como exemplo, Dom Helder Câmara, Dom Evaristo Arns, Dom Pedro Casaldáliga, entre tantos outros, além de presidentes da entidade, desempenharam papel fundamental na luta contra todo tipo de violência ao cidadão e na conquista da democracia em nosso país. Todos os que se empenhavam com a redemocratização encontravam nesses religiosos a mão amiga e o lenitivo para suas dores.

Ordem dos Advogados do Brasil – OAB

Marcante a atuação da OAB, ao lado do MDB/PMDB, no enfrentamento ao Governo Militar. Quem não se lembra, com saudade e reconhecimento, de Raimundo Faoro, Eduardo Fagundes, Sobral Pinto, Bernardo Cabral, Mário Sérgio, Herrmann Baeta e tantos outros?

Além de tudo, essa respeitável entidade foi vítima de ataque violento e criminoso com bomba explodindo em sua sede, em 1980. A OAB, mais que

desempenhar seu papel político, cuidando de denunciar, a todo momento, o regime como tal, prestou inestimáveis serviços de defesa pessoal a quantos precisavam do apoio de um advogado. Os advogados do Brasil, através de sua entidade, estiveram sempre à disposição dos perseguidos e violentados em seus direitos.

Supremo Tribunal Federal – STF

O STF, em muitas oportunidades, e alguns de seus ministros, em todas elas, souberam caminhar ao lado dos que lutavam pela conquista do Estado Democrático de Direito.

Victor Nunes Leal, Evandro Lins e Silva, Hermes Lima, marcaram suas judicaturas com o sinal de independência e dignidade. Não aceitaram a posição pusilânime de se entregar aos ditames do poder desmedido. Suas condutas serviram de obstáculo ao avanço do obscurantismo.

Notas

- ¹ Cf. matéria "Casuísmo X Casuísmo", publicada na Revista ISTO É, edição de 22 de julho de 1981, págs. 12,13 e 14.
- ² Diário do Congresso Nacional, edição do dia 19 de abril de 1983, pág. 468.
- ³ O documento levava à direção do PMDB sugestão de criação de comitês pelas diretas em todos os estados e outras medidas no mesmo sentido, como a intensificação dessa pregação na tribuna da Câmara e do Senado. Cf. reportagens do "Jornal do Brasil", edição de 05 de abril de 1983, pág. 2 e do "Correio Brasiliense", de 02 de abril de 1983, pág. 3.
- ⁴ Kotscho, Ricardo. "Explode um novo Brasil: Diário da campanha das Diretas-Já"
- ⁵ "Notas para a biografia de Teotônio Vilela", escritas pelo ex-deputado Márcio Moreira Alves, ex-deputado federal, cassado em 1969. Jornalista, doutor em Ciência Política pela Sorbonne, é membro do PMDB-Rio de Janeiro.
- ⁶ Site <http://pt.wikipedia.org>.
- ⁷ <http://www.saopaulo.sp.gov.br/saopaulo/historia/diretas.htm>
- ⁸ www.radiobras.gov.br/especiais/Diretas
- ⁹ "Folha de São Paulo", 27 de novembro de 1983.
- ¹⁰ <http://www.fpabramo.org.br/especiais/diretas/doc02.htm>
- ¹¹ Idem
- ¹² DCN, 25 de abril de 1983, págs. 0698 e 0699.
- ¹³ <http://www.fpabramo.org.br/especiais/diretas/doc03.htm>
- ¹⁴ "Folha de São Paulo", 27 de abril de 1983.
- ¹⁵ Artigo publicado no site da Anamatra. Revista Consultor Jurídico, 26 de abril de 2004 - <http://conjur.estadao.com.br/static/text/23318,1>

A decisão de ir ao Colégio Eleitoral e a vitória de Tancredo

Capítulo 9

Brasília, 26 de abril de 1984. Do plenário da Câmara, o deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP) discursa:

(...) O presidente Ulysses Guimarães, monumento vivo da vitória do povo, falou profético de seu pedestal de glória: "O dia 25 de abril não será a data fatal pelas diretas. Pode-se perder a batalha, mas, afinal, ganharemos a guerra".

Não perdemos a batalha. Na guerra de destruição contra o autoritarismo, o povo não bate em retirada. Permanece na trincheira e ergue para a nação a sua bandeira de luta. "A luta continua", já gritavam as galerias, e aquilo que superficialmente parece uma derrota acaba por significar uma vitória tática, porque houve avanço.

Avançou o povo, mobilizado em todo o território nacional, pela vez primeira em sua história. Avançou o Congresso Nacional, onde o governo acaba de perder a sua maioria artificial, conquistada pelo casuísmo, pela bionice, pela mordaca na censura, pela prepotência, pela empulhação. Avançaram os representantes do povo em impressionante manifestação da unidade das oposições, acrescidas agora de expressivo número de deputados e de senadores, que, não obstante eleitos pelo PDS, tiveram a sensibilidade, a coragem e o patriotismo, para honrar o instituto da representação popular, votando a favor do povo e alinhando-se, de fato, na grande caudal da oposição brasileira. Só não avançou o PDS. O PDS imobilizou-se, decrépito e caduco, nostálgico do A 1-5. O colégio eleitoral morreu. ¹

O deputado Flávio Bierrenbach tinha razão em seu discurso. Embora rejeitada, a Emenda das Diretas-Já havia conquistado o coração dos brasileiros. Ao manifestar-se publicamente nas concentrações das Diretas-Já, o povo havia recuperado o gosto pela militância política. A partir de então, não daria mais tréguas ao governo, até que se consolidasse, definitivamente, o processo democrático. Embora a campanha não tenha alcançado seus objetivos de imediato, foi fundamental para a reconstrução da democracia no Brasil.

Já no dia seguinte à derrota no Congresso, o PMDB e outros partidos da oposição começaram a articulação para, neste novo cenário, conseguirem que a mesa do Congresso colocasse em votação uma outra emenda preven- do eleições diretas para 85 ou, não sendo possível, levarem um nome ao colégio eleitoral, desta vez com reais chances de vitória. O Regime Militar estava desgastado, a população queria mudanças e dentro do próprio partido do governo, o PDS, abriu-se uma dissidência que acabou desaguan- do na criação da Frente Liberal. A união desta frente com o PMDB era su- ficiente para garantir a vitória do candidato civil que apoiassem.

Tr ao colégio eleitoral. Por que?

A decisão do PMDB de apresentar candidato próprio ao colégio eleitoral nas eleições de 1985 não seria fácil. Não havia consenso entre os peemedebistas, e os debates que se seguiram no Congresso foram extrema- mente ricos. Pode-se afirmar, inclusive, que neste período entre a derrota da aprovação da emenda Dante de Oliveira e a eleição de Tancredo Neves no colégio eleitoral, assistiu-se, no Brasil, a um dos mais fecundos deba- tes políticos da história nacional.

A reflexão teve início logo no dia seguinte da derrota da PEC n° 5, quan- do dezenas de parlamentares ocuparam a tribuna do plenário do Congresso Nacional para analisarem o novo cenário político. A deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) revelava a indignação dos parlamentares do PMDB:

Sr. presidente, sras. e srs. deputados, quem tiver um mínimo de conhecimento de História, não encontrará a menor dificuldade para associar o Brasil atual à antiga Prússia, há 150 anos. Aqui, hoje, 97% da população clamam por eleições diretas já, e o governo responde às aspirações da sociedade impondo a escolha do futuro presidente por um colégio eleitoral ilegítimo e imoral. Há um século e meio, os sobe- ranos dos 18 pequenos estados alemães que compunham a União Aduaneira, tendo a Prússia na cabeça, eram tão agarrados a seus privilégios, tão adversários do povo, que proibiram a construção de estradas de ferro sob a alegação de que sapateiros e alfaiates não poderiam fazer viagens tão rápidas quanto às de S.Exa.

Em 1834 a derrota dos poderosos foi implacável e, cumprindo a coincidência histórica, o mesmo desfecho se dará em nosso país. Tanto quanto na Prússia, o povo brasileiro luta hoje por um caminho, uma trilha vital para sua sobrevivência e afirmação como nação. Embora muitos pretendam assim caracterizá-la, com o níti-

do propósito de diminuí-la, a luta pelas eleições diretas não visa apenas defender o país da nocividade do deputado Paulo Maluf ou do ministro Mário Andreazza. Seu propósito é mil vezes mais nobre: ela visa, sobretudo a dar condições para que os trabalhadores se libertem, para que o povo participe da modificação concreta do sistema social e econômico, enfim, seja o regente dos seus próprios passos. Para tanto, há uma exigência única e inamovível: o rompimento do pilar principal do regime autoritário, representado pela Presidência da República.

Lutar por diretas não tem somente o objetivo menor de prevenir o mal de duas candidaturas perniciosas. Conquistá-la é a pré-condição para que se possam promover modificações na política econômico-social; devolver o Estado à nação; tornar o trabalhador brasileiro livre de um salário degradante; permitir a organização das forças sociais e a justa divisão das riquezas; e negociar com soberania uma dívida externa, cuja legalidade e legitimidade serão atribuídas pela nação.

Os que rejeitam as eleições diretas assim o fazem não porque a consideram um receituário ilusório e fantástico. Rejeitam-na porque conhecem o seu real significado, que é a ruptura de tudo isso que foi implantado em 1964 e cujos resultados são inocultáveis. A ausência de democracia nesses 20 anos permitiu que se consolidasse o que o regime vigente possuía de mais medíocre, vulgar e perverso.

O resultado de tudo aí está: 50 milhões de brasileiros nas ruas a vaiarem o colégio eleitoral, 97% da população favoráveis ao pleito direto, duas candidaturas desprovidas de honestidade e respeitabilidade e uma terceira que, se não pode ser comparada às duas anteriores, contém um defeito incontornável, a ressurreição, como base de apoio, de velhos juízes gerados e colocados a serviço do autoritarismo.

Portanto, se se quiser saber as razões desta imensa mobilização popular, maior que os partidos de oposição, maior que o movimento sindical e muito maior do que tudo o que se viu e se conheceu, está aí a resposta.

Não são, portanto, as bandeiras vermelhas que assustam os soberanos do Planalto, e o afirmo com a coragem de quem nunca as empunhou. Tanto quanto nós, eles sabem o peso específico desse tipo de movimento, mas ainda assim o usam como pretexto, como usam a pacífica mobilização de mulheres.

Vale tudo para tentar preservar os interesses pessoais e pecuniários dos que há 20 anos alojaram-se no poder e transformaram este país num grande feudo.

Porém, como na Prússia, o regime está condenado. Vencida ou derrotada neste Plenário a emenda das diretas, o país mudou, e os poderosos de hoje têm seus dias contados. Tudo que se fizer, tudo que se decidir, haverá de ter a chancela de milhões de vozes durante duas décadas sufocadas. Nossa luta continua! ²

O discurso do senador Marcio Santilli (PMDB-SP), proferido no dia 26 de abril, é ilustrativo da perplexidade com que o PMDB recebeu o resultado

da votação das Diretas-Já e o Projeto de Emenda à Constituição n° 35/84, que havia sido apresentado pelo Executivo em 16 de abril ³, no auge da Campanha das Diretas-Já e poucos dias antes da votação da emenda Dante de Oliveira, propondo diretas a partir de 1988:

Sr. presidente, srs. deputados, no dia de ontem, o Congresso Nacional, apesar da manifestação absolutamente majoritária dos seus integrantes, não foi capaz de viabilizar efetivamente aquilo que é o anseio da totalidade da nação brasileira. A decisão ontem tomada coloca-nos a todos, enquanto poder representativo da nação, numa delicada situação. Ou seremos capazes de avançar na direção da viabilização dos anseios expressos pela maioria desta nação, ou este Congresso não conseguirá jamais erguer sua cabeça e garantir a credibilidade de que necessita como poder de representação junto à nação brasileira.

No entanto, o resultado da votação expressou também uma nova correlação de forças no interior do Poder Legislativo. E eu gostaria, não como deputado, não como integrante de um partido de oposição, mas como um cidadão, de dirigir meus sinceros agradecimentos às oposições, que foram capazes de se unir aos cinquenta e cinco deputados do PDS, que não negaram seus votos e sua cota de colaboração para a viabilização do anseio nacional; ao presidente do Congresso Nacional, que dirigiu com altivez e imparcialidade uma sessão tensa e delicada; finalmente e sobretudo, à nação, mobilizada nas praças públicas das cidades brasileiras, que dessa forma acompanhou a votação, respaldando nossas palavras e nossos votos.

Como realçou o senador, na verdade o resultado da votação da emenda das Diretas-Já havia provado que o Governo Militar não dispunha mais de uma maioria no colégio eleitoral. Assim, as estratégias das oposições deveriam ser repensadas. E ele elencou os desafios que se colocavam naquele momento às oposições e, principalmente, ao PMDB, já que era preciso definir táticas que fossem capazes de dar conta dos possíveis desdobramentos da sucessão presidencial:

Em primeiro lugar, levar adiante a luta pela efetivação das eleições diretas já, através do apoio às subemendas que serão apresentadas à emenda oficial e que poderão garantir, no momento seguinte, a reunião de mais votos (...)

Em segundo lugar, fala-se, no presente momento, e com muita insistência, na necessidade da negociação. Creio que também para essa opção as oposições devem ter táticas e condições claramente definidas. (...) A continuidade da luta já tem os seus mecanismos definidos. Vamos emendar a emenda do governo. Vamos reafirmar as nossas posições com o documento apresentado pelo deputado Dirceu Carneiro na tribuna de apartes. Vamos persistir na

mobilização popular, no estudo, na análise e na sugestão de novas fórmulas de pressão que venha a ser exercida por parte da sociedade. Se, nesse meio tempo, o governo se dispuser a uma negociação altiva, haveremos de definir as nossas condições. (...)

A emenda que S. Exa. o presidente da República enviou a este Congresso Nacional, a meu ver, está longe de ser uma proposta capaz de galvanizar a posição majoritária deste mesmo Congresso. Em primeiro lugar, porque se trata de uma proposta negativista, que veio sob a pressão popular, com o objetivo explícito de barrar e derrotar a emenda Dante de Oliveira. Em segundo lugar porque, nos seus termos, essa proposta de emenda mantém e preserva a intenção continuísta do Governo Federal, seja através da manutenção do colégio eleitoral, seja através do desvirtuamento do sentido maior das eleições diretas, mantendo a perspectiva da reeleição acoplada à possibilidade da não desincompatibilização. Finalmente, porque aquela emenda, ao reproduzir uma imensa colcha de retalhos, não teve a virtude que, a meu ver, teve a emenda Dante de Oliveira, de cristalizar com simplicidade, clareza e objetividade aquilo que é o anseio nacional, o mote principal do interesse político da nação hoje.

Se, no entanto, esta negociação substantiva não for possível, o que temos diante de nós é a rota da colisão. E, até que consigamos viabilizar eleições diretas já, até que no horizonte político nacional se coloque a perspectiva das negociações substantivas, devemos reunir nossas forças e nos prepararmos também para o enfrentamento, se for necessário, impedindo a regulamentação de um colégio eleitoral que está morto, formulando uma ampla aliança, incluindo os deputados democratas do PDS, para que possamos cacifar uma transição, organizar a sociedade brasileira ainda mais, fazendo com que essa memorável campanha popular se traduza em organicidade, aguardando as oportunidades e as circunstâncias que se seguirão, diante da inevitabilidade do aprofundamento da terrível crise econômica que se abate sobre a nação.

Finalmente, se necessário for, se outra alternativa não tivermos, partiremos para o boicote ao colégio eleitoral espúrio, artificial e casuístico, provocando ausência de quorum neste colégio e a transição, a partir da assunção à Presidência da República do futuro presidente da Câmara dos Deputados.

Temos, portanto, com clareza, uma situação em que o Governo Federal precisará imediatamente se definir entre a democracia de um lado e a bestialidade de um general Newton Cruz de outro.⁴

Com um discurso irônico e debochado, também proferido no dia 26 de abril de 1984, o deputado Flávio Bierrenbach (PMDB- SP) desqualificou a PEC do Executivo propondo eleições diretas em 88:

(...) A proposta de emenda à Constituição encaminhada pelo general Figueiredo

é uma espécie de ponte de safena que ele tenta implantar no coração desse regime agonizante, que prefere estrebuchar na cama, na UTI do Fundo Monetário Internacional, a morrer de pé, fuzilado pelo voto do povo brasileiro.

O Brasil assiste à morte certa, ao falecimento gradual de um regime político, que já nasceu deformado e torto, porque filho do incesto entre o capital estrangeiro e a doutrina da segurança nacional. Atestado o óbito, não basta enterrar o defunto, é preferível guardar o esqueleto no museu nacional da estupidez, para que represente um alerta contra toda e qualquer tentativa de repetição da história. ⁵

O impasse da ida ao Colégio Eleitoral

A possibilidade de as oposições participarem do colégio eleitoral com um candidato próprio gerava controvérsias. O PMDB encontrava-se num impasse. Enquanto a direção nacional e a maioria do partido caminhavam para aprovar um acordo com os políticos da Frente Liberal, no sentido de unidos enfrentarem com um candidato próprio o candidato do governo no colégio eleitoral, outro grupo do PMDB mostrava-se absolutamente contrário a qualquer participação do partido na farsa das “eleições indiretas brasileiras”.

Em reunião no dia seis de junho de 1984, a Comissão Executiva Nacional do PMDB avaliou o cenário político após a derrota da Emenda das Diretas-Já e deliberou dar continuidade à luta por eleições diretas imediatas:

1 – Reafirmar a necessidade de eleições diretas para a próxima sucessão presidencial, de modo que um novo governo, eleito pela vontade da maioria, disponha do apoio popular indispensável ao combate à crise em que vive o país.

2 – Alertar a opinião pública para as manobras que o governo continua a fazer contra aquela e contra outras justas reivindicações populares. A convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte é totalmente ignorada na sua proposta de emenda constitucional. Ela sequer contém elementos que assegurem o avanço do processo democrático. Ao contrário, introduz, além de outros itens, a figura da reeleição que a República Velha não se atreveu a adotar e de que não cogitou o próprio regime, mesmo nas épocas em que dispunha de maior soma de instrumentos autoritários.

3 – Repelir a acusação de intransigência lançada contra as oposições. Elas cumprem a obrigação de lutar por eleições diretas reclamadas pelo povo. Se uma minoria conseguir obstar novamente sua aprovação no Congresso, apesar da demonstrada e inegável sustentação popular, ficarão caracterizados os setores que as

recusam e que buscam o impasse como forma de continuidade no poder.

4- Envidar esforços no sentido de conquistar a melhor solução possível nas circunstâncias, compatível com as forças de que se possa dispor no Congresso. Tal solução não pode consistir na aprovação pura e simples da emenda do governo, que contém, sob vários aspectos, graves retrocessos, como os antes apontados.

5 - Considerar indispensável, para que sejam ultrapassadas as dificuldades atuais, a unidade do partido, das oposições e das entidades civis, bem como a compreensão e colaboração de setores do governo não comprometidos com o impasse que outros desejam criar. Acentuar, sobretudo, que a mobilização do povo, em manifestações e por todas as formas que possam pesar sobre as próximas decisões, é fundamental para que sua vontade soberana prevaleça.

O grupo radical contrário à ida ao Colégio Eleitoral

Enquanto os dirigentes peemedebistas discutiam a possibilidade de, no caso de não se conseguir aprovar no Congresso uma nova emenda para as eleições diretas, decidirem pela apresentação de um candidato do partido ao colégio eleitoral, a militância mais radicalmente contrária a essa possibilidade protestava e não admitia sequer avaliar o assunto. O deputado Luiz Henrique (PMDB-SC), em pronunciamento inflamado, mostrava a convicção desse grupo:

Sr. presidente, srs. congressistas, o exercício da política tem de ser feito com o mínimo de coragem, com o mínimo de coerência. São palavras que se fundem a esta difícil arte, a esta função que também é moral e que também é ética, ou seja, o exercício da atividade política.

Senhor presidente, participei da articulação de um documento pelo qual parlamentares deste Congresso assumem o compromisso de não participar do colégio eleitoral, como tal entendido este que está consagrado na Constituição e que não possui a mínima legitimidade, a mínima credibilidade no sentido de escolher o sucessor do presidente da República. O documento que firmei repudia não apenas o colégio eleitoral, mas toda e qualquer eleição sem povo; repudia o pacto de elites, repudia a costura por cima, repudia o pacto pelo pacto, a conciliação pelo poder, porque não foi isso que dissemos nas ruas e nas praças públicas, não foi essa a esperança que acendemos no coração do povo, não foi este o sentimento que colhemos na extraordinária Campanha das Diretas-Já. Não falamos lá em conciliação; não falamos lá em costura por cima, não falamos lá em pacto de elites; não pedimos

nem recebemos das multidões que acorreram às ruas e praças públicas procuração para negociar, procuração para nos entender em termos daquilo que não represente uma mudança fundamental nos destinos desta nação, da sua economia e da sua organização social.

Não vou ao colégio eleitoral, senhor presidente, assinei e repito aqui com todas as letras, porque não creio que ninguém que saia desse conciliábulo seja capaz de governar este país com credibilidade, capaz de obter respaldo popular para fazer as mudanças fundamentais que são ansiadas, que são desejadas, que são queridas pelo povo brasileiro.

Não vou ao colégio eleitoral, sr. presidente porque há necessidade de um governo respaldado pelo povo, de um governo-força para promover aquilo que é necessário nesta nação, para declarar a moratória da dívida externa, para dar o encaminhamento seguro à dívida interna, para promover reformas sociais profundas, que passam pela reforma agrária, pela reforma urbana, pela reforma tributária, pela reforma fiscal, pela reforma cambial.

Não vou ao colégio eleitoral, sr. presidente, porque entendo que qualquer que seja a decisão, qualquer que seja o pacto, ao invés de resolver o impasse brasileiro, vai procurar contorná-lo, e, contornando-o agora, vai jogar na crise de amanhã, que, ao invés de adiada, será antecipada e poderá jogar este país num caos profundo e numa convulsão social irremediável. ⁶

Enquanto avançavam as negociações para que as oposições participassem do colégio eleitoral, esse grupo radicalmente contrário havia assinado um documento comprometendo-se a não comparecer à “farsa” das eleições indiretas. Esta atitude foi taxada de “principista”, o que fez com que a deputada Cristina Tavares retrucasse em Plenário, na sessão do dia 20 de junho de 1984, denunciando a “conspiração” de grupos da oposição, “pres-tes a trair a vontade popular”:

Sr. presidente, srs. deputados, não definiria como “principistas” os parlamentares que assinaram documento de compromisso de não comparecimento ao colégio eleitoral.

Evidentemente, fazemos política com princípios, mas esta é uma decisão eminentemente política. Ir ao colégio eleitoral não é mandato outorgado pela nação. Ao contrário, nos palanques fomos investidos do dever de lutar pelas eleições diretas, como única forma de provocar mudanças na estrutura de poder que permitam as modificações sociais e econômicas que o Brasil exige. Não podemos burlar a vontade popular. Somente o povo poderá decidir sobre o colégio eleitoral, e não a suposta sabedoria das cúpulas partidárias.

Fomos às praças denunciar a degeneração de um governo que produziu Maluf e

Andreazza e um colégio eleitoral que se destina a reproduzir o sistema, seja qual for o eleito por aquele espúrio colegiado, de pouco mais de 900 pessoas. A sociedade civil engajou-se à campanha.

Estarrecidos, vemos as oposições se apressarem a trair a vontade popular. Há entre os oposicionistas quem ouse propor que utilizemos a máquina administrativa dos governos de oposição para aliciar votos no colégio eleitoral, e com isto sairemos vitoriosos. Isto pressupõe a crença de "competência" melhor do que a de Maluf, um notório campeão de corromper corações e mentes nos colegiados fechados. Depois de 25 de abril, as oposições deliberadamente deixaram de recorrer ao apoio popular e passaram a "conspirar" em recintos fechados. O que antecede a esta avalanche "indiretista" das oposições é a convicção de segmentos conservadores que nunca acreditaram na campanha das diretas, que classificavam de lírica. Este comportamento, de resto, está inserido na tradição política brasileira, onde as elites sempre impuseram seus interesses de classe sobre as massas trabalhadoras. Temos a convicção de que as elites políticas que traírem seus compromissos para com o povo serão arrasadas no pleito de 1986. A ambigüidade que tem caracterizado as oposições, o lançamento de uma candidatura ambivalente, se prestará a legitimar a escolha do futuro presidente da República, seja ele quem for, em um colégio eleitoral sem legitimidade". O editorial da Folha de S. Paulo, de 17 de junho, reproduz a perplexidade da nação oposicionista para com o nosso comportamento. A candidatura ambivalente proposta pelos governadores da oposição é pobre demais para atrair as massas. A mentira é grande demais para não condenar as nossas lideranças e os nossos partidos perante a opinião pública. Há ainda de ser considerado que o Brasil necessita de mudanças, impossíveis em um colégio que constitui um pacto de poder entre a direita, representada pelo vice-presidente Aureliano Chaves, os senadores Bornhausen, Maciel e Samey, e o povo desassistido. O que hoje se vê é o aniquilamento do país pelas forças que estas personalidades representam. Por certo, vejo uma diferença moral entre Aureliano Chaves e as lamentáveis figuras de Maluf e Andreazza. Mas vejo que um governo apoiado por Geisel, Amardo Falcão, Meira Matos e o governo dos EUA não pode prescindir de oposição. O pensamento progressista poderá prestar uma excelente contribuição à democracia permanecendo na oposição por mais alguns anos. Melhor até do que como inquilinos nos palácios governamentais em uma aliança de centro-direita, seja quem for o escolhido para gerir os interesses das classes dominantes. Portanto, este argumento político vai além do ético. Consideramos que Maluf e Andreazza, do ponto de vista dos interesses populares, não se diferenciam dos novos aliados da oposição.

No fim de seu discurso, a deputada Cristina Tavares propõe ao PMDB que atenda à moção aprovada na última Convenção Nacional do partido, em dezembro de 1983, de autoria do deputado José Fogaça (RS), pedindo a realização de eleições primárias para a escolha do candidato do partido à Presidência da República. E justifica:

Temos um grande respeito pelo passado liberal do governador de Minas Gerais, mas ele representa uma das opções dentro do PMDB e não a única opção. Somente pelas primárias, para a eleição direta, poderíamos resgatar o respeito perdido pelo ato antidemocrático e insensato de 10 governadores da oposição lançando um candidato em um privilegiado colegiado de 10 pessoas. Peço a transcrição da moção assinada pelo deputado José Fogaça e outros 60 parlamentares.

MOÇÃO À CONVENÇÃO NACIONAL DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Eleições primárias, com a participação de todos os filiados de todas as unidades da Federação.

1. Considerando que é necessidade impostergável da sociedade brasileira a legitimação e a democratização do poder do Estado, através de um governo eleito pelo sufrágio direto e universal, como via pacífica e eficaz de enfrentamento da grande crise que dilacera as nossas estruturas econômicas e sociais;

2. Considerando que se deve refletir, nos procedimentos internos do PMDB, o seu compromisso histórico e indeclinável com o processo democrático e com a representação popular em todos os níveis;

3. Considerando a necessidade de uma grande mobilização e um vigoroso engajamento de todos os filiados do partido no processo de escolha do candidato do PMDB às eleições diretas para presidente e vice-presidente da República;

4. Considerando a necessidade de criar fatos políticos geradores de ampla repercussão social e mobilização popular na luta pelas eleições diretas;

Os abaixo-assinados, todos membros do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, propõem que:

A escolha dos candidatos do PMDB a presidente e vice-presidente da República, em eleições diretas, seja realizada por ampla consulta aos filiados e efetiva mobilização das bases partidárias, através de eleições primárias em todas as unidades da Federação.

Brasília, 4 de dezembro de 1983.

deputado Jose Fogaça – PMDB – RS." ⁷

Outras emendas para o retorno das Diretas

O PMDB, por meio de seu líder Freitas Nobre, havia buscado persistentemente maneiras possíveis para que as diretas fossem, mais uma vez, depois da derrota da emenda Dante de Oliveira, submetidas ao exame do Congresso Nacional. No começo de agosto, em companhia de líderes de

outros partidos de oposição, intercedeu junto ao presidente do Congresso para que a emenda Theodoro Mendes⁸ fosse posta em pauta para a decisão do Parlamento. Nenhum desses esforços resultou positivo. No dia 28 de agosto, o presidente Ulysses Guimarães e o senador Tancredo Neves, juntamente com lideranças das oposições brasileiras e da Frente Liberal, usaram as câmaras de TV para pedirem ao senador Moacir Dalla, presidente do Congresso Nacional, que a emenda Theodoro Mendes entrasse na pauta para votação. Mais uma vez, não obtiveram resultado.

Quanto à PEC 11/84, apresentada pelo Executivo ao Congresso Nacional, propondo eleições diretas em 1988, - e que chegou a ter data marcada para sua votação -, foi retirada pelo Executivo que temeu a aprovação de emendas das oposições, apresentadas pelo deputado Aurélio Peres, e que propunham que se estabelecessem eleições diretas já para a sucessão presidencial de 1985.

Sr. presidente, srs. deputados, no próximo dia 27, esta Casa terá uma nova oportunidade para reconciliar-se com o povo brasileiro. Nessa oportunidade, ao votar a proposta de emenda constitucional apresentada pelo governo, e que joga as eleições diretas para presidente da República para o distante 1988, o Congresso Nacional terá sobre si os olhos e as atenções de toda a nação.

Desde o histórico comício de Curitiba, no começo de janeiro passado, até o não menos histórico comício de Brasília, no início deste mês, milhões de brasileiros saíram às ruas para gritar por diretas-já. Essas duas palavras, simples e singelas, revelam uma aspiração da quase totalidade do povo brasileiro.

Cansado de suportar o ônus de uma crise econômica pela qual não é responsável, de ser esmagado por uma política arbitrária, de ser impedido de se manifestar e se organizar livremente, enfim, de sofrer as agruras praticadas durante os últimos 20 anos pelos sucessivos governos militares, o povo deste país está decidido a dar um basta definitivo a essa situação de fome, de miséria e de opressão.

Quando foi às ruas gritar por diretas-já, o povo brasileiro estava, na verdade, demonstrando toda a sua insatisfação com o atual regime de força.

O grito de diretas-já é sinônimo de profundas transformações sociais, da necessidade imperiosa de mudança.

Ao gritar "diretas-já", o povo deste país está dizendo que quer pôr um fim definitivo ao Regime Militar que infemiza a nação.

Alheio a esse clamor popular e insensível às reivindicações de mudanças sociais emitidas pelas ruas nos campos e praças de todo o país, o governo agonizante do general Figueiredo, mostrando mais uma vez o seu caráter antidemocrático e

antipopular, optou por impedir que as eleições diretas-já fossem aprovadas. Quando da votação da emenda Dante de Oliveira, usou todo o seu arsenal de pressões, chantagens e ameaças para fazer com que parcelas ainda significativas de seu partido, o PDS, preferissem se colocar contra o povo; negando o quorum necessário para se aprovar a emenda. Mesmo assim, foi impossível conter as fraturas e as dissidências no seio do partido governista. Os valorosos e dedicados companheiros do Pró-Diretas do PDS, suplantando todas as ameaças, estiveram em plenário dizendo sim às diretas-já. (...)

Depois dessa etapa, contando com a perplexidade que tomou conta da nação e das oposições, o governo de Figueiredo enviou sua emenda a esta Casa, numa nítida e clara manobra protelatória, propondo a volta das eleições diretas para 1988, mantendo o ilegítimo e espúrio colégio eleitoral e incluindo algumas tímidas alterações no texto constitucional, que não atendem em quase nada às reivindicações nacionais e populares. Agora, quando se aproxima a data da votação de sua emenda, se evidencia novamente uma perspectiva de que as oposições, aliadas às cada vez maiores e mais frequentes dissidências pedessistas, consigam aprovar as diretas-já.⁹

Este teria sido mais um esforço do PMDB para implantar imediatamente as eleições diretas para a escolha do novo presidente do Brasil.

União com a Frente Liberal

A proposta de um entendimento nacional para a escolha do próximo presidente da República tomava corpo a cada dia. E a única via que se apresentava possível era aceitar a disputa no colégio eleitoral. Assim, em 23 de julho, o PMDB e outras forças da oposição, unidos com a Frente Liberal, lançaram Tancredo Neves como candidato à Presidência da República e assinaram plataforma de nove pontos da chapa, sendo um deles o compromisso de que, se eleita, promoveria a implosão do colégio eleitoral e procederá à imediata devolução ao povo do seu direito de escolher diretamente o novo presidente.

Poucos dias depois, a Frente Liberal rompeu com o Governo Militar e começou a negociar com a oposição o apoio ao seu candidato. As negociações avançaram de tal forma que em 7 de agosto foi anunciada a chapa “Aliança Democrática”, ficando a Frente Liberal com o direito de indicar o candidato à vice-presidência. A escolha recaiu sobre o nome do senador José Sarney. A convenção do PMDB do dia 11 de agosto de 1984, realiza-

da no plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília, discutiu a sucessão presidencial e o programa de governo, aprovou o nome de Tancredo Neves como candidato do partido e apoiou o nome do senador José Sarney para compor a chapa Aliança Democrática. Presidindo a convenção, o deputado Ulysses Guimarães salientou o papel que cabia ao **PMDB** naquele momento histórico e explicou para os convencionais as razões pelas quais o partido não poderia se ausentar do processo de escolha do novo presidente da República e deveria aprovar o lançamento da chapa Tancredo/Sarney:

O antigo MDB, do qual é sucessor o PMDB, ganhou a credibilidade desta nação, testemunhada pelas vitórias sucessivas que temos recolhido nas urnas das eleições diretas, principalmente no pleito de 1982, pelo qual, em termos majoritários, tendo a responsabilidade dos nossos compromissos e da nossa legenda, nove governadores dirigem os destinos administrativos de nove grandes estados deste país. E tivemos, em relação ao partido do arbítrio que infelicita esta nação, mais de cinco milhões de votos, o que significa ser o PMDB o maior partido existente no Brasil.

O PMDB – conforme a advertência sábia de Sílvio Romero, ao dizer que uma instituição é como uma árvore que, não tendo raízes profundas, o vento de qualquer adversidade abate –, desde a sua fundação, como continuador do MDB, tem sido um partido provado na luta, temperado no sofrimento, desafiado por ameaças, mas a tudo isto tem respondido com o seu sacrifício, a sua tenacidade, a sua coragem, juntamente com aqueles que tombaram. O PMDB cresceu e se firmou na respeitabilidade do apoio do povo brasileiro. Afirmo neste instante que nós, quando nos reunimos numa assembléia destas dimensões e com a soberania que lhe é peculiar, homenageamos nossas grandes figuras, inclusive aquelas que morreram praticando o ensinamento conhecido de que “os mortos governam os vivos” e os que morreram, os que foram sacrificados, os que foram cassados, constituem a vigilância do PMDB no cumprimento sagrado de seu compromisso perante a nação brasileira.

Reafirmo o compromisso básico da fundação do PMDB para sintetizar: um pacto social, político e econômico, oriundo do povo, a favor do povo, nascido do povo, guardião das necessidades e das reivindicações populares, em síntese, uma Constituição. Esta que está aí não merece o nome de Constituição, porque é uma imposição de origem castrense e, por isso, não computa e não registra as necessidades do povo e as metas para emancipar o país do subdesenvolvimento.

É oportuno ressaltar aqui também, hoje, que, desde sua fundação, o PMDB, fiel aos nossos compromissos essenciais, ao nosso dever, à nossa fé inabalada, proclama o princípio da eleição direta em todos os níveis, principalmente para presidente da República. Fomos pelas eleições diretas, notadamente para a Presidência da República; somos pela eleição direta, em qualquer momento da nossa caminhada. Se depender da nossa iniciativa e dos nossos votos, nós estaremos com as oposições, no sentido de que o primeiro mandatário cívico desta nação realmente prove-

nha dos comícios e da vontade política da nação, por meio do voto do cidadão. O nosso partido é que tem essa responsabilidade, por ser o mais antigo e haver implantado em todos os municípios do Brasil a Campanha das Diretas Já!, que movimentou multidões, demonstrando a reivindicação do povo brasileiro de uma maneira inédita, registrada até em todo o mundo, como a nação que se levanta, que vai à praça pública, que vai às ruas com os maiores comícios deste país, não em torno de pessoas, não em torno de candidatos, não em torno de partidos, mas em torno de uma criação, de direito público. A campanha foi absorvida pelo povo brasileiro, defendendo a sua soberania por meio de um slogan que já ingressou na História: "Diretas-Já para Presidente da República". Coordenada pelo PMDB em todos os rincões do país, demonstrou a vocação política do povo na afirmação do direito de plena cidadania, principalmente para escolher o governante do qual dependem as massas sofridas deste país. A Campanha das Diretas Já mostrou, provou e testemunhou que a política está no circuito da vida, das reivindicações e das esperanças, especialmente dos trabalhadores, das donas-de-casa, daqueles que mais necessitam de um governo que se ponha como seu aliado, e não, como seu carrasco. Principalmente os pobres é que precisam do governo, até para sobreviverem. Iniciamos essa jornada em junho do ano passado, em 1983. Quero recordar aqui a caminhada que, como presidente do partido, tive a oportunidade de fazer pela décima quarta vez, em todo o país. Quero recordar essa jornada e sei que, com isso, simbolizo todos aqueles que aqui se encontram, todos os nossos companheiros, os nossos correligionários, os nossos militantes, os soldados da nossa luta. Sem eles, não teríamos condições de popularizar o nosso programa, de divulgar nossa doutrina e colher as vitórias que tivemos. Quero recordar a figura legendária do rapsodo da liberdade, do menestrel da democracia, da voz oracular, cujo espírito e cuja presença nos ilumina neste instante: Teotônio Vilela. O PMDB, além das palavras e dos pronunciamentos nas praças públicas, realmente concretiza, com atos, nesta Casa do Congresso Nacional, as suas pregações. Tivemos em companheiros nossos – do PMDB – a iniciativa de emendas que já figuram nos anais da história política do Congresso e da vida nacional: a Emenda Dante de Oliveira, a Emenda Teodoro Mendes, para a qual estamos reclamando a colocação na Ordem do Dia, para aprovação por meio dos nossos votos e de nossos aliados, bem como a emenda de nosso companheiro Ayrton Sandoval.

Meus amigos, a Campanha das Diretas Já, entre outras conquistas, trouxe, como consequência, brechas profundas no partido situacionista – o PDS. Tanto assim que, inicialmente, houve a participação conosco do grupo Pró-Diretas do PDS, que homenagem, nesta convenção, pela correção e pela lealdade com que se expôs e não se rendeu a represálias. Posteriormente, com o envio a esta Casa de uma emenda constitucional de origem governamental, as oposições, tendo o PMDB à frente, compuseram-se, novamente, com os seus aliados e apresentaram um substitutivo. E novas forças ampliaram a cisão do PDS. Foi de tal sorte que o governo, receando a aprovação da emenda nesta Casa, como é do conhecimento de todos, retirou-a na tentativa de frustrar mais esta iniciativa do PMDB e das oposições, no sentido de devolver à nação brasileira e aos cidadãos o direito de ter uma efetiva participação

política, em termos de soberania popular, elegendo o presidente da República.

Em consequência da nossa luta e também das eleições diretas, formou-se a Frente Liberal do PDS, integrada por figuras representativas da vida política desta nação, como o vice-presidente Aureliano Chaves, que renunciou à sua candidatura à Presidência da República para participar dessa composição; o senador Marco Maciel, que, por igual, renunciou à sua candidatura; dois presidentes do PDS, os ilustres senadores José Sarney e Jorge Bornhausen, além de figuras já declaradamente engajadas no nosso esforço de democratização do país, como o eminente governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, o governador do Ceará, Gonzaga Mota, e mais de sessenta deputados federais e oito senadores, número que tende a se ampliar em face dos acontecimentos.

Diante destes fatos, fez-se um entendimento à base de compromissos do PMDB e da Frente Democrática, por meio de um documento com pontos essenciais e princípios programáticos, que não são um programa, mas gérmen de um futuro programa que terá a elaboração comum, não só dessas duas forças, como dos demais partidos de oposição, que conclamamos a participar conosco desta cruzada, juntamente com outras forças democráticas do país.

Quero dizer que o PMDB, como partido que é, propõe-se ao exercício, à prática e ao cumprimento de políticas democráticas, em que a assunção ao poder é indispensável.

Repetindo, desejo dizer que a posição sobre a qual a convenção será chamada a decidir soberanamente não é uma alternativa. Etimologicamente, alternativa significa escolha entre duas soluções que se apresentam. Em termos de alternativa, o PMDB tem a sua: é a alternativa democrática, a alternativa do povo brasileiro, a alternativa das Diretas Já para Presidente da República. A sociedade quer a alternativa das Diretas já! O PMDB, as oposições, a maioria dos representantes do povo, notadamente nesta casa popular, que é a Câmara dos Deputados, também a querem. Quem não quer esta alternativa, quem a frustra, quem é o responsável por isso, não é o PMDB – a sua escolha está feita – mas o presidente da República e o que resta do PDS.

Neste instante, dirijo-me à nação, em nome das forças democráticas deste país, para dizer ao senhor presidente da República e ao seu partido que queremos esta alternativa. Ela depende da aprovação do Congresso Nacional e estaremos a postos com os nossos votos para transformá-la numa imediata e salvadora realidade política e social no Brasil.

Contudo, meus amigos, fomos pressionados, inclusive pela fatalidade dos prazos, pois as convenções necessariamente têm que se realizar neste mês de agosto, para uma decisão conclusiva quanto à sucessão presidencial. Fomos pressionados pelas circunstâncias, não em torno de uma alternativa, mas de uma tomada de difícil, dura e penosa decisão. Para isso, somos convocados a esta convenção, que vai dar a palavra final. Menos do que, pela via indireta do colégio eleitoral malsinado, assumir o governo desta nação, colocando um companheiro da oposição, com os compromi-

sos da oposição na Presidência da República; menos do que, por meio de uma mobilização popular ampla – não podendo ser de direito, que seja de fato, pelo apoio da sociedade; menos do que pelos nomes, por mais ilustres que sejam, principalmente do nosso candidato a presidente da República, pelos nossos compromissos, pelo nosso programa de redemocratização desta nação; menos do que por isto, mas além disto e acima disto, neste momento, que sei que é histórico, que desafia a nossa competência na interpretação da conjuntura em que vive este país; menos do que ter um governo, como disse, é evitar que a Presidência da República, a suprema magistratura desta nação, que deve ser cívica, caia em mãos aventureiras, cúpidas, entreguistas, de coveiros do sossego e da tranqüilidade do povo. Nós desejamos – pelo menos é o posicionamento que colocamos ao participar dos entendimentos – fazer com que possamos vencer etapas para haver uma plena democracia e uma Constituinte soberana, e termos o governo, evitando que continuístas o assumam e continuem tirando o pão, o emprego, a escola, a esperança e a alegria do povo brasileiro. Invocamos o nosso programa, os nossos compromissos, a credibilidade que temos por meio das administrações municipais e estaduais para pretender o governo. Não para transformar o Brasil num paraíso, mas para evitar esse inferno de injustiças sociais, de fome e de miséria que desgraça a nação brasileira.

Meus amigos, com esta aliança, esta conclamação de forças, este serviço que o PMDB presta, e sei que o PT, o PDT e outras forças hão de reconhecer, mobilizamos no Congresso Nacional mais senadores, mais deputados, inclusive para que possamos, se isso depender de nós, aprovar as Diretas Já! Mas, além disso, fazer com que assumamos o Poder Legislativo. Já assumimos este poder. Não devemos, apesar da sua importância, fixar-nos exclusivamente no Executivo, mas no Poder Legislativo, na mudança da maioria. Temos já, na Câmara e desenhando-se no Senado da República, o controle da responsabilidade do exercício do Poder Legislativo, não em termos de competência, que vamos reconhecer, mas de Poder Legislativo neste país. Vamos constituir, e constituiremos, uma maioria. Não uma maioria de súditos, de sacristãos, não uma maioria de áulicos, mas uma maioria fiel ao dogma da independência dos poderes. Somos esta maioria independente, para que o poder, por meio desta maioria, seja desde já autônomo, para o que faça, desfaça ou refaça. Independente diante do poder econômico do país, para sermos árbitros dentro do nosso entendimento social de que primeiro vem o trabalho e, depois, o capital. O capital é o trabalho acumulado. O trabalho tem prioridades sociais e precedências, e seremos sensíveis e fiéis a isto no Congresso Nacional. Independentes quanto às multinacionais, às forças econômicas estrangeiras e ao Fundo Monetário Internacional porque, dentro dos nossos compromissos, faremos com que atos fundamentais de responsabilidade na vida externa tenham a aprovação do Congresso Nacional para que tenham validade. É o compromisso de uma etapa que vamos vencer.

Companheiros, quero ressaltar, também, que essa maioria será uma maioria crítica com relação ao Executivo, à Presidência da República, até mesmo sendo eleito Tancredo Neves presidente da República, um companheiro democrático da nossa coligação. Pregamos a independência dos poderes legislativo e executivo,

ainda que imanados e fraternizados. Não o poder legislativo, como foi até aqui, enfeudado, dócil, vassalo, súdito do Palácio do Planalto.

Há um trabalho pronto, que é preciso aqui ser recordado. É que fizemos um acordo, subordinado a esta convenção, em torno de princípios. Como resultado deste entendimento, fazendo parte dele, não devendo ser apreciadas isoladamente, surgiram as indicações que serão submetidas a esta convenção: o eminente governador Tancredo Neves, pelo PMDB, candidato à Presidência da República, e o senador José Sarney, como candidato à Vice-Presidência da República.

Companheiros, eu, mais uma vez, me submeto à soberana decisão dessa convenção e ao seu julgamento. O que fiz, como outros tantos companheiros, apesar de dificuldades, apesar de incompreensões, apesar dessa frustração, dessa luta de um homem que percorreu quatorze vezes este país e tem a visão da sua geografia humana de fome e de miséria, o que fiz, na luta pela qual o nosso partido sempre se comportou num caminho de esperança, foi para que não se lance esta nação nos braços da subversão e de violentas erupções sociais, como saída desesperada contra o arbítrio.

Compareço emocionado, mas vocês e o povo brasileiro estão na presença de um homem sereno: sereno, porque estou certo de que cumpri o meu dever. Renunciei a ser candidato a presidente da República perante a minha legenda, mas não renuncio à minha condição de cidadão, para usar as minhas forças, o apelo que eu possa fazer no sentido de que coloquemos a nossa legenda, os nossos propósitos, ao lado dos despossuídos, dos miseráveis, dos postergados, dos injustiçados desta grande nação.

Conclamo os nossos companheiros para fazemos mais este esforço difícil. A história e a nação compreenderão o nosso exemplo, até de renúncia e de sacrifício, para restituir a dignidade, a alegria e a esperança ao povo brasileiro.¹⁰

O anúncio da candidatura

Coube ao senador Humberto Lucena comunicar ao Congresso as decisões que o PMDB havia tomado em sua convenção nacional do dia 11 de agosto. E ele o fez nos seguintes termos:

Como é do conhecimento do Senado e da nação, o PMDB realizou, nos últimos dias 11 e 12, no plenário da Câmara dos Deputados, a sua Convenção Nacional, que transcorreu num clima de tranqüilidade e de entusiasmo e terminou por escolher como candidatos à Presidência da República e à Vice-Presidência o governador Tancredo Neves e o senador José Sarney.

Não preciso repetir, neste instante, que sempre foi do nosso maior desejo

a realização imediata de eleições diretas para presidente da República. Neste sentido, ainda está na memória de todos a notável campanha de mobilização popular que empreenderam os partidos de oposição, com o apoio de toda a sociedade brasileira, a qual, entretanto, não sensibilizou o Congresso Nacional que, ao votar a emenda Dante de Oliveira, não lhe deu os 2/3 necessários para a sua aprovação.

Sem embargo disso, sr. presidente, srs. senadores, o nosso maior compromisso, no plano institucional, afora a Constituinte livre e soberana em 1986, é a realização de eleições diretas, em todos os níveis, a partir da Presidência da República. Posso assegurar que o PMDB, tão logo as lideranças do PDS acordem em incluir na pauta do Congresso Nacional a emenda Theodoro Mendes, acorrerá, pressuroso, ao plenário do Congresso Nacional, com os demais partidos, o PDT, o PT, o PTB e, agora, sem dúvida alguma, a Frente Liberal, e quem sabe? - outros senadores do PDS que a esta altura, já estariam convencidos de que esta seria a melhor solução para a sucessão presidencial da República, ao fim do mandato do presidente João Figueiredo.

Nós podemos dizer que as candidaturas lançadas, pela Convenção Nacional do PMDB são definitivas e que nós preferiríamos que, em vez de elas serem submetidas ao colégio eleitoral, o fossem ao voto popular, nas urnas, para que o povo brasileiro pudesse sagrar, com seu apoio definitivo e soberano, os nomes desses dois grandes brasileiros que representam hoje a grande aliança democrática que surgiu da consciência política de líderes expressivos no cenário nacional, para salvar este país do caos político-institucional, econômico, financeiro e social.

Durante a convenção do PMDB, o governador Tancredo Neves pronunciou memorável discurso que foi amplamente divulgado e que merece, sem dúvida alguma, o maior destaque nesta Casa do Congresso Nacional, ficando, inclusive, registrado nos nossos anais como uma das peças mais notáveis da eloquência política de que já tivemos conhecimento, no Brasil.¹¹

O discurso de Tancredo na Convenção

Aprovada a indicação de seu nome como candidato do **PMDB** na convenção do partido dos dias 11 e 12 de agosto de 1984, Tancredo Neves comprometeu-se a implementar a mudança política, social e econômica. Alguns trechos de seu pronunciamento:

Companheiros do PMDB,

Atendo a vosso chamado. Orgulho-me de pertencer a este partido. Formado na adversidade, crescido sob os golpes do arbítrio, maduro no sofrimento de seus militantes, ele se reúne, agora, para oferecer à nação sua proposta de paz.

Sois a representação mais autêntica de nosso povo. Dele trazeis os restos de uma noite prolongada, povoada de medo. Dele é também a verdadeira esperança que conduzis ao longo destes anos.

A esperança é o único patrimônio dos deserdados e é a ela que recorrem as nações, ao ressurgirem dos desastres históricos.

(...) A paz que pretendemos não é a que os vencedores impõem aos vencidos; é a que edifica no entendimento e na concórdia. Temos de compreender a verdade essencial de nosso pacto político. Nós o estabelecemos em favor de nossa gente. O Brasil que amamos não é entidade abstrata, feita apenas de símbolos, por mais os veneremos. O Brasil que amamos está em cada coração, e em cada alma de seus filhos. Restaurar, em seus olhos, o orgulho da pátria é a missão que nos cabe. A soberania do país é a soberania de seu povo; a dignidade do país é a dignidade de sua gente. Para que o Brasil seja grande e forte, e assegurada sua independência, é condição primeira o respeito sagrado aos direitos humanos.

(...) O Poder mais elevado da nação é o seu Parlamento. Os representantes do povo são os portadores de sua soberania. O Congresso deve ter respeitadas todas as suas prerrogativas, entre elas a de exercer pleno controle sobre o Executivo.

Assumo, diante de nosso povo o compromisso de promover, com a força política que a Presidência da República confere a seu ocupante, a convocação de poder constituinte para, com a urgência necessária, discutir e aprovar nova Carta Constitucional.

Esta Carta deverá devolver-nos a República e a Federação. Quando dizemos República, pensamos no governo assentado sobre o consentimento ativo de todos os cidadãos. Quando dizemos República, pensamos no voto livre, universal e secreto. Pensamos em mandatos de duração certa, em pluralidade partidária, em alternância normal de homens e doutrinas na administração política do país.

Constituição, Federação e Reforma Tributária são as tarefas prioritárias. Com a nova Carta, com a autonomia dos estados e municípios e com distribuição racional da carga fiscal e dos recursos públicos, podemos avançar no caminho das mudanças.

(...) Começamos pela dívida externa: os países credores serviram-se de nossos sonhos de grandeza e, com os recursos que nos forneceram, ampliaram as restrições ao nosso desenvolvimento econômico. A flutuação da taxa de juros, expediente de que se valem a fim de fazer frente a seus déficit orçamentários, está levando o nosso povo a penosos sacrifícios. Já exaustos, os trabalhadores se esfalfam para produzir bens que se convertam em divisas, a fim de atender à ambição insaciável do sistema financeiro Internacional.

Não é possível que o país continue enviando para o exterior 5% da renda interna sob forma de pagamento de juros, outros serviços e amortizações.

Tal saída de recursos corresponde a verdadeira sangria na economia nacional e se

materializa, em última instância, pela transferência de parcela da produção nacional ao exterior. Os produtos, por seu turno, correspondem à combinação de recursos naturais, mão de obra e capitais nacionais carreados para fora do país. A execução de nosso programa de governo não pode dispensar o respaldo de uma política externa voltada para os interesses nacionais, refletindo os anseios de uma sociedade democrática.

Há, no entanto, que proteger o patrimônio espiritual de nosso povo contra aquele tipo de sub cultura que nos impingem de fora. Promover a cultura, dever do Estado, não significa criar uma cultura oficial. É preciso deixar livres as forças criadoras de nossa gente, e guardar com todo cuidado os bens culturais que nos deixaram os brasileiros do passado e deixaremos aos brasileiros do futuro.

(...) A Universidade, no Brasil, é ainda elitista. Temos que democratizá-la efetivamente, e não continuar com a mentalidade de que os filhos dos trabalhadores devam ser sempre trabalhadores, e doutores os filhos de doutores. Perdida em divagações, formando profissionais para um país inexistente, a Universidade brasileira necessita de uma reforma profunda e imediata.

Não podemos sentir o orgulho de cidadãos enquanto houver, neste país, tanto sofrimento, tanto ultraje. Temos que transformar, e logo, as declarações gerais em favor da justiça social em atos concretos. Isso exige toda uma nova concepção do objetivo social da economia. Temos que começar pela base, pela terra, que é a única geradora primária de riquezas. Não postulo medidas radicais e novas para a solução do problema agrário do Brasil. Vamos empenhar-nos em executar a legislação que aí está proclamada e não cumprida. Para os anos próximos, a aplicação do Estatuto da Terra, por si só, corresponderá a uma revolução no campo.

(...) Não há país do mundo que negue subsídios aos produtores rurais. A atividade, apesar de toda a técnica moderna, continua sendo a mais arriscada do ponto de vista econômico.

Fortalecer a empresa nacional e dar-lhe condições para desenvolver seu modo de produção, com uma política nacional de criação e incentivos fiscais, e inclusive, dentro de uma tecnologia que seja nossa.

Investir na pesquisa científica é outra de nossas urgências. Não admitimos quaisquer vetos aos trabalhos dos cientistas brasileiros, que devem buscar o domínio do conhecimento em todos os campos.

As relações entre o capital e o trabalho reclamam novo ordenamento jurídico. A Consolidação das Leis do Trabalho é um diploma envelhecido no arbítrio, que merece aos empregados e não serve aos empresários. O código vigente só tem servido para iludir os trabalhadores e intranquilizar as empresas. Não há economia forte com sindicatos fracos. A autonomia sindical é imprescindível à construção democrática do País.

(...) Já temos dito e repetido: O Nordeste é a primeira, a maior e a mais importante das prioridades nacionais.

Companheiros,

A inflação é, entre tantos desafios da urgência, o que me parece mais grave. Mas não se pode combater eficazmente a inflação, quando o poder público dela se serve e busca estimulá-la com a indexação geral da economia. Haveremos de encontrar com a assessoria dos grandes mestres da teoria econômica e os conselhos da razão política, os meios para sanear a moeda e recuperar confiança nas atividades produtivas. O que não podemos permitir é a continuação dessa drenagem enlouquecida de recursos para a aplicação em títulos que, por sua vez, não se destinam a investimentos produtivos, mas à especulação insensata de um monetarismo hipertrofiado.

A hora presente reclama, além da geração de empregos, salários justos, uma previdência social eficiente e solução para o gravíssimo problema do Sistema Financeiro de Habitação. O BNH é grande exemplo de insânia do Poder. Financiado com o suor do trabalhador, que perdeu, para isso, a garantia de emprego e ganhou a maldição de um compromisso crescente, o órgão é o novo leviatã nacional. Só a morte do trabalhador liberta sua família do contrato perverso que um dia assinou, com o sonho de ser o senhor sob o seu teto.

A sociedade brasileira reclama contra a sobrevivência de leis arbitrárias, como a de Segurança Nacional, a que disciplina o exercício da imprensa e a que regula o Direito de Greve.

Em todos os países há leis semelhantes, mas as nossas devem ser escoimadas do espírito totalitário que as inspira.

(...) Companheiros, o povo brasileiro reclama mudanças, e iremos promovê-las. Não faremos apenas um governo de transição. Nosso propósito é o de presidir ao grande acordo nacional para a transformação do Brasil em um país restaurado em sua honra, em sua riqueza e em sua dignidade.¹²

A generosidade de Ulysses

A atuação do deputado Ulysses Guimarães na Campanha das Diretas-Já havia consagrado o presidente do PMDB como a maior liderança política da oposição. Como observou o senador Pedro Simon, se a emenda Dante de Oliveira tivesse sido aprovada, o “Senhor Diretas” seria o candidato natural à Presidência da República. E seria imbatível.

Mas em política, as circunstâncias ditam as decisões. Assim, derrotada a PEC n° 5, a realidade era outra e o nome mais forte para unir as forças políticas era o do governador Tancredo Neves:

Havia um Tancredo de reserva. Tancredo era o homem para a eleição indireta. Era o estadista da ala moderada do MDB, aliás, agora o PMDB. O político da conversa e da conciliação. Tinha o perfil ideal para, ao mesmo tempo, tranquilizar os militares e soldar uma aliança com os dissidentes civis do regime. Foi a hora de Tancredo, mas o curioso e esperto – um atentado à lógica – foi a transformação da eleição indireta numa apoteose. Esticou-se para a campanha de Tancredo o clima da campanha das diretas.¹³

O senador Pedro Simon, em entrevista à Agência Brasil, comenta a generosidade de Ulysses Guimarães que, com altivez e dignidade, pensando muito mais no país do que em si mesmo, abriu espaço para Tancredo e articulou sua indicação pelo PMDB:

Foi uma etapa muito difícil para o Doutor Ulysses. A mudança de um nome por outro, para a disputa pela presidência, foi muito rápida. Num certo momento, Ulysses era o centro, o líder, o comandante. Mas, de repente, foi o nome de Tancredo Neves que se tornou consensual. O pior dessa situação para o doutor Ulysses é que dependia dele administrar e conduzir as ações que acabariam por viabilizar a candidatura Tancredo.

Dou aqui o meu testemunho: o doutor Ulysses se portou com grande altivez e dignidade, como era do seu feitio. Quando a situação se reverteu em favor de Tancredo Neves, ele não vacilou. Abriu mão da sua candidatura à presidência e foi coordenar a candidatura de Tancredo. Sei que estava sofrendo, mas como político experiente ele compreendia e aceitava a realidade. Por um tempo muito longo, acompanhei a forte amizade que uniu o doutor Ulysses e Tancredo Neves. Os dois se completavam. Tancredo Neves era o bom senso, o equilíbrio, a organização e o método. O doutor Ulysses era o impulso, a garra, a vontade. Cada um com seu estilo, foram grandes líderes políticos.¹⁴

A campanha presidencial

Em agosto de 1984, crescia e se consolidava o nome do governador de Minas Gerais Tancredo Neves, com o apoio do PMDB e dos dissidentes do PDS, então aglutinados no PFL. No dia 14 de agosto, Tancredo deixou o governo de Minas para concorrer à Presidência da República.

O deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), falando na sessão ordinária do dia 13 de agosto de 1984, defendeu a escolha do nome de Tancredo:

Sr. presidente, srs. deputados, não há como mudar essa conclusão óbvia. O homem é Tancredo Neves, que amanhã se desincompatibiliza do cargo de governador, conferido pela vontade da maioria dos mineiros, para entregar-se a uma luta penosa, porém bela e dignificante: a luta pela recuperação da liberdade de todos os brasileiros.

Mais uma vez as montanhas mineiras, pródigas e caprichosas em gerar habilidade política, perspicácia e paciência, dão a voz de comando dessa nova batalha em busca da soberania. E Tancredo Neves não é comandante porque o quer, mas porque a nação o exige. O desejo da grande maioria dos brasileiros, hoje, é um só, "Tancredo já", para que retire o país da imensa frustração em que se encontra mergulhado.

Assim, o ato oficial que pratica amanhã, afastando-se da governança de Minas Gerais, reveste-se da maior importância histórica. É mais um passo dessa marcha irreversível das forças democráticas do país, não somente no sentido de abrir caminho para as mudanças que o povo reclama, mas também para afastar uma ameaça que paira sobre as cabeças de todos os brasileiros, tão ou mais perigosa que a recessão. Refiro-me ao avanço de forças retrógradas, lideradas por personagens cuja passagem na administração pública são de triste memória, por seus desempenhos pessoais e por estarem intrinsecamente ligados aos mais duros e dolorosos tempos do arbítrio, que a nação brasileira não deseja reviver.

Não é apenas a manutenção do sistema que o outro lado deseja, desse sistema que há vinte anos nos sufoca e que não leva em conta detalhes "menores" como a vontade popular, mas apenas seus próprios interesses. Mais corrupção e a institucionalização do fascismo é a armadilha e sua montagem está em curso para envergonhar e subjugar o povo brasileiro.

Nunca esse risco foi tão iminente quanto agora. Para neutralizar tanto mal, o único antídoto de que dispomos é Tancredo Neves, porque ele tem o respaldo da sociedade.

A sabedoria popular e dos políticos nunca foi tamanha, nem nunca estivemos tão seguros de corresponder à vontade nacional. Como explicar, senão como preferência maciça, o fato de Tancredo Neves literalmente cair nos braços do povo, em qualquer lugar aonde chegue?

Tão bem quanto nós, o cidadão comum conhece as circunstâncias que geraram o atual momento político, tem consciência de todos os fatos, da trajetória que culminou na indicação de Tancredo Neves como candidato à Presidência da República, representando as oposições e a Frente Liberal do PDS, assim como sabe que só com ele conseguiremos vencer os que lutam pelo retrocesso institucional.

Que o digam os companheiros do Grupo Só-Diretas, muitos dos quais têm mantido a posição pessoal dissociada da vontade de suas bases. Não são poucos os que têm ouvido de seus eleitores, em abordagens na rua ou na praia: "O colégio eleitoral é espúrio, mas precisamos participar dele para destruí-lo. Se o desdenharmos, mal maior virá".

A campanha de Tancredo Neves será uma campanha sem segredos nem mistificações.

Sabem todos que o significado da candidatura de Tancredo é o de garantir a transição democrática e interromper o curso do Regime Militar que há 20 anos nos oprime. Sem dúvida, a participação das oposições no colégio eleitoral é a alternativa mais consentânea com a vontade política da nação, que viu frustrado seu desejo maior, do restabelecimento das eleições diretas já.

Não temos a menor dúvida de que é cristalina a visão da sociedade quanto à aglutinação dos partidos de oposição com a Frente Liberal, pois ambos, nação e políticos, navegam no mesmo barco e desejam o mesmo curso: um governo que traga a oportunidade de mudanças.

Alguns perguntarão: mas por que Tancredo Neves, por que convergem para ele apoios irrestritos vindos de setores tão díspares e que até o último momento eram considerados inconciliáveis? Para responder, recorro ao historiador Maurício Dias, que assim explica o "fenômeno": "Tancredo passa bem por todas as camadas sociais graças à coerência que demonstrou durante toda a sua vida pública e ao fato de sempre escolher o lado melhor, e não o que vai ganhar. Assim, ficou com Getúlio até o suicídio e, embora estivesse com relações bastante estremitadas com Goulart, foi o único político a acompanhá-lo até o aeroporto, quando da sua deposição."

A própria realidade atual também evidencia, por si só, a credibilidade de que o nosso candidato desfruta em todas as camadas sociais, de empresários a assalariados, dos mais ricos aos mais pobres.

Mesmo assim, aqui e acolá surgem advertências de que a eleição de Tancredo Neves não trará qualquer avanço democrático. No entanto, esses alertas perdem substância à mais superficial análise de sua vida pública. Mais uma vez, invoco o testemunho do historiador Maurício Dias, expresso em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo. A seu ver, "o que de mais progressista (e no meu entender, também conseqüentes e estável) aconteceu no Governo Goulart foi no tempo em que Tancredo Neves era Primeiro-Ministro. Reatamento com a União Soviética, cassação da multinacional Hanna Mining Corporation, instituição do décimo-terceiro salário, tudo isso é do tempo do Tancredo".¹⁵

Goiânia foi escolhida para sediar o primeiro comício da Aliança Democrática e, repetindo o sucesso dos eventos da Campanha das Diretas-Já, reuniu no dia 14 de setembro mais de 300 mil pessoas para ouvir Tancredo. Foi a maior manifestação pública da história da cidade.

Em outubro, um novo comício em Belém, reunindo mais de 200 mil pessoas. Também em outubro, o Senado Federal aprovaria projeto do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) revogando a Lei Falcão e liberando a propaganda eleitoral pela TV.

Tancredo dizia que a ida ao colégio eleitoral era a última alternativa para a reconquista da democracia e que, se fosse por sua preferência ou, até por conveniência, o PMDB preferia as diretas, porque a vitória seria mais segura do que no colégio eleitoral.

Regulamentação do Colégio Eleitoral

Em outubro de 1984, frustradas todas as perspectivas de se restabelecer imediatamente as eleições diretas para presidente da República, o PMDB trabalha no sentido de aprovar o Projeto de Lei Complementar n° 191-B, de 1984, que adapta a Lei Complementar n° 15, de 13 de agosto de 1973, que regula a composição e o funcionamento do colégio eleitoral. Os governistas ironizam e cobram a “mudança” de postura da oposição, que sempre considerara espúrio o sistema brasileiro de eleições indiretas imposto pelo Golpe de 64.

Mas o cenário político era outro. E o **PMDB**, embora neste momento não contasse com o apoio unânime de toda a oposição – não havia unanimidade nem entre os peemedebistas – optou por utilizar as “armas” do governo para vencê-lo. Não foi sem constrangimentos que o líder do partido, Freitas Nobre, justificou o voto do PMDB na aprovação do colégio eleitoral:

Sr. presidente, srs. deputados, todos sabem que nós, em praça pública, amaldiçoamos o colégio eleitoral. No entanto, este é o único instrumento que, no momento, nos resta para alcançar o processo de redemocratização e permitir a transição democrática que levará o País às eleições diretas e a uma Constituinte (palmas) escolhida pelo povo, que vai redigir uma Constituição para este país, na conformidade do compromisso assumido pelo nosso partido, presidido pelo deputado Ulysses Guimarães e pelo candidato Tancredo Neves.

Sr. presidente, srs. deputados, é por esta razão que hoje, constrangidos, estamos aqui usando esse instrumento vil, mas que, através dele, a nação vai ter uma alvorada, uma aurora democrática, que permitirá ao país encerrar estes 20 anos de autoritarismo e de Ditadura. ¹⁶

A compreensão da sociedade

O PMDB partiu para o enfrentamento da Ditadura no colégio eleitoral com a mesma coragem e a mesma força que havia marcado sua luta pelas Diretas-Já. Sem temer insinuações de governistas e certo de que o colégio era a última alternativa, como bem expressou à época o deputado Nelson Wedekin (PMDB-SC):

A sociedade e o regime compreenderam, e muito bem, a dupla estratégia do nosso partido, que se preparou adequada e competentemente para as diretas e para o colégio. A compreensão da sociedade está no resultado da pesquisa do IBOPE e da revista Isto É, que demonstra o crescimento da simpatia popular por nossa legenda: 35 por cento dos pesquisados votaram no PMDB em 1982, e 40 por cento votariam hoje.

Ou, como afirma Ferreira Gular, em entrevista ao Jornal de Brasília: "Na verdade, é uma felicidade que nas atuais circunstâncias o quadro político brasileiro disponha de uma figura como ele para enfrentar as dificuldades do momento político e social."

Está claro que esse trajeto não se faz sem contradições ou dificuldades, não é caminho linear, e nem terá sido trilhado sem erros e ambigüidades. É difícil e penoso para alguns o novo convívio com antigos adversários políticos, ora na Aliança Liberal. Mas a travessia para o regime democrático impõe desprendimento e generosidade, porque está em jogo o futuro do nosso país e da democracia que queremos construir.

De minha parte, não tenho dificuldade alguma em que o meu caminho seja trilhado por ex-adversários. Ao contrário, eu os saúdo e homenageio. Se para nós é difícil, mais difícil é para eles, que deixam corajosamente as comodidades que o poder lhes oferecia e ainda mais pode oferecer. Abandonam a segurança, a proteção e a cobertura das benesses e dos favores que poderiam usufruir, ou continuar usufruindo, para mudar na direção da incerteza e das agruras da oposição. Trocam o certo pelo duvidoso.

Se todos os nossos aliados da Frente Liberal permanecessem do lado de lá, não teríamos nem a perspectiva das diretas, nem a das mudanças, que são mais importantes. Por que recusar, por que se manter apegado ao passado, se eles aderem, sem nenhuma vantagem imediata e com todos os riscos, ao lado das forças mudancistas?

Quando cada um de nós, em campanha eleitoral, busca votos para eleger-se, não perguntamos pelo passado dos nossos possíveis eleitores, nem pelo seu caráter, nem se têm títulos protestados. Estamos tratando agora do futuro do país. Por que repelir aqueles que se incorporam à nossa luta histórica?

O deputado Nelson Wedekin continuou, professando sua convicção de que a candidatura de Tancredo era o caminho possível naquele momento histórico:

É possível que o dr. Tancredo Neves, pelo seu estilo e formação, e até pela aliança com a Frente Liberal e as forças dissidentes do PDS, não venha a promover as reformas na extensão e na profundidade que o país requer. Mas, para aqueles que, como eu, alimentam ideais mais elevados de justiça, democracia e igualdade, é preciso dizer que as transformações das estruturas não serão obra de um homem só, mas do povo e da sociedade organizada.

Tenho a convicção de que ampliarão substantivamente os espaços de participação, influência e decisão popular, e portanto se levantarão barreiras hoje existentes e se facilitarão as condições da organização popular.¹⁷

A eleição de Tancredo

Às vésperas da reunião do colégio eleitoral, o presidente do **PMDB** Ulysses Guimarães entregou ao candidato Tancredo Neves o plano de governo da Aliança Democrática, intitulado **Nova República**, expressão criada pelo presidente do PMDB. Nele, estavam previstas eleições diretas nas capitais em 1985 e eleições para a Assembléia Nacional Constituinte em 1986.¹⁸

Tancredo e Sarney apresentaram-se ao colégio eleitoral pelo **PMDB** que, unindo-se à Frente Liberal, denominou a chapa de “**Aliança Democrática**”. O PDS lançou Paulo Maluf, mesmo sem ter conseguido a unanimidade do partido. O PT recusou-se a comparecer ao colégio eleitoral, sob o argumento de não compactuar com a farsa das eleições indiretas, e os petistas que não seguiram esta determinação foram, mais tarde, expulsos do partido. Tancredo Neves foi eleito em 15 de janeiro de 1985 com 480 votos, contra 180 dados a Paulo Maluf e 26 abstenções. Foi o primeiro presidente civil eleito depois de 21 anos de Ditadura. Os militares retornaram às casernas.

O discurso de Tancredo ao ser eleito

Em discurso no encerramento da reunião do colégio eleitoral, Tancredo Neves, já eleito presidente, antecipa as diretrizes de seu programa de governo. Parecendo antever seu infortúnio, profere um verdadeiro discurso de posse, traçando as linhas mestras do governo que pretendia fazer. Emblemático pelo momento histórico em que foi pronunciado, este discurso ficaria ainda mais impregnado de simbologia, pois seria o único pronunciamento oficial de Tancredo como presidente eleito, já que em 15 de março não tomaria posse:

Brasileiros, neste momento, alto na história, orgulhamo-nos de pertencer a um povo que não se abate, que sabe afastar o medo e não aceita acolher o ódio. A nação inteira comunga deste ato de esperança.

Reencontramos, depois de ilusões perdidas e pesados sacrifícios, o bom e velho caminho democrático. Não há pátria onde falta democracia.

A pátria não é a mera organização dos homens em estados, mas sentimento e consciência, em cada um deles, de que lhe pertencem o corpo e o espírito da nação. Sentimento e consciência da intransferível responsabilidade por sua coesão e seu destino.

A pátria é escolha, feita na razão e na liberdade. Não basta a circunstância do nascimento para criar esta profunda ligação entre o indivíduo e sua comunidade. Não teremos a pátria que Deus nos destinou enquanto não formos capazes de fazer de cada brasileiro um cidadão, com plena consciência dessa dignidade.

Assim sendo, a pátria não é o passado, mas o futuro que construímos com o presente. Não é a aposentadoria dos heróis, mas tarefa a cumprir; é a promoção da justiça, e a justiça se promove com liberdade.

Na vida das nações, todos os dias são dias de história, e todos os dias são difíceis. A paz é sempre esquiva conquista da razão política. É para mantê-la, em sua perene precariedade, que o homem criou as instituições de Estado, e luta constantemente para aprimorá-las.

Não há desânimo nessa condição essencial do homem. Por mais pesadas que sejam as sombras totalitárias ou mais desatadas as paixões anárquicas, o instinto da liberdade e o apego à ordem justa trabalham para restabelecer o equilíbrio social.

No conceito que fazemos do Estado Democrático, há saudável contradição: quanto mais democrática for uma sociedade, mais frágil será o Estado. Seu poder de

coação só se entende no cumprimento da lei. Quanto mais fraterna for a sociedade, menor será a presença do Estado.

Brasileiros, a primeira tarefa de meu governo é a de promover a organização institucional do Estado. Se, para isso, devemos recorrer à experiência histórica, cabe-nos também compreender que vamos criar um estado moderno, apto a administrar a nação no futuro dinâmico que está sendo construído. Sem abandonar os deveres e preocupações de cada dia, temos de concentrar os nossos esforços na busca de consenso básico à nova Carta Política.

Convoco-vos ao grande debate constitucional. Deveis, nos próximos meses, discutir, em todos os auditórios, na imprensa e nas ruas, nos partidos e nos parlamentos, nas universidades e nos sindicatos, os grandes problemas nacionais e os legítimos interesses de cada grupo social. É nessa discussão ampla que ireis identificar os vossos delegados ao Poder Constituinte e lhes atribuir o mandato de redigir a lei fundamental do país.

A Constituição não é assunto restrito aos juristas, aos sábios ou aos políticos. Não pode ser ato de algumas elites. É responsabilidade de todo o povo. Daí a preocupação de que ela não surja no aqodamento, mas resulte de uma profunda reflexão nacional.

Os deputados constituintes, mandatários da soberania popular, saberão redigir uma carta política ajustada às circunstâncias históricas. Clara e imperativa em seus princípios, a Constituição deverá ser flexível quanto ao modo, para que as crises políticas conjunturais sejam contidas na inteligência da lei.

Presidente eleito do Brasil, busco no coração e na consciência as palavras de agradecimento profundo aos correligionários da Aliança Democrática, o valente e fiel PMDB, sob o comando do deputado Ulysses Guimarães, e o recém-fundado partido da Frente Liberal, sob a liderança de Aureliano Chaves, Marco Maciel e meu companheiro, vice-presidente, José Sarney. Aos integrantes do PDT, PT, PIB, dissidentes do PDS, que, por decisão partidária ou pessoal, me entregam a mais alta e mais difícil responsabilidade da minha vida pública.

Creio não poder fazê-lo de melhor forma do que, perante Deus e perante a nação, nesta hora inicial de itinerário comum, reafirmar o compromisso de resgatar duas aspirações que, nos últimos vinte anos, sustentaram, com penosa obstinação, a esperança do povo.

Esta foi a última eleição indireta do país.

Venho para realizar urgentes e corajosas mudanças políticas, sociais e econômicas indispensáveis ao bem-estar do povo.

Não foi fácil chegar até aqui. Nem mesmo a antecipação da certeza da vitória, nos últimos meses, apaga as cicatrizes e os sacrifícios que marcaram a história da luta que agora se encerra. Não há por que negar que houve muitos momentos de desalento e cansaço, em que cada um de nós se indagava se valia à pena a luta.

Mas, cada vez que essa tentação nos assaltava, a visão emocionante do povo, resistindo e esperando, recriava em todos nós energias que supúnhamos extintas, e reconhecávamos, no dia seguinte, como se nada houvesse sido perdido.

A história da pátria, que se iluminou através dos séculos com o martírio da Inconfidência Mineira; que registra, com orgulho, a força do sentimento de unidade nacional sobre as insurreições libertárias durante o Império; que fixou, para admiração dos pósteros, a bravura de brasileiros que pegaram em armas na defesa de postulados cívicos contra os vícios da Primeira República, a história situará na eternidade o espetáculo inesquecível das grandes multidões que, em atos pacíficos de participação e de esperança, vieram para as ruas reivindicar a devolução do voto popular na escolha direta para a Presidência da República.

Frustradas nos resultados imediatos dessa campanha memorável, as multidões não deseperaram, nem cruzaram os braços. Convocaram-nos a que viéssemos ao colégio eleitoral e fizéssemos dele o instrumento de sua própria perempção, criando, com as armas que não se rendiam, o governo que restaurasse a plenitude democrática.

Na análise desses dois grandes movimentos cívicos, não sei avaliar quando o povo foi maior: se quando rompeu as barreiras da repressão e veio para as ruas gritar pelas eleições diretas, ou se quando, nisso vencido, não se submeteu, e com extrema maturidade política exigiu que agíssemos dentro das regras impostas, exatamente para revogá-las e destruí-las.

"É inegável que o processo de transição teve contribuições isoladas que não podem ser omitidas:

A do Poder Legislativo, que, muitas vezes mutilado em sua constituição e nas suas faculdades, conservou acesa a chama votiva da representação popular como última sentinela no campo da batalha democrática.

A do Poder Judiciário, que se manteve imune a influências dos casuísmos, para, na atual conjuntura, fazer prevalecer o espírito de reordenação democrática.

A da Igreja, que, com sua autoridade exponencial no campo espiritual e na ação social e educativa, lutou na defesa dos perseguidos e pregou a necessidade da opção preferencial pelos pobres, com base na democracia moderna.

A de homens e mulheres de nosso povo, principalmente as mães de famílias, que arrostaram as duras dificuldades do desemprego e da carestia em seus lares e lutaram, com denodo, pela anistia, pelos direitos humanos e pelas liberdades políticas.

A da imprensa - jornais, emissoras de rádio e televisão - que, sob a censura policial, a coação política e a econômica, ousou bravamente enfrentar o poder para servir à liberdade do povo.

A da sociedade civil como um todo, em suas muitas instituições: a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, as entidades de classe

patronais, de empregados, de profissionais liberais, as organizações estudantis, as universidades, e tantas outras, com sua participação, muitas vezes sob pressões inqualificáveis, nesse nutirão cívico da reconstrução nacional.

A das Forças Armadas, na sua decisão de se manterem alheias ao processo político, respeitando os seus desdobramentos até a alternativa do poder.

A de S. Exa., o presidente João Figueiredo, que, prosseguindo na tarefa iniciada com a revogação dos Atos Institucionais, ajudou com a anistia política, a devolução da liberdade de imprensa, as eleições diretas de 82, o desenvolvimento normal da sucessão presidencial.

Graças a toda essa imensa e inesquecível mobilização popular, chegamos, agora, ao limiar da Nova República. Venho em nome da conciliação. Não podemos, neste fim de século e de milênio, quando, crescendo em seu poder, o homem cresce em suas ambições e em suas angústias, permanecer divididos dentro de nossas fronteiras.

Se não vemos as outras nações como inimigas, e as não vemos assim, devemos ter a consciência de que o mundo se contrai diante da árdua competição internacional. Acentua-se a luta pelo domínio de mercados, pelo controle de matérias-primas, pela hegemonia política.

As ideologias, tão fortes no século passado e na metade do século XX, empalidecem, frente a um novo nacionalismo. Ao mesmo tempo, fenômeno típico do desenvolvimento industrial e da expansão do capitalismo, surge nova realidade supranacional nas grandes corporações empresariais. Aparentemente desvinculadas de suas pátrias de origem, tais organizações servem, fundamentalmente, a seus interesses.

Brasileiros, ao lado da ordem constitucional, que é tarefa prioritária, temos que cuidar da situação econômica. A inflação é a manifestação mais clara da desordem na economia nacional. Iremos enfrentá-la desde o primeiro dia. Não cairemos no erro grosseiro, de recorrer à recessão como instrumento deflacionário. Ao contrário: vamos promover a retomada do crescimento, estimulando o risco empresarial e eliminando, gradativamente, as hipertrofias do egoísmo e da ganância.

O ritmo de nossa ação saneadora dependerá unicamente da colaboração que nos prestarem os setores interessados. Contamos, para isso, com o patriotismo de todos. Retomar o crescimento é criar empregos. Toda a política econômica de meu governo estará subordinada a esse dever social. Enquanto houver, neste país, um só homem sem trabalho, sem pão, sem teto e sem letras, toda a prosperidade será falsa.

Cabe acentuar que o desenvolvimento social não pode ser considerado mera decorrência do desenvolvimento econômico. A nação é essencialmente constituída pelas pessoas que a integram, de modo que cada vida humana vale muito mais do que a elevação de um índice estatístico. Preservá-la constitui, portanto, um dever que transcende a recomendação de caráter econômico, tão indeclinável quanto a defesa das nossas fronteiras.

Nessas condições, temos de reconhecer e admitir, como objetivo básico da segurança nacional, a garantia de alimento, saúde, habitação, educação e transporte para todos os brasileiros.

O bem-estar que pretendemos para a sociedade brasileira deve assentar-se sobre a livre iniciativa e a propriedade privada. Exatamente por isso, adotaremos medidas que venham a democratizar o acesso à propriedade e a proteção às pequenas empresas. A defesa do regime de livre iniciativa não pode ser confundida, como muitos o fazem, com a proteção aos privilégios de forças econômicas e financeiras. Defender a livre iniciativa e a propriedade privada é defendê-las dos monopólios e do latifúndio.

Brasileiros, o entendimento nacional não exclui o confronto das idéias, a defesa de doutrinas políticas divergentes, a pluralidade de opiniões. Não pretendemos entendimento que signifique capitulação, nem o morno encontro dos antagonistas políticos em região de imobilismo e apatia. O entendimento se faz em torno de razões maiores, as da preservação da integridade e da soberania nacionais.

Dentro dessa ordem de idéias, a conciliação, instruindo o entendimento, deve ser vista como convênio destinado a administrar a transição rumo à nova e duradoura institucionalização do Estado.

Faz algumas semanas eu anunciava, em Vitória, a construção de uma Nova República. Vejo, nesta fase da vida nacional, a grande oportunidade histórica de nosso povo.

As crises por que temos passado, desde a Independência, podem ser atribuídas a dificuldades normais em um processo de formação de nacionalidade. Hoje, no entanto, encontram-se vencidas as etapas mais duras. Mantivemos a integridade política da nação, graças à habilidade do Segundo Reinado, que soube exercer a tolerância nos momentos certos, evitando que das insurreições liberais vencidas ficassem cicatrizes históricas.

Com a ocupação da Amazônia e do Oeste, concluída nos últimos decênios, chegamos ao fim da tarefa iniciada pelos bandeirantes e desenvolvida por pioneiros intrépidos e desbravadores audazes, pelo gênio político de Rio Branco e pela bravura nacionalista do marechal Rondon.

Deixamos, há muito, de ser, aos olhos estrangeiros, exótica nação dos trópicos; incluímo-nos entre os países economicamente mais desenvolvidos. Nossa cultura é admirada internacionalmente. Traduzem-se os nossos escritores em todas as línguas; a música brasileira é conhecida, e o desempenho de nossos artistas de teatro, de cinema e de televisão recebe o aplauso de espectadores de inúmeros países.

Na pesquisa científica, apesar dos poucos recursos públicos, temos obtido excepcionais resultados. Nossos homens de ciências têm o seu trabalho admirado nos principais centros mundiais.

Brasileiros, sabeis que os homens públicos não se fazem de especial natureza.

Eles se encontram sujeitos à fragilidade da condição humana. Quando um povo escolhe o chefe de Estado, não elege o mais sábio de seus compatriotas, e é possível que não eleja o mais virtuoso deles. Tais qualidades, que só o juízo subjetivo consegue atribuir, não podem ser medidas. Ao nomear, com seu voto, o presidente da República, a nação expressa a confiança de que ele saberá conduzi-la na busca do bem comum.

Consciente desta realidade, concito-vos ao grande mutirão nacional. Não há um só de vós que pode ser dispensado desta convocação. A cidadania não é atitude passiva, mas ação permanente em favor da comunidade. Faço meu apelo aos homens públicos. A política, tal como a entendemos, é a mais nobre e recompensadora das atividades humanas.

Servir ao povo reclama dedicação incansável, noites indormidas, o peso abrasador das emoções. São muitos os que sucumbem em pleno combate, legando-nos o exemplo de seu sacrifício pela pátria. 'Com o êxtase e terror de haver sido o escolhido', como diria Verlaine, entrego-me, hoje, ao serviço da nação.

Nesta hora, de forte exigência interior, recorro à memória de Minas, na inspiração familiar, e na fé revelada na paz das igrejas de São João Del Rey. Tantas vezes renovada em minha vida, é a esta memória, com sua inspiração e sua fé que recorrirei, se a tentação do desalento vier a assaltar-me.

Fui chamado na hora em que realizava a grande aspiração política de minha vida, que era a honra de administrar o meu estado, a grande e generosa terra de Minas Gerais, e procurava colocar a sua renascente força política a serviço da causa da Federação hoje distorcida, esvaziada, humilhada. Não deixaria ao meio o mandato que o povo mineiro me confiou, para assumir o supremo poder da nação, apenas pelo gosto do poder, que nem sempre é glória ou alegria.

Vim para promover as mudanças, mudanças políticas, mudanças econômicas, mudanças sociais, mudanças culturais, mudanças reais, efetivas, corajosas, irreversíveis. Nunca o país dependeu tanto da atividade política.

Dirijo-me, pois, a todos vós que a exerceis, aos que servirão a meu governo com seu apoio a aos que a ele prestarão a vigilância de opositores. Não aspiro à unanimidade, nem postulo a conciliação subalterna, que se manifesta no aplauso inconsequente do aulicismo. A conciliação se faz em torno de princípios, e ninguém poderá inquirir, na injustiça e na maledicência, os que nos reuniram nesta vitoriosa aliança de forças democráticas.

Quero a conciliação para a defesa da soberania do povo, para a restauração democrática, para o combate à inflação, para que haja trabalho e prosperidade em nossa pátria. Vamos promover o entendimento entre o povo e o governo, a nação e o Estado. Rejeitaria, se houvesse quem a pretendesse, a conciliação entre elites, o ajuste que visasse à continuação dos privilégios, à manutenção da injustiça, ao enriquecimento sobre a fome.

Para a conciliação maior, sem prejuízo dos compromissos de partido e de doutri-

na, convoco os homens públicos brasileiros, e todos os cidadãos de boa fé. No serviço da pátria há lugar para todos.

Tenho uma palavra especial para os trabalhadores. É às suas mãos que muito devemos e é em suas mãos que está o futuro do nosso país. Desde o primeiro passo de minha vida pública tenho contado com o apoio dos trabalhadores. Elegi-me vereador em São João Del Rey com os votos dos ferroviários e nunca deixei de lhes merecer a confiança política.

Uma nação evolui na mesma medida em que cresce a sua participação na divisão de renda e na direção dos negócios públicos. Ao prestar minha homenagem a esses brasileiros, que são a maioria de nosso povo, reafirmo-lhes o compromisso de dedicar todo o meu esforço para que se ampliem e se respeitem os seus direitos.

A reconstrução democrática do país significa o retorno, em toda a liberdade, dos trabalhadores à vida política. Sem seu apoio, nenhum governo poderá cumprir suas tarefas constitucionais.

Brasileiros, esta memorável campanha confirmou a ilimitada fé que tenho em nosso povo. Nunca, em nossa história, tivemos tanta gente nas ruas para reclamar a recuperação dos direitos da cidadania e manifestar seu apoio a um candidato. Em todo o país foi o mesmo entusiasmo. De Rio Branco a Natal, de Belém a Porto Alegre, as multidões se reuniram, em paz, cantando, para dizer que era preciso mudar, que a nação, cansada do arbítrio, não admitia mais as manobras que protelassem o retorno das liberdades democráticas.

Não vamos nos dispersar. Continuemos reunidos, como nas praças públicas, com a mesma emoção, a mesma dignidade e a mesma decisão. Se todos quisermos dizia-nos, há quase duzentos anos, Tiradentes, aquele herói enlouquecido de esperança, podemos fazer deste país uma grande nação. Vamos fazê-la.”¹⁹

Notas

¹ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção 1). sexta-feira, 27 de abril de 1984. Pág. 2529.

² DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção 1), Sábado, 28 de abril de 1984. Pág. 2597.

³ PEC nº 11/84, de 16 de abril de 1984. Enviada pelo Executivo Nacional, altera, acrescenta e suprime dispositivos da Constituição Federal. Outros números: CN PEC 11/84, CN MSG 36/1984.

⁴ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção 1). sexta-feira, 27 abril de 1984. págs.2531 a 2533.

⁵ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção 1). sexta-feira, 27 de abril de 1984. Pág. 2529.

⁶ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. quarta-feira, 16 maio de 1984. Pág. 0971

⁷ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção 1). quinta-feira, 21 de junho de 1984. págs. 6280 e 6281.

⁸ A Emenda Theodoro Mendes – PEC 20/83 – foi apresentada ao CN em 02 de agosto de 1983. Estabelecia que o presidente da República seria eleito em pleito direto, pela maioria absoluta dos votos válidos.

⁹ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção 1). quinta-feira, 21 de junho de 1984. Pág. 6281.

¹⁰ GUIMARÃES, Ulysses. Perfis Parlamentares. Edição do Senado Federal. O discurso “Já temos um acordo com a Frente Liberal!” foi pronunciado na VI Convenção Nacional do PMDB, em 11 de agosto de 1984 e nele o presidente do partido presta informação aos convenionais sobre o acordo negociado com dissidentes governistas para a eleição do futuro presidente da República e da sua renúncia pessoal à disputa da candidatura em benefício de Tancredo Neves. págs. 275- 279.

¹¹ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. 16 de agosto de 1984. Pág.2626.

¹² DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção II). 16 de agosto de 1984. págs. 2627-2628.

¹³ Disponível no site “Brazilians: O Portal”.

¹⁴ Entrevista à jornalista Deigna Turazi, da Agência Brasil, disponibilizada no site da Radioráds.

¹⁵ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção 1). terça-feira, 16 de outubro de 1984. Pág. 12231.

¹⁶ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção 1). quarta-feira, 17 de outubro de 1984. Pág. 12332.

¹⁷ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção 1). sexta-feira, 14 de setembro de 1984. págs. 9893-5.

¹⁸ O plano de governo foi entregue a Tancredo Neves no dia 8 de janeiro de 1985.

¹⁹ Discurso publicado pela Fundação Ulysses Guimarães.

Capítulo 10

A tão sonhada posse de Tancredo na Presidência da República, que simbolicamente seria o marco festivo da redemocratização do país, depois de tantos anos sob o Regime Militar, tornar-se-ia um verdadeiro “pesadelo” para toda a nação. O anúncio da doença de Tancredo Neves e de sua hospitalização na véspera da posse causou grande perplexidade. Aquela noite entraria para a história como um dos mais dramáticos momentos da política brasileira.

A véspera da posse de Tancredo

Foi uma noite de São Bartolomeu. Surpresa, expectativa, contradição, estupefação. Depois de 20 anos de espera e de lutas pelo retorno à democracia, desígnios superiores aplicaram verdadeiro “massacre” no sentimento de muita gente. A movimentação naquela noite se transformou numa verdadeira “Torre de Babel”.

Às 18 horas, do dia 14 de março de 1984, muitos fomos à missa de posse de Tancredo Neves, no Santuário Dom Bosco. Terminada a missa, por volta de 19 horas, e depois de cumprimentar o presidente e sua esposa, colocados nos lugares de destaque, ao lado do corretor central, no primeiro banco da Igreja, eu e um grupo de amigos nos encaminhamos a um restaurante, para jantar. A empolgação era grande com a posse marcada para as 10 horas do dia seguinte. Éramos ali, uns 20 companheiros.

Pouco mais de 20 horas, mal havíamos nos acomodado em torno de uma mesa reservada, chegou um retardatário com a notícia escabrosa e absurda: Tancredo está internado no Hospital de Base e tem que se submeter a uma cirurgia de emergência.

O companheiro que dera a notícia foi motivo de “gozação” dos que ali se encontravam: “deixa de brincadeira de mau gosto, Zé Luiz – era o deputado médico José Luis Guedes (MG), acabamos de deixar o Presidente, há alguns minutos”.

Estávamos nesse diálogo descontraído quando vimos, pela TV do restaurante, a edição extraordinária do telejornal confirmando a desconcertante notícia.

Ninguém jantou coisa alguma. Alguns se encaminharam para o hospital. A maioria foi para o Congresso, gabinete do presidente do partido, Ulysses Guimarães. Lá já se encontravam outras pessoas. Pouco tempo depois, chegou Ulysses. A perplexidade tomava conta do ambiente.

Ulysses tomou lugar à sua mesa, pouco depois se assentou. Foi o único que permaneceu assentado naquela sala. As pessoas chegavam continuamente, logo eram em torno de 100, todas de pé e em burburinho. Na verdade, ninguém se entendia. Nunca vi Ulysses tão impassível. Não se movia. Cotovelos sobre a mesa, mãos apoiando o queixo.

Enquanto isso, começavam a surgir “juristas” de toda estirpe. Uns defendiam a legalidade da posse do vice, José Sarney; outros “garantiam” que quem teria de tomar posse era Ulysses, presidente do Congresso. A discórdia se instalou. Um palavrório dos diabos, ninguém entendia nada. Para complicar, chegou uma mensagem do Palácio, com um recado do presidente João Batista Figueiredo, de que ao dr. Ulysses ele passaria a faixa presidencial, mas ao Sarney, não.

Aproximavam-se das três da madrugada, o tumulto era grande. Dr. Ulysses se levantou, - eu estava bem do seu lado, à esquerda - bateu forte com as mãos na mesa e conclamou em voz alta: “amigos, amigos, amigos.” Fez-se silêncio. Ele, então, disse com sua peculiar autoridade: “Não podemos sair do Golpe dando golpe. Vamos para nossas casas para estarmos aqui às 10 horas e darmos posse ao dr. Sarney”. Ninguém levantou a voz e a retirada foi rápida.

A prevalência da sensatez

Se a insensatez, como quer Bárbara Tuchman¹, predomina as ações de governantes e aspirantes de poder, Ulysses, naquela noite, fugiu à regra e

deu histórica aula de generosidade e lucidez. Todos sabiam do seu grande desejo de chegar à Presidência da República. Havia chegado a hora de ele assumir pacificamente e com o aplauso generalizado. Poderia alcançar seu grande sonho naquela oportunidade, sem qualquer contestação. Todavia, fervilhou-lhe o sangue de estadista singular e, convencido de que a Constituição favorecia Sarney, manteve-se desprendido e irretorquível.

Não havia predominado nele a maior das paixões, conforme leciona a consagrada historiadora. “A principal entre as forças que afetam a insensatez política é a ambição do poder, designada por Tácito como a mais flagrante de todas as paixões”.

Ulysses seguiu o caminho da sensatez, e foi bom para ele e para o Brasil. Preferiu ficar com a exceção salvadora e acompanhou a lição de Burke, trazida, ainda, em “*A Marcha da Insensatez – de Tróia ao Vietnã*”:

Não é raro que a magnanimidade em política se tome a verdadeira sabedoria; um grande império e mentalidades tacanhas não se combinam bem. ²

O gesto generoso de Ulysses foi a mais bela página que presenciei em toda minha vida pública.

A Perplexidade da nação

Depois de eleito, em 15 de janeiro, Tancredo havia visitado os Estados Unidos e vários países da Europa onde, em palestras, entrevistas e encontros com autoridades havia mostrado a nova realidade política do Brasil. Ao retornar, começou a estruturar seu governo, escolhendo ministros e costurando entendimentos que seriam imprescindíveis para a consolidação da democracia.

Internado Tancredo no Hospital de Base, em Brasília - depois ele seria transferido para o Instituto do Coração, em São Paulo – teve início ampla discussão sobre quem deveria assumir a Presidência, em seu lugar: se José Sarney, vice-presidente eleito, ou o presidente do Congresso, deputado Ulysses Guimarães.

Como narra Carlos Fehlberg, em “*Política para Políticos*”,

se alguma dúvida restava sobre quem deveria assumir o cargo, ela foi afastada durante reunião realizada na Granja do Ipê, entre o ministro Leitão de Abreu, o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, o senador Fernando Henrique Cardoso e o general Leônidas Pires Gonçalves, escolhido para ser o ministro do Exército do novo governo. ³

A doença de Tancredo Neves na véspera da posse na Presidência da República foi um dos mais dolorosos momentos da política brasileira, comparável, talvez, apenas ao suicídio do presidente Getúlio Vargas, em agosto de 1954. A notícia divulgada no fim da noite do dia 14 de março de 1985 atordoou o país. Durante os 37 dias em que Tancredo esteve internado e se submeteu a sete cirurgias, os brasileiros choraram, rezaram e fizeram vigília na porta dos hospitais. A perplexidade tomou conta da nação.

Os episódios da fatídica noite de 14 de março de 1984 foram narrados em depoimentos e artigos por inúmeros políticos. Em todos eles, sempre o reconhecimento da grandeza e da honestidade da postura do *peemedebista* Ulysses Guimarães.

As espartódeas em flor

Em artigo publicado em 2005, por ocasião do 20º aniversário de morte de Tancredo Neves, o ex-presidente José Sarney fez seu relato dos dramáticos acontecimentos de março de 1985, em artigo intitulado “*As espartódeas em flor*”:

Quinze de março de 1985 era uma sexta-feira. Hoje, esta sexta-feira cai em 11 de março. Naquele ano, nesta data, ninguém ainda sabia nem podia prever o que iria acontecer nos dias seguintes, talvez os mais tensos e dramáticos da história do Brasil.

A quase certeza é que, no dia 11, Tancredo já estivesse sentindo dores e tivesse se desencadeado o processo que o levaria à morte. Os relatos médicos, a que só ultimamente tive acesso, são contraditórios quanto à presença dos primeiros sintomas. O doutor Warren Zapol, intensivista do Massachusetts General Hospital, que acompanhou Tancredo Neves nos últimos dias, diz ter sido o dia 10 aquele em que ele começou a sentir as primeiras dores. Já o doutor Francisco Pinheiro da Rocha diz ter sido chamado no dia 13 de março. Nesse dia, às 11h30, examinou o presidente detalhadamente e ele apresentava “abdome agudo cirúrgico”. Reagia à apal-

pação e tinha perfeitamente definida uma "massa intra-abdominal que sugeria tratar-se de um plastrão (formação em forma de gravata larga) organizado naquele local".

A partir daí começa seu suplício, seu calvário. No dia 15, às 1h10 da manhã, faltando nove horas para a posse em que devia receber todas as homenagens do povo brasileiro, prestando o seu juramento constitucional na Câmara dos Deputados, seu abdome começava a ser aberto no Hospital de Base de Brasília.

Viveria o Brasil, a partir daquele instante, um momento de tensão em que a história não sabe para onde caminha. Poderia ocorrer tudo. Os militares fiéis ao presidente Figueiredo falavam em voltar aos seus ministérios e mobilizar o dispositivo castrense. Os políticos, envoltos em perplexidades, não tinham nenhum grupo organizado para tomar decisões. Reuniam-se na Câmara, em casa de deputados, nos gabinetes dos presidentes do Senado e da Câmara, nos restaurantes e no hospital. Os jantares organizados para serem a antecipação da festa se transformavam em desorientação e tristeza.

Em meio a tudo isso, dois homens aparecem e mostram grande capacidade de gerir crises: Ulysses e Leônidas. Ulysses, quando eu lhe disse que não desejava assumir sem Tancredo, me replica não ser hora de sentimentalismos, "temos deveres com a nação" e que "um processo tão longo de luta pelas instituições não pode morrer nas nossas indecisões". O general Leônidas imediatamente partiu para a ação concreta: "Vamos ao Leitão não para discutir sobre posse, mas sim dizer que às 10 horas da manhã o Sarney, vice-presidente da República, ocupará a Presidência. No mais, tudo será mantido como estava programado".

Quando me comunicaram a decisão às três horas da manhã, eu era um homem batido pelo imprevisto. Ulysses foi o meu grande bastão nessa hora. Suas qualidades de homem público, de estadista e sua coragem asseguravam a ordem civil. Leônidas dava o respaldo militar.

Depois foram os longos dias de sofrimento de Tancredo. Eu, sem ter escolhido ninguém do governo, sem pertencer a um estado grande nem ter respaldo dos grupos econômicos nacionais e da inteligência brasileira, iria ser o 30º presidente do Brasil.

O que me esperava? Como seriam os dias, as noites e os anos futuros? Tudo isso se dissipou no florescimento de uma transição tranqüila, na criação de uma poderosa sociedade democrática. Relembro Tancredo: fui apenas um instrumento de sua inspiração e tudo deu certo, até mesmo os grandes erros.

Quinze de março de 1985. Naquela manhã encoberta de Brasília, as espartódeas vermelhas enfeitavam os gramados verdes. ⁴

15 de março: Sarney toma posse

O vice-presidente José Sarney assumiu a Presidência em caráter provisório no dia 15 de março, em solenidades às quais não compareceu o presidente João Figueiredo, que havia rompido com Sarney em 1984, na época em que este ainda era presidente do PDS.

Sarney cumpriria integralmente o seu mandato, que se estendeu até março de 1990, um ano a mais que o previsto na carta-compromisso da Aliança Democrática negociada no Congresso. Na formação de seu primeiro ministério, manteve as escolhas de Tancredo e procurou honrar os seus compromissos políticos.

Morre Tancredo

Tancredo morreu no dia 21 de abril de 1985 – dia nacional em homenagem a Tiradentes, mártir e herói da luta pela independência do Brasil. A coincidência da data de morte aproxima simbolicamente os dois brasileiros, pois Tancredo, naquele momento da história, representava, para muitos, um mártir, alguém que havia sacrificado a própria vida para viabilizar o retorno do Brasil à democracia.

Confirmada a morte do presidente eleito Tancredo Neves, foi realizada sessão extraordinária do Congresso, às 23 horas daquele dia 21 de abril de 1985. Na presidência da Câmara, Ulysses Guimarães anunciou:

Morreu Tancredo Neves. Morreu o amigo.

Mais do que avô, marido, pai, morreu o amigo da família.

Morreu o amigo, que era irmão dos amigos.

Acima de tudo, morreu o grande e apaixonado amigo do Brasil. A biografia de Tancredo Neves é conovente e edificante história de amor pelo Brasil.

Logo agora, quando o povo tanto necessita de amigos corajosos, leais e talentosos, perde o maior deles e o líder de todos eles, aclamado pelas praças, ungido pelas ruas, carregado triunfalmente por multidões.

Adeus, Tancredo. Sem você, embora esmagados pela dor e pela separação, ficamos mais fortes e decididos na companhia de sua memória e de seu exemplo.

A fatalidade decretou que o eleito não governasse seu povo. Mas você não nos

abandonou. A homenagem sincera e conseqüente dos que o choram será impedir qualquer recuo na caminhada pelas instituições livres, que se consolidarão por meio da Assembléia Nacional Constituinte.

Entregue a Deus pelo seu santo, São Francisco, você vai inspirar a salvação do Brasil.

Morreu Tancredo Neves. Contudo, a ressurreição de sua voz conclama os brasileiros: viva a liberdade, viva a democracia, viva a República!

Os funerais de Tancredo paralisaram o país durante três dias, tendo seu corpo sido exposto à visitação pública em Brasília e Minas Gerais. Foi enterrado no cemitério da Ordem Terceira, na Igreja de São Francisco de Assis, em São João Del Rei, sua cidade natal, às 22 horas do dia 24 de abril de 1985. Na solenidade de seu sepultamento, o presidente da Câmara Ulysses Guimarães despediu-se do velho companheiro *peemedebista*:

Tentarei ser o instrumento e não a voz, porque esta é insubstituível e indelegável, porque é a voz originária da democracia.

A voz dos desempregados, dos subempregados, dos assalariados sem custo de vida, dos despossuídos.

A voz das mulheres nas quais diariamente explode, nas feiras, nas quitandas, nos mercados, nos supermercados, a tragédia da luta impossível de comprar sem dinheiro suficiente. Comprar não a subsistência, mas a sobrevivência. Comprar o pão, comprar a vida.

A voz das crianças e dos jovens deste país, principalmente os sem comida e sem escola, aumentando a legião de analfabetos.

A voz dos empresários, notadamente os pequenos e médios empresários, num país em que o risco traz a falência e a especulação, a opulência.

Eles e elas lá estavam, Tancredo, enchendo as praças, as ruas, os logradouros públicos deste país. Os maiores comícios a que o mundo já assistiu! Eles e elas lá estavam aclamando, cantando, dançando, vestidos de verde e amarelo e transformando o Hino Nacional em canto popular. Assombroso espetáculo! A festa dos desesperados através da esperança, mas esperança iluminando e arrastando essas multidões para um compromisso.

Esse compromisso elegeu Tancredo Neves. Esse compromisso, hoje sagrado, se chama Tancredo Neves. Esse compromisso é o governo e o governo sem esse compromisso não poderá ser um governo confiável.

O compromisso é de que, nesse país, aqueles que com o seu trabalho sustentam não de ser sustentados pela justiça social.

O compromisso de que a vida desta nação, a sua soberania, a sua independência, a sua unidade, o seu desenvolvimento, tudo isso há de significar a vida, mas não pelo infame custo social, a perseguição, a humilhação, a doença, a morte de milhares de brasileiros. José Sarney em seu pronunciamento à nação, quando assumia efetivamente o seu governo, confirmou esse compromisso.

Aqui estou, Tancredo Neves. Nós que andamos tantos anos juntos pelos caminhos da vida. Aqui estamos, neste momento, à beira de tua cova, separados pelos desígnios da morte. Aqui estou para falar, na sua São João del Rei, aos irmãos, seus coestadianos e seus conterrâneos, representados por Hélio Garcia, junto com a sua família, liderada por uma figura extraordinária, hoje definitivamente incorporada ao patrimônio da coragem e do exemplo desta nação, Risoleta Neves.

Aqui estou, Tancredo Neves, para falar pela Câmara dos Deputados e, por delegação honrosa do presidente José Frageli, pelo Senado, já que tiveram ambas as Casas o privilégio de tê-lo como um dos membros mais profícuos.

Aqui estou também para falar sobre o seu PMDB, que com você fundamos e que com sua ajuda cresceu, fortaleceu-se e triunfou. A esta legenda sofrida da resistência, que tantos mandatos teve cassados pelo arbítrio, junta-se mais um: Tancredo Neves, sem mandato de presidente da República, cassado pela fatalidade da morte e do destino.

Tancredo Neves, você foi duas vezes mais do que eleito, plebiscitado. Vivo, plebiscitado pela esperança para governar essa grande nação. Morto, plebiscitado pelas lágrimas, pelas preces, pela amargura e pelo pranto dos governantes que restaram neste grande país.

Que Deus nos dê coragem, Tancredo Neves, e força para que não reneguemos o teu exemplo e a tua memória, Tancredo Neves. ⁵

Sarney é efetivado no cargo de presidente

O presidente Sarney recebeu a notícia da morte de Tancredo no Palácio Jaburu, na madrugada do dia 22 de abril. Imediatamente seguiu para o Palácio do Planalto, de onde fez um pronunciamento à nação, dizendo que seu programa de governo era o programa de Tancredo Neves.

Em sessão do Congresso Nacional realizada às 10 horas da manhã do dia 22 de abril, o presidente do Legislativo senador José Fragelli declarou a vacância do cargo de presidente da República face à morte de Tancredo Neves e confirmou o vice José Sarney no cargo.

O PMDB na Presidência

O PMDB assume a Presidência da República com José Sarney, recém filiado ao partido, vice na chapa de Tancredo Neves numa inteligente coligação política para viabilizar a vitória no colégio eleitoral. Foram muitas as contradições que o PMDB teve de enfrentar naquele momento.

A primeira de todas, o fato de Sarney ter sido, há menos de um ano, o presidente do PDS, partido com ideologia e práticas antagônicas às do PMDB. Havia sido, ainda, líder do Governo Figueiredo, encarregado pelo presidente de coordenar sua sucessão. Em poucos meses, havia se transformado no presidente do Brasil.

O destino não havia sido benévolo com o MDB/PMDB.

O Governo Sarney

Foram muitas e incontáveis as conquistas democráticas alcançadas no Brasil durante o mandato do presidente José Sarney, que havia assumido com três grandes desafios a enfrentar: convocar uma Assembléia Constituinte, estabilizar a economia e promover o crescimento do país.

Dentre as primeiras conquistas democráticas alcançadas, destaca-se a revogação da legislação que proibia a formação de centrais sindicais, em março de 1985, poucos dias após sua posse. E a reabilitação, neste mesmo ano, de 164 presidentes de sindicatos destituídos de seus mandatos pelos governos militares.

Outro destaque foi a emenda constitucional de 10 de maio de 1985, que restabeleceu as eleições diretas para a Presidência da República e para as prefeituras das cidades consideradas como área de segurança nacional. Esta mesma emenda constitucional concedeu o direito de voto aos analfabetos e aos jovens maiores de 16 anos. Foi ainda no Governo Sarney que os partidos políticos foram todos legalizados e a censura prévia foi extinta.

Cumprindo o compromisso do PMDB, Sarney convocou a Assembléia Nacional Constituinte, que foi eleita em novembro de 1986 e que, em outubro de 1988, entregaria à nação a nova Constituição Brasileira.

Os problemas da economia foram enfrentados pelo Governo Sarney com o lançamento do Plano Cruzado, em 28 de fevereiro de 1986. Considerado

heterodoxo, o plano realizou profunda intervenção na economia, mudando a moeda “Cruzeiro” para “Cruzado”, congelando preços e salários, e determinando o fim da correção monetária.

O Plano Cruzado previa, ainda, o chamado “gatilho salarial”, em que o assalariado tinha um reajuste automático sempre que a inflação atingisse o patamar de 20%. Instituiu, também, o seguro desemprego.

Os resultados, no início do Plano, foram muito positivos, mas as correções que deveriam ser feitas poucos meses após sua implantação foram adiadas para não prejudicar os candidatos do governo nas eleições de 1986. O presidente do **PMDB**, deputado Ulysses Guimarães, foi acusado por muitos, injustamente, de ser o responsável pelo adiamento das correções ao Plano Cruzado. Pelo contrário, se dependesse de Ulysses, o **PMDB** poderia até perder as eleições, mas não iludiria a população com um plano econômico que, àquelas alturas, exigia severas intervenções:

Reunião em Serra Pelada

Foi em 1986. O Plano Cruzado estava no auge, inflação baixa, preços controlados, parecia que os problemas econômicos estavam bem colocados. Todavia, para os analistas mais competentes, que viam um pouco mais adiante, a situação era profundamente preocupante, embora poucos a percebessem.

Em virtude dessas preocupações, dr. Ulysses, presidente do **PMDB**, entendeu de convocar uma reunião com o governo, com a presença, inclusive, do presidente da República, José Sarney, para uma conversa franca e despreocupada, fora dos holofotes e do glamour da grande mídia. Marcada para Serra Pelada, no Pará, a reunião foi equivocadamente responsabilizada pela decisão que implementou o chamado “estelionato eleitoral do PMDB”.

Na verdade, dr. Ulysses, advertido por economistas do **PMDB**, altamente conceituados, tomou a iniciativa daquela reunião, num fim de semana, para avaliação do quadro. Ao contrário do que ficou registrado, o partido, nessa reunião, através de seu presidente, advertiu o presidente da República José Sarney sobre a necessidade de um realinhamento imediato do Plano Cruzado, sob pena de naufrágio. Na ocasião, Ulysses ponderou que esse plano não tinha sustentabilidade a médio e longo prazos, e que a hora de

sua revisão era aquela, não poderia esperar mais tempo. A análise foi profunda e os argumentos bem alicerçados.

Acontece que, àquela altura, os indicadores de aprovação do Governo Sarney ainda eram muito altos. Dr. Ulysses advertiu que aquilo duraria pouco tempo, todavia, o presidente Sarney e sua equipe estavam iludidos com o “Dia de Ramos” e não consideraram os questionamentos, sem perceberem que, pouco depois, seriam “crucificados”.

Algum tempo depois dessa reunião, quando a campanha eleitoral já estava em andamento, o Plano “fez água”, conforme previsto pelo dr. Ulysses em Serra Pelada. Já era tarde para salvar aquele bom projeto econômico, com ou sem eleição. Passou da hora, não tinha mais reversão.

Dr. Ulysses, em mais uma postura ética irrepreensível, preferiu arcar com o ônus do “estelionato eleitoral”, injustamente atribuído a ele, mesmo com as terríveis conseqüências a uma possível futura candidatura, a abrir um debate com o governo do seu partido. Já não havia mais salvação. Contudo, a história precisa registrar e repor a verdade: dr. Ulysses não teve culpa, não se omitiu, advertiu na hora certa. Pagou caro nas eleições de 1989, quando se candidatou à Presidência da República e se submeteu a um pífio resultado eleitoral. Perdeu as eleições, mas não perdeu a grandeza.

As eleições de 1986 e a vitória do partido

Convocadas para serem realizadas no dia 15 de novembro, as eleições de 1986 foram umas das mais importantes da segunda metade do século passado. Nelas seriam eleitos novos senadores e deputados federais constituintes, novos governadores e deputados estaduais.

Sob o impacto positivo do Plano Cruzado, ainda no calor da luta pela redemocratização do país, e com o cumprimento do compromisso de convocar uma Assembléia Nacional Constituinte, o **PMDB** obteve a maior vitória eleitoral de sua história. Elegeu 273 deputados federais e 47 senadores. Foram eleitos, ainda, 21 governadores do **PMDB** e centenas de deputados estaduais.

O partido havia se preparado de forma especial para as eleições de 1986, sob o comando da 4ª e da 5ª Comissão Executiva Nacional, ambas presididas pelo deputado Ulysses Guimarães.

Os governadores do PMDB

Dos 23 governadores de estados eleitos em 1986, 21 eram do PMDB:

- Flaviano de Melo (Acre)
- Fernando Collor de Mello (Alagoas)
- Amazonino Mendes (Amazonas)
- Tasso Jereissati (Ceará)
- Max Mauro (Espírito Santo)
- Henrique Santillo (Goiás)
- Epitácio Cafeteira (Maranhão)
- Carlos Gomes Bezerra (Mato Grosso)
- Marcelo Miranda (Mato Grosso do Sul)
- Newton Cardoso (Minas Gerais)
- Hélio Gueiros (Pará)
- Tarcísio de Miranda Burity (Paraíba)
- Miguel Arraes (Pernambuco)
- Alberto Silva (Piauí)
- Álvaro Dias (Paraná)
- Moreira Franco (Rio de Janeiro)
- Geraldo Melo (Rio Grande do Norte)
- Pedro Simon (Rio Grande do Sul)
- Jerônimo Santana (Rondônia)
- Pedro Ivo Campos (Santa Catarina)
- Orestes Quécia (São Paulo)

Realinhamento do Plano Cruzado

Nos anos seguintes à eleição, Sarney lançaria dois novos programas de estabilização da economia: o Plano Bresser e o Plano Verão, ambos na tentativa de retomar o rumo do Plano Cruzado.

Em que pese o fato de as intervenções feitas pelo Governo Sarney não terem sido soluções definitivas para o problema crônico da inflação e para problemas estruturais da economia, pode-se afirmar que elas foram fundamentais para a criação de uma “cultura” antiinflacionária, imprescindível para o sucesso de futuras intervenções na economia.

Mas o grande mérito do Governo Sarney foi o avanço institucional com a promulgação da Constituição de 1988. Ao lado dela, os muitos avanços na área social, que diferenciaram o primeiro governo da Nova República dos governos militares. Por injunções da política e da história, coube ao *ex-pedessista* Sarney consolidar o período de transição democrática do Brasil.

Notas

¹ TUCHMAN, Bárbara W. A Marcha da Insensatez: de Tróia ao Vietnã. Tradução de Carlos de Oliveira Gomes. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1985.

² *Idem*.

³ Site Politicaparapoliticos.com.br - 2005

⁴ Artigo publicado no jornal *Correio Brasiliense*, edição do dia 11 de março de 2005 e transcrito na Revista do PMDB. Brasília, Fundação Ulysses Guimarães. Edição nº. 20, abril de 2005. Págs. 33-34.

⁵ GUIMARÃES, Ulysses. Perfil Parlamentar. Brasília, Senado Federal. Págs. 299 e 300.

A Constituinte de 1988

Capítulo 11

A Constituinte que fundou o Estado Democrático de Direito, com a Constituição-Cidadã de 5 de outubro de 1988, foi resultado de uma incansável pregação do **MDB/PMDB**, que começou muitos anos antes. Logo depois da profunda “revolução” institucional, com a edição do AI-2 em 1965, não havia mais jeito de se chegar à democracia, senão pela entrega do poder ao povo.

O partido tinha o apoio doutrinário de todos os constitucionalistas independentes. Poucas vozes dissonantes partiam dos que eram comprometidos politicamente com o regime de exceção. O **PMDB**, desde sua criação como **MDB**, em 1966, estava acobertado pela lição do “maior jurista do seu tempo no Brasil e nas Américas”, o inigualável Pontes de Miranda, quando advertia:

A situação de 1964-1967 foi a de parte do grupo revolucionário, parte ditatorialista, que tomou, com o Golpe, o poder, e não conseguiu fechar o Congresso Nacional: só o deturpou, só lhe fez pressões, só o vilipendiou e permitiu escolhas eleitorais, para dar ensejo à continuação da ditadura.

E era taxativo e, absolutamente, claro:

O ditador de 1937 e o de 1964 não tiveram fonte popular, de modo que só um ato legítimo pré-constitucional poderia praticar: entregar ao poder constituinte toda a sorte do país, desde a instalação da Assembléia Constituinte, com todos os poderes. ¹

Na verdade, esta magnífica síntese da mais autorizada das palavras traduzia a opinião amplamente majoritária dos constitucionalistas do mundo inteiro. Para os advogados da Constituinte, era como se fosse uma súmula

com efeito vinculante. Para o partido da democracia, foi só calçar as luvas feitas sob medida. É o que foi feito, sem tergiversação.

A luta pela Constituinte, que vinha de longe, se intensificava nas campanhas sucessivas do MDB e, depois, do PMDB, desde a sua fundação. Bem no início, não foi a tese dominante. Surgia em algumas manifestações isoladas. Contudo, desde a “anticandidatura”, em 1973, foi ganhando força e passou a ficar recorrente nas campanhas pela anistia, nas Diretas-Já, até que virou compromisso nas candidaturas de Tancredo e Sarney, perante o colégio eleitoral, em 15 de janeiro de 1985. Aí, a Ditadura já estava nocauteada, só faltava cair. A vitória era questão de pouco tempo.

Com a morte de Tancredo, Sarney honrou a promessa e o processo para a instalação da Assembléia Nacional Constituinte teve início com as eleições de 1986. O Congresso foi eleito com poderes constituintes. Em pouco menos de dois anos, produziu-se a nova Constituição, que representa um dos mais elevados e bem sucedidos produtos do nosso Legislativo, em nome da independência do povo brasileiro.

O partido na Constituinte

O PMDB foi majoritário no Congresso Constituinte de 1987/1988, que marcou com letras de ouro o trabalho competente e incansável de seu presidente, Ulysses Guimarães, chamado pela imprensa de *Senhor Constituinte*. Como relator geral foi escolhido o senador Bernardo Cabral (AM), também do partido.

A atuação da bancada *peemedebista* foi de tal forma marcante, que o PMDB até hoje se sente o “Pai da Constituição”, que Ulysses denominou de “Cidadã”. A Comissão Executiva reuniu-se várias vezes com a bancada e o partido chegou a realizar uma Convenção Nacional Extraordinária, com a presença de 92,3% dos convencionais, para expor e discutir o processo Constituinte e o encaminhamento e votação dos pareceres das proposições apresentadas para a Constituição. Na ocasião, também foram tomadas decisões referentes aos seguintes temas: O PMDB e o programa econômico; o PMDB e a conjuntura política; o PMDB na Constituinte; sistema de governo e mandatos presidenciais. Quanto a este último tema, em votação secreta, a Convenção Nacional do PMDB decidiu que a deliberação era da

competência de seus constituintes.²

O partido se orgulha de ter sido o principal artífice dessa importante obra de institucionalização do Estado Democrático de Direito. Tem defeitos? Claro, é obra humana. Suas ambigüidades refletem as contradições da sociedade brasileira. Refletem, também, a composição de forças que se observava no Congresso, naquele momento. Mas, no essencial e no avanço das conquistas sociais, vem servindo de exemplo para outras partes do mundo.

A convocação da Constituinte

A Assembléia Nacional Constituinte foi convocada através da Emenda Constitucional n° 26, de 1985. O deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, o partido que há mais tempo e de forma mais aguerrida lutava por sua realização, em discurso proferido em 27 de novembro daquele ano, assim saudou sua convocação:

Foi longa, áspera e carregada de sacrifício a caminhada da nação para que chegasse a este episódio histórico: a retomada da soberania do povo para, com ilimitação de poderes, elaborar, por intermédio de representantes livres e diretamente credenciados, o documento jurídico, econômico, social, supremo da pátria, sua Constituição.

As vozes que agora aqui se fazem ouvir são eco de milhões de vozes que, nas ruas, praças públicas, igrejas, fábricas, universidades, nas cidades e nos campos, clamam e exigem a emancipação política da sociedade contra qualquer jugo autoritário.

A convocação que hoje se proclama é do povo, não das elites, para que se constitua juridicamente a liberdade, a independência, o desenvolvimento e a justiça social, conteúdos da democracia. Democracia entendida e praticada como forma articulada de vida coletiva, plural e de vida cotidiana.

Ulysses anuncia que o homem e a cidadania guiarão os rumos dos trabalhos constituintes:

Após vinte e um anos de tormentosa espera, a Constituição há de ser código estruturador e trincheira reivindicatória do homem que se defenderá do Estado contra qualquer extrapolação de poder, e de multidões de homens e mulheres famintos,

despossuídos, analfabetos, vítimas da opressão social, que entrarão no Estado como credores de direitos aos bens e valores que dão conteúdo e vigência à cidadania.

Será a Constituição do homem, pelo homem e para o homem. A Constituição da mudança e não do "status quo", a Constituição do amanhã. A Constituição de novos dias, com novos direitos para novos homens. A Constituição da reforma. Mais do que lei será Direito, a justiça como supremo dever do Estado, não como guarda de privilégios, mas para arrasá-los em benefício da coletividade.

Que Deus permita e sustente a fé e a força do povo unido para que seja a Constituição da esperança.

Os romanos não tiveram Constituição escrita, mas possuíam nesta máxima o transunto como Lei Magna no lema e inspiração para as nações democráticas:

Salus populi, suprema lex est. E verdade histórica e social: a salvação do povo é a lei máxima.

O povo mudou. O Estado será mudado. É a fatalidade da nova Constituição. Ou muda pela evolução ou a violência será a parceira dessa transformação.

Exemplo raro nas lutas dos povos pela sua auto-afirmação, o Brasil chega à Constituinte pelo processo incruento doreformismo pactuado e não pela beligerância da ruptura.

Não há e nem haverá desvio de rota possível. A travessia tem o homem como destino. Serão, o homem, milhões dele, substituirão os partidos e os constituintes que os traírem, até pela rebelião.

Ou mudamos, ou seremos mudados.

E, em atitude política correta para com os membros do Congresso, compartilha com todos a vitória da convocação da Constituinte:

Testemunho que a convocação da Assembléia Nacional Constituinte uniu todas as representações partidárias no Congresso Nacional, inclusive a do PDS, que assim se tomaram merecedoras da confiança, do respeito e do reconhecimento nacionais.

Preclaro presidente, permita que confesse que há vinte e um anos, ao vento, à chuva, ao sol e ao luar dos caminhos continentais do Brasil, sonho com este dia.

Senhor, abençoe esse sonho para que não acabe em pesadelo! Aleluia, Senhor! Continue a guiar-nos para que cheguemos à Terra Prometida, aos homens livres das necessidades e da injustiça social. ³

Os trabalhos constituintes

O 1º de fevereiro de 1987 tem especial significado para o país. Foi neste dia que teve início a elaboração da Nova Constituição, que seria promulgada no ano seguinte. Na verdade, a Carta que estava em vigor, aprovada em 1967, havia sofrido diversas emendas, feitas de maneira autoritária pelo Regime Militar. E estava, também, defasada, pois nos seus quase 20 anos de vigência, não havia sido capaz de contemplar as profundas mudanças pelas quais o país passara.

O Congresso encarregado de escrever a nova Carta havia sido eleito em 1986, com poderes constituintes e a renovação dos parlamentares também havia sido grande. A eleição de 1986 trouxe a Brasília muitos novos deputados e senadores, representantes de grupos sociais emergentes, o que, segundo Ulysses, conferia ao Congresso nova legitimidade. Havia, também, muitas mulheres, o que fez, dessa, a maior bancada feminina da história parlamentar brasileira até aquela data.

A Constituinte que se iniciava em 1987 duraria 18 meses e seria a primeira do país a permitir a participação formal da população, através das emendas populares, que deviam ser apresentadas por pelos menos três entidades associativas e assinada por, no mínimo três mil eleitores.

Eleito para presidente da Assembléia Nacional Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães proferiu, no dia 2 de fevereiro de 1987 um de seus mais belos discursos. Intitulado “Os profetas do amanhã”, era uma verdadeira profissão de fé no trabalho constituinte:

(...) Rogo a Deus que meu ofício de coordenador isento da elaboração constituinte seja modelado na austeridade e na competência do exemplar republicano.

Sou-lhes muito obrigado por me trazerem, do povo brasileiro, esta nova tarefa. Irei cumpri-la, como tantas outras com que fui encarregado, com os haveres de minha experiência e o ânimo de todas as horas.

O homem público é o cidadão de tempo inteiro, de quem as circunstâncias exigem o sacrifício da liberdade pessoal, mas a quem o destino oferece a mais confortadora das recompensas: a de servir à nação em sua grandeza e projeção na eternidade.

A elaboração da nova Constituição teve início sob o manto da esperança, como ressaltara Ulysses:

Srs. constituintes, esta assembléia reúne-se sob um mandato imperativo: o de promover a grande mudança exigida pelo nosso povo. Ecoam nesta sala as reivindicações das ruas. A nação quer mudar, a nação deve mudar, a nação vai mudar!

(...) Estamos aqui para dar a essa vontade indomável o sacramento da lei. A Constituição deve ser – e será – o instrumento jurídico para o exercício da liberdade e da plena realização do homem brasileiro. Do homem brasileiro como ser concreto, e não do homem abstrato, ente imaginário que habita as estatísticas e os compêndios acadêmicos. Do homem homem, acossado pela miséria, que cumpre extinguir, e com toda a sua potencialidade interior, que deve receber o estímulo da sociedade, para realizar-se na alegria do fazer e na recompensa do bem-estar. O homem, qualquer homem, é portador do universo inteiro na irrepetível e singular experiência da vida. Por isso, de todos deviam ser os bens da natureza e a oportunidade de deixar, na memória do mundo, a marca de sua passagem, com a obra das mãos e da inteligência.

Toda a história política tem sido a da luta do homem para realizar, na terra, o grande ideal de igualdade e fraternidade. Vencer as injustiças sem violar a liberdade pode parecer programa para as sociedades da utopia, como tantos sonhadores escreveram, antes e depois de Morus, mas na realidade é um projeto inseparável da existência humana e que se cumpre a cada dia que passa.

Os momentos de despotismo, com todo o assanho dos tiranos, são eclípticos. Prevalece a incessante expedição da humanidade para a realização do reino de Deus entre os homens, conforme a grande esperança cristã.

Conduzir essa caminhada é tarefa da política. Sem esse ideal maior, a política desce de sua grandeza à superfície das disputas menores, do jogo ridículo do poder pessoal, da acanhada busca de glórias pálidas e efêmeras.

Por ter o PMDB como a maior bancada do Congresso Constituinte, Ulysses estava seguro de que seria possível aprovar as propostas reformadoras:

Senhores constituintes, a grande maioria desta Casa representa a incontável reivindicação de coragem reformadora, exposta na Campanha das Diretas. Ela resulta da primeira manifestação eleitoral ampla do nosso povo depois daquele movimento, excetuando-se as eleições municipais, de interesse localizado, que se deram em 1985.

(...) esta é a grande hora de nossa geração. Devemos ocupá-la com o grave sentimento do dever e a consciência de que seremos responsáveis, diante do futuro, pelo que decidimos aqui.

Temos, em nossas mãos, a soberania do povo. Ele nos confiou a tarefa de construir, com a lei, o Estado democrático, moderno, justo para todos os seus filhos. Um Estado que sirva ao homem e não um Estado que o submeta, em nome de projetos totalitários de grandeza. Para isso estamos aqui.

Haveremos de elaborar uma Constituição contemporânea do futuro, digna de nossa pátria e de nossa gente. Para isso, iremos vencer os desafios econômicos, políticos e sociais. Seremos os profetas do amanhã.⁴

As propostas do PMDB para a Constituição

Neste seu primeiro discurso como presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses ressaltou as propostas peemedebistas para a nova Constituição e, que, em sínteses, eram:

1 – Uma Constituição para a liberdade, para a justiça e para a soberania nacional. A ampla maioria de que dispomos nesta Casa constitui garantia bastante de que faremos. A liberdade não pode ser mero apelo da retórica política. Ela deve exercer-se dentro daqueles velhos princípios que impõem como único limite à liberdade de cada homem o mesmo direito à liberdade dos outros homens.

2 – A ação reguladora do Estado na atividade econômica: a livre iniciativa, necessária ao desenvolvimento do país, deverá exercer-se sem o sacrifício dos trabalhadores, e a riqueza não poderá acumular-se ao mesmo tempo em que aumentam a miséria e a fome em benefício dos privilegiados.

3 – A liberdade é também uma questão de justiça. Ela não pode continuar sendo, como as outras coisas, um bem de mercado. Em nossa sociedade injusta só pode ter liberdade aquele que dispõe de dinheiro para comprá-la.

4 – A justiça para os que trabalham deve começar pelo salário. Não existe no mundo de hoje, salvo em alguns países emergentes da África, sociedade que seja tão cruel com os trabalhadores.

5 – Salários justos exigem uma política que combine o desenvolvimento econômico com a estabilidade monetária. A inflação, sendo fonte de injustiça — uma vez que os assalariados são os mais indefesos diante dos seus efeitos perversos —, é também dela consequência.

6 – Todos os nossos problemas procedem da injustiça. O privilégio foi o estigma deixado pelas circunstâncias do povoamento e da colonização, e de sua perversidade não nos livraremos sem a mobilização da consciência nacional.

7 – O privilégio começa na posse da terra, no início repartida, pelos favores reais, entre as oligarquias imigradas. Essas mesmas oligarquias acostumaram-se ao trabalho escravo e dele não querem abrir mão. Como bem nos apontou mestre Afonso Arinos de Melo Franco, as senzalas do século passado estão hoje nas favelas. Nas favelas e nos subúrbios que amontoam os trabalhadores modernos, brancos, pretos, mestiços — mas todos legatários da condenação de servir e sofrer.

8 - Não é só a injustiça interna que dá origem aos nossos dramáticos desafios. É também a espoliação externa, com a insânia dos centros financeiros internacionais e os impostos que devemos recolher ao império, mediante a unilateral elevação das taxas de juros e a remessa ininterrupta de rendimentos. Trata-se da mais brutal valia internacional que nos é expropriada na transferência líquida de capitais.

9 – Não entendem os insensatos que somos, no Terceiro Mundo, também senzalas dos países mais poderosos, e que só seremos realmente livres do saque quando distribuirmos a renda pelo menos com equidade e, desta forma, dermos dignidade ao convívio social interno.

10 – A modernização autônoma da economia não pode continuar sendo impedida por uma estrutura social arcaica, que se amarra praticamente nas Ordenações Filipinas. Modernizar a economia é torná-la competitiva, com o emprego racional de todos os recursos disponíveis, a começar pelo solo.

11 – A terra não pode ser mera reserva de valor para os que especulam com o seu preço porque só nela os homens encontram a vida. Não podemos pensar em distribuí-la apenas. É nossa obrigação fazê-la produtiva. Sempre que o direito de propriedade se opuser ao interesse nacional, que prevaleça o interesse da nação. A propriedade é um dos mais antigos direitos do homem, e é em razão disso mesmo que a ética religiosa recomenda distribuí-la.

12 – Para sentir-se senhor de si mesmo, cada homem necessita de chão e teto, e a razão natural não admite que sobrem tetos e glebas a uns quando milhões e milhões de outros nascem e morrem entre paredes alheias ou ao relento.

13 – Não podemos pensar no liberalismo clássico, que deixa às livres forças do mercado o papel regulador de preços e salários, em uma época de economia internacionalizada e de cartéis poderosos. Se o governo deve intervir no processo econômico, que a sua ação busque a paz social. Ali, de onde se aumenta a consciência ética, deve impor-se o poder arbitral do Estado.

14 – Liberdade dos cidadãos e justiça nas relações econômicas entre patrões e empregados são condições indispensáveis ao fortalecimento das nações em seu convívio no mundo. Enganam-se os governos que aspiram ao respeito internacional, se lhes falta o respeito de seu povo.

15 – Quando as elites políticas pensam apenas na sobrevivência de seu poder oligárquico, colocam em risco a soberania nacional. A segurança será sempre precária onde houver o clamor dos oprimidos. Nenhum país será suficientemente poderoso, se poderosa não for a coesão entre os seus habitantes. Uma casa dividida não saberá opor-se com êxito ao assalto dos inimigos.

16 – Liberdade, soberania, justiça. Sobre estas idéias simples construíram-se as maiores nações da história. Elas serão o âmago da nossa razão comum no trabalho de dotar a nação de uma legítima Carta Política.

17 – Federação e democracia continuam sendo as reivindicações nacionais maiores e nossa Assembléia não poderá deixar estas questões ao relento. Elas devem ser enfrentadas com a coragem necessária. Incluo-me entre os que, como Carneiro da Cunha, consideram a autonomia federativa a base da unidade nacional. Esta autonomia reclama, em primeiro lugar, uma justa apropriação tributária. Só há unidade entre entidades de igual direito e não pode a União transformar-se, como se transformou, em poder isolado das realidades estaduais. A Federação, gopeada pelo Estado Novo, foi praticamente destruída nos recentes anos de arbítrio. Cumpre-nos restaurá-la em toda a sua plenitude, tornando realidade um ideal que nasceu com a própria independência.

18 – As tarefas da educação pública são a urgência de nossas preocupações. A cidadania começa no alfabeto. Não há um só exemplo de nação forte sem bom sistema de educação.

19 – É preciso modernizar a legislação econômica, de maneira a impedir a danosa especulação financeira pelos agentes privados, incentivar a iniciativa econômica individual, que não encontra espaço em um Estado cartorial, aliado das grandes corporações empresariais, e promover a modernização dos processos de produção, com o desenvolvimento de novas técnicas.

19 – Ao lado da educação — e dela inseparável —, exige-se uma política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico. Tanto quanto do capital — ou mais do que dele —, os povos necessitam do conhecimento sobre a natureza e dos meios de colocá-lo a serviço do seu bem-estar e

segurança. Não podemos submeter o nosso destino aos que buscam contê-lo, impedindo-nos de fabricar instrumentos modernos e de promover, com a nossa própria inteligência, o seu desenvolvimento”.

20 – Lutar contra a vergonha que são as altas taxas de mortalidade infantil e prestar efetiva assistência às famílias. Tais providências não podem ser vistas com o velho espírito do paternalismo, como se o Estado fosse instituição apenas dos ricos e exercesse a caridade em favor dos pobres. A assistência do Estado é um serviço que ele presta aos cidadãos e estes, quando dela necessitem, não devem suplicá-la, mas, sim, exigí-la, como um direito irrecusável.

21 – Construir estradas, abrir portos, desbravar sertões, escavar minas, plantar milhões e milhões de hectares — como tantos fizeram — aumenta o Produto Interno Bruto, mas não significa por si só estabelecer a independência ou garantir a soberania de um país. As estradas e os portos também podem ser construídos para favorecer o saque das riquezas nacionais. De nada adianta exportar milhões e milhões de toneladas de grãos se eles faltarem à mesa daqueles que os plantaram, colheram e transportaram até o mar.

22 – Fazer um país crescer é fazê-lo crescer dentro de si mesmo, é fazê-lo crescer em cada um de seus cidadãos. O que significa aumentar a produção, se ela estiver destinada a servir aos outros e não ao nosso próprio povo?

Os trabalhos do Congresso Constituinte se estenderam até outubro de 1988. Durante sua elaboração, o grupo majoritário foi o denominado “*Centro Democrático*”, também chamado de “*Centrão*”. Era formado por parcelas de parlamentares do PFL, PDS, PMDB e PTB. Também participavam parlamentares de partidos menores. O “*Centrão*” sofria forte influência do Executivo e, por suas idéias e convicções, representava as alas mais conservadoras da sociedade.

As conquistas da Constituição de 1988

A atuação do “*Centrão*” impediu avanços sociais importantes, e a Constituição de 1988 acabou não obtendo todos os avanços que o PMDB de Ulysses Guimarães desejava. Contudo, é inegável que muitas conquistas foram obtidas e que, a partir da nova Carta, um novo país nascia.

As principais conquistas da Constituição de 1988 foram a ampliação e o fortalecimento da garantia de direitos individuais e liberdades públicas. A partir de sua promulgação, ficou assegurada aos cidadãos total liberdade de pensamento, expressão e organização e foram criados instrumentos para que se defendessem de abusos de poder por parte do Estado. A censura nos meios de comunicação foi abolida e foram condenados o racismo, o terrorismo e o tráfico de drogas. A nova Carta garantiu, ainda, a toda população, o direito à saúde, à educação e à propriedade.

Outras conquistas:

- Manutenção da República Federativa: embora o regime presidencialista tenha sido mantido (e depois confirmado em plebiscito, em 1993), o Executivo passou a ter menos poderes em relação às constituições anteriores e os estados e municípios foram fortalecidos através de uma redistribuição de impostos;

- Independência entre os Três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário;

- Eleições diretas para todos os níveis;

- Voto aos analfabetos e aos jovens com mais de 16 anos e menos de 18 anos;

- Conquistas na área do trabalho: limite da jornada semanal a 44 horas; assistencialismo social, ampliando direitos do trabalhador, como licença maternidade de 120 dias e criação da licença paternidade.

A promulgação da Constituição de 1988

A Constituição promulgada em 1988 foi a sétima do país e a primeira pós governos militares. Tinha 245 artigos e 70 disposições transitórias. Está em vigor até os dias de hoje, embora tenham sido incorporadas inúmeras emendas constitucionais depois de sua promulgação. Na prática, muitos de seus dispositivos ainda dependem de regulamentação.

O envolvimento do **PMDB** com a convocação, elaboração e aprovação da nova Constituição está muito bem expressa nas palavras do presidente da Assembléia Nacional Constituinte, da Câmara dos Deputados e do PMDB, Ulysses Guimarães, que, em seu discurso na sessão solene da promulgação, no dia 5 de outubro de 1988, disse:

2 de fevereiro de 1987: Ecoam nesta sala as reivindicações das ruas. "A nação quer mudar, a nação deve mudar, a nação vai mudar". São as palavras constantes do discurso de posse como presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Hoje, 5 de outubro de 1988, no que tange à Constituição, a nação mudou.

A Constituição mudou na elaboração, mudou na definição dos poderes, mudou restaurando a Federação, mudou quando quer mudar o homem em cidadão e só é cidadão quem ganha justo e suficiente salário, lê e escreve, mora, tem hospital e remédio, lazer quando descansa.

Num país de 30.401.000 analfabetos, afrontosos 25% da população, cabe advertir: a cidadania começa com o alfabeto.

Chegamos! Esperamos a Constituição como o vigia espera a aurora.

Bem-aventurados os que chegam. Não nos desencaminhamos na longa marcha, não nos desmoralizamos capitulando ante pressões aliciadoras e comprometedoras, não desertamos, não caímos no caminho. Alguns a fatalidade derrubou: Virgílio Távora, Alair Ferreira, Fábio Lucena, Antônio Farias e Norberto Schawantes. Pronunciamos seus nomes queridos com saudade e orgulho: cumpriram com o seu dever.

A nação nos mandou executar um serviço. Nós o fizemos com amor, aplicação e sem medo.

A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa, ao admitir reforma.

Quanto a ela, discordar sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la nunca. Traidor da Constituição é traidor da pátria. Conhecemos o caminho maldito: rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio, o cemitério.

A persistência da Constituição é a sobrevivência da democracia.

Quando, após tantos anos de lutas e sacrifícios promulgamos o Estatuto do Homem, da Liberdade e da Democracia, bradamos por imposição de sua honra: temos ódio à ditadura. Ódio e nojo. Amaldiçoamos a tirania onde quer que ela desgrace homens e nações, principalmente na América Latina.

Assinalarei algumas marcas da Constituição que passará a comandar esta grande nação.

A primeira é a coragem. A coragem é a matéria-prima da civilização. Sem ela, o dever e as instituições perecem. Sem a coragem as demais virtudes sucumbem na hora do perigo. Sem ela não haveria a cruz nem os evangelhos.

A Assembléia Nacional Constituinte rompeu contra o establishment, investiu contra a inércia, desafiou tabus. Não ouviu o refrão saudosista do velho do Restelo, no genial canto de Camões. Suportou a ira e perigosa campanha mercenária dos que se atreveram na tentativa de aviltar legisladores em guardas de suas burras abarrotadas com ouro de seus privilégios e especulações.

Foi de audácia inovadora a arquitetura da Constituinte, recusando anteprojeto forâneo ou de elaboração interna.

O enorme esforço é dimensionado pelas 61.020 emendas, além de 122 emendas populares, algumas com mais de um milhão de assinaturas, que foram apresentadas, publicadas, distribuídas, relatadas e votadas no longo trajeto das subcomissões à redação final.

A participação foi também pela presença, pois diariamente cerca de dez mil postulantes franquearam, livremente, as onze estradas ao enorme complexo arquitetônico do Parlamento, na procura dos gabinetes, comissões, galeria e salões.

Há, portanto, representativo e oxigenado sopro de gente, de rua, de praça, de favela, de fábrica, de trabalhadores, de cozinheiras, de menores carentes, de índios, de posseiros, de empresários, de estudantes, de aposentados, de servidores civis e militares, atestando a contemporaneidade e autenticidade social do texto que ora passa a vigorar. Como o caramujo, guardará para sempre o gemido das ondas de sofrimento, esperança e reivindicações de onde proveio.

A Constituição é caracteristicamente o estatuto do homem. E sua marca de fábrica.

O inimigo mortal do homem é a miséria. Não há pior discriminação do que a miséria. O estado de direito consecutório da igualdade, não pode conviver com estado de miséria. Mais miserável do que os miseráveis é a sociedade que não acaba com a miséria.

Tipograficamente é hierarquizada a precedência e a preeminência do homem, colocando no umbral da Constituição e catalogando-lhe o número não superado, só no Artigo 5º, de 77 incisos e 104 dispositivos.

Não lhe bastou, porém, defendê-lo contra os abusos originários do Estado e de outras procedências. Introduziu o homem no Estado, fazendo-o credor de direitos e serviços, cobráveis inclusive com o mandado de injunção.

Tem substância popular e cristã o título que a consagra: "A Constituição Cidadã".

Vivenciando e originários dos estados e municípios, os constituintes haveriam de ser fiéis à Federação. Exemplarmente o foram.

No Brasil, desde o Império, o Estado ultraja a geografia. Espantoso despautério: o Estado contra o país, quando o país é a geografia, a base física da nação, portanto, do Estado.

É elementar: não existe Estado sem país nem país sem a geografia. Esta antinomia é fator de nosso atraso e de muitos de nossos problemas, pois somos um arquipélago social, econômico, ambiental e de costumes, não uma ilha.

A civilização e a grandeza do Brasil percorreram rotas centrífugas e não centrípetas.

Os bandeirantes não ficaram arranhando o litoral como caranguejos, na imagem

pitoresca, mas exata, de frei Vicente do Salvador. Cavalgaram os rios e marcharam para o oeste e para a história, na conquista de um Continente.

Foi também indômita vocação federativa que inspirou o gênio de Juscelino Kubitschek, que plantou Brasília longe do mar, no coração do sertão, como a capital da interiorização e da integração.

A Federação é a unidade na desigualdade, é a coesão pela autonomia das províncias. Comprimidas pelo centralismo, há o perigo de serem empurradas para a sucessão.

É a imandade entre as regiões. Para que não se rompa o elo, as mais prósperas devem colaborar com as menos desenvolvidas. Enquanto houver Norte e Nordeste fracos, não haverá na União estado forte, pois fraco é o Brasil.

As necessidades básicas do homem estão nos estados e nos municípios. Neles deve estar o dinheiro para atendê-las.

A Federação é a governabilidade. A governabilidade da nação passa pela governabilidade dos estados e dos municípios. O desgoverno, filho da penúria de recursos, acende a ira popular, que invade os paços municipais, arranca as grades dos palácios e acabará chegando à rampa do Palácio do Planalto.

A Constituição reabilitou a Federação ao alocar recursos ponderáveis às unidades regionais e locais, bem como a arbitrar competência tributária para lastrear-lhes a independência financeira.

Democracia é a vontade da lei, que é plural e igual para todos, e não a do príncipe, que é unipessoal e desigual para os favorecimentos e os privilégios.

Se a democracia é o governo da lei, não só ao elaborá-la, mas também para cumpri-la, são governo o Executivo e o Legislativo.

O Legislativo brasileiro investiu-se das competências dos parlamentares contemporâneos.

É axiomático que muitos têm maior probabilidade de acertar do que um só. O governo associativo e gregário é mais apto do que o solitário. Eis outro imperativo de governabilidade: a co-participação e a co-responsabilidade.

Cabe a indagação: instituiu-se no Brasil o tricameralismo ou fortaleceu-se o unicameralismo, com as numerosas e fundamentais atribuições cometidas ao Congresso Nacional? A resposta virá pela boca do povo. Faço votos para que essa regência trina prove bem.

Nós, os legisladores, ampliamos nossos deveres. Teremos de honrá-los. A nação repudia a preguiça, a negligência, a inépcia. Soma-se à nossa atividade ordinária, bastante dilatada, a edição de 56 leis complementares e 314 ordinárias. Não esqueçamos que, na ausência de lei complementar os cidadãos poderão ter o provimento suplementar pelo mandado de injunção.

A confiabilidade do Congresso Nacional permite que repita, pois tem pertinência,

o slogan: "Vamos votar, vamos votar", que integra o folclore de nossa prática constituinte, reproduzido até em horas de diversão e em programas humorísticos.

Tem significado de diagnóstico a Constituição ter alargado o exercício da democracia em participativa além de representativa. É o clarim da soberania popular e direta tocando no umbral da Constituição, para ordenar o avanço no campo das necessidades sociais.

O povo passou a ter a iniciativa de leis. Mais do que isso, o povo é o superlegislador, habilitado a rejeitar pelo referendo projetos aprovados pelo Parlamento.

A vida pública brasileira será também fiscalizada pelos cidadãos. Do presidente da República ao prefeito, do senador ao vereador.

A moral é o ceme da pátria.

A corrupção é o cupim da República. República suja pela corrupção impune tomba nas mãos de demagogos, que a pretexto de salvá-la a tiranizam.

Não roubar, não deixar roubar, pôr na cadeia quem roube, eis o primeiro mandamento da moral pública.

Pela Constituição, os cidadãos são poderosos e vigilantes agentes da fiscalização, através do mandado de segurança coletiva: do direito de receber informações dos órgãos públicos; da prerrogativa de petição aos poderes públicos, em defesa de direitos contra a ilegalidade ou abuso de poder; da obtenção de certidões para defesa de direitos; da ação popular, que pode ser proposta por qualquer cidadão, para anular ato lesivo ao patrimônio público, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico, isento de custas judiciais; da fiscalização das contas dos municípios por parte do contribuinte; podem peticionar, reclamar, representar ou apresentar queixas junto às comissões das Casas do Congresso Nacional; qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato são partes legítimas e poderão denunciar irregularidades ou legalidades perante o Tribunal de Contas da União, do Estado ou do Município. A gratuidade facilita a efetividade dessa fiscalização.

A exposição panorâmica da lei fundamental que hoje passa a reger a nação permite conceituá-la, sinoticamente, como a Constituição Cidadã, a Constituição Federativa, a Constituição Representativa e Participativa, a Constituição do Governo Síntese Executivo-Legislativo, a Constituição Fiscalizadora.

Não é a Constituição perfeita. Se fosse perfeita, seria irreformável. Ela própria, com humildade e realismo, admite ser emendada até por maioria mais acessível, dentro de cinco anos.

Não é a Constituição perfeita, mas será útil e pioneira e desbravadora. Será luz, ainda que de lamparina, na noite dos desgraçados. É caminhando que se abrem os caminhos. Ela vai caminhar e abri-los. Será redentor o que penetrar nos bolsões sujos, escuros e ignorados da miséria.

Recorde-se, alvissareiramente, que o Brasil é o quinto país a implantar o instituto moderno da seguridade, com a integração de ações relativas à saúde, à previdência

e à assistência social, assim como a universalidade dos benefícios para os que contribuam ou não, além de beneficiar onze milhões de aposentados, espoliados em seus proventos.

É consagrador o testemunho da ONU de que nenhuma outra Carta no mundo tenha dedicado mais espaço ao meio ambiente do que a que vamos promulgar.

Senhor presidente José Sarney: Vossa Excelência cumpriu exemplarmente o compromisso de Tancredo Neves, de Vossa Excelência e da Aliança Democrática ao convocar a Assembléia Nacional Constituinte. A emenda constitucional nº 26 teve origem em mensagem de seu governo, vinculando Vossa Excelência à efeméride que hoje a nação celebra.

Nossa homenagem ao presidente do Senado Humberto Lucena, atualmente na Constituinte pelo seu trabalho, seu talento e pela colaboração fraterna da Casa que representa.

Senhor ministro Rafael Mayer, presidente do Supremo Tribunal Federal. Saúdo o Poder Judiciário na pessoa austera e modelar de Vossa Excelência.

O imperativo de "Muda Brasil", desafio de nossa geração, não se processará sem o conseqüente "Muda Justiça", que se instrumentalizou na Carta Magna com a valiosa contribuição do poder chefiado por Vossa Excelência.

Registro a homogeneidade e o desempenho admirável e solidário de seus altos deveres, por parte dos dignos membros da Mesa Diretora, condôminos imprescindíveis de minha presidência.

O relator Bernardo Cabral foi capaz, flexível para o entendimento, mas irremovível nas posições de defesa dos interesses do país. O louvor da nação aplaudirá sua vida pública.

Os relatores adjuntos, José Fogaça, Konder Reis e Adolfo Oliveira, prestam colaboração unanimemente enaltecida.

O Brasil agradece pela minha voz a honrosa presença dos prestigiosos dignatários do Poder Legislativo do continente americano, de Portugal, da Espanha, de Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Príncipe e Cabo Verde.

Os senhores governadores de estado e presidentes das Assembléias Legislativas dão realce singular a esta solenidade histórica.

Os líderes foram o vestibular da Constituinte. Suas reuniões pela manhã e pela madrugada, com autores de emendas e interessados, disciplinaram, agilizaram e qualificaram as decisões do Plenário. Os anais guardarão seus nomes e sua benemérita feita.

Cumprimento as autoridades civis, eclesiásticas e militares, integrados estes com seus chefes na missão, que cumprem com decisão, de prestigiar a estabilidade democrática.

Nossas congratulações à imprensa, ao rádio e à televisão. Viram tudo, ouviram o

que quiseram, tiveram acesso desimpedido às dependências e documentos da Constituinte. Nosso reconhecimento tanto pela divulgação como pelas críticas, que documentam a absoluta liberdade de imprensa neste país.

Testemunho a coadjuvação diurna e esclarecida dos funcionários e assessores, abraçando-os nas pessoas de seus excepcionais chefes, Paulo Affonso Martins de Oliveira e Ademar Sabino.

Agora conversemos pela última vez, companheiras e companheiros contituíntes.

A atuação das mulheres nesta Casa foi de tal teor que, pela edificante força do exemplo, aumentará a representação feminina nas futuras eleições.

Agradeço aos constituintes a eleição como seu presidente e agradeço o convívio alegre, civilizado e motivador. Quanto a mim, cumpriu-se o magistério do filósofo: o segredo da felicidade é fazer do seu dever o seu prazer.

Todos os dias, quando divisava, na chegada ao Congresso, a concha côncava da Câmara rogando as bênçãos do céu e a convexa do Senado ouvindo as súplicas da terra, a alegria inundava meu coração. Era como ver a aurora, o mar, o canto do rio, ouvir os passarinhos.

Sentei-me ininterruptamente nove mil horas nesta cadeira, em 320 sessões, gerando até interpretações divertidas pela não saída para lugares biologicamente exigíveis. Somadas as sessões, foram 17 horas diárias de labor, também no gabinete e na residência, incluídos sábados, domingos e feriados.

Político, sou caçador de nuvens. Já fui caçado por tempestades. Uma delas, benfazeja, me colocou no topo desta montanha de sonho e de glória. Tive mais do que pedi, cheguei mais longe do que mereci. Que o bem que os constituintes me fizeram frutifique em paz, êxito e alegria para cada um deles.

Adeus, meus irmãos. É despedida definitiva, sem o desejo de reencontro.

Nosso desejo é o da nação: que este plenário não abrigue outra Assembléia Nacional Constituinte. Porque antes da Constituinte, a Ditadura já teria trancado as portas desta Casa.

Autoridades, constituintes, senhoras e senhores.

A sociedade sempre acaba vencendo, mesmo ante a inércia ou antagonismo do Estado.

O Estado era Tordesilhas. Rebeliada, a sociedade empurrou as fronteiras do Brasil, criando uma das maiores geografias do Universo.

O Estado, encarnado na metrópole, resignara-se ante a invasão holandesa no Nordeste. A sociedade restaurou nossa integridade territorial com a insurreição nativa de Tabocas e Guararapes, sob a liderança de André Vidal de Negreiros, Felipe Camarão e João Fernandes Vieira, que cunhou a frase da preeminência da sociedade sobre o Estado: "Desobedecer a El-Rei, para servir a El-Rei".

O Estado capitulou na entrega do Acre; a sociedade retomou-o com as foices, os machados e os punhos de Plácido de Castro e seus seringueiros.

O Estado autoritário prendeu e exilou a sociedade; com Teotônio Vilela, pela anistia, liberou e repatriou.

A sociedade foi Rubens Paiva, não os facínoras que o mataram.

Foi a sociedade, mobilizada nos colossais comícios das Diretas-Já, que pela transição e pela mudança derrotou o Estado usurpador.

Termino com as palavras com que comecei esta fala: A nação quer mudar. A nação deve mudar. A nação vai mudar!

A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade numo à mudança.

Que a promulgação seja nosso grito: Mudar para vencer!

Muda Brasil! ⁵

O PMDB e a Constituição de 88

O professor e jornalista Itamar de Oliveira, diretor da Fundação Ulysses Guimarães de Minas Gerais, em interessante e oportuno artigo ⁶ sobre a atuação do **PMDB** nos trabalhos constituintes de 1987/1988, enriquece esta edição:

O PMDB, assim como qualquer partido democrático, é formado por pessoas e grupos de indivíduos que se ligam por interesses políticos, econômicos, sociais e culturais. O PMDB, historicamente, foi uma grande família formada por três grandes correntes políticas oriundas do antigo MDB: os denominados autênticos, uma espécie de vanguarda idealista e ideológica, muito combativa; os chamados moderados, que souberam exercer, com maestria, a arte do diálogo dentro e fora do partido e os rotulados de conservadores, que cuidavam de avaliar os riscos de caminhar no fio da navalha do regime autoritário.

As três tendências estavam de acordo numa questão fundamental: a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte era o melhor caminho para reconstruir o regime democrático no Brasil, vinte e um anos após o Golpe Militar de 31 de Março de 1964.

A luta pela redemocratização do país era o ponto de convergência de todas as correntes do PMDB. Nas eleições de 1982, a oposição já havia conquistado dez dos vinte e três estados da Federação. Em São Paulo vencera Franco Montoro, do PMDB, no Rio de Janeiro, Leonel Brizola, do PDT, em Minas Gerais, Tancredo Neves, do

PMDB; na Bahia, Waldir Pires, do PMDB, em Pernambuco, Miguel Arraes, do PMDB, no Paraná, José Richa, do PMDB, em Goiás, Íris Rezende, do PMDB, no Amazonas, Gilberto Mestrinho do PMDB, no Pará, Jader Barbalho, também do PMDB. O PMDB se apresentava como partido político mais identificado com os anseios populares.

Em 1984, vinte anos após a instauração do Regime Militar, sob a inspiração do PMDB, o Brasil viveu um de seus momentos mais importantes em termos de participação popular com a campanha das Diretas-Já, que terminou com a derrota da emenda constitucional que propunha a restauração das eleições diretas para a escolha do presidente da República, pela pequena margem de 22 votos. Na esteira desta grande mobilização popular foi constituída uma frente política que permitiu a vitória de Tancredo Neves no colégio eleitoral, em 15 de janeiro de 1985.

A maior e a mais importante missão de Tancredo Neves e do PMDB era a redemocratização do país. E a principal bandeira do PMDB era a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Uma aspiração que unia o partido e a sociedade. Tanto que Tancredo Neves afirmava textualmente: "Assumo, diante do nosso povo, o compromisso de promover, com a força política que a Presidência da República confere a seu ocupante, a convocação de poder constituinte para, com a urgência necessária, discutir e aprovar nova Carta Constitucional".

As divergências surgiram no debate a respeito da natureza do processo de redemocratização. Os autênticos exigiam uma Constituinte exclusiva. Uma espécie de revolução dentro da revolução, com amplos poderes de uma assembléia popular eleita apenas para criar as instituições democráticas do país. Os moderados preconizavam a formação de uma Assembléia Nacional Constituinte integrada apenas pelos deputados e senadores eleitos no pleito de 15 de novembro 1986, cuja missão principal seria o ordenamento institucional do país. Os conservadores admitiam uma assembléia nacional constituinte congressual, composta por todos os deputados e senadores do Parlamento Nacional, inclusive os senadores biônicos.

Para o presidente Tancredo Neves, a Constituinte deveria cumprir um duplo objetivo: institucionalizar o regime, traçando os largos e generosos caminhos do futuro do país, que se reencontraria com seu destino democrático através do livre, prolongado e estimulante debate nacional e garantir um espaço de participação popular no processo de reconstrução das novas instituições de um edifício que o próprio Tancredo denominou Nova República.

O arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, que tinha uma grande fé na Assembléia Nacional Constituinte, profeticamente iluminando o futuro dizia: "Esta é uma oportunidade que o Brasil vai ter e de uma beleza imensa. Mas não adianta belos textos e que à margem da Constituição cheguemos a declarações belíssimas que pouco significam. Não podemos perder esta oportunidade histórica de garantir, através da Constituição, valores e conquistas de todos os homens de boa vontade. Temos de garantir a prevalência do trabalho sobre o capital, do ser sobre o ter, do homem sobre o dinheiro e o lucro".

Nas eleições de 1986 a bancada federal do PMDB tornou-se hegemônica no

Parlamento Brasileiro. O partido elegeu 38 senadores e 260 deputados federais. Os eleitores atribuíram ao PMDB a tarefa de conduzir o processo de redemocratização. Os regimentos da Câmara e do Senado garantiam ao partido majoritário as condições técnicas e políticas para comandar a Assembléia Nacional Constituinte.

Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB, tornou-se presidente da Câmara dos Deputados e da Assembléia Nacional Constituinte. Mário Covas foi escolhido para a liderança do PMDB na Constituinte e Bernardo Cabral tornou-se o relator da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte.

Era preciso ouvir e dar voz à sociedade.

Havia um clima de embate contra o regime autoritário. Havia também uma luta ideológica em curso na sociedade brasileira. O embate entre o capitalismo e o socialismo era o pano de fundo de uma luta ideológica que os veículos de comunicação repercutiam com intensidade.

"Chegou a hora do voto ideológico. O Brasil precisa se definir. Ou professamos o neo-capitalismo, com suas virtudes e defeitos, ou vamos caminhar para o socialismo, talvez tropical", alertava o então presidente da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais, Antônio Ernesto de Salvo, falando em nome dos fazendeiros e empresários rurais brasileiros.

"Falta ideologia aos partidos políticos. A postura dos partidos e dos parlamentares, com raríssimas exceções, tem sido a de segurar o poder a qualquer preço. O crescimento do Partido dos Trabalhadores se deu muito mais pelo descrédito dos demais partidos junto à população. O PT é oposição, não é poder e mantém sua coerência, procura ser fiel aos princípios e programas do partido. Falo com isenção porque não sou PT, mas admito a hipótese, a persistirem os atuais rumos da política brasileira, de ter o PT como opção e caminho político", advertia o Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, André Montalvão da Silva.

"A democracia no Brasil, extremamente frágil, tem uma postura excludente em relação às classes populares que freqüentemente têm sido manipuladas pelas elites dominantes no sentido de seus interesses. Isso torna a Assembléia Nacional Constituinte um instrumento mais a serviço das oligarquias do que das classes populares", era o pensamento do então deputado federal constituinte Célio de Castro, eleito pelo PMDB com o apoio do Partido Comunista do Brasil, PC do B.

"Ou o povo brasileiro participa da Constituinte, dizendo o que ele quer como povo, ou então teremos uma Constituinte deficiente", falava em nome da Igreja Católica o então arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, Dom Serafim Fernandes de Araújo.

"Quem nasceu e cresceu neste universo criado pelo capitalismo selvagem terá muitas dificuldades para romper as malhas da dominação política e ideológica que não foi enfrentada com seriedade pelos que assumiram o poder", assinalava o então deputado federal constituinte pelo Partido dos Trabalhadores, João Paulo Pires de Vasconcelos.

"Teremos dificuldades para defender nossas camadas assalariadas, cada vez mais desprotegidas. Temos de nos unir na defesa do setor estatal de nossa economia, que se tornou alvo permanente da ganância dos interesses internacionais", preconizava o então presidente do Diretório Estadual do PDT de Minas Gerais, José Maria Rabelo, companheiro de Leonel Brizola e dos herdeiros políticos do trabalhismo de Getúlio Vargas.

"Não é possível construir a democracia com a população desorganizada, com cada um em seu canto. Precisamos abrir espaço para que todos se organizem e possam dar ao Brasil a Constituição que seja o alicerce da pátria brasileira", propunha o então senador constituinte mineiro Ronan Tito de Almeida.

Outro mineiro ilustre, companheiro de Ulysses Guimarães na luta pela redemocratização do país, o moderado e equilibrado Tancredo de Almeida Neves, antes de completar uma caminhada interrompida rumo à Presidência da República, havia pensado em construir um alicerce sólido para a democracia brasileira. Com base na vivência e na experiência de superar crises, através do diálogo, deixara esboçada a formação de uma Comissão de Estudos Constitucionais, para subsidiar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

A idéia de Tancredo Neves vinha da experiência da discussão constituinte de 1946, quando o Brasil havia transitado do regime autoritário do Estado Novo para o regime democrático que durou até março de 1964. Tancredo Neves pensou em formar um grupo de trabalho integrado por aproximadamente 37 pessoas, para construir um roteiro que pudesse servir para antecipar a discussão popular da Assembléia Nacional Constituinte.

Com a morte de Tancredo Neves e a posse de José Sarney na Presidência da República, nem todos os nomes escolhidos pelo ex-governador de Minas Gerais fizeram parte da Comissão que acabou integrada por cinquenta membros. O jurista Afonso Arinos de Melo Franco foi escolhido para a Presidência e o jornalista Mauro Santayana para Secretário-Executivo da Comissão, cujo Secretário-Geral foi Ney Prado.

Por iniciativa do presidente Afonso Arinos, foram formados comitês regionais. Brasília ficou sob a responsabilidade do Ministro da Justiça Paulo Brossard; Recife sob a coordenação de Josaphat Marinho; Belo Horizonte, sob a coordenação do professor Raul Machado Horta; Rio de Janeiro, coordenação de Evaristo de Moraes Filho; São Paulo, sob a presidência de Miguel Reale.

A Comissão incorporou juristas, políticos e lideranças do porte de Mário Martins, Orlando Magalhães, Célio Borja, Cândido Mendes, Cláudio Lacombe, Eduardo Portella, José Sepúlveda Pertence, Barbosa Lima Sobrinho. A revisão final foi feita pelo filólogo Celso Cunha e o trabalho entregue ao presidente José Sarney no dia 18 de setembro de 1986.

Havia um clima de desconfiança com relação ao trabalho da Comissão de Estudos Constitucionais. Reinava um temor generalizado de que os juristas estariam

divorciados dos anseios populares e que as elites, mais uma vez, se articulavam para barrar a participação popular no processo de reconstrução das instituições nacionais. A opinião pública chamou de "Comissão de Notáveis", os constitucionalistas, advogados, empresários, professores universitários, intelectuais, líderes sindicais e profissionais que integraram a Comissão de Estudos Constitucionais.

O deputado federal eleito pelo PMDB em 1982, Flávio Bierrenbach, relator da emenda que convocou a Assembléia Nacional Constituinte e autor da proposta de um plebiscito para assegurar a participação popular na Constituinte, reconheceu que o trabalho da Comissão de Estudos Constitucionais foi até melhor que o esperado, porque permitiu que o Congresso Constituinte recebesse um ponto de partida para construir sua própria pauta de trabalho.

Havia na sociedade uma manifesta repulsa ao regime autoritário. Na Carta aos Brasileiros, datada de 11 de agosto de 1977, em homenagem ao sesquicentenário de instituição dos cursos de Direito no país, o professor Goffredo Telles Júnior, coordenador do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, dizia com todas as letras: "Sustentamos que uma nação em desenvolvimento é uma nação em que o povo pode se manifestar e fazer sentir a sua vontade. É uma nação com organização popular, com comunidades estruturadas, com sindicatos autônomos, com centros de estudo e debate, com partidos autênticos, com veículos de livre informação. É uma nação em que se acham abertos os amplos canais de comunicação entre a sociedade civil e os responsáveis pelos destinos do país. Sustentamos que um Estado será tanto mais evoluído quanto a ordem reinante consagre e garanta os anseios profundos da população. O que queremos, afinal, é uma coisa só: uma Assembléia Constituinte eleita por nós".

Afonso Arinos de Melo Franco acreditava que, pela primeira vez, a convocação da Constituinte estava adequada ao ambiente sócio-histórico da época. Grandes parcelas da população, na esteira das mobilizações anteriores, passaram a influir no processo com seus sentimentos, pressões e esperanças. Arinos lembrava, ainda, que o diferencial era o fato de que a Constituinte fora convocada sob a égide de um regime democrático e não de regimes autoritários, como era da tradição política brasileira, para dar voz e vez à sociedade.

O presidente da Comissão de Estudos Constitucionais, na época, fez uma observação muito importante: "Há um certo mito em torno da Constituição". Como se fosse possível um documento constitucional conter e atender a todas as esperanças do povo. Nenhum documento, em nenhum país do mundo, conteve todas as aspirações nacionais. A Constituição é uma soma de preceitos relativos aos deveres do Estado para com a sociedade. Caso contrário, seria uma enciclopédia e não uma Constituição.

O então senador pelo PMDB de São Paulo, Fernando Henrique Cardoso, antecipando uma visão de futuro, assinalava que a eleição dos constituintes em 15 de novembro de 1986 colocaria em luta aberta o Brasil arcaico e o Brasil moderno e, como juiz da partida, atuaria o povo. O sociólogo assinalava que fora na crista do

Brasil moderno que Tancredo Neves pilotara sua prancha conciliatória.

No Brasil contemporâneo, pontificava o futuro surfista da onda neoliberal, não existe luta entre esquerda e direita. Existe mesmo é a questão de se saber se o Brasil vai ou não assumir a modernidade. Vai ganhar esta luta quem for capaz de formular. Se os formuladores de nossa modernização vierem com um discurso radical para a esquerda ou para a direita, será um desastre.

Todas as correntes do PMDB ingressaram na Constituinte preocupadas com a reorganização das estruturas democráticas. Com Ulysses marcharam os autênticos. Com Sarney caminharam os moderados e conservadores e com Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso navegaram os criadores da social democracia liberal brasileira.

Ulysses Guimarães foi o grande comandante da nau constituinte. A idéia de participação popular impulsionava a grande viagem que havia unido o povo e seu partido mais combativo. Eis a bússola do instituidor da cidadania participativa no Brasil contemporâneo: "Queremos uma Constituição andarilha". Que não fique estacionada em Brasília ou depositada nas estantes. Uma Constituição que pertença à sua casa, como a mobília e demais utensílios. Fonte de salários decentes, de escolas, de segurança, de previdência. Que declare guerra à miséria, ao analfabetismo, à discriminação contra minoria e a maioria dos sacrificados.

Com a Constituição não se consegue tudo, mas sem a Constituição, não se consegue nada. Uma Constituição há de ser julgada pelo que dá, mas também pelo que evita. A Constituição está andando. Participe dessa caminhada histórica. Todos juntos. "A Constituição será de todos, todos têm que colaborar", proclamava o presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães no dia 18 de julho de 1987, quando terminava a primeira etapa do processo constituinte.

Após intensos debates, ao longo de quatro meses e meio, os anteprojetos das Comissões Temáticas, muitos sem consenso, eram encaminhados para a Comissão de Sistematização, presidida por Afonso Arinos de Melo Franco e cujo relator era o deputado federal Bernardo Cabral, do PMDB do Amazonas.

Em cada Comissão havia uma voz peenedebista para impulsionar os trabalhos. Na Comissão da Ordem Econômica, onde se travava uma luta muito dura em favor dos interesses nacionais, o PMDB se fazia presente através do senador Severo Gomes, um dos mais próximos colaboradores do presidente Ulysses Guimarães. Na Comissão do Sistema Tributário, o representante do PMDB era o deputado José Serra, colaborador próximo do então governador Franco Montoro, do PMDB de São Paulo.

Na Comissão da Ordem Social, quem se destacou foi o senador do PMDB do Pará, Almir Gabriel. A Comissão da Ordem Social assegurava a estabilidade dos trabalhadores a partir de 90 dias no emprego, reduzia a jornada semanal de trabalho para 40 horas, garantia a liberdade sindical e colocava o Brasil no caminho da social-democracia que imperava nos países desenvolvidos do Hemisfério Norte.

Na Comissão de Organização do Estado, nosso principal líder foi o relator José

Richa, do PMDB do Paraná. Na Comissão de Organização do Poder e Sistema de Governo, contamos com o trabalho operoso do relator Egídio Ferreira Lima, do PMDB de Pernambuco. Na Comissão de Organização Eleitoral, foi aprovado o trabalho do relator Prisco Viana, do PMDB da Bahia. Na Comissão de Soberania e de Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, também foi aprovado o texto elaborado pelo relator José Paulo Bisol, do PMDB do Rio Grande do Sul. Os trabalhos da Comissão da família, Educação, Cultura, Esportes, Ciência, Tecnologia e Comunicação, foram relatados pelo peemedebista do Rio de Janeiro, Artur da Távola.

Em cada comissão foi travada uma luta com muitas conseqüências para a reconstrução das instituições democráticas. Os embates mais fortes aconteceram na Comissão da Ordem Econômica, na Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo e na Comissão da Família, Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia e Comunicação.

Nessa última, uma agenda de consenso foi muito problemática em cada um de seus setores. Na educação, na cultura, no esporte e na comunicação, os debates entre correntes diversas e adversas fazem parte do cotidiano. A tentativa de construir uma base jurídica e política comum para um universo tão fragmentado foi rejeitada.

Na Comissão da Ordem Econômica foi travada uma luta, também histórica, entre defensores de uma ordem econômica voltada para os interesses nacionais e os adeptos de um sistema econômico integrado aos mercados internacionais. Na Comissão do Sistema Tributário, aconteceu a mesma batalha, com fortes nuances ideológicas, entre defensores de um sistema tributário centralizador e os adeptos de um sistema tributário descentralizado.

Na Comissão de Organização do Poder e de Sistema de Governo ocorreu a disputa política que mais influenciou os rumos da Constituinte.

Depois de 11 dias de trabalho, com a ajuda dos sub relatores Vivaldo Barbosa, do PDT, do Rio de Janeiro; Renato Viana, do PMDB de Santa Catarina; Antônio Carlos Konder Reis, do PDS de Santa Catarina; Joaquim Bevilacqua, do PTB de São Paulo; Virgílio Távora, do PDS, do Ceará; Nelson Gibson, do PMDB de Pernambuco; de Sandra Cavalcanti, do PFL, do Rio de Janeiro e de Adolfo Oliveira, do PL do Rio de Janeiro, o presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos de Melo Franco e o relator Bernardo Cabral apresentaram o primeiro esboço da Constituição para ser debatido e votado na Assembléia Nacional Constituinte.

A nova carta na mesa não agradava ao presidente José Sarney e seus liderados. O trabalho, acompanhado pela sociedade, era um calhamaço com 501 artigos detalhando todos os aspectos da vida nacional. A nova carta rompia com a tradição presidencialista e apontava para um parlamentarismo mitigado. Uma vitória dos parlamentaristas convictos, dos que tinham a eleição de Leonel Brizola à Presidência da República e dos opositores a Sarney.

O presidente José Sarney não queria ter um Primeiro-Ministro por perto. Havia

ainda a questão da duração do mandato. Sarney argumentava que tinha direito a seis anos de governo. Seus desafetos queriam encurtar-lhe o mandato para quatro anos. Os constituintes atribuíram ao substituto de Tancredo Neves um mandato de cinco anos, com data para espirar em 15 de março de 1990.

No dia 17 de julho, em clima de grande participação popular, a nova carta foi apresentada para a coleta de emendas populares que seriam incorporadas ao anteprojeto de Constituição. A Constituinte andarilha de Ulysses Guimarães e do PMDB estava caminhando com a população brasileira.

As emendas populares foram acolhidas. O Congresso Nacional era um espaço aberto para todos os brasileiros. Brasília tomava-se, de verdade a capital da esperança. Uma romaria cívica que levou aos constituintes todo tipo de sugestão sobre questões de previdência social, aposentadoria, moradia e reforma agrária, dentre outros temas considerados polêmicos. Cerca de 30 mil pessoas se mobilizaram para colher assinaturas e levar alguma proposta para os parlamentares.

O dr. Ulysses, no início, queria uma carta constitucional sintética. E argumentava poeticamente: "Andaime não é casa. Larva não é borboleta. Devemos criar o ambiente para que a larva rompa o casulo das divergências políticas e ideológicas para se colocar à luz e atingir o clímax de sua mutação".

Mas, naquele tempo, havia uma pedra no caminho. A condução da transição estava nas mãos de José Sarney. O PMDB, em Convenção Nacional, discutiu a possibilidade de afastar-se do Governo Sarney, que buscava se fortalecer junto aos moderados e conservadores, que aceitavam, de muito bom grado, as concessões de rádio e TV outorgadas pelo chefe do Executivo.

O clima de antagonismo era muito evidente. O líder do PMDB na Constituinte, deputado Mário Covas, apresentou uma emenda em favor de eleições presidenciais em 1988.

O ex-senador Ronan Tito, dando um balanço daqueles tempos de intensa mobilização da sociedade, recorda que o processo Constituinte, ocorrido logo após a queda do Regime Militar, levou a maioria dos constituintes a pretender conceder todos os benefícios que o Regime Militar havia negado aos brasileiros.

- Passamos, então, a detalhar muito, o que não deve ser próprio das Constituições, como também colocar na Constituição, de maneira pomenorizada, muita coisa que deveria ser deixada para a legislação ordinária, no máximo para leis complementares.

Começamos inovando inclusive na concepção de como fazê-la.

Normalmente parte-se de um livro e, para isto, o presidente eleito pelo Colégio Eleitoral, Tancredo Neves, criou uma comissão de notáveis, convidando para essa tarefa, homens de largo saber e várias tendências políticas. O congresso constituinte rebelou-se contra esta comissão e quis começar o processo do zero.

Foram criadas comissões, e eu escolhi participar da comissão da Ordem Social.

Na ocasião, foi eleito para líder da constituinte o senador Mário Covas, que disputara o cargo com o deputado Luiz Henrique da Silveira. A disputa se deu dentro do PMDB, que era partido amplamente majoritário. A condução da preparação dos projetos a serem votados pelos constituintes se deu em uma grande mesa com a presença de todos os partidos. E, penso que aí começou um grande equívoco, pois, cada líder tinha um voto; exemplo, o Pc do B, que tinha três deputados, tinha direito a um voto. O líder do PMDB, bancada com 313 parlamentares, tinha geralmente um voto. O relator, deputado Bernardo Cabral, fazia o encaminhamento e o deputado Ulysses Guimarães, presidente, colocava em votação. Logo depois, a comissão de sistematização trabalhou para alinhar a colcha de retalhos, pois tínhamos algumas grandes discrepâncias, como, por exemplo, entre a Comissão de Ordem Social e a Comissão de Economia. A Comissão de Sistematização teve um trabalho de engenharia política e de grande habilidade.

Isto posto, fomos para grande mesa de preparação e, como disse anteriormente, os partidos de esquerda levaram grande vantagem. Só para recapitular, tínhamos à esquerda, PCB, Pc do B, PT, PDT, PSB e todos, num alpinismo heróico, disputando quem colocava mais direitos para o cidadão. Foi mais ou menos ao fim do primeiro turno de votação que surgiu o Centrão como reação à esquerdização da Constituinte.

Outro fato que deve ser lembrado foi o pronunciamento feito em cadeia de rádio e televisão pelo presidente Sarney afirmando que a nova Constituição tornava o país ingovernável.

A reação do Plenário foi imediata e alguns constituintes consideraram a atitude do presidente como intromissão indevida no processo constituinte, que era atribuição dos parlamentares. As empresas, especialmente as multinacionais, fizeram veicular pela TV um filmete de 08" que reforçava os argumentos do presidente Sarney. Foi a gasolina no fogo.

Veio o dia da aprovação em primeiro turno, quando o dr. Ulysses fez um discurso de afirmação do Congresso, um pronunciamento dando recados diretos para todos os segmentos da sociedade. Foram 12 minutos de uma magistral aula de pedagogia política. Em seguida, dr. Ulysses colocou o texto Constitucional em votação no primeiro turno. A matéria foi aprovada por ampla maioria.

Um dos temas que mais interessava aos constituintes era a discussão da forma de governo: Presidencialismo ou Parlamentarismo. Chegamos a fazer uma pesquisa entre os participantes e concluímos que o parlamentarismo era majoritário, com mais 60% dos votantes. Mas, o dr. Ulysses Guimarães, sabendo que o presidente Sarney era favorável ao Presidencialismo e tendo a influência do Poder Executivo, através de seus ministros, nos convidou para uma reunião com o presidente da República. Depois de alguns argumentos colocados parte a parte, Sarney assinalou que, pela Constituição vigente na época, ele tinha direito a seis anos de governo, mas estaria disposto a abrir mão de um ano e, em troca, apoiaria, com sua bancada, o Parlamentarismo.

Voltamos ao líder, senador Mário Covas, com entusiasmo, a fim de colocar para

ele o acordo esboçado, e pensávamos à época que também o líder se daria por satisfeito, visto que também era parlamentarista. Mas, o senador líder respondeu-nos que, "para o Sarney só dou quatro anos" e, a cada argumento nosso, respondia apenas: "para o Sarney só dou quatro anos".

Após algumas votações, o líder foi para a tribuna, fez um discurso bombástico terminando com: "ao Sarney quatro anos". Os ministros do presidente Sarney entraram no plenário e jogaram pesado, com promessas e ameaças. A votação aconteceu. Sarney ganhou cinco anos e o Presidencialismo também foi aprovado.

Vale recordar que a Constituinte se encaminhava para o Parlamentarismo, só na votação para o sistema de governo é que se votou Presidencialismo. Lembro, como decorrência desta anomalia, que medida provisória no Parlamentarismo é usada com parcimônia, pois, se derrotada pelo Plenário, o gabinete cai.

Agora, prossegue Ronan Tito, estamos vivendo "a ditadura da medida provisória", que vige a partir da data da leitura em Plenário e ou publicação. Com isso o Congresso ficou enfraquecido e o presidente legisla por medidas provisórias.

Algumas frustrações que passo a enumerar:

Em primeiro lugar, é ver cravado na Constituição o direito adquirido, pois, continuo entendendo que o seu lugar é na introdução do Código Civil. Isso posto, na verdade qualquer modificação, ainda que seja necessária na Constituição, pode ser barrada pela simples inversão do artigo 5º inciso XXXVI.

Apresentei, por sugestão de um professor universitário de Minas Gerais, a emenda que foi incluída nas disposições transitórias, artigo terceiro, que ficou assim redigida: "A revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral". Apresentei a emenda primeiro no 1º turno e foi rejeitada "in limine", sob o pretexto de que as Constituições são feitas para durar.

No segundo turno o relator, sentindo a necessidade da emenda, buscou, inclusive, outra semelhante do deputado Joaquim Beviláqua, a fim de compatibilizá-las.

Estando já se aproximando o fim da votação do segundo turno e tendo sido compatibilizadas as duas emendas, nos socorremos do Prof. Celso Cunha, professor de lingüística, para que, após cinco anos, tivéssemos mesmo que revisá-la.

Interessante lembrar que o PT, por decisão de sua cúpula, se negava a assinar a Constituição e foi só com empenho e argumentação do dr. Ulysses e de todos os outros líderes, que a cúpula do PT liberou seus liderados para assiná-la. Quando venceu os cinco anos, o PT liderou, para agrado do presidente já eleito, Fernando Henrique, boicote à revisão.

Vale lembrar que quem dirigiu a sessão de revisão foi o deputado Nelson Jobim que, de acordo com o presidente Fernando Henrique Cardoso, a conduziu de maneira a não modificar nada. O presidente Fernando Henrique fez as emendas que

considerou oportunas e de conveniência.

Assim, com o PT, liderando a esquerda e com o presidente eleito com seus aliados não permitindo a revisão, o que assistimos foi a uma revisão aleatória e de ocasião.

Mas, de toda maneira, devo confessar que hoje me sinto envaidecido de ter participado ativamente do processo constituinte, e de muita coisa positiva, participei e com empenho.

Sem dúvida nenhuma, Ulysses Guimarães foi a grande figura do processo. Entreteendo bom humor com grande autoridade, conduziu a votação como um grande maestro conduz uma orquestra sinfônica.

Bernardo Cabral foi um relator correto e hábil.

Mário Covas, com bons discursos e encaminhamentos corretos, foi um grande tribuno.

No plenário tivemos bons debatedores à direita e à esquerda.

Ressalto, pela esquerda, os deputados Roberto Freire, Oswaldo Lima Filho, José Genoíno e Miro Teixeira, entre outros.

Pela direita e centro, vale registrar o trabalho de Fernando Henrique Cardoso, Afonso Arinos, Alceni Guerra, José Lins, José Lourenço, Sandra Cavalcante, José Costa e muitos, muitos outros.

Ao fim, dr. Ulysses, de pé, balança a nossa grande Constituição, chamando-a de Constituição Coragem e com voz tonitroante, bradou:

"O homem é o problema da sociedade brasileira: sem salário, analfabeto, sem saúde, sem casa, portanto sem cidadania.

A Constituição luta contra os bolsões da miséria que envergonham o país.

Diferentemente das sete Constituições anteriores, esta começa com o homem.

Graficamente testemunha a primazia do homem, que foi escrita para o homem, que o homem é o seu fim e sua esperança. É a Constituição Cidadã.

Cidadão é o que ganha, come, sabe, mora, pode se curar.

A Constituição nasce do parto de profunda crise que abala as instituições e convulsiona a sociedade.

Por isso mobiliza, entre outras, novas forças para o exercício do governo e a administração dos impasses. O governo será praticado pelo executivo e o legislativo.

Eis a inovação da Constituição de 1988: dividir competências para vencer as dificuldades, contra a ingovernabilidade concentrada em um, possibilita a governabilidade de muitos.

É a Constituinte Coragem.

Andou, imaginou, inovou, ousou, ouviu, viu, destroçou tabus, tomou partido dos que só se salvam pela lei.

A Constituição durará com a democracia e só com a democracia sobrevivem para o povo a dignidade, a liberdade e a justiça.

A luta de Ulysses Guimarães para remover o denominado "entulho autoritário" foi muito grande. Já que era impossível separar o joio do trigo, num processo de transição negociada, era necessário criar instituições e descortinar novos horizontes para a juventude. Assim foi aprovado o voto aos 16 anos, o voto dos militares que se tornaram elegíveis, o direito de greve foi plenamente assegurado, foi aprovada a licença maternidade de 120 dias e a licença paternidade de oito dias, além da gratificação salarial de um terço durante as férias para todos os trabalhadores brasileiros.

A reeleição do presidente da República foi rejeitada por 270 votos contra 201 e 13 abstenções. A Emenda Humberto Lucena, que manteve o Presidencialismo, obteve 344 votos contra 212 obtidos pelos defensores do Parlamentarismo. Apenas três parlamentares se abstiveram de votar.

Os constituintes do PMDB se destacaram em todas as frentes de reconstrução das instituições democráticas. O senador Pompeu de Souza, do PMDB do Distrito Federal, um dos jornalistas mais comprometidos com as lutas democráticas, colocou no texto constitucional a liberdade e o direito à informação como um dos pilares da nova ordem em discussão.

O senador João Calmon, do PMDB do Espírito Santo, com apoio da sociedade civil, transformou o compromisso com a educação em norma constitucional amparada por recursos públicos de 18 % no plano nacional e de 25 % nos âmbitos estadual e municipal.

O PMDB, liderado por Ulysses Guimarães, foi o grande instrumento de reconstrução do Estado Democrático de Direito no Brasil. Além de Ulysses Guimarães, outras grandes lideranças do PMDB souberam colocar o interesse nacional acima dos interesses partidários. "Nenhum partido, por mais numeroso, tem o direito de impor sua concepção na feitura do pacto constitucional: mais do que qualquer lei, a Constituição deve ser obra de todos, sem exclusivismos e sem exasperações", sentenciava o ministro da Justiça Paulo Brossard em seu discurso de posse, no dia 14 de fevereiro de 1986.

Assim foi a luta do maior partido político brasileiro na Assembléia Nacional Constituinte.

Notas

- ¹ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Comentários à Constituição de 1967, com emenda nº 1, de 1969. São Paulo, Editora Forense, 1970.
- ² A Convenção Nacional Extraordinária foi presidida pelo deputado Ulysses Guimarães e realizada no dia 19 de julho de 1987, no Auditório Petrônio Portela, em Brasília.
- ³ Diário do Congresso Nacional, edição de 28 de novembro de 1985, pág. 2507.
- ⁴ Diário do Congresso Nacional (I). Edição de 3 de fevereiro de 1987. pág. 123
- ⁵ Discurso pronunciado em 05 de outubro de 1988, na cerimônia de promulgação da nova Constituição do Brasil.
- ⁶ Na elaboração do artigo "O PMDB e a Constituição de 1988", o professor Itamar José de Oliveira utilizou a seguinte bibliografia:
 - Amorim, Edgard. "Constituinte e Constituição". Conselho de Extensão da UFMF. Belo Horizonte, 1986.
 - Bierenbach, Flávio. "Quem Tem Medo da Constituinte". Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986.
 - Brossard, Paulo. "Ninguém Anda Só". Brasília, Ministério da Justiça, 1986.
 - Campos, Benedicto de. "A Questão da Constituinte". Editora Alfa-Omega. São Paulo, 1985
 - Duarte Pereira, Osry. "Nova República: Constituição Nova". Editora Philobiblion, Rio de Janeiro, 1985.
 - Ribeiro, José Augusto. "De Tiradentes a Tancredo". Editora Semente, Rio de Janeiro, 1987.
 - Oliveira, Itamar. "Constituinte: Mineiros em Busca de Equilíbrio". Editora O Lutador, Belo Horizonte, 1987.

Capítulo 12

A democracia, neste início de milênio, contida nos limites da globalização capitalista, é mais que o regime das liberdades e de controles sociais para os governantes. Ela tem oportunizado o avanço desmedido da corrupção em todos os níveis e em todas as partes. Lamentavelmente, os controladores do “Império” global não têm podido impedir o descalabro, pelo contrário, constituem-se em manipuladores para sustentar o poder.

Oportuna e lúcida é a advertência de Michael Hardt e Antonio Negri, no livro *Império*, obra indispensável à vida pública, às pessoas e aos partidos políticos, neste início de século XXI.

No Império, a corrupção está em toda parte. É a pedra angular e a chave mestra da dominação. Reside em diferentes formas no governo supremo do Império e em suas administrações vassalas, nas mais refinadas e nas mais podres forças policiais administrativas, nos lobbies das classes dominantes, nas máfias de grupos sociais emergentes, nas igrejas e seitas, nos autores e perseguidores de escândalos, nos grandes conglomerados financeiros e nas transações econômicas corriqueiras. Pela corrupção, o poder imperial estende uma cortina de fumaça sobre o mundo, e o comando da multidão é exercido nessa nuvem pútrida, na ausência de luz e de verdade. ¹

É importante observar que este texto não foi escrito no Brasil e nem por autores brasileiros. Os que não atentarem para essa realidade, não poderão enfrentar esse quadro amargo e hoje, tanto quanto sempre, devemos estar prontos para outra aurora. O **PMDB** quer encontrar luz na escuridão. Busca aplicar a lei perfeita, mesmo no Estado imperfeito. Não se acomoda, nunca se acomodou com a força bruta do Império.

O **PMDB** quer estar vigilante para que a conquista da democracia não

seja a carapaça dos poderosos. Acredita numa nova ordem mundial, em que a liberdade democrática opere em favor da justiça social.

Boaventura de Souza Santos, respeitável pensador português, avança na especulação em torno de um tempo novo. Apresenta a “teoria do desenvolvimento alternativo” e promove o debate crítico dos “pressupostos e dos resultados dos programas de desenvolvimento convencionais”. Ele registra que a origem dessa teoria se deu no início da década de 70 e ressalta que os “encontros fundadores” da referida teoria foram a Conferência de Estocolmo, de 1972, o Seminário de Cocoyoc, no México, em 1974, e conclui:

A idéia de um desenvolvimento alternativo foi impulsionada decisivamente, em meados dos anos 70, pela fundação sueca Dag Hammarskjöld (1975) e deu lugar à criação da Fundação Internacional de Alternativas de Desenvolvimento (1976).²

Segundo Boaventura, esse rico debate continua e se intensifica até nossos dias, e um desenvolvimento alternativo ao da globalização neoliberal é, sim, possível. Pode-se não saber bem para aonde se quer ir, mas, se sabe que se quer outro destino.

Acreditar nessa possibilidade não significa que se deseja chegar à inócuência utópica de afirmar que a política seja coisa de anjos, sinônimo da pureza e da verdade. Não, a política não é nem uma nem outra coisa, mas deve procurá-las permanentemente. Aliás, em política e em tudo que seja da vida humana.

É preciso compreender, como prega André Comte-Sponville, em *A Sabedoria dos Modernos*:

A verdade não se vota. Se houvesse uma política verdadeira, para que serviria a democracia? A competência bastaria, como nas ciências: seria preciso substituir as eleições por concursos, o povo por um júri, o sufrágio universal por demonstrações ou experimentações... A falsificação, como diz Popper, faria as vezes de alternância e a verdade, de soberania.³

É através de eleições sucessivas, com um povo cada vez mais educado e exigente, que um partido sério procura encontrar a sua verdade na prática da política. Assim é que o **PMDB** se fez.

O professor de filosofia, italiano Giovanni Reale, ensina que “o homem

não pode viver sem revoluções”; mas impugna a forma violenta de fazê-las, concluindo que

Há também uma “revolução não-violenta”, e encontra sua origem em Sócrates: A arma da revolução socrática foi a persuasão, baseada numa razão humana saudável e construtiva, uma persuasão aplicada não só nas relações entre indivíduos, mas, também, nas relações entre os cidadãos e o Estado. (...) Convém lembrar ao leitor que a violência nunca resolve os problemas que se gostaria de resolver com ela; em vez disso, ela os reabre e até os torna maiores. A persuasão, ao contrário, pode eliminar a violência, realizando a revolução com as armas da razão⁴.

Bela é a lição de Reale, que se amplia para espaços além dos que aqui dispomos, para apresentar o mito platônico como a origem da arte política.

Eleições de 1989: predisposição à aventura

Ainda durante o processo de elaboração da Constituição, inicia-se no Brasil o processo para a eleição presidencial. Depois de 28 anos sem que fosse convocado para eleger o presidente da República, o povo teria de esperar um ano mais, já que a pressão do Executivo havia garantido mais 12 meses ao mandato de José Sarney. A medida havia sido aprovada em 02 de junho de 1988 - apenas quatro meses antes das eleições presidenciais, se não tivesse sido aprovado este casuismo de transferir para 1989 a escolha do próximo presidente da República.

Ficar tantos anos sem votar foi um desastre para o país. Aquele aforisma que afirma “que só se aprende fazendo” serve como uma luva para a democracia. O país havia desaprendido a exercer o voto e o eleitorado estava predisposto às bravatas do primeiro que aparecesse. Foi só surgir um aventureiro, conquistar a grande mídia com seu estilo espartano e arrogante, para, em seguida, exercer a demagogia com grande eficiência, e alcançar, pelo voto, a mais alta magistratura da nação.

Executiva abre processo para escolher candidato

O processo de escolha do candidato do **PMDB** às eleições presidenciais de 1989 foi coordenado pela nova Comissão Executiva Nacional, que havia sido eleita em convenção do dia 12 de março de 1989. Convenção, aliás, que, pela primeira vez na história do partido, apresentou duas chapas concorrentes ao Diretório Nacional: uma, encabeçada pelo deputado Ulysses Guimarães, denominada Compromisso; e outra, encabeçada pelo dr. Jader Barbalho, denominada Unidade. Venceu a Chapa Compromisso, com 547 votos.

Os desafios para a nova Comissão Executiva não eram pequenos. O partido iria enfrentar sua primeira eleição direta para a Presidência da República e, como era natural, havia diversos pretendentes ao cargo.

Na Convenção Nacional do **PMDB** do dia 29 de abril de 1989, em Brasília, convocada para a escolha livre de candidatos a disputar nas eleições a vaga pelo partido, apresentaram-se quatro candidatos: Álvaro Dias (PR), Waldir Pires (BA), Ulysses Guimarães (SP) e Íris Rezende (Goiás).

Prevista para ser realizada em dois turnos, a eleição apresentou o seguinte resultado: na primeira votação venceram Waldir Pires e Ulysses Guimarães, ficando, portanto, excluídos os candidatos Íris Rezende e Álvaro Dias.

Antes que fosse realizado o segundo turno, o governador Waldir Pires retirou sua candidatura em favor da verdadeira unidade do **PMDB**, apoiando o candidato Ulysses Guimarães.

Há que se ressaltar o duplo gesto generoso de Waldir Pires. O primeiro, ao abrir mão de sua candidatura em favor de Ulysses e da unidade do **PMDB**. O segundo, ao renunciar ao cargo de governador do estado da Bahia, para compor a chapa do **PMDB**, aceitando a missão de ser o candidato a vice de Ulysses. A convenção que aprovou a chapa do **PMDB** foi realizada no dia 20 de maio de 1989, no plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília, sob a presidência do dr. Jarbas Vasconcelos, 1º vice-presidente do partido.

Com Ulysses Guimarães, o **PMDB** oferecia ao Brasil o nome daquele que havia sido o baluarte da conquista democrática e presidente da Assembléia Nacional Constituinte, em 1988; um nome que era garantia de estabilidade e segurança das recentes instituições. Republicano provado e comprovado.

A campanha foi dura, desgastante. Muitos candidatos a disputavam: eram 22, ao todo. Entre os mais competitivos, Mário Covas (PSDB), Lula (PT), Aureliano Chaves (PFL), Afif Domingues (PL), Paulo Maluf (PDS), Fernando Collor de Mello (PRN), Brizola (PDT). O país, entretanto, havia desaprendido a eleger seu presidente. Depois de um período tão longo de abstinência eleitoral, essa circunstância levava o povo e, com ele, o eleitorado, a estar propenso a se entregar ao falastrão que se propusesse a salvar a pátria.

As décadas de luta de Ulysses a favor da redemocratização do Brasil pouco contaram. No fim da disputa, o “Senhor Diretas” sentia-se abandonado pelo partido e pelo povo, numa campanha em que ser velho e experiente havia se transformado em grave defeito. Ao que Ulysses respondia: “Sou velho, mas não sou velhaco”, numa alusão direta ao candidato Fernando Collor de Mello, o favorito em todas as pesquisas.

Em discurso proferido no plenário da Câmara, no dia 12 de novembro, três dias antes das eleições, Ulysses falou de sua amargura. Estas seriam suas últimas palavras na campanha eleitoral de 1989, como candidato à Presidência da República:

DA FÉ FIZ COMPANHEIRA

Vizinho das eleições, consagra-se um vitorioso: o povo brasileiro. Mobilizou-se, encheu praças e ruas com gritos, aclamações, cantos e braços erguidos. Ganhou a democracia, iluminada pela esperança, aquecida pela fé de que as coisas vão melhorar.

A caminhada do MDB, atual PMDB, foi para chegar a esse dia. Durante mais de vinte anos, foi à nação, com sua voz de liberdade. Ante o terror, não se aterrorizou. Não se sujou como cúmplice da Ditadura. Não mamou nas tetas assassinas da opressão. Nosso partido foi às universidades e às passeatas dos estudantes amordaçados pelo famigerado Decreto nº 477, tendo Honestino Guimarães como mártir da resistência estudantil. Foi às greves para defender e solidarizar-se com os trabalhadores perseguidos e presos, transferindo sua sede para o ABC, em São Paulo, com a participação histórica de Teotônio Vilela. Foi, então, hasteada a destemida bandeira da desobediência civil, que revogou, de fato, o tirânico AI-5. Mas um preço de sangue e luto foi pago com o assassinato do operário Santo Dias.

Com a anistia, abriu as portas das cadeias para libertar presos políticos e abriu as fronteiras do Brasil para o repatriamento dos exilados. Alguns, agora, nos jogam pedras. Confirma-se a dolorosa regra da precária conduta dos homens: o dia do benefício é a véspera da ingratidão. Não importa. Fizemos. Faríamos de novo. A paz da família brasileira supera qualquer ressentimento.

Falamos no Congresso Nacional. Falamos na periferia do Brasil, em cima de cai-

xas de querosene, porque outras tribunas nos eram negadas. Falamos pela imprensa, o rádio e a televisão, arrojados pela censura, velhista e velhaca, que calou para sempre a pena do massacrado Vladimir Herzog. Falamos em lugar e como protesto pelos artistas, pisoteados e amordaçados, como Geraldo Vandré, Chico Buarque de Holanda, Plínio Marcos, Gianfrancesco Guarnieri, Cacilda Becker, como símbolos.

Nossa legenda teve como aliados a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, a Igreja de Dom Hélder Câmara, Dom Luciano Mendes, Dom Paulo Evaristo Arns, na defesa dos padres que tombaram pelas mãos monstruosas dos grileiros de terras. Defendemos o empresariado nacional contra o saque colonizador. Denunciamos a dívida externa como espoliadora de nossa economia, aviltando-a como mutuária escravizada aos guichês imperialistas dos bancos estrangeiros.

De nossos quadros, partiu a legião dos estropiados em seus direitos civis e políticos. Os cassados, os encarcerados, os torturados, os exilados, os supliciados, como o emedebista Rubens Paiva, evocação imortal do nojo à Ditadura e aos ditadores. O MDB foi o único palmo de terra no Brasil para asilo de mães e filhos na busca aflita e indomida de seus maridos, pais, irmãos desaparecidos ou mortos.

Com cruces, cicatrizes, túmulos, mutilados, chegamos. Também chegamos com auroras e estrelas, com alegrias e vitórias.

Chegamos com a anistia, chegamos com as Diretas Já!, chegamos com o voto do analfabeto, chegamos ao porto da Constituição, onde não entram só os transatlânticos, entram, com prioridade, os barcos, os veleiros, os jangadeiros à procura de abrigo, de água e de víveres, para a arriscada viagem da vida.

Na campanha e neste programa, durante sessenta dias, conversamos com você.

Não injuriamos sua inteligência com a demagogia. Não mentimos. Não induzimos semos os melhores, insultando os adversários como os piores. Quem julga é o povo, não somos nós, suspeitos por semos concorrentes. Não fui sequer difamado ou caluniado. Pelo menos esse respeito tributaram à minha vida pública.

Não perturbamos qualquer reunião ou palanque. A liberdade de falar e ser ouvido é um dos principais direitos da democracia. Quem não respeita isso nos comícios acabará com isso no governo.

Dirijo-me, agora, aos desertores que abandonaram nossa trincheira, na hora incerta e de risco, fugindo para outras candidaturas, tangidos pelo canto de sereia das pesquisas. Ainda é tempo. Tempo de salvarem, não a candidatura do PMDB, mas de se salvarem do castigo popular, que tem sido implacável com os traidores do Brasil. Quem não cumpre seus compromissos com o partido, não cumpre seus deveres para com a pátria. O povo sabe disso e pune por isso. A pátria não condecora os traidores.

As eleições de 1990 estão na esquina. Serão implacáveis. Enxotarão os traidores. Última advertência: é tarde, mas ainda é tempo.

Aos dissidentes que vieram da frondosa árvore peemedebista, impõe-se o reencontro no velho e honrado solar paterno para construção do novo Brasil.

Por derradeiro, espero que os patriotas ouçam a súplica de um veterano combatente da liberdade, que juntos conquistamos e que separados não podemos perder.

Não vote para presidente da República nos que, como cúmplices, conspiraram contra a República. Não vote nos reacionários do conservadorismo. Querem conservar a podridão da miséria, das desigualdades, da corrupção, dos privilégios.

Não vote no estourado, no arrebatado, no imprevidente. A Presidência da República exige experiência, coragem e decisão.

Meu inesquecível reconhecimento aos que lealmente ficaram, para que juntos possamos construir a vitória do PMDB: governadores, senadores, deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores, lideranças aliadas. O povo os saúda. Permaneceram fiéis aos compromissos da legenda que os elegeu. A gratidão virá das urnas.

Abraco o mais importante dos chefes do PMDB: S. Exa., o militante. Milhares deles que, a partir de amanhã, intensificarão a vigília cívica, principalmente na votação e fiscalização. Você é o PMDB. O PMDB é você, aguerrido militante.

Meu beijo comovido nas crianças e meu abraço comovente nas mulheres do meu Brasil.

Até logo, homens, mulheres, jovens do Brasil. Vamos nos encontrar nas urnas. Espero em Deus que não nos arrependamos de tanto lutar e esperar por elas.

Da fé fiz companheira; da esperança, conselheira; do amor, uma canção. ⁵

Collor vence as eleições

O Brasil embarcou na “canao furada” de Fernando Collor de Mello, lá dos cantos das Alagoas, um estado periférico e distante do centro do país, ele próprio um político que a nação pouco ou quase nada conhecia. Ulysses amargou um humilhante 7º lugar nas eleições. No segundo turno, a Comissão Executiva Nacional declarou apoio ao candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, que disputava com Fernando Collor de Mello.

O sr. Fernando Collor de Melo, o maior e mais requintado marajá, havia conseguido, com a utilização de uma forte mídia, passar-se, para o povo, como o “caçador de marajás”. Ganhou as eleições e derrotou o país.

Advertíamos, à época, durante a campanha eleitoral, que a candidatura de Collor era como um balão de plástico inflado, que estava subindo. Certamente, ia explodir e cair, como qualquer balão daquele tipo. Todavia,

se caísse antes das eleições, seria a salvação do país; mas, poderia só cair depois do pleito e, neste caso, comprometeria seriamente o Brasil.

Deu no que deu: menos de dois anos de mandato, Collor envolveu-se em desencontros com o Congresso Nacional e em todo tipo de desgoverno e corrupção.

Não chegou a terminar o seu mandato. Tomou o país como seu quintal particular, praticou toda sorte de desatinos, e foi impedido pelo Congresso Nacional de continuar no governo, em 1992. Durou pouco, mas o estrago foi grande.

O Governo Collor

Os primeiros anos da década de 90 foram tumultuados. A euforia da eleição por via direta do 1º presidente da República depois de 29 anos foi brutalmente substituída pela perplexidade das medidas do governo que, em 16 de março, no primeiro dia de mandato, baixou o Plano Collor. Utilizando três decretos e 20 Medidas Provisórias, o presidente mudou as regras que regiam a economia do país, decretando, inclusive, o bloqueio por 18 meses das contas correntes e das poupanças da população que ultrapassassem os 50 mil cruzados novos.

Extremamente autoritário e intervencionista, o Plano Collor determinava ainda:

- a extinção do cruzado novo e a volta do cruzeiro como moeda oficial;
- congelamento de preços e salários;
- fim de subsídios e incentivos fiscais;
- lançamento do Programa Nacional de Desestatização;
- extinção de vários órgãos do governo.

Outras medidas impopulares seriam anunciadas por Collor, como a demissão de mais de 300 mil funcionários públicos, privatização de empresas nacionais, fim da aposentadoria por tempo de serviço, fim da gratuidade do ensino superior e da estabilidade de servidores públicos, para citar algumas. Essas medidas geraram insatisfação na população, que reagiu com greves, manifestações públicas, saques a supermercados e uma enorme quantidade de ações na Justiça, de cidadãos querendo preservar seus direitos.

O presidente Collor, por seu estilo arrogante e independente, enfrentou graves problemas políticos, começando pela falta de apoio dos grandes partidos no Congresso Nacional. Seus problemas aumentaram após as primeiras denúncias de corrupção no governo, com a divulgação de uma fita em que o ministro do Trabalho Rogério Magri é flagrado recebendo propina. Mas a crise se tornaria dramática após as denúncias do irmão do presidente, Pedro Collor, que acusou a prática de tráfico de influência e de corrupção dentro da máquina governamental.

Todos esses acontecimentos e a forte pressão popular levaram à instalação, em maio de 1992, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar todas as denúncias. A partir de então, eclodiram no país manifestações populares de apoio à CPI e a favor do impeachment do presidente Collor. No dia 1º de setembro, a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – e a Associação Brasileira de Imprensa – ABI – entregam ao presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB/RS), pedido de impeachment do presidente. Em 8 de setembro, foi aberto na Câmara o processo de impeachment de Collor.

As manifestações populares contra o Governo Collor ficavam maiores, a cada dia, culminando com o evento do dia 18 de setembro, quando mais de um milhão de paulistanos foram às ruas para pedir o impeachment do presidente.

O pedido de afastamento de Collor foi votado na Câmara dos Deputados no dia 29 de setembro de 1992, tendo sido aprovado por 441 votos a 38. O presidente foi afastado do cargo e o vice-presidente Itamar Franco assumiu interinamente o governo. No dia 30 de dezembro, o Senado também aprovou o processo contra Collor (76 votos a 3). O presidente, condenado por crime de responsabilidade, foi afastado do cargo e perdeu o direito de concorrer em eleições e de ocupar cargos públicos até o ano 2000. O vice Itamar Franco, nesta época sem filiação partidária, assumiu definitivamente o cargo de presidente da República.

O PMDB e o Governo Collor

A postura do **PMDB** com relação ao Governo Collor pautou-se, no início de seu mandato, principalmente, pela crítica às medidas tempestuosas-

mente lançadas pelo novo presidente. Um bom exemplo da postura peemedebista é o discurso do deputado Theodoro Mendes (PMDB/SP), no dia 4 de abril, advertindo o país sobre algumas distorções do Plano Collor:

O governo ataca especialmente em duas frentes, com o plano econômico e a reforma administrativa.

No que diz respeito à reforma administrativa, devo confessar a V. Exas estar extremamente preocupado.

Houve a extinção de vários órgãos, sem que em seu lugar tenha ocorrido sequer uma determinação governamental a respeito das funções por esses órgãos exercidas e de quem deva agora exercê-las. Sr. presidente, causa-me estupefação e surpresa que vários órgãos da administração federal não tenham sequer o ordenador de despesas ou quem responda pelas mesmas. Temo pela máquina administrativa, que hoje está completamente desfeita.

No que diz respeito ao plano econômico, a minha preocupação maior é com a realização de atos completamente contrários ao ordenamento jurídico. A questão tem sido levantada com frequência, mas nunca é demais repisarmos aqui. Há, principalmente por parte de alguns setores do Ministério da Economia, a intenção de, através de circulares, modificar o que apenas a legislação ordinária poderia fazer.

Sr. presidente, sras. e srs. congressistas, alerta para o fato de que o Ministério da Economia determinou que os cheques datados de 13 ou 14 de março perderam a sua validade desde a última quinta-feira. Entretanto, vigora ainda neste país a Lei do Cheque, resultado da Convenção de Genebra. Estabelece a lei que os cheques têm validade por trinta dias, na praça onde são emitidos – mas uma simples circular do Ministério da Economia neutraliza o texto legal e a Convenção de Genebra, que o Brasil subscreveu.⁶

Também o deputado Raimundo Bezerra (PMDB-CE), do plenário da Câmara, advertiu para a ineficácia da reforma administrativa para combater os desperdícios e as mordomias sacramentadas no país. E dizia, como exemplo, que era muito pequena a economia de menos de meio bilhão de dólares pretendida pelo governo com a venda de carros, de imóveis e com a demissão de funcionários, comparada com o pagamento de treze milhões de dólares referente ao serviço da dívida externa em 1989. Ele concluía declarando descrença no sucesso do Plano Collor para a reconstrução da economia nacional.⁷

O líder do partido na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), em pronunciamento no dia 28 de março, expôs com muita propriedade e cla-

reza a posição do PMDB perante o Governo Collor, advertindo que os parlamentares peemedebistas não admitiriam abrir mão de suas prerrogativas e poderes constitucionais para submeterem-se às deliberações do governo. Contudo, demonstrava, em seu discurso, a consciência da responsabilidade de aprovar ou rejeitar medidas tão polêmicas:

Sr. presidente, sras. e srs. deputados, o presidente da República anunciou ontem a retirada das Medidas Provisórias 153 e 156. Do ponto de vista político, sr. presidente, consideramos um gesto positivo que revela transigência, capacidade de negociação e que afinal, desmente aquela versão inicial de que o plano econômico seria intocável.

Não se pode imaginar um projeto em tramitação no Congresso Nacional que seja intocável, ou o absurdo de imaginá-lo intocável para o Congresso Nacional e absolutamente permeável às alterações que fossem produzidas pelo Poder Executivo. Como esse entendimento, por absurdo, não pode prosperar, temos o entendimento tranquilo, manso e pacífico de que o plano econômico está no Congresso Nacional para a sua apreciação. E apreciar quer dizer aprovar, rejeitar e emendar. Para isso fomos eleitos e esse é nosso trabalho. Por isso, do ponto de vista político, considero positivo o gesto do presidente da República.

Do ponto de vista constitucional e regimental, no entanto, sr. presidente, tenho as minhas dúvidas, exatamente porque não pode o Poder Executivo editar medida provisória em matérias criminais, criando figuras criminais, cuja Constituição estabelece um monopólio da lei.

(...) Quero dizer que os partidos políticos que levam ao presidente suas reivindicações estão no seu papel, mas gostaria de repisar que este papel não é do Congresso Nacional, porquanto não é sindicato nem é uma casa de reivindicações. É um Poder do Estado que delibera e o faz soberanamente. Aquilo que entendemos de alterar no plano econômico nós o faremos como o Congresso Nacional do Brasil e não pela benevolência de outro poder.

Gostaria que o Poder Executivo tivesse a noção bem clara de que não é o Congresso Nacional que está à sua presença reivindicando alterações. Serão, no máximo, partidos políticos da sua sustentação política. (...) Vamos agir como Poder do Estado. E é nesta condição que iremos tocar naquilo que seja tocável, mexer no que seja mexível. E o limite da tocabilidade e da tangibilidade o Congresso Nacional haverá de defini-lo soberanamente.

Sr. presidente, pelo partido falo muito à vontade. Desde o primeiro momento, dissemos que a Medida Provisória em matéria econômico-financeira tem um grau de reversibilidade que não contestamos. Alguns fatos são de tal modo alterados e afetados pela Medida Provisória, que revogá-los seria estabelecer rigorosamente o caos. Por isso, algumas questões iremos aprovar, porque são positivas, outras iremos aprovar, apesar de serem negativas, porque integram um todo que

entendemos consistente e harmônico. Outras, no entanto, pelo grau de intolerabilidade para com a sociedade, iremos alterar soberanamente, pelo menos o meu partido assim haverá de propor, porque, se tivermos o respaldo do Plenário, estaremos vigilantes para que o processo de privatização se faça de acordo com o interesse nacional.

Quanto à privatização de empresas estatais, o líder do partido apresentou de maneira muito clara o pensamento do PMDB:

Para nós existem parâmetros muitos claros, sr. presidente. Não é o fato de uma estatal dar prejuízos ou dar lucro que baliza o nosso comportamento. Certamente, há estatais que dão lucro. Nem por isso devem permanecer na órbita do Estado; podem ser privatizadas, ainda que outras haja, sr. presidente, que dão prejuízos e, no entanto, devem permanecer na órbita do Estado, porque se integram ao nosso projeto estratégico de desenvolvimento.

Por isso, para o PMDB, e espero que para o Congresso Nacional, os parâmetros da privatização não se balizam pelo lucro ou pelo prejuízo. Esta é uma questão contábil; logo, é uma questão menor. Para nós o assunto é político e está vinculado à estratégia de desenvolvimento do nosso país.

Mais adiante, ele adverte ao governo que o PMDB estará atento a todas as ações governamentais, e não admitirá que o Plano Econômico venha a sacrificar o cidadão brasileiro, seja com perdas salariais ou com prejuízos em suas poupanças:

Queremos, no processo de privatização, preservar o patrimônio público – e este é um parâmetro – e preservar a nossa estratégia de desenvolvimento nacional. Este é outro parâmetro.

Temos, também, um compromisso com a preservação dos valores de trabalho. Se, eventualmente, o Plano Econômico determinar perdas para os trabalhadores, ele mesmo deverá prever, no mecanismo legal que vamos aprovar, as respectivas perdas e suas reposições. Não podemos imaginar como justo um Projeto de Lei que decreta perdas e que permita suas recomposições à livre negociação, pois não haveria sequer negociação, porque uma das partes já estaria no prejuízo.

Por isso, entendemos que a preservação da Caderneta de Poupança é essencial não apenas para o direito dos poupadores, mas também para o próprio poder público, que tem na confiança no sistema oficial de caderneta de poupança um dos pilares do sistema econômico-financeiro. Haveremos, portanto, de propor as modificações que entendermos necessárias a essas questões.

E conclui reafirmando a soberania do Congresso Nacional, que não se curva- rá às pressões do Executivo para que seja aprovado o Plano Econômico:

Proclamamos que o papel do Congresso Nacional, assim entendido como a união da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, é de apreciar soberanamente a matéria que venha à nossa deliberação e de decidir, seja pelo entendimento, do qual certamente participará o governo, pelo seu líder e pelos partidos que aqui o representam, seja pelo voto. Mas, em hipótese alguma admitiremos a idéia de que um dos poderes de Estado seja substituído pela reivindicação subalterna. Não é esse o papel do Congresso Nacional.

A reivindicação é um direito de quem queira formulá-la, mas a deliberação soberana é um dever do Congresso Nacional, E, assim, acostume-se o sr. presidente da República à idéia de que o Congresso Nacional, que enfrentou o arbítrio amado da ditadura e esta Casa, que foi fechada algumas vezes porque preferiu manter sua verticalidade, tem uma consciência muito aguda da sua soberania, da interdependência e da harmonia dos Poderes. O presidente propõe, o Congresso dispõe; S. Exa. veta e nós apreciamos o veto. Este é o diálogo constitucional que manteremos com o Poder Judiciário e com o Poder Executivo. Jamais abriremos mão da prerrogativa que nasce do voto popular.

Respeitamos S.Exa. o presidente da República, pela legitimidade dos 53% de votos que o conduziram à Suprema Magistratura, mas ninguém poderá esquecer que a nossa legitimidade nasce dos 100% dos votos válidos que compuseram o Congresso Nacional.⁸

O PMDB, consagrando uma prática que sempre pautou suas posições, insurgiu-se contra as muitas medidas do Governo Collor que violavam direitos adquiridos e outras que prejudicavam diretamente o trabalhador brasileiro. Em novembro de 90, por exemplo, o deputado Francisco Amaral (PMDB-SP), em sessão na Câmara, lutou para que se estendesse a todo o funcionalismo federal a decisão do STJ no sentido da aplicação do índice do IPC do mês de março aos salários e vencimentos, prejudicados pela edição do Plano Collor. Apelou, também, no sentido de que fosse feita justiça aos depositantes das Cadernetas de Poupança com aniversário no dia 16, que igualmente não foram beneficiados com a correção do mês de março.⁹

O partido e o impeachment de Collor

Colocadas em público as denúncias de corrupção do Governo Collor, o **PMDB** apoiou desde o primeiro momento o clamor da sociedade para afastar o presidente. A direção do partido conclamava a bancada na Câmara dizendo: “Não podemos frustrar a indignação das ruas. Se o fizermos, estaremos politicamente mortos”.

Mas, fiel à sua postura de cautela e responsabilidade frente a denúncias tão graves, o **PMDB** só assinou o pedido de CPI para apurar os fatos depois de analisar a documentação disponível à época, como explicou o deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), vice-líder do partido na Câmara:

Pela Liderança do PMDB, quero fazer uma breve comunicação, referente a assunto bastante discutido na tarde de hoje. Trata-se da possibilidade de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar tudo o que vem sendo divulgado pela imprensa quanto às denúncias feitas pelo sr. Pedro Collor de Mello, que envolvem pessoas ligadas, direta ou indiretamente, ao governo federal.

O PMDB tem uma posição clara em relação a esse assunto, já exposta na reunião de lideranças. O partido não é contra a constituição de uma CPI, mas entende que algumas etapas têm de ser vencidas antes de ser ela instalada nesta Casa. E essas etapas passam pelo acompanhamento que estamos fazendo em relação ao trabalho da Procuradoria-Geral da República e da Receita Federal, assim como em relação aos documentos que estão sendo solicitados. Aliás, a Subcomissão de Fiscalização da Câmara dos Deputados já solicitou esses documentos pelos quais estamos esperando.

Acredito que, vencidas essas etapas, teremos condições de analisar e apoiar a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para aprofundar o exame de todos os fatos lastimáveis que estão sendo denunciados e que merecem a atenção da Casa.

Em reunião entre o deputado Genebaldo Correia e os demais líderes, chegou-se ao entendimento majoritário de que ainda não era o momento de solicitar e instalar uma CPI. Estamos esperando pela documentação solicitada e acompanhando o desdobramento dos fatos. Já foi definida com a Mesa uma reunião do Colégio de Líderes na terça-feira. Será feita uma avaliação de toda a situação e poderemos posicionar-nos a respeito da CPI.

Quero deixar claro que a posição do PMDB não é contrária à instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O partido quer uma averiguação completa, um esclarecimento de tudo que está sendo dito e denunciado e dará todo o respaldo para que isso ocorra, acreditando no trabalho da Procuradoria-Geral da República com relação ao que o próprio sr. Procurador-Geral da República disse, ou seja, que

até amanhã queria ter em mãos o dossiê que o sr. Pedro Collor de Mello disse que divulgaria.

Sr. presidente, o PMDB estará ao lado dos demais partidos de oposição no momento de subscrição da solicitação de CPI se os fatos levarem a esta necessidade. Até o momento, estamos recebendo informações e documentação e analisando tudo o que está sendo dito. Com base nisso, na terça-feira, com as demais lideranças, faremos uma análise da situação e avaliaremos a necessidade de uma medida mais dura como a da instalação de uma CPI. O PMDB quer o esclarecimento completo de tudo que está sendo denunciado e tudo fará para que isto ocorra.¹⁰

A presidência da Câmara, que estava com o **PMDB**, através do deputado Ibsen Pinheiro, foi fundamental para a instalação da CPI e para encaminhar as apurações isentas sobre as denúncias contra o Governo Collor. Além disso, a bancada *peemedebista*, eleita em 1990 e que contava com 108 deputados, também deu todo o apoio para a apuração dos fatos, reivindicando, sempre, que a votação em Plenário fosse através de voto aberto. A deputada Rita Camata (PMDB-ES), do plenário da Câmara, discursou:

O apelo e a vontade popular são no sentido de que a impunidade seja ceifada deste país e de que o nosso voto seja aberto e nominal, para que possam saber quem apóia o quadro que aí está e quem tem compromissos com o Brasil e as mudanças que a sociedade deseja. Dessa forma, não podemos seguir outro caminho que não o da votação do impeachment do presidente da República pelo voto aberto e nominal.¹¹

Compunham a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para apurar as denúncias de corrupção no Governo Collor os seguintes deputados e senadores do PMDB:

Titulares - senador Amir Lando (RO - escolhido como Relator), senador Pedro Simon (RS), senador Antônio Mariz (PB), senador Iram Saraiva (GO), deputado Odacir Klein (RS), deputado Marcelo Barbieri (SP).

Suplentes - senador Flaviano Melo (Acre), senador Cid Sabóia de Carvalho (Ceará), senador Wilson Martins (Mato Grosso do Sul), deputado Felipe Nery (MG) e deputado João Natal (GO).

A indignação da nação ante os fatos denunciados era repercutida e reforçada em Brasília pelos deputados do **PMDB**. Foi assim que em julho de 1992, durante os trabalhos da CPI, o então deputado Tarcísio Delgado

(PMDB-MG) pronunciou o seguinte discurso, do plenário da Câmara:

Sr. presidente, sra e srs. deputados, o país se perde em meio a lodaçal viscoso, de odor putrefato. A nação, desalentada, se debate neste ambiente desfavorável, buscando se salvar.

Os valores éticos e morais são pública e oficialmente contestados. O líder do governo no Senado afirma pela imprensa que é sonegador de tributos, depois reafirma que toda a sua família sonega. O presidente, quando candidato, considera determinado líder político, de expressão nacional, corruptor, "o homem da mala preta", a comprar seus correligionários. Hoje, o corruptor de ontem é ministro do denunciante, e os dois acham que o que houve é "típico de campanha eleitoral".

Perguntamos: se isto é típico de campanha eleitoral, como desejar que alguém acredite no que se diz nessas campanhas? Para que as campanhas eleitorais? Para enganar, ao invés de esclarecer! Se o chamado corruptor na campanha vira ministro no exercício do mandato, em quem deve acreditar o eleitor?

Estão, na verdade, os dois afirmando que o presidente mentiu. Se mentiu em assunto tão sério, não pode ser presidente. Se não mentiu, o corruptor não pode ser ministro. Isto é óbvio.

A fase atual é desalentadora. Não podemos concordar com essa total inversão de valores. Temos o dever de protestar com toda veemência.

O Brasil não pode descer ao nível dos seres inferiores da notória "República das Alagoas", esta, sim, de fato e de direito presidida por Fernando Collor.

E, finalizando seu discurso, leu em Plenário a *Nota Oficial* emitida por entidades da sociedade civil, exigindo apuração rigorosa dos fatos denunciados:

Sobre o estágio atual dos acontecimentos, o Conselho Federal da OAB emitiu Nota Oficial, subscrita por várias outras entidades da sociedade civil, que leio para que integre este meu pronunciamento. Nessa nota, a OAB, como em tantas outras oportunidades da história deste país, com propriedade e concisão, fala à nação, e a nação precisa ouvir e refletir. Ouçamos:

NOTA OFICIAL

O Movimento pela Ética na Política, integrado por entidades da sociedade civil, avaliando as novas denúncias que vieram ao conhecimento público, que indicam, agora, o envolvimento do próprio presidente da República, se sente no dever de manifestar à nação o seguinte:

1-Mais do que nunca é dever da sociedade brasileira acompanhar e fortalecer os trabalhos da CPI e as investigações instauradas pelo Ministério Público Federal, repudiando as tentativas de sua obstrução por aqueles que não desejam a real apuração

das denúncias e reafirmando a sua confiança no desempenho do Congresso Nacional e da Procuradoria-Geral da República;

2-As justificativas e explicações que o presidente da República precisou, mais uma vez, prestar à nação, não obtiveram o resultado de tranquilizar a sociedade brasileira, pronunciamento que foi incapaz de afastar as evidências e tirar as dúvidas que permanecem no espírito e na consciência dos cidadãos;

3-É lamentável que reiteradamente se leve para o rádio e a televisão a apuração de denúncias cujo único fórum constitucional é aquele conduzido pela CPI, pelo Ministério Público e pelo Supremo Tribunal Federal;

4- a necessidade do respeito à Constituição, que contém os mecanismos competentes para, após o resultado da CPI e do processo instaurado pelo Ministério Público, e dependendo dele, estabelecer-se a responsabilização das autoridades públicas e o seu afastamento dos cargos, não se admitindo solução golpista;

5-a constatação de que a crise que abala a nação não é, como se pretende insinuar, nem fantasiosa, nem orquestrada, porém originada do próprio Poder Executivo, que se torna, assim, o único responsável pela ingovernabilidade que ele mesmo criou e que tenta transferir para outros setores da sociedade;

6 - nutre a convicção da importância do papel constitucional que a imprensa cumpre nos regimes democráticos, daí por que rejeita qualquer tentativa de tutela ou intimidação;

7- a sociedade civil permanece alerta e conclama aos brasileiros e suas organizações a se mobilizarem no acompanhamento passo a passo dos inquéritos, como forma atual de realização e concretização da cidadania brasileira, cujo resgate haver-se-á de conseguir.

Entidades Subscritas:

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, CUT - Central Unica dos Trabalhadores, CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores, CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, ABI - Associação Brasileira de Imprensa, ANDESSN - Sindicato Nacional do Ensino Superior, CFM - Conselho Federal de Medicina, CJP/SP - Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, COFECOM - Conselho Federal de Economia, CPTÍDF - Comissão Pastoral da Terra do Distrito Federal, CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço, DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas, IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, INESC - Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, MNDH - Movimento Nacional de Direitos Humanos, Movimento em Defesa dos Sistemas Petrobrás e Telebrás, MST/ DF - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Distrito Federal, SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, ANPC - Associação Nacional de Pós-Graduandos, CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação, PNBE - Pensamento Nacional das Bases Empresariais - UNE - União Nacional dos Estudantes.

O envolvimento de toda a sociedade brasileira no processo que culminou com o impeachment do presidente Collor foi fundamental para o desfecho final do caso. Importância relevante teve a juventude que, com suas caras pintadas de verde e amarelo, lotou ruas de todo o país. O movimento dos “*Caras Pintadas*”, como ficou conhecido, tinha como símbolo uma letra “L” verde e outra amarela no slogan “Fora Collor” e, como palavra de ordem, “Impeachment Já”.

Em todo o episódio do processo de impeachment de Collor, o **PMDB** se pautou pela suas convicções: não admitir, sob qualquer hipótese, corrupção governamental, mas atuar de forma a não comprometer a governabilidade, atendo-se, exclusivamente, aos preceitos constitucionais. Assim, apoiou e contribuiu para o afastamento do presidente, sem jamais admitir qualquer alternativa que não estivesse absolutamente dentro da lei. Assim, a crise que, previa-se, iria terminar em ruptura da institucionalidade ou na absolvição de todos os envolvidos – como de costume -, terminou por afastar um presidente sem que se infringissem as regras do jogo democrático.

Exemplo incontestado do engajamento do **PMDB** na apuração da verdade e na punição dos culpados pode ser conferido no discurso do Vice-líder Germano Rigotto (RS), falando em nome da liderança do partido na Câmara, em sessão do Congresso Nacional no dia 27 de agosto de 1992:

Sr. presidente, srs. deputados, ontem ocupei esta tribuna, e agora falo também pela liderança do PMDB, para expor a posição de Executiva Nacional e dos Governadores do PMDB de fechar questão pelo impeachment do presidente Fernando Collor de Mello. A bancada federal do PMDB na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, os 125 votos do PMDB deverão ser a favor do impeachment. As razões, todos conhecem, estão no próprio relatório da CPI, aprovado ontem por 16 votos contra 5.

O PMDB tem posição fechada, sr. presidente, hoje referendada na reunião da nossa bancada aqui na Câmara. Além do fechamento de questão com relação ao impeachment, decidimos também pela punição às faltas injustificadas que ocorrerem no dia, da votação; os faltosos serão enquadrados no Código de Ética Partidária.

Temos também uma posição clara quanto ao voto aberto. Entendemos que não somos nós que queremos o voto aberto; é o Regimento Interno desta Casa que o determina. Esta postura é bem diferente daquela dos que apenas dizem “nós quere-

mos o voto aberto". Entendemos que o voto tem que ser aberto. O Regimento é claro quanto a isso, e esta é a nossa posição.

Por outro lado, nosso partido vai lutar, juntamente com as demais bancadas, para que, ainda no mês de setembro, possamos votar neste plenário a autorização para a abertura do processo de impeachment contra o presidente da República. Sabemos que existem etapas a serem vencidas, sabemos que dispositivos regimentais devem ser respeitados, mas estamos estudando o Regimento para vermos se é possível, ainda no mês de setembro, votarmos essa autorização.

Essas são as decisões tomadas pela bancada do PMDB em reunião hoje pela manhã, com a presença de 88 senhores deputados, inclusive o presidente nacional do partido.

Falo pela liderança do PMDB e afirmo que o voto favorável ao impeachment é questão fechada, extensiva a todos os deputados federais da nossa bancada – e, como já disse, até mesmo puniremos os faltosos no dia dessa importante votação.

Por fim, esclarecemos uma vez mais que o voto aberto não é uma decisão, mas, sim, um entendimento. Somos de opinião de que o voto deve ser aberto.¹²

Mudanças na Executiva Nacional

Grandes mudanças haviam acontecido no **PMDB** nesses primeiros anos da década de 90. A principal delas, a mudança da direção partidária, que ocorreu em março de 1991. O partido vinha desgastado com a experiência de ter sido governo, durante o mandato de José Sarney. Também a derrota do **PMDB** nas eleições de 1989 trouxe reflexos nas relações internas do partido.

Realizada nos dias 22,23 e 24 de março de 1991, a Convenção Nacional do **PMDB** tinha como pauta específica a eleição do Diretório Nacional e a eleição da Comissão Executiva Nacional. Ao término, uma mudança substancial: a presidência do partido, depois de 18 anos ocupada pelo deputado Ulysses Guimarães, passou para o ex-governador de São Paulo Orestes Quércia.

Na transmissão do cargo, o deputado Ulysses Guimarães fez um de seus mais emocionados discursos, intitulado *Oração do Adeus*:

Começo pelo começo. Pelo nosso começo: os militantes. Sem eles, não somos nada. Com eles, podemos ser tudo. Repito: O PMDB tem o tamanho de seus militantes.

Saúdo os dirigentes e representantes do partido, em todos os níveis. São os timoneiros, que guiaram a nau da esperança democrática a tantos portos de vitória.

O abraço fraterno, confiante e fiel em nosso comandante Orestes Quércia. A democracia verticaliza vocações e talentos. A ditadura engessa na horizontalidade medíocres, mentirosos e corruptos.

Orestes Quércia exempla a promoção democrática pelo trabalho, pela aptidão de comando, pelo conhecimento do ramo, incansável tocador de obras, por sempre pressentir o caminho das urnas. Viveu bela e ascensional história, que começou numa casinhola, no pequeno município de Pedregulho, no estado de São Paulo, e tem todas as condições para terminar no Palácio do Planalto, em Brasília.

Para o homem, a mulher é estátua ou lápide, na perigosa alternativa de Lord Byron. Alaíde Quércia é a doce, indomida e invisível tecelã de uma das maiores lideranças deste país.

A nova administração encontrará forte e veterano aparelho partidário, com 27 diretórios regionais e 4.491 diretórios municipais, 7 governadores, 25 senadores, 110 deputados federais, 260 deputados estaduais, 1595 prefeitos, 14.807 vereadores, atualizado pela comunicação instantânea, através de micro-computadores, fac-símile e xérox. Nossas gestões junto ao admirável homem público Anaral Peixoto foram atendidas. Como último presidente do PSD, habilitado legalmente, concordou em transferir para o PMDB o 8º andar, na Rua Almirante Barroso, no Rio de Janeiro. Integram também o patrimônio um conjunto de 8 salas em Brasília, no Edifício Central, SCS-BSB.

A construção da sede própria foi iniciada, com contribuições de filiados, depositadas na conta corrente nº. 402.640, do Banco do Brasil, Agência Central de Brasília, em terreno de 10.500 m², doado pelo então governador de Brasília, José Aparecido, a quem esta convenção nacional reitera seu reconhecimento. O gênio de Oscar Niemeyer ofereceu gratuitamente o projeto da obra.

Credores nunca rondaram as portas da Tesouraria, gerida com probidade e até avareza pelo senador Mauro Benevides e seus servidores, comandados pela escrupulosa diligência de Elizabeth Ney Leão. Saldo positivo remanescente desafia a anemia dos aportes financeiros. As demonstrações de receita e despesa do PMDB sempre foram aprovadas com louvor pelo Tribunal de Contas da União.

Em inspirada hora, a Fundação Pedrosa Horta foi confiada à cultura globalizada do senador Severo Gomes, que, entre outros memoráveis eventos, fez editar a revista do PMDB, com curso consagrado no Brasil e no exterior.

Cumprimento a imprensa, o rádio e a televisão. São nossos espelhos. Às vezes, deformados. Mas, entre outros, prestam aos políticos o serviço do temor, o medo da denúncia e da crítica, que exerce ação preventiva contra a preguiça, a ausência, a demagogia e a corrupção.

Nosso reconhecimento a nossos funcionários. Pedimos-lhes perdão por eventuais

surtos de mau humor e tornamos pública nossa gratidão pela sua aplicação, competência e sinceridade peemedebista. No partido, seguiram a bandeira, não o cofre.

Na minha presidência de vinte anos, meu abraço amigo a todos eles, personalizados em seus chefes, Terezinha Cunha Doroty Prescott e sua sucessora Cleunicy Chaves.

Meu caloroso aperto de mão a meu inseparável Sancho Pança, a meu fiel escudeiro, ao monumento de sensatez, paciência e eficiência, meu irmão Oswaldo Manicardi.

Desta tribuna mando um beijo a Mora. Beijo de amor e gratidão. Tantas vezes saí de casa, podendo não voltar. Muitos não voltaram. Não saía dividido entre a família e o ideal. Saía inteiro. Porque não vi lágrimas nos olhos, nem lamúrias ou apelos de prudência nos lábios de Mora. Repetidas vezes, quando chega a prudência, desaparece a coragem.

Nossos mortos, levantem-se de seus túmulos. Venham aqui e agora testemunhar que os sobreviventes da invicta "Nação Peemedebista" não são uma raça de poltrões, de vendidos, de alugados, de traidores. Venham todos!

Venham os mortos de morte morrida, simbolizados em Juscelino Kubitschek, Teotônio Vilela, Tancredo Neves. Venham os mortos de morte matada, encarnados pelo deputado Rubens Paiva, o político; Wladimir Herzog, o comunicador; Santo Dias, o operário; Margarida Alves, a camponesa.

Não digam que isso é passado. Passado é o que passou. Não passou o que ficou na memória ou no bronze da história.

O PMDB é também o passado que não passou. Não o enterremos, pois estaríamos calando vozes que a nação ouviu e esquecendo companheiros que não se esqueceram de nós.

Vinte e sete vezes de marchas pelos caminhos continentais deste país, mais do que a imensa geografia territorial, descobri e sofri a terrível geografia da gente e da fome.

Recordo que não passou a saga da anticandidatura.

Não passarão nunca os dias inaugurais da fascinante campanha de 1974, inaugurada num barco balançando como gaivota no rio Amazonas. Convocadas pelo apito, as populações ribeirinhas acorriam alvoroçadas. Vinham às carreiras, a criança à frente, vinham os homens de sandálias e dorso nu, as mulheres tostadas de sol e esgotadas pela procriação e pelo sofrimento, os cachorros latindo e os jericos de orelhas assustadas. Apesar dos arreganhos dos meganhas da opressão, vinham todos. Não sabiam bem por que e para que, mas vinham. Queriam ver os acrobatas enlouquecidos pela liberdade pularem do trapézio sem rede da resistência. Entre os atletas estava Barbosa Lima Sobrinho, meu rejuvenescido parceiro na postulação utópica de vice-presidente da República.

Da Campanha Civilista, revejo a fotografia de Rui Barbosa equilibrando-se em

uma canoa, de terno, colete, gravata, chapéu panamá, sob o sol tórrido da Bahia. São singelos, como o povo, os símbolos da Humanidade. A manjedoura de Nazaré, a barca pescadora de peixes e almas de Cristo no mar da Galiléia, a Cruz do Calvário, os andrajos e a cabra de Gandhi, a canoa civilista de Rui e a jangada da anticandidatura, desafiadora dos canhões e das masmorras do militarismo.

Não passará o tropel de Teotônio Vilela, o louco manso. Com a pregação da anistia, arrancamos as grades das prisões, trancadas aos familiares e aos advogados de defesa, para dizer aos presos políticos que breve seriam devolvidos à família, à paisagem, à luta truncada pela truculência.

Não passará o grito de "Diretas-já", há muito amordaçado na garganta de cinquenta milhões de brasileiros, dançando, abraçando, cantando pelas ruas e praças deste colossal país. A bandeira da pátria não foi hasteada somente nos quartéis e nos edifícios públicos. O verde-amarelo tremulou no peito dos negros, das crianças, das mulheres, dos desgraçados do meu Brasil. O Hino Nacional foi a Marselhesa da coragem a entoar: Ave Brasil, pai da misericórdia.

Mas o PMDB não dormiu sob os louros da vitória. Não vive do passado, vive com o passado. No presente, nosso compromisso é com o desenvolvimento.

Não são os homens que conduzem a bandeira. É a bandeira que arrasta os homens. Nossa bandeira é o desenvolvimento, e Orestes Quércia a segue, à frente de todos nós.

A bala que mata a inflação é o desenvolvimento, não o seqüestro de poupanças populares, a estiagem prolongada da recessão que demite trabalhadores, decreta a moratória e a falência das empresas, esvazia prateleiras. A bala destinada à inflação, por inexperiência juvenil de pontaria, acertou no povo. Também atingiu o Congresso Nacional, pelo golpe branco, deflagrado pela reedição ilimitada das malditas medidas provisórias.

O PMDB enquadra o desenvolvimento na conceituação imortal da encíclica "Populorum Progressio", do Papa Paulo VI. Desenvolvimento para o povo, não para elites insaciáveis; desenvolvimento para a repescagem pelo bem-estar de homens, mulheres e crianças. Para o PMDB, desenvolvimento é o novo nome da paz interna e internacional.

O primeiro dever do Estado é a Justiça, no magistério genial do jurista Von Ihering. No Brasil, o Estado tem sido omissor, cartorial, politicamente inepto, socialmente genocida. Não é o único culpado, mas é o grande culpado.

Os números o incriminam. É de 53% a carga tributária indireta, que onera igualmente os desiguais da fortuna e do pauperismo, e somente 15% a dos impostos diretos. Nos países industrializados é inverso o ônus fiscal. Este Estado haveremos de redefini-lo, este ano ou no ano que vem.

Desenvolvimento é o desafio de nossa geração, para que não sejamos amaldiçoados como cúmplices do massacre de irmãos. Atemorizemo-nos com a advertência

apocalíptica de Charles Maurras ante o massacre social: "O que espanta é a ordem, não a desordem".

Irrefutavelmente, neste país as coisas vão mal. Vão de mal a pior. Muitos morrem de raiva, milhares morrem de fome. O PMDB quer repatriar o Brasil de Juscelino Kubitschek, isto é, o Brasil da esperança e do otimismo, o Brasil de Pelé, de Maria Éster Bueno, de João do Pulo, o Brasil das estradas desbravadoras do Oeste, que costuram a unidade nacional, o Brasil de Brasília. Eis o logotipo do PMDB: Desenvolvimento já.

Meus irmãos! Amo o PMDB!

Permitam que agora fale de mim.

Já fiz discursos com amor e com cólera. Com cólera, não com raiva. Em política, raiva, só fingida ou combinada. Este discurso eu escrevi com o coração e o leio com os olhos úmidos.

Na política, mais difícil que subir, é descer. É descer não carregando o fardo podre e fétido da vergonha. Descer, não desmoralizado pela covardia. Não descer com as mãos esvaziadas pela preguiça e pela impostura. Não descer esverdeado pelas cólicas de inveja dos que nos emulam, nos sucedem ou nos superam. Não descer com a alma apodrecida pelo carcinoma do ressentimento.

Vou livre como o vento, transparente e cantando como a fonte. Desço. Vou para a planície, mas não vou para casa. Vou morrer fardado, não de pijama.

Política se faz na rua ou com a rua. Vou para a rua, porque o governo desgoverna a rua.

Para o povo, o PMDB escorraçou o autoritarismo castrense. O PMDB, com o povo, removerá do Estado um século de carência republicana.

Meu filho PMDB! Vá em frente. Caminhe rumo ao sol, que é luz, não rumo à lua, que é noite.

Que Deus te abençoe e a Pátria ateste: Cumpriste o teu dever!

Orestes Quércia assume a presidência do PMDB

Ao assumir a presidência do PMDB, Orestes Quércia comprometeu-se a "movimentar o partido de norte a sul do país, reestruturá-lo e, como tarefa mais imediata, prepará-lo para a disputa das eleições municipais de 1992." ¹³ Comprometeu-se, também, a lutar contra a política econômica recessiva do presidente Collor, a mobilizar todo o partido para a luta em favor de uma proposta de desenvolvimento econômico e a multiplicar o

número de diretórios nos novos municípios criados. Eis a íntegra de seu discurso de posse:

A história de minha vida política se confunde com a história de nosso partido. Vereador em Campinas, a ele me filiei na primeira hora. Nele me elegi deputado estadual, prefeito, senador da República, vice-governador e governador de São Paulo. Com estes homens e mulheres, a mais autêntica expressão do povo brasileiro, continuarei servindo ao meu país. Aceitem, portanto, a minha emoção neste momento em que o movimento democrático brasileiro me escolhe para conduzi-lo nesta nova e difícil travessia histórica.

De todos os cantos do país convocaram-me para assumir esta responsabilidade. Agradeço a confiança e o ânimo que me trouxeram. Conto com o mesmo entusiasmo de nossos militantes, para o reerguimento de nosso partido, a fim de que ele retome a liderança política da nação.

Sou um soldado do MDB. Entreguei-me, de corpo e alma, à resistência contra o Regime Militar de 1964. Como tantos brasileiros, sofri a violência da ditadura e me mantive fiel ao sonho que trazia de ver construída uma pátria melhor, desenvolvida e justa.

Ao deixar a Prefeitura de Campinas, em 1972, percorri todo o meu estado com a tarefa de ampliar as bases de nosso partido. De bairro em bairro nas grandes cidades e na capital, de município em município, em todo o interior. Eu levava nas mãos o programa do MDB, a sua palavra de esperança. Aqueles anos eram os mais frios e tenebrosos do regime. No desespero ao ver a pátria submersa no pavor, jovens lutavam e morriam nas ruas, enquanto outros apodreciam nos cárceres. Muitas portas se trancavam, quando nelas batia. Amedrontada a nação, poucos eram os que se dispunham a ouvir nossa palavra. Nós lhe dizíamos que a paz era possível, mas não devíamos desperdiçar a coragem no confronto armado; tínhamos que reuni-la na resistência política, na organização do povo em nosso movimento oposicionista.

Havia os que não se intimidavam. Os que, com os olhos limpos e firmes, disseram sim ao MDB. Eles eram, em sua maioria, a gente mais singela de nosso povo. Trabalhadores modestos, pequenos comerciantes, lavradores. Não me esqueço das faces que fitei naquela caminhada. De cada mão calosa que, com natural dificuldade, assinava a ficha de filiação. Com estes homens e estas mulheres, o fermento na massa de que falam as escrituras, construímos o MDB. Em todos os estados havia companheiros que cumpriam a mesma e difícil missão. Em São Paulo, com o meu trabalho, conseguimos elevar de 170 a 470 o número de diretórios do partido.

Ninguém pode conter a força da liberdade. Como as brisas que se adensam, para formar os ventos poderosos, é impossível impedir o seu avanço, encabrestá-la, submetê-la. Foram estes ventos da liberdade que espalharam, em todo o país, as sementes do Movimento Democrático Brasileiro. De nada adiantou o terror polici-

al, a vileza da delação, o medo das pessoas simples, o oportunismo e a covardia dos poderosos. No coração e na mente de nosso povo, a ânsia de liberdade e a esperança de paz tinham uma bandeira e uma sigla: M D B.

Dois anos depois, em 1974, as urnas disseram não ao regime da mentira, da opressão, da tortura e do entreguismo. Era a colheita do que havíamos semeado. Fomos dezesseis senadores a trazer para Brasília o recado claro da nação.

Dez anos depois durante os quais se abateu sobre o partido a violência das cassações e de todo tipo de perseguições, tivemos outro episódio glorioso. Milhões de brasileiros foram às ruas, a fim de exigir liberdade, dignidade, eleições diretas para a Presidência da República. Frustrada a emenda constitucional que poderia restaurá-las, a nação voltou às praças públicas para dizer que não aceitava outro chefe de Estado que não fosse Tancredo.

Escolhido o grande homem público, a emoção das ruas se converteu no espanto e na dor do luto. O grito de glória parou no ar, congelou-se no silêncio da tragédia. A multidão, nas ruas, esperava a presença do grande líder, para dele se despedir. Foi preciso que ele, que, em vida, havia percorrido as ruas, pregando a esperança, a elas voltasse em seu féretro, a fim de lembrar-nos uma verdade: os homens passam, mas o povo é eterno na busca da liberdade, da justiça e da paz.

Devemos, agora, respirar fundo e rever, sem rancores inúteis e sem o estéril sentimento de culpa, o que ocorreu depois. Devemos respirar fundo - e começar de novo.

Iniciamos hoje outra etapa na vida de nosso partido. Temos que recolher, destes anos passados desde a morte de Tancredo, as necessárias lições políticas. Vamos analisar as dificuldades e, desta análise, retirar as diretrizes de nosso futuro.

Amigos e Companheiros,

Venho da grata experiência de governar São Paulo. Mais do que antes, sei hoje que não se pode pensar no Brasil sem pensar em São Paulo. Por outro lado, não se pode pensar em São Paulo sem pensar no Brasil.

Governei o estado em quadra nacional adversa. Convivemos, nestes últimos quatro anos, e mais gravemente nestes últimos meses, com a inflação, a economia paralisada e o desemprego. Para os governos estaduais, entre outras angústias, isso significa a queda de receita tributária e mais encargos de natureza social.

Apesar de tudo isso, São Paulo não parou. Continuou a desenvolver-se. No meu entender, o governo não deve e não pode limitar-se a administrar a coisa pública pensando em superávits ociosos. O seu dever é o de fazer crescer o patrimônio comum que lhe foi confiado, investindo em obras, na construção de escolas e hospitais, linhas de metrô, hidrovias, usinas hidrelétricas. Foi o que fiz. Mas não foi a ampliação do patrimônio físico o que me fez sentir mais realizado. O melhor investimento foi aquele que destinamos ao homem. Orgulho-me de haver feito mais pela criança, sobretudo a criança abandonada, do que todos os governos que me ante-

cederam. Em nenhum momento me esqueci de que, embora fosse o governador de todos, eu havia obtido a maioria de meus votos entre os mais pobres, entre os trabalhadores mais sofridos de São Paulo.

Saí do governo com a aprovação popular e feliz por ter assistido à eleição deste extraordinário companheiro que é Luis Antônio Fleury. Chego à presidência do PMDB com o ânimo forte. Estou disposto ao trabalho e à luta, ao lado de todos os valerosos companheiros da Comissão Executiva e do Diretório Nacional.

Assumo a enorme responsabilidade de substituir esta singular figura de brasileiro que é Ulysses Guimarães. Sou seu admirador e o vejo com grande respeito desde a adolescência. Fizemos juntos a campanha de 1966, quando me candidatei a deputado estadual e o apoiei como candidato à Câmara dos Deputados.

De Ulysses podemos dizer que ele é o maior cidadão de nosso país. Nenhum dos brasileiros vivos se entregou ao serviço da pátria com tanto empenho, tanta abnegação, tamanha competência política. O paciente articulador, o homem de Estado afeito ao diálogo e à conciliação, é também o bravo líder nas horas decisivas. Vejo-o na irada coragem dos justos. Diante dos esbirros e dos cães da ditadura. Relembro-o ao visitar grevistas e presos. Na companhia de Teotônio Vilela, este herói e mártir de nossa luta. Ele não foi apenas o "Senhor Diretas" das memoráveis jornadas de 1984. Ele é o "Senhor PMDB", o "Senhor Povo", o "Senhor Brasil".

Nenhum dos que me acompanhou nesta eleição a ele se excedeu no empenho e no trabalho delicado de compor a chapa unitária que os convencionais confirmaram com o seu voto de hoje.

Doutor Ulysses: o partido inteiro reclama a sua presença forte entre nós. Sei que nas horas difíceis que nos esperam, podemos contar com os avisos de sua sabedoria, o patrimônio de sua experiência, a vitalidade de suas idéias.

Meus amigos,

Estamos aqui reunidos para renovar o nosso compromisso comum com o PMDB e com o país. Somos um partido de centro-esquerda que tem história, acumulou sofrimentos e prestou inestimáveis serviços à pátria. Um partido que, mais do que seu glorioso passado, tem um importante futuro. Nenhum país conseguirá progredir na construção da justiça, do bem estar e da liberdade, sem um projeto nacional consistente. Só o PMDB tem condições de realizar esse projeto.

Esta é a tarefa que temos diante de nós. Vamos movimentar este partido de norte ao sul. Iremos reestruturá-lo e prepará-lo para as eleições municipais do ano que vem. As nossas raízes estão ali, nos municípios de todo o Brasil. É de lá que vem a nossa seiva, a nossa rijeza, a nossa força.

É com esta força, retirada de nossa associação de homens e mulheres independentes e honrados, que lideraremos o povo brasileiro na construção de uma nova pátria. Uma pátria que se encarne na realidade de todos os dias. Uma pátria sem favelas, sem famintos, sem medo. Uma pátria da qual todos se possam orgulhar e da

qual ninguém emigre em busca de outro destino.

Não dispensamos a colaboração dos que quiserem trazer do estrangeiro seus capitais e sua tecnologia para construir conosco a prosperidade nacional. Mas não devemos contar com essa participação como a solução de nossos problemas. Ninguém dá nada de graça a ninguém e é natural que os investidores pensem apenas em seus lucros. Não há ajuda dos países ricos aos países pobres; existem negócios. Um antigo secretário de estado norte-americano disse que o seu país não tem amigos, tem interesses. Interesses e não amigos têm todos os países ricos, em suas relações com os países em desenvolvimento.

Creio, companheiros, que não haverá desenvolvimento econômico se não houver, ao mesmo tempo, desenvolvimento social. O mais importante fator de produção é o homem, e ao homem se destina todo o resultado da atividade econômica.

Não basta exibir os números. É preciso vê-los refletidos na saúde, na alegria e na cultura do povo. Se é verdade que cresceu a produção agrícola e industrial nos últimos 50 anos, multiplicou-se, por outro lado, o número de famintos e dos enfermos. Milhões e milhões de crianças vagam pelas ruas. Elas são vítimas de um assalto permanente. A sociedade lhes rouba a infância. Sem futuro, hoje, elas serão adultos sem passado, amanhã. Que memória podem guardar dessas madrugada de sangue e solidão? Só a memória dos pequenos companheiros trucidados, dos ponta-pés, da fome, do frio.

O desenvolvimento com o qual temos compromisso é o desenvolvimento de todo o povo brasileiro. Para ele vamos construir estradas, transformar os rios em caminhos, como fizemos em São Paulo, ao abrir 1.400 quilômetros de hidrovias; vamos lavrar os imensos cerrados do centro-oeste e, com a irrigação, transformar as caatingas em searas fartas.

Nós somos capazes. O nosso povo é tão capaz como qualquer outro. É preciso apenas que saibamos dividir, para multiplicar. Os verdadeiros empresários compreendem que o seu êxito não está só nos lucros do balanço, mas também no número de trabalhadores que empregam, nos salários que pagam, na riqueza real que acrescentam ao patrimônio do país.

É este o desenvolvimento que queremos. Não vamos contar com os mirabolantes projetos do atual governo. Nem esperaremos 1994, quando chegaremos, com a renovada confiança do povo, ao poder, para trabalhar em nosso projeto, este sim, de construção nacional. Em todos os municípios e estados que tivemos o poder, esta tarefa tem que começar a ser cumprida agora, com o recurso de que dispusermos, o entusiasmo dos militantes e a participação da cidadania. Por isso, companheiros, temos que multiplicar o número de nossos diretórios e assumir o governo no maior número de municípios que for possível, em 1992. Eles serão a nossa base para o pleito de 1994.

Por fim, quero dizer-lhes que, sob a minha presidência, o PMDB continuará a ser grande partido nacional de oposição. Nada temos a ver com o governo que está aí.

Nada há de comum entre o que eles pensam e fazem e o que nós pensamos e fazemos. A nossa oposição é política e se exercerá dentro das estritas regras democráticas e no respeito absoluto à Constituição. O PMDB não contribuirá para agravar o quadro de instabilidade governamental, mas tampouco dará seu apoio a um ministério arrogante, que desrespeita a Federação, viola as normas jurídicas e contribui para a destruição do parque industrial brasileiro.

Deus nos deu, com a natureza e a história, manifesto destino de grandeza. Formamos a maior comunidade nacional que fala uma só língua em território de dimensões continentais, com águas, sol, terras férteis e subsolo riquíssimo. Não há, entre nós, confrontos étnicos, tão comuns em nosso tempo.

Nada nos falta, a não ser a decisão política, a fim de cumprir esse destino. Para a decisão política, o povo brasileiro pode contar com o nosso partido.

Muito obrigado.

Equilíbrio no momento de crise

A nova Comissão Executiva Nacional do PMDB, eleita no dia 24 de março de 1991, tendo Orestes Quécia na Presidência, enfrentaria dramáticos momentos políticos com o processo de investigação das denúncias de corrupção no governo, que culminou com a aprovação do impeachment do presidente Collor. Em toda a crise, o partido portou-se com extremo equilíbrio, apoiando a mais profunda apuração das denúncias e não se omitindo na decisão de punir os responsáveis.

Apesar da gravíssima crise pela qual passara o país naquele final do ano de 1992, as novas instituições democráticas brasileiras, construídas tão dura e bravamente por homens da têmpera de Ulysses Guimarães e tantos outros peemedebistas, se mantiveram firmes. Afastado do poder o presidente Fernando Collor de Mello, o vice-presidente Itamar Franco¹⁴, que havia abandonado o **PMDB** e se filiado ao **PL** e depois ao **PRN** - um desconhecido e obscuro partido - assumiu, imediatamente, a Presidência. Mineiro, comprovadamente austero e rigoroso, exerceu o cargo com grande êxito.

O Brasil perde Ulysses

Em comemoração ao seu aniversário, em 6 de outubro de 1992, Ulysses, sua esposa da. Mora, tendo como companhia seus amigos Severo Gomes e esposa, foram passear no litoral, próximo de Parati. De helicóptero desceram numa mansão de amigos para permanecerem dois ou três dias.

Na Quinta-feira, dia 12 de outubro, Dr. Ulysses tinha que estar na cidade à noite, e ele era rigoroso nos seus compromissos. Mas acontece que o tempo piorou muito, ventava e chovia muito forte. Não era aconselhável levantar vôo. O piloto desaconselhava sair do solo. Ulysses insistiu para que fossem. Não queria faltar ao compromisso. Parece que estava impregnado da sentença de Fernando Pessoa, que repetira tantas vezes: “navegar é preciso, viver não é preciso”. Mal saiu do chão o aparelho foi colhido por um vendaval que o fez cair no mar, em local de águas profundas. Os outros corpos foram resgatados. Dr. Ulysses nunca mais foi visto. Seus restos “navegam” para sempre.

Dizem que não há pessoas insubstituíveis. Numa perspectiva histórica de mais longo alcance, esta assertiva pode ser verdadeira. Todavia, a curto prazo, em determinados tempo e lugar, constitui uma meia verdade. No momento de seu desaparecimento, dr. Ulysses era insubstituível na autoridade que tinha como liderança política ouvida e acatada em todo o país.

Para o PMDB, sua perda foi desagregadora. Perdemos o cimento que unia nossas forças, até mesmo quando elas se mostravam dispersas e antagonicas. Depois de dr. Ulysses o PMDB jamais foi o mesmo. Se é que ele era substituível, até hoje não apareceu o substituto. “Não queremos dizer adeus”.

Notas

- ¹ HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Império*. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- ² SOUZA SANTOS, Boaventura, org. *Produzir pra Viver - os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- ³ COMTE-SPONVILLE, André e TERRY, Luc. *A Sabedoria dos Modernos*. trad. Eduardo Brandão. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1999.
- ⁴ REALE, Giovanni. *O saber dos Antigos - Terapia para os tempos atuais*. São Paulo, Editora Loyola, 1999.
- ⁵ GUILMARÃES, Ulysses. *Da fé fiz companheira*. In: *Perfis Parlamentares*, Brasília, Edição do Senado Federal.
- ⁶ Diário do Congresso Nacional. Quarta-feira, 4 de abril de 1990. Pág. 1799.
- ⁷ Discurso publicado no Diário da Câmara dos Deputados. Cinco de maio de 1990. Pág. 3842.
- ⁸ Diário do Congresso Nacional. Quarta-feira, 28 de março de 1990. Pág. 2146-7.
- ⁹ Diário da Câmara dos Deputados. Sete de novembro de 1990, pág. 11740.
- ¹⁰ Diário do Congresso Nacional. Edição de 22 de maio de 1992. Pág. 10.092.
- ¹¹ Diário do Congresso Nacional. Edição do dia 17 de setembro de 1992. Pág. 21258.
- ¹² Diário do Congresso Nacional (Seção 1). Edição de sexta-feira, 28 de agosto de 1992. Pág. 19.398.
- ¹³ "Em nome da verdade. Duas histórias. A do PMDB e a de Orestes Quércia". Edições Terra Nova/FUG - PMDB.
- ¹⁴ Itamar Augusto Cautiero Franco: Engenheiro e administrador de empresas. Foi eleito prefeito da cidade de Juiz de Fora, MG, por duas vezes - 1967-1971 e 1972-1974. Em 1974 deixou a Prefeitura para candidatar-se ao Senado, pelo MDB, tendo cumprido mandato de 1975 a 1983. Reeleito em 1983, exerceu seu mandato de senador até 1990. Em 1986 deixou o PMDB e filiou-se ao PL, partido pelo qual disputou o Governo de Minas, tendo sido derrotado pelo peemedebista Newton Cardoso. Em 1989, deixou o PL e filiou-se ao PRN, para candidatar-se a vice-presidente na chapa de Fernando Collor de Mello. Abandonou o PRN pouco tempo depois. Assumiu a Presidência da República em dezembro de 1992, com o afastamento do presidente Collor e governou até dezembro de 1994. Em 1998 retornou ao PMDB para disputar o Governo de Minas Gerais, tendo como companheiro de chapa o peemedebista Newton Cardoso. Venceu as eleições e governou Minas até 2002. Foi embaixador do Brasil em Portugal e na ONU, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso; e embaixador do Brasil na Itália nos dois primeiros anos do Governo Lula.

Sustentando a governabilidade.

Capítulo 13

É possível que o PMDB tenha exagerado no seu compromisso com a governabilidade do país. Afinal, partido comprometido com a democracia, tendo sido o grande artífice da derrubada da Ditadura implantada a partir de 1964, coroou esta conquista como bem maior e inegociável. Por isso, nos anos imediatos ao regime de opressão, seria natural a preocupação com a governabilidade estável, temeroso de algum retrocesso institucional. Toda luta do desenvolvimento nacional tinha de se assentar no exercício do regime de liberdade.

Assim, já com José Sarney, muito mais com Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique e Lula, o partido enfrentou grandes dificuldades para manter a governabilidade, mesmo em momentos de muita discordância referente aos caminhos desses governos, em vários temas nacionais.

Este fato justifica algumas das aparentes contradições do partido, que apóia, no geral, governos sobre os quais tem divergências em muitos projetos nas áreas econômica e social.

O PMDB tem consciência do seu tamanho e de sua importância, e sabe que, em muitas ocasiões, só ele pode sustentar a governabilidade, ou inviabilizar o governo. Apesar de tudo, tem prevalecido a posição responsável de garantia da democracia em nosso país, mesmo com desgaste e dificuldades internas.

O governo de Itamar Franco

Embora tenha sido fundador do **MDB** e o primeiro presidente regional do **PMDB** em Minas, Itamar havia deixado o partido em 1986 para filiar-

se ao PL, partido pelo qual disputou o governo do estado, tendo sido derrotado naquelas eleições pelo *peemedebista* Newton Cardoso. Em 1989, deixou o PL e filiou-se ao PRN, para candidatar-se como vice-presidente na chapa de Fernando Collor de Mello. Poucos meses antes do impeachment de Collor, Itamar abandonou o PRN, e, sem filiação a qualquer partido político, governou o Brasil até dezembro de 1994. Itamar nunca pôs muita fé em partidos políticos, pois entende, com muita razão, que eles são simples “cartórios” para registro de candidatos. Não têm coerência ou qualquer linha de ação.

Os desafios do governo

Assumindo a Presidência em momento político extremamente delicado, sem base no Congresso e com a imagem do Executivo totalmente desacreditada pela nação, ele próprio sem carisma e sem apoio popular significativo, Itamar optou por montar uma equipe ministerial com representantes de muitos partidos, na tentativa de garantir apoio do Congresso para seu governo.

Além de demonstrar ao país que tinha capacidade gerencial, caberia a ele, também, administrar com habilidade dois grandes eventos políticos previstos para aqueles anos de seu mandato: a Revisão da Constituição de 88 e a realização do plebiscito sobre sistema de governo. Além disso, Itamar teve de enfrentar, ainda, a CPI do Orçamento, que não comprometia o seu governo, mas investigava vários membros do Congresso. Sem o apoio do maior partido no Congresso, teria sido impossível enfrentar tantos desafios.

Revisão da Constituição

A Constituição de 1988 previa, em seu artigo 3º das Disposições Transitórias, uma revisão, com quorum específico para mudanças, após cinco anos de sua promulgação. A instalação dos trabalhos, que deveria ter sido realizada no dia cinco de outubro de 1993, foi adiada para o dia sete de outubro, depois de decisão do STF que não reconheceu legitimidade na contestação dos partidos da oposição – PDT, PT, PSB e Pcdob.

Acontece que pouca coisa se alcançou na referida Revisão, que teve

como presidente o senador Humberto Lucena e, como relator, o então deputado Nelson Jobim, do PMDB do Rio Grande do Sul. Os trabalhos duraram 237 dias e durante este período foram apresentadas perto de trinta mil propostas e elaborados 74 projetos de Emenda de Revisão.

O momento político, contudo, não era propício e o Poder Executivo não teve qualquer interesse em que a revisão constitucional fosse feita. Assim, embora o **PMDB** tenha feito inúmeras tentativas, pouco se avançou e o país perdeu ótima oportunidade de promover mudanças importantes no texto original da Constituição.

Dos 74 projetos de Emenda Constitucional de Revisão apresentados, apenas seis foram aprovados:

ECR n° 1 – Institui o Fundo Social de Emergência.

ECR n° 2 – Possibilita a convocação de ministro de Estado ou titulares de órgãos ligados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assuntos previamente determinados.

ECR n° 3 – Permite a dupla nacionalidade do brasileiro.

ECR n° 4 – Amplia o rol das inelegibilidades.

ECR n° 5 – Reduz o mandato presidencial de cinco para quatro anos.

ECR n° 6 – Suspende os efeitos da renúncia do parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato.

Plebiscito sobre sistema de governo

Em 1993, o país foi chamado a responder, em plebiscito, se desejava continuar no sistema presidencialista ou se preferia o parlamentarismo. A Constituição de 1988 havia transferido a decisão sobre a forma de governo (república ou monarquia) e o sistema de governo (parlamentarismo ou Presidencialismo) para uma consulta direta ao povo.

O **PMDB** dividiu-se nesta matéria. Lideranças de peso do partido não conseguiram unificar uma posição partidária em torno do assunto. O deputado Ulysses Guimarães, ardoroso defensor do parlamentarismo, foi escolhido, pouco tempo antes de morrer, coordenador da campanha desse sistema de governo. Orestes Quércia, na época presidente do PMDB, liderou a campanha a favor do presidencialismo, sistema vitorioso no plebiscito, em virtude de uma campanha de maior respaldo no seio do eleitorado.

Realizado no dia 21 de abril de 1993, o plebiscito apresentou o seguinte resultado: república; 66%; monarquia: 10,2%; presidencialismo: 55,4%; parlamentarismo, 24,6%.

Em rápido comentário, poderíamos dizer que essa matéria, eminentemente técnica e constitucional, que cuida da organização do Estado democrático, não é das mais indicadas para se decidir em plebiscito popular. É uma questão pouco afeita ao eleitorado em geral. Interessa a todos, mas deve ser decidida por representantes, técnicos, que a conheçam melhor, s.m.j.

Em todos os casos, parece-nos que perdemos mais uma oportunidade para adotar sistema de governo que assegure maior estabilidade política no país. Ensinam consagrados estudiosos, e os exemplos mundiais são vários, no sentido de que o sistema parlamentarista facilita a substituição democrática de governo, pois esta se dá de forma menos traumática. Como as ações administrativas não recaem todas centralizadas no presidente da República, a mudança do Gabinete e do Congresso se dá através de eleições a qualquer época. O Congresso que não se entende, dissolve-se, e outro nasce das eleições gerais.

A CPI dos Anões do Orçamento

A CPI do Orçamento foi criada em 1992, a partir de denúncias de que existia um esquema de manipulação do orçamento da União que favorecia autoridades, empresas, parlamentares e servidores públicos. Durante seus trabalhos, ficou provado o envolvimento de ministros, de parlamentares e de altos funcionários do Executivo e do Legislativo. A CPI, através de suas investigações, confirmou o desvio sistemático de verbas para empresas – a maioria delas empreiteiras-, para entidades filantrópicas fantasmas, e até para apadrinhados políticos.

A CPI dos Anões do Orçamento, como ficou conhecida, trouxe grandes constrangimentos para o PMDB, na medida em que alguns parlamentares da sigla foram envolvidos nas denúncias. Mas é importante registrar que o PMDB assumiu as apurações das denúncias através da CPMI com absoluto rigor. Presidida pelo senador peemedebista Pedro Simon (RS), a Comissão pediu, em seu relatório final, a cassação de dezessete deputados e um senador, recomendando, inclusive, que as investigações tivessem

continuidade para que pudessem apurar denúncias contra outros doze congressistas e encaminhando o caso de mais de uma dezena de não parlamentares ao Ministério Público.

Desde a publicação das primeiras denúncias, o PMDB deu sempre total apoio para a apuração de tudo o que vinha ocorrendo na CPI do Orçamento. Significativo é o pronunciamento da liderança da bancada na Câmara, ressaltando o interesse do partido em ver tudo esclarecido:

Sr. presidente, quero comunicar que o PMDB nesta Casa tem procurado não apenas dar sugestões, mas aperfeiçoar projetos que visem ao combate à corrupção e ao esclarecimento de irregularidades no setor público. O PMDB, no Senado Federal, nas últimas semanas, esteve à frente das discussões que objetivam produzir e aperfeiçoar o projeto que coíbe e pune crimes cometidos no serviço público, como a corrupção e os chamados "crimes do colarinho branco". Foi o senador Pedro Simon o autor do substitutivo que aperfeiçoa o projeto do Executivo. Na Câmara dos Deputados, o partido procurou estar à frente do aperfeiçoamento maior desse projeto, e um grande acordo foi feito para sua aprovação nesta Casa. Por intermédio do deputado Luís Roberto Ponte, estamos à frente do debate sobre as licitações, visando à disciplina do assunto. Queremos uma legislação que torne as licitações mais claras e propicie um controle maior das que ocorrem no setor público. Devemos vetar esse projeto na próxima semana.

Quero dizer, e falo em nome da liderança do PMDB, que, em relação à CPI constituída para averiguar possíveis irregularidades ocorridas na Comissão de Orçamento, o PMDB sugeriu a renovação total dos membros desta Comissão, o que deverá ocorrer. (...) Esta é a informação que gostaria de dar, esclarecendo que estaremos indicando, já a partir da terça-feira, os nomes que comporão a CPI da Comissão de Orçamento. ¹

Denunciados os envolvidos e apuradas as responsabilidades, mesmo estando entre os acusados companheiros de partido, o PMDB demonstrou sua isenção: dezenas de deputados *peemedebistas* ocuparam a tribuna do plenário da Câmara para pedir a punição dos culpados.

Exemplos dessas manifestações: o discurso do deputado Paulo Novaes (PMDB-SP), ressaltando a importância da apuração exaustiva dos atos de corrupção investigados e a punição exemplar dos responsáveis; a fala do deputado Gilvam Borges (PMDB-SP) sobre as repercussões da divulgação das irregularidades investigadas e a necessidade de que os culpados fossem punidos, não importa a que partido político pertençam; o pronunciamento do deputado Roberto Valadão (PMDB-ES) que, em Plenário, afirmou

que a direção do PMDB tinha o dever de tomar providências contra integrantes do partido que tivessem comprovadamente envolvimento com as irregularidades ocorridas na Comissão de Orçamento.

No processo de votação em Plenário dos pedidos de cassação de seus deputados, o partido, através da liderança da bancada, atuou com absoluto rigor. Só não aceitou, desde àquela época, e até hoje não aceita, a injusta punição do deputado Ibsen Pinheiro, único que mereceu da liderança defesa intransigente na hora da votação da cassação em Plenário.

Prova incontestável da isenção com que atuou o PMDB no episódio da CPI do Orçamento é que, dos seis parlamentares punidos, três eram do PMDB que, como maior partido da Casa, poderia ter pressionado para absolvê-los. Esta não foi a postura de outros partidos que, atuando de forma corporativa, fizeram *lobby* pela absolvição de seus deputados acusados, independentemente das provas. De todos os parlamentares acusados, apenas seis tiveram seus mandatos cassados, perdendo os direitos políticos até 2001: Ibsen Pinheiro (PMDB/RS), Carlos Benevides (PMDB/CE), Fábio Raunheitti (PTB/RJ), Feres Nader (Suplente PTB/RJ), Raquel Cândido (PTB/RO) e José Geraldo Ribeiro (PMDB/MG).

Crise com o Congresso Nacional

Ao assumir a Presidência da República, Itamar defrontou-se com sérias dificuldades no Congresso Nacional. Depois do tumulto com o impedimento de Collor, e, ainda, vivenciando em seu mandato a “CPI dos Anões do Orçamento”, a governabilidade estava comprometida e as dificuldades para estabilizar o governo eram gigantescas. Foi quando, mais uma vez, o PMDB teve posição estratégica e fundamental, mesmo não tendo qualquer compromisso com o governo, visto que Itamar havia sido candidato a vice na chapa encabeçada por Fernando Collor de Mello, que havia derrotado o dr. Ulysses Guimarães, o candidato do partido.

Nesse clima de difícil relacionamento com o Congresso, o então presidente do PMDB, deputado Luiz Henrique da Silveira, convocou uma reunião com a bancada federal, que era decisiva na Câmara e que andava descontente com o governo. Nessa reunião, discutiu-se o assunto e, finalmente, decidiu-se que o PMDB daria apoio à governabilidade de Itamar Franco.

Foi uma reunião pesada. Muitos peemedebistas encaminharam a votação pelo rompimento com o governo. Iniciada a votação nominal, os primeiros seis votos foram pelo rompimento. Nesta altura, preocupado com o país, que vivera tantos anos de arbítrio e que acabara de declarar o impedimento do presidente eleito depois de tanto tempo de abstinência democrática, e na condição de líder do PMDB na Câmara, o então deputado Tarcísio Delgado apresentou uma questão de ordem que, na verdade, foi um reencaminhamento de votação.

Ele chamou a atenção para a dificuldade enfrentada pelo país naquele momento, testemunhou sobre a completa ausência de relacionamento pessoal com o presidente da República e, ressaltando as terríveis consequências de um rompimento do partido, único que poderia sustentar o governo naquela quadra da história, terminou clamando por uma melhor reflexão da bancada.

O presidente do partido e da reunião reiniciou a votação e os 73 deputados presentes, quase toda a bancada, decidiram, contra apenas quatro votos, dar apoio e garantir a governabilidade. Este foi mais um momento de compromisso histórico do PMDB com o Brasil.

Crise do Executivo com o STF

Ainda durante seu governo, Itamar protagonizou uma séria crise com o Poder Judiciário. O Supremo Tribunal Federal entendeu de firmar-se na interpretação de uma norma legal que se defrontava com a visão do Poder Executivo. E era uma norma que definia a relação direta entre os Poderes da República.

O STF decidira que, com a norma vigente, as consequências seriam aquelas por ele previstas. Por seu lado, o presidente Itamar Franco firmara-se na interpretação contrária. A crise tomou vulto, e o resultado era imprevisível. Houve, inclusive, movimentação de tropas militares na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

A solução parecia simples, mas o presidente batia pé e não queria adotá-la. Era só baixar uma Medida Provisória, adaptando a norma à interpretação do STF, que já afirmara não discutir o mérito da matéria. Acataria, obviamente, a decisão do Executivo, desde que a norma assim o estabelecesse.

No quarto dia da crise, como líder da bancada do PMDB na Câmara, o deputado Tarcísio Delgado contatou todos os outros líderes de bancadas nas duas Casas do Congresso Nacional e os conclamou a que tomassem uma atitude pró ativa com referência à crise, que só crescia. Convidou a todos para que, à tarde, fossem ao presidente da República manifestar a preocupação dos parlamentares e sugerir-lhe que baixasse a Medida Provisória para a solução do impasse. Todos, sem exceção, acataram o convite. A audiência foi marcada para as 15 horas. Alguns líderes da oposição disseram ao deputado Tarcísio Delgado que o acompanhariam, mas se reservariam o direito de nada falarem.

Os líderes foram recebidos pelo presidente na sala de reuniões, ao lado do gabinete presidencial. Manifestaram suas apreensões e sugeriram a edição da Medida Provisória restauradora.

O presidente, muito firme e bastante intransigente, fixava-se no seu ponto de vista e não se mostrava disposto a andar pelo caminho sugerido. Depois de muito apelo, S.Exa. resolveu chamar seu consultor jurídico e, ao ouvi-lo sobre a viabilidade e eficácia da Medida Provisória, resolveu editá-la.

No dia seguinte, com a publicação da MP no Diário Oficial, acabou a crise e o país pode avançar. O PMDB, mais uma vez, havia representado papel relevante para a governabilidade do Brasil.

O Plano Real

Os resultados do Plano Real acabaram sendo o ponto alto do governo de Itamar Franco, que havia assumido o cargo em condições adversas. Com sua tranqüilidade mineira, e sem medo de refazer a equipe econômica – foram seis ministros em pouco mais de dois anos - Itamar teve o mérito de organizar, finalmente, uma equipe econômica muito competente, sob o comando de Fernando Henrique Cardoso - depois sucedido por Rubens Ricupero, que manteve o mesmo grupo - e apresentou ao Congresso o Projeto que instituía o Plano Real.

O período de transição foi muito melindroso, exigindo pilotagem segura e competente. Criou-se a moeda provisória de adaptação ao Real – URV e o Fundo Social de Emergência.

As mudanças foram muito profundas e, como já se disse, “a mudança tem inimigos”. O PMDB, com a maior bancada no Congresso à época, foi fundamental. Seu apoio era condição “sine qua non” para a implantação do ambicioso Plano. Não foi fácil conseguir consenso no partido para aprovação de matéria tão complexa e polêmica.

As eleições presidenciais de 1994

O Governo Itamar Franco encaminhava-se para o final e gozava altos índices de aprovação popular. Estava na hora de escolher o candidato à sua sucessão. O bem sucedido presidente Itamar, que todos sabiam, seria decisivo nas eleições presidenciais daquele ano, indicou, inicialmente, como candidato, seu ministro da Previdência Social, o gaúcho Antônio Brito, do PMDB, que, também, desfrutava de boa popularidade, mas optou por candidatar-se ao governo do Rio Grande do Sul.

O presidente, então, apresentou Fernando Henrique Cardoso, paulista, do PSDB. Este não queria outra coisa e montaria no cavalo “até em pelo”. Transformou-se no candidato à presidente, apoiado por Itamar.

Desde cedo, na escolha do vice, FHC e seu partido fizeram aliança à direita, com o PFL, formando a chapa com o respeitável homem público, o pernambucano Marco Maciel, e alijaram o PMDB, mesmo sendo este o maior partido do país.

Neste contexto, o PMDB, em Convenção Nacional realizada em maio de 1994, deliberou que seu candidato à Presidência da República seria o ex-governador de São Paulo e ex-presidente do partido Orestes Quércia, tendo como vice a sra. Íris de Araújo Rezende Machado.

Este foi um tempo complicado para o partido. As circunstâncias – e elas são fundamentais em política, conforme ensina Ortega y Gasset ² - não favoreciam a candidatura própria do PMDB e, assim, o candidato que o partido lançou foi colocado em posição secundária e desprestigiado.

O partido no período FHC

Embora discriminado para alianças com o PSDB, o PMDB, fiel à sua tradição, fundou-se de boa fé nos compromissos históricos de Fernando Henrique Cardoso, entendeu que a aliança estranha para as eleições pudesse ter objetivos eleitorais, e apoiou, no segundo turno, essa candidatura. Afinal, não fazia muito tempo, Fernando Henrique Cardoso e muitos de seus companheiros militavam no PMDB e faziam juras históricas de compromisso com idéias essenciais do programa *peemedebista*. Até colocaram na sigla do novo partido que fundaram a expressão **social democracia**. Tudo fazia crer que a febre direitista seria passageira. Não era crível, àquela altura, que tivessem se impregnado, de forma tão rígida, do neoliberalismo.

Ganha as eleições, FHC assume a Presidência em 1º de janeiro de 1995. No início do mandato, era natural que o PMDB, sempre de boa fé e querendo garantir a governabilidade – coisa muito cara ao partido depois de tantos golpes autoritários – desse mais uma prova de boa vontade e passasse a apoiar e a participar do governo. Todavia, o PMDB, no período FHC, gravitou sempre na periferia do poder, sem participar das decisões centrais do governo.

Este quadro híbrido criou uma diáspora dentro do partido, que contemplou uma realidade interna muito difícil. Duas correntes se formaram: uma, que se aliou definitivamente ao Governo FHC, e outra, que não aceitava a linha de ação do governo e o pouco prestígio do partido.

Tudo isso não impediu, contudo, que o PMDB emprestasse o concurso de alguns de seus melhores líderes ao Governo FHC, como Nelson Jobim, Íris Rezende e Renan Calheiros, no Ministério da Justiça; Odacir Klein e Eliseu Padilha, no Ministério dos Transportes; Ovídio de Angelis no Ministério Extraordinário de Políticas Regionais.

Uma corrente importante do partido, desde cedo, desiludiu-se com a linha do Governo FHC. Entenderam esses companheiros que o governo se entregara definitivamente ao neoliberalismo mais radical, e se convenceram de que ser moderno era promover a mais predatória desestatização de que se tem notícia.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, a alienação, sempre sob suspeita, do patrimônio nacional, a grandes grupos nacionais ou estrangeiros, minimizou o Estado o mais que pode. Atividades amplamente ren-

táveis e de interesse nacional foram passadas a grupos internacionais que, obviamente, só visavam o lucro. O Estado brasileiro se tornou, rigorosamente, menos eficiente. Ficou menor e pior. Quase todos os indicadores sociais e econômicos mostravam grave depressão. O desemprego cresceu. O número de pobres e miseráveis aumentou. A insegurança e a violência saíram totalmente de controle, atingindo, principalmente, os mais pobres, enquanto se ampliavam as práticas neoliberais impostas pelo centro da globalização econômica. O Brasil seguiu o mau exemplo de substituir “a guerra contra a pobreza por uma guerra contra os pobres”.³

Em 1998, na reeleição, agravou-se ainda mais o alijamento do PMDB. Seu programa econômico e social nunca foi considerado.

Já em 2002, quando o projeto do PSDB se encontrava esgotado e a candidatura de José Serra preparava-se para perder, aí, sim, colocaram o PMDB, com uma de suas mais expressivas e autênticas lideranças, para “boi de piranha”, a respeitada e acatada capixaba Rita Camata, como vice.

O período de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002, foi, para o PMDB, um dever amargo, que só mesmo Fernando Pessoa pode justificar:

Fime em minha tristeza, tal vivi

Cumpri contra o destino o meu dever

Inutilmente? Não, porque o cumpri.⁴

O PT chega ao poder

Em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva inicia seu governo. O PT, partido que se apresentava como diferente dos outros, se auto afirmando defensor da moral e da ética, comprometido com os melhores métodos para o exercício do poder, mostra uma outra face de sua diferença, e começa a manipular o Estado ao seu bel prazer, sem qualquer escrúpulo ou qualquer grau de generosidade. Desde o início alijou o PMDB – o que foi muito bom – e passou a “negociar” o apoio congressual com partidos menores e, moralmente, menos exigentes. Era preciso comprar a maioria no Congresso e, para esse fim, implantou uma estrutura com capacidade de manipulação jamais vista entre nós. Ainda que se isente o presidente Lula de

envolvimento nessa “armação”, é notória e inafastável a articulação promovida por altos líderes do PT. Claro que esses métodos inescrupulosos de fazer política afastaram o PMDB, com todo o seu peso histórico e sua tradição. “É mais barato comprar mercenários”, afirmavam os ideólogos do modelo adotado.

A posição do PMDB, diante do Governo Lula, permaneceu como no período anterior, de Fernando Henrique Cardoso, com a inversão de postura, das duas fortes correntes. A que apoiou FHC desejava ir para a oposição de Lula, e a que resistia a apoiar aquele governo, desejava sustentar este último. Essa diáspora, conforme já acentuado, vem atormentando o PMDB desde há muito. Ambas as correntes são fortes e representativas e, na verdade, nenhuma delas foi completamente satisfeita pelos governos FHC e Lula.

No seu compromisso maior com a estabilidade democrática, assombrado, como nenhum outro, com o autoritarismo que enfrentou, o PMDB sempre esmerou pela governabilidade, até de governantes dos quais discorda. Daí, o apoio crítico e independente aos governos que não são seus.

A prática do PT, essa diferença que não era realçada, surpreendeu a todos, muito particularmente ao PMDB que, embora o maior partido do Brasil, por todos os indicadores – número de vereadores, de prefeitos, de deputados estaduais, de governadores, de congressistas, segunda bancada na Câmara e a maior do Senado – prefere ficar na periferia a se imiscuir com esses métodos condenáveis.

O partido, a certa altura desse governo do PT, decidiu, por suas instâncias próprias, não participar do mesmo; mas alguns bravos companheiros entenderam de contribuir em certas áreas específicas. Um partido do tamanho do PMDB não pode ser intransigente. Faz parte de sua história ser generoso. Respeitou a decisão desses líderes da expressão dos senadores Hélio Costa, de Minas Gerais e Amir Lando, de Rondônia; dos deputados Saraiva Felipe, de Minas Gerais e Eunício Oliveira, do Ceará, além do senador Romero Jucá, de Roraima.

É preciso realçar, contudo, que os indicadores econômicos e sociais do Governo Lula, se comparados com os do Governo FHC, são infinitamente melhores. Houve melhoras em todos os setores, apesar de avanço tímido em termos comparativos com outros países emergentes. A depressão herdada pelo governo atual não permitiu desenvolvimento mais acentuado. Esta é, sem dúvida, uma atenuante dessa gestão do PT.

Notas

- ¹ DCN de 09 maio de 1992, página 8588. Discurso do vice-líder, deputado Germano Rigotto.
- ² História como sistema - Mirabeau ou o político. Trad. Juan A. Gili Sobrinho e Elizabeth Hanna Côrtes Costa. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- ³ Punir os Pobres - a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro, F. Bastos, 2001 - REVAN 2003
- ⁴ O Eu profundo e os outros Eus. Fernando Pessoa: Seleção Poética. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

Republicanos de ontem e de hoje

Capítulo 14

Velhos que morreram jovens

Foram líderes admiráveis. Na verdade, homens daqueles que não envelhecem, nem morrem. Com qualquer idade que partam desta vida material, terrena, partem jovens, e deixam idéias que se perpetuam. Constroem tudo o que podem e deixam o exemplo que é imortal. Foram assim muitos dos construtores do **MDB/PMDB**.

Nascidos nas duas primeiras décadas do século XX, tiveram importante e decisiva participação nos acontecimentos políticos e sociais da segunda metade desse século. São lideranças positivas, que marcaram suas existências pela postura republicana de homens públicos, na verdadeira acepção da palavra. Foi uma safra de políticos que enriqueceu a história pátria.

E, pelas circunstâncias em que viveram, tornaram-se verdadeiros ícones do partido que fundaram e no qual militaram a maior parte de suas vidas.

Como se fossem enciclopedistas do iluminismo francês, menos intelectuais e mais políticos, embora muitos, à procura da luz. “As suposições do Iluminismo eram várias, como veremos, mas a Razão reinava absoluta na ENCICLOPÉDIA e era a chave, não apenas para o pensamento virtuoso, como também para o comportamento virtuoso”.¹

Esses líderes, que serviram de exemplo para a geração que chegava, acreditavam no que escreveu o conceituado pensador William Godwin: “a perfeição é uma das mais inequívocas características da espécie humana e, não só na política, mas intelectualmente, podemos considerar que o homem esteja num estado de aperfeiçoamento progressivo”.²

É de se lamentar que o que esses homens ensinaram, com seus exemplos, pareçam empalidecidos em nossos dias. “Já não se fazem homens públicos como antigamente” é o que ouvimos em cada esquina. Contudo,

nossa esperança é a de que, apesar dos desalentos, a lição de Godwin, acima exposta, possa prevalecer.

Claro que tivemos bons exemplos, também, fora do MDB/PMDB, mas os fatos, as circunstâncias daquele momento histórico, contribuíram para a concentração dessas destacadas figuras no partido.

Para citar alguns desses destaques poderíamos lembrar aqui um Milton Campos (1900 – 1972), um Leonel Brizola (1922 – 2004), um Juscelino Kubitschek (1902 – 1976). Estes e tantos outros, não chegaram a pertencer ao partido.

Milton Soares Campos, jurista e político mineiro, foi governador do estado, senador e ministro da Justiça. Maior inspirador do *Manifesto dos Mineiros*, em 1945, que demarcou o fim da ditadura getuliana que perdurava desde 1930. Além disso, teve a grandeza de renunciar ao Ministério da Justiça para não assinar o AI-2, que contrariava suas convicções de jurista e de democrata. Apesar de ter admitido e apoiado, inicialmente, o Golpe de 1964, de boa fé, convencido de que seria uma intervenção passageira, não quis mais colaborar quando percebeu que o AI-2 era um golpe no Golpe. Renunciou.

Leonel de Moura Brizola, ainda jovem, antes do Golpe de 1964, foi governador do Rio Grande do Sul. Seus direitos políticos foram suspensos pelos militares, tendo que se exilar na Europa. Depois da anistia, voltou ao Brasil, fixou domicílio no Rio de Janeiro e foi eleito governador desse estado. Destacado por seu nacionalismo, muito atuante e polêmico. Certamente, cometia equívocos, o que é natural em todos os homens; mas, uma coisa é certa, só pensava no Brasil.

Juscelino Kubitschek de Oliveira, deste, nada precisamos repetir, mesmo porque sua história é recorrente. Inclusive, neste volume, a todo o momento, é destacada a grandeza da sua condição de maior estadista de toda a história pátria. deputado federal eleito em 1934, exerceu seu mandato até o fechamento do Congresso em 1937. Em 1940 foi eleito prefeito de Belo Horizonte, e administrou a capital mineira até 1945. Reelegeu-se deputado federal em 1946 e atuou na Câmara até 1950. Foi governador de Minas Gerais no período de 1951/1955, e presidente da República de 1956 a 1961. Eleito para o Senado pelo estado de Goiás em 1962, cumpriu seu mandato até 1964, quando foi cassado pelo Governo Militar. Em cada um dos cargos executivos, conseguiu realizar obras sem precedentes e, até hoje, inigualáveis. Foi um gênio na gestão.

Para não nos alongarmos indefinidamente, ficamos apenas nestes exemplos de grandes ícones que atuaram fora do MDB/PMDB nessa curta e importante fase de nossa história.

Já no MDB/PMDB, principal palco de atuação, onde militou a maioria desses republicanos iluministas nos meados do século XX, não é fácil a citação de exemplos, porque por maior que seja a listagem, não há como não se pecar pela omissão, sob pena de se tornar enfadonha, pela extensão, a menção de centenas e centenas de nomes ilustres.

Ficaremos, como não poderia deixar de ser, com grandes exemplos, certos de que outros tão ilustres poderiam, igualmente, estar em qualquer publicação que conte a história daquele período.

Alguém pode dizer que nomes importantes ficaram ausentes; mas, esperamos que não haja quem conteste os que puderam ser mencionados.

De **Oscar Passos** (1902 -1994), primeiro presidente do partido, em 1966, a **Ulysses Silveira Guimarães** (1916 – 1992) SP, o presidente que conduziu o partido e a Constituinte, o anticandidato que movimentou o país, o “Senhor Diretas”, o grande timoneiro do movimento que mudou o Brasil; de **Tancredo de Almeida Neves** (1910 – 1985) MG, o companheiro mais próximo de Ulysses, candidato perante o colégio eleitoral, em 1965, eleito para implantar as eleições diretas, depois de bem representar o partido como deputado, governador de Minas Gerais e senador. Sem dúvida, uma estrela cintilante na política brasileira, até sua trágica morte; a **Alexandre Barbosa Lima Sobrinho** (1897 - 2000), pernambucano, companheiro de chapa de Ulysses na pedagógica campanha da anticandidatura, em 1973. Havia sido governador de Pernambuco no período de 1948/1951, e era presidente da importante Associação Brasileira de Imprensa – ABI; de **Teotônio Brandão Vilela** (1917 – 1983), alagoano que chegou ao MDB pela imposição de sua consciência republicana, foi o comandante número um da campanha da anistia. Percorreu o Brasil, como senador por Alagoas, visitou os cárceres da ditadura e contatou os exilados, liderou a reconciliação nacional, a **Miguel Arraes de Alencar** (1916 – 2005), PE. governador de Pernambuco, em 1964, quando do Golpe, preso e exilado, retornou ao Brasil depois da anistia, filiou-se ao PMDB, e exercitou sua grande liderança na redemocratização do país; de **André Franco Montoro** (1916 – 1999) SP. governador e senador por São Paulo, foi sempre intransigente defensor das liberdades públicas, professor universitário, era

respeitado e acatado por todos, a **Ernani do Amaral Peixoto** (1905/1989), governador no estado do Rio de Janeiro, senador da República, habilidoso e preparado, era companheiro inseparável de Ulysses, de quem merecia toda confiança; de **Nelson Carneiro** (1910 - 1996), tradicional representante do estado do Rio de Janeiro no Congresso Nacional, primeiro como deputado, depois como senador, foi o mais veemente defensor dos direitos da mulher e da família, durante muitos anos, a **Thales Bezerra de Albuquerque Ramalho** (1923 - 2004), deputado por Pernambuco, secretário geral do MDB, braço direito de Ulysses, homem com grande capacidade de articulação, exercia liderança incontestável; de **Renato Mário de Avelar Azeredo** (1919 - 1983), deputado mineiro experiente, grande amigo de JK, fazia parte do “time” de Ulysses, era o apaziguador nas tempestades, a **Renato Archer** (1922 - 1996), maranhense, outro amigo de JK, competente, sério. Foi deputado federal pelo Maranhão de 1955/1968, foi ministro da Ciência e da Tecnologia de 1985 a 1987, e ministro da Previdência Social de 1987 a 1988. Desenvolveu tarefas complexas, como a mediação para o encontro de adversários históricos na Frente Ampla; de **Josaphat Marinho** (1915 - 2002), deputado e senador pela Bahia, jurista conceituado, foi uma voz de grande autoridade, em todo o período, a **Camilo Nogueira da Gama**, (1899 - 1976), deputado e senador por Minas Gerais, compunha com sua habilidade e formação republicana a equipe de apoio ao dr. Ulysses; de **Marcos de Barros Freire**, (1931 - 1987), deputado federal e senador por Pernambuco, orador primoroso, importante líder do “Grupo dos Autênticos”, serviu de exemplo de coragem e competência nos anos duros da Ditadura e foi candidato a governador de Pernambuco, em 1982, tendo feito magnífica campanha sob o slogan “Sem ódio e sem medo”, a **Pedro Ivo de Figueiredo de Campos**, nascido em Santa Catarina, em 1930, deputado federal de 1971 a 1975 e de 1979 a 1983, e governador do estado de Santa Catarina de 1987 a 1990, expressivo pela autenticidade e competência, foi um dos alicerces da construção da democracia no país. Há que registrar, ainda, a figura de **Humberto Lucena**, PB. Deputado, senador, presidente do Senado, colocou sempre seus mandatos a serviço do seu partido. Segue-se, ainda, o registro necessário de **Maria Cristina de Lima Tavares Correia**, (1936 - 92) PE. Deputada federal em três mandatos 1978/82/86, voz feminina com a força de um leão, durante os “anos de chumbo”. Mulher destemida, jornalista conceituada, teve destaque na luta contra a

ditadura. De **JG de Araújo Jorge**, RJ, deputado federal, poeta renomado, foi outro baluarte do Grupo dos Autênticos do MDB, no período mais duro. Talvez por sua veia poética, era um magnífico “sonhador”, que expressava o sonho de todos nós. De **Sylvio Abreu**, MG, deputado federal em 1971, fazia parte do grupo mais próximo de Ulysses, exerceu grande liderança em Minas Gerais. Muito moderado, tinha sempre uma palavra de sóbrio equilíbrio. De **Jorge Ferraz**, MG, deputado estadual, no período 1951 a 1955 e federal nas legislaturas de 1971 a 1974, 1975 a 1978 e de 1983 a 1986. Foi presidente da importante regional de Minas Gerais no período de 1971 a 1979, companheiro de fé de Tancredo e Ulysses, além de escudeiro inseparável de Renato Azeredo, teve atuação importante na luta contra o arbítrio dos governos militares. De **Aloysio Alves** (1922 – 2006), RN, o último guerreiro que nos deixou há poucos dias, em maio de 2006, enquanto escrevíamos este livro. Grande líder, governador do seu estado em 1960. Jornalista, deputado federal por vários mandatos e ministro da Administração e da Integração. Companheiro de fé de Tancredo e Ulysses, chefe do clã dos Alves, no Rio Grande do Norte, manteve sempre acesa a chama do PMDB.

Fechamos esta exemplificação mencionando um dos primeiros, **Oscar Pedroso Horta**, SP. Filiou-se desde cedo, na fundação do MDB, tendo sido eleito deputado federal, por São Paulo, em 1966, e escolhido o primeiro líder da bancada do partido na Câmara federal. Como jurista e liberal, desenvolveu brilhante trabalho de questionamentos ao Regime Militar. Com Oscar Passos e Ulysses, formou a tríade inicial do MDB, de enfrentamento à Ditadura. Os nossos Voltaire, Diderot e D’Alembert.

Esses líderes marcaram a vida política brasileira com letras douradas. E fizeram escola para muitos de nós, que tivemos a felicidade da convivência com eles, símbolos da melhor estirpe de homem público. Esses foram velhos que morreram jovens. Ou melhor, não morreram.

Sucessores imediatos

Muitos são os sucessores imediatos que conviveram com nossos “enciclopedistas”, e receberam deles diretamente a lição do exemplo. A lista é muito extensa e, impossibilitados de reproduzi-la, aqui, neste curto espaço,

não podemos deixar de mencionar alguns exemplos, assumindo o inevitável risco da omissão.

São grandes referências do partido:

Pedro Jorge Simon, RS. Considerado o senador diferenciado, com autoridade moral e intelectual, rigoroso republicano, foi deputado estadual de 1962 a 1978, ministro da Agricultura de 1985 a 1986 e governador do Rio Grande do Sul de 1987 a 1990. Nos anos de chumbo, na década de 70, presidiu o MDB regional gaúcho que, na época, era a grande vanguarda do partido. Foi eleito três vezes senador da República (1979 - 1987; 1991 - 1999) e em 2000 iniciou seu terceiro mandato. Suas palavras, hoje, no Senado da República, soam como se fossem sentenças. Muitas vezes, foi membro da Executiva Nacional do partido.

Luiz Henrique da Silveira, atual governador do estado de Santa Catarina. Foi deputado federal, presidente Nacional do PMDB de 1993 a 1996, participante ativo de todas as atividades partidárias, desde a fundação do partido, em Santa Catarina. Como governador de Santa Catarina, desenvolve administração inovadora, aliás, como já havia realizado como prefeito de Joinville, SC.

Jarbas de Andrade Vasconcelos, PE. Governador do estado de Pernambuco, reeleito, destacou-se como grande líder regional e nacional. Como deputado, foi figura prestigiada no Grupo dos Autênticos do MDB, nos anos 70. Sempre da vanguarda partidária, teve ligações profundas com Miguel Arraes, tendo promovido grande recepção a ele, quando de sua chegada a Pernambuco, de volta do exílio em 1979. Foi membro da Executiva Nacional do partido em vários períodos.

Roberto Requião de Mello e Silva, PR. De norte a sul, encontramos este líder singular. governador do Paraná pela segunda vez, senador por esse estado, austero, rigoroso, sempre saiu na frente com as teses nacionalistas e de combate ao neoliberalismo. Requião é uma daquelas figuras estelares. É só ouvi-lo para se aprender alguma coisa.

Joaquim Roriz, DF. Governador de Brasília pela quarta vez (88, 90, 98, 2002) é a grande liderança do Distrito Federal. Imbatível nas eleições, realiza obras monumentais na capital da República. Quanto mais lhe acosam os adversários maiores são suas vitórias. É influente líder do PMDB.

Germano Rigotto, RS. Atual governador do estado do Rio Grande do Sul, foi vereador em Caxias RS, deputado estadual e federal, destacando-se

pela competência e inigualável capacidade de liderança. Foi vitorioso nas eleições para governador, em 2002, em condições totalmente adversas, e realiza governo exemplar. Jovem, sabe o que quer.

Gilberto Mestrinho, AM. Senador da República, foi governador por três vezes (1959 a 1962, 1983 a 1987; 1991 a 1994. Líder ouvido e acatado, discreto e sábio. Guarda as características de nossos grandes ícones, como Ulysses e Tancredo.

Orestes Quércia, SP. Muito jovem foi eleito, em 1969, prefeito da grande Campinas, SP, onde realizou obra gigantesca, credenciando-se para o governo de São Paulo, aonde chegou em 1987. Ali, seguindo as pegadas de JK, caracterizou-se como um grande tocador de obras durante todo seu mandato, que terminou em 1991. Grande líder municipalista, foi eleito senador por SP, na grande vitória do MDB, em 1974. Destaca-se por sua garra e fidelidade ao seu partido. Foi presidente nacional do PMDB no período de 1991 a 1993.

Iris Resende Machado, GO. Prefeito de Goiânia pela segunda vez, foi governador do estado e senador da República. Introduziu no Brasil a administração participativa, com a realização de mutirões que ficaram marcados na história, inclusive, para a construção de moradias. Tem a marca de nossos grandes líderes.

Newton Cardoso, MG. Foi prefeito de Contagem, MG, grande cidade da região metropolitana de Belo Horizonte, e sua brilhante administração o levou à eleição para governador do estado (1987 a 1991). Em seguida, foi eleito deputado federal. Sua coerência partidária e fidelidade ao MDB/PMDB é sua maior marca política, além de grande “tocador de obras”.

Juracy Magalhães, CE. Líder respeitado, destacou-se como prefeito, por mais de uma vez, da belíssima Fortaleza. É daquelas figuras emblemáticas do PMDB, guarda a maneira cordial de nossos “imortais”.

Carlos Mauro Cabral Benevides, CE. deputado federal, por várias vezes, foi senador da República, e membro ativo da Executiva Nacional de partido, repetidas vezes. Companheiro de todas as lutas, presente e atuante, desde as primeiras aventuras do Dr. Ulysses Guimarães.

Paulo Brossard de Souza Pinto, RS. Outro liberal importante na história do PMDB. Candidato à vice-presidente na chapa desafiadora de Euler Bentes, em 1978. Foi senador pelo Rio Grande do Sul, a partir de 1975, tendo, como jurista emérito, altamente acatado, chegado ao honroso cargo

de ministro do Supremo Tribunal Federal, em 13 de março de 1989. Sua atuação no Senado foi fundamental na denúncia das arbitrariedades da ditadura. Seus debates eram memoráveis.

Alencar Furtado, PR. Foi deputado federal, líder da bancada do PMDB na Câmara federal nos anos de chumbo da ditadura, acabou cassado por não admitir tergiversações em torno dos direitos humanos. Tinha o verbo forte e candente na defesa dos perseguidos. Honra a estirpe dos republicanos.

Francisco Pinto, BA. Foi deputado federal por seu estado. Bravo, intransigente, irremovível na denúncia das atrocidades da ditadura. Membro da Direção Nacional do partido, exercia grande liderança perante seus pares. Esteve preso por não ceder em suas firmes convicções. Conviveu e cobrou sempre posições mais corajosas dos comandantes maiores do PMDB. É um baluarte na defesa da democracia. Foi membro da Executiva Nacional do partido em vários períodos.

Antônio Paes de Andrade, CE. Deputado federal em vários mandatos, líder acatado do “Grupo dos Autênticos”, na década 70, membro da Executiva Nacional do partido, em muitos mandatos, e seu presidente (1996 a 1968). Embaixador do Brasil em Portugal. Exerceu interinamente a Presidência da República por 12 vezes, quando de viagens do presidente José Sarney.

Fernando Lyra, PE. Outro destacado líder do “Grupo dos Autênticos”, na década de 70. Deputado federal em vários mandatos, membro da Executiva Nacional, grande articulador, foi ministro da Justiça, em 1985/86. Vibrante e contundente orador foi guia para muitos nos “anos de chumbo”.

Jader Fontenelle Barbalho, PA. Deputado federal em vários mandatos, membro da Direção Nacional do partido, e seu presidente de 1999 a 2001. Governador do estado do Pará. Competente articulador, sempre esteve presente em todos os acontecimentos do partido.

Henrique Eduardo Lyra Alves, RN. O deputado federal com o maior número de mandatos consecutivos na Câmara. Filho de Aloysio Alves, chegou muito jovem à Câmara, em 1971, com apenas 23 anos de idade. Logo se destacou como articulador do estafe de Ulysses, um competente moderador.

Garibaldi Alves Filho, RN. Governador do Rio Grande do Norte (1995 a 1999, 1999 a 2003), deputado estadual (1971 a 1974 e de 1975 a 1979, de 1979 a 1982, 1982 a 1987), e senador de 1991 a 1994 e novamente eleito senador em 2003. Sempre discreto e competente, teve atuação destacada

como relator da CPI “dos bingos”.

Alberto Tavares Silva, PI. Governador de seu estado no período 1987 a 1991; senador eleito em 1999, com mandato até 2007, vem de longe sustentando a bandeira peemedebista. Homem sereno e sábio, é bom exemplo para os mais novos.

Nabor Teles da Rocha Junior, AC. Deputado federal (1975/1979 e 1979/1983), governador do Acre de 1983 a 1986, senador da República de 1987 a 1997 e de 1995 a 2003. Membro da Executiva Nacional do PMDB de 1979 a 1982 e de 1987 a 1992, foi sempre uma liderança respeitada pelo equilíbrio e ponderação.

Maria Elvira Salles Ferreira, MG. Deputada estadual e federal, desde muito cedo, líder do PMDB de Minas Gerais. Sempre vibrante e entusiasmada com a causa partidária, com mandatos ou sem mandatos, por sua vontade, jamais deixou de participar. É muito bom se encontrar com o sorriso aberto de Maria Elvira.

Carlos Gomes Bezerra, MT. Deputado federal, governador do seu estado, deputado federal, senador da República, sempre presente e atuante. Hábil articulador, embora bom orador, gosta mais do trabalho de bastidores.

Aldo da Silva Fagundes, RS. Deputado federal por três mandatos (1971 a 1975; 1975 a 1979; 1979 a 1983) e membro da Executiva Nacional também por três períodos (1969 a 1972; 1972 a 1975; 1975 a 1979). Culto, competente, foi sempre ativo militante desde os tempos da fundação do partido. Sério, tranqüilo e acatado.

Francisco de Assis de Moraes Souza - Mão Santa, PI. Governador do Piauí de 1995 a 1998 e senador da República a partir de 2003. Na semana da comemoração dos 40 anos, no dia 21 de março de 2006, foi à tribuna do Senado para registrar a importância da data, lembrando vários momentos relevantes dessa rica história.

Ronan Tito de Almeida, MG. Deputado e senador, admirador e seguidor de Ulysses Guimarães. Foi Líder da bancada do PMDB no Senado de 1988 a 1990, tendo grande atuação, principalmente, na Constituinte.

Alfredo José de Campos Melo, MG. Senador (1983 a 1995), companheiro de Ronan Tito, desde cedo militou no PMDB, e teve destacada atuação no Senado federal, além de participar das direções estadual e nacional do partido.

Dalton Canabrava, MG. Deputado Estadual em MG, e deputado fede-

ral, por vários mandatos. Bravo defensor do regime de liberdade. Importante representante de Minas no Congresso Nacional. Figura muito mineira, hábil e corajosa, intransigentemente partidário.

Ibsen Pinheiro, RS. Foi deputado estadual de 1979 a 1982, deputado federal eleito para três mandatos (1983 a 1986; 1987 a 1990; 1991 a 1994), Líder da Bancada do partido e presidente da Câmara Federal (1983 a 1994). Sagaz e competente, muito habilidoso e preparado, exerceu seus mandatos com reconhecido êxito. Está na lista indesejada dos homens públicos que foram vítima de lamentável injustiça, tendo sido cassado em 1994, com suspensão de direitos políticos, num dos maiores erros da história contemporânea. Reabilitou-se por si mesmo e, para regozijo de quantos o conheçam, desenvolve, com o sucesso de sempre, sua brilhante vida pública.

Ney Suassuna, PI. Senador da República, líder da bancada majoritária do partido naquela Casa. Homem preparado intelectualmente, conciliador e ameno.

Odacyr Klein, RS. Deputado federal eleito para quatro mandatos (1975 a 1978; 1979 a 1982; 1991 a 1994; 1995 a 1999). Foi prefeito da cidade de Getúlio Vargas, RS (1969 a 1973), ministro dos Transportes de 1º de janeiro de 1995 a 15 de agosto de 1996, Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Sul (1987 a 1988). Como deputado, teve atuação brilhante nos anos de chumbo, foi Líder da bancada e relator da conhecida e eficiente CPI dos “anões do orçamento”, em 1992. Em 1993 foi vice-presidente da Câmara dos Deputados.

Amir Lando, PB. Senador altamente conceituado. Rigoroso, austero, preparado, é sempre chamado pelo partido para missões complicadas e difíceis, e sempre as executa com invulgar sucesso. Está na lista dos que sempre dignificam o partido.

Ramez Tebet, MS. Senador eleito para duas Legislaturas 2003 a 2007, 2007 a 2011), presidente do Senado (20/setembro/2001 a 31/janeiro/2003), foi antes deputado estadual em seu estado (1979 a 1982), vice-governador (1982 a 1986) e governador (1986 a 1987), além de membro da Executiva Nacional do partido várias vezes. Com seus conhecimentos jurídicos, integridade e vocação republicana, é rica sua folha de serviços prestados à nação brasileira.

Iram de Almeida Saraiva, GO. Deputado federal (1979 a 1983 e 1983

a 1987) ministro do TCU, foi seu presidente no período de 1999 a 2001. Atuou com grande destaque na vida pública.

André Poncinelli, MS. Deputado federal, prefeito da capital de seu estado, Campo Grande, transformou-se numa força política imbatível, pela sua incrível capacidade de trabalho. É, hoje, uma liderança conhecida e respeitada nacionalmente.

Renan Calheiros, AL. Deputado federal (1983/1987; 1987/1991), senador a partir de 1995, foi eleito presidente do Senado em 2005. Foi ainda ministro da Justiça em 1998. Sempre exímio articulador, de temperamento moderado, busca o consenso, enfrentando com sabedoria o dissenso. Debatedor competente.

Nelson Azevedo Jobim, RS. Deputado federal a partir de 1987, com destacada atuação na Assembléia Nacional Constituinte, em 1987/1989. Foi relator da Revisão Constitucional, nos anos de 1993 e 1994 e, nesta função, desenvolveu enorme esforço para cumprir seu papel, em momento adverso na Câmara dos Deputados, tendo chegado, por méritos reconhecidos, a Ministro da Justiça, de 1995 a 1997. Com passagem ilustre pela academia, como professor de Direito, advogado brilhante, chegou ao Supremo Tribunal Federal, a mais alta corte do país, nomeado em sete de abril de 1997. Veio ao PMDB pelas mãos generosas de Pedro Simon, tendo enriquecido e honrado a legenda em todas as missões recebidas.

Carlos Lessa, RJ. Com brilhante vida acadêmica, economista e professor consagrado, filiou-se ao PMDB desde cedo. Seus títulos na academia e na profissão são incontáveis, tendo chegado a Reitor da UFRJ, em 2002. De inteligência brilhante, é referência para muitos políticos que têm formação republicana. Sempre contribuiu com o partido, como um de seus mais ilustres ideólogos.

Bernardo Cabral, AM. Deputado federal e senador, teve a honrosa e histórica missão de ser o relator da Constituinte de 1988, como membro do PMDB. Desempenhou esta tarefa com extrema habilidade e competência, com reconhecida capacidade de ouvir, apresentando o resultado final com a redação da Constituição-Cidadã, de 5 de outubro de 1988.

Márcio Emanuel Moreira Alves, RJ. Eleito deputado federal do MDB em 1967, foi cassado pela ditadura em 30 de dezembro de 1968, por veementes críticas ao Regime Militar, que pediu autorização à Câmara Federal para processá-lo. A licença foi negada, em bonito arroubo de democracia,

o que serviu de pretexto para o fechamento do Congresso e a expedição do mais grosseiro e violento ato da Ditadura, o AI-5.

Alberto Marcelo Gatto, SP. Deputado federal, colhido pela força do arbítrio, foi cassado, por causa de sua atuação destemida em defesa das liberdades democráticas. Sua cassação, em seis de janeiro de 1976, teve a motivá-la uma desavença pessoal com um oficial militar, em virtude de violências praticadas pelas forças de repressão.

Lysâneas Maciel, RJ. Deputado federal, grande liderança do “Grupo dos Autênticos”, na década de 70, inquebrantável na defesa dos direitos humanos, foi outro punido com a cassação de mandato e perda de direitos políticos. Teve que se exilar na Suíça, até a conquista da anistia pelo seu partido, o MDB.

Amaury Muller e Nadir Rosseti, RS. Deputados Federais. Amaury exerceu vários mandatos, nos períodos de 1971 a 1975, 1975 a 1979, 1987 a 1991, sendo este último como Constituinte. Rosseti exerceu o mandato por três vezes nos períodos 1967 a 1971; 1971 a 1975 e 1975 a 1979. Ambos tiveram destacadas atuações no Grupo dos Autênticos do MDB, na década de 70. Sofreram o peso do arbítrio, com suas cassações e perdas de direitos políticos, em virtude de discursos denunciando a ditadura, proferidos em pequeno município do Rio Grande do Sul. Tudo o que se dizia, em qualquer lugar, era gravado e levado ao Governo Militar, por “dedos duros”, sempre disponíveis para servir às forças de repressão.

Jaison Tupy Barreto, SC. Deputado federal (1971 a 1975 e 1975 a 1979) e senador, (1979 a 1987) outro membro do Grupo dos Autênticos, bravo combatente contra a Ditadura, na década de 70, teve participação destacada na luta de seu partido pela conquista da democracia.

Lázaro Barbosa, GO. Deputado federal (1991 a 1995) e senador (1975 a 1983), participou ativamente das ações partidárias do MDB, nos chamados “anos de chumbo”, extremamente equilibrado, era sempre uma voz de ponderação nos momentos mais difíceis.

Marcelo Cerqueira, RJ. Deputado federal (1979 a 1983), jurista culto e firme na defesa dos direitos humanos, era sempre uma voz ouvida no debate dos assuntos de direito, além de firme a autorizada participação em tudo que se relacionava com a defesa dos direitos civis.

Audálio Dantas, SP. Deputado federal, (1979 a 1983) jornalista renomado, lutador de todas as horas contra a censura à imprensa. Teve

destaque na bancada do **MDB**, na denúncia dos incontáveis atos de violência e tortura do Regime Militar.

Adhemar Santillo, GO. Deputado federal, a partir de 1975, foi mais um goiano de boa cepa, integrou-se desde logo no Grupo dos Autênticos, era viril e contundente. Foi uma expressão forte do MDB, não deixava para depois o que tinha de dizer na hora.

Rita Camata, ES. Deputada federal por quatro mandatos (1987 a 1991; 1991 a 1995; 1995 a 1999; 1999 a 2002), chegou um pouco depois, o que não impediu de ter destacada e coerente atuação. Nas eleições de 2002 foi indicada, pelo partido, para compor a chapa como vice de José Serra. Sempre se houve com absoluta elegância e discrição.

Marcos Wellington de Castro Tito, MG. Deputado Estadual, 1971/1974, e deputado federal, de 1975 em diante, atuava à esquerda do partido, com presença certa em todas as lutas pela democracia no país, foi vítima da violência e cassado, em virtude de discurso da Tribuna da Câmara federal, em que denunciava arbitrariedades e desmandos do regime.

Luiz Alberto Maguito Vilela, GO. Eleito senador em 1999, foi deputado federal de 1987 a 1991, governador de Goiás no período de 1994 a 1998 e presidente nacional do PMDB de 1998 a 2001. Liderança acatada do partido a nível nacional, político republicano, herdou as qualidades mais acentuadas de seus fundadores. No Legislativo ou no Executivo, pontificou-se sempre pela competência e lisura.

Dante de Oliveira, MT. Autor da famosa Emenda Dante de Oliveira, em torno da qual se articulou a campanha pelas Diretas-Já, em 1983. Foi deputado federal, prefeito de Cuiabá e governador do Mato Grosso. Quando enviávamos este livro ao prelo, recebemos a notícia de sua morte prematura.

Valdir Raupp, RO. Foi vereador, prefeito da cidade de Rolim de Moura - RO, governador do estado de Rondônia. Eleito senador em 2002, é hoje o presidente do Diretório Regional do PMDB em seu Estado.

Os mais ilustres seguidores imediatos

Os mais ilustres seguidores imediatos dos grandes líderes, que deixaram uma herança de enorme responsabilidade para todos os seus sucessores, podem não ser os mais antigos e persistentes peemedebistas. Todavia,

merecem encerrar esta exemplificação, por serem aqueles que têm a responsabilidade de desempenhar, hoje, as funções e atribuições que couberam aos “velhos que morreram jovens”.

José Sarney, AP. Senador, foi deputado, presidente do Senado, governador do Estado do Maranhão, ingressou no PMDB em 1984 para compor a chapa encabeçada por Tancredo Neves à Presidência da República, como seu vice. Com o impedimento do titular na véspera da posse, ao assumir a mais alta magistratura da nação, confessou-se convertido, como Paulo, a caminho de Damasco, sem retorno. É líder experiente e acatado dentro e fora do partido.

Itamar Franco, MG. Iniciou sua vida pública como Prefeito de Juiz de Fora, MG. em 1966. Em 1974 foi eleito senador, reeleito em 1982. Escolhido para ser o vice na chapa de Fernando Collor de Melo, assumiu a Presidência em 1992, com o impedimento deste. Foi governador de Minas, eleito em 1998, Embaixador do Brasil, junto a OEA, em Washington, em seguida, em Portugal e na Itália. Homem sério e competente, desempenhou-se de tão elevados cargos com extrema competência e austeridade. Esteve, durante sua candidatura a vice e em outros momentos, afastado do PMDB; mas, regressou ao partido que ajudou a fundar, em 1966, e é uma das maiores expressões da vida pública do país. Em julho de 2006 afastou-se outra vez do PMDB.

Wellington Moreira Franco, RJ. deputado federal e atual presidente da Fundação Ulysses Guimarães, foi Prefeito de Niterói (1977 a 1981), governador do Estado do Rio de Janeiro, (1987 a 1991). Além de exercer muitas atividades partidárias, é um intelectual com intensa vida acadêmica, doutorado da Sorbonne e publicações qualificadas. Culto, de temperamento moderado, é sempre uma palavra de equilíbrio e ponderação dentro do partido. Como presidente da FUG, estimula e orienta publicações que elevam a atividade política do Brasil.

Michel Temer, SP. deputado federal, foi Líder da Bancada do PMDB. Foi presidente da Câmara dos Deputados de 1977 a 1978, reeleito em 1999, tendo presidido a Câmara até o ano 2000. presidente nacional do PMDB desde 2001, tem a enorme responsabilidade de ocupar a cadeira que tem como principal patrono Ulysses Guimarães. É intelectual respeitado, com extensa vida acadêmica, como constitucionalista renomado, professor e conselheiro jurídico. Tem, hoje, a grande tarefa de conduzir a imensa

diversidade, e mesmo heterogeneidade, desse imenso partido, do tamanho e com a complexidade do Brasil. Sua voz é ouvida e acatada no Congresso Nacional, com repercussão em todo o país.

Notas

¹ SMITH, Martin Seymour. Os 100 livros que mais influenciaram a humanidade: a história do pensamento dos tempos antigos à atualidade. trad. Fausto Wolff. Rio de Janeiro, DIFEL, 2002.

² RUSSEL, Bertrand. História do Pensamento Ocidental, Trad. Laura Alves e Aurélio Rabello. Rio de Janeiro, Ediouro, 2004.

Juventude: republicanos do amanhã

Capítulo 15

O PMDB é mesmo surpreendente!

Em meio ao grande desalento com a política, em virtude dos lamentáveis acontecimentos na vida pública nacional destes últimos períodos, especialmente nos governos de FHC e de Lula, a juventude *peemedebista* promoveu Encontro Nacional para comemorar os quarenta anos do partido.

A data e o local escolhidos não poderiam ser mais simbólicos: o Encontro aconteceu no berço cívico da pátria, no Patrimônio Histórico da Humanidade, mais precisamente na cidade de Ouro Preto, MG, nos dias 20 e 21 de abril de 2006, data marcada pela epopéia da Inconfidência Mineira.

A grande surpresa: mais de dois mil jovens de todas as regiões do Brasil, além de milhares de pessoas de todas as idades, estavam ali, na praça, ao meio dia, na abertura do Encontro, acompanhados de várias autoridades, para colocarem ao pé do monumento ao herói Tiradentes a oferenda de seus mais elevados sentimentos de brasilidade, simbolizados por uma coroa de flores. A praça inteira cantou o Hino Nacional. Momento de grande emoção.

Dali, em caminhada pelas ladeiras impregnadas de histórias heróicas e românticas, a multidão chegou ao Centro de Convenções que, mesmo espaçoso, ficou pequeno para tanta gente. Houve um consenso entre todos os presentes neste Encontro em torno da candidatura própria do PMDB à presidência da República, na eleição deste ano.

Rejuvenescedora a presença de tantos jovens, homens e mulheres de todas as raças e de todos os credos, em momento difícil e desalentador na vida pública brasileira. E uma constatação se faz clara: um partido político que tem tantos jovens participando não pode ceder espaço para desânimo ou descrédito. Em meio a tantas mazelas, há um forte fio de esperança. O

país tem que apostar nessa juventude, e seus governantes têm o dever de não “atirá-la aos porcos”. Perder essa força admirável é o mesmo que suicídio. Nossos jovens querem estudo e trabalho. Que coisa maravilhosa !...

Boas recordações

Enquanto aguardavam o início da solenidade na Praça Cívica de Ouro Preto, um grupo de velhos militantes do partido reuniu-se, ali, bem próximo do monumento a Tiradentes. Eram alguns dos que estiveram naquele mesmo local, de tantas evocações cívicas, há 26 anos, para formalizar a mudança do MDB para o PMDB.

Recordaram-se, então, daquela noite histórica de 1980, quando, com a presença de Ulysses Guimarães, de Paulo Brossard e de Teotônio Vilela, entre tantos outros importantes republicanos, mantiveram vivo, através da nova legenda PMDB, sem solução de continuidade nas lutas vitoriosas, o MDB, o imbatível “manda brasa”.

A conversa rolava solta “aos pés de Tiradentes” e, ao verem aquela juventude frenética e movediça pela praça, lembraram-se de tantas lutas lideradas pelo partido nestes quarenta anos. E, ainda mais, registravam a coincidência histórica da saga dos Inconfidentes com o destino do PMDB, até na escolha do local de suas celebrações mais significativas.

É em Ouro Preto, ao lado de Tiradentes que, nos importantes momentos da vida nacional, companheiros se reúnem e colhem forças para as lutas patrióticas do PMDB.

Executiva Nacional do PMDB

2004/2007

Presidente: MICHEL TEMER (SP)

1º Vice-Presidente: MAGUITO VILELA (GO)

2º Vice-Presidente: ELISEU PADILHA (RS)

Secretário Geral: SARAIVA FELIPE (MG)

1º Secretário: SERGIO CABRAL (RJ)

2º Secretário: HENRIQUE ALVES (RN)

Tesoureiro: MÔNICA PAES DE ANDRADE LOPES OLIVEIRA (CE)

Tesoureiro Adjunto: RENATO VIANNA (SC)

Vogais:

ORESTES QUÉRCIA (SP)

JADER BARBALHO (PA)

GEDDEL VIEIRA LIMA (BA)

NEY SUASSUNA (PB)

RAMEZ TEBET (MS)

Suplentes:

1 - TADEU FILIPELLI (DF)

2 - DORANY SAMPAIO (PE)

3 - JOÃO ALBERTO (MA)

4 - OLAVO CALHEIROS (AL)

5 - JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUSA (PI)

6 - JOSÉ MARANHÃO (PB)

7 - CARLOS BEZERRA (MT)

8 - ROSE DE FREITAS (ES)

Líder na Câmara dos Deputados

WILSON SANTIAGO (PB)

Líder no Senado Federal

WELLINGTON SALGADO (RJ)

Fundação Ulysses Guimarães

Diretoria Administrativa

Diretor Presidente: Moreira Franco

Diretor Vice-Presidente: Edinho Bez

Diretor Secretário: João Correia

Diretor Tesoureiro: Eliseu Padilha

Diretores: Fernando Lopes, Geddel Vieira Lima, Wellington Salgado de Oliveira,
Waldemir Moka, Romero Jucá

Suplentes: Ana Catarina, Ney Suassuna, Sérgio Machado

Secretário Geral: Carlos Eduardo Fioravanti

Secretário-Geral Adjunto: Francisco de Assis Mesquita

